

CADA VIDA IMPORTA

Relatório final do
Comitê Cearense pela
Prevenção de Homicídios
na Adolescência



Comitê Cearense pela Prevenção
de Homicídios na Adolescência

CADA VIDA IMPORTA
Relatório final



A responsabilidade pelo conteúdo deste relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência é do relator, deputado estadual Renato Roseno, que agradece a colaboração dos parceiros e instituições, governamentais e não governamentais, que ao longo de um ano se juntaram no esforço para analisar o problema da violência infanto-juvenil e propor soluções para a garantia de vida e bem-viver aos adolescentes do Ceará

Comitê Cearense pela Prevenção
de Homicídios na Adolescência

CADA VIDA IMPORTA
Relatório final

Fortaleza, 2016

PARA TRANSFORMAR AS PRÓXIMAS GERAÇÕES A PARTIR DE AGORA

Zezinho Albuquerque

Deputado estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

A Assembleia Legislativa do Ceará tem procurado se reinventar nos últimos anos para acompanhar mais de perto as demandas da sociedade. Além de cumprir rigorosamente suas funções primárias - fiscalizar e legislar -, a Casa tem procurado ações de maior proximidade com a população. O objetivo é atender às demandas - e são muitas. Os interlocutores desse processo são os próprios deputados.

Um dos exemplos desse novo modelo participativo do Poder Legislativo é o trabalho do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. As atividades desse colegiado foram iniciadas em fevereiro deste ano. Agora, em dezembro, a Assembleia apresenta relatório de conclusão do estudo, que procurou identificar os motivos da violência entre crianças e jovens entre 10 e 19 anos de idade.

Coordenado tecnicamente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o comitê procurou saber, por meio da história de vida desses jovens, por que a taxa de homicídios nessa faixa etária tem crescido tanto no Ceará. Os casos reais foram estudados a partir de entrevistas realizadas por pesquisadores com familiares de adolescentes assassinados e com adolescentes que tiraram a vida de outras pessoas em sete cidades cearenses: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte e Eusébio.

Para que isso se tornasse possível, foi necessária a participação efetiva de cinco deputados estaduais. Membros de bancadas distintas, eles uniram esforços e se dedicaram para que o levantamento de campo ganhasse forma e se tornasse produtivo para gestores públicos, autoridades de segurança, sociedade civil e demais interessados na redução dos alarmantes números da violência entre os jovens cearenses.

Parabenizo aqui publicamente o presidente do comitê, deputado Ivo Gomes, e o relator, deputado Renato Roseno, pela proposta e pelo resultado do trabalho. Sem o envolvimento de ambos, não seria possível desenvolver esse estudo,

que se tornou um marco na história parlamentar do nosso Estado. Também é importante agradecer as valorosas contribuições dos deputados Zé Ailton Brasil, Augusta Brito e Bethrose Fontenele, parlamentares já profundamente envolvidos com a temática, pois presidem, na Assembleia, respectivamente, as comissões técnicas de Direitos Humanos e Cidadania; Juventude; e Infância e Adolescência.

Por sinal, tem sido prática recorrente o envolvimento da Assembleia Legislativa em temáticas relacionadas a problemas sociais que afligem a juventude. Uma de nossas bandeiras que mais tem trazido resultados positivos é a campanha Ceará Sem Drogas, por exemplo. A mobilização é uma forma de sensibilizar o público jovem cearense sobre possíveis danos pelo uso de entorpecentes.

A campanha tem esclarecido a população compreendida na mesma faixa etária trabalhada no Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Diversos estudos apontam a relação da violência com as drogas. Por isso mesmo, a campanha Ceará Sem Drogas tem estimulado a criação de conselhos municipais voltados para a amenização do problema.

Outra importante conquista nessa área, fruto de projeto de indicação de nossa autoria, é projeto de lei complementar, aprovado por unanimidade pelo Poder Legislativo, que criou o Fundo Estadual de Políticas Sobre Álcool e Outras Drogas (Fepad). O projeto foi viabilizado pelo Governo do Estado durante a gestão do ex-governador Cid Gomes. O objetivo do Fundo é facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados à execução das atividades do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Todo esse esforço ganha ainda mais importância após a conclusão do relatório do comitê, que também procurou aprofundar o conhecimento sobre as drogas. Não posso deixar de reconhecer, ainda, o apoio do Governo do Estado, nas pessoas do governador Camilo Santana e da vice-governadora Izolda Cela. Os dois estão pessoalmente empenhados em diminuir esse mal que ameaça o futuro das próximas gerações. Que as conclusões do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência sejam úteis e se tornem uma espécie de manual para transformamos nossa juventude. A partir de agora.

PROTAGONISMO MUNICIPAL NO CAMINHO DA ESPERANÇA

Ivo Gomes

Deputado estadual

Presidente do Comitê Cearense pela Prevenção
de Homicídios na Adolescência

É só ligar a televisão para ver a dor da mãe que chora a perda de um filho adolescente. Todos os dias, 29 deles se vão no Brasil e outros tantos matam alguém perto ou longe de você.

Apesar de os índices de homicídios terem caído no Ceará nos últimos dois anos, de acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), o Estado ainda apresenta uma das maiores taxas de mortes violentas de adolescentes no País. Para se ter uma ideia do tamanho do problema, Fortaleza lidera o ranking das mortes de meninos e meninas entre 10 e 19 anos entre as capitais brasileiras.

Por não acreditarem que essa realidade é natural, nem muito menos que a morte de cada um deles pode ser banalizada, a Assembleia Legislativa do Ceará, o Governo do Estado e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) uniram-se na tentativa de encontrar caminhos que apontem para prevenção de homicídios na adolescência.

Anos atrás, em 2002, juntos, já tínhamos logrado êxito com a descoberta de mecanismos capazes de melhorar os pífios resultados da educação pública no Ceará, por meio do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar. Na época, nós ficávamos intrigados com a seguinte questão: se todos os motivos que usavam para justificar o fracasso da escola estavam melhorando, como aumento no salário de professores, melhoria nas estruturas das escolas, dentre outros, porque os meninos continuavam sem aprender?

Foi então que somamos esforços, viajamos o Ceará inteiro e entrevistamos mais de 30 mil alunos. Concluímos que, na verdade, os meninos eram, em sua maioria, analfabetos, o que comprometia todo o aprendizado deles. Essa hipótese foi comprovada pelo comitê e a nossa sugestão de política pública tornou-se realidade com a implementação pelo Governo do Estado do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), e, posteriormente, do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) pelo Governo Federal.

Em moldes muito semelhantes, portanto, idealizamos, em dezembro de 2015, uma instância na Assembleia Legislativa que procurasse encontrar a origem do problema da violência entre adolescentes no Ceará, uma vez que as já tradicionais explicações para tal fenômeno também não conseguiam explicar os índices alarmantes de letalidade entre nossos adolescentes. Os indicadores brasileiros e cearenses de educação, saúde e oportunidades de lazer, por exemplo, melhoraram, consideravelmente, nos últimos 12 anos e, na contramão disso, a violência não deu trégua.

Assim sendo, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência tomou para si a responsabilidade de investigar, por meio de pesquisa de campo em sete municípios, de grupos focais com agentes públicos e famílias, de audiências públicas territoriais para escuta das comunidades e de seminários temáticos, as razões que levaram jovens cearenses a se tornarem autores ou vítimas de homicídios.

Debruçamo-nos sobre as trajetórias de vida de cada um desses adolescentes, sobre suas ambiências afetivas e sobre seus entornos familiares e sociais. Ao longo deste relatório de quase 600 páginas, as suas histórias estão desenhadas e nos mostram muitas semelhanças entre si.

Na esmagadora maioria dos casos, a pesquisa denuncia uma adolescência abandonada – tanto a que mata quanto a que morre – e uma cultura de violência que naturaliza o acesso à arma e banaliza a morte. O estudo estampa, ainda, famílias extremamente vulneráveis e uma quase que total ausência de políticas públicas para a adolescência.

Isso nos leva a refletir sobre o papel crucial a ser desempenhado pelos municípios no enfrentamento desse obstáculo, pois é no nosso bairro, na nossa rua, onde a vida acontece de verdade. É lá onde os garotos e garotas estão abandonados, onde suas famílias estão vulneráveis e onde o poder público municipal e a sociedade civil podem e devem chegar juntos. Descobrimos que não há outro caminho, senão pelo do protagonismo municipal, com auxílio dos poderes estadual e federal, para alcançarmos cada um dos locais onde estejam adolescentes próximos da entrada no mundo da desesperança.

É bem verdade que não está nas possibilidades dos governos a distribuição do amor, em suas mais diversas dimensões. Entretanto, cabe a eles e à sociedade civil organizada a propagação e muitas vezes a efetivação do fortalecimento dos laços afetivos familiares e comunitários, que evitam o esgarçamento do tecido social, e a construção conjunta de cidades mais pacíficas e tolerantes para nossos adolescentes.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 14 Esforço interinstitucional pela vida - Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**
Mobilização em muitas frentes
Pesquisa mais abrangente sobre homicídios na adolescência
Audiências públicas: prioridade para a escuta das comunidades
Temas correlatos à violência abordados por especialistas e ativistas
Grupos de discussão com familiares, profissionais, policiais e operadores de justiça
Simbologias de uma imagem

QUEM SE IMPORTA

- 38 Fortaleza dissecada - Dolorosa anatomia da violência letal na adolescência**
50 Ceará transfigurado - A deformação espacial causada pelos homicídios
64 Brasil dilacerado - Situação pior que nos cenários de guerra
72 Vidas desprotegidas - A morte começa no abandono familiar, social ou institucional
80 Banalização da morte e da vida - Um tempo de crise de valores
"Ou se morre ou se mata"
"Eles aprendem o que é respeito pela dor"
Religiosidade em desconstrução e destruição
92 História de vida: Paixão e morte entre quatro linhas
95 Ruptura civilizatória - A inversão da ordem natural do ciclo de vida expõe um fracasso social
104 Pela desnaturalização da morte - Contra a criminalização, o preconceito e os estereótipos
110 História de vida: Absolvido e absorvido pelo porte legal de conhecimento

O ADOLESCENTE

- 116 A violência que envolve a adolescência - O retrato das vítimas e dos autores de homicídios**
126 História de vida: O fim precoce de uma vida de oportunidades
Três meninas-moças com a vida atravessada pela violência
132 Planos interceptados, sonhos frustrados - A morte põe fim a projetos de vida
136 A vida sob ameaça - Viver com medo é viver pela metade
144 A paz começa na primeira infância - Por um contexto de não-violência desde os anos iniciais de vida
Vacinas contra a violência: fatores de proteção
O desenvolvimento infanto-juvenil e a resiliência
157 Adolescência, período especial da existência - Tempo de vulnerabilidades e oportunidades
Transgressão em busca de identidade e reconhecimento
Eles por eles: contestação, questionamento, provocação...

A FAMÍLIA

- 172 **Família: cuidado, frágil! - Fortalecer os cuidadores para proteger a criança**
- 180 **Proteção compartilhada - É dever da família, da sociedade e do Estado**
- 186 **Órfãos da violência - Geração de crianças com pais mortos ou apreendidos**
- 191 **Compreendendo os arranjos familiares - Mais importante que a estrutura de família é a capacidade de amor e proteção**
- 195 **Repercussões para além da morte - Famílias sob o legado de perdas, dores e ameaças**
"Levaram 11 vidas e deixaram muita gente sofrendo"
"É um rombo no coração uma mãe perder quatro filhos"
"A melhor parte de mim morreu com ele"
"Ele não viveu, já estava morto antes de morrer"
- 214 **Reprodução do ciclo de violência - Círculo vicioso de agressões no contexto familiar**
Drogas, negligência e abandono
- 225 **Homens e mulheres: desigualdade até na hora da morte**
- 236 **História de vida: Paternidade em contexto singular de abandonos, ameaças e violências**

A COMUNIDADE

- 242 **O risco de viver em assentamentos precários - Distribuição espacial dos homicídios de adolescentes**
- 252 **Preconceito geográfico - Comunidades sob o estigma da violência**
- 256 **Pertencimento e resistência - Experiências de organização e mobilização comunitária**
- 261 **História de vida: A arte de reinventar a vida a passos largos e delicados**
- 266 **Projetos sociais e de vida - Iniciativas complementares aos equipamentos públicos**
- 276 **Contextos de fragilidades e delicadezas - Sensibilidades e estado de alerta na pesquisa de campo**
Em contato com vidas desamparadas e sob vulnerabilidades
O exercício da escuta junto a quem tem a necessidade da fala
- 287 **O crime (re)organizado nas periferias: pacificação ou silenciamento? - A paz sem voz não é paz, é medo**
Modelo tipo exportação?
Poder oficial *versus* poder paralelo
A cooptação de crianças, adolescentes e jovens
- 303 **Zonas de conflito - Comunidades sob fogo cruzado**
Ambiência de violência e perdas
- 316 **Cenários para o espetáculo horrendo da violência - Violações de direitos no roteiro dos programas policiais**
Sangue no café da manhã, almoço e jantar
Concessões públicas e de infração à lei
Valores morais, sociais e financeiros sob controle remoto e atual
- 347 **Sociedade midiaticizada e sociabilidade violenta - Comunicação para uma cultura da violência e do medo**
Publicidade infantil em tempos de convergência midiática

362 O gatilho que dispara a violência - Acesso fácil às armas de fogo

(Des)controle de armamentos
Instrumento mais letal
É sério ou de brincadeira?

380 História de vida: Um tiro violou a cena icônica da maternidade

O ESTADO

386 Estado ausente, população invisível - Políticas públicas frágeis

404 A polícia mais amedronta do que protege - Lógica repressiva em detrimento do modelo comunitário

Pobres e negros, principais vítimas da violência institucional
Periferia sob toque de recolher?

416 Extermínios e sofrimentos coletivos - Tristes lições entre as chacinas do Pantanal e de Messejana

“Mãe, fui baleado”
“Só deu para ver o último suspiro do meu filho”

427 História de vida: Duas lágrimas, vírgula. Pontos de interrogação, reticências e ponto final

435 Que (política sobre) droga é essa? - Limbo entre a proibição e a liberação

Medo e desinformação: sem efeito
A derrota social da guerra às drogas
O mundo sob a tendência de flexibilização das restrições
Dependência química: mais saúde, menos polícia
Prevenção e tratamento: experiências de êxito ou fracasso
Reféns de uma questão mercadológica

485 Sistema socioeducativo em colapso - Antimodelo para adolescentes em conflito com a lei

Centro educacional? “Meu filho foi parar dentro de uma escola de crime”
Superlotação como estopim
Sob o desprezo ou o ódio
Projetos de homens no desenho de mulheres
Era uma vez um modelo para o Brasil?
Que se respeite a memória de Dom Aloisio

515 Até quando? - A esperança não é para amanhã, a esperança é já

529 História de vida: Guerreiro menino: combate desleal em vida e morte

RECOMENDAÇÕES

534 Recomendações

CONCLUSÕES

562 Cada vida importa, afinal

570 ANEXOS

APRESENTAÇÃO

ESFORÇO INTERINSTITUCIONAL PELA VIDA COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

Poder público e sociedade são, em alguma medida, vítimas, mas também cúmplices e alvos da violência que ceifa a vida de milhares de adolescentes no Brasil, centenas no Ceará. Os homicídios atingem níveis de uma grande epidemia: 816 meninos e meninas de 10 a 19 anos foram mortos no território cearense em 2015, sendo 387 apenas na capital Fortaleza, segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

Que essas mortes despertem em cada agente público, mas também em cada cidadão, o sentimento de solidariedade às famílias e a mobilização por justiça e garantia de que todos tenham direito à vida sem violência. Que outras tantas, que aconteceram nos últimos anos e continuam a se repetir, não fiquem diluídas entre estatísticas que só envergonham o Ceará. Cada vida importa!

A violência letal não se agravou de um ano para o outro. As estatísticas revelam que o problema se intensificou ao longo de mais de uma década, principalmente na adolescência. Embora com atraso,

a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef se articularam numa conjunção de esforços, visando à superação de uma realidade não só adversa, mas, sobretudo, perversa.

No dia 11 de dezembro de 2015, representantes das três esferas procederam à assinatura de um protocolo de intenções para a criação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. O documento foi subscrito pelo presidente do parlamento, deputado Zezinho Albuquerque, a vice-governadora Izolda Cela e o representante do Unicef no Brasil, Gary Stahl. E no dia 23 de fevereiro de 2016, o comitê foi lançado oficialmente no plenário do Legislativo.

O colegiado tem como presidente o deputado Ivo Gomes e como relator o deputado Renato Roseno. O comitê conta com a participação também dos deputados Zé Ailton Brasil, Bethrose Fontenele e Augusta Brito, presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, Comissão de Infância e Adolescência e Comissão de Juventude, respectivamente.

DAVI PINHEIRO



1. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) fez parte do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), criado em 2007, por meio de uma ação conjunta entre a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LAV/Uerj). O objetivo do IHA é estimar a mortalidade por homicídio na adolescência, especificamente na faixa dos 12 aos 18 anos. O índice expressa, para cada grupo de 1.000 adolescentes que completaram 12 anos, o número deles que não completará 19 anos. A expectativa é contribuir para o monitoramento do fenômeno da violência letal na adolescência e para a avaliação de políticas públicas orientadas à prevenção. O índice é calculado a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que compõe o banco de dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS).



A iniciativa surge do incômodo provocado pelas posições que o Ceará e Fortaleza ocupam no ranking de assassinatos de adolescentes. A quinta capital do Brasil em população, com 2,6 milhões de habitantes, tem o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)¹. E a oitava unidade da federação mais populosa, com 8,9 milhões de moradores estimados em 2016, está em terceiro lugar entre os estados com mais mortes na faixa etária de 12 a 18 anos.

Há um desconforto com os números da violência, mas também com as interpretações disponíveis sobre a questão, ainda insuficientes ou carregadas de estereótipos. É preciso lançar luz sobre um cenário sombrio, analisar em detalhes um fenômeno que não está satisfatoriamente claro. É essencial saber por que o Ceará chegou a patamar tão elevado de crimes de morte, identificar o que se encontra invisível para compreender a situação com mais nitidez e menos preconceitos.

“Os indicadores de violência não dão trégua. Pior: os indicadores envolvendo adolescentes e jovens são alarmantes. Tem alguma coisa muito errada nisso e nas explicações. A nossa pretensão é trabalhar com algumas hipóteses e tentar comprová-las ou não. Suspeitamos de que há componentes envolvendo essas crianças e adolescentes, suas famílias e suas comunidades que não estão devidamente explicitados e estudados, informações para as quais não está dado um grau de cientificidade, segurança e credibilidade para que as instâncias de governo possam atuar com base nelas”, avalia o presidente do comitê, deputado Ivo Gomes.

A criação do colegiado é uma tentativa de conhecer o problema em profundidade, fugindo de análises superficiais e deterministas, para propor recomendações aos diversos níveis de poder e à sociedade, cujos representantes foram acionados desde o início dos trabalhos. O comitê é, portanto, uma instância de estudo, debate, mobilização e projeção, congregando diversos atores e instituições num esforço interinstitucional pela vida.

Para dar conta dessas quatro tarefas, a equipe trabalhou com reuniões ordinárias e extraordinárias, pesquisa de campo, audiências públicas, seminários, grupos focais, consulta aos órgãos governamentais e articulação com organizações da sociedade. Ao tratar das mortes violentas na adolescência, é preciso se debruçar sobre a vida de meninos e meninas, diagnosticando os problemas para indicar as soluções, de curto, médio e longo prazos.

O comitê procurou observar a fundo a trajetória de vida dos adolescentes que foram mortos ou que mataram. Em geral, as dinâmicas da morte – de ser morto ou de matar – são muito próximas. Daí a importância de verificar quais as dinâmicas da vida – de estar e continuar vivo, mas também de representar ou não uma ameaça ao outro.

Seja em qual for a geração, há uma dificuldade persistente de apontar um nexo causal para os homicídios. Não existe apenas um fator determinante para a violência, ainda mais quando ela se manifesta na adolescência, período em que o indivíduo passa por tantas transformações orgânicas, emocionais, comportamentais e sociais. Por isso mesmo, o fenômeno foi estudado com base na análise de quatro importantes aspectos da vida: individual, familiar, comunitário e institucional.

Era preciso conhecer as dinâmicas pessoal, familiar e comunitária dos adolescentes e as políticas públicas acessíveis ou não a eles. Com o compromisso de entender a realidade para elaborar propostas concretas que devam ser implementadas de fato, o comitê procurou respostas para inúmeras questões. Qual a trajetória de vida? Qual a participação das famílias? Qual a inserção nas comunidades? Qual a relação com os serviços e equipamentos públicos?

O que leva alguém a envolver-se tão precocemente com a violência? O que faltou ou o que sobrou para tornar tantos adolescentes vítimas ou autores de homicídios? O ambiente familiar era de afeto e proteção? Quais os grupos dos quais eles faziam parte? Eles estavam na escola? Que relação existia com o consumo ou o comércio de drogas? Como se dava o acesso a armas de fogo?

Muito mais do que apresentar estatísticas de diferentes instituições, que corroboram umas às outras e já são bastante contundentes, o comitê se dedicou ao diagnóstico e à interpretação da situação para propor recomendações a partir da compreensão sobre o indivíduo, a família onde nasceu, a comunidade onde vive ou viveu e as instituições que estão ou estavam ao redor dele.

No empenho de superar o conhecimento superficial e as respostas fáceis e simplórias para um dilema tão complexo, a equipe buscou captar os elementos sobre a subjetividade do adolescente, o ambiente familiar em que está ou se encontrava, a relação com a comunidade onde vive ou morava e a dinâmica das políticas públicas. “Precisamos discutir as políticas públicas que circundam esses adolescentes e sua efetividade e afetividade”, defende o presidente do comitê.

Por que são mortos? Por que matam? Existe uma relação entre violência letal e outras formas de violência, simbólicas ou não, como a destituição de ambiente afetivo e protetivo, o machismo, o racismo e a exclusão social? “Essa violência tem um álibi cínico e cruel, que é o mercado das drogas, e uma vítima ideal, que é o menino pobre e negro da periferia, resultado de uma sociedade estruturalmente desigual, machista e racista”, aponta o relator do comitê, deputado Renato Roseno.

O colegiado procurou evidências, para além do senso comum sobre a violência, que possam dar respostas a uma demanda especial, a demanda pela vida. O que explica o problema, se os in-

dicadores de educação, esporte, cultura, lazer, moradia, profissionalização, proteção social, saneamento básico, saúde e segurança melhoraram nos últimos anos em todo o Brasil, embora ainda muito aquém das necessidades reais da população? Além das hipóteses relacionadas a componentes afetivos e de laços familiares e comunitários, há explicações novas ou outros dados que contribuam para uma compreensão maior sobre o fenômeno?

Uma série de estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) durante um ano se norteou por uma pergunta básica: É possível reduzir a criminalidade no Brasil até 2023? Ao questionamento somaram-se outros: “Até que ponto o aumento do desenvolvimento social inclusivo pode ser decisivo para redução da violência? Como a expansão de políticas para a juventude, focadas em grupos vulneráveis, e a repressão ao porte e tráfico de armas podem contribuir para reduzir a violência urbana?” Para além das incertezas, os pesquisadores constataram tendências: “A manutenção da violência urbana entre jovens, a permanência da desigualdade social, a persistência de fácil acesso às armas de fogo e a pressão pela flexibilização do Estatuto do Desarmamento”.

Diante de um cenário de dúvidas e constatações, os técnicos do Ipea apontam que a reversão da situação passa pela implantação de sistema de justiça criminal, políticas de segurança pública, necessidade de sensação de segurança, implantação de política de drogas, combate ao crime organizado e formulação e execução de políticas de segurança pública. “Só a união de diversos atores sociais e, principalmente, o investimento nas incertezas identificadas podem ajudar a reverter essa situação”, conclui a revista *Desafios do Desenvolvimento*², publicada pelo Ipea em março de 2016, acerca do estudo – *Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*.

Que, a exemplo da expectativa dos pesquisadores do Ipea, os resultados do trabalho desenvolvido no Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência possam gerar os melhores dividendos. Uma das premissas fundamentais é de que as pessoas não nascem predestinadas à criminalidade nem à morte precoce. Com base nas respostas encontradas ao longo de um ano de trabalho, o comitê está encaminhando aos diversos órgãos públicos, em níveis municipal, estadual e federal, propostas para reduzir o acesso de crianças, adolescentes e jovens aos indutores de violência. O conjunto de recomendações, ao fim deste relatório, é resultado de um esforço coletivo para evitar que a violência continue fazendo tantas vítimas.

“A estatística, só, não nos basta, carece de explicação e soluções – o que, por que e como. Esse conjunto de recomendações tem de gerar mudança de atitude”, resume Renato Roseno. O relatório produzido pelo comitê está sendo lançado em um

2. Citação à revista *Desafios do Desenvolvimento*, publicada pelo Ipea em março de 2016, acerca do estudo *Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*. De autoria de Helder Rogério Sant’Anna Ferreira, coordenador de Justiça e Segurança Pública da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), e de Elaine Coutinho Marcial, coordenadora da Assessoria de Gestão Estratégica, Informação e Documentação do Instituto, a obra foi elaborada em parceria com a extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com apoio dos ministérios da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trata-se de uma série de estudos realizados durante um ano, em que os pesquisadores observaram as tendências e incertezas relacionadas à violência no Brasil.

momento estratégico, após a realização de eleições municipais, às vésperas do início de novas administrações, cujas ações são fundamentais para a prevenção da violência. “Que o relatório seja uma agenda de incidência para esses novos governos locais”, manifesta o relator.

O trabalho se voltou para a prevenção de homicídios na adolescência, mas os desdobramentos podem e devem ter uma repercussão positiva não apenas na faixa etária de 10 a 18 anos³. O foco das recomendações é para um grupo populacional específico, os adolescentes, mas o compromisso é com a vida de todos, independentemente da geração. Implementadas as propostas ora apresentadas, o comitê acredita que a redução de crimes de morte vai se estender para além da infância, adolescência e juventude, porque cada vida importa.

3. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza trabalham com dados de homicídios para a faixa etária de 10 a 19 anos por 100.000. O Índice de Homicídios na Adolescência é medido na população de 12 a 18 anos por 1.000.

MOBILIZAÇÃO EM MUITAS FRENTES

O empenho em desvendar as causas dos homicídios permeou todas as atividades do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. O esforço envolveu pesquisa de campo, audiências públicas, seminários e grupos focais. Além de consultas a órgãos governamentais e instituições da sociedade, reuniões ordinárias semanais e encontros extraordinários para planejamento e encaminhamento das ações e discussões e análises sobre os resultados obtidos.

A participação de instituições de referência no Ceará ou que mantêm representações no Estado representou um acréscimo significativo de contribuições ao trabalho. A busca por respostas sobre os determinantes que levam à violência letal contou com representantes do poder público e profissionais

DAVI PINHEIRO



Audiência pública realizada em Sobral sobre homicídios na adolescência teve o maior número de inscritos: 274

e ativistas nas áreas de segurança pública, saúde, educação, direitos humanos e membros de universidades, conselhos e organizações não governamentais.

“Eu não tenho dúvidas de que, nesse estudo, tem muita coisa que se pode descobrir em relação a trajetórias, a padrões que podem ser identificados na vida desses meninos, a influências na subjetividade... Tem coisas que podemos conhecer e dar uma concretude maior e, a partir desse conhecimento, direcionarmos as políticas”, avalia a vice-governadora Izolda Cela, psicóloga de formação, ex-secretária da Educação do Estado. “Ouvir as pessoas de forma qualificada pode contribuir com as respostas que nós temos”, acrescenta ela, que também é coordenadora do Pacto pelo Ceará Pacífico, estratégia de articulação que busca integrar as forças estatais e da sociedade, tendo em vista a complexidade da violência no Ceará.

Para chegar às conclusões e aos resultados, o comitê procurou evitar que as atividades se desenvolvessem de forma isolada e vertical, de cima para baixo, para envolver horizontalmente diversas instituições e atores, inclusive os adolescentes das comunidades mais afetadas pelo problema da violência. “Um novo patamar de políticas públicas para a juventude está surgindo a partir do comitê, com uma sensibilização maior, mais informações e mais força política, com a Assembleia Legislativa e o Unicef envolvidos”, aposta Davi Barros, coordenador especial de Juventude do Governo do Estado.

Entre os representantes do governo e da sociedade, a manifestação de um desejo em comum: que o comitê demarque um novo tempo nas políticas públicas estaduais para a garantia da vida e do bem-viver. “A expectativa é que o trabalho do comitê vá à raiz do problema para superar uma realidade meramente punitivista e encarceradora, oferecendo elementos para a formulação de políticas”, almeja Nadja Furtado Bortolotti, assessora jurídica do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Ceará) e presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), instância oficial para formulação e deliberação de políticas públicas que atendem a essa parcela da população.



PESQUISA MAIS ABRANGENTE SOBRE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

Desde a assinatura do protocolo de intenções, em dezembro de 2015, no gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa, até a instalação no plenário da casa, em fevereiro de 2016, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência trabalhou para montar a logística dos trabalhos, recrutar os profissionais para a pesquisa de campo e preparar os instrumentais que seriam utilizados pelos pesquisadores. Durante quase três meses, foram elaborados os roteiros de entrevistas, grupos focais e diários de campo, além de um questionário para as famílias de adolescentes vítimas de homicídios e outro para os adolescentes aos quais se atribui a autoria de assassinatos.

A formatação da metodologia de trabalho e a articulação com instituições do poder público e da sociedade para composição do colegiado mobilizaram as equipes técnica e de assessoria, além do coordenador, presidente e relator do comitê e dos presidentes das comissões técnicas do Legislativo com participação direta na iniciativa. A equipe técnica ficou responsável também pela aplicação de um pré-teste da pesquisa antes da seleção dos pesquisadores, que envolveu 11 famílias de adolescentes assassinados e seis adolescentes sob privação de liberdade – quatro meninos e duas meninas.

A pesquisa mais abrangente feita no Ceará sobre homicídios na adolescência contemplou sete municípios e reuniu 24 profissionais, selecionados entre 4.266 inscritos com base em critérios objetivos de análise de currículo e entrevista. A equipe de pesquisadores foi formada por pessoas com mestrado, doutorado e pós-doutorado, profissionais de Direito, Economia Doméstica, Educação, Enfermagem, Geografia, História, Sociologia, Psicologia e Serviço Social, com experiência de atuação, militância e/ou pesquisa nas áreas de direitos humanos, DST/HIV/Aids, gênero, igualdade racial, infância/adolescência/juventude, políticas públicas, políticas sobre drogas, saúde pública, segurança pública e violência doméstica. “A gente está trabalhando com respeito à vida”, resumiu Auxiliadora de Paula, uma das pesquisadoras.

A seleção foi conduzida pelo Unicef juntamente com o Instituto OCA - Observatório da Criança e do Adolescente, associação civil que trabalha com alternativas inovadoras para a infância e a juventude. Antes da entrada em campo, os selecionados passaram por um treinamento nos dias 23 e 24 de fevereiro, oportunidade que tiveram para se apropriar da metodologia e dos objetivos do trabalho, discutir o questionário a ser aplicado e propor ajustes às perguntas.

“É inusitado fazer uma pesquisa sobre a vida a partir da morte. Impedimentos, obstáculos, esbarros, dificuldades da vida seguir revelarão a violação de direitos. Não é uma questão

DAVI PINHEIRO



Pesquisadora Claudia Costa em visita a Caucaia: levantamento em sete cidades sobre histórias de vida e morte

de culpabilizar, mas de responsabilizar a quem cabe, por algo vergonhoso para o Ceará, pois as trajetórias de vida anunciavam que a morte estava vindo”, ponderou a psicóloga Ângela Pinheiro durante a oficina metodológica.

Uma das fundadoras do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (Nucepec) da Universidade Federal do Ceará, Ângela Pinheiro atuou como consultora do comitê, inclusive provocando de imediato os pesquisadores sobre questões atinentes à vida e à morte dos adolescentes, sobre a importância do que é recorrente ou singular nas histórias de cada um. “Onde os vínculos foram quebrados, esgarçados ou tensionados? Quem não se importa, como pessoa ou instituição do poder público ou da sociedade? Onde é sujeito público para além de aparecer como ‘o meu guri’ e as iniciais?”, perguntou, numa referência à canção antológica⁴ que denuncia a visibilidade de tantos adolescentes apenas quando são assassinados: “Chega estampado, manchete, retrato, com venda nos olhos, legenda e as iniciais (...) Desde o começo, eu não disse, seu moço, ele disse que chegava lá”.

Em 14 comunidades da capital, quatro municípios da região metropolitana de Fortaleza e duas cidades do interior, os pesquisadores foram conhecer de perto as histórias de vida e morte de adolescentes e as repercussões sobre os familiares. A escolha de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Eusébio, Juazeiro do Norte e Sobral se deu em função dos números absolutos de homicídios. De uma amostra de 816 famílias que tiveram os filhos assassinados em 2014 e 2015, foram entrevistadas 263 – as recusas em participar da pesquisa partiram de

4. Citação a *O meu Guri*, letra-canção de Chico Buarque de Holanda presente no disco *Almanaque*, lançado em 1981. A composição aborda por meio da narração de uma mulher a história de vida do filho, desde o nascimento até a morte precoce, uma vida curta marcada pela miséria no morro e o envolvimento com atos infracionais.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

30 famílias. O questionário contou com 139 perguntas sobre as circunstâncias do evento trágico, a trajetória de vida, a retaguarda que tiveram ou deixou de existir e a representação das famílias sobre o adolescente morto.

Em Fortaleza, os endereços das vítimas foram georreferenciados. Mesmo assim, a pesquisa envolveu dois supervisores de campo e quatro articuladores comunitários para facilitar o acesso às famílias. Os pesquisadores foram divididos pelos territórios agrupados em duplas, que se revezaram entre a aplicação do questionário e a elaboração de um diário de campo para melhor observação do entorno e captura de informações sobre contexto de vida dos entrevistados. Em campo, as equipes tiveram o apoio dos profissionais dos serviços socioassistenciais e de saúde e integrantes de projetos comunitários, o que foi essencial para ajudar na localização das famílias que já haviam mudado de residência ou cujos endereços, fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública, apresentavam informações insuficientes ou incorretas.

Os pesquisadores também foram a oito unidades do Sistema Socioeducativo, onde conseguiram ouvir 121 adolescentes que estavam em privação de liberdade sob a acusação de assassinatos praticados em 2015, à exceção das cidades de Juazeiro do Norte e Sobral, onde também foram pesquisados os homicídios que aconteceram em 2014. O instrumental aplicado aos adolescentes reuniu 129 questões. “Nós fomos buscar nas famílias e nos adolescentes explicações para o que está acontecendo. Junto às famílias, procuramos entender as dinâmicas familiares e em que medida o Estado brasileiro pode apoiar. Junto aos adolescentes, como esses meninos pensam e se responsabilizam por essas mortes”, afirma o coordenador do Unicef, Rui Aguiar.

“Queremos saber de onde eles vieram, onde nasceram, em que circunstâncias socioeconômicas foram criados, qual era a retaguarda afetiva, qual o grau de amor que esses meninos tinham em casa, qual o grau de conexão que esses garotos tinham em suas comunidades. Não estamos interessados em proteger ninguém pelos atos cometidos, mas também não estamos para julgar nem as pessoas nem os órgãos públicos. Se nós começarmos já com essa pretensão, não vamos conseguir entrar onde precisamos, mas queremos entender também qual o grau de eficácia ou ineficácia do aparato institucional, seja ele federal, estadual ou municipal, que rodeava esses garotos no momento em que cometeram os delitos ou morreram, e saber por que esse aparato não foi capaz de evitar com que esses garotos se envolvessem no mundo do crime”, complementa o presidente do comitê, deputado Ivo Gomes.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: PRIORIDADE PARA A ESCUTA DAS COMUNIDADES

Pelo menos 1.638 pessoas participaram de 11 audiências públicas em sete municípios para discutir os homicídios na adolescência. A escolha dos territórios levou em consideração critérios objetivos: população em geral, população de adolescentes, número absoluto de homicídios de pessoas de 10 a 18 anos e número proporcional de assassinatos nessa faixa etária.

Além de Fortaleza, onde ocorreram cinco audiências públicas, outros seis municípios tiveram a oportunidade de fazer o debate sobre os assassinatos de adolescentes e propor soluções para o problema – Caucaia, Maracanaú e Horizonte, na região metropolitana de Fortaleza; Sobral, na zona Norte; Juazeiro do Norte, no Cariri; e Quixadá, no Sertão de Quixeramobim. As demais cidades de cada microrregião também foram mobilizadas para participar dos encontros, mas a presença ficou aquém das expectativas.

A primeira audiência do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência foi realizada no Complexo de Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa, reunindo moradores de todas as regionais de Fortaleza. Para aprofundar o debate sobre os homicídios, nos bairros da capital com os maiores índices de assassinato entre adolescentes, o comitê programou outros quatro encontros, na Barra do Ceará, no Bom Jardim, no Jangurussu e no Vicente Pinzón.

As audiências públicas tiveram como objetivo principal ouvir a população dos territórios com maior adensamento de mortes sobre a violência letal que envolve meninos e meninas no Ceará. O comitê procurou mobilizar as comunidades para a reflexão sobre os homicídios nos respectivos territórios e, a partir do exercício coletivo acerca da própria realidade, a proposição e o desenvolvimento de meios para superar o problema. Adolescentes e jovens tiveram a mesma oportunidade de se expressar que adultos e idosos. Moradores das comunidades, mais do que ouvir autoridades públicas e especialistas, foram escutados por eles.

Em cada audiência, o comitê deu ênfase à escuta dos moradores das respectivas áreas, sem deixar de contemplar, obviamente, os representantes de movimentos sociais e instituições que foram convidados para se agregar a esse esforço de interpretação do problema e proposição de medidas para a redução das mortes. “O relatório tem que falar deste território que é o Ceará, o nosso pequeno ‘país’, com seus 8,9 milhões de pessoas, mais de 1 milhão de pobres e miseráveis”, manifestou o relator, deputado Renato Roseno, durante o lançamento do comitê.

No intuito de ampliar as possibilidades de participação nas audiências e oferecer condições para que as pessoas se sentissem à vontade nas discussões, o comitê mobilizou as bases co-

FELIPE ABUD



Audiência pública no Centro Cultural Tasso Jereissati, em Horizonte, no dia 13 de junho de 2016



munitárias e definiu uma metodologia para tornar o momento menos formal e o ambiente mais acolhedor. Os participantes foram separados em grupos para debate e aprofundamento sobre os homicídios na adolescência, procurando observar as perspectivas individual, familiar, comunitária e institucional relacionadas a vítimas e autores.

A divisão em grupos, fugindo do modelo convencional de audiência pública, possibilitou uma participação maior das pessoas e uma experiência menos hierarquizada. Em vez de especialistas e autoridades com a supremacia do tempo, os convidados para a mesa de abertura e encerramento sempre falavam pouco para que o público tivesse condições de expor melhor as impressões sobre o fenômeno em análise. Durante cerca de 90 minutos, os participantes discutiam e analisavam o problema e apresentavam soluções, num momento de partilha de vivências, aprendizados, ideias, sonhos, dores, frustrações e esperanças.

Por que e como? As pessoas foram estimuladas a refletir e a discutir sobre as causas da violência e as soluções para a redução de homicídios. A primeira audiência pública possibilitou a testagem da metodologia, que foi se adaptando e aperfeiçoando a partir dos eventos nas comunidades. Enquanto a experiência inaugural foi mais uma oportunidade de reflexão e análise da situação, as audiências seguintes permitiram compor um elenco de recomendações, garantindo propostas gerais para todo o Ceará a partir da compreensão e singularidade das realidades próprias de cada localidade.

As audiências públicas se constituíram em momentos importantes para agrupar uma diversidade grande de participantes. Centenas de pessoas representaram dezenas de instituições. Em um mesmo espaço, estiveram discutindo a questão, mobilizados pela causa da redução de homicídios, professores e pesquisadores das universidades; estudantes, profissionais e gestores das áreas da educação, saúde e assistência social; policiais e guardas municipais; participantes de projetos sociais nas áreas de educação, cultura e esporte; membros de comissões de juventude; integrantes de pastorais sociais católicas e de outras denominações religiosas; representantes de instituições públicas e organizações não governamentais; líderes comunitários...

Mais do que representar uma instituição, muitos participantes estavam interessados em compreender melhor uma questão que aflige – ou deveria afligir – a todos os cearenses e contribuir com a transformação dessa realidade. No preenchimento das fichas de inscrição ou no momento de apresentação nos grupos, a constatação da diversidade de participação – algumas pessoas se identificavam como agente administrativo, autônomo, auxiliar administrativo, cuidadora de idosos, médico, motorista particular, operador têxtil, psicólogo, trocadora de topic, vendedora... Um participante se definiu simples e originalmente como uma “pessoa civil”.

Entre todas as fichas de inscrição, uma chamou a atenção por não seguir o preenchimento convencional e por expressar muitos significados. No campo “órgão”, Roberto Ronny Silvério Antunes escreveu: Meninos de Deus “eternamente”. No espaço reservado ao “cargo”, ele pôs: mais um sobrevivente. Dias depois, o comitê descobriu que Ronny é um jovem de 27 anos, morador do Parque Santa Filomena, que participou da audiência pública no bairro Jangurussu e aposta na vida. “Eu ainda tenho esperança que possa mudar a realidade da violência”, justifica. “Meninos de Deus” é um grupo criado em 2008 com o objetivo de transformar a realidade de adolescentes e jovens envolvidos com a violência ou em situação de vulnerabilidade.

“Entre 2006 e 2008, 43 adolescentes e jovens tocaram o terror na comunidade e 36 morreram. Nem a família queria, nem o diabo queria, mas Deus queria. Foi quando surgiu o projeto ‘Menino de Deus’ para acolher os sete sobreviventes e os simpatizantes”, descreve Ronny, que participou do projeto desde o início e se tornou um educador social. Para ele, que tem dois outros irmãos, de 22 e 23 anos, também “meninos de Deus”, o grupo foi uma “válvula de escape”.

O esporte, especialmente o futebol, é uma das estratégias para envolver os adolescentes e jovens. Por meio do projeto, que tem apoio da organização não governamental Visão Mundial, os meninos são provocados a refletir sobre a vida e a situação da comunidade e sobre o que desejam para eles mesmos e para os amigos. E aprendem o grande valor da dignidade e do respeito conquistados sem uso de violência.

TEMAS CORRELATOS À VIOLÊNCIA ABORDADOS POR ESPECIALISTAS E ATIVISTAS

Os seminários temáticos organizados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência puseram em discussão assuntos intrinsecamente ligados ao debate sobre violência, como acesso a armas de fogo, consumo e comércio de drogas, cultura da violência, justiça e políticas públicas de segurança. Durante os encontros, realizados com a presença de especialistas de renome estadual e nacional, foi possível aprofundar questões sobre a relação que o Estado e a sociedade estabelecem com os adolescentes e jovens, debatendo comportamento, consumo, convivência com substâncias psicoativas, mídia e comunicação, violência institucional e violação de direitos.

O primeiro seminário foi realizado no dia 2 de junho, com a presença de 484 pessoas e a participação do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, responsável pela série de estudos, publicados desde 1998, intitulada Mapa da Violência. O evento

DAVI PINHEIRO



Prevenção de homicídios na adolescência: armas e drogas - seminário reuniu pelo menos 484 pessoas na Faculdade de Direito da UFC no dia 2 de junho

reuniu pesquisadores e ativistas nas áreas de prevenção de homicídios, com experiências de estudo ou atuação em controle de armas e política sobre drogas. Os convidados representaram o Instituto Igarapé-Rio de Janeiro, o Instituto Sou da Paz-São Paulo, o Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O segundo seminário ocorreu no dia 1º de julho, com a presença do pesquisador da área de violência e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Michel Misse. Além dele, outros convidados participaram do evento debatendo custos econômicos e sociais dos homicídios, cultura do medo e da violência, políticas sociais e de segurança pública e a questão da responsabilização. O evento contou 252 participantes e representantes da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – Andi-Comunicação e Direitos Humanos, do Centro de Apoio Operacional Criminal, Controle Exter-

no da Atividade Policial e Segurança Pública do Ministério Público do Ceará, do Conselho Nacional de Direitos Humanos e Intervenções — Coletivo Brasil de Comunicação Social, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas e da Secretaria de Integração Institucional do Espírito Santo e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Um terceiro seminário foi realizado nos dias 12 e 13 de setembro, reunindo especialistas e representantes dos poderes públicos e de organizações não governamentais locais para contribuição nas discussões e formulações das propostas de recomendações do comitê. Os participantes, pelo menos 29 no primeiro dia e 25 no segundo dia, foram divididos em grupos temáticos para analisar os dados das pesquisas realizadas pelo comitê e apresentar sugestões acerca da prevenção de homicídios de adolescentes em territórios vulneráveis; redução das vulnerabilidades das famílias;

promoção da vida comunitária; políticas de educação, cultura, profissionalização, lazer e esportes para adolescentes; e ações de prevenção da cultura de violência nas mídias.

Entre os participantes do seminário, a representante adjunta do Unicef no Brasil, Esperanza Vives; o chefe da Plataforma do Semiárido do Unicef, Robert Gass; a coordenadora do programa de proteção à criança do Unicef, Casimira Benge; e a diretora do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, Raquel Willadino. Um dos representantes da Prefeitura de Fortaleza, o secretário de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cláudio Ricardo Gomes, destacou a visão multidisciplinar e integradora do comitê sobre o problema multifacetado da violência. A coordenadora de gestão territorial do Pacto pelo Ceará Pacífico, Carla da Escóssia, que participou da atividade representando o Governo do Estado, manifestou a intenção da vice-governadora Izolda Cela de incorporar as recomendações apresentadas pelo comitê às ações governamentais de prevenção à violência.

GRUPOS DE DISCUSSÃO COM FAMILIARES, PROFISSIONAIS, POLICIAIS E OPERADORES DE JUSTIÇA

Além de uma grande pesquisa com familiares de vítimas de assassinatos e acusados de autoria, audiências públicas em sete municípios e seminários temáticos, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência formou grupos específicos para discutir a questão da violência. Os grupos focais envolveram familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa sob acusação de homicídio; profissionais dos serviços socioassistenciais; trabalhadores das áreas de educação e saúde; agentes de segurança pública e operadores do sistema de justiça.

O primeiro grupo focal foi realizado no dia 25 de maio, reunindo profissionais dos serviços de assistência social: Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Sistema Socioeducativo, Conselho Tutelar, Programa

de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (Ppcaam), Centro de Referência e Apoio à Víctima de Violência (Cravv) e abrigo de acolhimento institucional. Na ocasião, os sete participantes tiveram a oportunidade de expressar a percepção que têm sobre a questão dos homicídios na adolescência e relatar como funcionam os serviços onde trabalham.

O grupo focal com trabalhadores das áreas de educação e saúde ocorreu no dia 22 de junho. O grupo contou com a presença de uma diretora e uma coordenadora escolar, um médico do Programa Saúde da Família e Comunidade, uma agente comunitária de saúde, uma psicóloga de Centro de Atenção Psicossocial - Caps Infantil e um psicólogo pesquisador e articulador de um grupo de trabalho sobre juventude e droga.

Ainda na mesma data, 22 de junho, um grupo de familiares de adolescentes sob privação de liberdade foi ouvido por pesquisadores do comitê, no Centro Educacional Aloisio Lorscheider, no bairro Planalto Ayrton Senna, em Fortaleza. A conversa ocorreu em um dia de visitas aos meninos internados, com quatro mães, uma tia, uma irmã e uma namorada. Embora o convite tenha sido extensivo a pais de adolescentes, o grupo não contou com a participação de representante do sexo masculino. Outros dois grupos focais foram realizados com familiares de adolescentes internados nos centros socioeducativos do Canindezinho e Dom Bosco, com 13 e 11 participantes, respectivamente, contando também com pais e irmão dos garotos, embora a maioria das participações tenha sido de mulheres.

A atividade com os agentes de segurança pública ocorreu no dia 24 de junho, reunindo dois oficiais e um praça da Polícia Militar e um representante da Perícia Forense do Ceará, mas não contou com a participação de membros da Polícia Civil, embora o convite tenha sido feito diretamente à Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, à Delegacia da Criança e do Adolescente e a Coordenadoria de Inteligência. A Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Seguran-

ça Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará e a Polícia Federal também foram convidadas, mas não encaminharam representantes.

O encontro com operadores do sistema de justiça, representando o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Judiciário, foi no dia 4 de julho. Do grupo, participaram um defensor público, um promotor, uma juíza e um juiz da Infância e Juventude.

SIMBOLOGIAS DE UMA IMAGEM

Quem viveu no interior do Ceará até o fim dos anos de 1980⁵ lembra como era recorrente a morte de crianças antes de completarem um ano de vida. Mesmo quem morava em Fortaleza conhecia, do dia a dia nas periferias ou pelos meios de comunicação que traziam as notícias do sertão, a realidade difícil de tantas famílias cearenses que enterravam os rebentos. Por causa da falta de assistência e de instrução às gestantes, ausência de acompanhamento médico, deficiência na assistência hospitalar, déficit nos serviços de saneamento ambiental e desnutrição, os bebês viravam “anjo”, como se dizia com frequência.

E a cada vez que uma criança morria, os familiares e vizinhos se uniam na dor e na solidariedade para revestir com papel de seda o pequeno caixão de madeira que levaria o corpo do “anjinho”. A cor que se sobressaía era o azul, que ficou eternizada como o azul caixão-de-anjo, uma tonalidade diferente daquela da seda azul do papel que envolvia a maçã, azul que é pura memória de algum lugar⁶ e de um tempo que povoam o inventário afetivo das reminiscências.

“Meu pai é de Amontada e minha mãe de Acaraú. Meu pai, certa vez, me falou que o azul caixão-de-anjo era a cena cotidiana da sua calçada. Todo dia, passava o azul caixão-de-anjo. A mortalidade infantil, sem dúvida alguma, nos separa do tempo presente, tendo em vista que houve um esforço para reduzir essa mortalidade infantil, mas nós não conseguimos garantir os direitos da criança e do adolescente, ao longo dessas décadas, na plenitude que nós almejamos”, avalia o deputado Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Três décadas depois, o Ceará volta a olhar para o azul caixão-de-anjo na tentativa de superar mais uma vez a morte, agora de adolescentes. A logomarca do comitê, coincidentemente, também tem a mesma tonalidade. “Esse azul lembra o azul caixão-de-anjo. Nós queremos superar o azul caixão-de-anjo, que hoje não é mais o azul caixão-de-anjo da época que meu pai via lá na pequena Amontada, mas hoje é um outro desafio”, observa Renato.

5. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de mortalidade infantil no Ceará caiu de 111,5 para 19,7 por mil nascidos vivos, entre 1980 e 2010. O Ceará era o Estado com o terceiro maior índice, atrás de Alagoas, com 111,6, e da Paraíba, com 117,1, e passou a 16º lugar, registrando a maior redução no país e a segunda menor taxa da região.

6. Citação a *Trem das Cores*, letra-canção de Caetano Veloso, uma das músicas do disco *Cores Nomes*, lançado em 1982. Um poema repleto de metáforas por meio de imagens gera uma infinidade de interpretações, entre elas a de que se trata da descrição do nascer do sol com as cores que surgem a partir da alvorada. Os únicos elementos humanos do texto são crianças postas no trem imaginário de cores, representando o amanhecer, a vida.



A mortalidade infantil foi enfrentada com sucesso, a partir de iniciativas como a formação de agentes de saúde, que depois passaram a fazer parte de uma ação maior, compondo as equipes do Programa Saúde da Família. O esforço governamental, também em melhorar as campanhas de vacinação, e o envolvimento da sociedade, a exemplo da importante contribuição da Pastoral da Criança, são experiências inspiradoras para solucionar agora um outro grande desafio: a mortalidade adolescente.

Para além da cor, a imagem característica do comitê tem outras simbologias. “Essa imagem é muito poderosa porque ela mostra alguém olhando o futuro. Essa menina, ou esse menino, quer voar, não um voo para a transcendência, para o paraíso distante. Ele tem que voar aqui, e ele está dentro do Ceará”, destaca o relator do comitê.

Enquanto o Ceará mantiver a triste posição de enterrar precocemente seus pequenos cidadãos, poder público e sociedade estarão negando à geração do presente a oportunidade de alçar voo para o futuro. “O Ceará não pode ser um lugar da indigência social, política e ética com a nova geração. Para isso, nós precisamos mobilizar as nossas inteligências, o nosso compromisso ético, a nossa energia, o nosso compromisso humano. Que não ocupemos vergonhosamente esse lugar de enterrarmos crianças, adolescentes e jovens”, conclui Renato Roseno.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

FORTALEZA

Assembleia Legislativa do Ceará

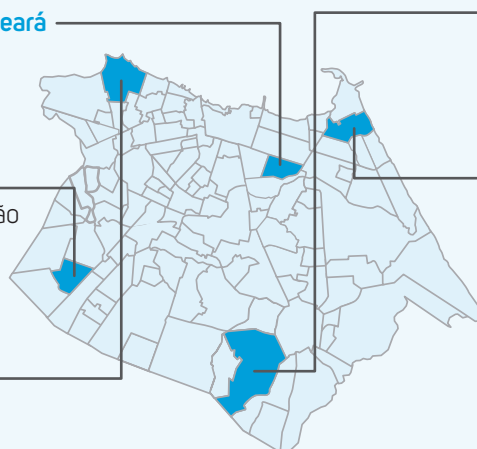
Complexo de
Comissões Técnicas
21 de março: 97 inscritos

Bom Jardim

Escola Estadual de Educação
Profissional Ícaro de Sousa
Moreira
29 de março: 105 inscritos

Barra do Ceará

Centro Urbano de Cultura,
Arte, Ciência e Esporte
4 de abril: 111 inscritos



Jangurussu

Centro Urbano de Cultura,
Arte, Ciência e Esporte
12 de abril: 207 inscritos

Vicente Pinzón

Escola Estadual de
Educação Profissional
Maria Ângela da Silveira Borges
19 de abril: 119 inscritos

CEARÁ

Maracanaú

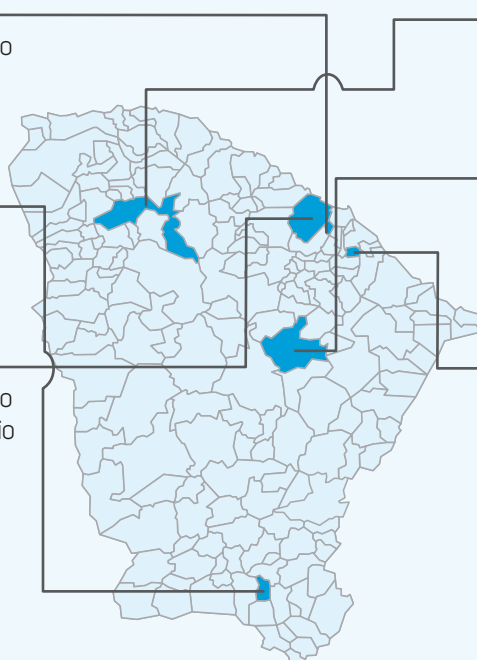
Escola Estadual de Educação
Profissional Maria Carmem
Vieira Moreira
27 de abril: 242 inscritos

Juazeiro do Norte

Centro Universitário Unileão
– Campus Crajubar
29 de abril: 51 inscritos

Caucaia

Escola Estadual de Educação
Profissional Professor Antonio
Valmir da Silva
10 de maio: 249 inscritos



Sobral

Centro Educacional Prefeito José
Euclides Ferreira Gomes - Cirão
17 de maio: 274 inscritos

Quixadá

Escola Estadual
de Educação Profissional
Maria Cavalcante Costa
31 de maio: 22 inscritos

Horizonte

Centro Cultural Tasso Jereissati
13 de junho: 161 inscritos

A organização da primeira audiência pública ficou sob a responsabilidade conjunta da Comissão de Juventude, Comissão de Infância e Adolescência e Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, que fizeram um revezamento para a preparação das audiências que se seguiram.

PESQUISA

Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral

	CASOS BUSCADOS	QUESTIONÁRIOS APLICADOS
Famílias	476	263
Adolescentes	145	121
TOTAL	621	385

FAMÍLIAS	CASOS BUSCADOS	QUESTIONÁRIOS APLICADOS
Fortaleza	292	146
Sobral*	50	37
Juazeiro do Norte*	52	34
Caucaia	28	15
Maracanaú	32	14
Horizonte	13	9
Eusébio	9	8

*Em Sobral e Juazeiro do Norte, foram buscados casos de homicídio registrados em 2014 e 2015, diferentemente dos outros municípios, onde a pesquisa contemplou os casos apenas de 2015. Embora o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência trabalhe com a faixa etária de 10 a 19 anos, a pesquisa fez o recorte de idade para 12 a 18 anos. A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, realizada em sete cidades do Ceará com as maiores taxas de assassinatos nessa faixa etária, não representa a realidade de todos os 184 municípios do Estado. As respostas sobre os casos pesquisados foram analisadas distintamente por cada uma das sete cidades. Mesmo não apresentando um perfil médio sobre a violência letal intencional entre adolescentes no Ceará, a pesquisa consiste em estudo socioantropológico cuja metodologia pode ser aplicada na tentativa de compreensão do fenômeno e busca de soluções para o problema nos outros municípios do Estado.

SEMINÁRIOS

FORTALEZA

Prevenção de homicídios na adolescência: armas e drogas

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará
2 de junho | 484 inscritos

Prevenção de homicídios na adolescência: custos econômicos e sociais dos homicídios, cultura do medo e da violência, políticas sociais e de segurança pública e enfrentamento à impunidade

Universidade do Parlamento Cearense
1º de julho | 252 inscritos

Discussões e formulações das propostas de recomendações do Comitê

Universidade do Parlamento Cearense
12 de setembro | 29 inscritos
13 de setembro | 25 inscritos

GRUPOS FOCAIS

Profissionais dos serviços socioassistenciais	25 de maio
Trabalhadores das áreas de educação e saúde	22 de junho
Famíliares de adolescentes sob privação de liberdade	22 de junho
Agentes de segurança pública	24 de junho
Operadores do sistema de justiça	4 de julho

ANEXOS

RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

LINHA DO TEMPO

20 de fevereiro de 2015

Pronunciamento do deputado Renato Roseno na Assembleia Legislativa do Ceará acerca do elevado número de assassinatos de adolescentes em Fortaleza, a partir da divulgação do levantamento realizado pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), apontando a cidade como a capital brasileira com o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA).

13 de julho de 2015

Audiência pública no Complexo de Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado para apresentação e discussão do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) no dia em que se comemora os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Solicitada pelo deputado Renato Roseno, a audiência foi uma realização conjunta entre a Comissão da Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa do Ceará e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, com a presença de José Ignácio Cano, Raquel Willadino e Rui Aguiar, representando o Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef Brasil, respectivamente.

Julho a dezembro de 2015

O Unicef fez várias interlocuções, inicialmente com o Governo do Estado, por intermédio do Gabinete do Governador, com o qual foram realizadas diversas reuniões no sentido de constituir um comitê para enfrentar o problema dos homicídios na adolescência.

Em virtude da experiência anterior, com o Comitê para Eliminação do Analfabetismo Escolar, Unicef e Governo do Estado chegaram ao consenso de que o espaço institucional mais favorável para os trabalhos do novo colegiado seria a Assembleia Legislativa do Estado.

A partir desse encaminhamento, o Unicef fez novas articulações, junto ao presidente do Legislativo, Zezinho Albuquerque, e aos deputados Ivo Gomes e Renato Roseno, este, em função do histórico de militância na área de direitos humanos, em especial nas questões ligadas à infância e à adolescência, e aquele, por ter presidido o Comitê para Eliminação do Analfabetismo Escolar.

11 de dezembro de 2015

Assinatura do protocolo de intenções entre Assembleia Legislativa, Governo do Estado e Fundo das Nações Unidas para a Infância, com a participação do presidente do parlamento, deputado Zezinho Albuquerque, a vice-governadora Izolda Cela e o representante do Unicef no Brasil, Gary Stahl.

23 de fevereiro de 2016

Instalação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, no plenário da Assembleia Legislativa.

15 de julho de 2016

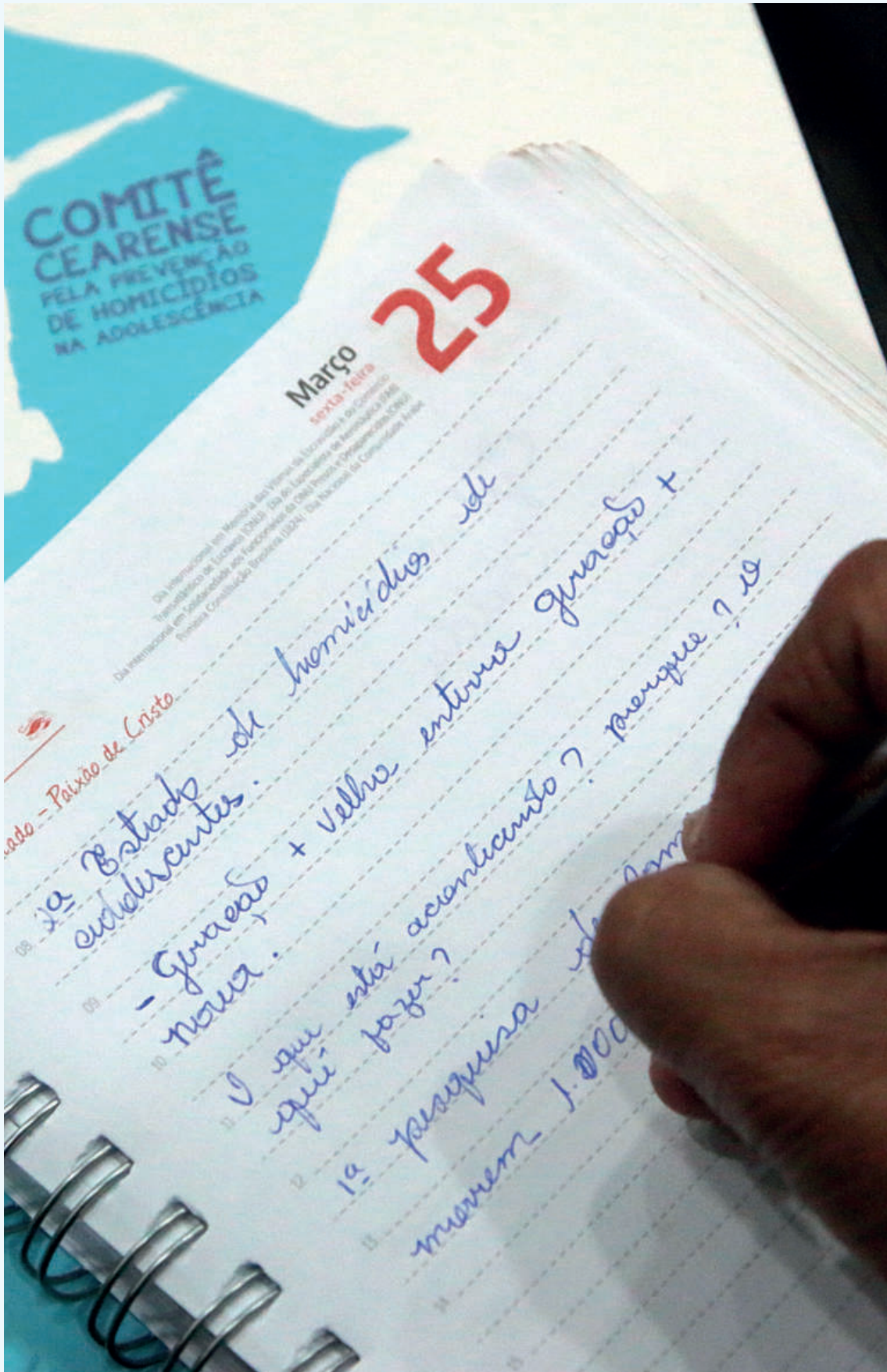
Apresentação dos dados da pesquisa de campo realizada em Fortaleza.

12 e 13 de setembro de 2016

Seminário interno para discutir as recomendações no relatório final dos trabalhos.

14 de dezembro de 2016

Apresentação pública do relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.



DAVI PINHEIRO

7 ANOS

8 ANOS

9 ANOS

10 ANOS

11 ANOS



QUEM SE IMPORTA?

12 ANOS



DAVI PINHEIRO



FORTALEZA DISSECADA DOLOROSA ANATOMIA DA VIOLÊNCIA LETAL NA ADOLESCÊNCIA

Sem suporte afetivo, sem vínculos familiares de proteção, sem apoio comunitário, sem acesso a políticas públicas, o menino ficou sem futuro. Ele foi recolhido a um centro socioeducativo pela primeira vez em 2010, quando tinha apenas 11 anos, antes mesmo da idade prevista em lei, que é a partir dos 12. Supostamente, estava acompanhando o irmão em um assalto. O garoto era do interior de Pentecoste, mas morava em Fortaleza, no começo com a mãe e depois com a avó, na favela Pau Fininho, entorno da Lagoa do Papicu.

A recorrência de atos infracionais fez com que o menino voltasse várias vezes ao Sistema Socioeducativo, uma delas, inclusive, por ter assumido a autoria de um latrocínio. O caso ganha contornos ainda mais complexos porque a própria mãe do adolescente, usuária de drogas e envolvida com alguns crimes, participou da ação que terminou com a morte de uma mulher.

Na sucessão de envolvimento com práticas ilícitas, ele foi colecionando desafetos. “Como estava com a cabeça a prêmio, chegou a pedir para ficar mais tempo apreendido”, revela o ex-gerente do centro socioeducativo. As ameaças se concretizaram. Ao sair de mais uma medida de internação por assalto, em 2016, tornou-se vítima de um triplo assassinato de adolescentes, que nunca foi investigado, em Horizonte, área metropolitana de Fortaleza.

Eles são mortos ou matam quando ainda estão começando a viver. Quem se importa? Os números sobre assassinatos de adolescentes no Ceará são de causar perplexidade. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) coloca o Estado na terceira posição no Brasil, atrás apenas da Bahia e de Alagoas. A situação é ainda mais grave em Fortaleza, capital que ocupa o primeiro lugar no ranking da violência letal entre pessoas de 12 a 18 anos de idade.

HOMICÍDIOS EM FORTALEZA

O maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) entre as capitais brasileiras em 2012:

9,92 / mil

Fonte: Homicídios na adolescência no Brasil

O maior crescimento, mais de 11 vezes, na taxa de homicídios entre adolescentes de 16 e 17 anos no país, entre 2003 e 2013:

1.039,6%

Fonte: Mapa da Violência

A maior taxa de crimes de morte na população geral no Brasil em 2014:

77 / 100 mil

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública

A terceira posição entre as cinco cidades com mais de 1,5 milhão de habitantes nas Américas e Caribe com as maiores taxas de homicídios em 2012:

76,8 / 100 mil

Fonte: Instituto Igarapé - Observatório de Homicídios

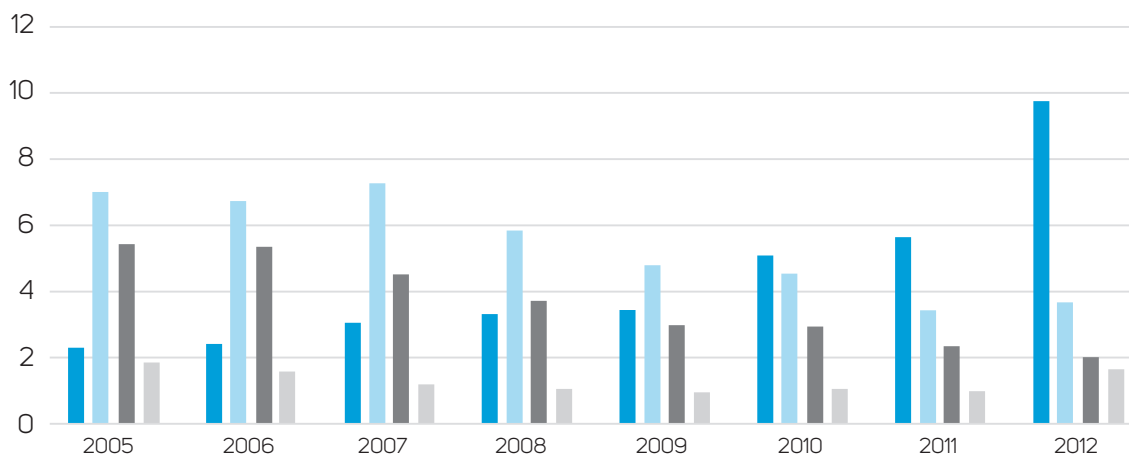


Em Fortaleza, o Índice de Homicídios na Adolescência saltou de 2,35 para 9,92 por 1.000 adolescentes entre 2005 e 2012, enquanto houve queda no mesmo período em outras grandes cidades, como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Em meio a estatísticas alarmantes, o desafio para uma sociedade inteira: valorizar a existência, não banalizar a morte. Cada vida importa, cada óbito não é apenas mais um número.

O Índice de Homicídios na Adolescência é calculado a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que compõe o banco de dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS), em um convênio com o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e uma parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O mais recente levantamento, divulgado em fevereiro de 2015, analisou dados até 2012 para estimar uma situação até 2018.

Pela avaliação científica dos pesquisadores, o número total de assassinatos de adolescentes em Fortaleza pode chegar a 2.988 se não forem adotadas medidas eficazes para transformar a realidade da violência e preservar a vida de meninos e meninas. “O IHA

HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA



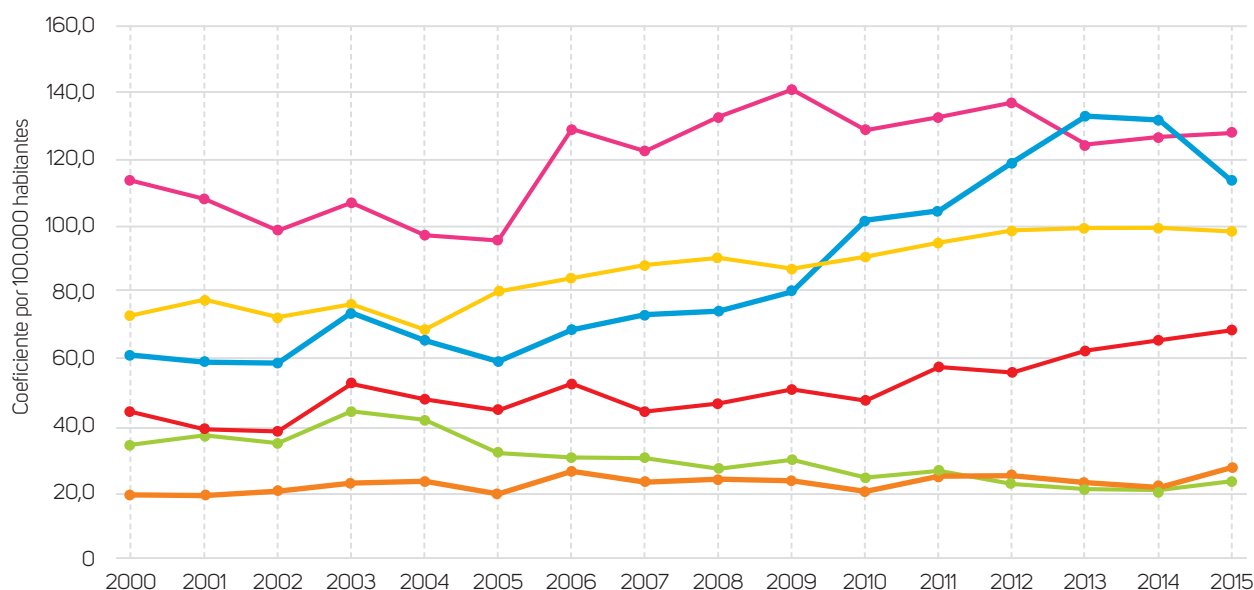
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Fortaleza	2,35	2,48	3,12	3,37	3,50	5,16	5,71	9,92
Recife	7,12	6,84	7,39	5,93	4,87	4,62	3,49	3,74
Rio de Janeiro	5,52	5,44	4,58	3,77	3,05	3,02	2,40	2,06
São Paulo	1,90	1,61	1,22	1,08	0,98	1,08	1,03	1,69

Fonte: Homicídios na adolescência no Brasil - IHA 2012

expressa, para cada grupo de 1.000 adolescentes que completaram 12 anos, o número deles que não completará 19 anos, pois será vítima de homicídio ao longo desse percurso. O índice está baseado em dados tomados do ano mais recente, mas também pode ser utilizado, de modo longitudinal, como uma forma de estimar o número de homicídios nesta faixa etária nos sete anos seguintes (período entre 12 e 18 anos), caso não mude o contexto de violência a que essas populações estão sujeitas”, aponta o relatório *Homicídios na adolescência no Brasil - IHA 2012*.

A dolorosa anatomia da violência letal em Fortaleza revela um problema preocupante de saúde pública na cidade. Para se ter uma ideia, o aumento exponencial dos assassinatos na população geral em 2013 fez com que as causas externas de mortalidade, que incluem acidentes e violências, aparecessem pela primeira

MORTALIDADE POR CAUSAS DE ÓBITO



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Doenças aparelho circulatório	112,0	106,7	97,7	105,7	96,4	94,9	126,7	120,4	130,2	137,9	126,3	130,1	134,3	122,3	124,4	125,5
Neoplasias (tumores)	73,5	78,1	73,1	76,8	69,5	80,4	84,2	87,9	90,0	86,9	90,3	94,3	97,8	98,4	98,5	97,5
Causas externas	62,3	60,2	60,0	74,3	66,4	60,4	69,4	73,8	74,7	80,3	100,7	103,4	117,2	130,4	129,3	111,6
Doenças aparelho respiratório	46,1	41,1	40,5	54,1	49,6	46,5	54,1	46,2	48,4	52,5	49,3	58,9	57,2	63,5	66,4	69,4
Perinatais	36,7	39,3	37,1	46,2	43,8	34,3	33,1	32,9	29,8	32,4	27,3	29,2	25,5	24,1	23,8	26,3
Infeciosas e parasitárias	22,4	22,2	23,5	25,8	26,3	22,7	29,1	26,0	26,9	26,4	23,4	27,7	27,8	25,9	24,5	30,3

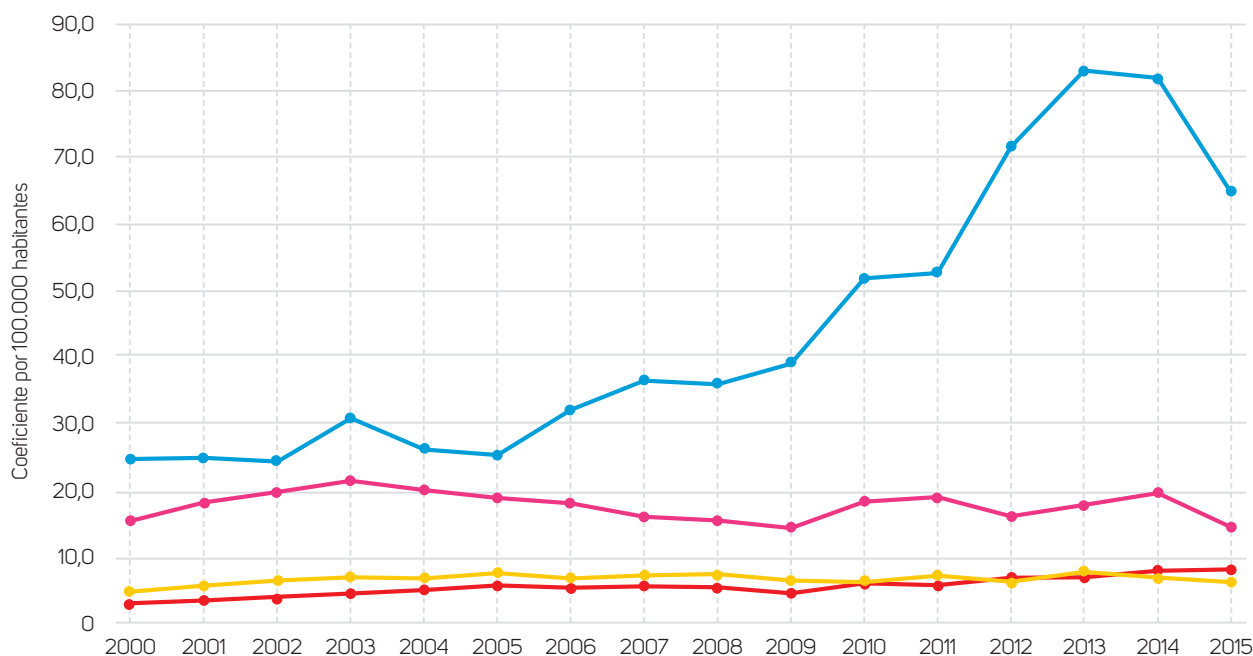
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - 2015

vez como principal motivo de óbito no município, embora a tendência ascendente tenha começado em 2005, intensificando-se a partir de 2009. Em 2013, as causas externas, sobretudo os homicídios, provocaram mais mortes do que as doenças do aparelho circulatório, enfermidades do aparelho respiratório, patologias infecciosas e parasitárias, problemas perinatais ou neoplasias.

Em 15 anos, a variação do coeficiente de mortalidade por causas externas atingiu a menor taxa em 2005, com 60,4, para chegar a 130,4, a maior, em 2013. O que determinou esse aumento foi a taxa de homicídios, que saltou de 23,2 em 2000 para impressionantes 83,7 em 2013. Os coeficientes de morte por suicídio, queda ou no trânsito permaneceram praticamente no mesmo patamar. Embora com o aumento expressivo da quantidade de veículos, que duplicou em dez anos, passando de 441.949 em 2004 para 900.981 em 2013, os óbitos no trânsito não acompanharam o crescimento da frota.

Durante dez anos, entre 2003 e 2013, as taxas de mortalidade por homicídios de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos

MORTALIDADE POR CAUSAS VIOLENTAS



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Homicídios	23,9	24,1	23,5	30,2	25,4	24,5	31,5	36,0	35,4	38,6	51,7	52,6	72,0	83,7	82,6	65,0
Acidente de trânsito	14,4	17,2	18,8	20,6	19,1	17,9	17,1	15,0	14,4	13,3	17,3	18,0	15,1	16,9	18,7	13,4
Suicídio	3,5	4,4	5,2	5,7	5,5	6,3	5,5	6,0	6,2	5,2	4,9	5,9	5,0	6,5	5,6	4,9
Queda	1,7	2,1	2,7	3,2	3,7	4,4	4,1	4,3	4,2	3,2	4,8	4,5	5,6	5,7	6,7	6,9

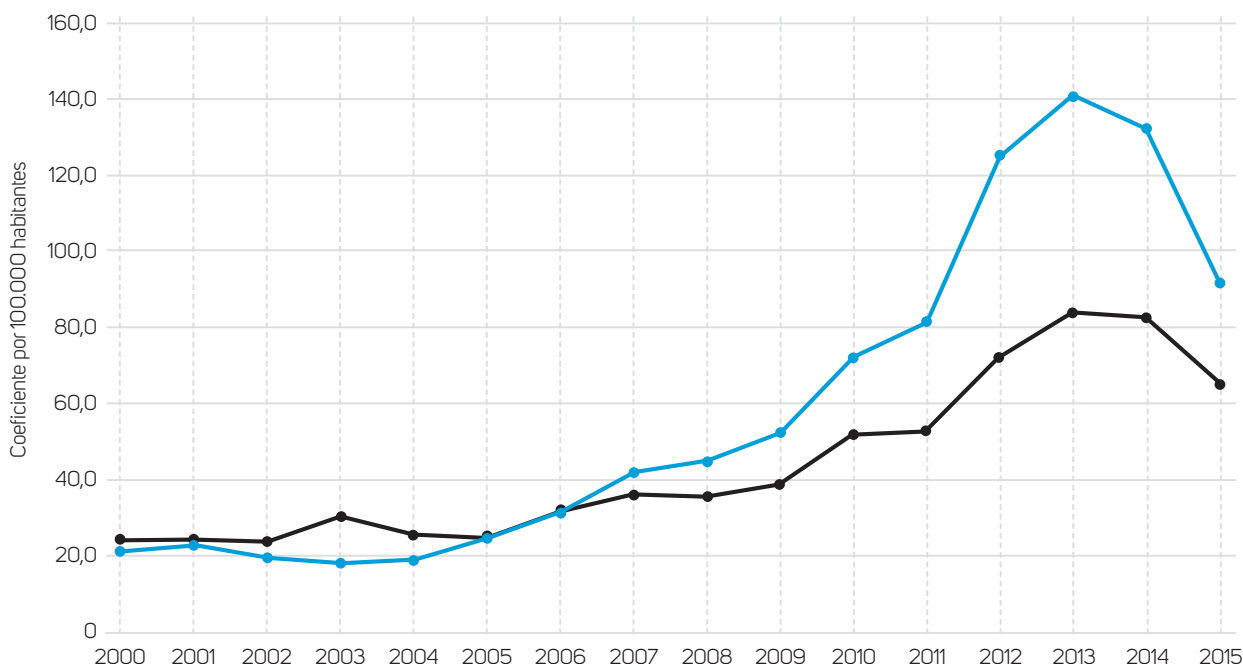
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - 2015

em Fortaleza só aumentaram e foram significativamente maiores do que na população geral a partir de 2006. “Foi um momento de inflexão. Você vê uma explosão, com um pico entre 2012 e 2013. Esse é um dado muito importante para traçarmos políticas públicas no momento de analisar o que realmente aconteceu nesses anos. 2013 é o momento histórico nessa comparação, quando se verifica uma maior distância entre os dois grupos quanto à mortalidade e uma maior precocidade das vítimas”, analisa o médico epidemiologista Antonio Silva Lima Neto, coordenador da Célula de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde e consultor do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Em números absolutos, no ano de 2000, foram registrados homicídios de 90 meninos e cinco meninas em Fortaleza, elevando-se para 607 garotos e 28 garotas em 2013, uma média de 1,7 assassinatos de adolescentes por dia. Em 2011, pelo menos 355 famílias velaram a morte dos seus filhos adolescentes, mas no ano seguinte, esse drama atingiu os lares de outras 551. “O assassinato de 200 adolescentes a mais em um ano carece muito de explicação. No período de um ano, a taxa salta de 81,2 para 124,9 homicídios por 100 mil habitantes”, chama atenção Antonio Lima.

Em 2013, o coeficiente de mortalidade por homicídio em Fortaleza atingiu a maior marca em 15 anos analisados. Enquanto na popula-

MORTALIDADE POR CAUSAS VIOLENTAS: POPULAÇÃO GERAL E ADOLESCENTES



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Coeficiente de mortalidade na população geral	23,9	24,1	23,5	30,2	25,4	24,5	31,5	36,0	35,4	38,6	51,7	52,6	72,0	83,7	82,6	65,0
Coeficiente de mortalidade em adolescentes	20,9	22,4	19,1	17,7	18,7	24,4	31,4	41,7	44,8	52,1	72,1	81,2	124,9	141,1	132,3	91,3

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - 2015

HOMICÍDIOS PELO MUNDO

As maiores taxas de homicídios nas Américas e Caribe em cinco grandes cidades com mais de 1,5 milhão de habitantes



1. Caracas - Venezuela

População: 3.247.971 habitantes
Homicídios: 4.364 casos
Taxa (100 mil/hab): 134,4

2. Cali - Colômbia

População: 2.294.653 habitantes
Homicídios: 1.861 casos
Taxa (100 mil/hab): 81,1

3. Fortaleza - Brasil

População: 2.500.194 habitantes
Homicídios: 1.920 casos
Taxa (100 mil/hab): 76,8

4. Salvador - Brasil

População: 2.710.968 habitantes
Homicídios: 1.644 casos
Taxa (100 mil/hab): 60,6

5. Manaus - Brasil

População: 1.861.838 habitantes
Homicídios: 1.052 casos
Taxa (100 mil/hab): 56,5

Taxas de homicídios de outras grandes cidades das Américas e Caribe com mais de 1,5 milhão de habitantes



1. Buenos Aires - Argentina

População: 2.893.773
Homicídios: 158 casos
Taxa (100 mil/hab): 5,5

2. São Paulo - Brasil

População: 11.376.685
Homicídios: 1.752 casos
Taxa (100 mil/hab): 15,4

3. Rio de Janeiro - Brasil

População: 6.390.290
Homicídios: 1.372 casos
Taxa (100 mil/hab): 21,5

4. Lima - Peru

População: 9.437.493
Homicídios: 533 casos
Taxa (100 mil/hab): 5,6

5. Guayaquil - Equador

População: 2.501.423
Homicídios: 375 casos
Taxa (100 mil/hab): 15,0

6. Cidade do México - México

População: 8.876.891
Homicídios: 1.086 casos
Taxa (100 mil/hab): 12,2

Fonte: Instituto Igarapé - Observatório de Homicídios - 2012

ção geral essa taxa ficou em 83,7 para cada 100 mil pessoas, entre adolescentes chegou a 141,1. “São números alarmantes, pouco vistos em qualquer cenário. Uma taxa superior a 140 é inédita, extremamente rara em grandes cenários, apenas vista em menores cidades, com menos escala. Numa cidade com mais de 1 milhão de habitantes, é muito assustadora”, destaca Antonio Lima, mestre pela Universidade de Londres.

De acordo com o Observatório de Homicídios do Instituto Igarapé, Fortaleza ocupava em 2012 a terceira posição entre as cinco cidades com mais de 1,5 milhão de habitantes nas Américas e Caribe com a maior taxa de homicídios, registrando 76,8 assassinatos por 100 mil habitantes. A capital cearense só era menos violenta do que Cali, na Colômbia, que tem um índice de 81,1, e Caracas, na Venezuela, cujo coeficiente é de 134,4.

“Mata-se em Fortaleza em um mês mais do que se mata em Buenos Aires em um ano”, compara Antonio Lima, referindo-se aos dados do Instituto Igarapé, que coleta informações do mundo inteiro sobre homicídios na população geral por país e cidade. Na capital do Ceará, em 2012, pelo menos 1.920 famílias foram privadas para sempre do convívio com um ente querido por causa dos crimes de morte, enquanto na capital da Argentina, com 2,8 milhões de habitantes, o número de assassinatos não passou de 158.

Em Lima, uma cidade com cerca de 9 milhões de habitantes, 533 pessoas foram assassinadas em um ano, mas em Fortaleza, com uma população muito menor, 2,5 milhões de pessoas à época, o mesmo número de homicídios chega a ser registrado em apenas um trimestre ou quadrimestre. “Nós temos que tentar elucidar melhor o fenômeno, que é dinâmico e tem um modelo de determinação complexo”, avalia o epidemiologista Antonio Lima.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresenta Fortaleza com a maior taxa de crimes de morte no país em 2014: 77 homicídios por 100 mil habitantes,

mais do que o dobro da média das demais capitais, que era de 33 por 100 mil.

Entre adolescentes de 16 e 17 anos, o quadro é ainda mais crítico, com impressionantes 267,7 homicídios por 100 mil em 2013, o que significou uma elevação de 1.039,6% em relação a 2003, aumentando mais de 11 vezes a taxa inicial, que era de 23,5, conforme revela o Mapa da Violência. “É uma taxa sem parâmetro em nenhum lugar do mundo”, destaca Julio Jacobo Waiselfisz, sociólogo responsável pela série de estudos publicada desde 1998. O segundo maior crescimento, em São Luís, não ultrapassou 332,2%, mesmo assim já bastante expressivo. Em números absolutos, Fortaleza registrou 23 assassinatos em 2003 num crescente que chegou a 239 em 2013, ou seja, 939,1% em dez anos. O segundo maior crescimento, 400%, foi em Palmas, mas lá morreu um adolescente em 2003 e cinco em 2013.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde, a taxa de mortalidade por assassinatos na população de 15 a 19 anos em 2015 foi 17 vezes maior do que no grupo de 10 a 14 anos. Os homicídios nessa faixa etária ganham uma dimensão ainda maior, tendo em vista que muitas mortes acontecem após os 19 anos, mas os fatores que contribuíram para os homicídios começaram a se esboçar na própria adolescência ou ainda na infância.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência identificou entre famílias de adolescentes assassinados em 2015 que pelo menos 37% das vítimas já haviam sofrido tentativa de morte. Entre adolescentes privados de liberdade sob acusação de homicídio, 56% afirmaram que já tinham sofrido atentado. A pesquisa também revela que, de acordo com o depoimento dos familiares, 50% das vítimas conviviam com alguém que tinha arma de fogo e 29% tinham acesso direto a esse tipo de armamento. Já entre os adolescentes internados, 80% admitiram conviver com alguma pessoa que tinha arma de fogo.

Os dados da Secretaria Municipal de Saúde, baseados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), expõem um aspecto gravíssimo

DAVI PINHEIRO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

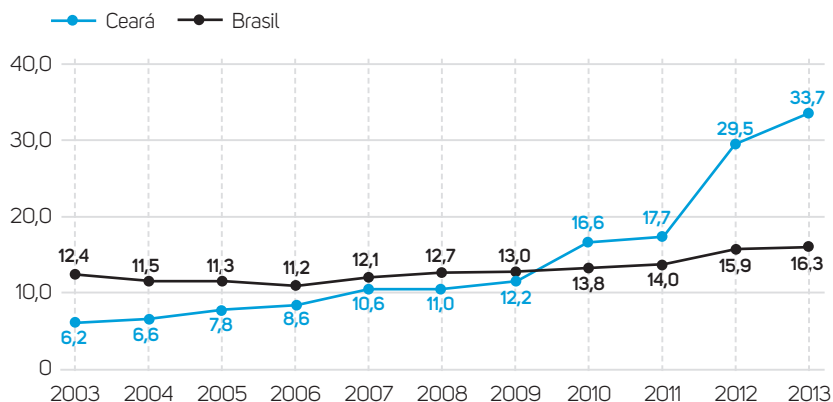
O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

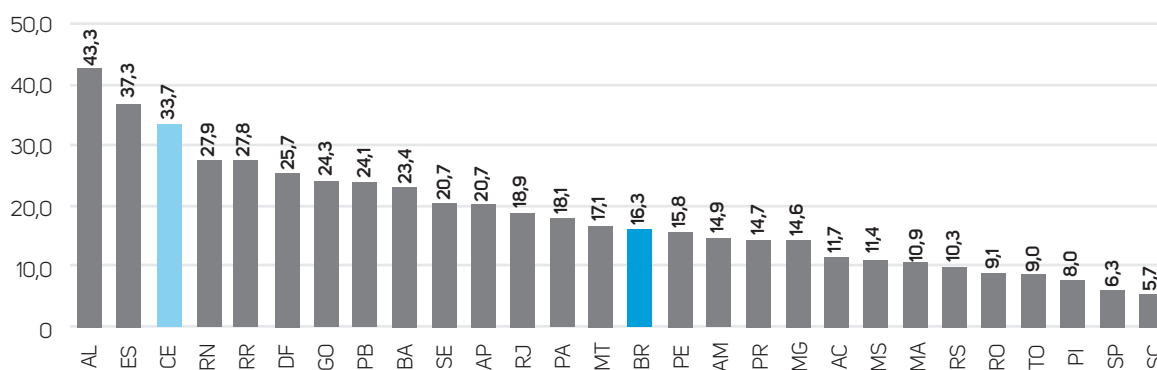
APRESENTAÇÃO

HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

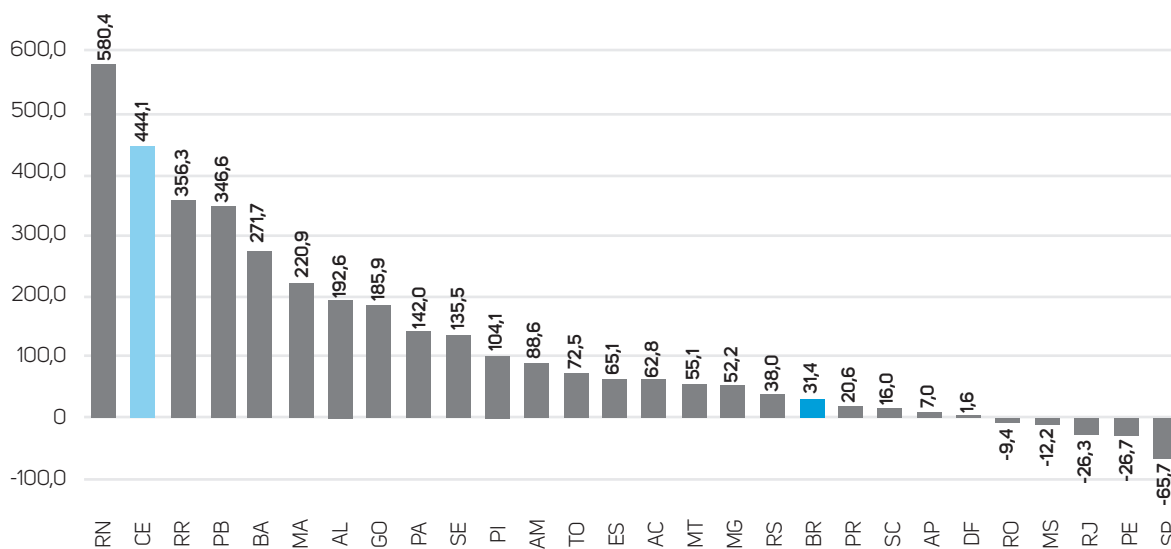
Homicídios de crianças e adolescentes entre 2003 e 2013



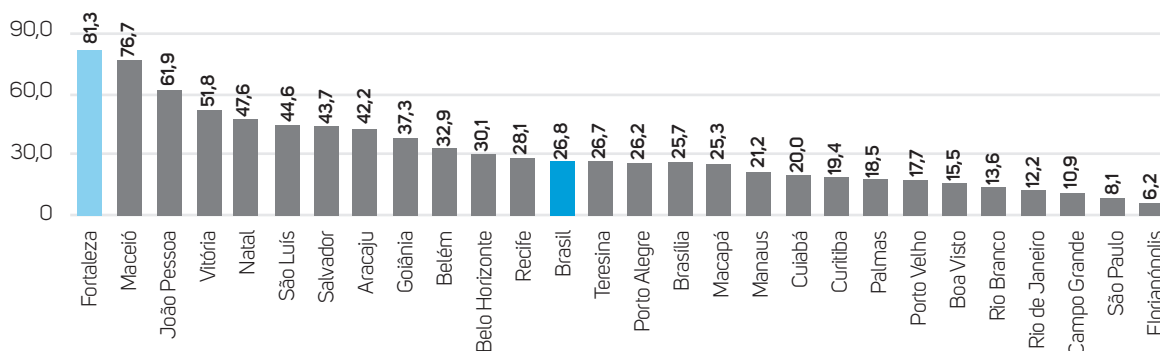
Taxas de homicídio (por 100 mil) de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos por UF. Brasil. 2013



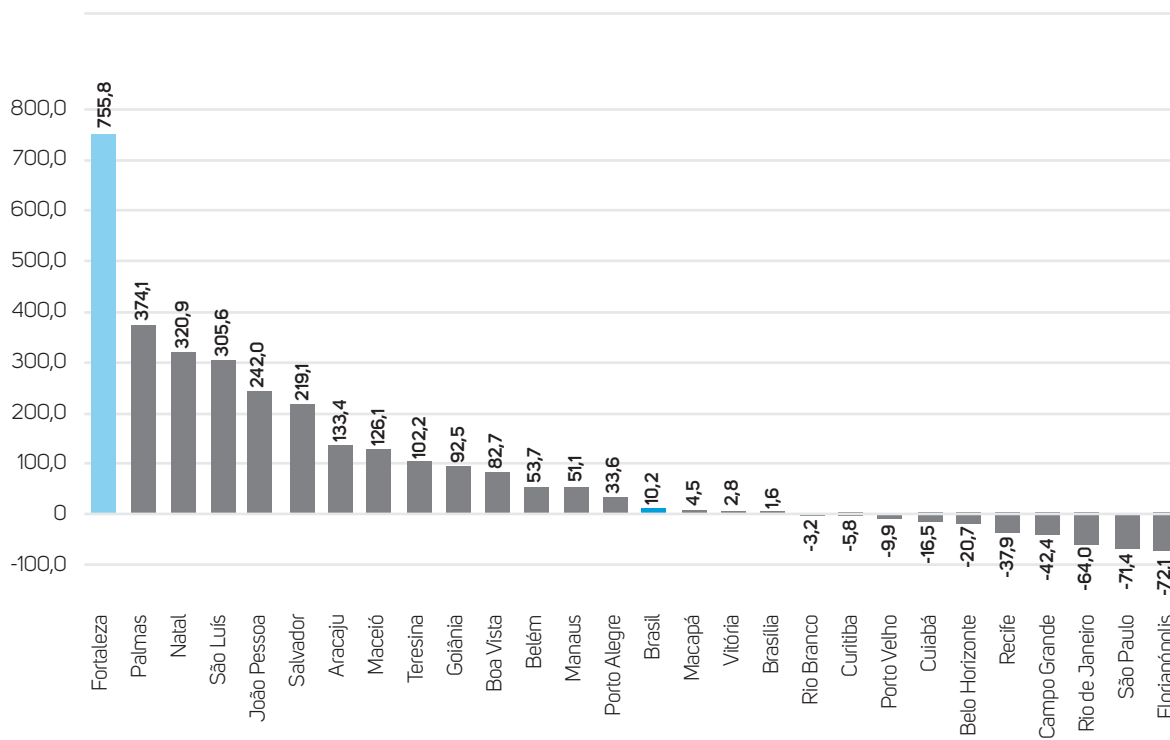
Crescimento em porcentagem durante o período de 2003 a 2013 das taxas de homicídio (por 100 mil) de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos por UF. Brasil.



Taxas de homicídio (por 100 mil) de crianças e adolescentes de 1 a 19 anos nas capitais. Brasil. 2013.



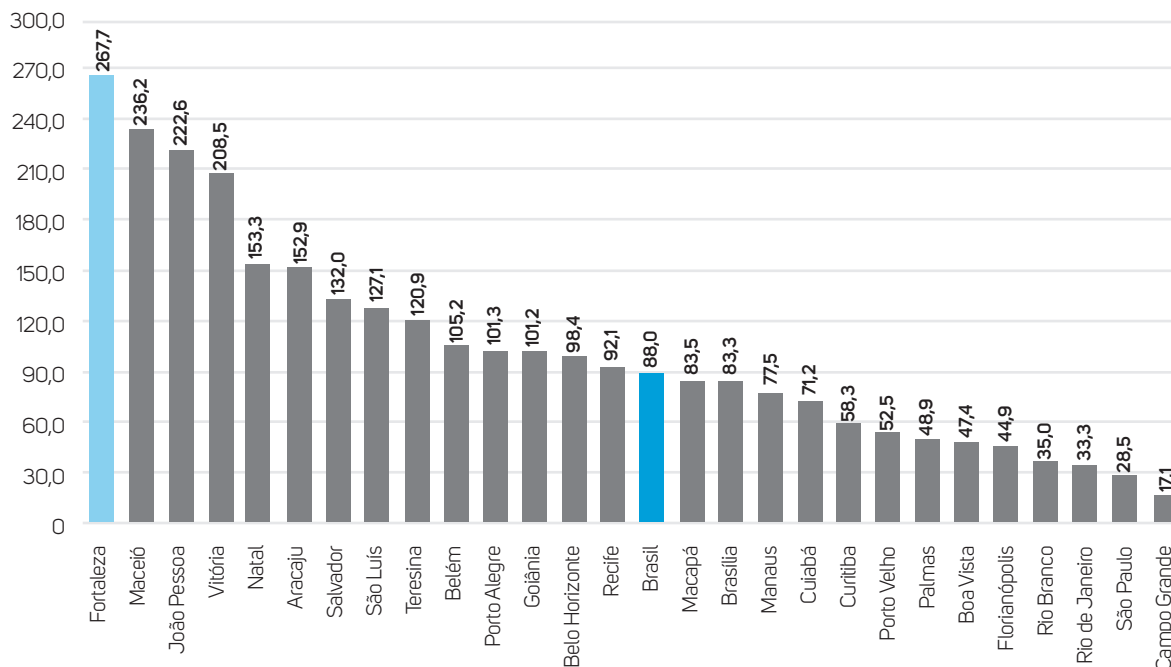
Crescimento em porcentagem das taxas de homicídio de crianças e adolescentes de 1 a 19 anos nas Capitais. Brasil. 2003 a 2013.



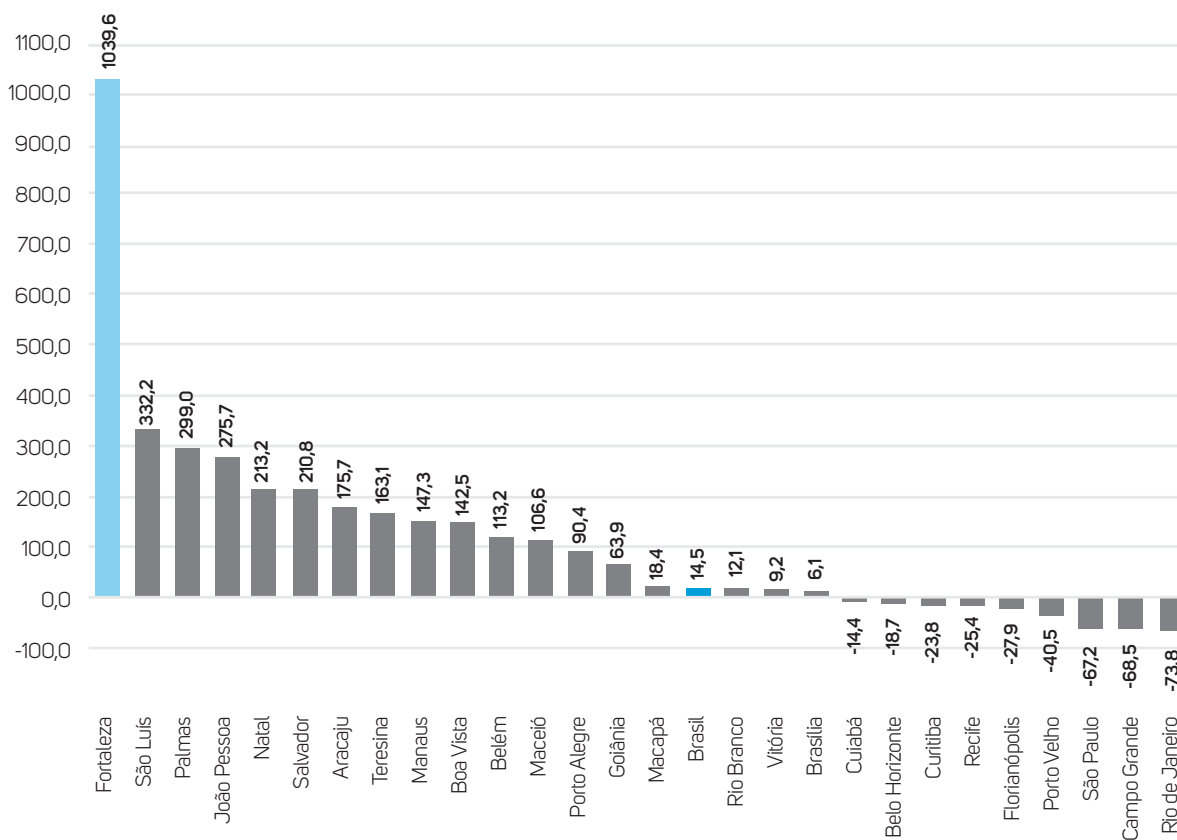
Fonte: Mapa da Violência

HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Taxas de homicídio (por 100 mil) de adolescentes de 16 e 17 anos nas capitais. Brasil. 2013.



Crescimento em porcentagem das taxas de homicídio de adolescentes de 16 e 17 anos nas capitais. Brasil. 2003 a 2013.



Fonte: Mapa da Violência

DAVI PINHEIRO



dos assassinatos de adolescentes na capital cearense: nove em cada dez foram mortos por arma de fogo em 2015. “A maior parte das crianças e adolescentes assassinados está na faixa etária de 15 a 19 anos (94%) e foi morta por disparo de arma de fogo (93%)”, aponta Antonio Lima.

A análise dos dados da violência letal em 2015 mostra que houve uma redução considerável no número de homicídios comparativamente ao ano anterior: 20% na população geral e 30% entre adolescentes. É um alento, mas ainda não está caracterizada uma tendência de queda, até porque a velocidade da redução diminuiu para 16% no último quadrimestre, logo entre as pessoas de 10 a 18 anos. O pico de mais de 2 mil assassinatos nessa faixa etária, registrado em 2013 e 2014, caiu para 1.683 em 2015.

A redução no número de homicídios no primeiro semestre de 2016 é ainda mais significativa, comparada a 2015. “81% dos bairros mantiveram estabilidade ou reduziram o número absoluto de homicídios na população geral. A redução impressiona, sobretudo, quando observamos que em 40 (60%) dos 66 bairros onde houve diminuição, esta foi maior ou igual a 50%. Em relação à população adolescente, de 10 a 19 anos, 83% dos bairros mantiveram estabilidade ou reduziram o número absoluto de homicídios. Nesse caso, chama a atenção a estabilidade (44%) e o fato

de que em apenas 17% dos bairros houve aumento. A queda não pode ser atribuída exclusivamente ao acaso. Condições associadas ao declínio devem ser investigadas, pois é incomum que uma diminuição de tal magnitude ocorra sem eventos agudos de abrangência incontestável”, observa Antonio Lima

Enquanto o Governo do Estado atribui a redução dos homicídios às ações de segurança desenvolvidas nos dois últimos anos, as comunidades associam a queda no número de assassinatos ao processo denominado de “pacificação” pelos traficantes de drogas e armas. Na queda de braço entre o poder oficial e o poder paralelo sobre quem garante a paz nos territórios, a população continua refém do medo. Se os crimes letais intencionais diminuíram, a sensação de insegurança e opressão ainda está mantida. Em busca da continuidade e do fortalecimento dos negócios escusos, a reorganização das redes de tráfico impõe novas regras de convivência, mas a base é a mesma: a violência simbólica como intimidação e a violência física como retaliação.

Ademais, a consolidação do declínio dos óbitos por homicídio depende dos resultados dos anos posteriores. O futuro dirá. O presente exige de todos, governo e sociedade, proatividade pela vida. O Ceará não deve ficar esperando a morte chegar nem o crime organizado se acomodar sob um novo modelo.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

CEARÁ TRANSFIGURADO: A DEFORMAÇÃO ESPACIAL CAUSADA PELOS HOMICÍDIOS

DAVI PINHEIRO



Deformar, no sentido literal, significa mudar para pior. E no que se refere à violência, o Ceará se deformou nos últimos 25 anos. Em 1989, o Estado apresentava um índice de 9,8 homicídios para cada 100 mil habitantes, no limite para ser considerado um problema epidêmico. Os níveis acima de 10 assassinatos para cada 100 mil pessoas são considerados convencionalmente como cenários de epidemia. Naquele mesmo ano, Pernambuco tinha um coeficiente de 36,4 homicídios, Rio de Janeiro apresentava um índice de 34 mortes e São Paulo estava com uma taxa de 30,2 assassinatos.

Em duas décadas e meia, o desenho da violência letal no Brasil se alterou profundamente. O Ceará passou a ter uma taxa de 16 homicídios por 100 mil habitantes em 2000 e 48,6 em 2014, cinco vezes mais do que em 1989. Pernambuco, que atingiu um índice de 54 em 2000, conseguiu reduzir o coeficiente para 35, patamar um pouco menor do que há 25 anos. O Rio de Janeiro chegou a uma taxa de 54 assassinatos em 2000 e também registrou uma queda em 2014 para o mesmo nível de 1989. Já São Paulo apresentou uma redução significativa – embora tenha chegado a 42 em 2000, a taxa em 2014 foi de 10,3 homicídios.

Os dados constam do Mapa da Violência de 1998 a 2014 e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014. Quando essas informações são aplicadas a cartogramas, ou seja, representações gráficas da quantidade ou intensidade de determinado fenômeno, nesse caso a violência letal, é possível visualizar como ele se distribuiu geograficamente ao longo do tempo. Os cartogramas permitem perceber, de imediato, as deformações que os índices de homicídio provocaram na imagem dos mapas de cada unidade da federação.

HOMICÍDIOS NO CEARÁ

O segundo maior crescimento na taxa de homicídios entre adolescentes de 16 e 17 anos, entre 2003 e 2013:

444,1%

Fonte: Mapa da Violência

O segundo lugar em assassinatos em 2014:

52,2/100 mil na população geral e 117,4/100 mil entre jovens

Fonte: Mapa da Violência

O primeiro lugar em números relativos de assassinatos e a quarta posição em números absolutos em 2014:

46,9/100 mil e 4.144 mortes

Fonte: Ministério da Justiça

No Ceará, a distorção chama muito a atenção porque a taxa de assassinatos só aumentou, triplicando em 15 anos. E os homicídios de adolescentes contribuíram fortemente para essa transfiguração. “Nós, há 15 anos, não tínhamos territórios com taxas de 160, 170, 200 homicídios para cada 100 mil habitantes. Portanto, é uma tragédia o que estamos vivendo”, avalia o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, deputado Renato Roseno.

“Esse é o problema mais sério do Ceará do ponto de vista de políticas públicas. Esse problema é gravíssimo, sobretudo num estado que avançou em várias áreas, que tem sido referência para o Brasil em várias políticas públicas, como a saúde e a educação, mas

não conseguiu ainda um modelo de política pública adequada para adolescentes e jovens”, observa Rui Aguiar, coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e coordenador também do comitê.

Na comparação entre os estados, a posição no ranking do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) é também desalentadora. Se em São Paulo o índice é de 1,29 homicídios por 1.000 adolescentes, no Ceará a taxa chega a 7,74. Entre as cidades cearenses, duas superam ainda mais a média brasileira, de 4,8. Enquanto Fortaleza tem um coeficiente de 9,92, Maracanaú aparece com um índice de 8,81, mas nos três levantamentos anteriores figurava com taxas maiores do que a capital.

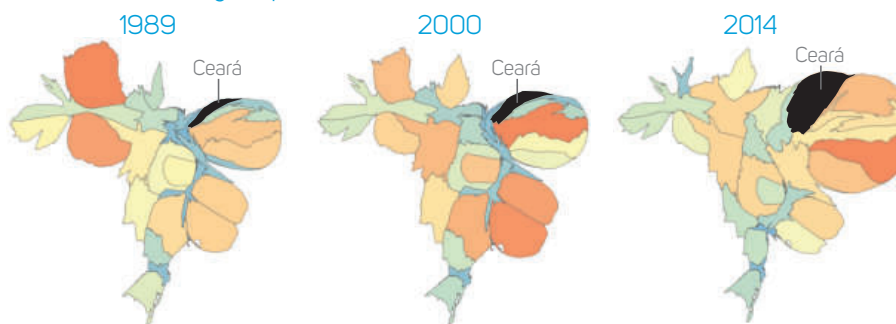
VIOLÊNCIA EM TRÊS TEMPOS

O cartograma é um recurso visual onde distorções são aplicadas às áreas dos mapas, buscando dar relevância a uma informação. Estas distorções visuais possibilitam uma rápida comparação entre os valores em análise, dentro de um contexto geográfico.

Mapa do Brasil em representação normal



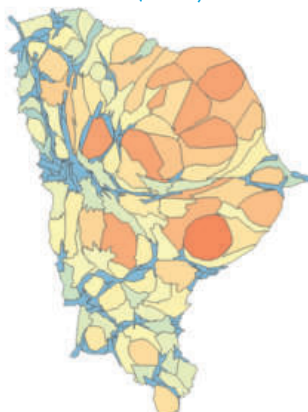
Taxa de homicídios geral por 100.000 habitantes



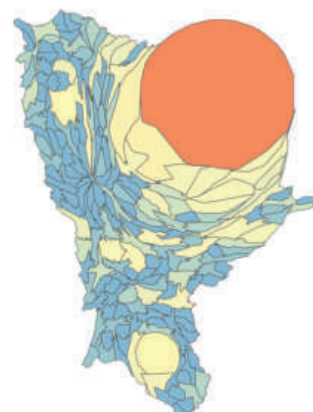
Mapa do Ceará em representação normal



Taxa de homicídios de adolescentes por 100.000 adolescentes (2015)



Número absoluto de homicídios de adolescentes (2015)



ASSASSINATOS NO CEARÁ

Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) nos municípios com mais de 100 mil habitantes

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caucaia	1,52	2,06	2,22	1,56	2,06	4,46	2,21	4,67
Crato	2,09	1,25	1,70	1,27	2,60	2,11	0,93	2,14
Fortaleza	2,35	2,48	3,12	3,37	3,50	5,16	5,71	9,92
Itapipoca	0,00	1,21	0,43	1,60	0,83	0,40	2,07	1,63
Juazeiro do Norte	2,62	2,83	1,19	2,64	2,23	0,83	1,89	3,12
Maracanaú	0,77	2,60	2,90	2,89	4,49	6,46	6,01	8,81
Sobral	1,90	1,53	2,34	1,34	1,32	2,01	2,91	3,85

Fonte: Homicídios na adolescência no Brasil - IHA 2012

Entre as 20 cidades com mais de 200 mil habitantes, Maracanaú aparece em sétimo lugar. Pelas projeções dos pesquisadores, se não houver avanços nas medidas de prevenção da violência letal, o município da região metropolitana de Fortaleza perderia quase nove adolescentes antes dos 19 anos em cada grupo de mil, o que significaria 263 vidas a menos até 2018.

A confiabilidade dos cálculos já foi testada e aprovada. “A partir do IHA de 2005, foi possível estimar que, nos sete anos seguintes (entre 2006 e 2012), mais de 35.000 adolescentes morreriam vítimas de homicídio, se as condições de 2005 não fossem alteradas. Agora, com dados de 2012, constatou-se que mais de 33.000 adolescentes foram, efetivamente, mortos por homicídio durante esse período”, aponta o relatório “Homicídios na adolescência no Brasil - IHA 2012”.

ESTIMATIVA DE MORTES

Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) nos municípios com mais de 100 mil habitantes

Municípios	2001			2012		
	IHA	População de 12 a 18 anos	Número total esperado de mortes entre 12 e 18 anos	IHA	População de 12 a 18 anos	Número total esperado de mortes entre 12 e 18 anos
Caucaia	2,21	49688	110	4,67	50226	234
Crato	0,93	16656	15	2,14	16565	35
Fortaleza	5,71	304774	1742	9,92	301354	2988
Itapipoca	2,07	18000	37	1,63	17979	29
Juazeiro do Norte	1,89	34379	65	3,12	34230	107
Maracanaú	6,01	29934	180	8,81	29797	263
Maranguape	1,25	16935	21	2,39	17100	41
Sobral	2,91	27379	80	3,85	27486	106

Fonte: Homicídios na adolescência no Brasil - IHA 2012

Lamentavelmente, a cifra, inferior em apenas 5% à estimativa original, confirma que o Brasil avançou muito pouco nos últimos anos em termos de prevenção da violência letal entre adolescentes. “Esses resultados ressaltam a urgência de desenvolver políticas públicas de prevenção e redução da violência letal contra adolescentes, num cenário em que o problema, longe de apresentar sinais de melhora, está se agravando”, alerta o relatório.

De acordo com o Mapa da Violência, o Ceará ocupa o segundo lugar no Brasil em assassinatos na população geral em 2014, atrás apenas do Rio Grande do Norte, enquanto estava na 20ª posição dez anos antes. A triste liderança é exercida por Alagoas. Em 2013, Santa Catarina tinha a menor taxa e o Ceará estava em terceiro lugar, atrás de Alagoas e do Espírito Santo. “No Ceará, morre-se cinco vezes mais do que em Santa Catarina. É uma disparidade muito grande”, compara o coordenador do Mapa da Violência, Julio Jacobo. “Em 2012 e 2013, a taxa no Ceará era 3,4 vezes maior que a taxa brasileira, um fator profundamente violento, que não tem parâmetro na história nacional”.

A situação do Ceará aparece ainda pior no relatório divulgado pelo Ministério da Justiça em 2015 com base em dados de 2014. O Estado ocupa o primeiro lugar em números relativos e a quarta posição em números absolutos no Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Ceará tem a maior taxa de homicídios do Brasil, com 46,9 assassinatos por 100 mil habitantes, o equivalente a 4.144 mortes. “Os problemas de homicídios a serem enfrentados são, sem dúvida, os mais graves”, indica o relatório.

O Ministério da Justiça escolheu cinco municípios cearenses para uma lista de 81 territórios que compõem o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. As cidades cearenses que apresentam uma situação mais agravada, e por isso foram contempladas, são Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Juazeiro do Norte e Sobral. O município de Maracanaú, com 73,7 homicídios por 100 mil habitantes, chega a superar Fortaleza, com 72,7.

Apesar de ocupar o primeiro lugar no ranking das taxas de assassinatos, o Ceará é um dos cinco estados que não responderam a um dos questionários enviados pelo Ministério da Justiça para traçar o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil. O questionário era sobre as políticas de redução da criminalidade violenta que existem ou existiram nas unidades da federação ou aquelas que estavam sendo planejadas. O trabalho incluiu aplicação de um outro questionário, sobre a qualidade dos dados de homicídios registrados pelas polícias estaduais, este, sim, respondido pelo Governo do Estado.

A Pesquisa Diagnóstico das Políticas de Redução da Criminalidade Violenta nas Unidades da Federação teve como objetivo fazer um primeiro levantamento de iniciativas existentes com foco na redução da criminalidade violenta, especialmente aquela que resulta em óbitos, tais como homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. A análise dos dados pretendia subsidiar o Ministério da Justiça a formular, em conjunto com os demais entes federados, políticas nacionais de redução dos chamados crimes violentos letais intencionais.

“Primeiramente, a Senasp oficiou os governadores estaduais e distrital para que esses indicassem um interlocutor para receber o questionário e respondê-lo. Após isso, foram enviados os questionários por meio de link e senha, com um prazo de três semanas para resposta. O envio ocorreu, na maior parte dos

casos, no fim do mês de maio de 2015. Entretanto, após diversas cobranças às UFs cujos prazos já haviam terminado e adiamentos nos prazos inicialmente dados, coletaram-se as respostas de 22 UFs, finalizando o banco de dados em 30 de junho de 2015. Os Estados que não responderam esse questionário foram: Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo”, esclarece o relatório.

Sem o envio das respostas, o Ministério da Justiça deixou de saber o que o Ceará tinha a informar para essas quatro perguntas: “Neste momento, existe no âmbito do Governo do Estado alguma política, programa ou ação voltada para a redução da criminalidade violenta? Há alguma política de redução da criminalidade violenta sendo planejada? Em caso afirmativo, quantas? Nos últimos quatro anos, houve alguma política, programa ou

DAVI PINHEIRO



ação por parte do Governo do Estado, direcionada para a redução da criminalidade violenta?”

O Ministério da Justiça convidou um grupo seletivo de especialistas que preparou um documento elencando as principais causas de homicídios no Brasil: existência de gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal, violência doméstica, conflitos da polícia com a população e escassez de políticas públicas, além de indicadores transversais, aqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e consequente homicídio.

O relatório apresenta análises por região do país. No Nordeste, o Ceará aparece quase sempre em posição desconfortável. Mesmo assim, no cômputo geral, tem menos indicadores ruins do que Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, o que não foi suficiente para tirar o Ceará do topo das taxas de homicídios no Brasil. Tais observações, portanto, reforçam que a violência letal é um problema complexo, que dispensa discursos fáceis e explicações simples.

Bahia e Alagoas são os estados do Nordeste que acumulam mais fatores de risco, segundo o documento. Em Alagoas, fatores transversais, gangues e drogas, violência patrimonial, violência doméstica e presença do Estado possuem maior gravidade, enquanto os outros indicadores possuem gravidade mediana. Na Bahia, que apresenta a situação mais grave quando analisados os indicadores entre os estados da região, o único fator mediano é o de gangues e drogas e o restante é considerado ruim. “Esses indicadores apontam, de maneira geral, para um Estado com relações violentas, alta circulação de armas e parca presença do Estado”, conclui o relatório do Ministério da Justiça.

O Ceará tem a maior taxa de roubos e está entre os casos mais preocupantes de violência interpessoal e vulnerabilidade de jovens. “Tanto os indicadores transversais como os de gangues e drogas e violência patrimonial são ruins. Podemos inferir que existe alta circulação de armas, presença de drogas e tráfico, vulnerabilidade de jovens. Ademais, conflitos interpessoais e domésticos são considerados de gravidade média”, detalha o relatório.

O documento revela como fatores em situação menos grave no Ceará a presença do Estado e os conflitos entre policiais e população, curiosa e contrariamente ao que foi denunciado pelos moradores dos mesmos municípios escolhidos para compor o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios que participaram das audiências públicas realizadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. É provável que essa diferença entre o que as comunidades referem e o que o diagnóstico indica tenha relação com a fonte das informações, a própria Secretaria da Segurança Pública, além da sensação de medo e injustiça, que impede a denúncia formal.



INDICADORES DE HOMICÍDIOS



Gangues e drogas

Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores:

- Índice de Vulnerabilidade Juvenil (taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e risco relativo de brancos e negros serem vítimas de homicídio);
- Taxa de evasão escolar;
- Taxa de óbitos por intoxicação por drogas ilícitas;
- Número de ocorrência de tráfico de drogas;
- Taxa de ocorrência de tráfico por 100 mil habitantes.



Segurança Pública

Quantidade de efetivo de policiais militares e policiais civis e guardas pela população do Estado e/ou município, considerando a pesquisa do Ministério da Justiça - Perfil das Instituições de Segurança, com base em dados de 2013, que mapeou, por exemplo, a quantidade de Delegacias de Atendimento à Mulher e Delegacias de Proteção à Criança e Adolescente nos municípios e a quantidade de policiais mortos por unidade da federação.



Cultura e Lazer

Percentual dos orçamentos familiares gasto com cultura, por município, unidade da federação e/ou região, segundo Pesquisa de Orçamentos Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), embora com dados de 2009, ano da última edição, além da quantidade de Pontos e Pontões de Cultura, por unidade da federação e município, de acordo com o Ministério da Cultura.



Violência patrimonial

Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores:

- Percentual de concentração de renda entre os 20% mais ricos;
- Taxa de latrocínio por 100 mil habitantes;
- Número de roubo de veículos e instituição financeira;
- Taxa de roubos de veículos e instituição financeira por 100 mil habitantes.



Violência doméstica

Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores:

- Taxa de homicídios de crianças, idosos/as e mulheres;
- Registros hospitalares de violência física doméstica;
- Registros hospitalares de estupro ocorridos na residência.



Saúde

Quantidade de médicos por habitante, por município, de acordo com o banco de dados do Sistema Único de Saúde- DataSUS.



Acesso à Justiça

Índice Nacional de Acesso à Justiça, criado pela Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça.



Conflitos da Polícia com a população

Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores:

- Número de intervenções legais;
- Taxa de intervenções legais por 100 mil habitantes;
- Número de policiais mortos e feridos;
- Percentual de pessoas que foram vitimadas pelas polícias.



Violência interpessoal

Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores:

- Percentual de concentração de renda entre os 20% mais ricos;
- Taxa de latrocínio por 100 mil habitantes;
- Número de roubo de veículos e instituição financeira;
- Taxa de roubos de veículos e instituição financeira por 100 mil habitantes.



Presença do Estado

Agrega indicadores de acesso a:

- Segurança Pública;
- Saúde;
- Cultura/lazer;
- Assistência Social.



Assistência Social

Quantidade de Centros de Referência da Assistência Social – Cras e Centros de Referência Especializada da Assistência Social – Creas por município, além da quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por famílias existentes no CadÚnico, por município, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social.



Fatores transversais

Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores:

- Número de homicídios;
- Taxa de homicídios por 100 mil habitantes;
- Número de óbitos causados por arma de fogo;
- Taxa de óbitos causados por arma de fogo;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).



HOMICÍDIOS

O Ceará tinha a maior taxa de homicídios do Brasil e ocupava a quarta posição entre as unidades da federação em números absolutos de assassinatos, em 2014.

Maracanaú e Fortaleza apresentavam a oitava e a nona colocação, respectivamente, entre as 81 localidades prioritárias de ação, pois agregaram 22.569 registros de assassinatos em 2014, o que representa, aproximadamente, 50% do total de homicídios dolosos registrados no Brasil.

Estado	Número de homicídios	Taxa / 100 mil habitantes
Bahia	5.450	36,0
Rio de Janeiro	4.610	28,0
São Paulo	4.294	9,8
Ceará	4.144	46,9
Minas Gerais	3.958	19,1
Pernambuco	3.233	34,8
Pará	3.232	40,0
Rio Grande do Sul	2.226	19,9
Goiás	1.575	24,1
Espírito Santo	1.528	39,3
Paraíba	1.418	36,0
Paraná	1.354	12,2
Maranhã	1.353	19,7
Mato Grosso	1.276	39,6
Alagoas	1.050	31,6
Sergipe	999	45,0
Amazonas	909	23,5
Distrito Federal	682	23,9
Rio Grande do Norte	665	19,5
Piauí	659	20,6
Santa Catarina	587	8,7
Rondônia	525	30,0
Mato Grosso do Sul	463	17,7
Tocantins	313	20,9
Acre	191	24,2
Amapá	115	15,3
Roraima	72	14,5

Município	Taxa / 100 mil habitantes
Porto Seguro (BA)	86,5
Várzea Grande (MT)	84,7
Simões Filho (BA)	84,3
Santa Rita (PB)	79,9
Camaçari (BA)	77,1
Lauro de Freitas (BA)	77,1
Alvorada (RS)	74,9
Maracanaú (CE)	73,7
Fortaleza (CE)	72,7
Serra (ES)	72,4
Itabuna (BA)	69,0
Maceió (AL)	69,0
Cabo Frio (RJ)	67,5
Luziânia (GO)	67,5
Caucaia (CE)	65,8
Ilhéus (BA)	62,0
Cabo de Santo Agostinho (PE)	61,5
Nossa Senhora do Socorro (SE)	61,2
Ananindeua (PA)	59,4
João Pessoa (PB)	58,4
Nova Iguaçu (RJ)	58,3
Cariacica (ES)	57,5
Parauapebas (PA)	57,3
Feira de Santana (BA)	54,9
Juazeiro do Norte (CE)	53,1
Rondonópolis (MT)	52,9
Sobral (CE)	52,1
Marabá (PA)	49,8
Juazeiro (BA)	49,4
Belém (PA)	49,3
Betim (MG)	49,3
Vila Velha (ES)	49,2
Duque de Caxias (RJ)	48,4
Teresina (PI)	48,2
São Leopoldo (RS)	48,0
Vitória da Conquista (BA)	47,9
Jaboatão dos Guararapes (PE)	44,6
Campos dos Goytacazes (RJ)	44,1
Belford Roxo (RJ)	43,6
Salvador (BA)	43,6

Município	Taxa / 100 mil habitantes
Ribeirão das Neves (MG)	43,5
Cuiabá (MT)	42,6
Aracaju (SE)	42,0
Goiânia (GO)	41,3
São João de Meriti (RJ)	40,2
Aparecida de Goiânia (GO)	39,3
Governador Valadares (MG)	38,3
Paulista (PE)	37,5
Manaus (AM)	37,4
Vitória (ES)	37,2
Anápolis (GO)	37,3
Porto Alegre (RS)	37,1
Contagem (MG)	36,1
Caruaru (PE)	36,8
Campina Grande (PB)	34,7
Olinda (PE)	33,4
Arapiraca (AL)	32,3
São Gonçalo (MG)	31,6
Porto Velho (RO)	30,4
Canoas (RS)	30,0
Recife (PE)	30,0
Curitiba (PR)	28,2
Belo Horizonte (MG)	25,9
Palmas (TO)	25,6
Juiz de Fora (MG)	20,7
Uberlândia (MG)	18,3
Rio de Janeiro (RJ)	18,0
Boa Vista (RR)	14,0
Guarulhos (SP)	13,7
Campinas (SP)	12,6
Macapá (AP)	11,2
Campo Grande (MS)	11,5
São Paulo (SP)	9,5
Florianópolis (SC)	9,3



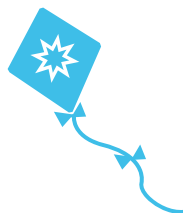
ROUBOS

O Ceará tem a maior taxa do Nordeste e a quarta no Brasil.

O indicador de roubos de veículos e a instituições financeiras são os tipos mais denunciados às polícias e compõem os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, do Ministério da Justiça, de 2013 e 2014, de forma mais confiável. Indicadores como roubos em residência e roubos a transeunte não foram considerados no estudo, pois possuem altas taxas de subnotificação, além de uma grande variação dessa taxa de subnotificação entre os estados.

Estado	Taxa / 100 mil habitantes
São Paulo	224,72
Rio de Janeiro	170,52
Distrito Federal	145,3
Ceará	106,6
Rio Grande do Sul	106,5
Mato Grosso	102,3
Goiás	87,6
Bahia	86,6
Alagoas	80,3
Sergipe	72,5
Paraná	72,0
Pernambuco	62,5
Rio Grande do Norte	53,1
Amazonas	53,04
Piauí	51,9
Pará	47,26
Rondônia	46,04
Roraima	40,04
Santa Catarina	38,3
Maranhão	33,7
Espírito Santo	23,22
Tocantins	21,17
Mato Grosso do Sul	19,2
Minas Gerais	18,79
Amapá	16,51
Paraíba	10,2
Acre	0,00

Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes
Várzea Grande (MT)	571,0	Olinda (PE)	81,4
Porto Alegre (RS)	441,6	Porto Seguro (BA)	80,8
São Paulo (SP)	430,04	Belo Horizonte (MG)	68,49
Campinas (SP)	424,07	Jaboatão dos Guararapes (PE)	65,6
Duque de Caxias (RJ)	386,53	Florianópolis (SC)	64,4
São João do Meriti (RJ)	355,47	Simões Filho (BA)	62,3
Mossoró (RN)	295,0	Juazeiro do Norte (CE)	59,3
Goiânia (GO)	281,9	São José de Ribamar (MA)	59,3
Nova Iguaçu (RJ)	270,75	Boa Vista (RR)	59,5
São Gonçalo (RJ)	266,99	Ilhéus (BA)	59,0
Guarulhos (SP)	249,37	Cabo de Santo Agostinho (PE)	53,5
Maracanaú (CE)	246,4	Aparecida de Goiânia (GO)	48,9
Fortaleza (CE)	245,9	Uberlândia (MG)	46,55
Salvador (BA)	225,7	Marabá (PA)	45,7
Luziânia (GO)	215,2	Cabo Frio (RJ)	42,42
Arapiraca (AL)	210,4	Juazeiro (BA)	39,1
Feira de Santana (BA)	205,9	João Pessoa (PB)	34,2
Vitória da Conquista (BA)	204,2	Campos dos Goytacazes (RJ)	33,95
Canoas (RS)	193,8	Betim (MG)	33,70
Rio de Janeiro (RJ)	192,93	Imperatriz (MA)	31,0
Curitiba (PR)	191,5	Macapá (AP)	27,4
Ananindeua (PA)	182,0	Anápolis (GO)	26,9
Belford Roxo (RJ)	180,70	Sobral (CE)	22,8
São Leopoldo (RS)	176,9	Campo Grande (MS)	15,3
Cuiabá (MT)	175,7	Ribeirão das Neves (MG)	7,92
Teresina (PI)	175,0	Palmas (TO)	7,4
Itabuna (BA)	173,3	Governador Valadares (MG)	6,53
Lauro de Freitas (BA)	162,7	Juiz de Fora (MG)	3,30
Camaçari (BA)	148,8	Campina Grande (PB)	3,0
Caucaia (CE)	143,8	Vila Velha (ES)	0,65
Maceió (AL)	134,8	Cariacica (ES)	0,53
Nossa Senhora do Socorro (SE)	134,5	Serra (ES)	0,21
Alvorada (RS)	128,9	Rio Branco (AC)	0,00
Rondonópolis (MT)	124,5		
Caruaru (PE)	124,2		
Recife (PE)	121,9		
Paulista (PE)	112,4		
Vitória (ES)	104,23		
Aracaju (SE)	103,8		
Natal (RN)	101,8		
Manaus (AM)	101,4		
Porto Velho (RO)	101,0		
Contagem (MG)	97,18		
Parauapebas (PA)	95,1		
Belém (PA)	91,2		
São Luís (MA)	84,5		



VULNERABILIDADE DE JOVENS

O Ceará divide o terceiro lugar com o estado de Pernambuco.

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) é uma síntese dos seguintes indicadores: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e risco relativo de brancos e negros serem vítimas de homicídio. Uma vez que o índice fornece informações sobre locais em que os jovens estão mais vulneráveis à violência, é possível, a partir desse índice, dimensionar onde esses jovens precisam de maior atenção. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional da Juventude, da Presidência da República, varia de 0 a 1, sendo 0 a menor vulnerabilidade e 1 a maior.

Estado	Taxa / 100 mil habitantes
Alagoas	0,6
Paraíba	0,51
Ceará	0,50
Pernambuco	0,50
Roraima	0,497
Espírito Santo	0,496
Pará	0,493
Amapá	0,489
Bahia	0,47
Piauí	0,47
Rondônia	0,467
Sergipe	0,46
Maranhão	0,45
Mato Grosso	0,439
Amazonas	0,418
Paraná	0,408
Tocantins	0,385
Goiás	0,384
Rio Grande do Norte	0,38
Mato Grosso do Sul	0,377
Acre	0,372
Rio de Janeiro	0,309
Distrito Federal	0,294
Minas Gerais	0,280
São Paulo	0,200
Rio Grande do Sul	0,230
Santa Catarina	0,252

Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes
Cabo de Santo Agostinho (PE)	0,65	Recife (PE)	0,44
Marabá (PA)	0,582	Betim (MG)	0,445
Luziânia (GO)	0,573	Aparecida de Goiânia (GO)	0,440
Parauapebas (PA)	0,570	Duque de Caxias (RJ)	0,440
Simões Filho (BA)	0,56	Vila Velha (ES)	0,420
Camaçari (BA)	0,55	Campina Grande (PB)	0,43
Lauro de Freitas (BA)	0,55	Teresina (PI)	0,43
Ananindeua (PA)	0,547	Caruaru (PE)	0,42
Maceió (AL)	0,54	Natal (RN)	0,42
São José de Ribamar (MA)	0,54	Boa Vista (RR)	0,411
Belém (PA)	0,537	Ribeirão das Neves (MG)	0,4106
Salvador (BA)	0,53	Aracaju (SE)	0,41
Santa Rita (PB)	0,53	Nova Iguaçu (RJ)	0,405
Serra (ES)	0,526	São João do Meriti (RJ)	0,403
Feira de Santana (BA)	0,52	Contagem (MG)	0,402
Cabo Frio (RJ)	0,519	Anápolis (GO)	0,401
Campos dos Goytacazes (RJ)	0,518	Paulista (PE)	0,40
Porto Seguro (BA)	0,51	Rio Branco (AC)	0,390
Ilhéus (BA)	0,51	Belford Roxo (RJ)	0,388
Maracanaú (CE)	0,51	Cuiabá (MT)	0,388
Arapiraca (AL)	0,5	São Gonçalo (RJ)	0,384
Várzea Grande (MT)	0,509	Guarulhos (SP)	0,379
Cuiabá (MT)	0,509	Rio de Janeiro (RJ)	0,372
Cariacica (ES)	0,508	Goiânia (GO)	0,371
Alvorada (RS)	0,503	São Leopoldo (RS)	0,373
Fortaleza (CE)	0,50	Sobral (CE)	0,37
Jaboatão dos Guararapes (PE)	0,50	Canoas (RS)	0,369
Itabuna (BA)	0,50	Palmas (TO)	0,366
João Pessoa (PB)	0,49	Porto Alegre (RS)	0,365
Vitória da Conquista (BA)	0,49	Vitória (ES)	0,365
Porto Velho (RO)	0,484	Belo Horizonte (MG)	0,359
Imperatriz (MA)	0,48	São Paulo (SP)	0,331
Juazeiro (BA)	0,48	Uberlândia (MG)	0,326
Nossa Senhora do Socorro (SE)	0,48	Curitiba (PR)	0,324
Macapá (AP)	0,478	Campo Grande (MS)	0,321
Rondonópolis (MT)	0,473	Campinas (SP)	0,321
Governador Valadares (MG)	0,470	Juiz de Fora (MG)	0,320
Manaus (AM)	0,469	Florianópolis (SC)	0,308
Mossoró (RN)	0,46		
Caucaia (CE)	0,45		
Juazeiro do Norte (CE)	0,45		
São Luís (MA)	0,45		
Olinda (PE)	0,44		



FATORES DE RISCO TRANSVERSAIS

O Ceará está entre os casos mais preocupantes de violência interpessoal e vulnerabilidade de jovens.

“Tanto os indicadores transversais como os de gangues e drogas e violência patrimonial são ruins. Podemos inferir que existe alta circulação de armas, presença de drogas e tráfico, vulnerabilidade de jovens. Ademais, conflitos interpessoais e domésticos são considerados de gravidade média”, detalha o relatório. O documento revela como fatores em situação menos grave no Ceará a presença do Estado e os conflitos entre policiais e população.

Indicadores transversais são aqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e consequente homicídio: disponibilidade de armas de fogo e acúmulo de vulnerabilidades sociais.

Tais fatores apresentam risco de causar homicídios ou potencializar a sua concretização se comparados a qualquer uma das macrocausas analisadas: transversais, gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal, violência doméstica, presença do Estado

e conflitos da polícia com a população. A letalidade e o fácil acesso a armas de fogo, quando associados a uma sociedade violenta, potencializam o risco de que conflitos de ordem diversa terminem em mortes.

Vulnerabilidades econômicas e sociais também são apontadas como causadoras gerais de conflitos e violência, dentre essas, os homicídios. Como indicadores para dar conta dessas variáveis, inicialmente, optou-se por inserir nesse quesito a taxa geral de homicídios do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, do Ministério da Justiça, em 2014, indicando em quais lugares seria possível observar um maior acúmulo de causas e fatores de risco, o que indicaria a existência de fatores transversais. Ao tratar de vulnerabilidades sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi escolhido, por se tratar de um índice já bastante aceito no contexto internacional e que mede condições de educação, saúde e renda.

Legenda:

● situação menos grave

● situação de gravidade intermediária

● situação mais grave

Estado	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
Rondônia	●	●	●	●	●	●	●
Acre	●	●	●	●	●	●	●
Amazonas	●	●	●	●	●	●	●
Roraima	●	●	●	●	●	●	●
Pará	●	●	●	●	●	●	●
Amapá	●	●	●	●	●	●	●
Tocantins	●	●	●	●	●	●	●
Maranhão	●	●	●	●	●	●	●
Piauí	●	●	●	●	●	●	●
Ceará	●	●	●	●	●	●	●
Rio Grande do Norte	●	●	●	●	●	●	●
Paraíba	●	●	●	●	●	●	●
Pernambuco	●	●	●	●	●	●	●
Alagoas	●	●	●	●	●	●	●
Sergipe	●	●	●	●	●	●	●
Bahia	●	●	●	●	●	●	●
Minas Gerais	●	●	●	●	●	●	●
Espírito Santo	●	●	●	●	●	●	●
Rio de Janeiro	●	●	●	●	●	●	●
São Paulo	●	●	●	●	●	●	●

Estado	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
Paraná	●	●	●	●	●	●	●
Santa Catarina	●	●	●	●	●	●	●
Rio Grande do Sul	●	●	●	●	●	●	●
Mato Grosso do Sul	●	●	●	●	●	●	●
Mato Grosso	●	●	●	●	●	●	●
Goiás	●	●	●	●	●	●	●
Distrito Federal	●	●	●	●	●	●	●



CRIMES CONTRA A PESSOA

O Ceará aparece em quinto lugar.

A Pesquisa Nacional de Vitimização revela percentual da população vítima de algum crime contra a pessoa, que compreende desde agressões e ameaças até ofensas sexuais e discriminação. Os dados apresentados são apenas por unidade da federação, mas dimensionam bem a cultura adversarial e o fenômeno da violência interpessoal - Pesquisa Nacional de Vitimização 2011 e 2012.

Estado	Taxa / 100 mil habitantes	Estado	Taxa / 100 mil habitantes	Estado	Taxa / 100 mil habitantes
Amapá	69,1%	Paraíba	28,8%	Roraima	24,1%
Pará	46,1%	Goiás	28,5%	Paraná	23,8%
Rio Grande do Norte	44,2%	Mato Grosso do Sul	28,5%	Maranhão	23,4%
Acre	44,0%	Bahia	27,2%	Distrito Federal	22,60%
Ceará	38,8%	São Paulo	26,4%	Santa Catarina	22,3%
Pernambuco	31,5%	Espírito Santo	26,1%	Rio Grande do Sul	17,7%
Alagoas	31,3%	Rondônia	26,3%	Piauí	16,1%
Amazonas	31,3%	Sergipe	25,4%	Tocantins	15,6%
Rio de Janeiro	29,5%	Mato Grosso	24,7%	Tocantins	15,6%
Minas Gerais	29,0%				



HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS

Taxa de homicídios em crianças, até 14 anos, de acordo com o banco de dados Sistema Único de Saúde - DataSUS.

Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes
Santa Rita (PB)	18,41	Cuiabá (MT)	3,11	Betim (MG)	1,03
Vitória (ES)	12,47	Uberlândia (MG)	3,11	Guarulhos (SP)	0,99
Maceió (AL)	10,08	Palmas (TO)	3,10	Belford Roxo (RJ)	0,85
Lauro de Freitas (BA)	9,76	Teresina (PI)	3,07	Feira de Santana (BA)	0,73
Serra (ES)	9,42	Aracaju (SE)	3,04	Cabo de Santo Agostinho (PE)	0,00
Simões Filho (BA)	9,08	Contagem (MG)	3,04	Canoas (RS)	0,00
Vila Velha (ES)	8,98	Manaus (AM)	3,04	Caruaru (PE)	0,00
Fortaleza (CE)	8,86	Brasília (DF)	3,03	Florianópolis (SC)	0,00
Cabo Frio (RJ)	8,60	Várzea Grande (MT)	3,03	Nossa Senhora do Socorro (SE)	0,00
Arapiraca (AL)	8,34	Salvador (BA)	2,86	Nova Iguaçu (RJ)	0,00
Cariacica (ES)	8,16	Porto Velho (RO)	2,55	Olinda (PE)	0,00
Mossoró (RN)	7,99	Vitória da Conquista (BA)	2,53		
Alvorada (RS)	7,72	Anápolis (GO)	2,50		
Campina Grande (PB)	7,56	Macapá (AM)	2,31		
Porto Seguro (BA)	7,44	Porto Alegre (RS)	2,26		
Juazeiro do Norte (CE)	7,31	Boa Vista (RR)	2,25		
Maracanaú (CE)	7,30	Natal (RN)	2,25		
Itabuna (BA)	6,39	Campo Grande (MS)	2,20		
Ilhéus (BA)	6,36	São Leopoldo (RS)	2,05		
Parauapebas (PA)	5,83	Juiz de Fora (MG)	1,99		
Aparecida de Goiânia (GO)	5,70	Sobral (CE)	1,99		
Luziânia (GO)	5,70	Rio Branco (AC)	1,97		
Rondonópolis (MT)	5,70	São João de Meriti (RJ)	1,91		
João Pessoa (PB)	4,87	Juazeiro (BA)	1,77		
Governador Valadares (MG)	4,81	São Paulo (SP)	1,74		
Ananindeua (PA)	4,77	Belo Horizonte (MG)	1,54		
Camaçari (BA)	4,58	Imperatriz (MA)	1,48		
São José de Ribamar (MA)	4,33	Paulista (PE)	1,45		
Belém (PA)	3,95	Rio de Janeiro (RJ)	1,45		
Marabá (PA)	3,91	Duque de Caxias (RJ)	1,44		
São Gonçalo (RJ)	3,81	Campinas (SP)	1,42		
Campos dos Goytacazes (RJ)	3,66	Curitiba (PR)	1,41		
São Luís (MA)	3,65	Jaboatão dos Guararapes (PE)	1,28		
Goiânia (GO)	3,61	Ribeirão das Neves (MG)	1,28		
Caucaia (CE)	3,27	Recife (PE)	1,23		

Fonte: Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios - Ministério da Justiça 2014

DAVI PINHEIRO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

BRASIL DILACERADO SITUAÇÃO PIOR QUE NOS CENÁRIOS DE GUERRA

As crianças no Brasil crescem ouvindo que são o futuro do país. Mas que perspectivas estão sendo oferecidas a elas no presente? O prognóstico já se revela ameaçador. De todos os adolescentes que morreram no Brasil em 2012, na faixa de 10 a 18 anos, 36,5% perderam a vida como consequência de agressão, enquanto na população total o percentual foi de 4,8%, uma diferença estonteante, de acordo com o relatório “Homicídios na adolescência no Brasil - IHA 2012”.

A realidade pode ser até mais desoladora. Os problemas de classificação de óbitos no país, sobretudo de mortes violentas, afeta os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. “Uma maneira de amenizar os efeitos dessa má-classificação das mortes é tentar estimar que proporção das mortes registradas como de intencionalidade desconhecida, isto é, as mortes cuja causa pode corresponder a acidente, suicídio ou homicídio, corresponde a homicídios”, sugerem os pesquisadores do Índice de Homicídios na Adolescência.

A partir do cálculo do índice de 2012, aproximadamente 42 mil vidas adolescentes serão perdidas nos municípios com mais de 100 mil habitantes entre 2013 e 2019, se as condições atuais forem mantidas. “Para o conjunto da população dos 288 municípios estudados, o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) atingiu um valor de 3,32 adolescentes perdidos para cada grupo de mil indivíduos nesta faixa etária em 2012. Isso representa uma subida significativa em relação ao ano anterior, em que o IHA foi de 2,84”, constata o relatório.

Em 2012, a mortalidade por homicídio na população adolescente entre 12 e 18 anos foi a mais alta dos últimos oito anos. O resultado é considerado alarmante, porque quebra a tendência dos anos anteriores numa direção negativa. “Medidas de prevenção e redução da letalidade na adolescência precisam ser desenvolvidas em breve, sobretudo no Nordeste, que é a região tanto de maior incidência quanto de maior crescimento”, recomenda o relatório. Enquanto o índice é de 2,25 no Sudeste, chega a 5,97 no Nordeste, região que tem os três estados com maiores taxas: Alagoas (8,82), Bahia (8,59) e Ceará (7,74).

O Brasil perde um adolescente por hora, 24 por dia, em média. “A violência contra a população mais jovem coloca o Brasil em um paradoxo. O país é um caso de sucesso mundial no enfrentamento à mortalidade infantil, mas figura em segundo lugar em número absoluto de homicídios de adolescentes, atrás

HOMICÍDIOS NO BRASIL

1º lugar

no ranking mundial de assassinatos em 2009, com 43.909 pessoas mortas, enquanto a Colômbia registrou 15.459 em 2010 e a Venezuela informou 13.985 homicídios em 2009.

Fonte: Organização das Nações Unidas

3º lugar

em taxas de homicídio de crianças e adolescentes, entre 85 países, atrás apenas do México e de El Salvador, em 2013.

Fonte: Mapa da Violência

7ª posição

entre 95 países no total de homicídios e o oitavo lugar em assassinatos de jovens, em 2013.

Fonte: Mapa da Violência

O maior número absoluto

de homicídios do mundo, em 2014: de cada 100 assassinatos no planeta, 13 são no Brasil.

Fonte: Organização Mundial da Saúde

11º país mais violento

em termos proporcionais, em 2014: 32 assassinatos por 100 mil brasileiros.

Fonte: Organização Mundial da Saúde

DAVI PINHEIRO



apenas da Nigéria. O país é referência internacional no combate à pobreza e na melhoria de vida da sua população, o que garante que a expectativa de vida média do brasileiro seja de quase 75 anos. No entanto, é o sexto no mundo em taxa de homicídio de crianças e adolescentes, atrás apenas de países como El Salvador. Isso significa que, para uma parte da população brasileira, a expectativa de vida é de apenas 18 anos de idade”, confronta Gary Stahl, representante do Unicef no Brasil.

Os homicídios de adolescentes causam impactos em cadeia, desde a profunda dor dos familiares até as repercussões sobre a economia, já que os assassinatos acontecem antes do período mais produtivo da vida. Os custos econômicos e sociais das mortes violentas de jovens são altíssimos. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2013 demonstrou que a violência letal pode reduzir a expectativa de vida de homens ao nascer em até quase três anos e que o custo das mortes prematuras de jovens entre 15 a 29 anos é em torno de R\$ 79 bilhões a cada ano o que correspondia na época a cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto.

“A soma das perdas é de 1,5% no caso dos jovens ou 2,3% no caso das mortes em geral, com um custo de R\$ 138 bilhões. O homicídio, além de ser um movimento que atenta contra o processo civilizatório, é um movimento que atenta contra o desenvolvimento econômico do país, porque a principal força, a principal riqueza das nações, das famílias brasileiras, são as pessoas. Então, ao relegarmos várias gerações de jovens a uma vida restrita, nós estamos condenando a possibilidade de o Brasil ter produtividade, e produtividade tem a ver com dinheiro e desenvolvimento”, avalia o econo-

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

CONSTATAÇÃO E PROJEÇÃO DA VIOLÊNCIA

Crescimento de homicídios entre adolescentes de 16 e 17 anos entre 2003 e 2013 em Fortaleza

Ano	Homicídios	Taxa / 100 mil habitantes
2003	23	23,5
2013	239	267,7
Varição	1.039,6%	939,1%

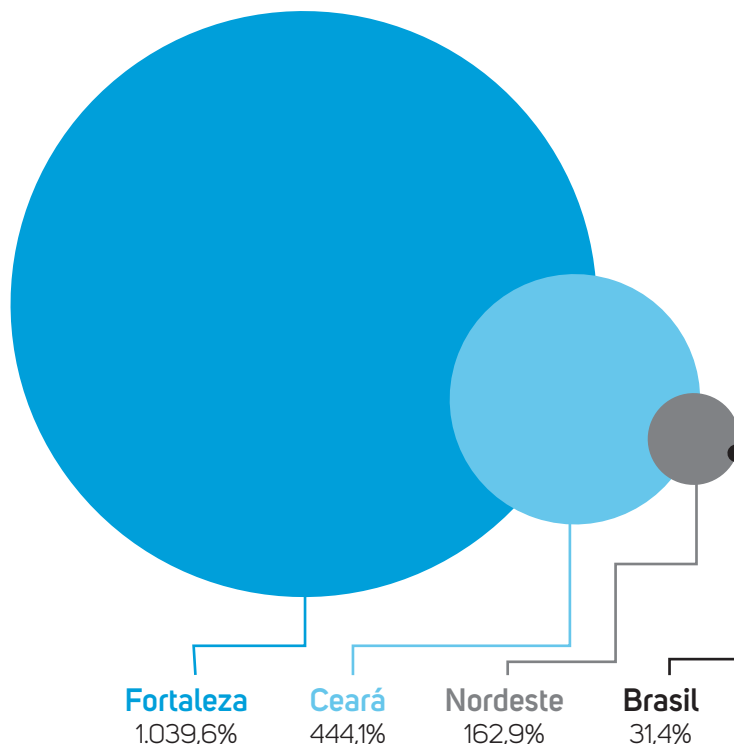
O crescimento do índice cearense só não superou o do Rio Grande do Norte, onde foi registrado um aumento de 580,4% em dez anos.

Estimativa de homicídios entre adolescentes de 16 e 17 anos entre 2020 e 2040

Ano	Homicídios
2020	4.284
2025	4.751
2030	5.218
2035	5.686
2040	6.153

Fonte: Mapa da Violência 2015

Varição do crescimento de homicídios entre adolescentes de 16 e 17 anos entre 2003 e 2013 entre Fortaleza, Ceará, Nordeste e Brasil



mista e técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, Daniel Cerqueira.

O Mapa da Violência, ao analisar os homicídios entre os adolescentes de 16 e 17 anos, constata um aumento espantoso de 640,9% entre 1980 e 2013, passando de 506 assassinatos para 3.749. “Na contramão da realidade, inclusive a do Brasil, onde a história recente marca decisivos avanços na esperança de vida da população, ao observar a evolução da violência homicida na faixa de 16 e 17 anos de idade, as previsões são sombrias e preocupantes”, alerta Julio Jacobo Waiselfiz, sociólogo e diretor da pesquisa.

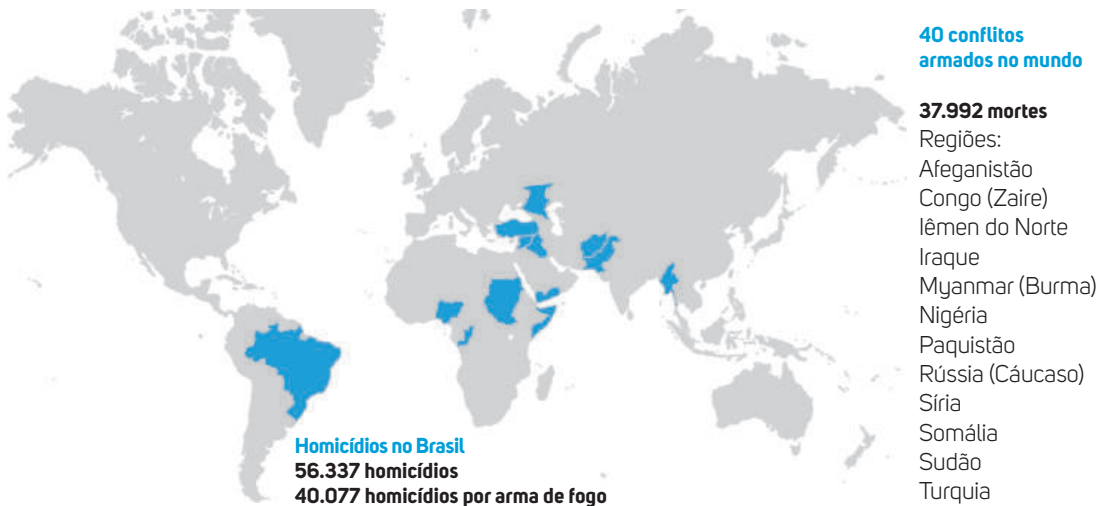
Se não houver mediação de ações concretas que possibilitem reverter o quadro, o sociólogo estima uma evolução dos homicídios na faixa dos 16 e 17 anos de idade. “Se hoje a situação vital desses jovens já é grave e preocupante, não vemos muita perspectiva de melhora num futuro imediato”.

O Brasil chegou a registrar 58.946 homicídios em 2014, com uma taxa de 29,1 assassinatos por 100 mil habitantes. O Mapa da Violência contabilizou em 34 anos 1.317.995 homicídios, sendo 698.928 contra jovens, o que representa 53% do total, embora o número de jovens no país corresponda a 26% da população. Entre 1980 e 2010, o Brasil teve uma média anual de 38,7 mil mortes violentas, superior ao que registraram diversos conflitos armados internacionais. Mesmo nos maiores conflitos, o número de vítimas é inferior aos assassinatos no Brasil entre 2004 e 2007. No movimento emancipatório/étnico entre Chechênia e Rússia, de 1994 a 1996, morreram 25 mil pessoas por ano em média. Na guerra civil de Angola, entre 1975 e 2002, foram registradas 20,3 mil mortes ao ano.

De um total de 62 conflitos, nos 12 maiores, que representam 81,4% do total de mortes diretas, foram vitimadas 169.574 pessoas nos qua-

HOMICÍDIOS NO BRASIL X CONFLITOS NO MUNDO

2012



Fonte: Mapa da Violência

2013



Fonte: Mapa da Violência

Violência continental: homicídios pelo mundo



Fonte: Organização das Nações Unidas – 2012

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

tro anos. No mesmo período, no total dos 62 conflitos, morreram 208.349 pessoas. “No Brasil, país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais pessoas (192.804) vítimas de homicídio, que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. Mais ainda, esse número de homicídios se encontra bem perto das mortes no total dos 62 conflitos armados registrados nesse relatório”, aponta o Mapa da Violência.

Em 2012 foram registrados 40 conflitos armados no mundo que originaram 37.992 mortes. No Brasil, nesse mesmo ano, houve 56.337 homicídios, sendo 40.077 por arma de fogo. Em 2013 foram 46 conflitos mundiais com 21.259 mortes. No país, no mesmo ano, aconteceram 56.804 homicídios, 40.369 por arma de fogo. “É praticamente três vezes mais. Isso aparece como a ordem natural das coisas, mas é uma ordem social que está implicando o extermínio da população”, alerta Julio Jacobo.

Um extermínio que começou nas origens do Brasil e foi se atualizando ao longo de 516 anos. Diferentemente de nações mais avançadas, o país de dimensões continentais abaixo da linha do Equador se constituiu numa cultura de violência desde a colonização. O problema é estrutural e tem características próprias. Por isso mesmo, a replicação em território nacional dos modelos de enfrentamento à insegurança, tais quais foram implementados em outras sociedades, nem sempre traz os mesmos resultados exitosos.

No contexto internacional, numa lista de 95 países, o Brasil ocupa a sétima posição no total de homicídios e o oitavo lugar em assassinatos de jovens, de acordo com o Mapa da Violência. O mesmo levantamento aponta uma pesquisa realizada entre 85 países situando o Brasil em terceiro lugar, atrás apenas do México e de El Salvador, quando comparadas as taxas de homicídio de crianças e adolescentes.

Internamente, há uma dificuldade em saber a dimensão real da violência letal, em função da divergência entre as unidades da federação na conceituação dos homicídios. “Cada estado tem sua própria definição de mortes por causas intencionais”, ressalva Julio Jacobo. Nem todos os estados reconhecem como assassinatos as mortes praticadas por agentes de segurança durante intervenção policial, por exemplo, sob o argumento, utilizado muitas vezes, do estrito cumprimento do dever legal.

A fragilidade dos dados brasileiros fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimasse o número de 64 mil assassinatos no país em 2012, embora o governo brasileiro tenha informado uma quantidade menor, mesmo assim ainda bastante expressiva, de 47 mil homicídios. A estimativa da OMS

HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELO MUNDO

10 a 14 anos de idade

País	Ano	Taxa	Pos.
México	2012	12,4	1º
El Salvador	2012	6,9	2º
Brasil	2013	4,3	3º
Guatemala	2012	3,8	4º
Panamá	2012	3,7	5º
Colômbia	2011	3,7	6º
Guiana	2011	2,8	7º
Porto Rico	2010	2,2	8º
Suriname	2012	1,8	9º
Peru	2012	1,2	10º
Uruguai	2010	1,1	11º
Argentina	2012	0,9	12º
Costa Rica	2012	0,8	13º
Estados Unidos	2010	0,7	14º
Rep. Dominicana	2011	0,7	15º

15 a 19 anos de idade

País	Ano	Taxa	Pos.
México	2012	95,6	1º
El Salvador	2012	55,8	2º
Brasil	2013	54,9	3º
Colômbia	2011	49,3	4º
Panamá	2012	39,7	5º
Porto Rico	2010	31,5	6º
Guatemala	2012	29,6	7º
África do Sul	2013	14,4	8º
S. Vicente e Granada	2013	11,1	9º
Guadalupe	2011	10,3	10º
Uruguai	2010	9,8	11º
Argentina	2012	9,7	12º
Rep. Dominicana	2011	9,1	13º
Estados Unidos	2010	8,3	14º
Guiana	2011	7,5	15º

0 a 19 anos de idade

País	Ano	Taxa	Pos.
México	2012	95,6	1º
El Salvador	2012	55,8	2º
Brasil	2013	54,9	3º
Colômbia	2011	14,3	4º
Panamá	2012	10,8	5º
Porto Rico	2010	9,7	6º
Guatemala	2012	8,6	7º
Ilhas Cayman	2010	7,6	8º
África do Sul	2013	3,4	9º
Uruguai	2010	3,3	10º
Estados Unidos	2010	3,1	11º
S. Vicente e Granad.	2013	3,0	12º
Rep. Dominicana	2011	3,0	13º
Guiana	2011	2,9	14º
Guadalupe	2011	2,6	15º

Fonte: Mapa da Violência

coincide com um estudo divulgado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indicando que o Brasil ultrapassou a marca anual de 60 mil óbitos por agressões.

“Com base no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), estimou-se o número de homicídios ocultos em cada unidade da federação brasileira, considerando os óbitos que foram erroneamente classificados como “causa indeterminada”. Para tanto, foram analisadas as características socioeconômicas e situacionais associadas a cada uma das quase 1,9 milhão de mortes violentas, ocorridas no país entre 1996 e 2010. Os resultados deste estudo indicaram que o número de homicídios no país seria 18,3% superior ao dos registros oficiais, o que representa cerca de 8.600 homicídios não reconhecidos, a cada ano”, descreve o economista Daniel Cerqueira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Responsável pelo estudo, o economista acrescenta que os cálculos mostraram ainda que não houve o crescimento substancial da taxa de homicídios em muitos estados

do Brasil e, em particular, do Nordeste, mas uma redução da subnotificação a partir do aprimoramento na qualidade do Sistema de Informação sobre Mortalidade. “Não obstante, nos últimos anos, verificou-se um preocupante fenômeno de aumento das mortes violentas cuja intenção não foi determinada. Tal fato não se deu de forma generalizada no país, mas ficou circunscrito, principalmente, a sete estados: Rio de Janeiro; Bahia; Rio Grande do Norte, Pernambuco; Roraima; Minas Gerais e São Paulo”.

De acordo com o relatório da Organização Mundial da Saúde divulgado em dezembro de 2014, o Brasil tem o maior número absoluto de homicídios do mundo: de cada 100 assassinatos no planeta, 13 são no país. Em termos proporcionais, ou seja, considerando o número de crimes e o tamanho da população, Honduras, país da América Central, passa a ocupar o primeiro lugar da lista, seguido pela Venezuela. O Brasil, nesse cálculo, surge como o 11º país mais violento do mundo. A OMS calcula que a cada 100 mil brasileiros, 32 sejam assassinados.

O primeiro Estudo Global sobre Homicídios do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, divulgado em 2011, com base nos dados de 2009 fornecidos pelo Ministério da Justiça, também coloca o Brasil no topo do ranking mundial de assassinatos: 43.909 pessoas mortas, enquanto a Colômbia registrou 15.459 em 2010 e a Venezuela informou 13.985 homicídios em 2009.

Mesmo levando-se em conta o tamanho da população, o número absoluto de homicídios no Brasil ainda é muito elevado. O Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, atrás de China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. A segunda nação com mais homicídios

em um ano, de acordo com o estudo, foi a Índia, com 40.752 mortes em 2009. A população indiana, no entanto, era seis vezes maior que a do Brasil em 2009, ano do levantamento, e mesmo assim, a Índia teve uma quantidade de assassinatos inferior.

Em números relativos, a pesquisa da Organização das Nações Unidas situa o Brasil com a terceira maior taxa de homicídios da América do Sul, atrás apenas da Venezuela e da Colômbia. A taxa brasileira era de 22,7 homicídios por 100 mil habitantes. Na Venezuela, o índice ficava em 49, enquanto na Colômbia chegava a 33,4. No ranking de todos os países pesquisados, quando considerada a

DIVULGAÇÃO



Guerra não declarada: Mapa da Violência aponta que média anual de mortes violentas no Brasil é superior ao que registraram diversos conflitos armados internacionais

taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes, o Brasil apareceu em 26º lugar. O país com o índice mais alto era Honduras, com taxa de 82,1 mortes intencionais a cada 100 mil pessoas.

Um estudo mais recente da ONU, publicado em 2014 com base nos dados de 2012, apontou que 10% dos homicídios no mundo aconteceram no Brasil, onde a taxa de homicídios cresceu para 25,2 por 100 mil pessoas e continua sendo a terceira maior do continente sul-americano, atrás da Venezuela, que também registrou aumento (53,7) e da Colômbia, que teve um decréscimo (30,8). Entre 219 países ou territórios analisados, Honduras foi considerado o local mais violento, com uma taxa que também cresceu, para 90,4. Também com dados de 2012, divulgados em 2014, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime situa o Brasil na 16ª posição de um total de 156 países que fornecem informação sobre a taxa de homicídios para o conjunto da população.

“Quando a gente percebe que mais de 10% do total de homicídios no mundo acontece no Brasil, é algo realmente estarrecedor. Mas nós não estamos matando esses jovens apenas do ponto de vista material. Antes disso, nós os matamos simbolicamente, nós relegamos várias gerações de jovens a uma vida de restrições, a uma vida em que eles vão ser alijados de um processo de acesso a bens materiais e simbólicos, ainda mais em uma sociedade de consumo que a gente vive. E quem sofre com isso? São os jovens em primeiro lugar, são as famílias dos jovens em segundo lugar, mas é, sobretudo, toda a sociedade brasileira”, avalia o economista Daniel Cerqueira. “Já se falou que os jovens são o futuro da nação. Se isso é verdade, o nosso bonde do futuro foi perdido”.

Incontestavelmente, a violência faz do Brasil um país em guerra não declarada. “Jovens negros com baixa escolaridade formam o perfil da maioria das vítimas dos crimes, que também têm como componente a violência policial. Se quiser reverter esse quadro, o Brasil precisa avançar em vários aspectos e definir uma agenda de políticas públicas eficazes diante de algumas tendências, como o crescimento demográfico, a interiorização da violência e até o aumento do lobby em favor da liberação do uso de armas de fogo”, aponta a revista *Desafios do Desenvolvimento*, publicada pelo Ipea em março de 2016, acerca do estudo *Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*.

VIDAS DESPROTEGIDAS A MORTE COMEÇA NO ABANDONO FAMILIAR, SOCIAL OU INSTITUCIONAL



Aos nove anos, o garoto já fazia uso de substância entorpecente e abandonou a sala de aula. Em seguida, começou a praticar roubos e foi apreendido por seis meses, embora a idade mínima legal para internação seja de 12 anos. Ele voltou à escola depois de cumprir as medidas de privação de liberdade e prestação de serviços à comunidade, mas em uma semana já estava novamente nas ruas.

O caso é emblemático, pelo fracasso da família, da escola e do Estado em cuidar de uma pessoa ainda no começo da vida. Os pais, além de não conseguirem impedir que o garoto começasse a inalar cola de sapateiro e se envolver com atos infracionais, tornaram-se reféns dele. “O menino é filho de pais trabalhadores, honestos, mas eram ameaçados por ele de serem denunciados ao Conselho Tutelar”, revela o agrônomo Ricardo Cruz Parente, gerente do Banco de Mudanças de Sobral, onde o garoto cumpriu medida socioeducativa, frequentando duas vezes por semana o local, como havia sido determinado judicialmente.

Quando o menino abandonou a sala de aula, o núcleo gestor da unidade educacional sequer deu conta da ausência do aluno. “A diretora nem sabia que ele tinha deixado a escola”,

DAVI PINHEIRO



acrescentou Ricardo Parente, durante a audiência pública do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, realizada em Sobral. Quando o garoto voltou às ruas, os pais ainda procuraram o gerente do Banco de Mudas para que o garoto continuasse frequentando o local, mas a medida de prestação de serviços à comunidade já havia sido cumprida, e o prazo, portanto, expirado. Qual o futuro desse garoto?

Os homicídios envolvendo adolescentes são, muitas vezes, o desfecho de uma sequência de desventuras que começam bem cedo. “Uma mãe me disse uma vez: ‘Eu comecei a perder o meu filho quando ele tinha 12 anos. Aos 17, eu perdi de vez’. Ela sabia que esse processo pode ser, inclusive, entendido, diagnosticado e, portanto, pode ser superado. É isso que deve nos unir”, defende o deputado estadual Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Consta no artigo 227 da Constituição Federal: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO



convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º, reforça: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

O direito à vida está em primeiro lugar. E cabe à família, à sociedade e ao Estado zelarem por ele. Mas o que se identifica em muitos homicídios de adolescentes é a ausência familiar, comunitária ou estatal. A morte começa no abandono, por um ou outro, quando não por todos eles. Desprotegidos, os adolescentes vão se perdendo aos poucos, até se perderem de vez e não serem mais resgatados. A perda definitiva é a própria morte. De tantas ausências sofridas, eles mesmos se tornam ausentes um dia, extemporaneamente e para sempre.

Para alguns adolescentes, a morte é uma tragédia anunciada, embora imperceptível ou ignorada pela família, pela sociedade ou pelo Estado. Se a família é negligente, que a sociedade assuma a tarefa; se a sociedade não se compromete, que o Estado intervenha. “Precisamos ficar atentos, porque vão acontecendo mortes parciais pela ausência do Estado”, observa a psicóloga Ângela Pinheiro, consultora do comitê. É urgente perceber os sinais do abandono para estancar o processo de morte e garantir a vida.



As ausências se manifestam quando a família não cuida do adolescente ou não conta com o suporte das políticas públicas, quando os projetos sociais nos quais ele estava inserido são interrompidos, quando a escola não garante a permanência dele em sala de aula, quando a sociedade ou os governos deixam de oferecer as oportunidades para o desenvolvimento pleno... A fragilidade dos vínculos familiares ou afetivos, a deficiência ou insuficiência de serviços e equipamentos públicos, o abandono ou evasão escolar são recorrentes nas histórias de adolescentes envolvidos com a violência letal.

Quando se observa a frequência absoluta de assassinatos em crianças e adolescentes de Fortaleza, 94% dos óbitos estão no grupo etário de 15 a 19 anos. “O evento morte é o evento final, mas ele começa antes. As políticas públicas de prevenção da violência devem considerar esse dado para que a incidência se dê imediatamente a partir da primeira infância, aos sete anos, fortalecendo-se com o início da adolescência propriamente dita, aos 12 anos”, recomenda o médico epidemiologista Antonio Silva Lima Neto, consultor do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

A morte física é precedida por uma morte social e política. “Numa sociedade politicamente fraturada, como a nossa, essa morte é envolta num alibi, que é o senso comum, que é a morte dos matáveis. Se você é negro, pobre, da periferia urbana, jovem de 10 a 24 anos, pesa contra você que você é um matável⁷. Um homem branco, de classe média, é menos matável do que

7. Citação ao conceito cunhado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, que se refere à “vida matável” como aquela indesejável, que pode ser exterminada sem que isso represente um crime.

esse jovem da periferia. Portanto, há uma inscrição nesse corpo, não é qualquer corpo que é um corpo matável”, analisa o deputado Renato Roseno.

“Os indivíduos de classe média ou de classe alta não são matáveis”, corrobora o sociólogo Julio Jacobo. Segundo o coordenador da série Mapa da Violência, a inexistência de um sistema nacional de estatísticas criminais é reveladora da indiferença social e política com as mortes dos matáveis. “Não temos ainda hoje esse sistema porque não há o mínimo interesse de que haja estatísticas de qualidade nessa área. Quando morre um matável, não tem notícia no jornal. Ninguém se preocupa muito, ninguém vai sentir sua falta, nem a estrutura social nem a estrutura política”, constata Jacobo.

O histórico de abandono dos matáveis é trágico ao ponto de que se estende até mesmo para depois da morte. “Um dos detalhes mais dramáticos desse cotidiano é o que alguns líderes religiosos podem atestar: o abandono total e completo desses mortos. Nós todos estamos nos tornando socialmente e eticamente indigentes, porque, quando um morre, todos morremos um pouco”, conclui Renato Roseno.

É o mesmo sentimento compartilhado por quem, há muitos anos, vem testemunhando uma sucessão de infortúnios, na vida de meninos e meninas. “São dores que não cicatrizam”, afirma Jamieson Simões, ao se lembrar de tantas vítimas. “Muitas. Umas 16 por ano. E tenho 17 anos de caminhada...”, observa, apontando que são todos adolescentes, sacrificados em (des)acertos de contas, queimas de arquivo e/ou pelas próprias regras do crime.

“Na maioria das vezes, esse meninos são algozes dentro da própria comunidade e sofrem com uma rejeição natural por parte da comunidade. Acompanhando essa rejeição, há um desprezo ainda maior na morte, pelo abandono nos ofícios fúnebres, quando sacerdotes católicos e evangélicos se recusam a officiar o funeral por temerem uma rejeição da comunidade e/ou acreditarem que eles mereçam mesmo descer à terra sem as bênçãos”, explica Jamieson, que também é pastor evangélico. Junte-se a isso a falta de condições dos familiares para providenciar um enterro minimamente digno. “As famílias, ou o que sobrou delas, geralmente não possuem recursos financeiros e documentos de registro para o sepultamento regular”.

Outras vezes, o estrago da violência é tão grande que impede a realização do ritual. No bairro Jangurussu, um menino de apenas 14 anos foi assassinado com mais de 20 tiros. “Foram tantos disparos na cabeça que não tive autorização para fazer o sepultamento dele. Segundo o relato dos outros meninos, ficou um saco de pele com os ossos da cabeça todos quebrados”, descreve Jamieson.



Corpos são sepultados sem identificação no cemitério do Bom Jardim, em Fortaleza: indigência ao longo da vida se estende para o pós-morte



A trajetória rumo à morte começou bem antes. O garoto e a irmã, mais velha, eram criados pelo pai – não se tinha notícia da mãe. O menino sempre apanhava do pai e dos colegas. Aos 12 anos, ele recebeu uma arma e R\$ 100 reais para tirar a vida de uma pessoa que tinha uma rixa com o mandante, um jovem de aproximadamente 22 anos, que comandava o tráfico e as execuções no território.

O valor era bem maior que o benefício de R\$ 30 pago à época pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no qual o menino estava inserido. Para ele, era uma proposta tentadora ganhar em um dia mais que o triplo do que recebia em um mês. O garoto aceitou e não parou mais. “Depois, esse mesmo jovem propôs que ele matasse mais cinco pessoas. Até o fim dos 14 anos, ele matou 14 pessoas”, contabiliza Jamieson. Virou um matador profissional, profissão de alto risco e curta duração. De matador a matável, uma vida breve, repleta de abandonos, inclusive na morte.

Assim, algumas vítimas são sepultadas na condição de indigentes, como se não tivessem nome, família, amigos, história e sem direito sequer às exéquias. Definitivamente sem futuro, é como se também não tivessem passado. Existiram sem viver, ou seja, apenas passaram pela vida, imperceptíveis, invisíveis e negligenciadas até na morte. Sobre a vala comum, não há lápide. Se houvesse, ela poderia traduzir em forma de epitáfio a consumação irreparável do abandono humano: aqui jaz um matável.

E QUE FIQUE REGISTRADO

O Ministério Público do Ceará estima que mais de 6.000 pessoas em Fortaleza ainda não tenham registro de nascimento, sendo 3.500 crianças e adolescentes nessa situação nas escolas.

A Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri (Reajan) vem discutindo o problema desde 2013 e mobilizou os poderes públicos locais em 2016 para a criação do Comitê Municipal de Erradicação do Subregistro de Nascimento, reunindo representantes de secretarias municipais e de várias organizações da sociedade, como organizações não governamentais e igrejas, em parceria com o próprio Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça, além dos Cartórios de Registro Civil.

Para que o comitê trabalhe com base em dados reais sobre a falta do documento em Fortaleza, as instituições estão propondo um levantamento nas escolas e em postos de saúde da cidade.

A certidão de nascimento é o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania. Ela comprova sua existência, seu local e data de nascimento, o nome dos seus pais e avós.

Sem esse documento, os cidadãos ficam privados de seus direitos mais fundamentais e não têm acesso aos programas sociais. Adultos, não podem obter a carteira de identidade, CPF e outros documentos.

Tirar uma certidão de nascimento é um processo fácil e rápido. O ideal é que os bebês já saiam das maternidades com nome e sobrenome.

Se a criança nasceu em hospital ou maternidade, os pais recebem uma via da Declaração de Nascido Vivo, que deve ser levada a um Cartório de Registro Civil. Se a criança nasceu em casa, os pais ou a pessoa responsável pelo registro podem ir direto a um cartório.

A primeira via da certidão de nascimento é gratuita, conforme o artigo 30 da Lei nº 9.534/97, que dispõe sobre os registros públicos. A segunda via também é gratuita para os reconhecidamente pobres.

A certidão deve ser feita logo após o nascimento da criança, no local de nascimento ou no cartório. Os pais têm o direito de fazer a certidão no lugar de nascimento ou no local de residência da criança, conforme assegura a Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos.

Para obter a certidão, os pais ou responsáveis devem ir ao cartório mais próximo do lugar onde o bebê nasceu ou reside, levando documentos e a Declaração de Nascido Vivo da criança entregue pelo hospital.

O registro deve ser feito pelo pai da criança. Caso o pai não possa, é a mãe quem deve realizar o registro. Ordem de quem pode fazer o registro da criança: pai, mãe, parente mais próximo, administradores do hospital onde nasceu a criança, médicos e parteiras que assistiram o parto, pessoa idônea da casa em que ocorreu o nascimento (se for fora da residência da mãe) e encarregados da guarda da criança.

Se os pais da criança são casados, devem comparecer ao cartório também com a Certidão de Casamento e na companhia de duas testemunhas maiores de 21 anos. Se não forem casados, um deles ou os dois devem comparecer com carteira de identidade ou registro de nascimento, além de estar acompanhados de duas testemunhas maiores de 21 anos. Nesse caso, o pai só constará no Registro Civil de Nascimento se declarar a filiação paterna ou autorizá-la por escrito.

Caso os pais da criança tenham menos de 16 anos, eles devem ir a um cartório civil acompanhados dos avós da criança ou de um responsável com mais de 21 anos. Os documentos necessários para o registro são os mesmos citados anteriormente.

A certidão de nascimento é um direito de todo cidadão brasileiro e, por isso, o documento é emitido gratuitamente nos cartórios. No caso de segunda via do documento, poderá haver cobrança. Se o cidadão não puder arcar com os custos, precisará comprovar sua condição com uma declaração de próprio punho ou feita a seu pedido (caso seja analfabeto), assinada também por duas testemunhas.

Para tirar a certidão de nascimento depois de adulto, a pessoa precisa de duas testemunhas conhecidas e de preferência mais velhas. Se os pais estiverem vivos, precisarão apresentar o pedido de certidão por escrito, confirmar a paternidade/maternidade e apresentar seus documentos de identidade.

Caso a pessoa seja menor de idade, o pedido deverá ser feito com a Declaração de Nascido Vivo do hospital junto com os documentos de identidade dos pais e ainda a declaração de duas testemunhas conhecidas.

Fonte: Código Civil, Procuradoria Geral da República e Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri

BANALIZAÇÃO DA MORTE E DA VIDA UM TEMPO DE CRISE DE VALORES

LUCAS MOREIRA



A banalidade toma conta da vida e da morte, como se viver e morrer tivessem o mesmo nível de importância e fossem numa escala menor de valores. Um fim de namoro, uma dívida, uma troca de olhares, um lamento qualquer, a manifestação de uma simples opinião, uma indisposição no campo de futebol, um desentendimento na partida de sinuca... Tudo se torna motivo para a violência extremada, explicação para acabar com a vida de alguém, justificativa para um fim trágico.

Dos adolescentes que estão sob privação de liberdade por assassinato e que foram entrevistados na pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 45% revelam que a ação foi motivada por um desentendimento pontual, como uma rixa qualquer, não necessariamente por uma dívida com o tráfico de drogas, como tem se disseminado largamente. “Às vezes, até existe a dívida, mas não é com o tráfico, é por 15 reais, um valor ínfimo, e a pessoa bota na cabeça que tem de matar o outro. Ou, então, a pessoa foi morta porque passou na área onde não era permitido entrar. A morte acontece de forma muito rápida e banal”, observa o sociólogo Thiago de Holanda, coordenador da pesquisa.



No imediatismo das emoções e na trivialidade da força bruta, não há espaço para a conversa, o diálogo, o entendimento, a negociação, a conciliação. “A cultura da violência se estabelece quando a palavra já não faz mais efeito e nem tem mais sentido. Então, a violência passa a ser a ação mais imediata que, para alguns, resolve o problema, mas a história e a experiência dizem que não está resolvendo problema nenhum, muito pelo contrário, está complexificando ainda mais o cenário”, analisa a socióloga Camila Holanda, consultora da pesquisa.

A violência desmedida, em quantidade ou intensidade, provoca danos, que vão além dos estragos causados pelas mortes intencionais e direcionadas, atingindo também pessoas e famílias sem qualquer envolvimento com os contextos de agressão. “Há uma cultura da violência entre nós. Nós não nos incomodamos com a gama de vidas ceifadas quase no seu início”, avalia Ciro Augusto Mota, professor de um garoto de 16 anos morto em 2015, em Maracanaú, após receber um tiro cujo alvo era outra pessoa.

Contra a morte banalizada, a sociedade precisa difundir a perspectiva de vida, principalmente para aqueles que, lamentavelmente, se enquadram no perfil clássico de vítimas e autores de violência – homens, jovens, negros, pobres e moradores das periferias. Entre um adolescente morador de um bairro de área considerada nobre e um garoto residente em um bairro da periferia, a vida passa a ter mais ou menos importância. “A vida do jovem da periferia acaba sendo descartada, é só mais um número, estatística. Um jovem que morava na Aldeota tinha um futuro”, compara Ciro.

Em algumas situações, o adolescente é atingido intencionalmente, embora o alvo preferencial seja outro. “Teu irmão não está aqui, então vai ser tu”, afirmou um agressor, em Novo Maracanaú, antes de efetuar os disparos. Para tais episódios, o jargão policial passa a ser reproduzido e até naturalizado pela sociedade. “A pessoa estava no lugar errado, na hora errada”. Como se existissem um espaço certo e um tempo certo para viver ou morrer.

“Ele só morreu por que sua vida valia menos que um tablet quebrado”, afirma o padrasto de um adolescente morto aos 17 anos no bairro Autran Nunes, em Fortaleza. Segundo os familiares, o garoto tinha pouco envolvimento com atos infracionais, mas recebeu da namorada o equipamento portátil, que estava com a tela danificada e pertencia aos parentes da moça.

“No dia da morte, tarde da noite, o adolescente foi chamado pela namorada, e depois voltou para casa pedindo que lhe entregassem o tablet que havia guardado numa gaveta. No entanto, antes do padrasto abrir a porta, o garoto já havia saído correndo, para ser morto algumas ruas depois”, descreve a pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Ticiano Santiago, a partir da fala do padrasto.

Quando a vida se torna demasiadamente banal, a morte aparece indiscriminadamente. No bairro Serrinha, um adolescente foi alvejado apenas porque traficantes não queriam deixar testemunha depois que não conseguiram atingir outra pessoa. “Onde tinha bocada, esse traficante mandava matar todo mundo”, afirma a mãe. Depois, ela ficou sabendo que os atiradores também foram mortos e que o mandante havia sido assassinado “pela própria laia dele”, o que teria sido motivo de comemoração na comunidade. Há um ciclo de violência que precisa ser rompido.

Sem dó nem piedade, a vítima recebeu 13 tiros. Entre as coincidências dramáticas desse caso, o adolescente conhecia um dos atiradores desde quando estudavam na mesma escola e já havia, inclusive, consertado a motocicleta daquele que se tornaria o responsável pela sua morte. A vítima participava de uma equipe de motociclistas chamada “Vai dar certo”, que fazia reunião duas vezes por semana com o intuito de resgatar os meninos que viviam pelas ruas. A mãe descobriu, depois, que outro membro do grupo já havia sido assassinado, antes do filho, também “por engano”.

Quando as pesquisadoras do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência perguntaram à mãe de outro adolescente, morto aos 18 anos, no Barroso, se ele teve pessoas do círculo afetivo assassinadas, a resposta foi reveladora acerca da banalização da morte naquele território. “Muitos amigos – todo dia, eram dois, três. Nesse bairro do João Paulo II já amarraram, mataram e tocaram fogo em pessoas”, descreveu a mulher, referindo-se a uma área de risco de intensa vulnerabilidade social na capital cearense.

As próprias circunstâncias em que o filho teria sido morto caracterizam situações de pouca importância à vida. “O que eu ouço dizer é que ele estava com uma blusa de um rapaz que havia matado um traficante e, por conta disso, mataram ele. Quando ele foi à borracharia levar a moto para ajeitar, chegaram atirando nele, seis vezes”. A violência se expande numa sequência e imbricação de crimes. O rapaz cuja fotografia estava estampada na camiseta havia sido assassinado já em consequência da morte do traficante de drogas.

“A vida do outro passa a ser banal quando a própria vida também tem pouca importância. E o adolescente incorpora isso também. Há uma desvalorização da vida do outro a partir da compreensão de que a própria vida não tem valor”, avalia Nadja Furtado Bortolotti, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca). “A valorização da vida, a própria e a do outro, requer ações que incidam na autoestima dos adolescentes, em transformações de representações de si mesmos, de reconhecimento por outros do valor de sua vida”, acrescenta a consultora do comitê, Ângela Pinheiro.

“OU SE MORRE OU SE MATA”

Os centros de medida socioeducativa e a unidade de recepção, destinada à custódia de adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional e que estão aguardando audiência de apresentação, são alguns dos locais que oferecem a possibilidade de uma triste constatação: adolescentes que já desistiram da vida, na medida em que desistiram de si mesmos e se reconhecem como derrotados.

“Há muitos anos, eu fui a uma unidade de recepção, que, na época, se chamava unidade de triagem, e um adolescente disse: ‘Doutor, pra mim, não tem mais jeito’. 16 anos de idade, não mais que isso. A ideia de que não tinha mais jeito lhe foi ofertada, e ele se convenceu de que, pra ele, não tinha mais jeito. ‘Ou mato ou morro’. Portanto, matar ou morrer faz parte do mesmo jogo”, descreve o relator do comitê, deputado Renato Roseno.

“Na vida da favela, ou se morre ou se mata”, afirma o tio de um adolescente assassinado no bairro Autran Nunes, ao explicar que, se soubesse que o sobrinho estava sendo ameaçado, teria ele mesmo impedido o fim do garoto com o fim de quem representava a ameaça a ele. O tio era a pessoa mais ligada afetivamente ao adolescente na família, que tinha também uma tia e a avó.

A visão fatalista sobre o envolvimento com atos infracionais e criminalidade passa a ser absorvida pelas famílias. A banalização da morte é tão grave ao ponto de que os familiares chegam a naturalizar as tragédias das quais eles mesmos podem ser ou já se tornaram vítimas. Quando um adolescente de 17 anos, assassinado no bairro Bom Sucesso, sinalizava o interesse de praticar roubos para garantir o que considerava justo para a família, sempre recebia o alerta do pai. “Os dois caminhos de determinadas escolhas são a cadeia ou o caixão. Mas eu não esperava que fosse tão cedo”, lamenta.

“Quando perguntamos sobre as situações de ameaças que o adolescente tinha sofrido, a mãe logo afirmou que, para a vida que o filho estava seguindo, só havia dois caminhos: ‘o cemitério ou o presídio’. A afirmação chama nossa atenção para a forma como a fala da mãe caminha para a naturalização de um projeto de vida, como se a vida do filho tivesse prazo de validade e que as escolhas não podiam ser outras além do que estava posto”, aponta Josileine Araújo, pesquisadora do comitê, após entrevistar a mãe de um adolescente morto no Conjunto Esperança em novembro de 2015. Segundo a mãe, ele era usuário de drogas e praticava assaltos.

Na contramão da banalização da morte, cada vida importa. A morte de um adolescente é uma perda irreparável para a família, para os amigos, para a escola, para a comunidade, para o Estado... “A cada história que a gente conta, um pedaço da gente vai-se embora também, que a gente já era pra ter sumido”, observa o pastor evangélico Jamieson Simões.

DAVI PINHEIRO





“ELES APRENDEM O QUE É RESPEITO PELA DOR”

O adolescente é também a expressão de uma macroestrutura social, econômica, política e cultural, que, infelizmente, tem colocado a vida em um plano inferior. A hierarquia de valores orienta as visões e os comportamentos de cada pessoa. As concepções refletem as diferentes maneiras de perceber o mundo e se portar nele, inclusive em relação a crianças e adolescentes. “Uma coisa vale mais do que o ser humano. O adolescente vive isso também”, avalia Vanessa Oliveira, diretora da Associação Cearense dos Estudantes Secundaristas, para quem o sistema capitalista é a origem de muitos problemas sociais, e a desigualdade entre ricos e pobres contribui para a distorção de valores.

A fragilidade das instituições e da representatividade delas frente às crianças, aos adolescentes e aos jovens interfere nas relações que eles estabelecem com outros indivíduos. Se a sociedade está em crise, inclusive de valores, que as instituições – família, escola, centros de assistência psicossocial, coletivos de juventude, espaços de esporte e cultura, organizações não governamentais – não deixem de cumprir o papel de recuperar o sentido e a relevância do respeito mútuo nos diversos relacionamentos e no convívio doméstico e social, dentro e fora de casa, dentro e fora da escola - entre pais e filhos, entre irmãos, entre amigos, entre namorados, entre profissionais de diferentes áreas na relação com os adolescentes e jovens, entre gerações mais velhas e gerações mais novas.

Sujeitos em período especial de desenvolvimento, os adolescentes precisam ter bons referenciais na família, nos espaços institucionais públicos e privados e também na comunidade, conhecendo e mantendo contato com pessoas que façam a diferença positiva, seja pela liderança que exercem, seja pela história de vida, seja pelo talento em alguma área. “Há falta de grandes mestres, de referências, de exemplos”, afirma Wesley Azevedo Lobo Soares, estudante de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará e integrante do projeto Jovens Agentes de Paz e do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, no Grande Bom Jardim.

O envolvimento com a violência também está relacionado com um forte apelo ao consumo. Crianças e adolescentes estão vivenciando cada vez mais precocemente experiências da vida adulta, que se expressam, inclusive, no desejo excessivo de consumir, como identificou o pesquisador do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, José André de Andrade, durante as entrevistas realizadas para o levantamento. “As crianças se tornam adultos muito cedo e o interesse em consumir é muito grande, seja a droga, o carro, a mulher...”. E assim, o próprio ser humano vira objeto de consumo e facilmente descartável.

Sob o bombardeio da publicidade e ao se comparar com outros meninos e meninas, eles acabam desejando as mesmas condições de acesso aos bens materiais: ficar na moda, ser top, ter um aparelho de telefone celular que o filho do vizinho já ganhou, comprar o tênis que o colega da escola já usa, vestir o novo modelo de calça que o outro garoto da turma já conseguiu... “Pra ser feliz tem que ter carro, celular, tênis...”, questiona Daniel de Sales Pinheiro, morador do bairro Maraponga e professor da Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Manoel Rodrigues, no bairro Vicente Pinzón.

Se os pais ou responsáveis não têm como arcar financeiramente com os sonhos de consumo de crianças e adolescentes e se estes não contam, dentro ou fora de casa, com orientação sobre o que é essencial ou dispensável, o “ter” passa a ser mais importante do que o “ser”. Como o mercado de consumo explora o imediatismo, o que se conquista em longo prazo e com mais esforço, como a educação, pode ser substituído pelo que se obtém em curtíssimo tempo e de forma mais fácil, como a moeda do tráfico de drogas e/ou armas. O apelo ao consumo faz com que muitos busquem no mercado de entorpecentes e armamentos um meio de obtenção de dinheiro para comprar o que desejam.

“A fome é também uma violência, que faz a pessoa se indignar e entrar no tráfico”, exemplifica Eduardo Marques, também integrante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza e do grupo Jovens Agentes de Paz. Aliados do mercado de consumo, muitos adolescentes encontram o reforço cotidiano de um sistema midiático que confere mais importância aos valores materiais. “A televisão passa o tempo todo dizendo que tem que ostentar. Pra ser visto na comunidade como um bom sujeito, a gente precisa ter um carro, um celular bom...”, questiona Eduardo. “A mídia tem papel de influência na questão do consumismo. Para não viver cada vez mais à margem do que já vive, o adolescente vai usar dos meios que tiver para conseguir”, reforça a psicóloga que in-

tegra um dos serviços de referência e apoio a vítimas de violência no Ceará.

Sem um sistema educacional de qualidade, que desperte o interesse de estar em sala de aula e tenha as condições adequadas de aprendizagem e sociabilidade e profissionais atentos à realidade dos alunos, muitos ficam vulneráveis ao assédio do tráfico, que se torna mais atrativo do que a escola. “Nas famílias que vivem em zona de risco e vulnerabilidade social, os pais não podem oferecer o que os filhos pedem, mas o traficante chega e usa crianças e adolescentes como mão de obra barata”, aponta a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social do município do Crato, Elisângela Rodrigues. Entre as armas de sedução, o tráfico ainda se vale da propaganda de ostentação, numa glamourização do consumo.

A presença no tráfico ou o envolvimento com a criminalidade também conferem liderança, empoderamento e respeito dentro do território. “Eles aprendem o que é respeito pela dor. O cara que apanhou do Raio e não arregou é forte, é o tal”, ilustra um conselheiro tutelar, citando a Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas, unidade de elite da Polícia Militar. Quando a noção de respeito é adquirida de forma deturpada, a autoridade da família e do Estado também já não existem. Se apreendidos por algum ato infracional, a determinação para o cumprimento de medida socioeducativa pouco importa. “Para um menino que já passou seis vezes pelo (centro educacional) São Miguel ou pelo (centro educacional) São Francisco, o papel não quer dizer nada. Ele chama o promotor e o juiz de arrombado, como chama o pai e a mãe”, constata, referindo-se à notificação judicial. A inépcia dos centros de medidas socioeducativas em ressocializar os adolescentes só contribui para agravar a agressividade de meninos e meninas que ficaram sob privação de liberdade.

“Há uma dimensão que eu não sei se tem como a política pública dar resposta. Eu acho que nós temos que tentar construir também seres humanos menos insensíveis aos outros

seres humanos. O que nós estamos vendo no país, infelizmente, é uma banalização”, questiona o presidente da Central Única das Favelas, Preto Zezé, com a experiência de militância em defesa da vida, mas também com o sofrimento individual de ter perdido um filho adolescente para a violência em 2015. “Uma outra questão que mexeu muito comigo também é que eu tenho vivido um momento muito intenso nos últimos meses, que é ter perdido um filho e ter ganho outro filho. É impressionante como você passa a valorizar as pequenas coisas. Até colocar seu filho no braço e ver ele arrotar depois de mamar se transforma no momento mais importante da sua vida”, reflete Preto Zezé.

Entre tantas reflexões, inevitavelmente muitos questionamentos. “Já que eu não estava presente 24 horas no cotidiano do meu filho, como eu ia construir nele uma referência, uma capacidade dele ter discernimento?”, pergunta-se o pai Preto Zezé. “Porque eu sabia que iam chegar as armas pra ele, no local onde a gente vive; eu sabia que ia chegar o convite das drogas pra ele, pelo local que a gente vive; eu sabia que ia chegar a pressão de ter uma roupa de marca, pra ganhar as meninas e ter visibilidade; eu sabia que as coisas da rua iam ser muito mais interessantes do que as notas azuis da escola; e eu sabia que ia ter uma busca incessante de um atalho rápido, inclusive porque, hoje, a pressão dessa busca do atalho é maior do que antes, na nossa adolescência”, compara.

Num tempo de crise de valores, as pessoas tendem a ser cada vez mais descartáveis e os sentimentos e atitudes de amor, solidariedade, união, respeito, cuidado e alteridade parecem piegas. Os fundamentos da vida coletiva perdem espaço para o individualismo exacerbado. Os valores humanos não são algo do passado, eles continuam constituindo uma base fundamental para o desenvolvimento psicossocial e devem ser repassados pela família, a escola, a sociedade e o poder público. Mais do que por palavras, o convencimento se dá pelos exemplos e pelas ações.

RELIGIOSIDADE EM DESCONSTRUÇÃO E DESTRUIÇÃO

Para a maioria das doutrinas, a vida é um bem inviolável, mas até mesmo a perda dos referenciais de religiosidade ou espiritualidade contribui para a banalização da morte ou passa a ser consequência desta. A assiduidade às atividades de uma religião não é garantia de conduta ilibada. O envolvimento com o crime independente de orientação religiosa.

Os pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência encontraram, no bairro Alto Alegre, uma mãe que era só tristeza, entre o pesar com a morte do filho e a decepção com a participação de um pastor evangélico no tráfico de drogas e em assaltos. A família havia se mudado do bairro Bom Sucesso na intenção de ver o adolescente livre do comércio de entorpecentes, atividade com a qual ele começou a se envolver no antigo endereço.

Pai e mãe acreditavam que, no novo bairro, o garoto estaria protegido, pois logo que chegou começou a fazer amizades com jovens evangélicos e também com o pastor da igreja local. “O que os pais, que também são evangélicos, não sabiam é que esses amigos e o pastor eram envolvidos com tráfico e assaltos”, descreve a pesquisadora Mara Carneiro, a partir da entrevista realizada com os pais do adolescente.

Outro traficante, também evangélico, foi o responsável pela morte de um adolescente no bairro Genibaú. A mãe diz que tentava fazer com que o garoto buscasse ajuda na igreja, pois era usuário de muitas drogas, mas ele foi morto junto de outro colega, cuja família afirma que era um “menino correto” e frequentava com certa regularidade o templo evangélico.

No encontro com os familiares dos adolescentes mortos em Fortaleza, os pesquisadores ouviram histórias que quase sempre davam conta de outros assassinatos de pessoas conhecidas, não raramente também garotos na mesma faixa etária. A banalização da violência se expressa pela recorrência de homicídios, mas também pelas características como alguns deles acontecem, por vezes desconstruindo as

DAVI PINHEIRO



referências de respeito aos símbolos sagrados passadas de uma geração a outra durante milênios.

Em Messejana, a mãe de um adolescente, além de narrar a própria tragédia familiar, descreveu como o melhor amigo do filho foi morto, meses depois que ele, no início de 2016. “Um rapaz chegou para esse amigo do filho mostrando uma bíblia. Todavia, dentro dela havia uma arma, e em seguida atirou várias vezes no adolescente”, relata a pesquisadora Letícia Pequeno. O garoto foi morto com 14 tiros. Dentro do livro sagrado para os cristãos, onde um dos dez mandamentos da Lei de Deus é “não matarás”, havia um instrumento mortal. Nas escrituras ali contidas, São Paulo resume o decálogo: “O amor não pratica o mal contra o próximo. Portanto, o amor é o cumprimento da lei”. A lei divina foi usurpada pelo ódio desmedido.

No bairro Serrinha, um dos adolescentes assassinados já havia inclusive interpretado o papel de Jesus Cristo numa atividade realizada pela escola onde estudava. “Foi um trabalho lindo! Todo mundo gabava ele”, orgulha-se a mãe, destacando que o filho ele era muito católico, embora tenha se iniciado na vida religiosa com os mórmons, expressão mais conhecida para designar os seguidores da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Características das histórias encontradas na capital acabam também aparecendo nos casos registrados no interior. Dos adolescentes assassinados em Sobral entre 2014 e 2015, havia uma menina evangélica que, segundo a mãe, era uma garota “bem comportada”, embora tivesse problemas de indisciplina na escola e não se

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

privasse de relacionamentos com rapazes envolvidos em situações de conflito com a lei, um deles inclusive recém-saído da prisão.

A violência se sobrepõe à essência de tradições seculares, atingindo manifestações culturais religiosas praticadas também pelos adeptos e simpatizantes do catolicismo. Em Sobral, a rivalidade entre territórios invadiu os grupos de reisado, conhecidos ainda como Folia de Reis ou Festa de Santos Reis. A violência transgride uma festividade que rememora a passagem bíblica alusiva à visita dos Três Reis Magos por ocasião do nascimento de Jesus Cristo.

Um dos garotos mortos na cidade em 2015, cujo nome coincidentemente é de um profeta bíblico, atuava para manter viva uma tradição religiosa, mas também para manter em atividade a violência das gangues. “A família descreve que o adolescente participava de grupo de reisado e que até as atividades culturais entraram na rivalidade de grupos criminosos. Os grupos de reisado, que, em outra época, eram apenas brincadeiras saudáveis, hoje têm muita violência”, compara o pesquisador José André Andrade, a partir do depoimento dos familiares, mas também com o aporte de conhecimento como historiador.

A brincadeira de reisado, como é denominada no Nordeste brasileiro, deixa de ser brincadeira. A banalização da violência atinge uma dimensão de tal envergadura que a vida passa a ser desrespeitada em qualquer estágio, do início ao fim, mesmo que seja a tradição que celebra o nascimento do maior líder religioso de todos os tempos ou a tradição que relembra a morte do Filho de Deus. Também foi em Sobral que, em plena Semana Santa, cinco adolescentes foram mortos, inclusive uma garota que estava grávida.

Se nem mesmo a memória da figura central do cristianismo é respeitada, o luto das famílias de adolescentes assassinados chega a ser ignorado. Há relatos na cidade sobre velórios que precisaram ser realizados longe da residência das vítimas porque grupos responsáveis pelos assassinatos ameaçavam invadir o local.

No município vizinho de Forquilha, a Polícia já teve de ser acionada pelo pároco a fim de que fosse garantida a tranquilidade necessária para a missa de corpo presente de um jovem, também porque correu pela cidade a informação de que a igreja seria invadida no momento da celebração. Nas duas cidades, a população denuncia a profanação de corpos, com práticas de mutilação e cremação, mesmo após os sepultamentos.

DAVI PINHEIRO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA DE VIDA

PAIXÃO E MORTE ENTRE QUATRO LINHAS

Bola na área sem ninguém pra cabecear⁸. Nem sempre é uma coisa linda uma partida de futebol. O menino de apenas 16 anos foi baleado enquanto jogava com os colegas do bairro onde morava, em Maracanaú. Ele deveria estar na igreja evangélica, como de costume, mas, naquela noite de sexta-feira, 11 de setembro, não havia culto. Ao chegar da escola no fim da tarde, o estudante pediu à mãe para brincar de bola com o amigo e filho do pastor, que residia no mesmo bairro, Conjunto Jereissati II.

Depois da brincadeira, no caminho de volta para casa, numa travessa perto de onde morava, o garoto encontrou outros colegas e se juntou a eles. Estava rolando uma partida de futebol, com várias pessoas da comunidade assistindo. Em poucos minutos, o campo de jogo virou campo de batalha. Dois homens invadiram o local, um efetuando vários disparos em direção ao outro. Um dos tiros feriu de morte o adolescente. Ele ainda foi levado ao hospital, porém a tragédia estava consumada, para desolação da pequena família. Que dor, imenso crime!

O contato inicial das pesquisadoras do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência com a mãe do adolescente já foi bastante revelador do sofrimento familiar. “Ao nos aproximarmos da residência e batermos palmas, um menino que estava a assistir televisão chamou sua mãe. Ela logo apareceu e nos convidou a entrar. Era a mãe do adolescente vitimado, de 38 anos. Destacava-se por ser uma mulher jovem, bonita, bem vestida. Explicamos o objetivo da visita. Ela consentiu em participar, mas demonstrava uma profunda tristeza no olhar. Iniciamos a aplicação do instrumental e, antes de completarmos a primeira coluna de perguntas, ela já se expressava com dificuldade, visto sua voz embargada. Com a cabeça baixa e a tristeza mais perceptível, as lágrimas não tardaram a cair. Mas, à medida que o choro foi liberado, ela foi ficando mais à vontade para conversar. Percebemos, então, que a dor da perda ainda estava muito presente, não só nela, mas na família. Essa entrevista foi uma das mais marcantes da pesquisa em termos de emoção, que se somou ao perfil do adolescente e ao arranjo familiar, os quais se distanciavam, em determinados aspectos, dos casos estudados”, observa a pesquisadora Ana Paula Neves.

Era o filho primogênito, fruto de uma gravidez planejada. Desejado e muito amado pelos pais, ganhou o único irmão aos oito anos, com quem mantinha uma relação de grande afeto. Quando criança, costumava brincar com os meninos do bairro. Na adolescência, frequentava muito a quadra de esportes e

8. Citação à letra-canção É uma partida de futebol, composta por Samuel Rosa e Nando Reis, presente no álbum O samba Poconé, do grupo Skank. A composição, lançada em 1996, descreve as emoções e a beleza de um jogo de futebol, a partir da observação de detalhes, lances e símbolos de um esporte que fascina crianças e adolescentes desde muito cedo, sobretudo no Brasil. “Quem não sonhou em ser um jogador de futebol?”

andava pouco na casa dos amigos, mas recepcionava sempre os colegas. “Ele era muito tímido, calado, caseiro, só andava de casa para a igreja”, relata a mãe. Mesmo ainda tão novo, já participava de um grupo de jovens evangélicos que se dispunham a desenvolver ações de arrecadação de alimentos para doação a famílias em situação de pobreza.

Aplicado aos estudos, cursava regularmente o segundo ano do Ensino Médio. “Nunca recebi reclamações dele na escola, ao contrário, só elogios por onde ele passou”, revela a mãe. O estudante, que se interessava pela área de Telemarketing, chegou a ser transferido de escola, mas por medo da violência, pois já havia sido assaltado algumas vezes no percurso até o estabelecimento de ensino.

O futebol era a grande paixão, que fomentava uma outra. “O pai era apaixonado por ele além da conta”, diz a mãe, reconhecendo até um pouco de ciúmes do forte apego entre os dois. O gosto em comum pelo esporte aproximava ainda mais pai e filho. O pequeno torcedor do São Paulo tinha a companhia do pai para assistir aos jogos na televisão e conversar horas a fio sobre esse e outros assuntos. “O pai ensinava muito o que era a vida, conversava muito com ele, orientava sobre drogas, que não devia namorar mulher casada, pois ele era bonito – chamava muito a atenção, até as mulheres casadas ficavam olhando pra ele”, acrescenta a mãe.

Pais e filhos compartilhavam os programas de lazer dentro e fora de casa e também dividiam os afazeres domésticos. O respeito recíproco fazia com que o adolescente fosse amoroso, sempre muito obediente e ajudasse na limpeza da residência, varrendo os cômodos e secando as louças. “Nunca se envolveu com o que não prestava”, ressalta a mãe, detalhando que o garoto jamais usou drogas ou cometeu atos ilícitos, bem como não tinha acesso a armas de fogo nem convivia com pessoas que tivessem.

Diante da fatalidade, a família se mantém unida, agora também em torno da dor. “Sou praticamente mergulhada nos remédios”, desabafa a mãe, depois de ter passado por acompanhamento psicológico durante meses, mas decidido parar por conta própria. O filho também recebeu atendimento por um período, pois sentiu muito a morte do irmão, a principal companhia. “A mãe lembra que o menino ficou agitado, revoltado, costumava pedir para ela arranjar algo para ele brincar. Primeiro, ela conseguiu um gato, mas, ao viajarem ao Piauí, o avô se afeiçoou ao animal e pediu ao garoto para ficar com ele. O menino, então, cede o gato ao avô e arranja uma nova companhia, dessa vez um periquito”, descreve Ana Paula Neves.

O pai também necessita de suporte emocional para enfrentar o forte abalo. A companheira revela que ele prefere não tocar no assunto e, se estivesse em casa durante a visita dos pesqui-

HISTÓRIA DE VIDA

sadores do comitê, teria se recusado a conversar sobre o filho. “Enquanto conversávamos, o marido telefonou para a esposa, e ela comentou que, após a morte do filho, ele vai trabalhar, mas liga constantemente para saber se está tudo bem. Nesse momento, fiquei pensando que aquele gesto era uma demonstração do amor e cuidado tantas vezes expressado pela mãe ao relatar a vivência da família com o filho falecido”, observa a pesquisadora do comitê.

O sofrimento não imobilizou o pai, que continua trabalhando e ainda busca justiça, apesar do despreparo e da indiferença institucional. Ele foi à delegacia, mas destaca ter sido muito mal atendido, apesar do estado de dor. A família não conhece o responsável pela morte do filho. O delegado se limitou a informar que o autor já havia cometido vários outros crimes na região e a endossar a hipótese circulante na comunidade, onde se comenta que o rapaz que estava sendo perseguido vingou a morte do adolescente, pois o “assassino matou um inocente e deveria morrer”. O episódio que resultou na morte do garoto seria decorrente do conflito entre membros de gangues rivais.

A mãe do garoto considera que o problema da violência é agravado pela falta de justiça. “Na justiça aqui da terra, eu não acredito. Meu filho era inocente, e as autoridades nada fazem”. O adolescente tinha o mesmo nome de um profeta do Antigo Testamento, que significa “aquele que é julgado por Deus”. Diferentemente do personagem bíblico, que viveu até os 72 anos, a morte chegou prematuramente para o adolescente evangélico de Maracanaú, logo no exato momento de intensa felicidade para o garoto. Ele passou a vida olhando para a bola e vendo o sol, mas nem sempre é uma beleza uma partida de futebol.⁹

9. Esta história de vida foi escrita com base no diário de campo produzido pela economista doméstica Ana Paula Neves, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

RUPTURA CIVILIZATÓRIA A INVERSÃO DA ORDEM NATURAL DO CICLO DA VIDA EXPÕE UM FRACASSO SOCIAL

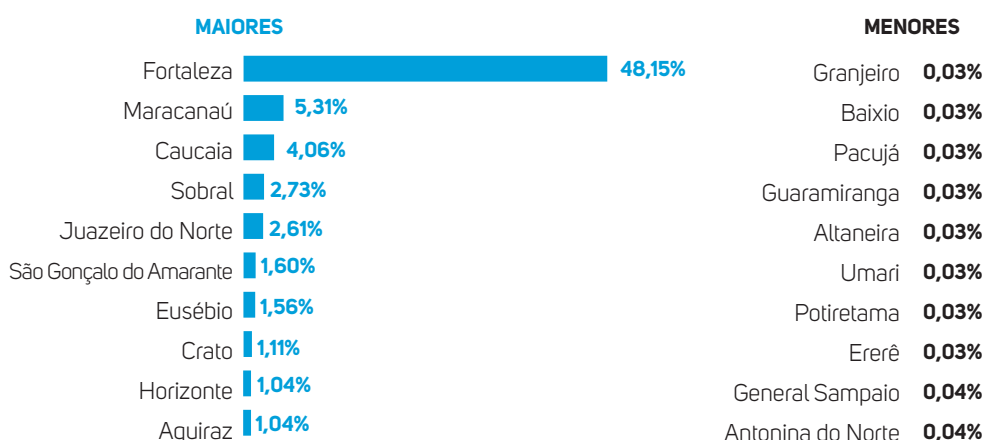
Quando a morte chega prematuramente, a ordem natural da vida é transgredida, violada, violentada. A geração mais velha está sepultando a geração mais nova. O pacto civilizatório de atenção à infância, à adolescência e à juventude, em que a geração anterior cuida de uma geração posterior, está sendo rompido. “Há uma quebra da marca civilizatória quando os pais, mais velhos, enterram os filhos, mais novos. A garantia da vida deve ser o nosso compromisso ético, jurídico, político, constitucional, mas, sobretudo, porque é, sem dúvida alguma, o nosso projeto civilizatório”, analisa o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, deputado Renato Roseno.

A civilidade envolve um pacto social de convivência harmônica e respeito mútuo. Os assassinatos de tantos adolescentes expõem uma dificuldade extrema de relacionamento entre os cidadãos e convívio social, portanto um impedimento da cidadania e um fracasso de sociedade. Quando o comportamento civilizado é substituído pela força bruta, quando a vida perde a importância e a morte se torna banal, nos aproximamos da barbárie, ou seja, da selvageria, da desumanidade.

“Nenhuma sociedade que queira se dizer civilizada pode admitir a morte de 817 adolescentes, como foi o que aconteceu em 2015 no Ceará. É um número muito elevado e muito preocupante, que nos obriga a sair do conforto das soluções e explicações que temos no momento e que estão todas superadas diante desse número”, observa Rui Aguiar, coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Em 2015, pelo menos 2,2 famílias cearenses por dia, em média, choraram a morte dos filhos. “Não há dor maior. Não é possível medir as dores de quem enterrou os seus mortos, pelo assassinato, pela execução. Não é possível medir a dor dessas mães nem a dor desses pais, pois são dores pungentes, lancinantes, profundas, mas mais do que uma dor a ser chorada, há uma falência do nosso padrão civilizatório”, aponta o relator do comitê. “É uma quebra de coesão social, em que a própria sociedade também está se matando. A civilização se esvai, a sociedade se esvai, a humanidade se esvai quando a geração adulta, mais velha, enterra a geração mais nova. A sociedade está se suicidando”.

PARTICIPAÇÃO NO PIB DO ESTADO



Fonte: IBGE

Os homicídios atingem não apenas os parentes, mas uma sociedade inteira, mesmo que esta, muitas vezes, teime em fechar os olhos e fazer de conta que nada tem a ver com uma tragédia, que é coletiva. O desenvolvimento econômico do Brasil nos últimos anos não foi suficiente para aplacar um grave problema social e de saúde pública. Apesar da crise financeira e da queda do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma da produção de bens e serviços, o país ainda ocupa o ranking das dez maiores economias mundiais, ficando em sétimo, oitavo ou nono lugar, em função da variação de fontes.

“De que nos adianta o sétimo PIB do mundo se nós não conseguimos garantir um projeto de distribuição da riqueza, do saber e do poder? Portanto, o nosso padrão civilizatório talvez tenha a sua maior crítica na dor de enterrarmos a geração mais nova. Essa é a quebra civilizatória. A nossa civilização se perde aí, na incapacidade de fazermos a geração mais nova viver o presente e escrever o futuro. Desse ponto de vista, é a nossa falência”, questiona Renato Roseno. O relator do comitê avalia que o Brasil ainda vive um processo de modernização inconcluso. “Juntamos o maior do arcaico e o maior do moderno”.¹⁰

O Ceará não é diferente, tanto por fazer parte desse imenso território chamado Brasil quanto pelas características próprias do modelo de desenvolvimento. Após 12 anos de crescimento consecutivo, o PIB cearense registrou retração, de 3,48%, em 2015, acompanhando o desempenho da economia nacional, que também teve queda de 3,85% em relação a 2014. Mesmo com todo o desenvolvimento econômico registrado em mais de uma década, com desempenho acima da média nacional e momentos em que foi superior a todos as outras unidades da federação, as maiores economias do Estado também são as que concentram o maior número de homicídios.

10. Citação ao pensamento do historiador Caio Prado Júnior (1907-1990), autor de obras fundamentais para o entendimento da realidade brasileira, como História econômica do Brasil (1945) e A revolução brasileira (1966). Em Formação do Brasil Contemporâneo (1942), um dos mais importantes ensaios de interpretação sobre o país, ele discorre sobre as relações entre nação e colônia no processo histórico brasileiro e o legado de desafios para os dias atuais.

“A gente se pergunta: como é que o Brasil melhorou tanto os seus indicadores socioeconômicos nos últimos anos, o que é inquestionável, melhorou a renda, melhorou o emprego, melhorou a educação, melhorou a oferta e os serviços de saúde em geral, no entanto a violência não dá trégua? E se essas são as explicações ou os determinantes, tem alguma coisa muito errada, porque os indicadores socioeconômicos todos têm melhorado nos últimos 15 anos”, conclui o presidente do comitê, deputado Ivo Gomes.

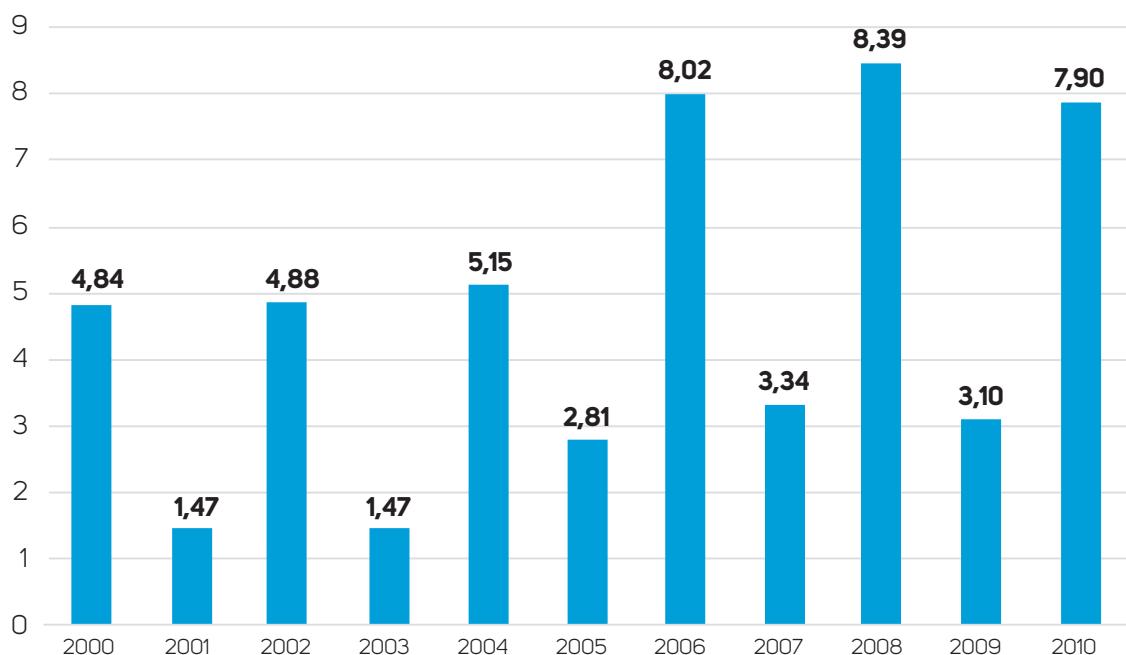
Diante de uma situação que se mostra paradoxal, outras tantas perguntas podem surgir. A mensuração dos indicadores contempla a quantidade, mas também a qualidade das políticas públicas oferecidas? A melhoria dos índices de educação representa apenas um maior acesso à escola e o aumento da aprendizagem ou também a formação para a ética, a cidadania, os direitos humanos e a convivência em sociedade? O desempenho positivo na saúde reflete condições melhores da saúde física, mas também da saúde mental? Os serviços e bens públicos atendem satisfatoriamente às áreas mais pauperizadas, contemplando os critérios de justiça social, ou constituem tão somente um arremedo de garantia de direitos, mantendo as classes subalternas na mesma condição de subalternidade?

A civilidade e o desenvolvimento de um povo não se medem – ou pelo menos não deveriam ser medidos – pelo nível de riqueza e poder aquisitivo, mas pela capacidade de distribuição de renda, democratização de acesso a bens e serviços, justiça social e garantia de qualidade de vida. “A inclusão no mercado de consumo não garante acesso a direitos nem a políticas de proteção social em longo prazo e não evita a destruição do tecido sociofamiliar e comunitário”, analisa Renato Roseno.

Muitas vezes, há um descompasso entre crescimento econômico e o real e efetivo desenvolvimento social. O primeiro Estudo Global sobre Homicídios, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, divulgado em 2011, a partir dos dados de 2009, estabelece uma relação clara entre crime e (sub)desenvolvimento. “Os países com grandes disparidades nos níveis de renda estão quatro vezes mais sujeitos a serem atingidos por crimes violentos do que em sociedades mais equitativas. Por outro lado, o crescimento econômico contribui para evitar crimes violentos, como mostram os dados dos últimos 15 anos na América do Sul”.

A despeito de análises hegemônicas, postas como inquestionáveis, outros estudos revelam que o crescimento de algumas nações em desenvolvimento vem acompanhado de uma piora nos níveis de pobreza. “O estudo da relação entre crescimento e pobreza surgiu de evidências empíricas, segundo as quais nem sempre o crescimento resulta em uma melhora nos indicadores de pobreza”, aponta o artigo *Os efeitos do crescimento econômico na pobreza do Ceará: uma análise microrregional*, desenvolvido no

CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CEARÁ



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-2012

Os efeitos do crescimento econômico na pobreza do Ceará: uma análise microrregional. - Taxa de crescimento do PIB a preço constante entre 2000 e 2010 (em %) construída pelos autores

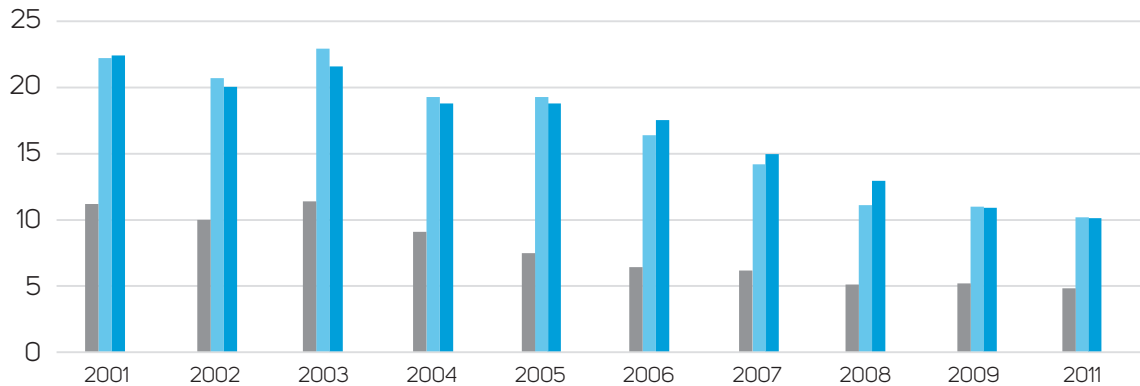
campus da Universidade Federal em Sobral. O texto analisa se o crescimento econômico no Estado do Ceará, desagregado em nível microrregional, tem sido “pró-pobre” em suas áreas urbanas e rurais, ou seja, se a renda dos pobres tem apresentado uma elevação superior ao verificado pela renda dos não-pobres, induzindo, assim, uma redução na desigualdade.

O Ceará chegou a 2013 com o terceiro maior PIB do Nordeste e o 13º do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também apontou Fortaleza como o 10º município mais rico do país, embora 44% das cidades cearenses tivessem os menores indicadores de PIB per capita – inferiores a R\$ 4.639,63, atrás apenas do Piauí, que tinha 67,9% dos municípios nessa situação, e do Maranhão, com 46,5%. “O Estado do Ceará tem se comportado aos longos dos anos em quase que perfeita sintonia com o crescimento do país, ao menos em termos de PIB”, afirmam os pesquisadores Lilian Lopes Ribeiro, Débora Gaspar Feitosa e Jair Andrade Araújo.

Mesmo com os resultados positivos, os pesquisadores observaram, com base em informações oficiais, inclusive do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), que apenas 14 das 33 microrregiões analisadas do Estado apresentaram crescimento “pró-pobre” entre 2000 e 2010. “A baixa ocorrência de crescimento pró-pobre para as microrregiões como um todo induz a pressupor que o crescimento econômico do Ceará, em análise microrregional, segue a tendência de um modelo nordestino de crescimento concentrador de renda. Ou seja, ainda que este crescimento promova certa redução na pobreza, a renda dos mais ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos mais pobres”.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílio (Pnad) do IBGE apontam que, enquanto o Brasil como um todo apresentou entre os anos de 2001 e 2011, uma redução de 38,9% nos níveis de pobreza, o Ceará reduziu sua proporção de

EXTREMA POBREZA



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
■ Brasil	11,2	10	11,4	9,1	7,5	6,4	6,2	5,1	5,2	4,8
■ Nordeste	22,2	20,7	22,9	19,3	16,4	14,2	13,5	11,1	11	10,2
■ Ceará	22,4	20	21,6	18,8	17,5	15	14,3	13	10,9	10,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-2012; Os efeitos do crescimento econômico na pobreza do Ceará: uma análise microrregional - Proporção de pessoas em extrema pobreza no Brasil, Nordeste e Ceará entre 2001 e 2011 (em %)

pobres em 31,3%, um pouco acima da região Nordeste, que apresentou uma redução de 30,3%. A mesorregião de melhor desempenho é a de Fortaleza, embora a concentração de renda, ampliando a desigualdade entre ricos e pobres, seja uma característica muito forte na capital.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstram que, entre 2003 e 2009, o Ceará acumulou um crescimento de 28,1%, percentual superior ao da média brasileira, que foi de 25,6% para o mesmo período. “Contraditoriamente, embora a pobreza tenha diminuído no Estado, o Ceará apresentou um percentual de pessoas extremamente pobres na ordem de 18,4%, proporção acima da média brasileira, que foi de 8,5%. Esse resultado classifica o Ceará como sendo o sétimo estado brasileiro com maior proporção de pessoas extremamente pobres para o ano de 2010”, expõem os pesquisadores, com base em dados do IBGE disponibilizados naquele ano.

Segundo o IBGE, o Ceará tinha, em 2010, cerca de 1.502.924 moradores residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassavam o valor de R\$ 70,00. Isso significa que 17,8% da população cearense foi classificada como miserável, com base no parâmetro estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social. “Em termos proporcionais, o Ceará é o sétimo estado da federação com maior percentual de pessoas nessa condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar per capita (9,24%) estão localizados no Ceará. Sendo assim, o Estado é o terceiro do Brasil com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%)”.

A concentração de riqueza em Fortaleza e região metropolitana é uma das explicações para a desigualdade social no Ceará. A capital representa 47,7% do PIB cearense, percentual que aumenta para 62,7% se considerados os

municípios circunvizinhos. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE em 2013, apenas as mesorregiões Jaguaribe e Norte apresentaram elevações maiores do que 0,5% na participação do PIB estadual.

A desigualdade que se expressa na comparação entre Fortaleza e outros municípios se repete também dentro dos limites da própria capital: 7% dos fortalezenses concentram 26% da renda total da cidade, enquanto os 44 bairros de menor renda, que somam quase metade da população (49%), respondem pelos mesmos 26%, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

Fortaleza é uma das cidades com pior distribuição de renda na América Latina, de acordo com um relatório apresentado em 2012 pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). Entre as 37 cidades do continente latino-americano com as maiores aglomerações urbanas, a capital cearense é a que tem a menor representação do PIB municipal em relação ao PIB nacional. Os bens e serviços em Fortaleza representam 0,8% do total produzido no Brasil. Entre os municípios brasileiros, a capital só fica atrás de Goiânia em desigualdade.

No mesmo relatório da ONU, Fortaleza aparece com o menor PIB por pessoa, US\$ 2.223, entre oito cidades do Brasil. De acordo com o documento, a capital subiu na participação do PIB nacional de 0,7% para 0,8% entre 2002 e 2008, o que trouxe crescimento urbano à cidade, mas a expansão desordenada, sem planejamento, criou ou ampliou aglomerados. A ONU aponta que o nível de aglomeração urbana deixa a população fortalezense em nível de risco “muito alto” para inundações, deslizamentos de terra e outros eventos da natureza.

Além dos problemas sociais, a desigualdade também tem um custo econômico, que correspondia a R\$ 4,2 bilhões em 2008, segundo relatório apresentado pelo Laboratório de Estudos da Pobreza, do Curso de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Ceará. O valor correspondia a 7,2% do PIB cearense. Em outro estudo divulgado naquele ano, os pesquisadores do laboratório estimaram que, se a taxa média de crescimento da renda familiar per capita dos cearenses continuasse no mesmo ritmo dos anos anteriores, 1,58% ao ano entre 1995 e 2007, a pobreza no Estado seria extinta em 32 anos. Em 2008, o Ceará tinha 48% da população com renda de R\$ 205, representando mais de quatro milhões de pessoas. É o sexto estado com pior indicador.

A renda das famílias cearenses cresceu em média 67% entre 2004 e 2014, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os 10% mais pobres

DESIGUALDADE NA REDUÇÃO DA POBREZA

Pobreza – Renda per capita	2004	2005
Região metropolitana de Fortaleza	35,1%	6,6%
Zona urbana de todo o Estado	48,8%	19,1%
Zona rural de todo o Estado	68,9%	34,1%
Extrema pobreza – Renda domiciliar per capita	2004	2005
Região metropolitana de Fortaleza	10,6%	1,9%
Zona urbana de todo o Estado	18,3%	6,5%
Zona rural de todo o Estado	34,3%	14%

Fonte: Governo do Ceará

apresentaram nesse período um crescimento médio de 85,1% na renda. O percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza, que ganhavam até R\$ 178 em 2014, reduziu de 47,5% para 17,3%. Já o percentual de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza, que recebiam até R\$ 89 naquele ano, caiu de 18,6% para 6,3%. No entanto, a redução foi maior na região metropolitana de Fortaleza do que em todo o Estado e nas áreas urbanas do que nas zonas rurais.

O Brasil também apresentou queda no nível de desigualdade, mas ainda aquém para frear a escalada da violência sob forte influência das disparidades sociais. Entre 1992 e 2002, o índice de Gini¹¹, instrumento usado para medir o grau de concentração de renda, com variação de zero a um, apontou uma redução de 0,580 para 0,527. Mesmo considerando esse dado, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada faz um prognóstico pessimista para os próximos anos, projetando a persistência de uma elevada desigualdade social, portanto, um complicador para a redução da criminalidade no país.

“A violência ligada aos jovens é diretamente proporcional ao crescimento da população. Os dados mostram que um aumento de 1% na proporção de homens jovens, com idades entre 15 e 29 anos, eleva a taxa de homicídios em 2%. A tese dos técnicos é a de que há uma trajetória ligada ao crime que se concentra nos jovens entre 12 e 30 anos. Ou seja, se não há indicativos claros de uma mudança na demografia brasileira, nem de uma queda acentuada da desigualdade, a tendência é que, nesse aspecto, a violência tende a não sofrer grandes alterações”, conclui a edição da revista *Desafios do Desenvolvimento*, publicada pelo Ipea em março de 2016, acerca do estudo *Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*.

Os pesquisadores apontam que uma das tendências para os próximos anos é o crescimento da interiorização da violên-

11. Citação ao Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem).

O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos

cia, um fenômeno que, na verdade, já está bastante evidenciado. A violência tem se desconcentrado, expandindo-se dos grandes centros urbanos para as cidades de médio e pequeno porte. No período de 2000 a 2012 em comparação com o período de 1980 a 2000, houve um crescimento das taxas de homicídios nos municípios com até 100 mil habitantes, no mínimo de 45,3% nos municípios com até 5 mil habitantes e no máximo de 77,8% nos municípios de 20 mil a 50 mil habitantes. Enquanto isso, diminuiu o crescimento das taxas nos anos mais recentes nos municípios acima de 100 mil habitantes, conforme revela a série Mapa da Violência.

A violência tem se deslocado principalmente para novos polos de desenvolvimento econômico que o estudo divide em municípios de zona de fronteira, arco do desmatamento amazônico, municípios de turismo predatório e áreas de pistolagem tradicional. “Há um movimento denominado de Novo Cangaço, em que os autores estouram bancos, matam prisioneiros”, exemplifica o sociólogo Julio Jacobo.

Segundo o Mapa da Violência 2014, enquanto as taxas de homicídio nas capitais caíram de 46,1 homicídios por 100 mil habitan-

tes, em 2003, para 38,5, em 2012, nas cidades do interior elas cresceram de 16,6 para 22,5 no mesmo período. “Os dados apontam tendência de crescimento da criminalidade para o interior do país nos próximos anos. O cenário de incerteza é se haverá, como consequência, expansão da proteção policial no interior e se a interiorização da violência entrará na agenda da segurança pública brasileira”, observa a publicação do Ipea.

As principais explicações para a migração da violência rumo ao interior do Brasil são a desconcentração do desenvolvimento econômico, com uma redistribuição pelos municípios menores, e o maior investimento no aparelhamento da segurança pública nas áreas metropolitanas a partir dos anos 2000. Os municípios de pequeno e médio porte cresceram em população e se desenvolveram economicamente, aumentando a circulação de dinheiro com a presença de mais empresas, lojas e agências bancárias, mas a estrutura de prevenção e repressão ao crime não se adequou a essas mudanças. Então, os assaltantes viram ali uma oportunidade maior de ação com um risco menor de prisão.

“O aparelho de segurança pública está desatualizado, preparado ainda para atuar

DESLOCAMENTO DOS POLOS DINÂMICOS

Faixa de tamanho (em n° de habitantes)	Taxas (por 100 mil)				Δ% 1980 / 2000	Δ% 2000 / 2012
	1980	1990	2000	2012		
Até 5 mil	4,2	6,0	6,4	9,3	51,8	45,3
De 5 a 10 mil	4,4	6,4	7,9	12,1	81,1	53,3
De 10 a 20 mil	5,8	8,3	9,7	16,0	67,6	65,2
De 20 a 50 mil	7,2	11,1	12,2	21,7	69,4	77,8
De 50 a 100 mil	9,2	16,3	17,7	27,6	92,3	55,7
De 100 a 200 mil	12,4	23,9	27,3	34,6	120,9	26,9
De 200 a 500 mil	15,8	27,7	34,6	36,9	118,8	6,6
500 mil e mais	20,8	41,1	48,3	36,4	132,1	-24,7
Total	11,7	22,2	26,7	29,0	128,8	8,8

numa época em que bandido tinha nome, sobrenome e endereço certo. Hoje são grandes organizações que lidam com tráfico em zona de fronteira, contrabando de drogas e armas”, explica o sociólogo Julio Jacobo. Como o desenvolvimento econômico não representou uma distribuição equitativa da renda, a desigualdade é outro componente a contribuir para o aumento da violência, além da falta de oportunidades para a profissionalização e a inserção social de adolescentes e jovens, que passam a ser recrutados também pelas ramificações do tráfico de drogas e armas nessas pequenas regiões.



DAVI PINHEIRO

Periferia de Sobral: investimento em educação é fundamental para barrar o crescimento da interiorização da violência

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

PELA DESNATURALIZAÇÃO DA MORTE CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO, O PRECONCEITO E OS ESTEREÓTIPOS

É imprescindível confrontar-se com a naturalização da morte e não aceitar o discurso preconceituoso que criminaliza adolescentes e jovens e reforça estereótipos contra a pobreza. “É preciso sempre se indignar diante da morte de um jovem, não naturalizar”, defende o sociólogo César Barreira, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (UFC).

As estatísticas dos órgãos de saúde e de segurança atestam que adolescentes e jovens são mais vítimas do que agressores, mas a população é levada a introjetar e difundir o contrário. Não por menos, as propostas de redução da idade penal ganham tantos adeptos e os movimentos pela garantia e ampliação de direitos sociais são deslegitimados.

É necessário fugir de determinismos, sob o risco da reprodução de preconceitos e prejulgamentos. As pessoas não nascem para ser marginais, para se tornar bandidos nem para morrer cedo. “Não acreditamos que crianças e adolescentes nasçam com o DNA da violência, fadadas a cometer ilícitos penais. Por algum motivo, esses meninos e meninas foram conduzidos ao crime. Esse fenômeno precisa ter explicação e, acima de tudo, precisa ser combatido”, afirma o presidente do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Ivo Gomes.

“É preciso enfrentar a ideia de que o jovem nasce ruim”, reforça Jardson Ferreira de Araújo, com a experiência de quem, aos 18 anos, foi apreendido por tráfico de drogas e conseguiu traçar um novo rumo para a própria vida. Hoje aos 22 anos, o jovem morador do Jangurussu se vale do exemplo pessoal para contrariar o senso comum criminalizante.

Com o crescimento da violência, a culpabilização das vítimas parece que também aumenta. Parte-se da premissa de que a morte chega cedo porque há um envolvimento também precoce com atos infracionais. “Essas mortes caem numa explicação quase naturalizante, como se as pessoas tivessem nascido com uma marca de que iriam morrer cedo. Não concordamos com a naturalização dessas mortes nem com as explicações simplistas e estigmatizantes que criminalizam as vítimas”, manifesta o deputado Renato Roseno, relator do comitê. Se o adolescente ou jovem for negro, pobre e morador da periferia, as explicações simplórias e preconceituosas são ainda mais fortes. “A pessoa não deve ser vítima de uma estrutura historicamente violenta e, ainda assim, culpabilizada, julgada pela violência estrutural, social e racial da qual ela já é vítima”, reforça Renato Roseno.

O juízo de valor a partir de assertivas equivocadas conduz a injustiças e reforça estigmas e estereótipos, quando, em geral, tenta vincular vítimas a antecedentes de crime ou ato infracional. A Chacina de Messejana, em novembro de 2015, é um caso emblemático do despropósito desse tipo de associação. Dos 11 mortos, apenas três tinham passagem pela Polícia, segundo a própria Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, informações que ainda foram contestadas pelas famílias.

Muitas vezes, a vítima passa a ser culpabilizada pelo crime que sofreu, tendo ou não envolvimento com a violência, o que só amplia a injustiça. Enquanto o julgamento baseado no preconceito ou na reação emocional tira o foco das questões centrais e reforça injustiças contra os segmentos da população mais vulneráveis, também contribui para manter os delitos sem responsabilização, pois o interesse em elucidar os crimes que tiraram a vida de um “bandido” é menor do que quando a morte é de um “cidadão de bem”. Há uma tendência da sociedade em reconhecer o mínimo ou nenhum direito ao agressor. Articuladora do Pacto por um Ceará Pacífico, psicóloga de atuação comunitária, Nara Albuquerque Goes revela o incômodo quando se tenta conferir mais ou menos direitos a um ou a outro adolescente em função de ser vítima ou autor de violência. “Em geral, um e outro são personagens de uma história de negação de direitos”, argumenta.

É essencial abandonar visões preestabelecidas e verdades consumadas sobre o fenômeno da violência. “A sociedade, quando esses jovens são mortos ou presos, de antemão já pensa que alguma coisa de errado eles estavam fazendo, são culpados até que se prove o contrário”, questiona o presidente da Central Única das Favelas, Preto Zezé. “Muitos são mortos não porque cometeram atos infracionais. É necessário desvincular o extermínio que acontece do fato de terem cometido ato infracional antes”, ressalta a psicóloga e consultora do comitê, Ângela Pinheiro.

Quando o adolescente ou jovem tem registro policial vinculado à violência, o fim trágico passa a ser aceito e defendido por parcela da população. E a prematuridade da morte é vista como o destino que estava mesmo reservado a eles. Como num tribunal popular, as vítimas são alvo de acusações inquisitórias: “É melhor matar logo esse aí”, “Bandido bom é bandido morto”... Pior ainda quando da acusação se passa à (in)justiça com as próprias mãos. Os linchamentos só demonstram como o ser humano está se brutalizando, se desumanizando.

“O sociólogo José de Souza Martins sepulta de vez o mito do brasileiro cordial: o país é o que mais pratica justiçamentos no mundo. De acordo com o seu levantamento, um milhão de compatriotas participaram de linchamentos em 60 anos. E muito embora o início da década de 2000 tenha apresentado uma queda significativa dos casos, de 2013 pra cá eles têm au-

mentado em velocidade progressiva e não é por acaso”, observa o historiador Murilo Cleto, argumentando que as chances de violência pretensamente reativa aumentam onde a ausência do Estado é mais sentida.

O país tem um justicamento por dia, segundo o sociólogo José de Souza Martins, autor do livro *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. “Nos cerca de 60 anos abrangidos pelos 2.028 casos que compõem o material desta pesquisa, 2.579 pessoas foram alcançadas por linchamentos consumados e tentativas de linchamento. Nestas, apenas 1.150 (44,6%) foram salvas, em mais de 90% dos casos pela polícia. Outras 1.221 (47,3%) foram de fato capturadas pela turba e alcançadas fisicamente nas agressões – feridas ou mortas –, espancadas, atacadas a pauladas, pedradas, pontapés e socos, nessa ordem e nessa progressão, até os casos extremos de extração dos olhos, castração, extirpação das orelhas e cremação da vítima ainda viva. Desse grupo, 64% (782) foram mortas (30,3% do total de vítimas) e 36% (439) foram feridas (17% do total de vítimas), salvando-se estas graças à chegada da polícia, que interrompeu o processo de sua execução. Ainda no conjunto dos linchamentos e tentativas, 8,1% das vítimas conseguiram escapar por seus próprios meios”, aponta.

A atitude policial diante de um linchamento pode variar da prestação de socorro até a participação, omissão e mesmo a incitação, conforme identificou a socióloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Ariadne Natal, ao analisar 589 casos de linchamento na região metropolitana de São Paulo entre 1980 e 2009. “De um lado, a ação da polícia é importante para impedir que uma tentativa de linchamento acabe em morte. E, ao longo dos anos, a ação da polícia fez com que os linchamentos se tornassem menos letais no país. Mas a atitude perante os linchadores, no entanto, continua a mesma do passado. Por via de regra não são identificados, detidos, interrogados, e o anonimato coletivo é preservado, sem que ninguém seja nem sequer processado”, acrescenta.

Além de ser um crime de difícil apuração porque, em geral, envolve mais de um agressor, o linchamento não está especificado no Código Penal Brasileiro. Um caso de justicamento pode ser registrado, portanto, como tentativa de homicídio, homicídio ou lesão corporal. “Apesar de ocorrer à luz do dia, em público, há um pacto de silêncio após o término. Juntando a isso a característica da Justiça brasileira, que busca individualizar a ação de cada pessoa, por não prever crimes coletivos, os linchamentos tornam-se situações onde a punição é rara”, constata a pesquisadora. “Quem lincha sabe que tem respaldo social para isso no Brasil. Quem está ali linchando sabe que não haverá depoimentos de testemunhas nem maiores investiga-



DAVI PINHEIRO



ções ou punições. Do contrário, como explicar alguém que se dispõe a assassinar uma pessoa em praça pública, sem esconder identidade, à luz do dia, sendo até filmada? As ações dos que assistem, da sociedade, da polícia e das instituições dão a essas pessoas a certeza de que estão fazendo algo certo”.

Brasil afora, é o que se vê, literalmente. Os linchamentos são registrados em fotografias e vídeos e divulgados pela internet, exibidos como comprovação de uma atitude meritória. Sem o menor pudor, sem a menor censura, sem a menor comoção, os justicamentos acontecem e ganham visibilidade também no Ceará. Em 2016, foram vários os casos espalhados em blogues, aplicativos, redes sociais ou noticiados pelas emissoras de rádio e televisão e nos jornais impressos. Para citar alguns: Sobral, 11 de janeiro - Indivíduo tenta estuprar criança e é linchado pela população; Maracanaú, 24 de março - Suspeito de roubo é linchado; Trairi, 3 de junho - Suspeitos de arrastão são linchados; Caucaia, 21 de setembro - Acusado de estuprar criança é linchado por população.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

A mãe de um adolescente assassinado no bairro Jóquei Clube viveu a experiência de ter se rebelado contra a tentativa de linchamento de outro garoto na comunidade onde moravam. “Ele segurou a minha mão e eu a dele. Eu disse que não saía dali e que, se fossem matar ele, teriam que me levar junto, por que dar na cara de adolescente é fácil. Eu queria era ver eles sendo valentes assim com a polícia, com os corruptos, com os erros deles mesmos”, relembra a mãe, reconhecendo naquele menino o próprio filho que depois seria morto. No mesmo bairro, um adolescente seria linchado, após tentar assaltar um ônibus, no dia 18 de março de 2016.

Na análise da violência, visões que parecem irrefutáveis e consolidadas podem se dissolver quando se aprofunda a discussão acerca do fenômeno e se conhece de perto cada realidade. Em 2015, o coordenador de desenvolvimento institucional e sustentabilidade da Associação O Pequeno Nazareno foi a seis enterros de meninos assassinados em Fortaleza com menos de 18 anos, um a cada dois meses, em média. “Todos os adolescentes eram acompanhados pelos nossos projetos. Apenas um foi morto enquanto estava na rua, quando teve a cabeça decepada por outro morador de rua, na Avenida Beira Mar”, observa Manoel Torquato.

Um dos adolescentes, inclusive, despediu-se da equipe dizendo que sabia que iria morrer, pois já havia sofrido ameaça. Eles se encontravam integrados às atividades de uma organização não governamental que desenvolve um trabalho voltado a meninos em situação de moradia nas ruas para a garantia de justiça e vida digna. “Eles estavam inseridos em cursos que apontavam para a saída de um esquema que envolve morte, mas faziam parte de uma realidade em que é difícil sair ileso”, considera Manoel Torquato.

A concepção de que os homicídios na adolescência são determinados pela presença em famílias desestruturadas também parece reforçar mais um equívoco na análise do problema, pois essa compreensão leva a crer que a violência é própria das periferias, visão que contribui para agravar uma segregação entre ricos e pobres e um preconceito contra quem mora nas áreas mais desassistidas. “Nas classes abastadas, os casos de ato infracional e uso abusivo de drogas podem estar subnotificados”, pondera a psicóloga e consultora do comitê, Ângela Pinheiro. “Nós queremos vencer os estereótipos, e o principal deles é o da desagregação familiar, que é um estereótipo perverso. A violência não é uma questão de desagregação familiar. Existem outras dinâmicas que a gente tem que entender como funciona”, reforça Rui Aguiar, coordenador do Unicef para o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

DAVI PINHEIRO



Visão de que a violência é própria das periferias contribui para agravar o preconceito contra quem mora nas áreas mais pobres

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA DE VIDA

ABSOLVIDO E ABSORVIDO PELO PORTE LEGAL DE CONHECIMENTO

A experiência foi marcante. Jardson Ferreira de Araújo lembra hora, dia, mês e ano. “Em 2012, dia 28 de janeiro, sexta-feira, 4h45min, fui indiciado e preso por tráfico de drogas”. O então adolescente de 18 anos ficou recolhido por 47 dias no Centro Educacional São Miguel, unidade de internação provisória em Fortaleza. “Cumpri uma medida socioeducativa, que de socioeducativa não tem nada”.

Mas, como Jardson mesmo diz, ainda dentro da unidade, conseguiu se sobressair diante do roteiro da reincidência e criminalidade que estava escrito para ele. “Lá eu tive várias reflexões, e nessas reflexões, eu entendi o poder da leitura, como a leitura emancipa e transforma o ser humano. Eu comecei a refletir sobre a educação, quais os tipos de educação e como essa educação emancipa e transforma o indivíduo”.

Quatro anos depois, Jardson fala dessa vivência sem constrangimento aparente. “Cumpri a medida, ganhei a liberdade junto com o perdão da minha mãe. Entendi que o que eu estava fazendo era exatamente o que o *playboy* quer, pra lucrar, enfim... Caí de cara nos livros”. E se ergueu de frente. Com apego ao conhecimento, hoje ele faz questão de defender para crianças e adolescentes o contato mais precoce com a leitura. “Os pivetes têm que começar a pautar e questionar”.

Para Jardson, é lendo teóricos, historiadores, pedagogos, que o senso crítico começa a desabrochar. Na lista de autores, o jovem inclui o dramaturgo Augusto Boal (1931-2009), criador do Teatro do Oprimido, metodologia que une dramaturgia e ação social e que se tornou conhecida internacionalmente; o educador Paulo Freire (1921-1997), que influenciou o movimento chamado Pedagogia Crítica e é considerado o mentor da educação para a consciência; e o teatrólogo alemão Bertolt Brecht (1898-1956), que fez do trabalho artístico uma crítica permanente ao sistema capitalista.

Para que os adolescentes recolhidos aos centros socioeducativos não voltem a praticar atos infracionais no retorno à liberdade, o ex-interno propõe que as unidades ganhem bibliotecas com acervo atualizado e ofereçam oportunidades para que os meninos façam a leitura da realidade, entendendo por que chegaram ali e tendo a oportunidade de acreditar que podem seguir um novo rumo. “Eles devem começar a estudar lá dentro o Estatuto da Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente...”. Além do

12. Citação ao *rapper* e compositor paulista Dexter, registrado Marcos Fernandes de Omena, o fundador do grupo musical 509-E, nome que tem como referência o número da cela que ele ocupava no Pavilhão 9 da então Casa de Detenção do Carandiru, onde passou 13 anos preso por participação em assalto. O grupo foi fundado logo no segundo ano de reclusão, em 1999.

13. Citação ao poeta, *rapper* e geógrafo paulistano Renan Inquérito, autor dos livros *#PoucasPalavras* e *Poesia pra encher a laje*.

14 Citação ao cantor e compositor Sabotage, nome artístico do paulistano Mauro Mateus dos Santos. Depois de envolvimento em assaltos e no tráfico de drogas, ele virou artista, tornando-se uma lenda do movimento *hip hop* nacional com as músicas de cunho social, abordando questões sobre entorpecentes, violência e criminalidade. Ele também se tornou ator, com trabalhos nos filmes *O Invasor*, de Beto Brant, e *Estação Carandiru*, de Hector Babenco. Sabotage foi assassinado em 2003, aos 29 anos.

15. Citação ao grupo de *rap* paulistano *Facção Central*, fundado em 1989. Com letras fortes sobre corrupção, violência, criminalidade e problemas sociais que os integrantes viveram, a produção artística do grupo sempre provocou muita repercussão, principalmente quando associada a imagens impactantes. Em 2000, o clipe “Isso aqui é uma guerra”, em que os componentes do grupo aparecem como bandidos-justiçeiros praticando sequestros-relâmpago e assaltos, foi impedido de ser exibido, sob a acusação de incitação ao crime. “Onde eu vivo, todo fim de semana tem defunto na esquina”, defendeu-se o vocalista e compositor do grupo à época, Eduardo Taddeo, referindo-se à realidade cruel das periferias brasileiras.

conhecimento teórico, acesso a oficinas de teatro, grafite, *hip hop*, dança... Como deve ser.

Aos 22 anos, Jardson integra um grupo de *rap* que utiliza a música para propagar a prisão que liberta. “Não me livro do livro” é uma das composições do quarteto Dufront MCs, formado por ele e mais três jovens, todos moradores do bairro Jangurussu. Ao falar sobre como a educação muda a vida, ele diz que se emociona. No cós da calça, o educador social autodidata, como se define, quase sempre tem um livro para apresentar aos meninos da comunidade. “Segura esse oitão! Porte legal de inteligência. Se você tiver isso aqui, os *playboys* tremem”. E a vida segue em liberdade. “Prossigo incitando o crime... Apologia à leitura”.

Para entender como Jardson foi absolvido e absorvido pelo porte legal de inteligência, nada melhor que o depoimento escrito por ele mesmo numa rede social, onde destaca as palavras “educação”, “família”, “futuro”, “liberdade”, “mãe”, “perdão”, “*rap*”, “resgate”, “superação”, “pedagogia”, “filosofia da educação”. As referências aos *rappers* Dexter¹², Renan Inquérito¹³ e Sabotage¹⁴ e ao grupo musical Facção Central¹⁵ não são por acaso, há uma identificação com experiências abordadas ou histórias vividas.

“Sinceramente, quando eu reflito sobre o poder de transformação e emancipação que a educação proporciona e dimensiona ao indivíduo, eu choro. Falo isso com propriedade, sabe? Sem prepotência, mas com um sentimento de superação. Aliás, eu amo essa palavra: superação. Lembro-me bem... No ano de 2012, 28 de Janeiro, sexta-feira, aproximadamente às 16h45min, fui indiciado e preso – artigo 33 – por tráfico de drogas. Puxei uma provisória de 47 dias, na casa de medida socioeducativa (que de educativa não tem nada) São Miguel. E durante esse período fui encaminhado a várias reflexões existenciais.

Convivi com renegados, vivenciei diversas situações, conteei um pouco da minha história, alguns me retribuíram um pouco das suas. Formei e fortifiquei alguns vínculos. Rolou também alguns pactos de convivência. Lá – por incrível que pareça – fui me alimentando de afeto, respeito, companheirismo, diálogos, empatia, reciprocidade, enfim... Muita coisa *roxeda*. Passei por uns altos e baixos, fiquei depressivo, reflexivo, e foi daí que me submeti a tal reflexão. No interlúdio, lembrava de umas estrofes de uns sons de *rap* que me faziam companhia constante dentro da Febem, um deles foi do som do Sabotage, intitulado *Cocaína*, onde dá uma ideia marromeno assim: “Um dicionário no bolso e a leitura de um livro é necessário”. E a outra foi do Facção Central, que se chama *Outro caminho* e manda a real: “Estuda, escuta o professor, usa o teu ódio pra conseguir um diploma, morô!”.

HISTÓRIA DE VIDA

Pensei na minha mãe. Pensei na minha família. Pensei no meu futuro. Me aprofundei na reflexão, e algo me constrangia. Creio que foi Deus, usando de compaixão aquele momento único, pra me orientar das *fitas erradas* que eu tinha me metido. Depois da sessão reflexiva, a esperança me abraçou tão forte que comecei a desabrochar inúmeras lágrimas. Decidido, fui cultivando a esperança e fertilizando o solo da minha alma, com pensamentos e sentimentos bons e positivos. Fui pro Fórum, lá estava a minha mãe, magra, judiada pelas noites de insônia e tristeza. Ganhei a liberdade seguida do abraço nutrido de perdão da minha mãe. Fiquei altamente constrangido naquele momento, não tinha nada para falar, só sentir. Minha mãe me acolheu como um filho pródigo. Voltamos para casa.

Comecei a pesquisar e me apaixonar pelos livros, lendo, lendo, lendo... continuamente. Fui sendo sequestrado pela educação de tal forma que ingressei no *rap* na pretensão de resgate. Resgatar os meus. Conheci Daniel Lima. Trocamos várias ideias, formamos um grupo chamado Dufont Mc's, onde as músicas são centradas na apologia à leitura, na simbologia dos livros, isto é, no poder da informação como mecanismo de resgate e resistência, visando que os interlocutores compreendam a realidade social na qual estão inseridos para transformá-la. Para além da música, temos o intuito de desenvolver futuramente um projeto social intitulado "Não me livro do Livro", na pretensão de alfabetizar crianças nas comunidades do Jangurussu por meio da inserção do *hip hop*, utilizando a metodologia de Paulo Freire.

E também promover ações nos centros de medidas socioeducativas a partir da literatura, estudando o ECA e o Estatuto da Juventude com intuito de empoderar os jovens, politizando-os de seus direitos e deveres e de sua participação na sociedade para os mesmos desenvolverem o domínio da retórica, leitura e escrita para, posteriormente, com o acúmulo obtido, produzirem poesias, contos, crônicas, músicas a partir de suas vivências e experiências. Educar os humanos, chamá-los à remissão, a um recomeço, independente de serem bandidos ou das "nomenclaturas jurídicas".

Todos nós estamos sujeitos a uma transformação positiva, construtiva e benéfica. (Falo por mim, que já fui preso). Tem que pagar o que fez, sim, tem que haver justiça, mas, em contrapartida, temos o convite a compaixão e misericórdia, a contribuir na reconstrução, na reforma dos indivíduos, por mais que os bandidos não as tenham com as suas vítimas. Mas retribuindo e correspondendo na mesma moeda, só nos tornará igual a eles no que diz respeito à violência! Temos que reeducá-los, colocá-los a refletir na questão de qual é a diferença do ser humano e "ser humano". Dexter diz que a pior prisão é a da mente, porém

16. Citação ao livro *Sociedade de Esquina*, escrito por William Foote Whyte, em 1943, sobre Cornerville, uma área pobre e degradada de Eastern City, habitada por imigrantes italianos. O bairro e a cidade são nomes fictícios para o North End de Boston, popularmente chamado de Little Italy, capital e cidade mais populosa de Massachusetts, nos Estados Unidos.

o Renan Inquérito canta que o alvará de soltura é espiritual!

Quero me formar em Pedagogia e fazer mestrado em Filosofia da Educação. Já me considero um educador social autodidata. Certa vez, cheguei no *mulecote* com aproximadamente 12 anos, entreguei um livro pra ele e lancei a ideia. “Segura esse oi-tão, cuidado... Os *puliça* tão no perímetro. Nem pense em trocar bala. Te quero trocando palavras, adiantando esse livro pra toda *mulecada*. Se os *puliça* pesarem na tua, se eles perguntarem se tu tem passagem, diz que sim, diz que tem passagem na biblioteca, por porte ilegal de inteligência”. Seus olhos resplandeceram. E eu? Prossigo incitando o crime... Apologia à leitura.

Num livro que li, *Sociedade de Esquina*¹⁶, tem um texto *roxeda*, que é assim: “Tanto o rapaz formado quanto o rapaz de esquina querem vencer na vida. A diferença é que o rapaz formado não se liga ao grupo de amigos próximos, ou não está disposto a sacrificar sua amizade com aqueles que não avançam tão rapidamente quanto ele. O rapaz de esquina liga-se ao grupo por uma rede de obrigações recíprocas das quais não quer se afastar, ou não consegue”.

Bertolt Brecht tem um poema de muita referência pra mim:

“Estuda o elemental: para aqueles cuja hora chegou não é nunca demasiado tarde.

Estuda o abc. Não basta, mas estuda. Não te canses.

Começa. Tens de saber tudo.

Estás chamado a ser um dirigente.

Frequente a escola, desamparado!

Persegue o saber, morto de frio!

Empunha o livro, faminto! É uma arma!

Estás chamado a ser um dirigente.

Não temas perguntar, companheiro!

Não te deixes convencer!

Compreende tudo por ti mesmo.

O que não sabes por ti, não o sabes.

Confere a conta. Tens de pagá-la.

Aponta com teu dedo a cada coisa e pergunta:

“Que é isto? E como é?”

Estás chamado a ser um dirigente”.

FELIPE ABUD

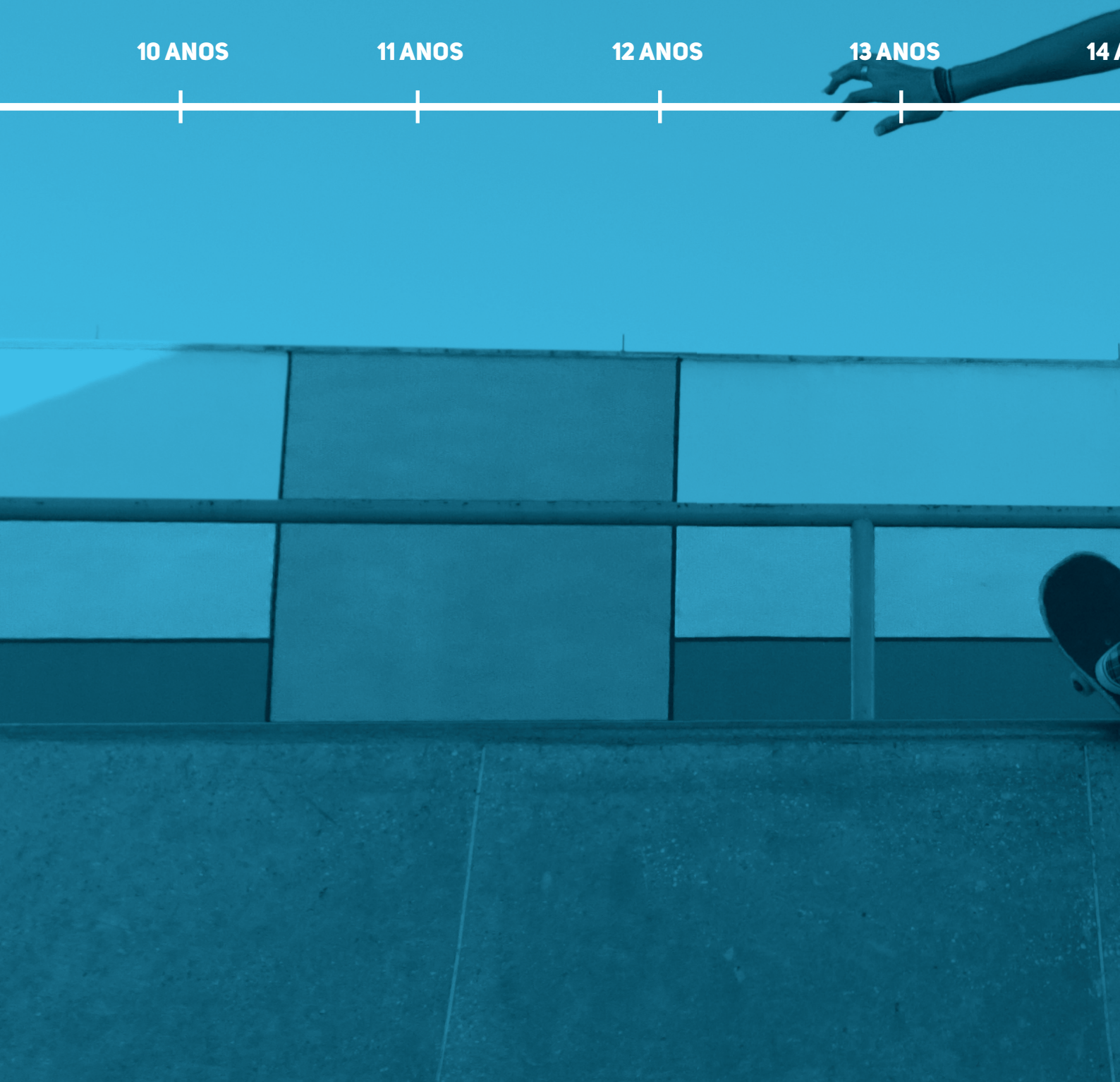
10 ANOS

11 ANOS

12 ANOS

13 ANOS

14 ANOS

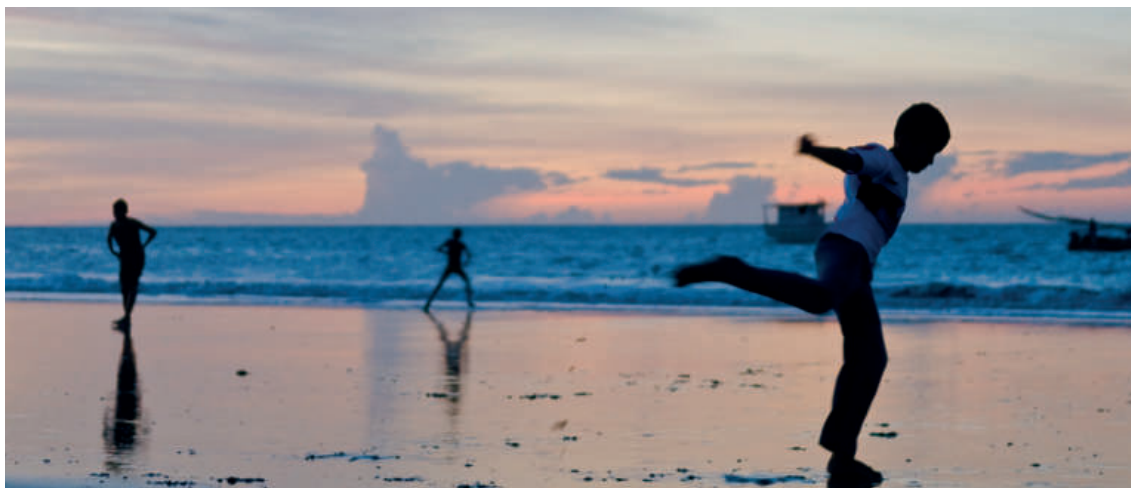


O ADOLESCENTE

ANOS

15 ANOS





A VIOLÊNCIA QUE ENVOLVE A ADOLESCÊNCIA O RETRATO DAS VÍTIMAS E DOS AUTORES DE HOMICÍDIOS

Pretos, pobres e quase brancos quase pretos de tão pobres¹⁷. Há dinâmicas sociais e étnico-raciais que tornam os adolescentes mais vulneráveis a situações de violência, como vítimas ou como autores. Em geral, os que sofrem e os que praticam homicídios partilham as mesmas condições de vida, residem no mesmo lugar e suportam as mesmas ausências. Os homicídios têm idade, sexo, cor, nível social e endereço. Todas as pesquisas revelam que a probabilidade de ser morto ou matar aumenta em função dessas variáveis. A vulnerabilidade é maior para jovens, homens, negros, pobres e moradores das periferias.

Wilbert Santos pode se considerar um sobrevivente. “Eu fazia parte de um grupo de 40 jovens, mas apenas sete estão vivos”, revela o jovem, negro, pobre e morador da periferia, criado pela avó, pois a mãe era usuária de drogas e o pai residia em São Paulo. “Eu fico me perguntando: que destino eu tracei para a minha vida ou que pessoas eu encontrei para que eu não entrasse no mesmo mundo que a galera que andava comigo entrou? Era uma galera muito próxima de realidade. O carinho que foi assassinado era o mesmo que convivia comigo, que a mãe acordava cedo pra pegar uma ficha no posto de saúde ou conseguir uma vaga na escola pública”.

No levantamento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza sobre o perfil das vítimas de homicídios em 2015, apenas 6% dos adolescentes mortos cursavam o Ensino Médio, embora a maioria tivesse 15 anos ou mais, o que revela uma alta taxa de distorção escolar e sugere a pauperização dessas vítimas. Na trajetória de alguns adolescentes, o limite entre aderir ou não à criminalidade é muito tênue, pois as condições de vida oferecem um risco muito maior, como

17. Citação ao poema-canção *Haiti*, de Caetano Veloso, lançado no álbum *Tropicália 2*, em 1993. A composição parte da descrição de uma cena de violência urbana para tratar da exclusão social, dos conflitos de classes, da escravidão, do racismo, da exploração, do cinismo e de outras formas de violência enquanto opositoras da cidadania.

18. Genocídio é o termo usado para o assassinato deliberado de um grupo de pessoas e é caracterizado pela existência de diferenças. O nome não existia antes de 1944, quando Raphael Lemkin (1900-1959), um advogado judeu polonês, ao tentar encontrar palavras para descrever as políticas nazistas de assassinato sistemático, incluindo a destruição dos judeus europeus, criou a palavra para designar crimes que têm como objetivo a eliminação física de grupos nacionais, étnicos, raciais, e/ou religiosos. O presidente Juscelino Kubitschek sancionou em 1º de outubro de 1956 a Lei nº 2.889, que define e pune o crime de genocídio no Brasil.

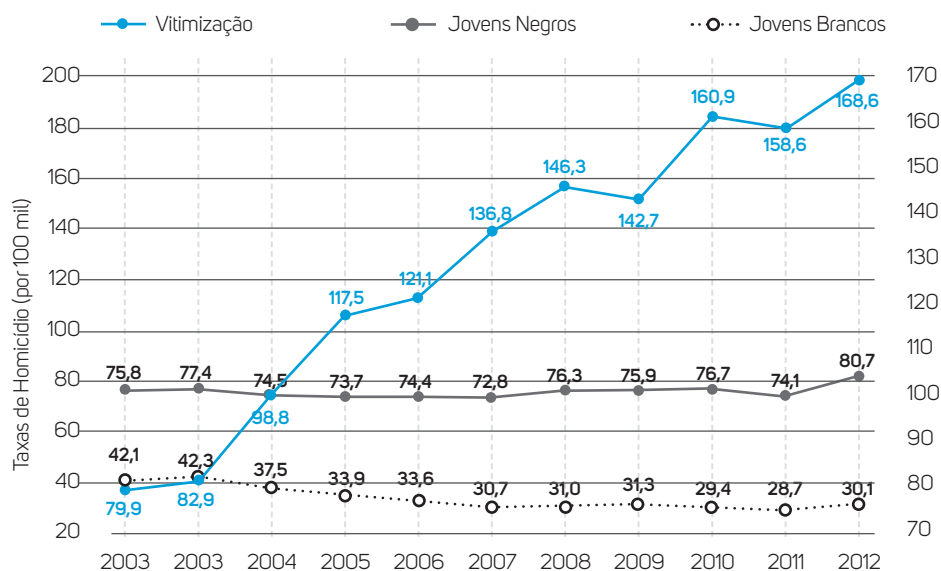
denuncia o próprio Wilbert, testemunha de um cotidiano de exclusões. “Quando criança, eu tinha projetos sociais que não eram do governo. Eu perdi a oportunidade de um projeto social, mas ganhei uma escola. A violência e a negação de direitos vêm crescendo”, avalia ele, que se assume militante de direitos humanos no Grande Bom Jardim, onde mora, mas também na Barra do Ceará, no Jangurussu e no Planalto Pici. “Essa opressão de direitos se faz presente em todos os cantos”.

Enquanto o número de homicídios de jovens brancos no Brasil caiu 32,3% entre 2002 e 2012, os assassinatos de jovens negros ao longo dos dez anos aumentaram 32,4%. Nesse período e nessa faixa etária, as mortes de homens correspondem a 93% do total e os assassinatos de negros a 80,7%. É o que revela o Mapa da Violência, série de estudos elaborada pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no país.

A exemplo do Mapa da Violência, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, que em 2015 apurou a violência contra jovens negros e pobres no Brasil, também cita dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). O parecer final da relatora, deputada Rosângela Gomes, concluiu que existe um genocídio¹⁸ contra

DIFERENÇAS ENTRE JOVENS BRANCOS E NEGROS

Há uma tendência crescente de vitimização de jovens negros no Brasil. Entre 2002 e 2012 o número de homicídios juvenis diminuiu 32,3%, passando de 10.072 para 6.823. No entanto, a quantidade de assassinatos de negros aumentou 32,4%, de 17.499 para 23.160. As taxas de homicídio de jovens por 100 mil caíram 28,6% entre brancos e subiram 6,5% entre negros.



Fonte: Mapa da Violência

essa população no país. Os homicídios dolosos, quando há a intenção de matar, são a principal causa de morte na juventude brasileira. Os números do Ministério da Saúde para o período de 2008 a 2011 apontam que 53,3% dos assassinatos foram contra jovens, em expressiva maioria homens e negros.

As conclusões são semelhantes ao desfecho da CPI instaurada no Senado em 2016 para investigar os assassinatos de jovens. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, cinco a cada duas horas, 60 por dia. “Isso equivale à queda de um jato cheio de jovens negros a cada dois dias. Genocídio da população negra é a expressão que melhor se enquadra à realidade atual do Brasil”, avalia o relator da CPI, senador Lindbergh Farias.

A CPI do Senado foi criada com objetivo de identificar as causas e os principais responsáveis pela violência letal da juventude brasileira, a fim de criar mecanismos para prevenir e combater os homicídios entre jovens negros. O relatório final recomenda três ações principais para o enfrentamento do problema: a criação de um plano nacional de redução de homicídios de jovens, a transparência de dados sobre segurança pública e violência e o fim dos autos de resistência¹⁹.

O Governo Federal instituiu em 2014 o Plano Juventude Viva²⁰, reconhecendo que a maioria dos homicídios no Brasil é de jovens negros das periferias. Sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a iniciativa se propunha a desenvolver ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica. Entre os 142 municípios contemplados, em função do *ranking* por número absoluto de homicídios contra jovens negros em 2010 e 2011, seis são do Ceará: Fortaleza, Caucaia, Crato, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral.

De acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), um menino negro no Brasil tem três vezes mais chances de morrer assassinado do que um adolescente branco. O Mapa da Violência 2015 apresenta números idênticos. Em 2013, na faixa de zero a 17 anos de idade, foram vítimas de homicídio 1.127 crianças e adolescentes brancos e 4.064 negros, ou seja, 3,6 vezes mais.

Ao refinar a análise, com a idade entre 16 e 17 anos, em números absolutos, foram mortos 703 brancos e 2.737 negros, isto é, 3,8 vezes mais. Entre os adolescentes de 16 e 17 anos, a taxa de homicídios de brancos foi de 24,2 por 100 mil, enquanto o índice de assassinatos de negros chegou a 66,3 em 100 mil. “A vitimização, neste caso, foi de 173,6%. Proporcionalmente, morreram quase três vezes mais negros que brancos”, compara Julio Jacobo Waiselfiz, sociólogo responsável pelo Mapa da Violência.

19. Os autos de resistência têm amparo no artigo 292 do Código de Processo Penal: “Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas”. Em outras palavras, o policial mata uma pessoa supostamente suspeita, mas alega legítima defesa, apontando que houve resistência à prisão. O caso é registrado como “auto de resistência” e as testemunhas são os próprios policiais que participavam da ação. Como o dispositivo legal não prevê quais são a regras para investigação em casos de excessos, quase sempre as mortes ficam sem apuração.

20. As ações do Plano Juventude Viva visam à ampliação dos direitos da juventude, a desconstrução da cultura de violência, a transformação de territórios atingidos por altos índices de homicídios e o enfrentamento ao racismo institucional, com sensibilização de agentes públicos para o problema. O plano prioriza os municípios que em 2010 concentravam 70% dos homicídios contra jovens negros.



Mapa da Violência e Índice de Homicídios na Adolescência: um menino negro no Brasil tem risco três vezes maior de morrer assassinado do que um garoto branco

A própria Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que no Brasil o racismo é estrutural e institucional e permeia todas as áreas da vida. Com base nos dados oficiais brasileiros, os técnicos da ONU chegaram à conclusão de que os negros morrem mais cedo, são mais assassinados pela polícia, estão em maioria no sistema penitenciário, apresentam nível de instrução menor, têm menos acesso à saúde e à justiça, recebem salários menores, apresentam as maiores taxas de desemprego, ocupam menos postos de trabalho nos governos e têm participação menor no Produto Interno Bruto (PIB).

O informe sobre a situação da discriminação racial no Brasil, divulgado em 2014 pela ONU, aponta que parte da sociedade ainda nega a existência do racismo e acredita no mito da democracia racial, o que é usado por muitos acadêmicos nacionais e internacionais, representando um dos maiores obstáculos para a superação do problema. “O Brasil não pode mais ser chamado de uma democracia racial e alguns órgãos do Estado são carac-

terizados por um racismo institucional, nos quais as hierarquias raciais são culturalmente aceitas como normais”.

Em visita ao Brasil em 2013, os peritos da ONU constataram que uma das grandes preocupações é a violência da polícia contra jovens negros. “A polícia é a responsável por manter a segurança pública. Mas o racismo institucional, discriminação e uma cultura da violência levam a práticas de um perfil racial, tortura, chantagem, extorsão e humilhação em especial contra afro-brasileiros”. De acordo com a organização, o direito à vida sem violência não está sendo garantido pelo Estado para essa parcela da população. “O uso da força e da violência para o controle do crime passou a ser aceito pela sociedade como um todo porque é perpetuada contra um setor da sociedade cujas vidas não são consideradas como tão valiosas”.

Entre os estados brasileiros, o Ceará ocupa a nona posição quando verificada a taxa de homicídios em brancos e passa para quarto lugar no ranking do índice de assassinatos

LUCAS MOREIRA



Afirmção da negritude em grafite na periferia de Fortaleza: pesquisa revela dificuldade das famílias em reconhecer os filhos como negros

em negros – 30,3 e 125,6 por 100 mil habitantes, superiores às taxas nacionais, de 29,9 e 82,3, respectivamente, de acordo com os dados de 2012 do Mapa da Violência. Os dados de 2013 na faixa de 0 a 17 anos revelam que foram assassinados no Ceará 19 brancos e 238 negros, com taxas de 2,4 e 13,6, respectivamente. Entre adolescentes de 16 e 17 anos, foram mortos naquele ano 15 brancos para 150 negros, com taxas de 14,5 e 61,6. “As taxas são novamente insuportáveis, o que confirma que o Ceará, especialmente Fortaleza, tem uma enorme seletividade racial. Não morre qualquer um, são selecionados aqueles que vão morrer”, conclui Julio Jacobo.

“O racismo estrutural como fonte de violência e homicídio é operante”, considera Paulo Sérgio Lisboa Cavalcante, coordenador do Movimento Negro Unificado. “Se alguém morrer no Bom Jardim, é bandido. Se for negro e pobre, pior ainda”, questiona uma moradora do bairro, mãe de um adolescente branco, loiro e de olhos claros, assassinado a tiros em 2015. “Nunca pensei que o meu filho iria fazer parte desse tipo de estatística”, revela.



A fragilidade das notificações de morte em Fortaleza não possibilita avaliar a real dimensão da violência letal contra negros, pois o campo raça/cor é pouco preenchido nas declarações de óbito, impedindo a apreciação dessa variável, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde. A mensuração se torna ainda mais comprometida quando se leva em consideração que é recorrente a negação da negritude, como constataram os pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

“O discurso do mito da democracia racial, da aquarela de cores, do laboratório racial que se apresenta no Brasil, dificulta o debate no que tange ao pertencimento étnico-racial”, analisa Letícia Pequeno, pesquisadora do comitê e também do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afro-brasilidades, Gênero e Família, da Universidade Estadual do Ceará.

Uma das mulheres entrevistadas chegou a informar que o filho morto era amarelo, atendo-se ao que estava registrado na certidão de nascimento, provavelmente por ele ter sido acometido de icterícia, embora as fotografias do adolescente permitam identificar o contrário. “Ao afirmar que o adolescente era amarelo, a mãe pontua de acordo com a cor que foi fornecida na certidão, e não pelo fato do adolescente ser um jovem negro”, aponta Letícia Pequeno, acrescentando que a mãe, moradora de Messejana, também é negra, mesmo não se reconhecendo com essa cor de pele.

A dificuldade das famílias em reconhecer a negritude também foi verificada nos territórios por onde a pesquisadora Mara Carneiro passou. “Muitas vezes, as mães diziam ‘moreninho’, ‘moreno claro’, ‘cor de jambo’, mas, quando nos mostravam as fotografias dos seus filhos, nos deparávamos com uma pessoa negra”, atesta.

As divergências dentro da própria família expõem a dificuldade de reconhecimento da raça, como percebeu a pesquisadora Auxiliadora de Paula, no contato com a mãe e a irmã de um adolescente do bairro Serrinha.

“Quando perguntamos sobre a cor dele, a mãe respondeu: — Branquinho, cabelo alourado... Meu filho era bonito.

A outra filha, também adotada, trouxe uma fotografia do rapaz e falou:

— Ele era que nem eu, moreno.

Percebemos a contradição nas informações e que realmente o rapaz era tal qual a irmã descrevia, pelo que mostrava a fotografia. Mas a mãe reafirmava:

— Ele era branco”.

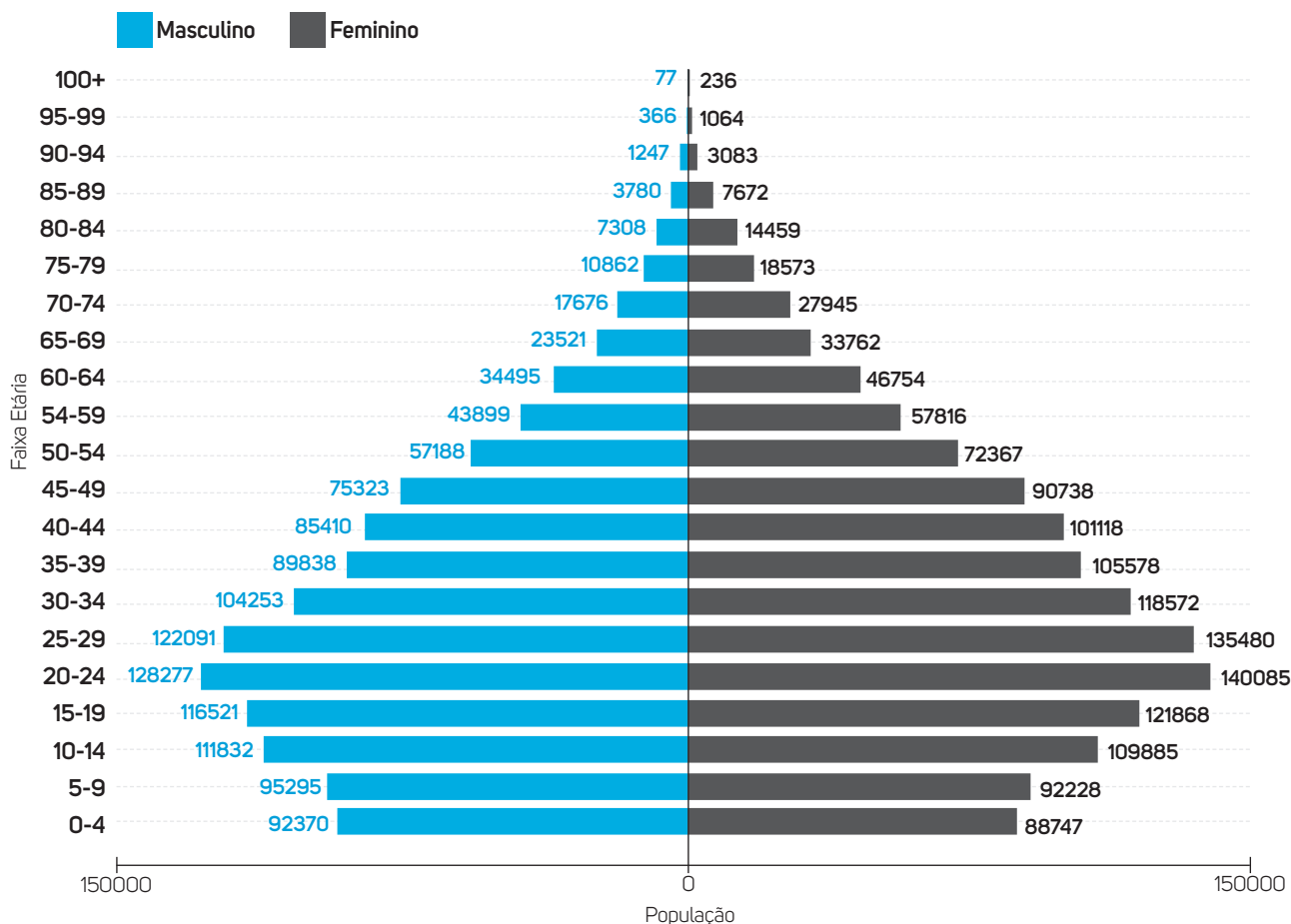
Mais importante ainda do que a cor da pele é o gênero como determinante dos homicídios. “O primeiro determinante que a gente nunca deve deixar de esquecer: 97% dos adoles-

centes mortos em Fortaleza são homens. Esse impacto é tão grande que já altera a pirâmide etária. Quando você analisa o sexo masculino na pirâmide etária da cidade, já identifica um achatamento na faixa de adolescentes. Nós precisamos de políticas públicas muito direcionadas para os meninos”, alerta o médi-

co epidemiologista Antonio Silva Lima Neto, coordenador da Célula de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde e consultor do comitê. “O risco de um menino morrer assassinado em Fortaleza em 2015 foi 32 vezes maior do que para uma menina”. Um risco concreto.

IMPACTO NA PIRÂMIDE ETÁRIA

A estimativa populacional feita pela Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza revela que o número de mulheres é menor do que o de homens nas faixas etária infantil e da primeira adolescência, ou seja, de zero a quatro anos, de cinco a nove anos e de dez a 14 anos. Já nas faixas de adolescentes, de 15 a 19 anos, e adultos jovens, 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, a distribuição se inverte e o número absoluto de mulheres é significativamente maior do que o de homens. “A questão é como interpretar esse achado. Devemos salientar que essa estimativa populacional advém do Censo de 2010. Portanto, esta não captura eventos posteriores a 2010. Em outras palavras, não reflete necessariamente o pico de homicídios de adolescentes de 2013 e 2014. Porém, podemos interpretar que o Censo expôs uma tendência que já vinha sendo acumulada, que pode ser caracterizada pelo aumento dos homicídios de adolescentes do sexo masculino, maior número de mortes por acidentes de transporte terrestre entre os homens e possíveis diferenciais migratórios segundo o sexo - mais meninas que vêm morar em Fortaleza ou permanecem e mais meninos que saem para outras cidades”, ressalva o coordenador da Célula de Vigilância Epidemiológica, Antonio Lima.



Fonte: Estimativa Populacional. Célula de Vigilância Epidemiológica.

Em 2013, enquanto a taxa de mortalidade em Fortaleza entre as meninas foi de 12,4 por grupo de 100 mil, entre os meninos chegou a 271,8. Apesar da diferença, o crescimento da violência letal acompanhou ambos os sexos: o índice de homicídios cresceu 5,9 vezes entre elas, passando de 2,1 em 2000 para 12,4 em 2013, e 6,6 vezes entre eles, saindo de 40,6 em 2000 para 271,8 em 2013.

Outro fator determinante dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza é a arma de fogo como meio de agressão. Em 2015, de cada 100 adolescentes assassinados, 93 foram atingidos por tiros, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, a partir dos dados oriundos do Ministério da Saúde.

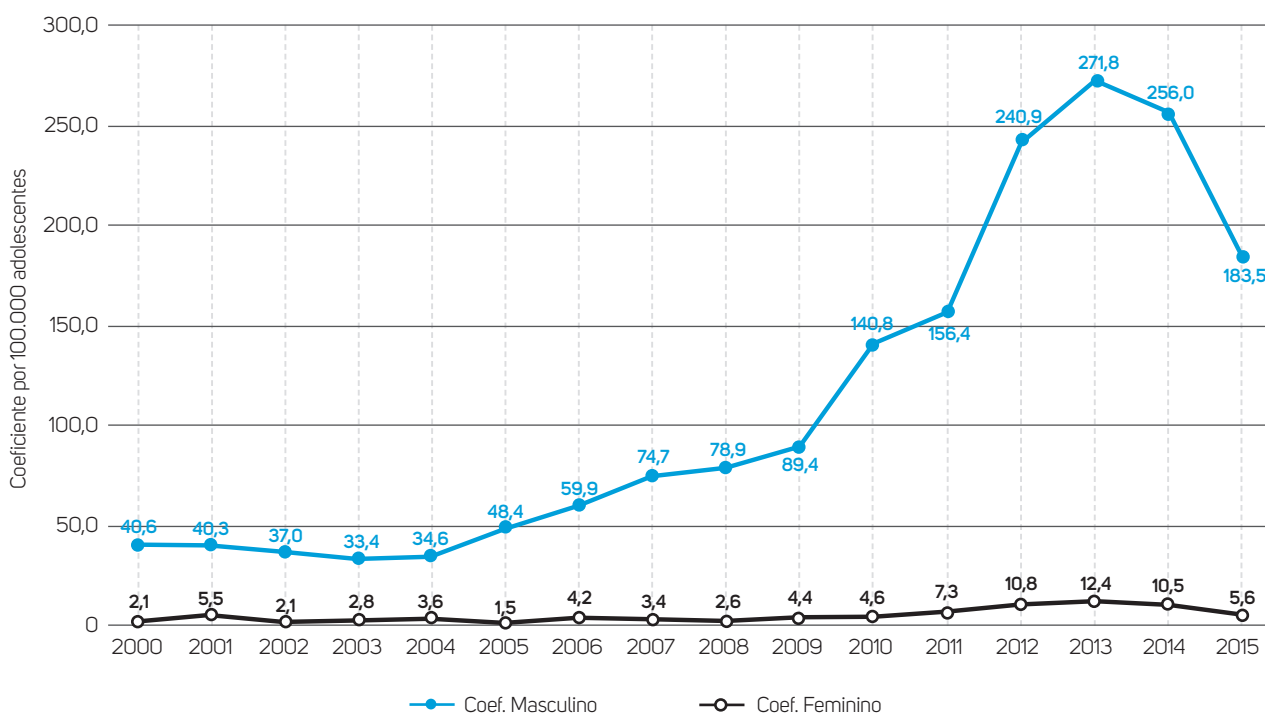
Em todo o Brasil, de acordo com o Mapa da Violência, uma em cada duas vítimas de armas de fogo, em 2012, tinha entre 15 e 29 anos de idade. Das 42.416 pessoas que foram

mortas no país em decorrência de disparo, 24.882, ou seja, 58%, eram jovens, embora representassem apenas 27% da população brasileira naquele ano. O estudo revela ainda que a taxa de mortalidade entre jovens, por arma de fogo, é mais que o dobro da taxa de mortalidade registrada na população geral. Enquanto 47,6 jovens foram mortos por tiro para cada 100 mil habitantes, em 2012, esse número ficou em 21,9 no conjunto da população, no mesmo período.

Os dois principais determinantes de homicídios estão correlacionados. Não é por acaso que os homens são mais atingidos pela violência e que essa violência tenha como principal instrumento a arma de fogo. “O mais preocupante é que as mulheres, grandes vítimas da violência masculina, e normalmente avessas às armas, muitas vezes educam seus filhos ‘como homens’, na valorização de armas e no uso da força, sob

DIFERENÇAS ENTRE MENINOS E MENINAS

Coefficiente de mortalidade por homicídio na população de 10 a 19 anos, segundo sexo. Fortaleza, 2000 a 2015*



Fonte: SIM/SMS/CEVEPI

(*) Dados sujeitos a revisão. Atualização em 26/01/2016

DESIGUALDADES EM BRANCO E PRETO

RIQUEZA X POBREZA

+ de 50%

da população do Brasil é de negros, mas eles têm uma participação de apenas 20% no Produto Interno Bruto, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

1/2

da renda da população branca é o que recebe a população negra.

EMPREGO X DESEMPREGO

50%

a mais de desemprego do que na população geral.

ESCOLARIDADE X ANALFABETISMO

2 vezes

superiores são as taxas de analfabetismo entre negros em relação ao restante da população.

VIDA X MORTE

66 anos

é a expectativa de vida para os negros, inferior aos 72 anos para o restante da população.

Fonte: Organização das Nações Unidas - 2013

o lema ‘homem não chora’. Daí a importância de se atingir diretamente as crianças através de campanhas de desarmamento infantil, buscando-se trocar o paradigma do ‘herói’ armado, violento e destruidor, pelo herói que desarma, dialoga e é solidário com os demais”, defendem Antônio Rangel Bandeira e Josephine Bourgois, no livro *Armas de fogo: proteção ou risco?*.

A violência que envolve, sobretudo, os homens, como vítimas, mas também como autores, praticando agressões contra outros homens, mas também contra as mulheres, é resultado de uma construção social perversa do masculino e do feminino. A representação que alguns homens assumem para os filhos subverte de forma espantosa a compreensão sobre paternidade responsável, como identificaram os pesquisadores no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, ao entrevistarem um adolescente apreendido por homicídio, envolvido em conflitos entre gangues em bairros periféricos na orla de Fortaleza. “Ele disse que guardava bastante rancor do pai, que o incentivava a cometer crimes. Segundo o garoto, o próprio pai havia instigado ele a matar aquele que lhe havia insultado”, relata o pesquisador João Pedro de Santiago.

Não é raro que, desde muito cedo, os meninos sejam “orientados”, pelo pai, mas também pela mãe ou por outros adultos que os conflitos são resolvidos com base na força. Os garotos aprendem e apreendem, inclusive, pelo uso da força contra eles mesmos, seja a força bruta, a força da palavra ou uma e outra.

“Se apanhar na escola ou na rua, apanha quando chegar em casa!”

“Seja homem!”

“Mostre que é homem!”

“Que homem mais medroso!”

“Não seja fraco!”

“Não chore!”

“Não seja tão emotivo assim!”

“Isso não é coisa de homem!”

“Isso é coisa de mulherzinha!”

O modelo de masculinidade hegemônico tenta ignorar que o indivíduo do sexo masculino é falível. Ao desencorajar os pequenos homens a agirem de forma persuasiva, cordial e sensível, esse modelo começa a formar novos agentes de violência e, consequentemente, também novas vítimas.

“O que são estes discursos que se produzem sobre a masculinidade? Não seria, pois, um mecanismo de captura do homem? Não

seria o gênero, todo ele (do masculino ao feminino) formas de controle das subjetividades, corpos e práticas sociais do homem? É possível pensar o patriarcado e o machismo sem pensar os discursos que constroem a dominação masculina e a submissão feminina? Pensar a emancipação das mulheres é também perceber a maneira como as normas de gênero produzem uma masculinidade “dominadora” através de processos violentos de composição da mesma”, reflete Helena Vieira, pesquisadora no Núcleo de Políticas de Gênero da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

A masculinidade é punitiva com os homens que se desviam da trajetória previamente estabelecida para eles. “Não estou falando de homens que nasceram adultos, prontos, machistas – ninguém nasce assim, há sempre um processo de devir –, mas de sujeitos que se constituem assim a partir de uma série de imposições que devem ser cumpridas. Do contrário, há punição. A masculinidade é punitiva com seus desviantes: o homem ‘improdutivo’ (vadio, vagabundo, preguiçoso), o homem afeminado, o homem ‘froxó’, o ‘brocha’, o ‘corno manso’. Todo e qualquer desvio daquilo que se espera da masculinidade é punido”, argumenta Helena Vieira, argumenta Helena Vieira, assumidamente uma mulher trans.

Ao tratar sobre masculinidade e violência e reconhecer que o machismo também atinge os homens, a pesquisadora se reporta ao pensamento da psicóloga mexicana Marina Castañeda no livro *Machismo invisível* – “O machismo é um ideal masculino que enfatiza a dominação sobre as mulheres, a competição entre os homens, a exibição de agressividade, a sexualidade predadora e o jogo duplo” – para questionar: “Não haveria no machismo, portanto, uma face capaz de afetar os homens? Não podem os homens sofrer com o machismo? Com a imposição de uma masculinidade negadora dos seus afetos e de outras possibilidades de existir?”.

Sem desconsiderar as desigualdades de gênero na sociedade brasileira nem relati-

vizar a importância do machismo na manutenção dessa assimetria entre homens e mulheres ao longo de séculos, há questões do próprio modelo de masculinidade vigente que também os afetam. “Sempre vejo vídeos, geralmente antifeministas, apontando uma série de violências que os homens sofrem. Bem, são violências ligadas intrinsecamente ao machismo. Quando percebemos o número de homens alcoólatras, o índice de suicídio maior entre homens, a maior participação na criminalidade, a maior ocupação de trabalhos precários, então percebemos que existem problemas de gênero que são do gênero masculino e que se relacionam com uma masculinidade impositiva e hegemônica (além de utópica). Admitir que estes problemas existem (feitos os devidos recortes) é confrontar-se com a realidade”, defende Helena Vieira.

A violência atravessa a vida de homens e mulheres de maneiras bastante distintas. As diferenças na educação de meninos e meninas se traduzem também na forma, frequência e intensidade com que eles e elas se relacionam com o (ab)uso da força. Até o local onde a violência acontece revela particularidades do que historicamente tem sido oferecido aos homens, ir para o espaço público, e negado às mulheres, recatar-se ao espaço privado.

Os homens se envolvem com a violência, geralmente, na rua. Eles são mais agressivos e mais agressores, mas se tornam também mais vítimas da violência porque a cultura de agressão é mais recorrente entre indivíduos do sexo masculino. As mulheres sofrem muito mais do que praticam violência e são atingidas quase sempre pelos namorados, maridos ou companheiros, principalmente no âmbito doméstico, no lar. “Onde deveria existir uma relação de afeto e respeito, existe uma relação de violência, que muitas vezes é invisibilizada por estar atrelada a papéis que são culturalmente atribuídos para homens e mulheres”, analisa o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

HISTÓRIA DE VIDA

O FIM PRECOCE DE UMA VIDA DE OPORTUNIDADES

O jovem branco, loiro e de olhos claros tinha mais do que um perfil físico diferenciado da maioria dos rapazes da comunidade onde morava. O rapaz de 18 anos apresentava um perfil social também destoante entre os adolescentes do Bom Jardim. Desde que veio ao mundo, em 1997, vivia em condições satisfatórias para a realidade daquele bairro da periferia de Fortaleza, onde sempre viveu²¹.

Fruto de uma relação sólida de dez anos, embora pai e mãe nunca tivessem morado juntos, o menino nasceu de uma gravidez planejada. O pai, professor de artes marciais, foi campeão nacional de karatê várias vezes e se tornou autor de livros. A mãe, também professora de karatê e campeã cearense de fisiculturismo, virou microempresária no ramo de confecção de roupas e proprietária de loja de produtos para festa de aniversário.

O garoto foi amamentado até quase quatro anos. Primeiro neto da família, esteve sempre cercado pelos tios, a avó e a bisavó. Filho de esportistas, não quis seguir a trajetória dos pais. “Ele nunca gostou de lutar. Dizia que não queria ser agressivo como eles. O único esporte que fazia era futebol. Era um jovem muito tranquilo e achava os pais um tanto explosivos, atrelando essa característica à prática de artes marciais”, descreve a pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Mara Carneiro, a partir da entrevista com a mãe.

O rapaz gostava de alugar campos *society* para jogar com os amigos, mas foi durante uma partida de futebol que conheceu um traficante de drogas com quem começou um desentendimento que levou ao desfecho trágico. Dias depois de ameaças veladas, olhares de intimidação, o jovem foi assassinado quando saía da casa da bisavó em direção à própria residência. No caminho, vinha uma motocicleta, e na garupa, o agressor.

A mãe ouviu de casa o barulho dos tiros naquele 20 de junho de 2015, mas todos os dias ela escutava disparos de arma de fogo na comunidade ou alguma narrativa de homicídio. No bairro que tem um elevado índice de assassinatos, a violência se tornou cotidiana, banal. “Mas sua irmã chegou em casa aos prantos”. A mulher levou o filho ao hospital, embora já não houvesse mais o que fazer.

Uma vida de oportunidades interrompida precocemente. O rapaz morava em uma “casa grande e bonita, com portas de madeira trabalhadas, cerâmica no piso e portões de alumínio”, como descreve a pesquisadora do comitê. Estudou a vida inteira em escola privada, durante muito tempo em um dos colé-

21. Esta história de vida foi escrita a partir do diário de campo produzido pela assistente social Mara Carneiro, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

gios mais caros de Fortaleza. “Se ele tinha um defeito, era não gostar de estudar”, aponta a mãe. Por causa da indisciplina, o adolescente teve de procurar outra escola, matriculando-se em um colégio particular do próprio bairro onde morava, mas abandonou os estudos no primeiro ano do Ensino Médio.

Quando foi morto, o rapaz já estava há quase um ano fora da escola. “Ele dizia que queria trabalhar. Havia tirado a carteira de motorista e resolvia vários problemas da família com o carro. Também trabalhava como pintor profissional e com aplicação de textura em parede; apesar de eventual, conseguia tirar um bom dinheiro dessa atividade”, descreve a pesquisadora, com base no relato da mãe.

Era um jovem que se diferenciava na comunidade, entre os meninos da mesma faixa etária, pela facilidade de acesso ao consumo. “Ela dava tudo para ele, gostava de vê-lo bem bonito, com roupas boas, com dinheiro no bolso para sair com amigos para bares caros, Beira Mar, shoppings... Ela dizia: Ele era um bom filho, merecia tudo de bom e eu tinha prazer em dar tudo a ele”, acrescenta Mara Carneiro.

O rapaz chegou a cumprir medida socioeducativa sem ter cometido ato infracional, segundo a mãe, mas por assumir uma responsabilidade que era do tio: porte ilegal de arma. “Ela relata que tanto o juiz como a assistente social que o acompanhava na medida socioeducativa diziam que ele não tinha perfil para estar ali e perguntavam por que ele assumia esse ato infracional. O rapaz foi liberado no primeiro relatório, pois não apresentava dificuldade para o cumprimento da medida. Ele insistia que tinha cometido o ato, mas ninguém acreditava”, descreve a pesquisadora.

A morte tem causado sofrimentos a todos os membros da família. O rapaz era muito querido. “A avó está sofrendo, a bisavó não suporta nem ouvir falar, o pai ficou muito arrasado... O pai trabalhava muito, mas não era ausente, apesar da separação. Quando estava com o filho, tinha uma relação qualitativa com ele”. Apesar da dor intensa, eles procuram dar seguimento à vida. “É muito difícil pra mim, mas eu tenho que fazer alguma coisa”, admite a mãe. A despeito da morte e, como diz a canção, “mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma, até quando o corpo pede um pouco mais de alma, a vida não para, a vida não para não²²”.

22. Citação ao poema-canção *Paciência*, que aborda a relação do homem com o tempo. A composição, feita em parceria com o multi-instrumentista Dudu Falcão, foi lançada em 1999 por Lenine, no álbum *Na pressão*.

TRÊS MENINAS-MOÇAS COM A VIDA ATRAVESSADA PELA VIOLÊNCIA

Não se chamavam Marias nem se conheciam como as três protagonistas do romance de Rachel de Queiroz²³, publicado em 1939, mas também eram meninas-moças e viviam os conflitos próprios da adolescência, da singularidade de cada uma e de um outro tempo. Mulheres na flor da idade, foram atravessadas de modo irreparável pela violência. Não se chamavam Marias, mas recebem neste texto o homônimo acrescido de uma delicadeza simbólica que não desfrutaram em vida.

Maria Rosa foi morta enquanto servia de escudo humano para o namorado. Na tradução dolorosa da mãe, a adolescente ficou deformada, irreconhecível. A garota ainda foi levada ao hospital, mas não resistiu ao impacto causado pelos ferimentos. Ela estava sentada no colo do namorado, quando passaram dois rapazes numa motocicleta, um deles atirando em direção ao casal, em frente à escola onde havia estudado, no bairro Bom Jardim, onde floresceu.

A mãe da moça acredita que os tiros foram direcionados ao rapaz, que tinha envolvimento com a criminalidade. Apesar do histórico de conflitos e ilicitudes da filha, não havia elementos suficientes para explicar que ela tenha sido o alvo preferencial. De acordo com a mãe, a adolescente já havia abandonado os estudos no sexto ano, depois de ser transferida três vezes de escola, uma delas por ter se desentendido com uma colega.

A menina, que ficava com a avó para a mãe trabalhar e costumava brincar de boneca com a prima em casa, “a partir dos 12 anos começou a se envolver com más companhias”, duas amigas com quem tinha mais contatos. Não demorou para que a adolescente começasse a usar drogas, embora nunca tenha revelado à mãe. Não demorou também para que começasse a fazer pequenos furtos, inclusive dentro de casa. O comportamento e os sinais no corpo desvelavam o uso de substâncias. A ausência de alguns objetos de uso da mãe ou a presença de outros que não pertenciam à família denunciavam a filha.

Maria Hortênsia também estava numa calçada, em Sobral, na zona Norte do Ceará, quando o companheiro avistou os integrantes de uma gangue rival se aproximando. De imediato, ele se evadiu sem avisar à adolescente do perigo que rondava a casa, onde moravam. Na sequência, a moça foi alvejada e caiu, batendo a cabeça e sofrendo traumatismo que teria sido a *causa mortis*, de acordo com a necropsia. Estava aos quatro meses de gravidez.

“Na época do homicídio, ela morava com um adolescente de 17 anos, que a proibia de ir à escola e lhe agredia fisicamente”, aponta a pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Joyce Hilário. “A

23. Citação ao romance *As Três Marias*, da escritora cearense Rachel de Queiroz (1910-2003), obra que lança um olhar detido sobre a individualidade humana, observando conflitos existenciais das três principais personagens.

mãe tentou evitar a saída da adolescente de casa e sofria ao saber que a filha era agredida pelo companheiro, mas não encerrava a relação abusiva”.

Maria Margarida também estava grávida de quatro meses quando foi assassinada, na mesma Sobral. Duas vidas perdidas no último capítulo de uma história nada romancada: “abandono” pelos pais biológicos, exposição às drogas na convivência com eles, envolvimento com jovens integrantes de gangues, fragilidade nas relações afetivas.

Do primeiro ao último dia de vida, uma trajetória de encontros e desencontros marcados por eventos de violência. Ela viveu os breves 17 anos como se buscasse encontrar a si mesma, por vezes perdendo-se na história que ela própria elaborava, mas que também era traçada por quem vivia no seu entorno.

A menina estava fadada ao abandono antes mesmo de nascer. Os pais eram usuários de drogas e já teriam “dado” outros filhos, como revela a mulher que se propôs a adotar a recém-nascida no dia do nascimento. “Após a notícia trazida por vizinhos de que o casal iria ‘abandoná-la’, a mãe adotiva foi buscar o bebê num local perto da ‘boca de fumo’”, descreve Joyce Hilário, a partir do relato da mãe.

Durante a infância, a menina gostava de brincar de boneca em casa e de futebol na rua, na companhia de outras crianças do bairro Dom José, onde moravam. Como os pais trabalhavam fora, nas funções de vigilante e merendeira em uma escola, a menina ficava sob os cuidados das irmãs, que lhe faziam penteados e lhe “enfeitavam”, conforme elas mesmas contam, mostrando as fotografias.

Aos oito anos, o primeiro baque, ao saber que havia sido adotada e dos motivos que levaram os pais biológicos a não cuidar dela. Os pais adotivos revelaram a história porque as duas famílias continuavam residindo no mesmo bairro, mas reconhecem que, por algum tempo, a filha ficou “revoltada” com a verdade. Por volta dos dez anos, ela conheceu os progenitores e passou a frequentar a casa do pai porque a mãe biológica ainda fazia uso de crack, segundo a mãe adotiva.

Na adolescência, como pontuam os familiares, a menina “alegre”, “querida por todos”, que gostava de cuidar de um dos sobrinhos e de “passear” com os amigos, também se revelou uma pessoa “esquentada”, se “envolveu com amizades ruins” e passou a fazer uso de substâncias entorpecentes e a ter conflitos na escola e no bairro. O pai adotivo responsabiliza a mãe biológica pelo envolvimento da adolescente com drogas, afirmando ter sido ela quem ofereceu “cigarro” para a filha. Já por volta dos 14 anos, a adolescente chegava em casa com os “olhos vermelhos e quieta”, de acordo com ele.

“A experimentação da droga veio desse contato com a mãe biológica e de uma outra forma de vida, pois a mãe lhe proporcionou a ‘liberdade’ de fazer o que os pais adotivos não permitiam, pela proteção que buscavam para a filha. O que encantou a adolescente em um primeiro momento foi essa liberdade para fazer o que queria, sem medir as consequências”, avalia a pesquisadora.

A indignação dos pais adotivos com a mãe biológica se ampliou com a evidência de outros episódios. A mãe adotiva diz que, aos 15 anos, a adolescente “apanhou” da polícia perto do local onde a mãe biológica residia, sem que esta tenha se mobilizado para proteger a filha, mesmo presenciando a cena de agressão. A abordagem policial teria acontecido depois que os agentes identificaram a adolescente como usuária de drogas. “Mas não ficou claro se esse seria o único motivo”, observa a pesquisadora Joyce Hilário. “Houve também o início de um relato pelos familiares acerca de outra abordagem policial ao grupo de amigos, em que um dos adolescentes estaria com uma arma de fogo e pediu para a jovem guardar, tendo os policiais visto o ocorrido e apreendido a garota”.

A experimentação de drogas evoluiu para a dependência química. A adolescente foi internada compulsoriamente no Hospital de Saúde Mental de Messejana, em Fortaleza, após a intermediação de uma professora com quem tinha uma boa vinculação. Mas como estava hospitalizada contra a própria vontade, ela deu um jeito de fugir da unidade de saúde depois de um mês e ficou morando na casa da avó por alguns dias, na capital. “Apesar da internação, a jovem não foi acompanhada por outros serviços de saúde, deixando de usar drogas após descobrir que estava no primeiro mês de gestação”, esclarece Joyce Hilário, com base nas informações dadas pela família.

A adolescente estava preparando outra pessoa, mas o tempo não parou para ela reinventar, quem sabe, a própria história, a partir de uma nova vida que estava por vir. Ela foi assassinada aos quatro meses de gestação, após voltar de uma consulta de pré-natal, em circunstâncias ainda bastante confusas. Os familiares dizem ter descoberto muitas informações sobre a adolescente apenas depois do homicídio. Até mesmo a paternidade do filho que ela carregava no ventre é desconhecida da família.

“Os familiares não sabem se ela engravidou em Fortaleza ou em Sobral, pois a garota não relatava seus problemas para eles. Ao retornar para Sobral, a jovem voltou a se encontrar com os antigos amigos. Ela realizava o pré-natal, mas não revelou para a família o nome do pai do bebê. A todo momento, a família relata que descobriu informações sobre ela somente

após sua morte, por exemplo, que ela se relacionava com outras mulheres, embora uma das irmãs também tenha afirmado que a mãe não aceitava que a adolescente usasse drogas e fosse bissexual, o que demonstra que já era de conhecimento da família as relações homoafetivas”, analisa a pesquisadora do comitê.

A fidelidade da adolescente aos amigos é apontada pela família como uma possível explicação para o evento trágico. “Ela gostava de proteger os outros, de tomar as dores dos outros. Ela morreu no lugar de uma amiga porque foi defendê-la”, acredita a mãe. “Mas isso não ficou claro, pois, logo em seguida, uma das irmãs relatou que a própria jovem afirmou no dia da sua morte que essa amiga, também usuária de drogas, ‘estava se preparando para levá-la pro cheiro do queijo’”, descreve a pesquisadora.

A adolescente foi assassinada perto do trilho que divide o bairro onde mora, considerado zona perigosa por ser o limite entre comunidades rivais. Segundo os familiares, a “amiga” que chamou a adolescente ao local, com a justificativa de entregar uma bicicleta, assistiu ao crime sem ajudar a vítima ou pedir socorro às pessoas próximas. A menina-moça, conhecida por todos ainda com o apelido de infância, morreu de forma nebulosa.

PLANOS INTERCEPTADOS, SONHOS FRUSTRADOS A MORTE PÕE FIM A PROJETOS DE VIDA

A comemoração do aniversário, o primeiro emprego, um novo trabalho, a carteira de habilitação, um carro, uma motocicleta, uma casa, um recomeço de vida... Não deu tempo. A morte cruzou o caminho e impediu a concretização de sonhos, interrompeu planos, inviabilizou a realização de projetos, que eram dos adolescentes, mas também dos familiares.

Um rapaz do bairro Autran Nunes, morto nas proximidades de completar os 18 anos, havia pedido ao padrasto que fizesse o possível para realizar um sonho: “bater parabéns com o bolo do reggae”. O moço nunca teve um simples bolo de aniversário. Era pouco. Ele queria muito da vida? “Alegre, companheiro da família, trabalhador, mas não tinha condições de ter tudo que desejava e não conseguia compreender isso, chegando a declarar para seu pai que pensava em cometer roubos para ter pelo menos o que considerava o principal e justo para si e sua família”, revelou a mãe para os pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

É justo ter um meio de transporte próprio e um lugar para morar, mas a dificuldade de acesso a esses bens, muitas vezes, não é bem compreendida por quem ainda está em processo de construção da subjetividade. “Ele tinha sonhos... Quería ter carro, moto, casa... Mas queria ter de forma fácil...”, reconhece o padrasto de outro adolescente, assassinado, para tristeza da família, no bairro Alto Alegre, em janeiro de 2015.

“Era um menino caseiro, ‘servo de Deus’, mas esse sonho de crescer na vida e de modo fácil acabou o vinculando a amizades que ‘desviaram seu caminho’ e o integrou ao crime e à morte”, descrevem os pesquisadores, a partir do relato da mãe, que suspeita que o filho tenha sido morto por policiais, haja vista que o corpo estava completamente espancado e com várias marcas de botas, do tipo que só os agentes de segurança usam.

Se a saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu²⁴, a mãe de um adolescente morto em Messejana reavivou esse e outros sentimentos. “Ela foi arrumar o quarto do filho e acabou encontrando papéis com diversos planos e sonhos que ele tinha”, relembra a pesquisadora Letícia Pequeno. “Os jovens até tentam sair desse mundo que eles entram, mas tem muito preconceito, muitas portas fechadas”, avalia a mãe, reconhecendo a trajetória de ilicitudes do filho. “Ele vinha de um assalto com uma moto junto com um outro, aí bateram a moto. O outro escapuliu, mas meu filho foi morto”.

24. Citação ao poema-canção *Pedaco de mim*, composto por Chico Buarque de Holanda para a peça *Ópera do malandro*, em 1978:

*Oh, pedaco de mim
Oh, metade arrancada de mim
Leva o vulto teu
Que a saudade é o revés de um parto
A saudade é arrumar o quarto
Do filho que já morreu
Oh, pedaco de mim
Oh, metade adorada de mim
Lava os olhos meus
Que a saudade é o pior castigo
E eu não quero levar comigo
A mortalha do amor
Adeus*

A dor causada pela brusca separação dos corpos é assinalada pelos versos reveladores da passividade do emissor, onde a gradação dos verbos no particípio enfatiza o sentimento de castração involuntária: ‘Metade afastada de mim’, ‘Metade exilada de mim’, ‘Metade arrancada de mim’, ‘Metade amputada de mim’. Esse apelo reiterado configura a insistência do eu-lírico em que a separação se estenda ao aspecto espiritual. É o que se observa nos terceiros versos das quatro primeiras estrofes, marcados pelo imperativo ‘Leva’, seguido de expressões que conotam características abstratas e subjetivas do amante, contrapondo-se aos elementos físicos: ‘Leva o teu olhar’, ‘Leva os teus sinais’, ‘Leva o vulto teu’, ‘Leva o que há de ti’. A essa contundente despedida, acrescentam-se, nos três últimos versos de cada estrofe, comparações entre o sentimento da saudade e elementos representativos da dor e do sacrifício: ‘tormento’, ‘esquecimento’, ‘se entrevar’, analisa Maria Helena Sansão Fontes, autora de *Sem fantasia - masculino-feminino em Chico Buarque*.

DAVI PINHEIRO



A morte chegou cedo também para adolescentes que apostavam no trabalho como oportunidade de vida. No bairro Serrinha, um adolescente de 17 anos já estava com emprego garantido logo que atingisse a maioridade, mas foi alvejado três vezes por uma dupla enquanto andava de motocicleta. “Minhas duas filhas já tinham arranjado emprego pra ele. Ele ia ganhar R\$ 4.000. Ele ia começar a trabalhar de motorista, aí aconteceu... Não tava na hora dele ir, não”, lamenta a mãe, de 65 anos.

No mesmo bairro, um garoto foi assassinado quando entregava um lanche para o irmão e o marido de uma traficante que seria o alvo dos disparos. “Ele sonhava em completar 18 anos para tirar a carteira de motorista e a carteira de trabalho, pois, como dirigia muito bem, tinha uma promessa de emprego como motorista em uma firma, mas só poderia assumir quando tivesse habilitação”, observa a mãe do garoto.

“Ele foi assassinado por estar no lugar errado na hora errada, pois os atiradores haviam ido matar, a mando de um traficante, uma mulher que vendia drogas, porém meu filho estava lá próximo, conversando com o marido e o irmão dela, e acabou sendo assassinado também, com 13 tiros, junto com os dois. Já a mulher não estava no local”, descreve a mãe do adolescente, sempre acentuando que o filho tinha interesse em trabalhar, tendo abandonado os estudos um ano antes do crime.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

DAVI PINHEIRO



Brincadeira de bola em Sobral: fazer carreira como atleta de futebol era um dos sonhos acalentados por adolescentes mortos no Ceará

“Ah, tia! Não tenho saco para estudar, quero é trabalhar, juntar dinheiro pra botar minha lojinha”, afirmou, quando procurado pela diretora da escola. A mãe do adolescente diz que ele gostava de trabalhar desde muito novo, que aos 12 anos já ajudava um tio na venda de verduras na feira: “Às 6 horas, ele saía; às 8h30min, já tinha voltado”. O garoto já havia trabalhado em um lava-jato, onde aprendeu a consertar motocicletas.

Um dos adolescentes mortos na Chacina de Messejana também esperava chegar à maioridade para obter logo a carteira de habilitação. “Ele sonhava tirar sua carteira de habilitação, pois já sabia dirigir desde os 12 anos”, descreve o pai, indicando para a garagem de casa onde estava o carro da família que o garoto de 17 anos “adorava”.

Desde os desejos mais simples às aspirações maiores. Outro adolescente com a mesma idade, morto na Chacina de Messejana, estava cheio de planos, segundo a mãe. No dia do massacre, o garoto cumpria folga do trabalho em uma central de táxi e, durante o jantar, manifestou o desejo de fazer uma trilha com os amigos, afirmando já ter negociado com o irmão a compra de um capacete.



O sonho de criança vira desejo de adolescente. Ser jogador de futebol é compartilhado por muitos meninos da periferia, como era por outra vítima da chacina, um garoto também cheio de amigos e sempre próximo dos irmãos, mas morto por três policiais encapuzados na presença do pai. “Ele trabalhou foi muito comigo como pintor, já tava todo sabido das coisas”, afirma o pai, lembrando que o filho começou a trabalhar ainda aos 15 anos.

Na semana seguinte ao assassinato de um adolescente no bairro Joaquim Távora, ele deveria ser contratado por um time de futebol cearense. “O sonho dele era ser jogador de futebol”, conta a avó, ressaltando que o neto já havia passado por três fases eliminatórias da seleção para o clube e estava apenas esperando a convocação.

O sonho de ser atleta acabou precocemente também para o filho mais velho de uma moradora do Conjunto São Miguel, em Messejana, local conhecido pelos conflitos entre os grupos rivais das comunidades Coqueirinho e Mangueira. No dia 15 de fevereiro de 2015, o garoto foi uma das vítimas dos vários homens que, dentro de carros, atiraram indiscriminadamente sobre os adolescentes que estavam nas calçadas.

No Parque Dois Irmãos, outro adolescente de 17 anos deu adeus, no dia 29 de setembro de 2015, à aspiração de ser jogador de futebol de um clube local. O desejo foi sepultado com ele, ao ser assassinado após um histórico conturbado, que envolveu tentativas de suicídio, ausência paterna, abandono escolar, assassinatos de um tio e de mais cinco amigos, medidas socioeducativas pela prática de roubos... até a morte trágica, como foi a própria vida. Para esses e tantos outros adolescentes, os sonhos acabaram cedo demais, virando apenas uma quimera, a esperança que não foi possível alcançar.

A VIDA SOB AMEAÇA VIVER COM MEDO É VIVER PELA METADE

É tempo de viver plenamente. A vida se expressa com todo vigor durante a infância, a adolescência e a juventude. Mas quem vive num contexto de violência não sente a vida pulsando em toda sua potência. O temor torna a vida um movimento incompleto. Viver com medo é viver pela metade.

Muitos adolescentes que foram vítimas ou autores de homicídios no Ceará em 2014 e 2015 já tinham sofrido ameaças e atentados, conforme constatou a pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. O levantamento feito junto a familiares das vítimas em Fortaleza revelou que pelo menos 37% dos mortos haviam passado por tentativa de assassinato. Já as entrevistas com os meninos acusados pela morte de outra pessoa apontaram que 56% deles sofreram tentativa de homicídio.

Apesar dessa realidade, ainda há um desconhecimento muito grande sobre o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Ppcaam)²⁵. Entre as famílias dos adolescentes assassinados que foram entrevistadas pelos pesquisadores do comitê, o programa é um dos menos conhecidos entre várias instituições apresentadas no momento da entrevista. Em Fortaleza, o programa só não é mais desconhecido do que os serviços de acolhimento institucional da sociedade. Em Eusébio, Juazeiro do Norte e Sobral, ele aparece em primeiro lugar como o menos conhecido pelos familiares.

“Não se deve dar importância só às ameaças, mas também às agressões físicas”, pondera a consultora do comitê, psicóloga Ângela Pinheiro. As mortes se concretizam, em geral, após uma sequência de intimidações, alertas expressos ou sutis, advertências públicas ou em particular, amedrontamentos claros ou velados, agressões ou tentativas claras de homicídio, que comprometem o convívio familiar e social e impedem a vivência de experiências fundamentais, como estar com os familiares e amigos ou frequentar a escola.

No bairro Serrinha, um adolescente foi morto supostamente por engano, segundo a mãe, mas ela conta que ele já havia sofrido ameaça e tentativa de homicídio no próprio estabelecimento de ensino. “Uma vez, a diretora ligou do colégio dizendo que queriam matar ele, e eu pensei que era trote. Depois disso, ele deixou de ir pra escola. Ele ficou com medo, mas, depois que começou a namorar, perdeu o medo”.

As ameaças atingem o adolescente, mas também os parentes, por curtos ou longos períodos, como aconteceu a uma família no bairro Autran Nunes. “A mãe relata que a morte do

25. O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Ppcaam) atende crianças e adolescentes ameaçados de morte e também os familiares. As vítimas podem ser inseridas no programa por meio de solicitação encaminhada pelo Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário. O programa foi criado em 2003, como uma das estratégias do Governo Federal para o enfrentamento da letalidade infantil-juvenil, mas instituído oficialmente apenas em 2007. No Ceará, o programa só começou a funcionar em 2013, por meio do Decreto Estadual nº 31.190.

DAVI PINHEIRO



filho não foi apenas num dia, mas se arrastou por anos, em ameaças constantes que recebia após ter denunciado, quando criança, o autor do assassinato de um primo dele”, descreve a pesquisadora Ticiania Santiago.

As ligações telefônicas para o adolescente e os familiares tornaram-se frequentes e as repercussões na vida do garoto se manifestaram de várias formas, como o impedimento de ir para as escolas do bairro e a necessidade de mudar de endereço. As irmãs estudavam e trabalhavam, mas ele não conseguiu. “A mãe afirma não ter tido apoio da escola ou de qualquer serviço público para ajudar a proteger e formar seu filho, apenas contou com a família, que construiu com suas próprias mãos e muitas promissórias uma casa para ele no interior do Ceará”, acrescenta a pesquisadora.

As ameaças obrigaram o adolescente a sair cidade, mas ele demorou pouco tempo fora, pois os laços familiares eram bastante fortes. “Ele era carismático, alegre, vivo, sabia tratar com todo mundo, conseguia o que quisesse da gente. Sabia conversar com todo mundo, sobre tudo. Não tinha vizinho nem criança que não adorasse ele, que conseguisse ficar perto sem rir das brincadeiras que ele fazia com todo mundo. Ele era carinhoso, sonhador... Mesmo com tudo isso, ele dizia que queria sempre ficar perto de mim, das meninas (irmãs)... Até tatuou meu nome no braço – eu briguei, ele disse que estava no coração também, aí eu não resisti”, relata a mãe, entre lágrimas, as poucas que se permite compartilhar, conforme aponta Ticiania Santiago, também psicóloga.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

Diante de um pôster dos familiares, todos abraçados, sorrindo, com o jovem no centro, ao lado das irmãs e da mãe, ela indaga à pesquisadora: “Você é capaz de ver um marginal aí? Eu te digo: ele não roubava, não matava, queria muito da vida e adorava viver, mas sabia que ia morrer. Ele era atormentado com as ameaças que recebia. Na semana que ele morreu, ele sabia que ia ser logo. Foi na praia com a namorada, sentou a cabeça no colo dela e chorou. Aqui, riu o mais que pôde com a gente. Eu sabia que ele não estava bem, mas ele não disse nada para não nos preocupar, e depois só tive a notícia, mas não acreditei!”

O histórico de ameaças é uma realidade comum aos contextos de violência, representando, portanto, um sistema de alertas concretos para intervenções que podem evitar mortes. Em Sobral, como estratégia de segurança, muitos meninos ameaçados também já precisaram deixar o lugar onde moram. Um educador social revela que, se o próprio irmão não tivesse mudado de cidade, iria morrer também. Em outras situações, não adianta trocar de endereço. No mesmo município, um adolescente chegou a se transferir de um bairro para outro, mas foi assassinado nesta outra localidade. De acordo com um servidor do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), o adolescente havia se envolvido com a mulher do traficante e, por isso, estava ameaçado.

Os crimes ganham, às vezes, contornos passionais, em função de relacionamentos com as namoradas, companheiras ou esposas dos traficantes de drogas, mas são outras experiências, anteriores ou atuais, de envolvimento com o uso de entorpecentes e a dívida com o tráfico, que aparecem como motivo recorrente de assassinatos. E quanto maior a demora para pagar o débito, mais o risco aumenta, para quem deve e também para quem cobra.

O histórico de violência e vinculação com o mercado ilícito das drogas já tinha causado a um adolescente do Parque Dois Irmãos, em Fortaleza, uma tentativa de homicídio no mesmo ano em que foi morto. “A mãe diz que não sabia das ameaças através dele, mas por ouvir dos outros, e por isso desconhecia a origem, pois ele estava envolvido com tráfico, gangues...”, reporta a pesquisadora Auxiliadora de Paula.

“A irmã conta que dizia para ele:

– A mãe tá chorando, preocupada contigo.

– Ah... Tá chorando porque quer.

E, às vezes, reclamava:

– Ô, meu Deus do céu! A mãe só sabe olhar pra mim chorando!”

Era o que restava, como ainda é. A sucessão de agressões físicas, roubos e assaltos, o último inclusive na residência de um coronel da Polícia Militar, como referido pela família, causou muita perturbação a todos. “A mãe conta que, dos amigos dele que morreram, a família dela foi a que sofreu mais, pois teve até

de sair de casa, em função de ameaças que o jovem recebia”, relata Auxiliadora de Paula. De acordo com o depoimento emocionado da mãe, os familiares se espalhavam pelas residências de amigos e parentes, mas o rapaz permanecia em casa, subestimando o perigo iminente. “Ele não acreditava nas ameaças, pois dizia que não estava devendo nada a ninguém, mas a família nos mostrou marcas de tiros na parede de dentro de casa”, constatou a pesquisadora.

Foi provavelmente por ter feito cobranças relacionadas a alguma dívida com o tráfico de drogas que uma adolescente no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, também passou a receber ameaças, embora a mãe não tenha esclarecido o que aconteceu de fato. As intimidações não tiveram vinculação aparente com a morte da menina, atingida a tiros enquanto estava com o namorado, também envolvido com práticas ilícitas e suposto alvo dos agressores. Mas nem por isso as ameaças deixaram de servir de alarme e de causar repercussões na vida da menina e da família. “Por causa das ameaças, ela precisou passar seis meses no interior do Estado com parentes. E a família também sofreu consequências, sendo ameaçada com tiros na residência. A mãe nos mostrou as marcas de bala no portão de entrada, bem próximo de onde estávamos sentados”, descreve a pesquisadora Ana Paula Neves.

Como se percebe, quando a violência não deixa sinais no corpo, ela ficava registrada no ambiente onde os adolescentes estavam, aumentando o medo e reforçando a lembrança do perigo. Em Juazeiro do Norte, o padrasto de um adolescente assassinado também mostra os resquícios do tiro que atravessou o portão de casa e danificou a parede da sala. O atravessamento é real e simbólico. “No dia, o irmão dormia de rede na sala, próximo ao portão, mas, por sorte, ninguém foi atingido. O padrasto acredita que as tentativas de homicídios foram decorrentes de conflitos com traficantes e dívidas com o tráfico de drogas”, pontua a pesquisadora.

Se é uma suspeita para o padrasto do adolescente morto em Juazeiro do Norte, não resta dúvida para a mãe de um garoto assassinado no Planalto Ayrton Senna, em Fortaleza. “Ela nos conta que seu filho tinha o costume de traficar para um grupo e, depois de um tempo, passou a traficar para outro grupo, o que acabou acarretando num grande conflito de disputa de território, que resultou na morte do adolescente”, relata a pesquisadora Josileine Araujo. O homicídio aconteceu três meses após ele ter revelado à mãe que era usuário de drogas.

Apesar do susto inicial e mesmo com as diversas tentativas de desvencilhar o filho do consumo de drogas, que incluíam conversas, repreensões e também agressões físicas, não adiantou. As consequências foram irreversíveis. “A mãe relata que o filho sempre andava assustado. Quando alguma voz estranha chamava na porta da casa, ele nunca atendia, sempre pedia à

DAVI PINHEIRO



Pesquisadora Joyce Hilário cruza rua onde garoto foi morto em Sobral quando estava na calçada que divide territórios em conflito

mãe ou à irmã para atender, e nessas situações, o medo e a angústia atormentavam a família”, traduz a pesquisadora.

Nos três meses que antecederam ao assassinato, a sensação de insegurança e de medo que tomava conta do adolescente era indisfarçável, e a fala era de quem previa o que estava por acontecer e, por isso, ia se despedindo aos poucos dos entes queridos. “Mãe, se alguma coisa acontecer comigo, saiba que eu amo muito a senhora, que eu sei que quem mais reza por mim é a senhora, que os melhores conselhos é a senhora que dá”, lembra a mãe, com a voz embargada, tomada pela saudade, mas também pela negação da difícil realidade.

Medo e incerteza se confundem com uma “espera” angustiante pela morte, como também se percebe no relato da mãe de um adolescente assassinado no Conjunto Esperança. Ali, a esperança é ao revés. “A mãe conta que, no período do assassinato do filho, sentiu ele estranho, como se já soubesse do que aconteceria – não falava de ameaça, mas dizia que poderia acontecer qualquer coisa com ele”, descreve a pesquisadora Claudia Costa. No dia fatídico, o adolescente estava indo deixar a namorada de bicicleta no trabalho. “Ele já havia percebido uma movimentação estranha por perto e mandou ela correr. Ele correu para o lado oposto. Foi quando atiraram. A namorada diz não ter visto ninguém, mas que ele já esperava por aquilo”. Como se já não fosse tanto, a mãe do adolescente deixa subentendido que o filho mais velho também já foi ameaçado por dívidas com o tráfico.

SEM PROTEÇÃO**Pesquisa com familiares de adolescentes assassinados**

INSTITUIÇÕES MAIS E MENOS CONHECIDAS		
Caucaia	Conhece	Não conhece
Acolhimento institucional público	6,67%	93,33%
Acolhimento institucional da sociedade civil	26,67%	73,33%
Centro de Referência da Assistência Social - Cras	100%	0%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	80,00%	20,00%
Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas	20,00%	80,00%
Centro Educacional	60,00%	40,00%
Conselho Tutelar	100%	0%
Defensoria Pública	53,33%	46,67%
Delegacia de Polícia	100%	0%
Juizado da Infância e da Juventude	66,67%	33,33%
Ministério Público	53,33%	46,67%
Organização da sociedade civil - ONG	26,67%	73,33%
Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - Ppcaam	26,67%	73,33%

Eusébio	Conhece	Não conhece
Acolhimento institucional público	12,50%	87,50%
Acolhimento institucional da sociedade civil	0%	100%
Centro de Referência da Assistência Social - Cras	87,50%	12,50%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	100%	0%
Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas	37,50%	62,50%
Centro Educacional	50%	50%
Conselho Tutelar	87,50%	12,50%
Defensoria Pública	87,50%	12,50%
Delegacia de Polícia	100%	0%
Juizado da Infância e da Juventude	75,00%	25,00%
Ministério Público	62,50%	37,50%
Organização da sociedade civil - ONG	0%	100%
Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - Ppcaam	0%	100%

Fortaleza	Conhece	Não conhece
Acolhimento institucional público	25,34%	74,66%
Acolhimento institucional da sociedade civil	16,44%	83,56%
Centro de Referência da Assistência Social - Cras	86,30%	13,70%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	67,12%	32,88%
Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas	34,25%	65,75%
Centro Educacional	63,70%	36,30%
Conselho Tutelar	87,30%	13,70%
Defensoria Pública	70,55%	29,45%
Delegacia de Polícia	94,52%	5,48%
Juizado da Infância e da Juventude	67,12%	32,88%

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

INSTITUIÇÕES MAIS E MENOS CONHECIDAS		
Fortaleza	Conhece	Não conhece
Ministério Público	51,37%	48,63%
Organização da sociedade civil - ONG	36,99%	63,01%
Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - Ppcaam	23,97%	76,03%

Horizonte	Conhece	Não conhece
Acolhimento institucional público	0%	100%
Acolhimento institucional da sociedade civil	0%	100%
Centro de Referência da Assistência Social - Cras	88,89%	11,11%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	88,89%	11,11%
Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas	22,22%	77,78%
Centro Educacional	44,44%	55,56%
Conselho Tutelar	77,78%	22,22%
Defensoria Pública	44,44%	55,56%
Delegacia de Polícia	100%	0%
Juizado da Infância e da Juventude	22,22%	77,78%
Ministério Público	11,11%	88,89%
Organização da sociedade civil - ONG	11,11%	88,89%
Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - Ppcaam	11,11%	88,89%

Maracanaú	Conhece	Não conhece
Acolhimento institucional público	50,00%	50,00%
Acolhimento institucional da sociedade civil	14,29%	85,71%
Centro de Referência da Assistência Social - Cras	100,00%	0%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	92,86%	7,14%
Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas	64,29%	35,71%
Centro Educacional	92,86%	7,14%
Conselho Tutelar	100,00%	0%
Defensoria Pública	85,71%	14,29%
Delegacia de Polícia	100%	0%
Juizado da Infância e da Juventude	85,71%	14,29%
Ministério Público	92,86%	7,14%
Organização da sociedade civil - ONG	42,86%	57,14%
Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - Ppcaam	42,86%	57,14%

Juazeiro do Norte	Conhece	Não conhece
Acolhimento institucional público	14,71%	85,29%
Acolhimento institucional da sociedade civil	23,53%	76,47%
Centro de Referência da Assistência Social - Cras	55,88%	44,12%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	44,12%	55,88%
Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas	26,47%	73,53%
Centro Educacional	61,76%	38,24%
Conselho Tutelar	55,88%	44,12%
Defensoria Pública	47,06%	52,94%

INSTITUIÇÕES MAIS E MENOS CONHECIDAS		
Juazeiro do Norte	Conhece	Não conhece
Delegacia de Polícia	85,29%	14,71%
Juizado da Infância e da Juventude	44,12%	55,88%
Ministério Público	32,35%	67,65%
Organização da sociedade civil - ONG	17,65%	82,35%
Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - Ppcaam	2,94%	97,06%

Sobral		
	Conhece	Não conhece
Acolhimento institucional público	48,65%	51,35%
Acolhimento institucional da sociedade civil	24,32%	75,68%
Centro de Referência da Assistência Social - Cras	94,59%	5,41%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	75,68%	24,32%
Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas	32,43%	67,57%
Centro Educacional	64,86%	35,14%
Conselho Tutelar	83,78%	16,22%
Defensoria Pública	59,46%	40,54%
Delegacia de Polícia	91,89%	8,11%
Juizado da Infância e da Juventude	56,76%	43,24%
Ministério Público	45,95%	54,05%
Organização da sociedade civil - ONG	24,32%	75,68%
Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - Ppcaam	18,92%	81,08%

Pesquisa com adolescentes acusados de homicídios

INSTITUIÇÕES MAIS E MENOS CONHECIDAS		
	Conhece	Não conhece
Acolhimento institucional público	20,66%	79,34%
Acolhimento institucional da sociedade civil	12,40%	87,60%
Centro de Referência da Assistência Social - Cras	65,29%	34,71%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	66,94%	33,06%
Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas	37,19%	62,81%
Centro Educacional	97,52%	2,48%
Conselho Tutelar	87,60%	12,40%
Defensoria Pública	65,29%	34,71%
Delegacia de Polícia	100%	0%
Juizado da Infância e da Juventude	54,55%	45,45%
Ministério Público	57,02%	42,98%
Organização da sociedade civil - ONG	28,93%	71,07%
Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - Ppcaam	13,22%	86,78%

A PAZ COMEÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA POR UM CONTEXTO DE NÃO-VIOLÊNCIA DESDE OS ANOS INICIAIS DE VIDA

A primeira infância é o período entre a pré-concepção e o fim do sexto ano de vida, quando se estabelecem as bases do desenvolvimento físico e motor, emocional, cognitivo e social. Em várias partes do mundo, estudos buscam identificar se o que acontece desde antes da fusão do espermatozoide com o óvulo até os sete anos incompletos pode predispor o comportamento em outros períodos da vida.

Quais as repercussões das situações de estresse no momento da concepção, em fases precoces da gravidez, durante o parto e nos primeiros anos de vida? Os grupos de pesquisa em psicologia e psicanálise, voltados aos estudos de psicologia anteparto ou transparto, ao acompanhamento da relação mãe-bebê ou à observação de crianças ainda pequenas, procuram compreender quais as influências na conduta da criança, do adolescente e do jovem que passaram por situações adversas antes, durante ou depois do nascimento.

“Na perspectiva da psicologia histórico-cultural, muito embora a primeira infância seja extremamente importante para o desenvolvimento infantil, o desenvolvimento é processual e se dá ao longo de toda a vida, sem o determinismo de que tudo já está definido na primeira infância, limitando, e muito, as possibilidades de intervenção a partir desse período”, observa a psicóloga Ângela Pinheiro, uma das fundadoras do Núcleo Cearense de Pesquisas e Estudos sobre a Criança (Nucepec), da Universidade Federal do Ceará, e consultora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Para o campo das ciências sociais e dos direitos humanos, representa um grande risco apontar nexos de causalidade entre vivências do passado e comportamentos no presente ou no futuro. “Minha origem não é o meu destino”, argumenta o deputado estadual Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência e ativista de direitos humanos na área da infância e adolescência há mais de duas décadas. O ser humano está em permanente e progressiva constituição²⁶, o que implica possibilidades várias de transformação. O comportamento é modelado desde o nascimento, sob a influência do outro, no convívio e interação com ele. É a própria dinâmica da vida em sociedade.

A idade de zero a seis anos é um período especial por excelência, daí a necessidade de planejamento e execução de políticas públicas que garantam o fortalecimento e a continuidade de programas, projetos e ações para a atenção mais adequada

26. Citação ao livro *O processo civilizador: uma história dos costumes*, do sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), que reflete sobre a relação entre a vida das pessoas e as estruturas sociais, concluindo que nenhum ser humano nasce pronto e acabado. “Elias consegue mostrar, pela análise de documentos da experiência histórica (portanto, com evidência empírica) que as estruturas de personalidade e as estruturas sociais se desenvolvem em uma “inter-relação indissolúvel”, que as mudanças nas estruturas de personalidade ocorrem em conjunto com as mudanças nas configurações sociais”, apontam os sociólogos Bernardo Caprara e Janine Prandini Silveira, no artigo *O processo civilizador*, de Norbert Elias.

DAVI PINHEIRO



Paz pela paz? Aos olhos de uma criança o apagar de um símbolo no portão da casa onde morava um adolescente assassinado em Caucaia

possível à criança nessa faixa etária e também à família, sem que isso represente uma limitação de investimentos na adolescência e na juventude. “O cuidado é mais social e menos biológico. Se você nutre as necessidades básicas de um indivíduo, você supera uma série de outras questões”, avalia Renato Roseno.

A neurociência já aponta que o amadurecimento do cérebro humano se estende até a idade adulta, mas é durante a primeira infância que o órgão desenvolve a maioria das ligações entre os neurônios. De acordo com a Rede Nacional Primeira Infância, 70% do desenvolvimento cerebral acontece até os três anos de idade, o período conhecido como primeiríssima infância. Segundo o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), 90% das células do cérebro são formadas antes do nascimento e nos sete anos seguintes e trilhões de conexões entre os neurônios – as chamadas sinapses²⁷ – acontecem logo depois do nascimento.

Os anos iniciais de vida constituem uma janela de oportunidades. “Está comprovado cientificamente que é na primeira infância que a criança desenvolve grande parte do potencial mental que terá quando adulto. A atenção integral nessa faixa etária influencia no sucesso escolar, no desenvolvimento de fatores de resiliência e autoestima necessários para continuar a aprendizagem, na formação das relações e da autoproteção requeridas para independência econômica e no preparo para a vida familiar”, cita o Unicef, reconhecendo que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento integral de meninas e meninos.

27. Sensações, pensamentos, reações, movimentos, aprendizagem, memória e demais atividades humanas não poderiam acontecer sem que houvesse a comunicação entre os neurônios, células do sistema nervoso. Essa comunicação é feita pelas sinapses, responsáveis pela transmissão das informações adquiridas durante a existência, que precisam ser decodificadas em diferentes partes do cérebro.

O Relatório de Normas Internacionais de Prevenção ao Uso de Drogas, lançado em 2013 pelo Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas, traz uma lista com várias experiências adotadas em diferentes países incluindo estratégias que começam antes do nascimento. “Ou seja, algumas nações já conseguem, no pré-natal de mulheres, reduzir o uso problemático de drogas entre adolescentes e jovens no futuro, isso validado cientificamente”, destaca o médico psiquiatra Rafael Baquit, representante da Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda).

As condições de proteção, nutrição e educação podem gerar benefícios que tanto asseguram o desenvolvimento intelectual e diminuem as possibilidades de repetência, abandono ou evasão escolar quanto promovem a formação de um indivíduo preparado para lidar com os desafios do cotidiano, respeitar as diferenças e resolver os conflitos de forma pacífica. A educação infantil é primordial para complementar a ação da família no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social.²⁸

A importância da educação e da família nos anos iniciais de vida é assinalada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no estudo “Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios”, entre eles os municípios cearenses Sobral, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Caucaia e Fortaleza.

A pesquisa se refere a um conjunto de problemas, que obviamente pode variar de uma pessoa a outra, mas que serve para ilustrar o caráter dinâmico de como a deficiência no processo educacional desde a mais tenra idade pode acarretar transgressões e atos infracionais na adolescência. “Os problemas comportamentais da primeira infância, como dificuldade de temperamento, hiperatividade, agressividade e tendências ao isolamento, muitas vezes são resultados não apenas de um processo educacional defeituoso, em que os pais não orientaram, supervisionaram e motivaram corretamente suas crianças, mas podem ser consequências de um ambiente familiar não saudável, quando há, por exemplo, situações de maus-tratos e de violência doméstica”.

O afeto e a educação até os seis anos fazem uma diferença considerável durante a existência. A criança se desenvolve de acordo com o ambiente em que é criada, por mecanismos de imitação, identificação e internalização do outro, daí a importância de crescer sob vínculos protetivos e noções de respeito ao próximo, com oportunidades de acesso a creche ou escola que estimule o desenvolvimento psicossocial e onde não esteja em contato com a violência. “Mas se reduzirmos a questão apenas à primeira infância, as intervenções junto a crianças a partir da se-

28. O projeto de lei que prevê a implantação do Marco Legal da Primeira Infância foi sancionado em março de 2016 pela presidenta Dilma Rousseff. A proposta define que crianças de zero a seis anos de idade terão prioridade no atendimento das políticas públicas, especialmente meninos e meninas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O Marco Legal da Primeira Infância cria um conjunto de planos, programas e serviços que visam à garantia do desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária. A nova lei prevê a criação de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, com abordagem e coordenação intersetorial (educação, saúde, assistência social, entre outros) e corresponsabilidade da União, dos estados e dos municípios.

O Marco Legal da Primeira Infância estabelece o Orçamento Primeira Infância. A medida estipula que a União informe à população sobre os recursos investidos em programas e serviços voltados à primeira infância e que também recolha informações sobre os valores aplicados pelos estados e municípios, facilitando o monitoramento da sociedade sobre o valor destinado pelo poder público para a área.

A nova lei altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para proibir a propaganda de bebidas, inclusive não alcoólicas, e alimentos pobres em nutrientes, com alto teor de açúcar, gordura ou sal, conforme regulamentação da Vigilância Sanitária. A publicidade infantil na televisão no horário de 8 às 18 horas também está proibida.

gunda infância, adolescência e juventude podem parecer de quase ou nenhuma valia”, adverte a psicóloga Ângela Pinheiro. O ser humano, ao longo da existência, tem a capacidade de reinventar a própria história e traçar uma nova trajetória de vida a partir das oportunidades que acessar.

“A raiz do problema está na infância. Se a criança for protegida, não vai ter adolescente matando e morrendo”, considera a educadora social Lúcia Angelo, consultora do programa Claves Brasil, que se constitui como uma proposta de trabalho para a prevenção dos maus-tratos na infância e na adolescência e promoção de bons tratos na família. “Se reduzirmos a questão apenas à primeira infância, as intervenções junto a crianças a partir da segunda infância, adolescência e juventude podem parecer de quase ou nenhuma valia”, adverte a psicóloga Ângela Pinheiro. O ser humano, ao longo da existência, tem a capacidade de reinventar a própria história e traçar uma nova trajetória de vida a partir das oportunidades que acessar.

VACINAS CONTRA A VIOLÊNCIA: FATORES DE PROTEÇÃO

A primeiríssima infância corresponde aos primeiros mil dias de vida, ou seja, até por volta dos três anos de idade. O Instituto Zero a Seis, em parceria com a Fundação Instituto de Administração, por meio do Programa de Estudos do Futuro, realizou uma pesquisa intitulada *Identificação de vacinas contra a violência na primeira infância*, divulgada em 2010, apontando fatores de risco, mas também fatores de proteção mais importantes, ou seja, as “vacinas” que devem ser “aplicadas” nesse período da vida para prevenir comportamentos violentos ou socialmente desajustados.

Os fatores de risco levantados pela pesquisa são sexualidade precoce, exposição ao sofrimento físico, insuficiência de valores e limites, violação de direitos, insuficiência de conhecimento pela família sobre a dimensão dos cuidados de zero a seis anos, exposição midiática inadequada para a faixa etária, ausência de estrutura familiar e de vínculo afetivo e não atendimento às necessidades básicas.

Os fatores de proteção sugeridos pelo levantamento são acompanhamento pré-natal, educação para formação de valores, capacitação de cuidadores – pais, professores, entre outros –, cuidados básicos com a alimentação, acesso à educação – com brinquedoteca, escola e biblioteca –, estrutura familiar sadia, acesso ao lazer e à arte para o desenvolvimento da criatividade e expressão e estímulo ao desenvolvimento emocional e cognitivo.

DAVI PINHEIRO



Entender o desenvolvimento da criança contribui bastante para intervenções que minimizem fatores de risco e reforcem fatores de proteção. “O bebê pequenininho está em simbiose com a mãe. É fácil lidar com ele, se você atender as necessidades básicas dele, se der carinho... Até sete meses de idade, é um bebê muito dócil. Ao fim do primeiro ano de vida, ele passa por uma fase que se chama separação ou individuação, quando rompe a fusão com a mãe para se constituir como indivíduo. O desenvolvimento dele agora é no sentido de buscar autonomia”, explica Almir de Castro Neves, médico pediatra, especialista em adolescentes e professor do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Entre um e três anos de idade, a criança tende a reagir com todas as forças que tem sempre que sentir que outras pessoas ferem a autonomia que ela está buscando. “Você já deve ter visto no *shopping* um menino de um ano e meio deitado no chão, batendo as pernas, fazendo um escândalo, porque a mãe o frustrou por algum motivo. Se ele for levado ao médico, não deixa o médico examinar. Se for levado pra cortar o cabelo, não deixa o barbeiro cortar. Ele não tem medo, mas é porque vai ferir a autonomia dele”, esclarece o médico.

É um período que coincide com fases muito rudimentares de linguagem verbal, segundo o pediatra. A criança ainda não tem a capacidade de se expressar bem e pode substituir a falta de expressão oral pela agressividade. “Pra conseguir alguma coisa, ela agride, bate, empurra... Os profissionais de creche devem ter



estratégias para lidar com isso. É um comportamento próprio da idade, mas eles não devem fazer ações de reforço positivo. Quem trabalha com educação infantil deve conhecer esse detalhe. Isso vem de casa, mas pode ser aprimorado na escola, que é um lugar de socialização fora da família. Ali, os direitos são iguais”.

Muitas vezes, a criança pequena tem uma dificuldade maior no convívio social porque não recebeu da família as primeiras noções de limite e respeito ao próximo. “Qual a maior crítica à família moderna? É a permissividade. Em casa, o menino é rei, todo mundo está em função dele, admitindo determinadas condutas sociais dele. Ele bate no pai, ninguém fala nada; dá *show*; as pessoas dão o que ele quer... Mas, na escola, isso não vai acontecer. Se a família não preparou minimamente a criança, ela vai ter um começo difícil na escola. Se as pessoas lidarem bem com ela em relação a isso e, na medida em que ela desenvolve a linguagem, a tendência é que essa agressividade vá sendo controlada”, observa o professor do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Entre três e seis anos, a tendência é que a agressividade caia progressivamente, mas algumas crianças mantêm um nível ainda alto que se exacerba pelos anos seguintes e principalmente na adolescência. “Existe uma agressividade dentro de todas as pessoas, mas, na medida em que a criança recebe uma orientação adequada, ela canaliza essa agressividade para um lado bom”, conclui o especialista em adolescência.

O entorno é fundamental para evitar ou mudar a trajetória de violência. Quando a agressividade extrapola os limites do que é considerado aceitável no ambiente familiar e no convívio social e passa a se confundir com manifestações de violência propriamente dita, é provável que seja sintoma de outro problema. Diversos estudos indicam que a violência sofrida na infância é reproduzida em outros períodos da vida. Maus-tratos a crianças podem estar na origem do comportamento violento de muitos adolescentes, jovens e adultos.

“A chance de um adolescente cometer atos violentos com armas de fogo é praticamente o dobro se ele foi uma criança que testemunhou atos desse tipo. O fator violência na infância apresentou-se muito mais importante para determinar a agressividade na adolescência do que a pobreza, o uso de drogas ou o fato de o jovem ter sido criado por apenas um de seus pais”, constatou uma pesquisa realizada pela Universidade de Harvard. “Adolescentes que foram testemunhas de violência armada têm duas vezes mais chances de cometer atos violentos que os demais”, concluiu outro estudo, publicado pela Universidade de Michigan.

Pesquisas anteriores e posteriores aos estudos apresentados por essas duas universidades estadunidenses comprovam que vivências na infância, seja como vítima da brutalidade, seja como

testemunha de pais espancando mães, ensinam crianças a se tornarem adultos que procuram resolver problemas com violência e não de forma persuasiva. “Esse ambiente de formação é a antessala do crime”, avaliam Antônio Rangel Bandeira e Josephine Bourgois, no livro publicado pelo Instituto Sou da Paz, *Armas de fogo: proteção ou risco?*.

A superexposição de crianças à violência, inclusive pela mídia, não deve ser subestimada. Na mais recente Pesquisa Brasileira de Mídia, 95% dos entrevistados afirmaram ver televisão. O levantamento, encomendado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, identificou que 73% dos pesquisados têm o hábito de assistir televisão diariamente e que o tempo, em média, que os brasileiros ficam diante do televisor, de segunda a sexta-feira, chega a 4h31min por dia.

Os números ganham uma dimensão muito maior para o universo infantil, que não foi pesquisado, pois as entrevistas domiciliares foram aplicadas a 18.312 pessoas maiores de 16 anos. *Os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*, como foi intitulado o levantamento, são reproduzidos via adultos para as crianças numa amplitude ainda mais significativa, considerando-se que muitos pais e mães, enquanto se dedicam às tarefas domésticas ou a outros afazeres, deixam os filhos pequenos por horas a fio entretidos com a telinha. É uma forma perniciosa de entretenimento para os pequenos.

“As crianças ficam expostas durante longo tempo do dia a uma programação de televisão completamente inadequada. Qualquer indivíduo numa sociedade tão midiaticizada nasce e cresce influenciado por diversos signos que vão além do que a família oferece”, destaca o deputado estadual Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência e ex-coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Cedeca-Ceará.

Os fatores de risco estão relacionados à agressividade, à violência e à delinquência, mas também ao comportamento sexual de risco, à depressão, ao suicídio, a outras formas de adoecimento e ao uso nocivo de substâncias psicoativas. É o que atestam estudos avalizados pelo Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas no *Relatório de Normas Internacionais de Prevenção ao Uso de Drogas*, lançado em 2013. “É muito interessante quando o relatório comenta que muitos dos fatores de risco e proteção fogem totalmente do controle do indivíduo. Precisa realmente que a comunidade, os pais, o Estado, as políticas públicas se envolvam, porque o jovem muitas vezes não vai ter condições de manejar esses fatores”, observa o médico psiquiatra Rafael Baquit, representante da Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda).

Embora o senso comum insista em responsabilizar os próprios indivíduos pelos rumos que trilham na vida, como se fossem unicamente escolhas pessoais, as evidências científicas demonstram que a dimensão individual não é determinante. As dimensões familiar, comunitária e institucional é que vão fornecer à pessoa os fatores de risco ou proteção, ainda mais na infância e na adolescência, períodos especiais de desenvolvimento.

Ao contrário do que se acreditava até o início deste século, o cérebro não se forma completamente até os 12 anos. O amadurecimento do órgão só termina bem mais tarde, o que pode esclarecer, segundo alguns cientistas, por que muitos garotos demoram a raciocinar e a se comportar como adultos. “A maturação do cérebro humano segue pela adolescência e pode continuar até a idade adulta”, diz a neurocientista Sarah-Jayne Blakemore, da Universidade de Londres. “Dez anos atrás, sabíamos pouco sobre o cérebro adolescente. Avançamos muito graças às novas tecnologias de imagem, feitas por ressonância magnética”, complementa.

Na dificuldade de compreender o comportamento adolescente e na falta de conhecimento mais aprofundado sobre um período da vida repleto de transformações, os adultos tendem a reproduzir a explicação bastante recorrente de que tudo se resume à ebulição dos hormônios. A neurocientista Suzana Herculano-Houzel, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), contraria a tese reducionista no livro *O cérebro em transformação*. “Existe apenas um hormônio importante na adolescência, o sexual, e por si só ele não explica outros comportamentos típicos da faixa etária, como a sociabilidade e a propensão ao risco. Quem comanda as mudanças da adolescência, inclusive a produção do hormônio sexual, é o cérebro”.

Há uma estrutura na base do cérebro chamada núcleo accumbens, considerada o centro do prazer e da recompensa. “A cada vez que se experimenta uma emoção positiva, essa emoção ativa o núcleo accumbens, onde são liberadas grandes quantidades de dopamina e se estabelece um circuito que induz à repetição da experiência. O núcleo accumbens do ser humano é ativado intensamente pelas emoções positivas decorrentes das experiências de vinculação, das experiências estéticas e espirituais e do contato íntimo com o ambiente natural”, explica Amanda Céspedes no livro *Educar as emoções*.

Especialista em neuropsiquiatria infantil na Universidade do Chile, a médica acrescenta que a capacidade de sentir prazer pode se perder em função de vários motivos, principalmente danos precoces nas estruturas do sistema límbico, responsável basicamente por controlar as emoções e os comportamentos sociais, ou a estados depressivos crônicos. “Quando isso ocorre, a capacidade da criança ou adulto de vivenciar

emoções positivas face às experiências descritas anteriormente fica bloqueada. Esta incapacidade provoca uma intensa dor psíquica e desencadeia uma procura compulsiva de fontes artificiais de prazer que permitam reativar o sistema neuronal de recompensa. Conseqüentemente, surgem comportamentos como o consumismo desenfreado, o prazer sexual desprovido de afeto, o consumo excessivo de substâncias químicas, como o álcool ou as drogas, e o jogo compulsivo, entre outros”, descreve Amanda Céspedes. Segundo ela, a dependência dos jogos de computador ou da televisão é frequentemente um sinal de que a criança ou o adolescente perderam a capacidade natural e saudável de sentir prazer, uma forma de pedir ajuda de forma desesperada.

“O adolescente novinho, aquele que ainda tem características de criança, normalmente tem algumas atividades que gosta muito. Um exemplo bem clássico é a Barbie, para a menina. É algo que ela elegeu na infância e que vai entrando um pouquinho na adolescência, que faz com que ela tenha grande prazer. Quando a criança entra na adolescência, em algum momento desse processo de maturação, ele modifica esse objeto de prazer, ou seja, ela já está adolescente, mocinha, então ela vai ter que colocar algo no lugar da Barbie que dê esse prazer intenso que ela sente”, ilustra Almir de Castro Neves.

O médico destaca que é um momento de muita vulnerabilidade na vida do adolescente. “Ele está aberto às experimentações, que podem incluir experiências de todo tipo, saudáveis ou não. É aí que entram os fatores de risco e proteção. Qual o ambiente em que ele vive e frequenta? Qual o grupo de amigos que ele gosta? Quais as atividades desse grupo de amigos? Ela tem um exemplo na família estruturada? É um momento de muita vulnerabilidade explicada do ponto de vista orgânico”, conclui o pediatra.

As vulnerabilidades na adolescência acontecem também pelas características próprias da idade. “Antes de desenvolver algumas habilidades, os adolescentes já estão sendo submetidos a essas solicitações. E normalmente, eles têm inexperiência em lidar com os próprios sentimentos e com os dos outros”, explica o especialista em adolescentes. “O que leva o adolescente para a questão do homicídio pode levar para a possibilidade de suicídio”. Daí a importância de diminuir os fatores de risco e aumentar os fatores de proteção.

O professor do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) se reporta ao estudo de um grupo canadense que inclui como fatores de risco a falta de informação e de incorporação de algumas aptidões, como tomada de decisão, assertividade e comunicação, mas também condições de vida degradantes e inexistência de programas e ações voltados para atender as necessi-





Interação entre pré-adolescentes em um dos Centros de Referência da Assistência Social de Horizonte: período de desenvolvimento biológico, emocional e social

dades de uma formação socialmente saudável. Os fatores protetores para não se instituir uma lógica de violência envolvem a dinâmica familiar, a diversificação de opções de vida, o rigor com a ética, o respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania, com acesso a condições dignas de educação e saúde.

O adolescente vive um processo de desenvolvimento biológico, mas também emocional e social. “Ele está em busca de autonomia e se preparando para se tornar adulto e responsável pelos seus próprios atos, para cuidar de si mesmo...”, aponta o psiquiatra Rafael Baquit. Nesse período de transmutação, o contato com as drogas pode causar um impacto muito grande na vida do adolescente, com repercussões imediatas ou de longo prazo. “Existem muitas pesquisas mostrando que o uso muito precoce de drogas, principalmente o uso de drogas pesadas, pode prejudicar e causar alguns danos no desenvolvimento dos jovens”, adverte o psiquiatra, sem deixar de

salientar que isso não justifica a atual política de proibição às drogas, já que eles continuam tendo acesso às substâncias lícitas e ilícitas e expostos aos eventuais riscos à saúde.

Um defensor da política de redução de danos em relação às drogas, o médico argumenta que é preciso diminuir as vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resistência e proteção dos adolescentes e jovens que ainda não experimentaram as substâncias. Em outras palavras: diminuir os fatores de risco e aumentar os fatores de proteção apontados pelas pesquisas endossadas pelo Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas no Relatório de Normas Internacionais de Prevenção ao Uso de Drogas.

“Eu comecei a trabalhar com a questão das drogas a partir da minha realidade, mas a minha realidade é de um jovem branco, de classe média e que teve uma série de fatores de proteção para não desenvolver problemas com drogas. Na verdade, as drogas me trouxeram até aqui, já que eu

tive uma rede de proteção, todo um apoio. Por que alguns jovens chegam até aqui, como eu, e outros entram nas estatísticas de morte?”, questionou Rafael Baquit, durante o primeiro seminário promovido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, do qual participou como palestrante.

Os fatores de risco incluem falta de conhecimento sobre drogas, negligência dos pais, abuso na infância, sofrimento ou transtorno mental, traços de personalidade e inexistência de vínculo com a escola. A vulnerabilidade aumenta também em função da fragilidade da relação com a comunidade, do crescimento em áreas pobres e marginalizadas e das normas sociais que favorecem o uso abusivo de substâncias psicoativas.

“A nossa sociedade tem uma cultura de uso de álcool maciça, que vangloria o álcool, que está acostumada a ter bebida alcoólica em to-

dos os seus eventos sociais. É um fator de risco para o qual não estamos atentando. Como é que os nossos jovens vão crescer e, simplesmente, não beber, se, para todo lugar que eles vão, as pessoas estão bebendo; se, todas as vezes que eles ligam a televisão, veem a propaganda que faz apologia ao uso de álcool?”, indaga Rafael Baquit.

Os fatores de proteção descritos pelas pesquisas consideram as habilidades pessoais e sociais, o apego aos pais, a inserção em famílias que cuidam dos filhos e demonstram que se preocupam com eles e a presença em escolas preparadas para enfrentar a questão e dialogar a respeito com os professores e os estudantes, além do próprio bem-estar psicológico, emocional e social dos adolescentes e jovens. “Quanto melhor eles vivem, mais protegidos estão em relação ao uso nocivo das drogas”, resume o psiquiatra.

FATORES DE RISCO

- Sexualidade precoce;
- Exposição ao sofrimento físico;
- Insuficiência de valores e limites;
- Violação de direitos;
- Insuficiência de conhecimento pela família sobre a dimensão dos cuidados de zero a seis anos;
- Exposição midiática inadequada para a faixa etária;
- Ausência de estrutura familiar e de vínculo afetivo;
- Não atendimento às necessidades básicas.
- Falta de conhecimento sobre drogas;
- Negligência dos pais;
- Abuso na infância;
- Sofrimento ou transtorno mental;
- Traços de personalidade;
- Inexistência de vínculo com a escola;
- Fragilidade da relação com a comunidade;
- Crescimento em áreas pobres e marginalizadas;
- Normas sociais que favorecem o uso abusivo de substâncias psicoativas.

Fonte: Identificação de vacinas contra a violência na primeira infância - 2010 Instituto Zero a Seis/Fundação Instituto de Administração-Programa de Estudos do Futuro

Fonte: Relatório de Normas Internacionais de Prevenção ao Uso de Drogas-2013 Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas

FATORES DE PROTEÇÃO

- Acompanhamento pré-natal;
- Educação para formação de valores;
- Capacitação de cuidadores – pais, professores, entre outros;
- Cuidados básicos com a alimentação;
- Acesso à educação – com brinquedoteca, escola e biblioteca;
- Estrutura familiar sadia;
- Acesso ao lazer e à arte para o desenvolvimento da criatividade e expressão e estímulo ao desenvolvimento emocional e cognitivo.
- Habilidades pessoais e sociais;
- Apego aos pais;
- Inserção em famílias que cuidam dos filhos e demonstram que se preocupam com eles;
- Presença em escolas preparadas para enfrentar a questão e dialogar a respeito com os professores e os estudantes;
- Bem-estar psicológico, emocional e social dos adolescentes e jovens.

Fonte: Relatório de Normas Internacionais de Prevenção ao Uso de Drogas - 2013 Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas

Fonte: Identificação de vacinas contra a violência na primeira infância - 2010 Instituto Zero a Seis/Fundação Instituto de Administração-Programa de Estudos do Futuro

O DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL E A RESILIÊNCIA

Ao longo de toda a primeira infância, a criança passa por aquisições, desde as mais primárias às mais complexas. O indivíduo já nasce com algumas potencialidades ou fragilidades, mas também é possível desenvolver habilidades e superar deficiências. Uma habilidade fundamental é a resiliência, uma aptidão inerente à pessoa, mas que também pode ser ativada e fortalecida.

“Há distintas abordagens, que vão de um enfoque basicamente individual àquelas que incluem o contexto e o outro como fundamentais. O ‘problema’ do enfoque individual é que responsabiliza o sujeito pelos fracassos e ‘livra’ o contexto maior”, observa a psicóloga Ângela Pinheiro, consultora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

A resiliência é a capacidade que um indivíduo apresenta para lidar com problemas, enfrentar crises, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas. Após experiências traumáticas, de perdas, rupturas e desafios, a pessoa consegue elaborar as situações e se recuperar diante delas. É uma habilidade de transformar vivências negativas em aprendizado e oportunidade de mudança.

Estimular a autoestima de crianças e adolescentes e garantir a eles o acesso à informação de qualidade constituem estratégia fundamental para desenvolver a resiliência, na avaliação do hebiatra Almir de Castro Neves. “Adolescente novinho é ávido por informações de qualidade. Se ele não tiver essas informações de qualidade, ele busca na *internet* ou troca no grupo, mas o grupo é extremamente fantasioso, acredita em tudo, não tem filtro e dissemina entre si, sem checagem, sem análise crítica. Dotar os adolescentes de informações de qualidade, com isenção e sem juízo de valor, e permitir que eles se coloquem e façam troca de informações, dá chance para se tornarem mais seguros”.

O médico propõe a disseminação de grupos informativos com adolescentes para discutir temas que eles próprios possam levar e, aos poucos, fornecer as informações de que precisam para tomar decisões mais acertadas na vida. “A partir de dez anos, você já pode tratar sobre sexualidade, drogas... Se dotar uma menina de informações de qualidade sobre relação sexual, transmissão de doenças, prevenção da gravidez, vai fazer com que ela retarde o início das relações e com que, quando ela comece, comece protegida. Quanto mais você informa, mais ela será responsável na hora de começar”.

Pais retrógrados interpretam que tratar ainda cedo sobre tais questões com os filhos pode ser uma forma de incentivá-los à experimentação de drogas ou ao início também precoce da vida sexual. “Mas se você não informar, eles vão receber informação de outra fonte – pode ser na *internet*, pode ser de um amiguinho ou

FELIPE ABUD



amiguinha, pode ser de um cara mal intencionado. Uma menina que se acha feia, as amigas todas estão transando, mas ela não, aí arruma um cara... Na hora da transa, ela timidamente sugere a camisinha, mas o cara não quer. Ela vai dizer que não tem transa? Vai transar desprotegida porque é insegura, as amigas já estão transando, ele é o único cara que apareceu na vida dela...”, exemplifica.

Em relação às drogas, o raciocínio é o mesmo: dotar os adolescentes de informações corretas. O médico afirma que é interessante não cair na tentação de fazer o que a publicidade fez durante muito tempo. “A propaganda negava o prazer das drogas. O adolescente descobre que é uma mentira. Agora, esse prazer é temporário e oferece um risco. A pessoa pode se tornar dependente. Ele tem que saber as consequências do uso da droga”, observa. “Na hora que o baseado chega ao grupo, o garoto pode não querer fumar, mas o grupo fica pressionando. Se ele não fumar, é ‘mulherzinha’, ‘filhinho de mamãe’... O pessoal vai debochar dele ou tirar ele do grupo, aí ele vai e fuma. Se ele tiver informação de qualidade e capacidade de dizer ‘não’ e manter o ‘não’: ‘não quero, não é o meu lance’... Mas, para isso, ele precisa ter a autoestima alta, precisa estar seguro”.

Há adolescentes que têm um empoderamento natural e que contagia os outros, mas a apropriação de conhecimentos, a conquista da autonomia e a capacidade de tomar decisões também podem ser estimuladas. “Quando eles sentem que a fala deles é respeitada por quem é mais velho, que eles são inseridos nos grupos em posição de igualdade com os outros, que eles podem expressar o pensamento deles...”, conclui Almir de Castro Neves.



ADOLESCÊNCIA, PERÍODO ESPECIAL DA EXISTÊNCIA TEMPO DE VULNERABILIDADES E OPORTUNIDADES

A adolescência não é apenas uma “fase de transição” entre a infância e a juventude ou a idade adulta, como apontam várias definições. Um período tão importante da existência não deve ser reduzido a uma mera etapa da vida. A adolescência é um tempo especial do desenvolvimento humano, com suas peculiaridades, vulnerabilidades e oportunidades.

“A adolescência é uma etapa de oportunidades para a criança, e um momento crucial para que possamos continuar construindo seu desenvolvimento na primeira década de vida, ajudá-la a navegar em meio a riscos e vulnerabilidades, e colocá-la no caminho da realização de seu potencial”, considera o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), defendendo que mudanças duradouras na vida de crianças e jovens só podem ser realizadas se o compromisso assumido em relação à infância for complementado pelo reconhecimento da importância da segunda década de vida, a adolescência.

Faz pouco mais de um século que o termo adolescente surgiu, cunhado pelo psicólogo estadunidense Granville Stanley Hall, em 1898, o mesmo que em 1904 lançou a obra intitulada *Adolescência*, na qual atribui ao período entre 14 e 24 anos uma importância vital. “É a era de sentimento e religião, de rápida flutuação de humor, e o mundo parece estranho e novo”. Para o autor, a adolescência era um período de transição universal e inevitável, um novo nascimento.

Durante muito tempo, a adolescência foi considerada como um rito de passagem entre a infância e a idade adulta, embora um rito prolongado, de anos. A expressão para se referir a esse período da vida ainda é, inclusive, usada largamente. Mas, na atualidade, a adolescência é amplamente reconhecida como um período diferenciado da primeira infância e da vida adulta, que requer atenção e proteção especiais.

É relativamente recente a ampla aceitação da importância da adolescência. Em muitas sociedades, os adolescentes ainda são considerados adultos menores, menos desenvolvidos. A permissividade com o trabalho infantil é resquício de uma história longa de naturalização do labor para crianças, mas principalmente para adolescentes. A importância para outros aspectos da vida de crianças e adolescentes começou a ser provocada a partir dos tratados internacionais que buscavam proteger meninos e meninas contra

exploração e trabalhos prejudiciais, na primeira metade do século XX, após a Primeira Guerra Mundial.

Quase um século depois, a erradicação do trabalho infantil ainda é um desafio, que se soma a outros, como a superação dos assassinatos de adolescentes. “Os adolescentes são frequentemente considerados a nova geração de atores no palco social e econômico; portanto, todas as sociedades seriam beneficiadas pelo desenvolvimento de sua energia e de suas habilidades”, observa o Unicef.

Os limites cronológicos da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que estabelece o período entre 10 e 19 anos, e pela Organização das Nações Unidas (ONU), que situa entre 15 e 24 anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM), a adolescência é uma área de especialização dentro da pediatria, inclusive em relação a treinamentos de graduação, residência médica e alojamento hospitalar. O médico especialista em adolescentes recebe o nome de hebiatra.

A adolescência é um conceito amplo. A definição cronológica nem sempre corresponde ao estágio de desenvolvimento do indivíduo. “Você encontra meninas com nove anos, por exemplo, que já estão formadas, com corpo de mulher e com a cabeça funcionando um pouquinho à frente. E você encontra meninas de 14 que parecem crianças. A variabilidade é muito grande”, compara o especialista em adolescência Almir de Castro Neves. A adolescência também não deve ser confundida com a puberdade, pois esta é apenas parte daquela. “A puberdade compreende os aspectos orgânicos da adolescência, os fenômenos que vão transformar o corpo da criança num corpo capaz de reproduzir. A adolescência inclui a escolha da profissão, a opção sexual, a escolha de companheiro”. E a participação na vida social mais abrangente.

Num período em que afloram tantas escolhas, afloram também as dificuldades de relacionamento intergeracional. Todo adulto, inevitavelmente, já foi adolescente. Em tese, a experiência vivida facilitaria a relação entre pais e filhos, pessoas mais velhas e indivíduos mais novos, mas não é o que acontece muitas vezes. Em geral, o relacionamento com o adolescente evidencia desafios bem diferentes das dificuldades antes estabelecidas na vinculação com a criança. A adolescência expõe a falta de habilidade do adulto em lidar com alguém em processo acentuado de amadurecimento e busca de identidade.

“As pessoas têm uma visão angelical da criança, olham para ela e acham bonitinha, ela faz gracinha... É uma espécie de amor incondicional. Os movimentos em relação à criança são de com-



FELIPE ABUD



preensão e solicitude. Mas quando olham o adolescente, é exatamente o contrário”, compara o pediatra e professor da Faculdade de Medicina da UFC, Almir de Castro Neves. “Você ouve os pais dizerem: ‘Ah, o meu filho está naquela idade clássica, é um adolescente clássico’. Eu pergunto: ‘O que é um adolescente clássico?’. Aí respondem: ‘Pô, o cara tá chato’. Então, o sujeito tem uma visão do adolescente que não tem nada a ver com a angelical. Criança é ‘angelical’, mas adolescente é ‘o capeta’. A expressão que criaram, inclusive, é ‘aborrescente’. Aí eu digo: ‘Para cada ‘aborrescente’ tem um aborrecido. É bom você analisar isso aí’. Às vezes a própria pessoa não tem a adolescência dela bem resolvida”.

Muitas vezes, os adultos são desleais com os adolescentes, até porque gostariam de ver no menino ou na menina o que eles não conseguiram ser quando tinham a mesma idade. “O adulto monta uma imagem de sucesso dele na adolescência, para que o adolescente o admire. ‘Na tua idade, eu pegava a melhor menina da festa’, ‘Na tua idade, eu era o camisa 10 do time aí da rua... Tudo mentira, mas o adolescente acredita, e agora tem uma missão, que é pegar a melhor menina da festa, ser o melhor jogador do time”, analisa Almir.

Especialista em adolescentes, o professor da Faculdade de Medicina da UFC pondera que o adulto também passa por lutos ao se deparar com a desconstrução irremediável da imagem da criança. “Se eu sou pai, eu estou sofrendo luto pela minha

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

criança, a minha criança não existe mais”. Já para o adolescente, nem sempre é tranquila a relação com o outro, mas também com a autoimagem. “A adolescência é uma época de invasão. O corpo vai começar a mudar. Ninguém pergunta se ele quer essas mudanças, e nem são do tipo que ele quer, mas ele vai ter que aceitar do jeito que vier. Isso tem um impacto do ponto de vista orgânico, físico”, analisa o hebiatra.

As mudanças são evidentes e vão tomando conta do corpo do adolescente, sem que ele tenha como recusar. “Ele pode até tentar esconder, mas aquilo invade e modifica o corpo do adolescente. Ele não domina, não consegue suspender e nem pode negar. E a transformação é destrutiva, destrói o corpo anterior dele. O corpo muda e as repercussões psíquicas também vão acontecendo”, observa Almir. O adolescente sofre um processo de perda do corpo infantil. Ao se olhar no espelho, ele não se reconhece, o que gera uma outra perda, que é a perda da identidade infantil. “Se eu não sou mais criança, o que é que eu sou?”, pergunta-se.

TRANSGRESSÃO EM BUSCA DE IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

Uma confusão de sentimentos, uma profusão de comportamentos. Na adolescência, as modificações externas vêm acompanhadas também de mudanças internas. É comum uma desordem de sensações, com instabilidade e alterações súbitas na maneira de se portar, o que muitas vezes não é compreendido pelos adultos. Em geral, o período é marcado por inseguranças, indecisões, ansiedades, inadequações, inquietações, contradições, questionamentos, enfrentamentos e conflitos.

Os adolescentes tendem a reagir a atitudes protetoras e carinhosas dos adultos, alegando que não são mais crianças, mas ainda revelam imaturidade e dependência. Embora não admitam para os outros e nem mesmo para si, eles sentem a necessidade de apoio e atenção e de que alguém se importe com eles. A rebeldia pode até demarcar uma barreira física perante os pais ou outras pessoas, mas os adolescentes precisam, em alguma medida, de sentir o afeto e a proteção.

“Você vai encontrar adolescentes em momentos de arrebatamento infinito ou de conformismo inesperado. Há aquele bonzinho, que não faz mal a ninguém, e aquele que ninguém segura. O ‘adolescente clássico’ seria o sujeito passando por uma fase de variações comportamentais que podem assustar as pessoas. É uma variabilidade esperada para esse período”, esclarece o hebiatra Almir de Castro Neves. No espectro comportamental do adolescente, a transgressão, assim como outras manifestações, não aparece por acaso.

No processo de descoberta de um novo corpo e de uma nova identidade, outras demandas também vão aparecendo. “O adolescente sonha galgar instâncias superiores. Ele quer os direitos do adulto: sair e voltar a qualquer hora, gastar dinheiro, dirigir, ir pra festa. E aí alguém vai ter de dizer para ele que não é assim, que ele vai ter de esperar. Então, ele está sem identidade e sem direitos. Ele precisa ser reconhecido. E ele descobre rápido que tem uma maneira de ser reconhecido de forma imediata, que é a transgressão. Se ele transgride, na mesma hora o pessoal o reconhece como indivíduo”, explica Almir de Castro Neves. “Os adolescentes praticam os crimes que os adultos praticam, mas pelo fato de ser adolescente, a reação é mais intensa, porque você já vê nele insegurança, dificuldades relacionais”.

Em geral, os adolescentes buscam renegar as atividades e práticas que remetem à infância, ao mesmo tempo em que já desejam as benesses garantidas aos adultos. “Recusado pela comunidade dos adultos, o adolescente não tem autonomia, fica indignado por essa moratória e acuado por essa definição dos requisitos. ‘O que eu preciso fazer pra ter direito a esse troço?’ Aí vai para o grupo dos iguais. Sendo pai de adolescente, você vai torcer para ele ficar no grupo dos amigos dele, que você já conhece a família, que você sabe que são pessoas legais, que desenvolvem hábitos saudáveis: ler, tocar violão...”, ilustra o professor da Faculdade de Medicina da UFC.

Entre pares, o adolescente nem sempre corresponde às expectativas dos pais e de outras pessoas que se interessam por ele, seja por posições conservadoras, seja porque a interação com determinados grupos pode representar algum perigo para ele mesmo e para a sociedade. “Há grupos que, para você pertencer, precisa ter uma marca, uma assinatura, fazer o que o grupo faz. Eles trabalham com uma espécie de pacto. O mais ilustrador é aquele grupo de meninos todos de preto; que gostam de temas escuros; quando buscam poesia, são as que fazem chorar, falam de tristeza... A senha do grupo é aquele estilo. E você tem os grupos cuja assinatura é a violência ou a delinquência”, diferencia o hebiatra.

Muitos adolescentes e jovens tendem a formar “tribos” em torno de alguma vertente ou segmento específico da música, da literatura, do cinema, do entretenimento, do esporte, da religião, da organização comunitária ou participação política, mas há também aqueles que se agregam com o objetivo principal de contrariar os padrões vigentes. Quando essa é a condição para participar do grupo, as pequenas transgressões podem deixar de ser meras experimentações ou aventuras juvenis e se ampliar para grandes delitos. “Quanto maior a transgressão, mais reconhecimento. O cara fica sendo admirado pelos amigos. Você tem gangues, cuja assinatura são atos de alta delinquência,

DAVI PINHEIRO





marginalidade mesmo: espancar, matar... Num grupo violento, quanto mais violento ele for, mais destaque terá. Esses grupos oferecem para ele reconhecimento sem ele depender dos adultos”, explica Almir de Castro Neves.

A tendência é que o envolvimento do adolescente com as práticas comuns ao grupo só aumente, em função do vínculo que se fortalece entre os membros a partir da fidelidade às regras estabelecidas e do sucesso no desempenho das funções. “Essas transgressões muito emocionantes envolvem uma descarga de adrenalina que vai lá em cima. E se ele for bem sucedido, o colega se liga a ele fraternalmente. ‘Pô, a gente participou junto. Você foi comigo lá, me defendeu, é meu irmão.’ Quer dizer, solidifica o grupo, há uma reciprocidade no reconhecimento. Quanto mais transgressor, mais fácil tem o reconhecimento. Quanto mais reconhecimento imediato, mais o comportamento vai se estender, ficar mais complexo e se afastar das normas. A infração passa a ser a senha do grupo”, conclui o hebiatra.

Avaliações semelhantes constam do estudo *Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios*, divulgado em maio de 2016 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). “Entender o processo de desenvolvimento infanto-juvenil é um elemento fundamental para compreender a dinâmica que propicia a produção de criminosos na sociedade. As trajetórias individuais seguem de maneira sequencial, desde o nascimento, como um conjunto de portas que se fecham ou se abrem”.

De acordo com os autores do estudo, uma criança que nasce em um ambiente hostil, onde muitas vezes impera o desamor e a violência doméstica, terá maiores chances de desenvolver problemas cognitivos e emocionais, como hiperatividade e comportamento agressivo. “Uma possível consequência desses transtornos comportamentais é o baixo aproveitamento escolar e o isolamento. Uma maneira do garoto reestabelecer sua autoestima, ainda que de maneira invertida, muitas vezes o leva a comportamentos transgressores e a se unir com pares também com comportamentos desviantes”.

É provável que o fortalecimento das ligações entre os membros do grupo retroalimente as condutas, em intensidade, frequência e durabilidade. “O estreitamento dos elos de pertencimento e de reforço ao caráter identitário do grupo termina por potencializar as ações transgressoras e atos de delinquência. A esta altura, com muitas portas fechadas, a prática de pequenos delitos e crimes torna-se uma constante na vida do adolescente na proporção do esgarçamento do grau de concordância com os valores sociais estabelecidos”, aponta a nota técnica redigida pelos organizadores do estudo.

Sem uma intervenção eficaz que mude o sentido da trajetória, as repercussões são presumivelmente danosas. “Em algum momento à frente o jovem termina sendo preso, o que acarretará inúmeras consequências, como a perda esperada de capital humano, uma vez que a prisão pode afastar definitivamente o jovem da escola; o estigma, que o afastará de muitas boas relações humanas e da possibilidade de obter emprego no momento do seu retorno ao convívio social; e um maior aprendizado e estabelecimento de novas relações na escola do crime”, exemplificam os pesquisadores Daniel Cerqueira, Mariana Raniere, Erivelton Guedes, Joana Simões Costa, Filipe Batista e Patricia Nicolato.

À medida que o comportamento transgressor aumenta, as oportunidades para o pleno exercício da cidadania podem diminuir e a continuidade no crime ser a única alternativa disponível. “Com muitas portas fechadas, na família, no convívio social, na escola e no mercado de trabalho, a única porta aberta será o mercado do crime, com a possibilidade de retornos financeiros e simbólicos rápidos. Nesse momento, o crime sempre valerá a pena. A não ser por questões idiossincráticas, como o amor à mãe, a uma namorada, ou a um filho, muito dificilmente esse jovem abdicará da transgressão. E pior, mais bem relacionado e formado na escola do crime, este indivíduo exercerá influência negativa sobre outros indivíduos”, alertam os autores.

Além dos danos sobre a própria vida, o jovem envolvido com o crime vai causar prejuízos a outros jovens e à sociedade quando, deliberadamente ou não, passa a recrutar companheiros para as atividades ilícitas que desenvolve. Há de se considerar o papel fundamental desempenhado pelo *peer effect*, ou seja, a influência do efeito de pares, a “pressão social” no contato com os colegas e amigos. “Nesse ponto, é importante salientar uma característica marcante da juventude. Trata-se de um período crucial na formação da autoestima e da personalidade. É também o momento da experimentação. Ou seja, como o indivíduo nesse momento não sabe ainda o espaço do mundo que lhe cabe e tão pouco está preocupado com as consequências de longo prazo das suas escolhas, o mesmo está suscetível a experimentar e gozar experiências diferentes. É o momento em que o *‘peer effect’* atua de forma mais contundente. Se existirem dois ou três jovens como o descrito acima, o cenário estará propício para uma epidemia de comportamentos transgressores nessa comunidade”.

Mas, assim como existe o *peer effect* atuando de forma incisiva para uma “epidemia” de transgressões, há também o efeito reverso, ou seja, a mútua influência de jovens para outras “epidemias”, o contágio positivo a partir da referência que um pode representar para o outro. Sob o risco de incorrer em visões essencialmente pessimistas e fatalistas, é preciso considerar também a existência de fatores decisivos para as mudanças de

trajetória. Além da família, outros núcleos de vivência e socialidade podem ter importância fundamental para uma guinada na vida que evite o caminho que pode levar à morte.

Um professor, um profissional de saúde ou de assistência social, o integrante de uma organização não governamental, um líder comunitário ou religioso, um amigo, um vizinho podem cumprir papéis e assumir funções muitas vezes atribuídos apenas ao pai, à mãe ou a outro parente próximo. “Há também uma vida em coletivo, a vida social mais ampla, que não pode nem deve ser desconsiderada”, observa a psicóloga Ângela Pinheiro, consultora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Em igual sentido, as oportunidades de vinculação à educação, ao esporte e à cultura, oferecidas pelo poder público e pela sociedade, também podem transformar de forma significativa o curso da história de crianças, adolescentes e jovens.

ELES POR ELES: CONTESTAÇÃO, QUESTIONAMENTO, PROVOCAÇÃO...

Adolescentes e jovens sendo adolescentes e jovens: contestando, questionando, provocando, exigindo, cobrando, resistindo... Foi o que se viu nas audiências públicas realizadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. O que é comumente definido como rebeldia nesse período da vida expressa muito mais do que apenas um caráter intempestivo, é a necessidade e a legitimidade da autoafirmação e da afirmação diante do outro, principalmente quando esse outro é um adulto que ousa decidir e definir pelo adolescente e pelo jovem e não com um e outro.

O próprio Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência também não passou ao largo da percepção e postura crítica adolescente e juvenil. O inconformismo com a metodologia e a definição de tempo e espaço para a participação da comunidade nas atividades do colegiado foi exposto em forma de protesto logo na terceira audiência pública, realizada no Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – Cuca Che Guevara, na Barra do Ceará.

As vendas nos olhos, nos ouvidos ou nas bocas de um grupo de adolescentes e jovens já traduziam a mensagem de que eles estavam ali para ver, ouvir e falar. “Não vamos ficar aqui sentados, com a bunda exposta na janela pra vocês passarem a mão nela, não²⁹”, recusou-se, em nome da turma, Wilbert Santos, do Bom Jardim.

O incômodo com mais um debate, mais uma discussão, e o sentimento de desesperança e descrença nos resultados de mais uma experiência institucional foram claramente verbali-

²⁹ Citação à letra-canção *É*, de Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (1945-1991), lançada em 1988 no disco *Corações marginais*. Um hino à liberdade, ao respeito e à cidadania, a música diz em um dos versos que “a gente não está com a bunda exposta na janela pra passar a mão nela”.

HISTÓRIA DE DIREITOS

As primeiras convenções elaboradas pela Organização Internacional do Trabalho após a Primeira Guerra Mundial tinham por objetivo proteger os trabalhadores infantis, a maioria dos quais tinha mais de dez anos de idade. Essas convenções incluíam a Convenção nº 6 da OIT, Convenção de 1919 sobre Trabalho Noturno de Jovens (Indústria) e Convenção nº 10 da OIT – a Convenção de 1921 sobre Idade Mínima (Agricultura).

De acordo com o organismo internacional, a primeira destas convenções estipulava em 16 anos a idade limite para trabalho em ambientes industriais perigosos e específicos, ao passo que a segunda estabelecia limites claros sobre a participação de crianças em ambientes de trabalho público e privado. “No entanto, a maioria das legislações internacionais introduzidas entre as duas guerras mundiais não especificava de maneira clara os direitos da criança ou do adolescente como sendo distintos dos direitos dos adultos”.

Após a Segunda Guerra Mundial, o crescente movimento em favor dos direitos da criança focalizou sua atenção na obtenção de reconhecimento especial para crianças e adolescentes dentro da recém-criada Organização das Nações Unidas. Tal reconhecimento ocorreu em 1959, com a Declaração

dos Direitos da Criança, que permitiu o estabelecimento de dispositivos legais para proteger o bem-estar da criança, em vez de apenas presumir que essa proteção poderia ser garantida pelos princípios gerais dos instrumentos de direitos humanos mais importantes. O bem-estar da criança foi a principal motivação que impulsionou a Declaração – e não seus direitos políticos, econômicos, cívicos e sociais.

Duas décadas mais tarde, a ONU declarou 1979 como o Ano Internacional da Criança, que foi rapidamente seguido pelo primeiro Ano Internacional da Juventude em 1985. Tais iniciativas ampliaram os esforços globais para promover e proteger os interesses de crianças e jovens. Ao mesmo tempo, defensores da criança estavam ocupados elaborando um abrangente tratado de direitos humanos para crianças, por meio do qual todos os Estados membros estivessem unidos. Após uma década em elaboração, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi finalmente adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989.

Com sua abrangência e visão de futuro, o tratado correspondeu a todas as expectativas. Os direitos de todas as crianças pequenas e de todos os adolescentes menores de 18 anos foram expressos de forma a não

apenas proteger seu bem-estar, mas também a garantir uma posição central como detentores de direitos, fornecendo uma base ética para sua participação ativa em todos os aspectos de sua vida.

A Convenção foi tão inspiradora e abrangente que, em apenas duas décadas desde sua adoção, foi ratificada por quase todos os países – com apenas duas exceções –, tornando-se o tratado sobre direitos humanos mais amplamente apoiado de toda a história. Seus dois Protocolos Facultativos, adotados pela Organização das Nações Unidas em 2000, buscaram fortalecer ainda mais os direitos da criança, especificando dispositivos para protegê-la do envolvimento em situações de conflito armado e de tráfico, escravidão, prostituição e pornografia.

Fonte: Fundo das Nações Unidas para a Infância - 2011

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

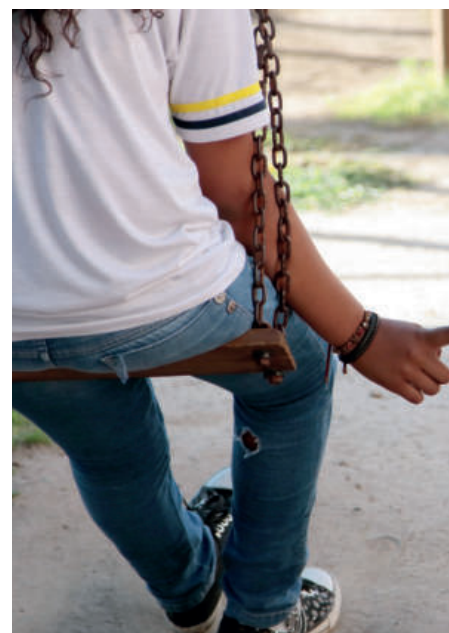
QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

zados depois do silêncio, tão provocador quanto as falas que o sucederam. “Para que serve esse comitê? Será que estão realmente preocupados com o que está acontecendo com os jovens na periferia? Será que estão realmente preocupados com a mortalidade que está acontecendo com os nossos jovens? Três minutos não é o suficiente para a nossa população falar o que está sentindo. Isso aqui está tudo sendo mecanizado. O que a gente precisa é expor a dor que sente em perder um ente querido, a dor que um jovem passa quando é discriminado por ser negro ou quando um policial corrupto olha um jovem que anda 12 horas da noite pela rua e diz que ele é vagabundo, por causa do horário”, questionou um dos integrantes do grupo.

Adolescentes e jovens expuseram inquietações repressadas e puderam apresentá-las em um das raras oportunidades para autoridades públicas, o presidente e o relator do comitê, deputados Ivo Gomes e Renato Roseno, respectivamente. “Na Chacina de Messejana, que aconteceu entre 12 horas (da noite) e 3 horas (da madrugada seguinte do dia 12 de novembro de 2015), a pergunta é por que esses jovens estavam no meio da rua”, reforçou o rapaz, para completar: “Muita gente confunde o jovem que passa no meio da rua, por ele ser negro, com traficante ou vagabundo. O povão quer falar, quer expor o que está sentindo”. E um outro emendou, numa repreensão direta ao comitê: “Não chamaram nenhuma mãe da Chacina de Messejana para compor a mesa”. A crítica foi bem recebida e acolhida como sugestão para as próximas audiências, que passaram a contar sempre com pelo menos um representante da comunidade local, preferencialmente adolescente ou jovem.

FELIPE ABUD



Outras considerações foram feitas na tentativa de levar as audiências para mais perto das comunidades. “Sempre, a gente quer se expor no lugar em que a gente fica à vontade. Muitos se sentem à vontade na sua comunidade, não é aqui com ar condicionado”, rechaçou uma jovem do grupo. “O comitê precisa estar nos locais onde a violência está instaurada, dentro da periferia. A borda da periferia não é a periferia. Se você for ao Morro do Santiago, na comunidade do Gereba, na Comunidade São Francisco, no Bom Jardim, você vai entender o que eu estou falando. Não estamos aqui querendo combater o efeito, estamos aqui querendo combater a causa. Somos comunidades lutando pelos nossos direitos”, reforçou Wilbert, depois de ter participado das duas primeiras audiências.

Os jovens esperam que os agentes públicos estejam mais no corpo a corpo com a comunidade, convivendo com ela e sentindo o que ela sente. Uma adolescente manifestou o cansaço da própria geração e da geração da mãe com muitos debates e discussões e poucas ações efetivas. “Estamos cansados de ser chamados para conversar. Que atitudes serão tomadas? Minha mãe, que tem mais de 30 anos, já passou por isso desde muito tempo, de perder amigos, parentes inocentes...”

Para adolescentes e jovens da periferia, das comunidades mais atingidas pela violência, o problema se resume principalmente ao comércio de entorpecentes e a ausência de políticas públicas, principalmente a educação de qualidade. “Tá difícil entender que a realidade do jovem é o tráfico de drogas, a falta de educação, a ausência de políticas públicas?”, questionou Wilbert.



DAVI PINHEIRO

S

9 ANOS

10 ANOS

11 ANOS

12 ANOS

1



A FAMÍLIA

3 ANOS



FAMÍLIA: CUIDADO, FRÁGIL! FORTALECER OS CUIDADORES PARA PROTEGER A CRIANÇA

O cuidado com a criança começa antes mesmo do momento em que ela passa a fazer parte da família. Sejam quais forem os arranjos e os contextos familiares, o amor e o respeito oferecem as condições para que a criança seja recebida em um ambiente acolhedor, mesmo em caso de gravidez não planejada ou de adoção. O pré-natal é importante não apenas para acompanhar e garantir a saúde da mulher e do bebê, mas para ajudar a fortalecer os vínculos familiares com ele ainda no ventre. E as etapas que antecedem uma adoção, igualmente, são fundamentais para criar os elos com o futuro integrante da família.

“A família, por mais que esta tenha se modificado na sua estrutura, funções e papéis individuais, continua sendo a instituição primordial

de cuidado e educação dos filhos, sobretudo nos seus primeiros anos de vida. Nos casos de vulnerabilidade, compete ao Estado garantir à família as condições para exercer essa função”, recomenda o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Sem desconsiderar os deveres da sociedade e do Estado, é fundamental a participação da família para o desenvolvimento da criança e do adolescente. O comportamento do indivíduo no meio social é fortemente influenciado pelo aporte de valores adquirido no ambiente familiar, a base para o processo de socialização. Além de assegurar os requisitos para o desenvolvimento físico e intelectual dos filhos, o contexto familiar deve promover o desenvolvimento psicossocial. A proteção, o afeto, o diálogo, o respeito mútuo e a solidariedade favorecem

DAVI PINHEIRO



os sentimentos de segurança, confiança, conforto e bem-estar e contribuem na constituição do psiquismo e da subjetividade.

A família é provedora de sustento e de carinho, mas o amor não se expressa apenas pela capacidade de suprir as necessidades básicas e oferecer atenção, revela-se também em estabelecer uma relação recíproca de respeito e os limites necessários para que a pessoa cresça emocionalmente saudável. Na falta de comunicação, compartilhamento de informações e troca de ideias, percepções, emoções e reflexões, pode sobrar violência ou permissividade.

A frustração na medida certa é importante para qualquer indivíduo, ainda mais para quem está em processo de desenvolvimento. Enquanto vai crescendo e adquirindo discernimento para a compreensão de mundo e das relações sociais, a criança deve se sentir amada também em função das noções de responsabilidade e alteridade que receber, principalmente se forem repassadas por quem tem a incumbência de cuidar diretamente dela.

Os limites devem ser postos, não impostos, preferencialmente negociados, e as regras devem ser colocadas com o diálogo sincero, não por meio de ameaças, gritos, xingamentos ou punições. A disciplina ensina, o castigo pune. A criança precisa ser orientada a respeitar as pessoas a partir das relações intrafamiliares também de respeito multilateral. A ausência de normas na infância e adolescência pode causar problemas de relacionamento imediatos e em outros períodos da vida. Mais importante que a presença física do adulto é a qualidade do tempo vivido com a criança.

“Às vezes, estamos ali com os filhos, mas não espiritualmente, não sentimentalmente. Não estamos presentes, e os nossos filhos sentem isso. Por menos que seja a nossa presença, se ela for de verdade, os filhos também vão sentir”, reconhece o presidente da Central Única das Favelas, Preto Zezé, que foi pai pela primeira vez aos 20 anos de idade. “Geralmente, na favela, filho não vem programado, planejado. Sem projeto de vida montado para estudar, ser universitário, se formar, tive de trabalhar, uma dificuldade muito grande”.

Sem creche e escola de qualidade e em tempo integral, sem programas governamentais de atenção à criança e à família, sem o investimento em programas comunitários de esporte, cultura e profissionalização que possam inserir os adolescentes, o caminho traçado para os filhos pode ganhar outros atalhos e levar a perdas irreparáveis. “No corre-corre do dia a dia, não percebemos alguns sinais”, observa o presidente da Central Única das Favelas. “É difícil falar sobre isso porque uma coisa é quando falamos das estatísticas, da morte de outros jovens, outra coisa é quando olhamos para as estatísticas e vemos um filho nosso ali. É muito difícil”. O filho de Preto Zezé foi assassinado aos 17 anos, em 2015, um dia depois de ter fugido de um centro de medidas socioeducativas.



“Eu me lembro de vários bate-papos com meu filho, quando eu conversava sobre vários dilemas. Eu contava pra ele que nós devemos evitar certos passos que nos levam para as armadilhas. Na minha época, o cara dizia que ia dar uma facada, então dava tempo correr, enfrentar, pegar um pedaço de pau. Hoje, se alguém ameaçar que vai dar um tiro, tem 90% de chance de acontecer. Então, isso cria um clima de instabilidade e medo, e eu sempre conversava com ele para se manter longe desse clima de conflito e de enfrentamentos, geralmente por banalidades”, compara o presidente da Central Única das Favelas. “O fato de eu ter vivido essa realidade e ao mesmo tempo ter um filho me colocava numa situação de vigilância constante, permanente, porque eu sei o que está acontecendo e o que pode acontecer na rua”.

A falta de perspectiva e de visão de futuro e até da noção de perigo pode tornar a vida urgente e breve. “Você imagina o que esses jovens pensam da vida? Eles não pensam nada! Vivem pra hoje”, avalia Preto Zezé. “Se você for perguntar para um menino desses por que ele matou, ele não vai saber por que”, observa Bernadete Ferreira, que atuou na Pastoral da Criança e trabalhou sete anos como articuladora no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do Bom Jardim.

Como moradora da periferia e pela experiência com projetos na área social, Bernadete conhece de perto a realidade da violência que envolve adolescentes. Ela tem se mobilizado para evitar que crianças ingressem pela delinquência, mas expressa tristeza ao identificar vários jovens envolvidos em homicídios no bairro. Embora reconheça que a situação é complexa e multifatorial, defende políticas públicas efetivas de intervenção junto às famílias, contemplando inclusive o planejamento familiar para prevenção da gravidez indesejada.

As fragilidades da família, que se expressam em falta de afeto, atenção e acompanhamento pelos pais, muitas vezes, estão relacionadas também com questões de ordem social. A própria integrante da Pastoral da Criança relata que a preocupação central de muitas mães, quando os filhos deixam de frequentar a escola, não é com a repercussão do abandono escolar na vida deles, mas com a perda de benefícios garantidos em função da permanência do aluno em sala de aula e que ajudam no sustento da família. “E agora, como vou criar meus filhos?”, questionam-se.

Questionamentos, dúvidas e necessidades se tornam ainda maiores quando as mães criam os filhos sozinhas. Elas precisam trabalhar para garantir a sobrevivência da família, mas não contam com o apoio dos ex-companheiros nem com creche e escola em tempo integral para deixar as crianças. Tais situações, em geral, expõem meninos e meninas a variadas formas de violência, em casa ou na rua. “Até que ponto a culpa é da família? Que condição está sendo dada a essa família? Eu estou separada há

dez anos e crio três filhos que são umas pérolas, mas eu tive uma estrutura familiar que me apoiou”, compara Albaniza Dantas, presidente do Conselho Nova Vida (Convida), uma instituição sem fins lucrativos que atua na região do Grande Jangurussu buscando combater a pobreza.

Em contato direto com as mais diversas situações que envolvem crianças e adolescentes em Caucaia, município da região metropolitana de Fortaleza, o conselheiro tutelar James Fernando Martins denuncia realidades gravíssimas no município. “Uma das maiores calamidades é quando a própria família explora sexualmente ou financeiramente esses adolescentes, para trazerem a renda para dentro de casa. Uma mãe, formada em Serviço Social, praticamente colocou o filho no tráfico porque trazia 100 reais por dia pra casa”, exemplifica.

A família é o primeiro lugar de proteção da criança e do adolescente. Quando a falta de cuidado começa dentro de casa, pela falta de condições financeiras dos pais ou responsáveis, atos negligentes ou violência doméstica, as dificuldades de intervenções dos programas sociais aumentam. Daí a necessidade de fortalecimento de políticas públicas de apoio à família, como acesso a creches e escolas, oportunidades de esporte, lazer e cultura e serviços de proteção social e complementação de renda. “As políticas públicas são fundamentais para superar a desagregação familiar”, avalia Renárdia Lindicássia Nogueira, assistente social que integra os serviços de atendimento socioassistencial em Barbalha, na região do Cariri.

A política de assistência social brasileira conta com serviços de apoio integral e especializado a famílias. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), oferecido pelos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Já o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) deve oferecer, via Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas), apoio, orientação e acompanhamento para a superação do risco social e da violação de direitos por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. “É fundamental levar em conta que a demanda tem sido extremamente maior do que os serviços ofertados, criando um abismo ameaçador entre necessidades das famílias e suporte por essas políticas públicas basilares”, observa a psicóloga Ângela Pinheiro, consultora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

É fundamental também fortalecer as potencialidades da família e os laços entre seus membros. Os profissionais que trabalham em contato com crianças e adolescentes identificam uma

crescente perda de autoridade dos pais sobre os filhos e de fragilidade das figuras de referência. Quando existe uma relação de respeito mútuo e os adultos são vistos como modelos para meninos e meninas, os efeitos positivos podem ser consistentes e duradouros, superando tempo e distância. “Mesmo longe ou depois de muito tempo, os filhos se lembram dessa referência”, observa Renárdia. “Sozinhas, as crianças estão mais vulneráveis ao mundo agressor”. A solidez das relações intrafamiliares pode transferir à criança a segurança para lidar melhor com as dificuldades, negações, impossibilidades e decepções que naturalmente acontecem ao longo da vida.

É importante restabelecer os vínculos afetivos e familiares e ter profissionais preparados no atendimento à criança, ao adolescente e aos pais ou responsáveis, inclusive para lidar da melhor forma possível com a solução de conflitos dentro da família. No entendimento dos próprios adolescentes e jovens, a cultura de paz e não-violência começa dentro de casa. “Se a mãe foi agressiva com a criança, o profissional tem que ouvir também a criança e orientar a mãe pra resolver o problema sem ser na porrada”, observa o estudante Mailton Vieira, morador do bairro Messejana. “As pessoas falam muito da criança e do adolescente, mas não procuram saber como os pais estão educando os filhos. Educação também vem de casa. Muitos pais tratam os filhos como Deus criou batata, com grosseria, brutalidade, batendo, xingando”, resse-nte-se o designer gráfico Paulo John da Silva Santos, residente na Barra do Ceará.

O Brasil tem uma política de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de caráter preventivo e pautada na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários dos serviços de proteção social. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser ofertado de forma complementar ao trabalho social com as famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (Paif) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (Paefi).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos envolve os participantes em grupos para atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, entre outras, na perspectiva de promover a integração e a troca de experiências e valorizar o sentido de vida coletiva. A prioridade de inclusão no serviço compreende crianças e adolescentes em vivência de violência e/ou negligência, em situação de rua, de acolhimento ou de isolamento e em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas, entre outras condições.

É o que está no papel, preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), uma política de concepção tão elogiável quanto à que deu origem ao Sistema Único de Saúde (SUS).





Na prática, uma série de impedimentos. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a exemplo de outros serviços, projetos, programas e ações, não se efetiva a contento por vários motivos: tamanho reduzido das equipes, que não conseguem atender uma demanda de casos crescente e com tantas peculiaridades e complexidades; descontinuidade das ações pela substituição por novos profissionais, em função da precarização das relações de trabalho, cujos contratos temporários podem ser encerrados no início ou no meio de um processo de acompanhamento socioassistencial que deve durar meses ou anos para surtir bons resultados; condições de infraestrutura e logísticas insuficientes para o desenvolvimento das atividades dentro dos próprios equipamentos e principalmente nas comunidades, no contato mais direto com a realidade das famílias, por meio de visitas domiciliares e atividades de campo. Mais grave é que os problemas enfrentados nos serviços socioassistenciais se repetem em outras áreas fundamentais.

“A família tem uma série de vulnerabilidades sociais, está inserida em um contexto socioeconômico que, realmente, é difícil, mas parece que joga a responsabilidade daquele menino para alguém. Ao jogar a responsabilidade para a escola, quando o menino chega na escola, tem 30 professores, 28 são

substitutos, que estão ali hoje, e na próxima semana não estão mais. Aí o menino não sabe nem quem é o professor dele. ‘Ah, hoje tem aula de matemática, amanhã é de ciências, mas não tem mais aula de ciências porque o professor mudou’. Então, o menino também não sabe mais nem o que está fazendo na escola. Aí dizem: ‘Não, bota lá para o Cras, porque lá tem um serviço de fortalecimento de vínculos. O Cras vai resolver o problema’. Então, o Cras aparece como outro ‘salvador’ daquele problema da família”, reflete uma assistente social que participou de um dos grupos focais do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Contradições às claras, há uma ruptura de vínculos no próprio serviço encarregado de promover vínculos, uma fragilidade das ações do serviço que expressa no próprio nome o sentido de fortalecimento, como denuncia a assistente social. “O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos também é fragilizado, porque os profissionais que estão no

Cras também são profissionais com vínculos fragilizados em relação ao trabalho. Então, a criança está ali com aquele profissional, mas daqui a um mês aquele profissional não está mais lá. O menino tem uma quebra de vínculo também com o profissional do Cras”.

Com tantos laços desfeitos e relações esgarçadas, a vulnerabilidade da criança ou do adolescente aumenta. E o menino ou a menina pode encontrar na rua experiências onde estabeleça outras vinculações. “Ele teve o vínculo quebrado em casa, na escola e no Cras. Então, ele vai para a comunidade procurar alguém. Muitas vezes, o crime está lá, o tráfico de drogas está lá. A facilidade de entrar no crime, de conseguir a droga, de ver até amigos já ali dentro faz com que ele encontre um vínculo. E assim, a gente vai vendo isso se repetir no dia a dia e o desmonte das políticas públicas cada vez pior. O menino vai para onde é mais fácil ele ser acolhido. E muitas vezes, ele não consegue chegar à juventude, ele pára na adolescência”, lamenta a assistente social.

ATENDIMENTO À FAMÍLIA

ATENDIMENTO INTEGRAL

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - Paif consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O Paif prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço integra o nível de proteção social básica do Suas - Sistema Único de Assistência Social.

O Paif deve ser obrigatoriamente ofertado no Cras - Centro de Referência da Assistência Social. Não existe Cras sem a oferta do Paif.

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - Paefi é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

Pessoas e famílias que sofrem algum tipo de violação de direito, como violência física e/ou psicológica, negligência, violência sexual (abuso e/ou exploração sexual), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou sob medidas de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outras.

O serviço deve ser ofertado, obrigatoriamente, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O QUE É?

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço da Proteção Social Básica do Suas que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (Paif) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (Paefi).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.

É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

UNIDADE DE OFERTA

O serviço pode ser ofertado no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) ou nos Centros de Convivência.

PÚBLICO ATENDIDO

Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único.

OBJETIVO

O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.

AÇÕES/ATIVIDADES

Os usuários do O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são organizados em grupos, a partir de faixas etárias ou intergeracionais:

- Crianças até 6 anos
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
- Adolescentes de 15 a 17 anos
- Jovens de 18 a 29 anos
- Adultos de 30 a 59 anos
- Pessoas idosas

FORMAS DE ACESSO

Para participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o cidadão deve procurar o Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do seu município.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

PROTEÇÃO COMPARTILHADA É DEVER DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO

// **E**u não amo essa criança”. “Eu não aguento mais esse menino”. “Eu não quero mais essa criança, dê um jeito nela”. A rejeição dos pais aos filhos ainda pequenos foi compartilhada por uma educadora e uma psicóloga em atividades realizadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. E o que dizer da violência psicológica e da negligência que não são comunicadas por palavras? E da violência física e sexual e do abandono afetivo que também podem deixar marcas profundas, seja qual for a idade em que aconteçam?

“Onde foi parar o diálogo?”, complementa a profissional de um dos serviços de referência e apoio a vítimas de violência no Ceará, apontando uma fragilidade dos vínculos familiares. “Há uma banalização e naturalização do palavrão, da agressão verbal, que não se configuram mais como violência”, questiona a psicóloga. Ela reconhece carências, falhas e vulnerabilidades das políticas públicas, que precisam ser corrigidas para garantir o fortalecimento e a continuidade dos programas, projetos e ações, mas considera que a questão familiar é preponderante. “Há uma desresponsabilização, sobretudo, da família. As figuras de referência têm outras atribuições, e criar os filhos fica cada vez mais difícil”.

A criança, de tanto ouvir que não presta, que não tem futuro, que não foi desejada, que foi um erro, pode deixar de se sentir amada, capaz e confiante em si e nos outros, ainda mais quando a rejeição e o ceticismo sobre o seu potencial partem das pessoas que ela mais ama e de quem mais deveria receber amor. Assim, a criança pode desenvolver sentimentos negativos em relação a si e acabar introjetando e tornando-se aquilo que sempre disseram dela.

Em algumas famílias, pais e mães ou padrastos e madrastas, avós e avós, tios e tias, irmãos e irmãs mais velhos não se fazem respeitar pela palavra, pela conversa franca, e na tentativa de exercer autoridade sobre as crianças e os adolescentes, partem muitas vezes para o autoritarismo, não se dando conta de que autoridade se conquista, não se impõe. Sem diálogo e conciliação, ganham espaço as agressões. O que deveria ser um ambiente de paz se torna um lugar de violência física ou psicológica. E assim, crianças e adolescentes aprendem em casa que os desentendimentos e conflitos se resolvem à força ou com ofensas e tendem a reproduzir no meio social o que têm como modelo de solução na esfera doméstica. O ciclo pernicioso pode se am-





Relação de afeto e respeito entre adulto e criança é fundamental para o fortalecimento de vínculos familiares

pliar, ainda na infância ou adolescência e em outros momentos, inclusive com os amigos e os descendentes.

A família é o primeiro ambiente de influência na sociabilidade e na construção da subjetividade da criança. A existência de conflitos, maus comportamentos e abusos por parte dos pais faz com que os filhos cresçam com o entendimento de que esse tipo de convívio é aceitável. As repercussões podem causar danos individuais e sociais no presente ou no futuro.

Uma conduta recorrente ou várias atitudes repetidas ou alternadas podem caracterizar uma família sem vínculos afetivos sólidos, quando se tornam comuns agressões físicas e verbais; há pouca ou nenhuma demonstração de afeto entre os membros; o consumo de drogas lícitas ou ilícitas acontece na frente dos pequenos; os adultos não respeitam as regras que eles mesmos estabeleceram e se contradizem em atitudes ou palavras; os filhos se sentem altamente cobrados a ter o melhor desempenho sempre e em todos os aspectos da vida – em casa, na escola, nos esportes...

“Tudo começa dentro de casa, independe de ser rico ou pobre. A família é a base. O problema não vem só do governo. A gente leva para o governo o que é responsabilidade da família”, avalia a estudante Diene Lucas, moradora da Praia do Futuro. “A

base é que está se dissolvendo. Enquanto não se pensar em políticas públicas para as famílias, a gente vai estar dando murro em ponta de faca. O que adianta ter os projetos fora de casa, se em casa não tem diálogo, não tem carinho?”, questiona a professora Kátia Regina Pinheiro, presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza.

E quando também faltam os projetos fora de casa? Quais os programas que existem de orientação às famílias? Qual a retaguarda que os órgãos e serviços de proteção têm para a abordagem com as famílias que estão vivenciando o envolvimento dos filhos com a violência? Que meios são assegurados à família para cuidar da criança e do adolescente? Como exigir das famílias, se muitos direitos foram tirados dos próprios pais, desde quando também eram crianças e adolescentes? “Se não recebo, não tenho o que oferecer”, conclui Albaniza Dantas, presidente do Conselho Nova Vida (Convida).

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente exigem que crianças e adolescentes sejam tratados como prioridade absoluta. E a responsabilidade deve ser compartilhada. Família, sociedade e Estado são responsáveis pela garantia das condições para a proteção integral de meninos e meninas. “Já que a família não está fazendo sua parte, que a sociedade e o Estado façam, porque a nossa juventude não é o nosso futuro, é o nosso presente”, defende Sidney Lemos, conselheiro tutelar em Maracanaú.

Que a sociedade e o Estado intervenham a tempo de contribuir para resgatar os laços de afeto e harmonia intrafamiliares, em vez de aguardar o que o futuro vai revelar sobre a criança que cresce numa família com vínculos afetivos frágeis, que não se sente amada ou que não respeita os pais; em vez de decretar previamente que ela vai ser mais um adolescente, jovem ou adulto infeliz ou causar a infelicidade de outros. “Eu já vi de tudo, desde pai abusando a filha, aluno assassinar o colega, ex-colega assassinado disputando a chefia de tráfico”, lista o educador Wilton Linhares.

No entendimento do professor de Caucaia, falta investimento governamental para evitar a ociosidade dos meninos, mas também apoio às famílias, com profissionais de psicologia e assistência social que batam na porta de casa. “A família é negligenciada desde a infância. Pais e mães dizem que não criaram os filhos para serem violentos, mas também estão mais preocupados em passar o dia fora, porque precisam trabalhar pela sobrevivência”, complementa Wilton Linhares.

De acordo com o levantamento realizado pela organização Todos pela Educação, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Ceará tinha 349.343 crianças de zero a três anos sem acesso à creche em 2014. Mesmo com uma

30. De acordo com o Plano Nacional de Educação, o Brasil deveria chegar ao fim de 2016 com 100% das crianças de quatro e cinco anos em sala de aula, mas ainda está com 89% de atendimento. “A meta de universalização da pré-escola não parece distante para o País. Mas é preciso ressaltar que os 11% restantes significam cerca de 600 mil crianças e que as desigualdades regionais são marcantes. Além disso, o foco não pode se restringir ao atendimento, sem um olhar especial para a qualidade do ensino”, observa o Observatório do Plano Nacional de Educação. O desafio é ainda maior para o atendimento aos brasileiros entre zero e três anos. Com apenas 29,6% das crianças atendidas nessa faixa etária, a meta de 50% até 2024 ainda está bastante longe. “O País patina de forma recorrente. O Plano Nacional de Educação de 2001-2010 já estabelecia o atendimento de 50% até 2005, meta solenemente descumprida e agora postergada para o final da vigência do plano atual. Ao déficit de vagas, calculado em cerca de 2,4 milhões, soma-se o desafio de levantar dados mais precisos, que permitam planejar detalhadamente a expansão do atendimento”, acrescenta o observatório.

demanda atendida de apenas 33,5%, o Estado ocupava a quinta posição entre as 27 unidades da federação e a melhor das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em relação ao atendimento de crianças de quatro e cinco anos, o Ceará se destacava com a cobertura de 97,3%, o maior percentual do país, embora ainda com um déficit de 6.906 vagas.

O percentual de crianças na pré-escola na região metropolitana de Fortaleza também era o maior entre oito regiões, com 96,9% de atendimento, apesar do déficit de 3.385 vagas para crianças de quatro e cinco anos. O problema maior está na oferta de acesso à creche. Em 2014, a região metropolitana de Fortaleza ocupava a quinta posição entre as oito regiões, com apenas 33,6% de demanda atendida, o que representava 141.607 crianças de zero a três anos sem oportunidades na educação infantil.³⁰

O acesso à educação em tempo integral e de qualidade é um direito da criança e do adolescente e dos pais, não apenas um mecanismo para preencher o tempo ocioso de meninos e meninas, até mesmo porque o ócio vivido adequadamente também é importante. Creches e escolas são espaços de desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança e do adolescente, não devem funcionar como abrigos, internatos ou “depósitos de filhos” enquanto os pais estão no trabalho.

Faltam apoio e orientação às famílias para que elas sejam mais atuantes e não deleguem a função que têm a outros atores. “Hoje, é a escola que ajuda a família na educação dos filhos”, observa Felipe Guilherme dos Santos, estudante do segundo ano do Ensino Médio da Escola de Ensino Fundamental e Médio Estado de Alagoas, na Barra do Ceará, em Fortaleza. Com apenas 16 anos, o adolescente já depreende que a melhor forma de prevenção à violência é a educação.

A escola tem uma importância fundamental, pois é – ou deveria ser – um espaço de atenção especial à garotada. Os profissionais de educação precisam ser cada vez mais valorizados, até mesmo porque muitas tarefas próprias dos pais acabam sendo transferidas, inevitavelmente, aos professores, coordenadores e núcleo gestor do ambiente escolar. Quando inexistente uma aproximação maior entre os membros da família, crianças e adolescentes podem crescer largados. “Há pais que jogam os filhos na escola. Os professores chamam os pais quando necessário, mas eles não querem saber dos filhos”, aponta Liduina Gomes de Lira, merendeira da Escola de Ensino Fundamental e Médio Adahil Barreto, em Maracanaú.

Para uma questão tão complexa, as respostas também não são simples. O educador Raimundo Nonato de Sousa, como muitos, fica intrigado diante das situações que fogem das circunstâncias recorrentes no histórico de homicídios. Um aluno desde o pri-

DAVI PINHEIRO



Creche e escola em tempo integral são direitos da criança e do adolescente à educação e dos pais e mães que precisam trabalhar

meiro ano, reprovado duas vezes no terceiro ano, surpreendeu a todos quando foi preso praticando assaltos no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, e depois de solto foi morto em suposta troca de tiros com a Polícia. “A mãe frequentava muito a escola para saber como estavam ele e a irmã. Ela passou no Enem, mas ele tomou outro rumo”.

A mãe de outro adolescente, que hoje cumpre medida socioeducativa por tentativa de homicídio, tem mais três filhos que nunca se envolveram com a violência. Segundo ela, o garoto, que está sob privação de liberdade, já tem uma esposa e um filho recém-nascido, e nunca foi agressivo dentro de casa, embora tenha sido recolhido quatro vezes por causa de outros atos infracionais. Ao mesmo tempo em que revela um sentimento de culpa por não ter acompanhado de perto a adolescência do filho, ela fala da necessidade que tinha de trabalhar para garantir o sustento da família.

“Eu trabalhava, ele ficava com os irmãos, mas nunca ficavam sós, pois sempre tinha alguém com eles. Mas, aos 13 anos, ele foi me dando trabalho, não queria mais estudar. Pra ter uma vida digna, tem que trabalhar, e pra dar o que ele precisava, eu tinha que trabalhar, eu e o meu marido, porque ele tem pai”, afirma a mãe do adolescente. “Eu saía pra trabalhar e, quando chegava, ele estava dormindo. Como eu ia saber se ele estava usando drogas, se estava acompanhando pessoas erradas? O que eu fiz? Eu parei de trabalhar fora, fui observar, mas já estava aprofundado. Cheguei ao ponto de eu não ter mais como conter o que ele andava fazendo”, reconhece.

DAVI PINHEIRO



Afetividade *in memoriam*: tatuagem para demonstrar carinho pelo primo adolescente, referência para a família, vítima de linchamento

Em alguma medida, o trabalho exige de mães e pais o distanciamento dos filhos. Para obter o sustento que garanta a sobrevivência da família, os provedores precisam fazer a opção pelo emprego, o que significa, para determinadas famílias, deixar as crianças aos cuidados de outros ou expostas à rua e às ameaças que estar nela representam. “A gente tem que dividir a criação dos filhos com o pai, com a mãe, com os amigos, pra poder trabalhar, e a gente tem pouco tempo de vivência com os filhos, por uma série de outros fatores”, afirma o presidente da Central Única das Favelas, Preto Zezé, que teve um filho de 17 anos assassinado. “O primeiro desafio na convivência com nossos filhos é a questão do tempo. Estar com nossos filhos é uma coisa muito importante. Por várias vezes, fui trabalhar por militância, sacrificando o tempo da família. Não sabemos o quanto isso é valioso naquele momento”.

É necessário constituir, apoiar e fortalecer uma verdadeira rede de proteção à criança e ao adolescente, o que implica cuidar também de quem cuida deles, ou seja, pais e mães, avós e avós, tios e tias e de quem não deveria ter essa responsabilidade, como os irmãos maiores, que, por falta de serviços públicos de creche e escola em tempo integral, recebem a tarefa de assistir os irmãos menores. Há de se considerar o desafio e a necessidade de que a família, a sociedade e o Estado não fechem os olhos para a infância e a adolescência. Com todo o respeito à individualidade, à privacidade e à singularidade da criança, ela deve ser vista como um sujeito de direitos e um bem público, pelo qual todos são responsáveis.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

ÓRFÃOS DA VIOLÊNCIA GERAÇÃO DE CRIANÇAS COM PAIS MORTOS OU APREENDIDOS

Para algumas famílias, a memória dos entes queridos mortos fica preservada não apenas em fotografias e vídeos, a lembrança está presente nas semelhanças físicas e de gestos dos órfãos da violência. Os adolescentes assassinados deixaram filhos muito pequenos ou ainda por nascer.

Os homicídios envolvendo adolescentes são, por si só, um grave problema a ser enfrentado, mas com ele surgem outras demandas irrefutavelmente importantes. Há imbricações e consequências que precisam ser vistas com atenção especial, para que as situações não se tornem ainda mais dramática. A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência realizada com familiares de adolescentes assassinados revelou que pelo menos 46, ou seja, 17,82% das vítimas, já tinham filhos. As entrevistas com adolescentes privados de liberdade aos quais se atribui prática de homicídio apontaram que 17 internos, o equivalente a 14,16% dos pesquisados, também já têm descendentes.

Nas visitas domiciliares aos familiares ou aos adolescentes nos centros socioeducativos, os pesquisadores também encontraram os órfãos dos pais mortos e os filhos dos apreendidos. “Durante a entrevista conhecemos o bebê e vimos ele brincar e gargalhar e o carinho que sua avó lhe dava. Ela dizia que o sorriso dele é idêntico ao da filha, nos mostrou fotos e vídeos e deixou muito claro para esta dupla de pesquisadoras, sem dizer nenhuma palavra, que a violência contra a adolescência tem que acabar”, descrevem as pesquisadoras Ana Paula Neves e Mara Carneiro, depois de entrevistarem a mãe de uma adolescente assassinada no bairro Canindezinho.

No Centro Educacional Cardeal Aloisio Lorscheider, os pesquisadores Camila Holanda e João Pedro de Santiago encontraram crianças durante a visita de familiares aos adolescentes apreendidos. “Passou uma menina de mais ou menos 17 anos com um filho de mais ou menos três anos. O socioeducador, chamando-o de homenzinho, brincou um pouco com o filho de um dos internos. Quando a mãe e o filho saíram, ele disse que vários tinham filhos e que, geralmente, as crianças tornavam a visita mais cheia de afetividades”, relata João Pedro.

Que futuro esperam as viúvas também adolescentes e os órfãos? O que aguardam as companheiras de adolescentes autores de homicídio e os filhos dessa relação? Como ficam as famílias dos garotos que foram mortos ou que tiraram a vida de alguém, deixando crianças aos cuidados dos parentes, próximos ou não?

Quais as repercussões da ausência do pai, morto ou apreendido, para a criança? E quais intervenções o poder público deve fazer? Os questionamentos não devem ficar sem respostas.

CASO 1: Era uma moça na flor da idade, mas teve a vida interrompida no pleno exercício da maternidade. A adolescente de 17 anos estava na rede, deitada com o bebê de 11 meses nos braços sendo amamentado, quando foi assassinada com um tiro na cabeça. Os resquícios de pólvora atingiram a criança. O autor do disparo estava namorando a vítima havia apenas um mês – três meses antes, ela tinha terminado o relacionamento com o pai do menino. Os dois namorados eram envolvidos com práticas ilícitas e residiam no mesmo condomínio em que a adolescente morava e onde o crime aconteceu, no bairro Canindezinho. No momento trágico, mãe, filho e agressor estavam sozinhos em casa. Os pais do rapaz ainda moram no condomínio, mas ele fugiu logo após o crime, em 2015. O garotinho vive hoje aos cuidados dos avós maternos. O avô não acredita nos comentários de que o tiro foi acidental, pois o laudo pericial acusou tiro à queima-roupa. Para o pai da adolescente, o principal motivo do ato fatídico foi o ciúme do agressor, uma forte expressão do machismo que atravessa gerações.

CASO 2: O menino mora no Conjunto Esperança. Mas qual esperança resta a ele, se não houver intervenções para mudança de um contexto tão desfavorável? O pai, que havia sido apreendido três vezes por roubo, foi assassinado em consequência das dívidas com o mercado de entorpecentes. A mãe não cuida da criança porque é dependente química. O tio, supostamente, já sofreu ameaças por dever aos traficantes. Três tios-avós também foram presos e têm envolvimento com drogas. Os avós vivem em situação de penúria. A única renda da família vem do trabalho da avó, como lavadeira de roupas. O marido era reciclador, mas parou de trabalhar por causa de um tumor no cérebro.

CASO 3: Quando o rapaz de Juazeiro do Norte foi morto, ele morava com a namorada de apenas 15 anos, que estava no quarto mês de gestação e assistiu às cenas da violência que tiraram a vida do companheiro, numa madrugada, dentro da própria residência. “Três homens arrombaram a porta e atingiram-no com dois tiros, um deles na boca. A namorada e a sogra estavam em casa e presenciaram o crime”, descreveu o padrasto para a pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Ana Paula Neves.

CASO 4: No Planalto Ayrton Senna, um adolescente foi morto sem saber que possivelmente já fosse pai. Depois do assassinato,

uma jovem apareceu para a família com uma criança de um ano, dizendo que era filho do adolescente e querendo o reconhecimento da paternidade. A mãe do adolescente aponta que o filho foi morto por ter se envolvido com o tráfico de drogas entre grupos que disputavam o controle de territórios – começou a atuar em um grupo e depois passou para outro. A mesma dor da perda, ela já havia sofrido três anos antes. Um outro filho, com problemas mentais, foi assassinado em 2012, em uma situação ainda não esclarecida, segundo a família – uma hipótese é em função do envolvimento dele com torcida organizada de futebol e a outra teria sido durante um assalto, quando o garoto simulou que estivesse armado e foi atingido pelo assaltante.

CASO 5: Não só a morte de um adolescente no bairro Serrinha está por ser elucidada, mas também se ele já era pai. A informação de que o adolescente teria um filho veio à tona depois do homicídio, porém ainda não foi confirmada. Caso seja verdade, a criança poderá crescer sem nenhuma referência da família paterna, uma vez que a suposta avó não tem indícios mais evidentes para ir atrás da criança.

CASO 6: O pai morto em uma queima de arquivo, a criança órfã aos seis meses de vida. O adolescente foi eliminado por traficantes porque, segundo a família, não queriam deixar testemunha depois que fracassaram ao tentar atingir outra pessoa, também no bairro Serrinha.

CASO 6: A presença do neto é um alento para a mãe do jovem de 18 anos alvejado com seis tiros, a cerca de 50 metros de casa, no bairro Barroso, dentro de uma borracharia, onde havia levado a motocicleta para ser consertada. Não voltou. O rapaz teve um filho com a namorada, que agora passa os fins de semana na casa da avó paterna. O jovem “era apaixonado por som” e “se juntava com os amigos para trocar músicas”, trabalhava desde os 16 com o pai e estudava em curso supletivo. “Ele era um menino muito bom, educado, mas tinha amigos errados”, afirma a mãe. Segundo ela, o motivo do crime estaria relacionado à amizade que o filho mantinha com um rapaz que já tinha sido morto após ter assassinado um traficante.

CASO 7: Os assassinatos aparentemente por engano também chamam a atenção, causando uma dor maior aos familiares, como eles mesmos descrevem. Esse teria sido o motivo do homicídio de um adolescente em Messejana, que foi morto sem conhecer o filho, pois a namorada, também adolescente, ainda estava grávida quando o crime aconteceu. Se o Dia de Finados já é uma data de consternação, pela tradição da lembrança dos entes queridos que





Moradora de Caucaia resolveu homenagear o filho assassinado, Pablo, registrando uma das netas gêmeas com a derivação do nome do adolescente, Pabliana: não deu tempo conhecer as sobrinhas

partiram, ganha um significado ainda maior para a família do adolescente, pois ele foi assassinado no dia 2 de novembro de 2015. O garoto havia chegado da praia, foi deixar o primo em casa e, no percurso, acabou sendo baleado. “Foi por engano. Eles queriam era mostrar que iam matar quem estivesse na frente”, diz a mãe do garoto, referindo-se aos autores do crime, presos em seguida. Na avaliação dela, eles planejavam uma chacina, mas atingiram apenas o filho, que já havia perdido muitos amigos e um primo por causa da violência. Um dos autores do crime é também um adolescente que residia no bairro, mas que, segundo ela, foi expulso da comunidade pelo envolvimento com o tráfico e porque já havia tirado a vida de quatro pessoas.

CASO 8: A região da Grande Messejana foi surpreendida na madrugada do dia 12 de novembro de 2015 com uma chacina de grande proporção. Entre os sete adolescentes mortos, de um total de 11 pessoas que tiveram a

vida ceifada, um rapaz de apenas 17 anos deixou uma menina órfã aos três meses e uma jovem viúva aos 16 anos. Desde criança, ele era criado pela tia, que naquela data sofreu forte abalo, pois também tinha perdido um tio. O sobrinho, de apenas dois anos de idade, também sente a falta do adolescente morto. “Eles eram doidos um pelo outro. Coisa mais linda!”, revela a tia. À equipe de pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o próprio garotinho mostrou a fotografia do primo em um telefone celular da família.

CASO 9: Com apenas 16 anos, um adolescente assassinado na Vila Peri deixou três filhos, incluindo uma menina que nasceu nove dias antes do crime. Cinco dias antes, a vítima também tinha conseguido um emprego. O pai do adolescente relatou duas versões para o motivo da morte do filho: ele teria sido assassinado por engano ou em decorrência de uma discus-

são com a esposa de um policial duas semanas antes. “O cenário da morte do garoto é descrito pelo pai: ‘Ele estava sentado no batente da calçada de casa com a namorada, chegaram dois homens encapuzados num carro preto, pediram pra menina sair de perto e meteram bala no meu filho’. E ainda destaca que o caso foi transmitido pelo programa policial Rota 22, cuja manchete era ‘Jovem ficha limpa’, dando uma valoração moral à vida do filho”, relata Josileine Araujo, pesquisadora do comitê. A madrastra intervém para acrescentar que o adolescente gostava de fazer pichações e que, por vezes, chegava em casa sujo de tinta e reclamando que tinha levado “carreira dos homens”.

CASO 10: Nos centros socioeducativos, alguns adolescentes também já têm descendentes, mas não exercem a paternidade, em função da privação de liberdade. As crianças vão crescendo tendo a violência como referência dos pais. No Centro Socioeducativo do Canindezinho, um dos internos que revela ser “envolvido desde cedo” com atos infracionais e ter passado por situações anteriores de problema com a Polícia que não tinham “dado em nada”, já tem três filhos.

CASO 11: O histórico familiar dos dois filhos de outro adolescente, apreendido no Centro Educacional Cardeal Aloisio Lorscheider, tem o pai como autor e o tio como vítima de homicídios. O agressor cumpre medida socioeducativa por ter vingado a morte do irmão mais velho, de quem era muito próximo. “O adolescente afirma não ser de nenhuma gangue e ter o sonho de poder viver em paz com a família e os filhos quando sair da instituição”, descreve Ticiania Santiago, pesquisadora do comitê. O depoimento do adolescente sugere traços de tendência à depressão ou um quadro já instalado da doença. “Ao falar de sua infância e adolescência, era presente um olhar de tristeza. Com respiração pausada e baixando a cabeça em temas delicados, ele chegou a nos relatar ter tido algo como uma ‘depressão’, chegando a montar algumas vezes uma estrutura de corda e tecidos para se suicidar quando mais novo, mas que tem melhorado no contato com seus filhos, com a esperança de construir uma vida melhor”, acrescenta Ticiania, que também é psicóloga.

COMPREENDENDO OS ARRANJOS FAMILIARES MAIS IMPORTANTE QUE A ESTRUTURA DE FAMÍLIA É A CAPACIDADE DE AMOR E PROTEÇÃO

A estrutura familiar não é um fator determinante para o envolvimento do adolescente com a violência. A relação de afetividade independe do formato de família, mas é preciso analisar de que forma a dinâmica familiar favorece algumas situações que exponham o indivíduo a um risco maior de se tornar vítima ou autor de homicídio.

A família já não cabe mais dentro de um conceito fechado. Mais importante do que o modelo como ela se constitui, é a capacidade que os membros têm de compartilhar amor e dos adultos oferecerem proteção às crianças, aos adolescentes e aos jovens. “Não temos um conceito pronto e acabado de família. Família é o lugar de proteção e do afeto, é o lugar do amor, seja ela heteroafetiva, homoafetiva, monoparental, estendida”, reforça o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, deputado Renato Roseno.

A desestruturação familiar, embora recorrentemente apontada como um dos fatores que explicam o envolvimento de crianças e adolescentes com a violência, é uma compreensão que está sendo superada. A expressão “desestruturação familiar” embute um preconceito sobre configurações familiares distintas do modelo tradicional. “É como se a família que não se adequasse a uma estrutura estivesse errada”, observa a assistente social Renárdia Lindicássia Nogueira.

Em vez de apontar a desestruturação ou dissolução do núcleo familiar como uma das causas para a participação de crianças e adolescentes em atos infracionais, o mais adequado seria refletir sobre a desagregação familiar, a fragilidade dos vínculos entre os integrantes, seja qual for o tipo de família: biparental, quando estão presentes pai e mãe, ou monoparental, formada apenas pelo pai ou pela mãe e filhos; heteroafetiva, composta por homem e mulher, ou homoafetiva, entre pessoas do mesmo sexo.

Os novos arranjos familiares não comportam mais apenas o modelo tradicional, formado por pai, mãe e filhos. Além da família natural ou biológica, formada pelos pais ou qualquer deles e descendentes, há a família extensa, aquela que se estende para além da unidade do casal com os filhos, formada por parentes

próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade, e a família substituta, para a qual a criança ou o adolescente devem ser encaminhados de maneira excepcional, por meio de guarda, tutela ou adoção.

A padronização dos formatos de família é uma visão limitada acerca da capacidade que o ser humano tem de se vincular ao outro e da diversidade de relações que pode estabelecer, independente de laços consanguíneos. A mãe de criação e a madrasta são personagens que aparecem com frequência nas histórias de vida de muitos adolescentes às quais o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência teve acesso.

“Percebemos vários arranjos familiares com pais que criaram os adolescentes, mas não tinham realizado a adoção, de fato”, observa a pesquisadora Mara Carneiro, referindo-se ao percurso feito no bairro Bom Jardim e pela cidade de Maracanaú. Um dos garotos assassinados no município da região metropolitana de Fortaleza tinha convívio com a mãe biológica, mas toda a referência de família era com os pais adotivos, que não tinham relação de parentesco, mas de amizade com a progenitora.

A transitoriedade dos adolescentes por diferentes relações e contextos familiares foi outra característica identificada entre os casos pesquisados. “Uma questão importante de ser destacada é um certo ‘nomadismo’ dos adolescentes. Desde a infância, eles foram passando por diversas casas de familiares. Por vezes, era difícil explicar onde mesmo que o adolescente morava antes do falecimento”, acrescenta a pesquisadora.

“A narrativa de vida de um dos adolescentes nos foi feita pela madrasta, que diz ter criado o adolescente junto com o pai dele desde os seis anos. Durante sua vida, o garoto chegou a morar várias vezes com a mãe, mas sempre voltava para a casa do pai. Já perto de morrer, ele estava morando com um tio em Caucaia, mas ia todo fim de semana para Maracanaú”, exemplifica Mara Carneiro.

Os deslocamentos não representam necessariamente trajetórias errantes, mas podem suscitar várias interpretações: a simples subversão de um padrão social a ser seguido pela família; os acordos tácitos, positivos ou não, entre pais e filhos, que permitem uma liberdade maior ao adolescente de circular por diversos lugares; a dificuldade própria do adolescente ou da família de estabelecer vínculos mais fortes e duradouros; mas também a facilidade de relacionamento com diferentes sujeitos do contexto familiar.

A negligência, o abandono ou outras formas de violência doméstica não devem ser desconsiderados. “De um modo muito ilustrativo, a trajetória de um adolescente foi marcada negativamente pelo uso abusivo de álcool pela mãe, que se encontra atualmente em um estado psíquico grave e não tem condições de ser entrevistada, por isso conversamos com a tia do garoto. A mãe usou álcool durante toda a infância e adolescência, o que fez o filho ser mais

DAVI PINHEIRO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

um exemplo dos meninos “nômades”, oscilando o local de moradia entre as casas da mãe, da avó e da tia”, aponta a pesquisadora.

Os conflitos intrafamiliares também repercutem para o “nomadismo” adolescente. “Outro caso bastante ilustrativo é de um adolescente que morou com os pais durante a infância, mas, após a separação do casal, foi morar com a avó e a mãe. Quando a mãe foi morar com o novo marido, ele foi com ela, mas, por causa de conflitos com o padrasto, o menino voltou a morar com a avó. Aos 14 anos, ele começou um relacionamento com uma mulher de 31 anos, com quem teve um filho. No momento de sua morte, estava morando com a companheira”, detalha Mara Caneiro.

Nos casos em que a mãe do adolescente passou a ter um novo companheiro, a pesquisadora Ticiania Santiago também percebeu que, em geral, havia conflitos entre o garoto e o novo membro da família. Mas no bairro Autran Nunes, ela encontrou uma cena e uma história exemplares de outro tipo de convívio. “Numa condição bastante peculiar, estavam a mãe, o ex-marido e o atual, todos sentados e conversando como velhos amigos que relatavam ser”. A convivência harmoniosa, no entanto, não foi suficiente para impedir o assassinato do filho de 17 anos.

“A mãe parecia ter sentido bastante a perda do filho, foi quem menos falou”, descreve o pesquisador Thiago Garcez. “A dinâmica da família nos chamou bastante atenção. O pai respondeu as questões relacionadas à infância do garoto e o padrasto complementou com as informações relativas à adolescência e às condições que levaram à morte deste, sendo seu principal confidente”, acrescenta Ticiania Santiago. A entrevista também indica que não faltava em casa orientação ao adolescente, que, segundo eles, tinha um envolvimento mínimo com atos infracionais.

O fenômeno da violência é tão complexo que não admite uma explicação única. Ele abrange muitos elementos, como foi constatado in loco pelos pesquisadores, reforçando a necessidade de ruptura com estereótipos difundidos pelo senso comum. “Nós nos deparamos com famílias que conseguiram garantir até escola particular para os filhos, mas o fenômeno da violência é muito maior que o acolhimento familiar”, observa a socióloga Amanda Barbosa, sobre a diversidade dos contextos encontrada na pesquisa de campo.

No contraponto a discursos conservadores, teses preconceituosas e explicações simplistas sobre a violência letal intencional, um dos articuladores comunitários do comitê é categórico. “A família fica desestruturada é quando o filho morre. Para algumas mães, até respirar dói”, observa Joaquim Araújo. Viver é uma dor, ainda mais para as mães, que eram as principais, quando não as únicas, cuidadoras dos adolescentes. “E quando as mães não podem nem velar os filhos?”. A denúncia leva a outras provocações. A que ponto chega a negação de direitos para famílias que muitas vezes já enfrentaram uma vida inteira de privações?

REPERCUSSÕES PARA ALÉM DA MORTE FAMÍLIAS SOB O LEGADO DE PERDAS, DORES E AMEAÇAS

31. Citação ao poema *Os Filhos*, do livro *O Profeta*, escrito por Gibran Khalil Gibran (1883-1931), ensaísta, filósofo, prosador e poeta de origem libanesa. Texto completo:

*Uma mulher que carregava o filho nos braços disse: "Fala-nos dos filhos".
E ele falou:
Vossos filhos não são vossos filhos.
São os filhos e as filhas da ânsia da vida por si mesma.
Vêm através de vós, mas não de vós.
E embora vivam convosco, não vos pertencem.
Podeis outorgar-lhes vosso amor, mas não vossos pensamentos, Porque eles têm seus próprios pensamentos.
Podeis abrigar seus corpos, mas não suas almas;
Pois suas almas moram na mansão do amanhã,
Que vós não podeis visitar nem mesmo em sonho.
Podeis esforçar-vos por ser como eles, mas não procureis fazê-los como vós,
Porque a vida não anda para trás e não se demora com os dias passados.
Vós sois os arcos dos quais vossos filhos são arremessados como flechas vivas.
O arqueiro mira o alvo na senda do infinito e vos estica com toda a sua força
Para que suas flechas se projetem, rápidas e para longe.
Que vosso encurvamento na mão do arqueiro seja vossa alegria:
Pois assim como ele ama a flecha que voa,
Ama também o arco que permanece estável.*

Durante meses, depois que o adolescente foi assassinado, a cena se repetia cotidianamente na casa onde morava com a mãe, no bairro Autran Nunes. Na hora de dormir, ela pegava as roupas do filho, cheirava cada peça como se ainda pudesse sentir e afagar ele próprio e, no chão da sala, espalhava as vestes sobre as quais se deitava para passar a noite. O impacto da morte do filho deixou a mãe transtornada. Numa atitude de negação da perda, todas as noites, ela trocava o quarto de dormir pela pequena sala principal, onde ficava esperando o filho chegar.

Como diz o filósofo, “vossos filhos não são vossos filhos, são os filhos e as filhas da ânsia da vida por si mesma”³¹. Quando a dor é grande demais e o sentido da vida se perde depois da morte do filho, algumas mulheres buscam aplacar o sofrimento com uma solução extremada contra a própria existência. “Eu acreditava na felicidade nessa vida, mas hoje até tentei me matar. Uma parte de mim se foi. Até sonhei com ele me dizendo para sair dessa. Ele sentava na cama do meu lado, como fazia todo dia, me abraçava e dizia para irmos à luta”, relatou outra mãe para a equipe de pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Ao chegarem à residência, eles já haviam sido informados de que a mãe precisava de ajuda para superar a depressão e a dificuldade de cuidar dos netos e seguir a vida.

Após a morte do filho, por causa da tristeza profunda, da revolta e do medo, a mulher havia se mudado para uma pequena vila no bairro Jóquei Clube. Os pesquisadores foram recebidos por ela, além de duas crianças de aproximadamente cinco anos e um cachorro. Na sala, a singela homenagem ao “xodó” da mãe: algumas fotografias do adolescente perto do aparelho de televisão e um pequeno altar com a camiseta do time de futebol do qual era torcedor. Em busca de refúgio, ouvia em alto volume um programa religioso: “Tá ouvindo essa rádio aqui? Preciso dela todo dia. Choro, rezo, me jogo no chão e tento, pelos meus netos, ficar viva”.

Na falta de um acompanhamento psicossocial, muitas mães buscam na fé o alívio para dores lancinantes. “Eu tive depressão. Era como se o mundo tivesse acabado. Graças a Deus, agora eu vou para a igreja e oro. Era pra ter um apoio em domicílio para as famílias, um psicólogo...”, sugere a mãe de um adolescente assassinado no bairro Jardim União.

O que os pesquisadores constaram no contato direto com os familiares dimensiona um pouco do sofrimento imensurável que toma conta dos familiares. “Durante a aplicação do questionário, eu tive de parar algumas vezes para dar ombro à mãe de um dos adolescentes e só depois prosseguir com as perguntas. Em cada pergunta há uma lembrança do filho, uma dor difícil de ser mexida. É preciso muito cuidado e respeito com a dor do outro, que acaba também sendo a nossa dor, quando temos empatia”, avalia a pesquisadora Verônica Benevides, após entrevistar a mãe de uma das vítimas da Chacina de Messejana, ainda muito abalada emocionalmente. “Ela chorou muito, desde o início até o fim do questionário”.

O vazio deixado pelo filho fez com que a mãe identificasse a presença dele até onde parece improvável. Ex-cuidadora de idosos, agora cuidadora de crianças, o novo trabalho apareceu como um alento a abrandar o desgosto profundo. “Ela disse que esse atual emprego foi um presente, pois o bebê parece muito com o filho e faz as mesmas coisas que o filho fazia quando tinha a mesma idade: dá risadinhas e sopra a comidinha da boca”. O que é tão comum na infância se torna particular para aquela mãe, como numa tentativa, consciente ou não, de encontrar elementos que tornem a realidade menos penosa e a lembrança do filho mais viva.

Após a perda do ente querido, algumas famílias sentem a necessidade de uma criança em casa, por perto. O enorme vazio com a morte do filho, neto ou sobrinho jamais será preenchido, mas a dor pode ser mitigada por uma nova vida. No bairro Genibaú, os pesquisadores encontraram a mãe de um adolescente assassinado que, poucos meses depois da morte do filho, decidiu engravidar novamente, a primeira vez na vida que planejou uma gestação.

Mesmo sob a expectativa com a proximidade da chegada de um novo integrante da família, um bebê também do sexo masculino, ainda eram muito fortes no relato da mãe a desolação e os sentimentos de desesperança e descrença na vida. Ao longo do questionário aplicado pelos pesquisadores, a mãe parecia querer esconder ou controlar as emoções, até que desabafou, com os olhos marejados e o rosto avermelhado: “O pior é saber que meu filho morreu em vão. Eu tenho uma revolta aqui comigo, é que ele poderia ser salvo, mas não chamaram a ambulância, não socorreram. Por dizerem que ele estava roubando, morreu como indigente”.

A mãe afirma que o filho, com quem mantinha uma forte ligação, era “correto”, frequentava com certa assiduidade a Igreja Universal e se relacionava bem com todos os familiares e vizinhos. De acordo com ela, o que levou à morte do adolescente foi estar junto de um colega do bairro “que fazia tudo de errado”. Os



LUCAS MOREIRA



Nomes de rua e grafite no bairro Messejana homenageiam vítimas de chacina: familiares em profunda dor

pesquisadores ainda tentaram acalmar a mãe, respeitando a dor e a revolta, mas também propondo que ela buscasse um acompanhamento psicossocial que pudesse ajudar na ressignificação das possibilidades de vida e resistência, embora ela afirmasse não ter tempo, condições, nem esperança.

“Deixamos a residência do adolescente, uma casa simples de alvenaria, escura, quase sem móveis e com muito cheiro de mofo, refletindo sobre a dor que aquela mãe guarda e sem ter conhecimento, nem confiança em qualquer serviço social que possa atendê-la, até para estar mais inteira para cuidar da vida que iria nascer em poucos meses. De repente, o cheiro de mofo da casa me remeteu não só a questões físicas do espaço, como também a questões simbólicas, sociais e afetivas que ficavam largadas, guardadas e ‘esquecidas’ na casa, assim como seus moradores que precisam ser tratados, ganhar sol, vida e novas perspectivas, mas que, aos poucos, se degradam, são esquecidos e negados em seus direitos, desejos, sonhos e dores”, observa a psicóloga Ticiano Santiago, também pesquisadora do comitê.

Para algumas famílias, a vida vai sendo minada em seu vigor, tão grandes são o abatimento, a apatia, a resignação e a naturalização diante da morte do ente querido. No bairro Autran Nunes, os pesquisadores se depararam com a mãe, o pai e o padrasto

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

que se referiam à morte do adolescente como um episódio do destino e que eles tinham de continuar tentando viver sem sofrer, mas também sem esperar ou acreditar numa possibilidade de vida melhor. No desabafo dessa e de outras famílias, há um forte sentimento de descrença com o presente e com futuro, o que denota uma realidade tão grave quanto a própria morte, pois expõe o reconhecimento e a aceitação de um estado de injustiça e exclusão e de falta de sentido para a vida.

“Ao longo da pesquisa, percebi a recorrência de relatos do tipo, sendo esta para mim a pior morte, não apenas a dos jovens, mas a de parte das mães, de uma das principais fontes de alegria, de geração de renda e de cuidado com os seus em cada lar. Por mais que as famílias reconheçam as contradições de seus filhos, dos contextos e das relações sociais em que eles são constituídos e destaquem que temiam por seus destinos, eles eram em sua grande maioria a maior fonte de vida da casa”, observa Ticiania Santiago.

Ao lembrar alguns conceitos da Psicologia Social elaborados pelo teórico latino-americano e padre jesuíta Martín Baró³², a pesquisadora identifica nas famílias entrevistadas o “caráter oprimido” e a “ideologia de submissão e resignação”, que explicam como as pessoas acabam por serem afetadas em sua “potência de vida” ao internalizar as contradições sociais que vivenciam. E ao refletir sobre o entorpecimento que tomou conta dos familiares, ela manifesta a angústia diante da letargia avassaladora. “Como eu queria que elas se revoltassem, fossem para as assembleias, organizassem movimentos de luta, denúncia e mudança social ou pelo menos conseguissem chorar a plenos pulmões suas dores na direção de transformá-las”.

Mas o profundo pesar causado pela morte dos entes queridos exerce um domínio tal que impacta a saúde física, a saúde emocional e a vida social. Não foram raros os relatos apresentados pelas mães dos adolescentes acerca de doenças “dos nervos” e “do coração” que fizeram, inclusive, com que elas se afastassem do mercado de trabalho, reduzindo ainda mais o poder aquisitivo de muitas famílias já pauperizadas e ampliando a carência social em que vivem.

Enquanto algumas famílias ficam em suspenso após a morte dos adolescentes, outras buscam forças para suplantar a dor entregando-se com mais afinco às atividades laborais e outros afazeres. No bairro Autran Nunes, os pesquisadores não conseguiram localizar uma das famílias porque seus membros haviam se tornado mais retraídos e procuravam se manter bastante ocupados, distanciados da vida social e comunitária, dedicando-se a práticas de trabalho e estudo durante muitas horas por dia, segundo os vizinhos.

Embora os questionários da pesquisa realizada pelo comitê tenham sido aplicados a adultos, a pesquisa constatou também o sofrimento sobre crianças, adolescentes e jovens que perderam

32. Citação ao pensamento do teórico latino-americano e padre jesuíta Ignacio Martín Baró, nascido na Espanha em 1942 e assassinado em El Salvador em 1989. Um dos pioneiros das concepções críticas de Psicologia Política que emergiram na América Latina nos últimos 25 anos do século XX, ele desenvolveu vários estudos sobre violência e é conhecido como proponente da Psicologia da Libertação. “Diversos autores sublinham a relevância de sua obra por buscar, explicitamente, colocar a Psicologia a serviço da transformação social de estruturas opressoras e propor como ponto de partida o estudo da realidade latino-americana”, apontam os psicólogos e pesquisadores Karina Martins e Fernando Lacerda, no artigo *A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação geral*.

irmãos, primos e amigos. No bairro João XXIII, os pesquisadores foram surpreendidos por uma infeliz coincidência. À procura da família de uma adolescente assassinada, eles chegaram à residência da tia da garota coincidentemente no dia em que uma das primas estava fazendo aniversário.

“Logo hoje vocês batem aqui? Hoje é o aniversário dessa menina aqui, minha sobrinha, que era cuidada por ela, que era uma mãe para ela. Desde cedo, ela fala nela. Semana passada, foi a audiência no fórum. E a escola do meu outro sobrinho também me chamou esses dias, pedindo para tratar o psicológico dele, que ainda estava muito abalado com a morte dela. Então, é tudo junto sabe? É uma ferida que não cicatriza, que abala todos nós”, descreveu a tia, em prantos, ao receber a equipe.

A versão da família para o assassinato da adolescente é de queima de arquivo. A menina foi morta porque sabia demais. “Nunca esperávamos por isso com ela, que estudava, trabalhava, era uma grande dona de casa e muito amada por todo mundo aqui. Ela era nossa vida, todo mundo contava com ela”, explicou a tia, que ajudou a irmã a criar a filha. Com a mãe e a tia, a adolescente aprendeu a cuidar dos irmãos e dos primos. Mesmo ainda jovem, já era uma referência para a família.

No bairro Bom Jardim, outra menina foi morta porque serviu de escudo humano para o namorado. Os tiros seriam dirigidos ao adolescente, mas ela acabou sendo atingida porque estava sentada no colo dele. Com a tragédia, a mãe, que já sofria de depressão, em tratamento há sete anos, sentiu o recrudescimento da doença. “A conversa com ela foi de muita emoção, do início ao fim, e, por isso, demoramos a finalizar a aplicação do questionário, que teve duração em torno de uma hora e meia. A mãe nos mostrava as fotos da filha, narrava os acontecimentos e se emocionava muito”, pontua a pesquisadora Ana Paula Neves. A adolescente também havia sofrido com a depressão quando, aos 15 anos, perdeu um amigo.

As pesquisadoras Claudia Costa e Josileine Araujo demoraram também mais de uma hora conversando com a mãe de um adolescente morto na porta de casa, depois de um tiroteio na rua, no bairro Mondubim. A relação de afeto entre a mulher e o filho mais novo foi decisiva na escolha da equipe para aprofundar a história de vida do garoto, o que envolveria outras visitas, mas a mãe se encontrava tão fragilizada com a perda, que a equipe só teve condições de aplicar o questionário. “Depois que o marido morreu, era com ela que o filho dormia, na mesma cama”, exemplifica Claudia Costa.

Em uma das formas mais expressivas de cuidado com a mãe iletrada, para que ela não deixasse de tomar os medicamentos conforme as recomendações médicas, o menino desenhava em pedaços de papel, que deixava junto das respectivas embalagens,

as imagens que representavam o dia e a noite. Assim, ao procurar a medicação que tomaria pela manhã, ela identificava a caixinha pelo desenho de um sol. Da mesma forma, quando buscava o medicamento que deveria administrar à noite, ela conseguia diferenciar pela ilustração de uma lua.

Embora seja muito difícil para os parentes das vítimas admitirem a dor que também toma conta das famílias dos agressores, a violência provoca sofrimento em ambos os lados, seja quando o adolescente é vítima de um adulto ou de outro adolescente. “Quando um adolescente mata o outro, duas famílias ficam destruídas. Muitas vezes, eu chego ao local do crime para isolar a área e a família da vítima responsabiliza a família do agressor, mas todos são vítimas”, avalia Cesar Henrique Alcântara, policial militar há 18 anos. O depoimento de uma mãe cujo filho cumpre medida socioeducativa por tentativa de homicídio expõe o sentimento de privação de liberdade que também toma conta dela. “A minha família é apreendida, eu sou apreendida”.

As repercussões dos homicídios de adolescentes para as famílias das vítimas e dos agressores chamam atenção para a urgência de cuidado com os pais, mães, avós, tios, irmãos e primos. Se o poder público e a sociedade não foram capazes de intervir para interromper trajetórias de violência, muitas delas que já sinalizavam para o evento trágico, que o flagelo dos parentes não se torne ainda mais doloroso. Possibilidades não faltam, como os próprios familiares manifestam.

“Eu nunca tinha me deparado com um conjunto de emoções tão pungentes de familiares, principalmente de mães, em decorrência do assassinato de adolescentes. Além de tudo, traz à luz que os pobres também têm o direito de sofrer, ao contrário do que ainda é corrente em nossa sociedade, que secundariza a dor das classes subalternas”, observa a psicóloga Ângela Pinheiro, consultora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

“LEVARAM 11 VIDAS E DEIXARAM MUITA GENTE SOFREDO”

À dor se juntam também sentimentos de revolta e vingança. “Levaram 11 vidas e deixaram muita gente sofrendo. Se eu estivesse na hora, eles tinham me matado, porque eu ia pra cima deles. Tiraram um pedaço de mim. Não tenho vontade de viver mais”, desabafa a mãe do garoto de 16 anos, o mais novo entre os 11 mortos da Chacina de Messejana, crime coletivo que aconteceu em novembro de 2015 envolvendo dezenas de policiais, de acordo com as investigações.

“Meu filho morreu inocente. Eu não sei quem matou. Se eu soubesse, eu matava, eu arranjava um revólver e matava, nem que

eu fosse presa na mesma hora ou que me matassem. Eu disse para o delegado”, revela a mãe. Depois que o filho foi assassinado, ela abandonou a casa onde vivia com ele e foi morar em outro local.

O conjunto de reações a uma perda tão significativa pode envolver, em alguns casos, a elaboração de planos detalhados e cruéis de vingar a morte do filho. A mãe de um adolescente assassinado no bairro Bom Jardim foi entrevistada para a pesquisa do comitê e destrinchou as possibilidades que aventava para provocar sofrimento ao autor do crime. Para punir o agressor, ela revelou que estava pesquisando, até na rede mundial de computadores, métodos de tortura que deixassem entre as sequelas a dificuldade de locomoção e a completa perda de autonomia. Numa profusão de ideias ainda confusas, a mãe afirmava ora que a intenção não era acabar com a vida do acusado, ora que iria matar os filhos dele, ora que iria queimá-lo vivo.

Quando o adolescente já tinha uma vida desregrada, fugindo do controle dos pais ou responsáveis, correndo risco de morte e representando uma ameaça constante a todos, a privação de liberdade para o menino acabava se tornando um desejo da família, daí as solicitações à própria autoridade judicial para que o garoto fosse encaminhado a um centro de medidas socioeducativas ou permanecesse lá, mesmo após o decurso do prazo legal. A apreensão representava garantia de vida para ele e sossego para os familiares.

Em algumas situações, quando o sofrimento familiar já começa antes mesmo da morte do adolescente, a dor pela perda do ente querido pode se misturar a sensações, muitas vezes inconfessáveis, de alívio ou descanso. Nem sempre, os parentes se permitem reconhecer tais sentimentos ou se sentem à vontade para falar nesses termos. Há de se considerar que as sensações podem ser decorrentes também da inoperância do poder público, ao não responsabilizar os adolescentes de acordo com a lei e a justiça nem oferecer a eles as condições para uma mudança positiva na trajetória de vida.

Em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, um dos adolescentes assassinados em 2015 era conhecido como “especialista” em eliminar policiais e agentes de segurança privada. “A própria avó se refere a ele como ‘matador de policiais’. Para ela, a morte do neto foi um alívio”, cita Claudia Costa, pesquisadora do comitê, que ouviu confissões semelhantes de outros familiares de garotos mortos na cidade.

O padrasto de um adolescente assassinado em Juazeiro do Norte foi logo desabafando ao se apresentar para a equipe de pesquisadores. Numa alusão à tranquilidade que passou a ter depois da morte do garoto, ele disse que “a paz ficou reinando para sempre”. O adolescente era usuário de drogas e envolvido com o tráfico. Entre vários conflitos nos quais se envolveu, alguns resultaram em tentativas de homicídios, uma delas na própria residência, durante uma madrugada.

O envolvimento com entorpecentes e a prática de roubos levou um adolescente do Conjunto Esperança a ser apreendido três vezes e à morte. A mãe sofre com a perda do filho e com o medo de que o mesmo aconteça ao mais velho, de 24 anos, também usuário de drogas, e ao mais novo, de 14, que já começou a andar com “pessoas erradas”. “As falas da mãe eram sempre acompanhadas pelo choro. Por vezes, tivemos que dar uma pausa, em respeito a sua dor e lembrança”, observa a pesquisadora Claudia Costa. “É uma conversa que ainda dói, mas estou preparada para falar”, admitiu a mãe.

O sofrimento é maior em função da vida em extrema pobreza e da sobrecarga de responsabilidades. É como lavadeira de roupas que ela sustenta a família. Além dos dois filhos, tem o neto do adolescente morto e o marido, impossibilitado de trabalhar, acometido por um câncer no cérebro e um quadro de depressão após a morte do filho predileto. “Por vezes, ela rememora os fatos afetada pela dor da perda, e em outros momentos, a fala é acompanhada por uma sensação de alívio”, pontua Claudia Costa, que também é assistente social.

Entre todos os casos encontrados pela pesquisa de campo, um chama atenção pela rejeição com que o adolescente assassinado era tratado, uma rejeição ao comportamento dele que transpõe à morte, um comportamento que vai se revelando em complexidades a partir das descrições sobre o contexto de vida. “Ele era um demônio, me deu muita complicação”, afirma a mulher do pai da companheira do rapaz. “Quando veio ficar com ela aqui, ameaçou até me bater. Só fazia o mal e andava com quem não prestava. Deixou dois filhos no mundo para serem criados como ele foi, sem ninguém por ele, porque até a mãe teve de sair fugida para o Rio de Janeiro por conta dele”.

Foi difícil até mesmo encontrar quem pudesse – ou quisesse – falar sobre o adolescente. A mãe teria partido buscando preservar a própria vida, depois dos conflitos que viveu em Fortaleza diante do envolvimento da família com o universo do crime. Os outros filhos estariam escondidos na área metropolitana da cidade por causa da vinculação com as drogas. A companheira do adolescente assassinado, que também tem envolvimento com substâncias psicoativas, não tem um endereço constante, embora seja “responsável” por duas crianças pequenas.

Numa sala e num quarto apertados do bairro Bom Sucesso, com apenas uma cama, quatro cadeiras e uma televisão, a mulher do pai da companheira do rapaz recebeu a equipe de pesquisadores afirmando que, por vários meses, dividiu aquele espaço e muitos conflitos com o marido, a enteada e a “a desgraça”, como se referiu ao adolescente. O garoto se dava muito bem com o sogro, que era o pai que ele não teve e com quem se divertia. O sogro perdoava os deslizes que o adoles-

cente cometia e ajudava ao casal no que fosse preciso, mesmo quando o rapaz agia com violência contra a companheira. “Meu marido ainda tentava ajeitar as coisas, dormia até no chão para ter um canto para eles aqui, mas era muito conflito, e eu mesma saí da minha casa para a da minha mãe por não conseguir viver assim”, descreve a interlocutora.

Apesar de apontar o adolescente como uma pessoa de personalidade muito difícil, ela vai dando sinais implícitos ou evidentes de que ele viveu uma vida de abandonos. “Ele era tão ruim, tão difícil e envolvido com essas coisas que não prestam, desde novo, que não tinha ninguém por ele nem que conseguisse conviver com ele, nem vizinho, nem amigo, muito menos família. Ele não tinha estudo nem futuro, também não trabalhava com coisa certa. Abandonado pelo pai, avulso no mundo, nessa vida de retirante de casa em casa, poderia esperar o quê? Quem se metesse a ajudar, ainda era prejudicado, como a minha família e a irmã, que levou uma tijolada na cabeça dada por ele. Isso é coisa de gente? Não queria a morte dele, não, mas Deus sabe o que faz”.

O discurso era ao mesmo tempo de revolta, conformismo e desesperança nas possibilidades de mudança. “Enquanto falava, ela levantava as mãos ao rosto em sinal de dor e raiva. Com respiração ofegante pelo excesso de peso e com pouca mobilidade na casa, ela nos levou até a porta dizendo que ele era um caso de gente que não teve sorte na vida, que veio ao mundo para sofrer e fazer sofrer todo mundo que se envolvesse com ele”, descreve a pesquisadora Ticiania Santiago. Mesmo com a amargura quando falava do adolescente, ela demonstrava sensibilidade quando se lembrava dos filhos dele, temendo por eles, criados sem pai, em contato direto com o universo das drogas e sem condições de estudar, alimentar-se corretamente e ter acesso a pessoas e bens para serem felizes.

“Deus sabe o que faz com toda gente. É só nele que confio hoje em dia para levar a vida que ele me deu e ajudar essa aí a crescer e se fazer gente. O resto, vamos levando”, afirmou, observando a filha pequena que desenhava no quarto. “Enquanto olhava ela repetir seu discurso de dor, medo e conformismo com a vida, eu buscava entender não só as palavras, mas as entrelinhas de seu discurso e as condições sociais, políticas e simbólicas que a levaram a (re)produzi-lo e percebi que, muito mais que um debate inflamado sobre os preconceitos, as posturas fatalistas e restritas presentes em suas declarações, era necessário acolher a revolta daquela senhora de corpo pesado, sofrido, letárgico e maltratado pela vida, que, ao mesmo tempo que deposita sua pequena cota de esperança de vida numa criança, é capaz de personificar num adolescente a fonte e o produto de todos os conflitos sociais de que é vítima e reprodutora”, analisa Ticiania Santiago.

“É UM ROMBO NO CORAÇÃO UMA MÃE PERDER QUATRO FILHOS”

A dor da perda multiplicada. Sofrimento não se mede, mas “é um rombo no coração uma mãe perder quatro filhos”. Como educador social na área do Grande Jangurussu, que concentra elevado número de homicídios, Paulo Uchoa de Sousa conhece de perto a realidade dolorosa de várias famílias, uma realidade que se torna ainda mais difícil pelas repercussões provocadas com a morte dos entes queridos. Se já não bastasse o sofrimento de perder um parente que estava começando a viver, algumas famílias sofrem mais de uma perda ao mesmo tempo ou em um período muito curto.

Os pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência foram surpreendidos ao procurar o endereço de um adolescente assassinado no Pirambu. Quando chegaram ao local, descobriram que a mãe havia sofrido a perda de dois filhos no mesmo dia, o mais novo, de apenas 13 anos, e o mais velho, de 20. “A casa fica no início de um morro. Nossa presença chamava a atenção de olhares curiosos. Quando chegamos, vimos uma placa de ‘aluga-se’ e um telefone para informações. Encontramos a tia. Ela nos disse que a irmã deixou a casa depois da morte de dois filhos, e não apenas um, como imaginei”, relata a pesquisadora Amanda Barbosa.

O contato com a mãe foi realizado em data posterior e em outro endereço, onde ela trabalha. “Ela tentou não se emocionar durante toda a entrevista, mas houve momentos em que foi inevitável”, observa a pesquisadora. Os filhos foram mortos em uma área onde existem conflitos territoriais, mas nenhum deles tinha envolvimento com práticas ilícitas ou participação em gangue. A mãe estava em casa, quando escutou os tiros. Logo depois, alguém apareceu dizendo que o adolescente havia sido atingido na esquina. Ela ligou imediatamente para o outro filho, quando chegou a notícia de que ele também tinha sido baleado, em outra esquina. “Eu desabei nessa hora”, lembra a mãe.

No Planalto Ayrton Senna, os pesquisadores encontraram uma família que também já tinha perdido dois filhos para a violência, um em 2012 e outro em 2015. “A mãe atribui a morte do primeiro filho ao fato de ser um jovem com problemas mentais, o que gerava certas limitações no entendimento de alguns fatos da vida cotidiana. Ela diz que ele não tinha dimensão de onde se envolvia, mas era um garoto alegre e com muitos amigos no bairro”, descreve a pesquisadora Josileine Araujo.

De acordo com a mãe, o forte envolvimento do filho com uma torcida organizada de futebol fazia com que, às vezes, ele se envolvesse em brigas, mas ela reconhece que outras pessoas apontam uma segunda explicação para o assassinato: durante

um assalto, o jovem teria simulado estar armado, o que fez o assaltante disparar contra ele. Se os motivos da morte de um ainda não estão esclarecidos, o assassinato do outro está suficiente e dolorosamente explicado. Ele se vinculou a traficantes de drogas e depois migrou para outro grupo também envolvido no comércio de entorpecentes.

“A mãe descreve que o filho estava próximo a um canal, e lá mesmo foi alvejado a balas. Ele caiu no canal, e as pessoas que estavam na proximidade retiraram o corpo. Nesse momento, a mãe novamente não consegue segurar o choro”, relata a pesquisadora do comitê. Pela proximidade do fato, mas também pelo esforço feito para dissuadir o filho, a mãe lamenta muito a morte recente. “Ela destaca que, de certa forma, entende e aceita a morte do outro, mas ainda não consegue aceitar essa última, porque foi um ‘caminho’ que ela lutou pra evitar que o filho entrasse”.

A morte de um ente querido acontece às vezes num contexto que já é de dor. A tia de um dos adolescentes assassinados na Chacina de Messejana, que criou o garoto como filho, sofreu o forte baque pouco tempo depois de ter perdido o marido e um tio. Para suportar tanto sofrimento, ela precisou recorrer a calmantes e medicamentos de uso controlado para dormir. “Eu, toda vida que tenho calmante, tomo. Tomo mesmo, se não, eu não aguento. Depois do que aconteceu, não tive mais saúde”.

O abalo emocional só aumenta, diante de situações novas pelas quais as famílias são obrigadas a passar. Um agravante para diversas famílias é que, mesmo sob o luto, elas passam ou continuam a sofrer ameaças, uma forma de intimidação que contribui para manter o caso sem investigação e os autores sem responsabilização. O desconforto e o medo levam a mudanças na rotina dos familiares, por vezes com alterações profundas no cotidiano. Muitos se veem forçados a sair de onde moram e se refugiar em outras comunidades, precisando reconstruir a vida longe dos lugares aos quais já estavam adaptados há meses, anos, décadas.

Para algumas famílias da Chacina de Messejana, a dor se expande. Os pais de um dos adolescentes executados também tiveram dois sobrinhos lesionados, que presenciaram a morte do primo e de outros dois garotos e, sob o temor das ameaças, estão morando fora de Fortaleza. Um deles continua acamado, após ter perdido o movimento dos braços, o baço e parte do pulmão, e a irmã está apavorada, precisando de acompanhamento psicológico. A filha do casal, de apenas 12 anos, ficou inconsolada com a perda do único irmão, a violência que atingiu também os primos e o sofrimento que se ampliou demais pela família.

Abalo para os pais, avós, irmãos, tios, primos... Uma das famílias da Chacina de Messejana tinha sepultado meses antes outro filho, após ele travar uma luta contra uma neoplasia testicular. A mãe reconhece que precisa de um acompanhamento psico-

DAVI PINHEIRO

Avó de um adolescente assassinado em Fortaleza:
entrevista para o Comitê Cearense pela Prevenção
de Homicídios na Adolescência



lógico. Além do forte impacto emocional pelo processo longo de acompanhamento ao filho doente, ela ainda foi atingida pela violência contra o filho adolescente, violência que absurdamente não se encerrou com a morte dele.

Entre lágrimas, a mãe conta que o garoto de 18 anos não teve sequer o direito a um velório digno e que ela não dispôs da tranquilidade necessária nem para se despedir do filho. Ao longo de toda a noite do funeral, a família precisou manter as portas da casa trancadas porque um helicóptero da Polícia sobrevoava a residência, irradiando luzes diretamente sobre a janela da sala onde estava o caixão mortuário, o que fez com que apenas a mãe, a avó e a namorada do adolescente ficassem para velar o corpo. Com medo de represálias, a família teve de fazer o enterro às pressas. A mãe do garoto, ao procurar informações sobre o caso, continuou amedrontada, pois começou a receber ameaças via ligações telefônicas com número sem identificação. As intimidações fizeram com que ela trocasse o chip do aparelho celular e dissesse aos vizinhos e conhecidos que havia mudado de endereço.

Para famílias que já viviam atemorizadas, os transtornos também não terminam com a morte do ente querido. E as repercussões sobre pais, mães, irmãos, avós, tios, primos, sobrinhos também ganham configurações dramáticas, ao ponto de não terem o direito de velar pelo parente morto. Nem mesmo o momento do velório representa uma tranquilidade mínima que seja.

No município de Sobral, a tia de um adolescente assassinado relatou que, por precaução, o funeral não foi realizado no endereço da vítima. O garoto era usuário de drogas, chegou a fazer tratamento contra a dependência química, ficou um tempo afastado das substâncias psicoativas, mas voltou ao consumo, contraindo dívidas com os traficantes e recebendo ameaças por não efetuar os pagamentos.

Sob o temor de retaliações, outra família de Sobral foi forçada a não procurar a delegacia de Polícia para obter dados acerca da morte do adolescente. O irmão mais velho foi ameaçado após ter ido buscar informações no bairro vizinho sobre o homicídio. A mãe fala que não entende por que o filho foi morto, argumentando que ele não participava dos conflitos entre gangues, bastante recorrentes na cidade.

Ainda em Sobral, uma família que perdeu um adolescente está sob a ameaça de que dois outros filhos também sejam mortos. A equipe do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), que atende a comunidade da área onde o homicídio aconteceu, clama que alguma providência seja adotada com urgência pelos poderes públicos, pois os irmãos deixaram de frequentar o serviço com medo de serem assassinados. A família trabalha com reciclagem de materiais, morando de for-

ma precária no prédio da associação de catadores, em cômodos cheios de lixo e de objetos recolhidos na rua. Foi nas proximidades do local que o adolescente teve a vida interrompida.

Para a mãe de um adolescente morto no bairro Genibaú, o pavor passa diante dos olhos, ao ver o traficante responsável pela morte do filho transitar em frente à residência da família, numa audácia que beira à provocação e ao deboche. Ao sofrimento causado pela perda do filho, somam-se outras emoções e sensações, como ressentimento, repulsa, pânico e impotência, além da decepção com o sistema de segurança e justiça.

Em muitas situações de ameaça, o medo sufoca o desejo de justiça, mas a dor é maior para a mãe que perdeu os dois únicos filhos numa chacina que deixou três mortos em Juazeiro do Norte. Os filhos foram assassinados por engano em uma emboscada policial, na rua perto de casa, e ela chegou a ouvir os tiros e os gritos dos adolescentes denunciando a polícia. Os meninos estudavam, namoravam, mantinham uma boa relação familiar e comunitária e sempre acessavam os serviços de saúde quando precisavam.

A mãe procurou várias instâncias da justiça, sem êxito, e ainda diz ter ouvido de autoridades policiais que os filhos estavam no “local errado, pois a polícia estava fazendo uma limpeza”. Ela já recebeu ameaças por telefone, mas não desistiu de ver os autores responsabilizados pelos crimes. E se mostrou muito atenta ao trabalho do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, prontificando-se a colaborar no que fosse preciso, pois entende que é uma iniciativa que pode deixar em evidência os casos de violência que ainda não receberam resposta do Estado. Do luto à luta.

“A MELHOR PARTE DE MIM MORREU COM ELE”

Os problemas emocionais se agravam com as circunstâncias trágicas da morte, as ameaças persistentes e as dificuldades socioeconômicas. Na Favela da Fumaça, no Planalto Pici, uma das mães viu o filho adolescente fenecer nos próprios braços, executado ao ser confundido com outra pessoa, segundo ela. Além da hipertensão arterial, ela tem um transtorno mental, por isso toma remédio de controle especial. Mesmo assim, é ameaçada constantemente e também já foi vítima de tentativa de homicídio.

Vivendo em situações extremamente adversas, a mãe diz que o adolescente era tudo o que tinha. Ela não recebe qualquer tipo de renda ou benefício social. “Muito magra, com algumas cicatrizes, olhar profundo e discurso confuso, encontramos a mãe indo buscar uma garrafa de café para jantar na casa de uma amiga. Ela nos disse que a única pessoa que cuidava dela e provia seu sus-

tento e valorização humana era seu filho, que desde os oito anos trabalhava para alimentar sua mãe, a si e a um irmão mais novo”, descreve o pesquisador Thiago Garcez.

A vulnerabilidade social torna as repercussões da morte maiores, mas, ainda assim, há famílias inteiras sendo ameaçadas. Na Granja Portugal, a mãe de um adolescente se viu obrigada a vender o aparelho de televisão para comprar o botijão de gás e preparar o principal alimento da neta, um mingau d'água. A mulher já havia sido espancada pelo autor do crime, um adulto morador do Planalto Pici. Para vingar as agressões à mãe e motivado pelo conflito entre gangues rivais, o adolescente ameaçou matar o agressor. A resposta também veio da mesma forma e no mesmo tom, sendo depois concretizada.

“Ambos tentaram matar um ao outro antes do homicídio ocorrido na Praça da Morte, como é conhecida a Praça da Favela do Papoco. Após a morte do adolescente, o agressor intensificou as ameaças à mãe, afirmando que iria levar o outro filho dela antes de matá-la”, relata Thiago Garcez, após ouvir a mãe, que acrescentou ainda ter se tornado dependente do álcool, após a morte do filho.

Foi sob forte emoção que a mãe de outro adolescente assassinado em Fortaleza em 2015 recebeu a dupla de pesquisadores do comitê. “Uma parte de mim, a melhor parte, morreu com ele. É difícil ser mais alguma coisa nessa vida carregando essa dor, essa perda. Só estou viva para não ser injusta com minhas outras filhas e meu neto, mas, para mim mesma e para o mundo, eu morri. Não tenho mais gosto para nada”.

Havia imagens do filho por todo lugar da sala da casa, no bairro Autran Nunes. “Com os olhos marejados, ela nos mostrou dois pôsteres com a fotografia do adolescente em família, sorrindo entre ela e as irmãs. Depois da morte do pai, ele era o caçula e único representante masculino da casa, o bem-querer da mãe e das irmãs, capaz de fazê-las sorrir mesmo em dias difíceis e cansativos”, descreve a pesquisadora Ticiania Santiago.

Até o contato com os pesquisadores, a mãe do adolescente, consumida pela dor, não havia conseguido falar sobre a perda do filho nem buscar ajuda profissional para enfrentar a depressão. O luto ainda era muito intenso. “Naquela tarde, percebemos que a aplicação do questionário, para se dar de forma humanizada, eficiente e significativa não só para a pesquisa, como para a mãe do adolescente, poderia esperar um pouco. Era o momento de escutar, se possível por inteiro e de forma densa, o relato e a elaboração da perda daquela mãe, que não havia findado com a morte do filho, mas ressoava em vários aspectos pessoais, sociais e ético-políticos da construção de sua história de vida”, observou a pesquisadora, também psicóloga.

O impacto da morte do filho imobilizou aquela mãe. “À medida que o relato dela ia correndo, buscamos indagar o motivo dela não ter buscado ajuda profissional para o alívio de sua dor e citamos vários exemplos de experiências terapêuticas que poderia ter acesso, mas ela repetia que não acreditava mais em nenhuma instituição, que não estava interessada em sair da casa dela e de perto dos que ama, nem por alguns minutos, para nada na vida”. Ela se reservava apenas a cuidar do neto, nascido meses depois da morte do tio. “A mulher embalava o netinho, cuidando para ajudar a filha, mas principalmente para encontrar motivos para continuar viva depois de tamanha perda”.

O descrédito nas instituições está relacionado com a própria história que levou o filho à morte. Desde que denunciou, quando criança, o autor do assassinato de um primo, ele e a família sofreram durante anos com as ameaças de morte, até a tragédia se concretizar outra vez. “A falta de apoio de uma rede de proteção vivida pelo adolescente e sua família ao longo dos anos ressoa na descrença que a mãe apresenta em relação aos serviços que pode acessar para procurar justiça e elaborar sua dor”, constata Ticiania. Agora, a mãe prefere silenciar sobre a morte do próprio filho, sob o medo de que outras vidas sejam eliminadas. “É levar os dias e não reclamar com ninguém para não virem matar mais”, afirma.

“ELE NÃO VIVEU, JÁ ESTAVA MORTO ANTES DE MORRER”

Em algumas situações, as ameaças à família impediram o acesso dos pesquisadores aos responsáveis diretos pelo adolescente morto. No bairro João XXIII, a mãe e as irmãs pequenas do garoto fugiram do bairro diante das ameaças de um grupo de traficantes, e estão escondidas, depois que o pai agrediu fisicamente a mãe de um deles, para vingar a morte do filho, complicando ainda mais a situação da família e dos moradores da rua. “Eles amanheceram com uma fila de traficantes em sua porta, todos fortemente armados, buscando o outro irmão e o pai do adolescente morto”, descreve o primo da vítima, após uma resistência inicial em assumir o parentesco.

“Ele se identificou como primo do adolescente assassinado e nos convidou para seu salão de beleza, oferecendo água e um pedaço de queijo, enquanto afetivamente cuidava dos preparativos de seu filho para a escola. Após alguns minutos, ele se sentou conosco no salão e tentando esconder o nervosismo e as mãos suadas, através de piadas e ironias sobre a situação de vida e morte do adolescente, contou parte do medo e drama de sua família”, aponta a pesquisadora Ticiania Santiago.

Desde criança, a vítima passou por muitas privações, sem conseguir ter bom desempenho na escola ou perspectiva de futuro e vendo a labuta das mulheres da família para conseguirem comida e moradia. “Foi quando entrou no mundo do roubo e depois das drogas, junto com o irmão, e se tornou um ‘fino assaltante’, com quem ninguém queria conviver. Ele era envolvido com tudo o que você possa imaginar, e usava droga de tanto tipo, que eu não sei nem o nome”, revela o primo.

O garoto nunca teve acesso a projeto social ou experiência de profissionalização. “Ele sofreu tanto nessa vida e fez o povo sofrer de medo dele, que eu posso bem dizer que ele não viveu, já estava morto antes de morrer. Quando criança, era só privação e sofrimento; não tinha direito a nada, mal brincava ou tinha direito de se divertir. Quando adolescente, foi pior. Ele tinha medo de ser morto, da violência da polícia e do povo com quem ele era metido”. Ao relembrar a trajetória do adolescente, o interlocutor projeta o mesmo desfecho sombrio para o irmão da vítima, portanto, também primo. “Desde os 13 anos, quando entrou de vez nessa vida, o destino dele estava traçado, como está o do irmão dele também”. Que assim não seja.

As narrativas das famílias desvelam uma rede de sentimentos e fragilidades. As histórias que expõem dores cortantes são as mesmas que evidenciam abandonos lastimáveis. As falas não apenas indicam, mas também reivindicam ações que devem ser adotadas pelo governo e pela sociedade para atenuar o sofrimento das famílias e evitar o acúmulo de tragédias. Onde? Como? Por que? Com quem? As respostas já são conhecidas e só estão sendo reforçadas nos depoimentos dos parentes. Quando? Agora, de imediato. É urgente viver.

Medidas de prevenção a novos homicídios, de acompanhamento e proteção aos familiares das vítimas e de responsabilização dos agressores. “Há vários indícios que, em geral, antecipam a morte do adolescente, cuja trajetória de vida já anunciava para isso. Há muitos abandonos e, conseqüentemente, muitas necessidades de intervenções bem antes do assassinato. Intervenções precoces junto à família, à escola, aos centros de atendimento a adolescentes em diversos âmbitos, certamente, poderiam levar a um curso diferente da história do adolescente, mas a ausência do poder público é gritante”, destaca a psicóloga Ângela Pinheiro, consultora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

As ameaças recorrentes que antecedem e sucedem às mortes, atingindo os familiares antes e depois do homicídio, expõem um fracasso do sistema de segurança e justiça. “O que não falta é material que aponta para a possibilidade e a necessidade de intervenções consistentes nas famílias – antes, no momento e após o assassinato de adolescentes. É gritante a necessidade de



programas de proteção a adolescentes ameaçados de morte, e não que eles fiquem sujeitos à justiça pelas mãos de quem não é legalmente responsável pelas punições, que no Brasil não incluem a morte”, acrescenta Ângela Pinheiro.

Pela abrangência que as repercussões da morte ganham no contexto familiar, o apoio psicossocial não deve ser oferecido tão somente à família nuclear da vítima, e sim para aqueles nos quais o homicídio deixou marcas de dor e consequências diversas no cotidiano. Além do mais, é necessário incidir para que o ciclo de violências e sofrimentos não se amplie por outros membros da família, no sentido de que as trajetórias dos pais, irmãos e primos possam tomar rumos diversos.

“O sistema de segurança e justiça deve se empenhar no esclarecimento dos homicídios e nas ações que possam ‘barrar’ as ameaças aos familiares e amigos das vítimas. Salta aos olhos e aos sentimentos a omissão, a conivência, a inoperância do poder público de exercer a sua

função. Os assassinos são, muitas das vezes, conhecidos das famílias do adolescente assassinado”, destaca Ângela Pinheiro.

As intervenções também devem contemplar a sensibilização da sociedade, na perspectiva de não alargar a indiferença e a cumplicidade diante dos homicídios nem a justificação das mortes. “É preciso sensibilizar a sociedade sobre o valor da vida, sobre as representações sociais que circulam sobre adolescentes a quem se atribui o cometimento de atos infracionais. A justificação da morte atenua responsabilizações e remorsos, quando se diz, por exemplo, que o adolescente ‘estava em más companhias’. Essa ideia de que o adolescente assassinado ‘fez por onde morrer’ continua a circular no tecido social e precisa ser levada em conta, no sentido de tentar desconstruí-la e informar a população de outras possibilidades de reflexão”, conclui a consultora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

REPRODUÇÃO DO CICLO DE VIOLÊNCIA CÍRCULO VICIOSO DE AGRESSÕES NO CONTEXTO FAMILIAR

A violência permeia de alguma maneira a história da maioria dos adolescentes assassinados ou que cometeram homicídios. As agressões, quando não acompanham cada um ao longo da trajetória, atravessam algum momento da vida. De forma abrupta ou constante, tangencial ou profunda. Além de sofrerem ou praticarem diretamente a violência, meninos e meninas tinham ou têm no ambiente familiar outras pessoas que também já foram vítimas ou autores dela – pais, avós, tios, irmãos, primos... Há uma reprodução na adolescência do que indivíduos bem próximos vivem ou viveram dolorosamente.

Às vezes, a violência antecede a própria concepção, quando a pessoa é gerada sob o uso da força bruta. “O pai dele rasgou a minha roupa e me pegou na marra. Eu não queria. E mulher não é obrigada, só porque está com um homem, a fazer sexo assim, de qualquer jeito”, denuncia a moradora do bairro Jóquei Clube. “Mesmo eu não querendo, o marido me forçou. A mulher tinha que se sujeitar”, questiona. O garoto nasceu de uma violência sexual, mas era muito amado pela mãe. “Meu filho era tudo para mim, era muito mais homem que o pai”.

A pesquisa realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência desvendou outras violências transversais ou em paralelo, chocantes pela agressão em si, mas também pela possibilidade de destroçar vidas. Em um dos casos, a mãe do adolescente assassinado havia sofrido violência sexual com apenas 12 anos de idade, o que resultou na primeira gestação. Depois, vieram outros filhos, sérios problemas relacionados ao consumo de álcool e um histórico de abandonos, com repercussões diretas sobre as crianças.

A violência sexual nem sempre foi explicitada, mas as respostas de algumas mães sugerem que elas também foram vítimas dos abusos. “Em uma determinada questão, perguntamos se o adolescente já tinha sido vítima de relação sexual forçada. A mãe respondeu: ‘Ele ou eu?’. E fez um silêncio, que ela mesma interrompeu, dizendo que o filho nunca tinha sido, mas deixando nas entrelinhas que ela já teria sido”, descreve a pesquisadora Mara Carneiro, a respeito da entrevista com uma mãe de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza.

“Todas as entrevistas de Maracanaú foram realizadas com mulheres e foi possível perceber as marcas da violência

DAVI PINHEIRO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

de gênero. Muitas relataram violências físicas e psicológicas praticadas em sua maioria pelos ex-companheiros, pais dos adolescentes assassinados, e outras pelos companheiros atuais”, aponta Mara Carneiro.

A mãe de um adolescente assassinado no bairro Jardim União, em Fortaleza, não suportou as agressões constantes do marido e resolveu se separar, criando o filho com outro companheiro. “O pai mesmo nunca deu um bombom a ele”, revela acerca da ausência paterna. O rapaz foi assassinado na casa do sogro, também morto em 2015. Sem esclarecer os motivos, a mãe diz que algumas pessoas fazem correlação entre os dois homicídios. “Deus me perdoe, mas, às vezes, eu penso que sim”, cogita, embora acredite mais na versão da morte por engano.

No bairro Genibaú, a mãe de um adolescente assassinado também resolveu dar um basta no sofrimento que amargou durante muito tempo, a despeito das dificuldades que a separação do marido impunha. “Ela disse ter sofrido bastante e ter perdido parte de sua identidade”, descreve a pesquisadora Ticiania Santiago, a partir do depoimento da mulher.

Em algumas histórias, há uma conjunção de violências. “Ela teve uma vida muito difícil. Vítima de violência sexual, era agredida constantemente pelo ex-marido, na frente do filho, além de ter que trabalhar duro em ‘casas de família’ para sustentar a sua”, acrescenta a pesquisadora. Os sentimentos de abandono e desesperança são apontados pela mãe como motivos para ter se envolvido com o uso de crack durante meses. O filho, que também fazia uso da substância e de outras drogas, foi morto junto de outro colega. Os dois não foram socorridos porque, segundo a mãe, eram acusados de ladrões, imputação rechaçada por ela.

“Tem muito preconceito. Porque ele levou um tiro, todo mundo já acha que é marginal, que ele fez por onde morrer. Já julga sem nem saber quem ele era e de onde veio”, reclama a mãe de outro adolescente, morto em consequência dos conflitos entre gangues das comunidades Coqueirinho e Mangueira, na Grande Messejana. O garoto não resistiu ao impacto do tiro que lhe perfurou o coração. Os disparos partiram de dentro de veículos, deixando feridos outros colegas que estavam na mesma calçada.

Na infância, o menino teve participação fundamental para minimizar o sofrimento da família em mais uma situação de violência. Ao testemunhar o abuso sexual sofrido pelo irmão mais novo, na época com apenas quatro anos, ele gritou por socorro. “Quando moradores e pessoas que estavam por lá chegaram, chamaram a polícia, que deu voz de prisão ao agressor”, aponta a pesquisadora Letícia Pequeno, após ouvir o relato da mãe. Um homem embriagado se aproveitou da vulnerabilidade do menino enquanto estavam na lanchonete do sogro dela.

O avô paterno de outro adolescente morto em Messejana também abusava sexualmente das filhas e era agressivo. O comportamento violento se repetiu com o pai do garoto, que chegou a ser denunciado várias vezes pela companheira à Delegacia da Mulher, sendo preso em decorrência da Lei Maria da Penha. “Era muito doloroso. Eu já tive de fugir, para ele não me matar, e fiquei na Casa Abrigo por um tempo”, revela a mãe do menino, morto depois de praticar um assalto. “Ele vinha de moto junto com outro, mas bateram a moto. O outro escapuliu, mas meu filho foi morto”. Assim como ele, outros tiveram o mesmo fim. “Já morreu tanto adolescente igual ao meu... Só o que eu fico sabendo é dessas tragédias”, lamenta a mãe.

“A cultura da violência coloca em conexão questões sobre um cotidiano permeado por violência nas mais diversas formas, uma violência do Estado, na comunidade e dentro das relações afetivas e familiares que esses meninos vivem ou viviam. Nós sabemos como é dolorosa a experiência com a morte, como é doloroso perder alguém”, analisa a socióloga Camila Holanda, consultora técnica da pesquisa realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Há um percentual significativo de familiares que estão apreendidos, um percentual significativo de familiares que foram assassinados e um percentual significativo também de colegas assassinados.

Na trajetória de muitos meninos e meninas que foram mortos, os antecedentes de violência não aparecem esporadicamente, envolvem familiares, colegas ou eles mesmos, como vítimas ou como autores. Em Sobral, a mãe-avó de um adolescente assassinado revela que o filho já havia cumprido medida socioeducativa por ter violentado sexualmente a amante do pai-avô. O filho-neto foi morto depois de receber ameaças e sofrer tentativa de homicídio, mas, segundo ela, o rapaz acabou sendo vítima de uma emboscada enquanto estava com um colega que seria o alvo dos agressores, também eliminado na ocasião.

Ainda em Sobral, o histórico de agressões e uso de substâncias psicoativas envolve vários membros de uma mesma família. O pai do adolescente assassinado é alcoolista e o irmão mais novo, também usuário de drogas, faz assaltos para manter o vício e já foi ameaçado de morte por traficantes. “A mãe também relata que outros adolescentes na família usam tais substâncias e também sofreram agressões físicas de traficantes”, acrescenta a pesquisadora Joyce Hilario Maranhão.

A violência, o uso abusivo de álcool e de outras substâncias e a ligação com práticas ilícitas envolvem, às vezes, vários membros de uma mesma família. Um adolescente morto no Conjunto Esperança era usuário de drogas em um núcleo familiar que tem outras pessoas envolvidas com o consumo ou o tráfico de entorpecentes. O garoto foi apreendido três vezes por roubo, mas

na última apreensão não se apresentou para o cumprimento de medida socioeducativa. A última vez que ele “desceu”, como descreve a mãe, foi em setembro de 2015. Pouco tempo depois, foi morto, deixando um filho para ser criado pela avó, já que a mãe da criança também é usuária de drogas e vivia num relacionamento conturbado não só com o companheiro, mas com toda a família.

O filho mais velho, de 24 anos, também se encontra em situação de drogadição, fazendo uso de entorpecentes por até quatro dias seguidos. A mãe, com receio de que ele se desfaça do pouco que já tem casa, em busca de dinheiro para comprar drogas, revela que frequentemente precisa trancar até mesmo os poucos gêneros alimentícios da família. Segundo ela, o filho mais novo, de 14 anos, também está “começando” com “as coisas erradas”, não frequenta mais a sala de aula e tem “andado” com pessoas “erradas”. “A gente não pode mais com esses meninos de hoje, eles fazem o que querem”, reclama, principalmente ao se reportar à escolha do filho de não ir mais para a escola. Além dos filhos, há três irmãos envolvidos com drogas e que já foram presos, um deles tendo passado 16 anos sob privação de liberdade por vinculação ao tráfico.

A violência doméstica é recorrente no depoimento de muitas mães, envolvendo elas próprias como vítimas, mas também, em alguma medida, como agressoras dos filhos. O pai de uma adolescente assassinada no colo do namorado no bairro Bom Jardim fazia consumo de álcool e, com frequência, agredia fisicamente a companheira, com quem viveu durante 11 anos. Embora nunca tenha denunciado as agressões, ela foi denunciada pela filha. A mãe confessa que agrediu fisicamente a menina uma vez, quando ela dormiu fora de casa sem avisar previamente, o que fez com que a garota relatasse o caso ao Conselho Tutelar.

Lamentavelmente, a trajetória de alguns adolescentes se desdobra tragicamente, tal qual a história de vida dos pais. Quando o garoto mais novo da Chacina de Messejana foi morto por policiais em 2015, estava com apenas 16 anos, mas aos seis deixou de conviver com o pai sob o mesmo teto porque a mãe, além de sofrer agressões do companheiro, não aceitava que ele fosse usuário de drogas. Era um adolescente cercado por eventos de violência. Aos nove anos, ele ficou sem conviver de vez com o pai, que também foi assassinado. O autor do homicídio teria sido executado também pela polícia.

No bairro Serrinha, um dos garotos assassinados, supostamente por engano, nem sequer conheceu o procriador, também vítima de homicídio quando o filho tinha menos de dois anos. Segundo a mãe, o companheiro era usuário de drogas. “Ela nos revelou sem nenhuma reserva que também fumava e bebia, mas tinha deixado”, acrescenta a pesquisadora Auxiliadora de Paula. “Meu filho era certo, não roubava, não matava... Todo mundo confiava nele”.

O círculo vicioso de agressões físicas, sexuais ou psicológicas não deve ser subestimado na formulação e execução de políticas públicas. A violência, em suas diferentes manifestações, atinge principalmente as mães, mas também os filhos, enteados, netos, primos, sobrinhos, direta ou indiretamente, exigindo o rompimento de um ciclo de abusos nocivo ao contexto intrafamiliar e extrafamiliar. A criança que cresce com a violência fazendo parte do cotidiano doméstico tende a reproduzir mais tarde, com os descendentes ou no ambiente social, o modelo que aprendeu em casa.

“A violência doméstica é encarada, por alguns autores, como fator de risco para sociabilidades violentas e vulnerabilidades acumuladas de jovens, que poderia influenciar na procura por pertencimento em grupos como gangues e facções do tráfico, além do comportamento agressivo”, aponta o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, elaborado pelo Ministério da Justiça.

Embora a violência doméstica e a violência interpessoal tenham lógicas de poder diferentes, uma pode despertar a outra. Não se deve desprezar a correlação entre a violência que acontece no ambiente privado, entre sujeitos que mantêm uma relação conjugal ou filial, e a violência que se dá no espaço público, entre indivíduos que se envolvem em brigas, vinganças ou outros conflitos.

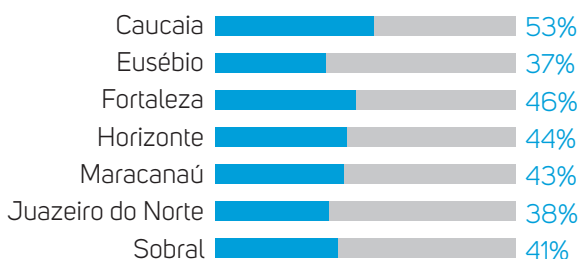
A violência no âmbito doméstico é essencialmente patriarcal, atingindo especialmente as mulheres de todas as idades, mas também crianças e idosos. As agressões dentro das residências não devem ser minimizadas, sob o risco de evoluir para a violência letal. “As taxas de homicídios de mulheres, idosos e crianças por 100 mil habitantes indicam casos altos de violência doméstica e de um tipo de homicídio específico, que acontece dentro das relações de poder da esfera familiar. Locais com altas taxas desse tipo de homicídio precisam de um investimento maior de intervenção nas relações violentas perpetradas no ambiente doméstico”, recomenda o Ministério da Justiça.³³

33. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres cresceu 11,6% em todo o Brasil no período de 2004 a 2014, o crescimento no Ceará foi de 109%, o sétimo maior do país. De acordo com levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a taxa saltou de 3 para 6,3 por 100 mil habitantes, o que deixa o Ceará com o terceiro maior índice do Nordeste, atrás apenas de Alagoas, com 7,3, e Sergipe, com 6,5.

VIOLÊNCIA NO CONTEXTO FAMILIAR

Pesquisa com familiares de adolescentes assassinados

Adolescentes que tiveram algum familiar assassinado



Pesquisa com adolescentes acusados de homicídios

Adolescentes que tiveram algum familiar preso, detido ou apreendido



Fonte: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - 2016

DROGAS, NEGLIGÊNCIA E ABANDONO

A questão das drogas lícitas e ilícitas exige políticas públicas voltadas para a família, pois, muitas vezes, interfere drasticamente no contexto familiar e na criação dos filhos desde cedo. O uso de substâncias psicoativas de maneira abusiva ou o envolvimento com o tráfico de entorpecentes podem ter origem dentro de casa, a partir do convívio da criança com os adultos que são ou não responsáveis por ela.

Quais as conclusões a tirar da postura de um pai ou de uma mãe que afirma não ter tomado nenhuma providência quando descobriu que o filho estava consumindo drogas, como identificou a pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência? O que a inércia diante da descoberta revela? A falta de atitude denuncia uma insensibilidade ou um despreparo dos pais para tratar de um assunto tão delicado com os filhos? A reação caracteriza uma situação de negligência? E o que dizer da banalização do uso de substâncias aceitas socialmente, como o álcool? Como enfrentar uma questão que tem causando tantos desajustes e violências dentro e fora da família, sem enveredar por discursos e posições moralistas?

DAVI PINHEIRO



Há uma recorrência de queixas das mulheres acerca das dificuldades de relacionamento com homens alcoolistas e dos conflitos dos adolescentes com os pais ou padrastos que chegam embriagados em casa. “Precisamos levar em conta a transversalidade do alcoolismo, presente com constância nas trajetórias de vida dos adolescentes e de seus familiares”, alerta a psicóloga e consultora do comitê, Ângela Pinheiro.

O pai de um garoto morto no Parque Dois Irmãos, em Fortaleza, só conversava com o filho quando estava embriagado. No pouco tempo de vida, o adolescente sofreu uma sucessão de perdas e desencontros. Quando o garoto tinha sete anos, um dos tios foi assassinado. A partir dos 11 anos, o menino passou a sentir a ausência física e emocional com a separação dos pai. Com 12 anos, também começou a experimentar drogas e abandonou a escola. Até ser morto, aos 17 anos, praticou roubos e assaltos, agrediu pessoas e havia feito tentativas de suicídio e sofrido outras de homicídio.

Em algumas situações, a própria perda do ente querido faz surgir ou potencializa uma relação prejudicial com o consumo de substâncias, como observou a pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Josileine Araújo, ao entrevistar o pai de um adolescente de 16 anos morto na Vila Peri. “No dia da aplicação do questionário, ele apresentava sintomas de embriaguez. Segundo a atual esposa, o marido, desde a morte do filho, tem tido problemas com a bebida novamente e com crises de pesadelos”.

Mais grave ainda é o quadro da mãe, cujas complicações com o uso de bebidas alcoólicas começaram cedo, depois de ter sofrido um estupro aos 12 anos de idade, resultando na primeira gestação. “O pai relatou que, por várias vezes, a mãe sumia e deixava os filhos sozinhos em casa. Nesses momentos, a avó paterna cuidava dos netos. Geralmente, a mãe passava de um mês sumida, bebendo e morando na rua. Depois aparecia, o marido dava outra chance e, novamente, ela repetia o sumiço. Por essa razão, argumentou o pai, se separou da esposa”, descreve Josileine Araújo.

As situações de negligência ou abandono associadas ao consumo de álcool e outras drogas não são eventuais nem desprezíveis, pelo contrário, podem causar grandes repercussões sobre a família, principalmente sobre os filhos, como constatou a pesquisadora Mara Carneiro. Durante toda a infância e adolescência de um garoto assassinado em Maracanaú, a mãe fez uso de álcool, o que levou o filho a morar ora com a avó, ora com a tia, ora com a própria mãe. “De um modo muito ilustrativo, a trajetória do adolescente foi marcada negativamente pelo uso abusivo de álcool pela mãe, que se encontra atualmente em um estado psíquico grave e não tem condições de ser entrevistada, por isso conversamos com a tia do garoto”.



A dependência química dos pais repercute sobre vários aspectos da vida dos filhos. Um dos adolescentes mortos na Chacina de Messejana foi criado pela avó materna porque a mãe também tinha envolvimento com drogas, segundo o companheiro, pai do garoto de 17 anos, com quem ele estava morando nos últimos anos. O adolescente havia parado de estudar dois anos antes porque a mãe teria perdido parte da documentação necessária para efetuar a matrícula.

“A mãe dele é doida, deixou até os documentos dele se queimar”, acrescenta a mãe adotiva de outro adolescente, assassinado no bairro Serrinha. A dependência do álcool e de outras drogas e a extrema pobreza também fizeram com que o garoto não tivesse nenhuma vinculação com a mãe biológica. A mãe adotiva diz que a mulher, aos três meses de gestação, já rejeitava a criança. “Foi um nascimento muito triste. Eu tinha pena. Ele nasceu no sofá dos cachorros, no meio da rua. Não tinha quem cortasse o cordão umbilical. Fui eu que chamei a ambulância”, descreve, sob choro intenso.

O histórico fez com que o menino nutrisse repulsa pela mãe biológica, mesmo que a mãe adotiva solicitasse para que ele perdoasse a progenitora. “Um amigo nosso dizia pra mim que ele dizia ter horror à mãe”, conta a mãe adotiva, que, antes mesmo do nascimento, já havia decidido acolher o garoto, embora soubesse que ele era fruto de uma relação extraconjugal do marido.

A mesma nobreza de sentimento não foi encontrada de quem mais se esperava. Um adolescente assassinado no bairro Jóquei Clube foi rejeitado pelo próprio pai, que nunca assumiu o filho, nem registrou o menino ou deu pensão alimentícia. O menino nasceu de uma relação sexual forçada. “Quando procurou o pai, foi rejeitado e nunca aceitou isso, mas, para mim, ele não dizia nada, não”, conta a mãe. Depois que o adolescente foi morto, o pai procurou saber o que houve. “Ele veio saber o motivo e pegar o nome dele para colocar na missa de domingo, que participa com a mulher e as filhas que escolheu”, ressentido.

Em campo, os pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência perceberam uma ausência grande da figura paterna, porque abandonaram a família, porque estão presos ou porque morreram, não raro também em consequência da violência. Em muitas residências, os adolescentes eram a principal, quando não a única, representação masculina.

Um dos garotos mortos no bairro Serrinha cresceu com a “responsabilidade” de “cuidar” dos três irmãos que nasceram depois dele, enquanto a mãe buscava o sustento para os seis filhos. O adolescente nem conheceu o pai, que era usuário de drogas e também foi assassinado. A mãe revela ter deixado de consumir bebida alcoólica nos últimos cinco anos. Naquela e em tantas outras famílias, o que mais chama a atenção é a pre-

cariedade das condições de vida, situação que se agrava quando misturada à dependência química dos pais.

“Por onde pode entrar o equilíbrio familiar? Se pai e mãe tivessem empregos com um mínimo de dignidade, para dar melhor qualidade de vida aos filhos, talvez já melhorasse um pouco”, observa a pesquisadora Auxiliadora de Paula, após se confrontar com a miséria diante dos olhos. “A mãe nos recebeu bem. Com um jeito meio tímido, um pouco desconfiado, nos deixou do lado de fora, mas depois nos chamou para o primeiro cômodo da casa, uma casa pequena, escura, apertada, triste... Ela também”.

Na primeira tentativa de localizar a mãe do adolescente, a pesquisadora só obteve as impressões da vizinhança anestesiada frente à dureza de realidade já bastante conhecida. “Os vizinhos informaram que ela trabalhava de vez em quando e que os meninos eram criados assim meio de qualquer jeito... Mas percebi que ali tem uma mãe, querendo viver, lutando. Na sua ingenuidade e apequenamento diante da realidade dura, amou o filho”, observa a pesquisadora.

Realidade dura que se impõe para tantas mulheres que, forçosamente, precisam passar o dia fora de casa trabalhando, enquanto os filhos ficam sob os cuidados dos irmãos maiores, todos ainda crianças. “Depois que eu me separei, eu fui trabalhar”, revela uma mãe do Parque Dois Irmãos, cujo filho, assassinado aos 17 anos, ficava desde os quatro sob a “proteção” da irmã de apenas dez. “Sair para trabalhar e deixar os filhos sozinhos, ao mesmo tempo em que pode parecer um abandono, para os filhos é também um exemplo de resistência. É uma forma de amor também botar feijão dentro de casa”, avalia a pesquisadora Auxiliadora de Paula.

A situação de miséria está retratada nos relatos das famílias e nos lugares onde moram, em Fortaleza, mas também nas outras cidades contempladas pela pesquisa. “A pobreza também foi possível inferir através da própria casa, muitas com estruturas precárias, e das narrativas de dificuldades das mães, de sempre terem de trabalhar muito para sustentar a família, por vezes sozinhas, sem a ajuda dos pais dos adolescentes”, observa a pesquisadora Mara Carneiro.

A necessidade de dar conta das demandas apresentadas pelos filhos obrigam as mães a se dedicarem, por vezes, a mais de um emprego, como a pesquisadora identificou também em Maracanaú. “A mãe de um adolescente nos fala aos prantos de sua dor e arrependimento de muito ter trabalhado: ‘Eu me sinto culpada por trabalhar demais, por ter deixado ele desde os três anos de idade com os vizinhos. Eu tinha dois empregos, uma aqui e outro na Aldeota’. Ela se diz culpada por não ter conseguido dar mais atenção ao filho e que a busca por garantir que ele tivesse acesso a certos bens materiais e ao consumo a fez ausente. Apesar do la-

mento, não avalio, pelo restante dos elementos que tenho, que ela foi uma mãe negligente. Pelo contrário, ela lutou muito para que os filhos não tivessem envolvimento com o crime, não usassem drogas, e participava de sua vida escolar”, pontua Mara Carneiro.

Assistente social e também coordenadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca-Ceará, a pesquisadora avalia que o debate sobre negligência familiar exige muita cautela. “Não se pode assumir uma postura criminalizante das famílias que já se encontram vulneráveis quanto à questão econômica e de acesso aos direitos sociais mínimos. Os arranjos familiares, em sua maioria chefiados por mulheres, contam somente com a solidariedade das próprias mulheres, que se revezam nos cuidados com os filhos para que consigam trabalhar. Se os cuidados com a infância e a adolescência são uma responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, onde estava o Estado e as políticas públicas quando essas mulheres precisavam de apoio para o cuidado dos filhos? Os pais já haviam abandonado a responsabilidade. A esmagadora maioria dos adolescentes não teve acesso à creche na infância”.

Se é preciso atentar para não cair em processos de julgamentos simplistas ou criminalizantes das famílias, a pesquisadora pondera que é importante atentar também em que medida algumas não assumem a responsabilidade no cuidado dos filhos e passam para a família ampliada ou para os próprios filhos essa responsabilidade. “Apesar da delicadeza do debate, é necessário problematizar alguns processos de desresponsabilização das famílias com os filhos”. Mara Carneiro se deparou com a situação de uma mulher, que, após a separação do companheiro, não quis ficar com a responsabilidade de cuidar dos filhos gêmeos, transferindo esse papel para a avó materna, já idosa.

“A mãe reconstruiu sua vida, inclusive teve outros filhos com o atual companheiro. Os filhos do primeiro casamento só voltaram ao seu convívio com a morte da avó. Na entrevista, claramente, a mãe não sabia dizer nada da vida do filho, exatamente porque ela não participou de sua infância e dos primeiros anos da adolescência. Em toda a narrativa, havia um distanciamento do filho e até uma responsabilização individual do adolescente por ter utilizado drogas e abandonado a escola. ‘Isso era coisa dele, era o jeito dele. O que eu poderia fazer?’ Frases como essas eram ditas para explicar o abandono escolar e a ausência de qualquer atitude da parte dela quando soube do afastamento”, exemplifica a pesquisadora.

A negligência familiar, a indiferença social e abandono pelo Estado expõem a falta de comprometimento com a infância e a adolescência. “Na atual sociedade, há uma destituição do pacto de cuidado da geração mais velha com a geração mais nova”, lamenta o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, deputado Renato Roseno.

HOMENS E MULHERES: DESIGUALDADE ATÉ NA HORA DA MORTE O LUGAR DO MASCULINO E DO FEMININO EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

Tá lá um corpo estendido no chão³⁴. E do lado, uma mãe solitariamente destroçada. Na voz e na imagem de uma mulher, a síntese da dor. “São as mães que nunca largam seus filhos, são as mães que seguram a onda, são as mães que ficam com os filhos até na hora de enterrá-los. E muitas vezes, é só elas que ficam, porque os pais vão embora”, avalia o presidente da Central Única das Favelas, Preto Zezé.

Não é apenas uma impressão. O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência constatou a desigualdade entre homens e mulheres até na hora da morte, uma desigualdade entre pais e mães que se arrasta muitas vezes desde o início da vida dos filhos, como pontua uma assistente social que participou de um dos grupos focais. “Muitas adolescentes já não têm mais nenhum contato com o pai dos filhos. Elas estão gestantes, mas já romperam esse vínculo com eles. Muitas vezes, elas perderam o contato porque eles estão presos ou envolvidos com o tráfico”.

O que os relatos nos atendimentos dos serviços socioassistenciais revelam é reforçado pela pesquisa realizada com familiares de adolescentes que foram assassinados e com garotos em privação de liberdade sob acusação de prática de homicídio. “Há uma maternidade vulnerável e uma paternidade irresponsável”, resume o sociólogo Thiago de Holanda, coordenador do levantamento.

A pesquisa com os familiares revelou que 84% dos meninos assassinados eram cuidados apenas pela mãe, embora 60% convivessem também com o pai. O levantamento junto aos adolescentes acusados de homicídios apontou que 90% conhecem pai e mãe, mas apenas 41% convivem com os dois. “A mãe é a principal referência do adolescente. Ficou muito claro que ele sempre tem a mãe como principal responsável. São poucos os casos em que o adolescente tem conhecimento da vida do pai. Quando o convívio existe, há pouca participação do pai”, observa o sociólogo.

O vácuo masculino na vida dos adolescentes, no entanto, não deve servir para estabelecer uma relação direta com a vivência do menino ou da menina em práticas ilícitas ou violentas. “Nós estamos sempre buscando um grande álibi para a

34. Citação à letra-canção *De frente pro crime*, do mineiro João Bosco, lançada em 1975, no disco *Caça à Raposa*. A composição descreve várias possibilidades de encarar um homicídio, inclusive ignorar o fato e seguir em frente, como no trecho:

*Tá lá um corpo estendido no chão
Em vez de rosto a foto de um gol
Em vez de reza a praga de alguém
E um silêncio servindo de amém
Sem pressa foi cada um pro seu lado
Pensando numa mulher ou num time
Olhei o corpo no chão e fechei
Minha janela de frente pro crime*

violência, como a desestruturação familiar, a ausência paterna... Nós precisamos é entender melhor a estrutura de família e a dinâmica familiar, pois o adolescente precisa de cuidado, mas a família também está vulnerável e necessita de atendimento”, propõe Thiago de Holanda.

A ausência paterna na vida de garotos envolvidos com atos infracionais também foi verificada por um estudo do Ministério Público de São Paulo junto a 1.500 adolescentes entre 12 e 18 anos que cometeram delitos na capital paulistana entre 2014 e 2015: dois em cada três eram de famílias sem o pai dentro de casa. No Ceará, a realidade é muito semelhante, na avaliação da coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Ministério Público. “Há uma ausência da figura paterna de forma muito pujante. A experiência nos mostra. Durante 11 anos no interior do Ceará, eu vi que isso é um fato. A figura paterna é ausente na vida de jovens infratores”, diz a promotora Flávia Soares.

De acordo com a experiência vivida como promotor em comarcas pelo interior cearense e na capital, o coordenador do Centro Operacional das Promotorias da Infância e Juventude, Hugo Mendonça, também considera que a relação dos adolescentes com as drogas tem um componente da ausência da figura paterna, haja vista que os relatos de que não faltou amor nem afeto por parte das mães e das avós são recorrentes. O que parece faltar, na verdade, é a figura de um adulto que estabeleça normas e limites para o adolescente, seja o pai, a mãe, os avós, os tios ou mesmo alguém de fora da família, que oriente o menino ou a menina e se torne uma referência positiva para ele ou ela.

Seja no interior, seja na capital, a relação entre os membros da família é historicamente construída com base em um modelo que delega funções e demarca lugares para homens e mulheres, dentro e fora de casa. “Eu saí muito cedo de casa. Eu tinha como referência a minha mãe e tinha muitos conflitos com meu pai, mas vi o quanto esses conflitos nos balançam a cabeça, porque nos sentimos meio inseguros, meio sem ninguém, e na favela, a figura do pai é muito importante. É um conceito machista, lógico, de não ter referência nas mães. Essa coisa da autoridade da figura masculina, da autoridade do pai, ainda é muito culturalmente colocada para o adolescente”, reflete Preto Zezé.

No modelo tradicional de família, ao longo dos séculos, as atividades do pai estiveram quase sempre restritas a garantir pelo trabalho, geralmente fora de casa, os meios de subsistência do núcleo familiar, enquanto a mãe deveria cuidar das prendas do lar e da “educação” dos filhos. Sobretudo a mãe, num contato bem próximo, mas também o pai, mesmo numa relação mais distanciada, deveriam ditar aos filhos as normas e os comportamentos a serem seguidos. Quando meninos e meninas se desvirtuavam do padrão

estabelecido, quase sempre recaíam sobre a mãe as atitudes inquisitórias e os olhares condenatórios.

Os tempos mudaram, mas as visões de mundo, as diferenças de comportamento e as assimetrias entre homens e mulheres nem tanto. Mesmo com outros arranjos e novas relações familiares, o machismo ainda contamina a família, a sociedade e o próprio Estado. Na reprodução de desigualdades entre os gêneros, as tarefas cumpridas pelo pai em relação aos filhos são classificadas como atitudes de “um homem bom”, embora muitas vezes não representem mais do que a responsabilidade mínima que envolve – ou deveria envolver – os pactos familiar e social de cuidado com a infância e a adolescência. Os deveres exigidos das mães, ao contrário, são quase sempre maiores e os julgamentos também, caso os filhos não correspondam ao ideal almejado. “Cabe problematizar o olhar da sociedade sobre essas mães que ficam com a maior parte da responsabilidade de criar os filhos, mas levam a maior culpa quando a trajetória social não é como esperada. Cada erro ou deslize não é perdoado”, observa a pesquisadora Mara Carneiro.

A sentença familiar, mas também social e, por vezes, institucional, é desproporcional, haja vista que pesa sobre as mulheres uma sobrecarga de atribuições. “As narrativas das mulheres informam que os pais focam seu papel na ‘ajuda’ ao sustento econômico, deixando para elas a responsabilidade da criação dos filhos em um sentido amplo”, aponta Mara Carneiro, pesquisadora do comitê, alertando para a necessidade de uma reflexão profunda acerca do exercício da paternidade.

Quando as mães ficam com a obrigação de cuidar sozinhas dos filhos, a desproporcionalidade dos julgamentos já passa a se configurar como uma injustiça severa. A responsabilidade das mães compreende o cuidado afetivo, mas também o atendimento às necessidades básicas da família. A pesquisa do comitê revelou que, entre os meninos mortos, 63% tinham a mãe como responsável pela fonte de renda da casa, e entre os meninos aos quais se atribui prática de homicídio, 85% têm a mãe como principal referência para garantia da subsistência da prole. “A família mora em lugar precário, onde a mãe é responsável economicamente pela casa e trabalha em atividades também extremamente precarizadas, em que a renda é muito baixa”, acrescenta o coordenador do levantamento. “Com a morte do filho, as mães passam a carregar um peso ainda maior e se tornam mais vulneráveis”.

A vulnerabilidade das mães é medida também pelo baixo nível de escolaridade e pela situação de pobreza ou miséria da família. A pesquisa identificou que 43% das mães dos adolescentes assassinados não completaram o ensino fundamental e 67% recebem de um a dois salários mínimos, o mesmo percentual cadastrado no programa Bolsa Família, um benefício social destinado a famílias de baixa renda.

“Algumas mães eram somente alfabetizadas e muitas mostravam claramente a dificuldade de entender o que perguntávamos. Em uma das entrevistas, perguntamos se a gravidez do filho foi planejada. A mãe nos respondeu: ‘O que é planejada?’. Uma palavra aparentemente simples, mas que a mãe não conseguia compreender. Algumas delas relataram que só agora, depois dos filhos crescidos, é que têm buscado terminar os estudos”, exemplifica Mara Carneiro.

Para alguns adolescentes, a ausência paterna não é compensada mesmo com todo amor e proteção que as mães devotam a eles, manifestados inclusive na difícil escolha de trabalhar fora para que eles não morram de fome, embora sejam obrigadas a deixá-los sozinhos. “Até quando eu era junto com o pai dele, ele era bom”, afirma a mãe, atribuindo à separação o momento crucial para a mudança de comportamento do filho, que começou a usar drogas, deixou de ir à escola e passou a se envolver com a violência, praticando assaltos e agredindo pessoas, até sofrer uma tentativa de homicídio e depois ser morto. “A mãe pondera que foi a separação que prejudicou o filho, pois o pai o abandonou e o jovem o via cuidando dos filhos da outra mulher dele. Ela conta que o garoto via o pai indo deixar no colégio os três filhos da segunda mulher, e isso o indignava”, descreve a pesquisadora Gabriela Colares.

Indignação também para o menino da Granja Portugal que tinha aproximadamente um ano de idade quando perdeu o contato com o pai. “Ele nunca deu atenção ou carinho ao filho, nem levou pra passear ou ficar um fim de semana com ele. Tudo era eu”, compara a mãe, que se separou ao descobrir um caso de infidelidade do companheiro. “Quando perguntei se na certidão de nascimento do menino constavam os nomes dela e do pai, ela destacou que o filho costumava dizer: ‘Não sei pra quê esse nome aqui, se não serve de nada. Ele não me criou’, referindo-se ao pai”, acrescenta a pesquisadora Ana Paula Neves. Para a mãe, a ausência paterna interferiu negativamente na vida do filho, que vivia “sempre revoltado com a vida, com o pai que nunca foi presente”. Como diz, o ex-marido “era um estranho” para os filhos, e quem mais parecia sentir a falta de vínculo era o adolescente que foi assassinado.

Nas narrativas sobre a violência predomina a fala das mulheres, sobretudo de mães, avós e tias, as cuidadoras, mas também de irmãs, namoradas, companheiras, esposas. “O que se nota é que a mãe trabalha e o pai inexistente. A ausência do pai, por toda a vida, e, sobretudo, em momentos difíceis do percurso desses jovens, pode significar abandono, rejeição, falta de quem dê limites e também de quem converse com eles e compreenda o que eles possam estar passando”, constata a pesquisadora Auxiliadora de Paula, após entrevistar quatro famílias em sequência em um mesmo bairro nas quais nenhum dos garotos assassinados conviveu com o pai.





Pior do que a ausência é quando a presença desconstrói o sentido de paternidade e destrói o valor que a vida representa. O que dizer de um homem que não só é um péssimo exemplo para a família, mas enreda os próprios filhos numa teia de ilicitudes? No bairro João XXIII, um pai, envolvido com a criminalidade e as drogas desde cedo, conduziu os dois filhos mais velhos pelo mesmo caminho, para desgosto da esposa e da própria mãe, mulheres extremamente religiosas e trabalhadoras, mas que se ressentem de só terem conseguido “salvar” dessa vida as duas irmãs pequenas. A história de vida do adolescente morto foi marcada pelo envolvimento com a delinquência e a falta de oportunidades. A trajetória do irmão segue no mesmo sentido.

Um adolescente envolvido em conflitos entre gangues em Fortaleza não esconde os sentimentos de rancor e decepção ao acusar o pai de incentivá-lo a cometer crimes. Foi o pai quem teria instigado o garoto a assassinar o desafeto do filho. “O mesmo pai que, após 17 anos, certo dia, bêbado e drogado, disse que o

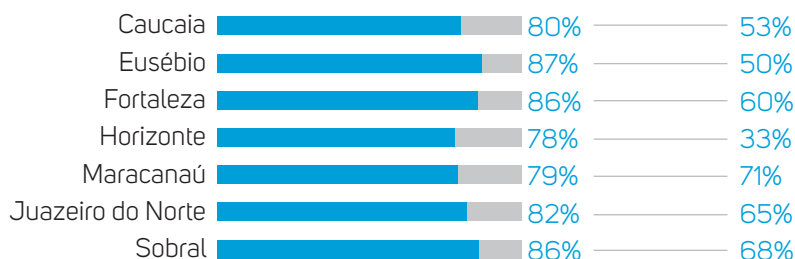
menino, na verdade, não era seu filho”, acrescenta o pesquisador João Pedro de Santiago, depois de ouvir o garoto apreendido em consequência do homicídio.

Há um reconhecimento praticamente oficial da ausência paterna. A base de dados fornecida pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social para a localização das famílias que seriam entrevistadas pelo comitê tinha apenas os nomes da vítima e da mãe. Foi uma surpresa para as pesquisadoras Ana Paula Neves e Mara Carneiro encontrarem no bairro São Bento, nas proximidades da área limítrofe entre Fortaleza e Maracanaú, um pai cuidando sozinho dos filhos, após o fim de dois relacionamentos. “Chamou-nos a atenção o contexto familiar liderado pelo pai com seus cinco filhos. As duas mulheres com quem ele viveu o abandonaram e, após a separação, todos os filhos permaneceram com ele. Um caso incommum, pois o que se destaca é o abandono dos homens e maridos para com suas esposas e filhos”, observa Ana Paula.

VULNERABILIDADE DE QUEM CUIDA

Pesquisa com familiares de adolescentes assassinados

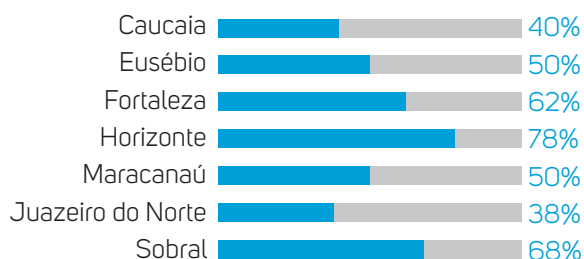
Adolescentes que tinham a mãe como a principal responsável



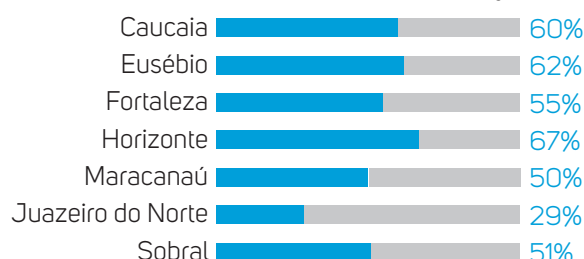
Mas conviviam com pai e mãe



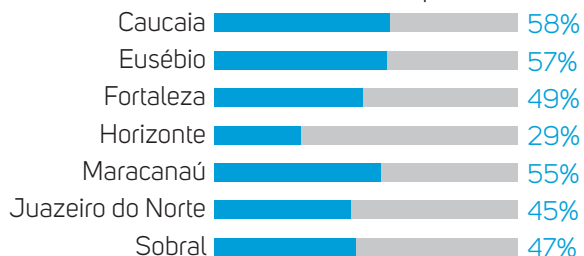
Adolescentes que tinham a mãe como responsável pela fonte de renda da família



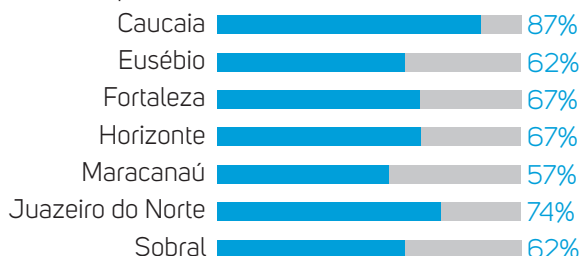
Mães engravidaram na adolescência – do próprio adolescente assassinado ou de outra criança



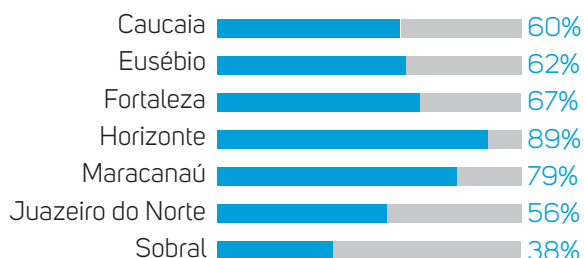
Mães com ensino fundamental incompleto



Famílias que recebiam o Bolsa Família



Famílias com renda de um a dois salários mínimos



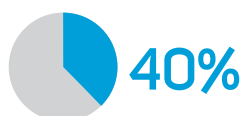
Pesquisa com adolescentes acusados de homicídios

Adolescentes que conhecem ou convivem com pai e mãe

Conhecem pai e mãe



Convivem com os dois



Adolescentes que têm a mãe como principal responsável



Fonte: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - 2016

DESIGUALDADES DE GÊNERO

O Ceará está próximo das piores condições do Brasil em igualdade de gênero, dividindo o 18º lugar com os estados de Alagoas e Pernambuco, entre 21 posições. O Índice Nacional de Desigualdades de Gênero foi construído para dimensionar as desigualdades entre homens e mulheres em termos de saúde, educação, trabalho e participação política. Esse índice varia de 0 a 1, sendo que 1 representaria uma sociedade plenamente igualitária em termos de gênero.

Estado	Índice nacional de desigualdades de gênero
Roraima	0,776
Rio Grande do Norte	0,77
Maranhã	0,76
Amapá	0,752
Sergipe	0,74
Acre	0,739
Rio Grande do Sul	0,738
Amazonas	0,732
Paraíba	0,73
Rio de Janeiro	0,727
Tocantins	0,727
Espírito Santo	0,726
Pará	0,724
Rondônia	0,721

Estado	Índice nacional de desigualdades de gênero
Bahia	0,72
Piauí	0,72
Matogrosso do Sul	0,72
São Paulo	0,717
Minas Gerais	0,713
Distrito Federal	0,71
Alagoas	0,70
Ceará	0,70
Pernambuco	0,70
Goiás	0,69
Mato Grosso	0,69
Paraná	0,681
Santa Catarina	0,676

Fonte: Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios - Ministério da Justiça - 2014

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Ceará apresenta o menor índice de violência doméstica entre 26 unidades da federação. O dado do Estado do Mato Grosso do Sul é o único que não consta no relatório do Ministério da Justiça - Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. O órgão, no entanto, considera que os dados de violência doméstica ainda são limitados no Brasil. O ranking foi elaborado a partir das informações obtidas junto ao banco de dados do Sistema Único de Saúde – DataSUS. “De toda forma, temos um indicador sobre quantos casos de agressões dentro da residência chegam aos hospitais e são categorizados como violência doméstica. Com certeza esses dados não dimensionam todos os casos de violência, mas é o indicador mais confiável no momento. Estamos utilizando esse dado para apontar o risco de homicídios de crianças, mulheres e idosos e, ainda, para dar pistas sobre uma sociabilidade violenta maior em determinados territórios”.

Estado	Taxa /100 mil habitantes	Estado	Taxa /100 mil habitantes	Estado	Taxa /100 mil habitantes
Minas Gerais	61,31	Acre	30,12	Rio Grande do Norte	16,36
Tocantins	57,31	Goiás	27,70	Alagoas	15,72
Roraima	53,32	Amapá	26,5	Distrito Federal	15,32
Santa Catarina	52,35	Piauí	26,12	Maranhão	12,53
Paraná	50,19	Rio de Janeiro	24,69	Bahia	12,26
Rio Grande do Sul	48,14	Espírito Santo	23,53	Rondônia	9,15
São Paulo	34,98	Mato Grosso	20,34	Sergipe	7,19
Pernambuco	34,37	Pará	19,17	Ceará	6,9
Amazonas	33,5	Paraíba	17,19		

Município	Taxa /100 mil habitantes	Município	Taxa /100 mil habitantes	Município	Taxa /100 mil habitantes
Palmas (TO)	133,00	Belém (PA)	26,86	Anápolis (GO)	10,77
Campo Grande (MS)	122,4	Canoas (RS)	24,70	Porto Seguro (BA)	10,63
Duque de Caxias (RJ)	78,89	Santa Rita (PB)	24,08	Itabuna (BA)	10,54
Cariacica (ES)	76,80	Arapiraca (AL)	22,84	Ribeirão das Neves (MG)	10,02
Curitiba (PR)	74,23	Rio Branco (AC)	21,43	Lauro de Freitas (BA)	9,21
Parauapebas (PA)	64,90	Vitória (ES)	21,30	Campina Grande (PB)	8,99
Vitória da Conquista (BA)	63,80	São José de Ribamar (MA)	21,12	Belford Roxo (RJ)	8,97
Boa Vista (RR)	60,65	Ananindeua (PA)	21,00	Aracaju (SE)	8,46
Guarulhos (SP)	59,06	Várzea Grande (MT)	20,31	São Leopoldo (RS)	8,37
Cabo de Santo Agostinho (PE)	58,62	Nova Iguaçu (RJ)	19,60	Belo Horizonte (MG)	8,03
João Pessoa (PB)	48,20	Florianópolis (SC)	19,50	Governador Valadares (MG)	7,94
Teresina (PI)	47,37	Paulista (PE)	19,26	Nossa Senhora do Socorro (SE)	6,95
Recife (PE)	43,51	Macapá (AP)	18,80	Porto Velho (RO)	6,88
Juiz de Fora (MG)	42,85	Rio de Janeiro (RJ)	17,40	Alvorada (RS)	6,80
Juazeiro (BA)	37,25	Campos dos Goytacazes (RJ)	17,06	São Luís (MA)	6,35
Caruaru (PE)	36,74	Cuiabá (MT)	17,02	Simões Filho (BA)	6,15
Serra (ES)	35,26	Porto Alegre (RS)	16,43	Camaçari (BA)	5,80
Goiânia (GO)	34,69	Natal (RN)	16,27	São Gonçalo (RJ)	5,72
Feira de Santana (BA)	32,83	Rondonópolis (MT)	16,05	Vila Velha (ES)	4,08
Mossoró (RN)	32,82	Juazeiro do Norte (CE)	15,69	Ilhéus (BA)	3,79
Campinas (SP)	32,22	Marabá (PA)	14,39	Fortaleza (CE)	2,70
Uberlândia (MG)	31,47	São João de Meriti (RJ)	12,81	Cabo Frio (RJ)	2,45
Olinda (PE)	30,40	Maceió (AL)	12,64	Caucaia (CE)	2,31
Sobral (CE)	30,35	Contagem (MG)	12,43	Maracanaú (CE)	1,83
Aparecida de Goiânia (GO)	29,72	Salvador (BA)	11,72	São Paulo (SP)	0,76
Jaboatão dos Guararapes (PE)	28,86	Betim (MG)	11,65		
Manaus (AM)	28,75	Luziânia (GO)	10,98		

HOMICÍDIOS DE MULHERES

A cidade de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza, tem a oitava maior taxa de homicídios de mulheres entre os 81 territórios mais violentos que fazem parte do diagnóstico do Ministério da Justiça. A capital ocupa a 12ª posição. Juazeiro do Norte, no Cariri, está em 32º lugar; Caucaia, também na região metropolitana de Fortaleza, na 37ª posição; e Sobral, na zona Norte, na 62ª colocação.

Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes
Simões Filho (BA)	17,81	Santa Rita (PB)	7,93	Curitiba (PR)	5,05
Serra (ES)	15,84	Maceió (AL)	7,89	Salvador (BA)	4,84
Lauro de Freitas (BA)	14,76	Rio Branco (AC)	7,83	Betim (MG)	4,56
Parauapebas (PA)	14,61	Goiânia (GO)	7,74	Uberlândia (MG)	4,42
Cariacica (ES)	12,73	Belém (PA)	7,67	Olinda (PE)	4,41
Rondonópolis (MT)	11,92	Juazeiro do Norte (CE)	7,43	Governador Valadares (MG)	4,29
Aparecida de Goiânia (GO)	10,41	Alvorada (RS)	6,90	Porto Alegre (RS)	4,21
Maracanaú (CE)	10,07	Porto Velho (RO)	6,88	Campo Grande (MS)	4,10
Luziânia (GO)	10,00	Vitória da Conquista (BA)	6,72	Sobral (CE)	4,03
Marabá (PA)	9,97	Manaus (AM)	6,51	Feira de Santana (BA)	4,02
João Pessoa (PB)	9,60	Caucaia (CE)	6,42	Belo Horizonte (MG)	4,01
Fortaleza (CE)	9,40	Natal (RN)	6,23	Duque de Caxias (RJ)	4,00
Cabo de Santo Agostinho (PE)	9,35	Ilhéus (BA)	6,23	Recife (PE)	3,94
Boa Vista (RR)	9,34	Macapá (AP)	6,15	Ilhéus (BA)	3,79
Itabuna (BA)	9,23	Várzea Grande (AP)	6,15	Paulista (PE)	3,71
Porto Velho (AC)	9,18	Jaboatão dos Guararapes (PE)	6,08	Juiz de Fora (MG)	3,61
Anápolis (GO)	9,13	Contagem (MG)	6,01	Nova Iguaçu (RJ)	3,59
Porto Seguro	9,12	São Luís (MA)	5,97	Florianópolis (SC)	3,57
Vila Velha (ES)	9,06	Ananindeua (PA)	5,96	São Gonçalo (MG)	3,56
Caruaru (PE)	8,79	Nossa Senhora do Socorro (SE)	5,90	Canoas (RS)	3,54
Vitória (ES)	8,49	Ribeirão das Neves (MG)	5,89	Campinas (SP)	3,52
Campina Grande (PB)	8,27	Mossoró (RN)	5,81	Teresina (PI)	3,17
Campos dos Goytacazes (RJ)	8,17	Imperatriz (MA)	5,40	Camaçari (BA)	3,11
Palmas (TO)	8,17	São Leopoldo (RS)	5,38	Guarulhos (SP)	2,98
São José de Ribamar (MA)	8,07	Arapiraca (AL)	5,25	Juazeiro (BA)	2,92
Cabo Frio (RJ)	8,00	Cuiabá (MT)	5,22	São Paulo (SP)	2,70
		Aracaju (SE)	5,09	Rio de Janeiro (RJ)	1,91
				Belford Roxo (RJ)	1,22

Fonte: Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios - Ministério da Justiça - 2014

HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS

A cidade de Fortaleza tem a oitava maior taxa de homicídios de crianças, até 14 anos, entre os 81 territórios mais violentos que fazem parte do diagnóstico do Ministério da Justiça. Juazeiro do Norte e Maracanaú ocupam a 16ª e 17ª posições, respectivamente. Caucaia está na 34ª posição e Sobral na 55ª colocação.

Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes
Santa Rita (PB)	18,41	Belém (PA)	3,95	Rio Branco (AC)	1,97
Vitória (ES)	12,47	Marabá (PA)	3,91	São João de Meriti (RJ)	1,91
Maceió (AL)	10,08	São Gonçalo (RJ)	3,81	Juazeiro (BA)	1,77
Lauro de Freitas (BA)	9,76	Campos dos Goytacazes (RJ)	3,66	São Paulo (SP)	1,74
Serra (ES)	9,42	São Luís (MA)	3,65	Belo Horizonte (MG)	1,54
Simões Filho (BA)	9,08	Goiânia (GO)	3,61	Imperatriz (MA)	1,48
Vila Velha (ES)	8,98	Caucaia (CE)	3,27	Paulista (PE)	1,45
Fortaleza (CE)	8,86	Cuiabá (MT)	3,11	Rio de Janeiro (RJ)	1,45
Cabo Frio (RJ)	8,60	Uberlândia (MG)	3,11	Duque de Caxias (RJ)	1,44
Arapiraca (AL)	8,34	Palmas (TO)	3,10	Campinas (SP)	1,42
Cariacica (ES)	8,16	Teresina (PI)	3,07	Curitiba (PR)	1,41
Mossoró (RN)	7,99	Aracaju (SE)	3,04	Jaboatão dos Guararapes (PE)	1,28
Alvorada (RS)	7,72	Contagem (MG)	3,04	Ribeirão das Neves (MG)	1,28
Campina Grande (PB)	7,56	Manaus (AM)	3,04	Recife (PE)	1,23
Porto Seguro (BA)	7,44	Distrito Federal (DF)	3,03	Betim (MG)	1,03
Juazeiro do Norte (CE)	7,31	Várzea Grande (MT)	3,03	Guarulhos (SP)	0,99
Maracanaú (CE)	7,30	Salvador (BA)	2,86	Belford Roxo (RJ)	0,85
Itabuna (BA)	6,39	Porto Velho (RO)	2,55	Feira de Santana (BA)	0,73
Ilhéus (BA)	6,36	Vitória da Conquista (BA)	2,53	Cabo de Santo Agostinho (PE)	0,00
Parauapebas (PA)	5,83	Anápolis (GO)	2,50	Canoas (RS)	0,00
Aparecida de Goiânia (GO)	5,70	Macapá (AP)	2,31	Caruaru (PE)	0,00
Luziânia (GO)	5,70	Porto Alegre (RS)	2,26	Florianópolis (SC)	0,00
João Pessoa (PB)	4,87	Boa Vista (RR)	2,25	Rondonópolis (MT)	0,00
Governador Valadares (MG)	4,81	Natal (RN)	2,25	Nossa Senhora do Socorro (SE)	0,00
Ananindeua (PA)	4,77	Campo Grande (MS)	2,20	Nova Iguaçu (RJ)	0,00
Camaçari (BA)	4,58	São Leopoldo (RS)	2,05	Olinda (PE)	0,00
São José de Ribamar (MA)	4,33	Juiz de Fora (MG)	1,99		
		Sobral (CE)	1,99		

Fonte: Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios - Ministério da Justiça - 2014

HOMICÍDIOS DE IDOSOS

A cidade de Maracanaú está em 12º lugar no ranking de homicídios de idosos. Juazeiro do Norte tem a 23ª taxa, Caucaia e Fortaleza aparecem seguidas, na 31ª e 32ª posições, e Sobral está na 43ª colocação.

Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes	Município	Taxa / 100 mil habitantes
Luziânia (GO)	68,94	Alvorada (RS)	16,92	Porto Alegre (RS)	7,98
Parauapebas (PA)	53,64	Serra (ES)	16,68	Distrito Federal (DF)	7,86
Rondonópolis (MT)	36,06	Lauro de Freitas (BA)	16,34	Aracaju (SE)	7,49
Ananindeua (PA)	35,14	Vitória da Conquista (BA)	15,88	Vitória (ES)	7,48
Boa Vista (RR)	32,50	Caucaia (CE)	15,77	São Gonçalo (RJ)	7,36
Marabá (AP)	29,78	Fortaleza (CE)	15,67	Campina Grande (PB)	6,92
Imperatriz (MA)	29,14	Vila Velha (ES)	15,35	Camaçari (BA)	6,70
Mossoró (RN)	28,13	Jaboatão dos Guararapes (PE)	15,21	Paulista (PE)	6,58
Rio Branco (AC)	26,77	Arapiraca (AL)	15,02	Feira de Santana (BA)	6,08
Simões Filho (BA)	25,92	Cabo Frio (RJ)	14,23	Belo Horizonte (MG)	5,96
Cabo de Santo Agostinho (PE)	25,72	Aparecida de Goiânia (GO)	13,91	São João de Meriti (RJ)	5,75
Maracanaú (CE)	24,55	Porto Seguro (BA)	13,85	Várzea Grande (MT)	5,43
Porto Velho (RO)	24,05	Duque de Caxias (RJ)	13,73	Contagem (MG)	5,29
Nossa Senhora do Socorro (SE)	23,72	Cariacica (ES)	12,57	São Paulo (SP)	5,03
Cuiabá (MT)	21,91	São Luís (MA)	12,52	Recife (PE)	4,90
Campos dos Goytacazes (RJ)	21,41	Belém (PA)	12,17	Ribeirão das Neves (MG)	4,65
Manaus (AM)	21,49	Sobral (CE)	11,80	São Leopoldo (RS)	4,46
Ilhéus (BA)	20,70	Campo Grande (MS)	11,24	Belford Roxo (RJ)	4,43
Palmas (TO)	18,91	Goiânia (GO)	10,96	Campinas (SP)	4,41
Juazeiro (BA)	18,75	Canoas (RS)	10,68	Salvador (BA)	4,38
Macapá (AP)	18,69	Guarulhos (SP)	9,76	Betim (MG)	3,64
Maceió (AL)	18,56	Uberlândia (MG)	9,48	Nova Iguaçu (RJ)	3,54
Juazeiro do Norte (CE)	18,52	Natal (RN)	9,37	Curitiba (PR)	3,48
Caruaru (PE)	18,43	João Pessoa (PB)	9,14	Governador Valadares (MG)	3,22
Itabuna (BA)	17,68	Olinda (PE)	8,95	Rio de Janeiro (RJ)	2,21
Anápolis (GO)	17,63	Teresina (PI)	8,51	Juiz de Fora (MG)	1,40
		Santa Rita (PB)	8,45	São José de Ribamar (MA)	0,00
		Florianópolis (SC)	8,03		

Fonte: Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios - Ministério da Justiça - 2014

HISTÓRIA DE VIDA

PATERNIDADE EM CONTEXTO SINGULAR DE ABANDONOS, AMEAÇAS E VIOLÊNCIAS

Um pai, cinco filhos para cuidar e um para lembrar. “Eu não esqueço um dia, nem um instante”, afirma o homem de 37 anos, referindo-se ao filho assassinado a caminho da casa da mãe. Era véspera do aniversário de 16 anos do garoto, que provavelmente teria planejado passar a data na companhia da mulher que lhe deu a vida. Quando o homicídio aconteceu, pai e mãe já não viviam como um casal fazia mais de uma década. Aliás, após dois casamentos malsucedidos, o pai passou a assumir sozinho a responsabilidade pela família. Mesmo antes de ter sido abandonado pelas companheiras, como revela, coube a ele, desde cedo, a tarefa principal de prover as crianças não apenas do que era necessário para o sustento físico.

“Ele demonstra ser um pai presente, que ama seus filhos e que sofre as dores que só um pai que perdeu um filho é capaz de sentir”, observa Ana Paula Neves, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Entre tantas histórias familiares marcadas pela ausência paterna, o enredo da família de mais um adolescente morto em 2015 se diferencia exatamente pela presença forte do pai, destacando-se de imediato para as pesquisadoras que foram até a residência do entrevistado.

“Aquele cena do pai com seus cinco filhos: três adolescentes (dois rapazes e uma moça) e duas filhas pequenas (com idades aproximadas de quatro e cinco anos) nos chamou a atenção desde nossa chegada. Com o decorrer do relato do pai, ficamos ainda mais impressionadas com aquele contexto de aspecto singular”, acrescenta Ana Paula. As duas filhas menores nasceram do segundo relacionamento, que chegou ao fim em 2014. Com a primeira companheira, ele concebeu os outros filhos, um deles o garoto assassinado, que tinha apenas quatro anos quando a mãe deixou a família. A cada casamento desfeito, todos os filhos permaneciam com o pai. E era com a avó paterna que as crianças ficavam quando ele saía para trabalhar.

De acordo com o dono da casa, a primeira mulher, além de ter se afastado dos filhos, enveredou pelo caminho da dependência química, fazendo uso de diversas drogas. Na primeira e única vez que o adolescente cumpriu medida socioeducativa, permanecendo 38 dias no Centro Educacional São Francisco, o pai procurava visitar o garoto a cada semana. “Ele nunca teve visita da mãe, só minha”, diz.

Apesar da ausência materna, o adolescente ainda procurava conviver com a mãe, mas, em uma das visitas a ela, chegou a dormir três dias pela rua, conforme aponta o pai. Uma vez ao relento, exposto à umidade da noite; outra vez a poucos minutos da casa da mãe, exposto à violência do dia. Um grupo de jovens, tão jovens como ele, interrompeu o encontro do filho com a mãe. Depois de ser atingido com dois tiros nas costas e quatro na cabeça, o adolescente sucumbiu ali mesmo, no meio da rua do bairro Jurema, na favela Barreiras. O limite geográfico entre Fortaleza e Caucaia era também o limite entre a vida e a morte para quem ousasse desrespeitar as regras estabelecidas pelo grupo.

O pai do garoto conta que os mesmos jovens já participaram de outros assassinatos na área. Antes do desfecho fatal, o filho havia sofrido ameaças e saído ileso de três tentativas de homicídio, todas muito próximas, em menos de um ano. As ameaças e os atentados eram decorrentes do controle territorial imposto pelo grupo. À procura da mãe, o garoto contrariava as ordens de não entrar no local. Mas como a dinâmica da violência é demasiadamente complexa, o pai acredita o crime a mais um componente: o desentendimento entre outro filho adolescente e o irmão de um dos integrantes do grupo. “Ele pegaria qualquer um (da família) e matava (para vingar-se)”, deduz, referindo-se ao autor do assassinato.

Mesmo com todo o desvelo pelos filhos, ele não impediu que o mais velho, de 19 anos, também fosse apreendido quando adolescente, embora não tenha informado por que, e ficasse oito meses e 14 dias preso ao completar a maioridade penal por ter ajudado na fuga de um amigo acusado de roubar um telefone celular. Apesar dos dois episódios, o pai aponta que o filho estava estudando e trabalhando antes da prisão.

O assassinato do adolescente de 15 anos foi o incidente final de uma sucessão de fatos marcantes envolvendo o garoto no período de poucos meses. Antes, nenhum episódio mais expressivo relacionado a mudança de comportamento ou participação em ilicitudes tinha acontecido. Ao completar 15 anos, ele começou a usar drogas, mas apenas maconha, segundo o pai; foi internado no Sistema Socioeducativo e sofreu as três tentativas de assassinato. O adolescente já havia participado de um projeto social e estava matriculado na escola. Ele ficou afastado dos estudos por seis meses, período em que esteve aguardando o surgimento de uma vaga para cursar o sétimo ano. Mas a morte chegou antes.

O pai reconhece que, na criação do filho, recorria ao castigo físico como recurso pedagógico, uma postura ainda bastante naturalizada nas famílias. “Quando ele fazia coisa errada, eu não tinha paciência, batia mesmo”. Mas, naquele contexto familiar, a violên-

HISTÓRIA DE VIDA

cia doméstica não parecia tão comum e grave quanto as ameaças na rua e a violência institucional. Durante a passagem pela unidade de cumprimento de medida socioeducativa, o garoto denunciou ao pai ter sido espancado por um agente socioeducador. Ao mudar para a situação de semiliberdade, ficou apenas três dias. “Ele não quis cumprir, foi embora”, admite o pai.

O adolescente também teria sido vítima do abuso de autoridade policial, um problema extensivo à família. O pai diz que o garoto foi humilhado várias vezes pela Polícia. “Ele não podia estar nem na parada de ônibus”, reclama, sem deixar de reconhecer que o filho tinha acesso a armas de fogo, provavelmente emprestadas por colegas que faziam uso de tais armamentos e com os quais ele convivia. “Essas crianças aqui não podem ver um carro de Polícia, que saem tudo correndo”, acrescenta, apontando para as filhas pequenas. “Eles me veem com tatuagem e já chegam batendo, nem olham o documento”. Em função dos conflitos do filho com a Polícia, ele estava evitando sair de casa com o adolescente, pois tinha receio de ser preso se fosse encontrado junto dele. “Ela não respeita nem cidadão. ‘Bora, vagabundo, põe a mão na cabeça’”, questiona, reportando-se aos métodos utilizados nas abordagens policiais.

O pai pondera que a Polícia Civil é mais comedida, mas lamenta a falta de efetividade na investigação dos crimes. Se a ausência definitiva do ente querido é uma amargura difícil de suportar, mais de um ano depois os responsáveis não foram presos e a família da vítima ainda continua sofrendo ameaças. O pai relata que os envolvidos no homicídio chegaram a postar nas redes sociais um vídeo com intimidações à família. Ele procurou a Divisão de Homicídios para mostrar a gravação, mas nada teria sido feito até a data do contato com o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Sem a responsabilização dos autores dos crimes, o sentimento de injustiça aumenta, quem sabe na mesma proporção do desejo de vingança. “Se eu tivesse oportunidade, não deixaria ele vivo”, admite o pai do adolescente, sobre o agressor do filho. “Eu não vou desonrar a vida do meu filho. Nem que custe a minha vida, eu vou atrás”, ressalta, insistindo para que justiça seja feita. Enquanto espera uma resposta do Estado, a família vai acumulando dores e transtornos. As ameaças dirigidas a um dos filhos se estendem para os outros membros, que já se viram obrigados a mudar duas vezes de endereço, saindo de um extremo para outro da cidade, morando agora no bairro São Bento, próximo à área limítrofe entre Fortaleza e Maracanaú.

“O endereço é de difícil acesso, situado em um ambiente isolado, de estrada carroçável, envolvido por mata e, por ser período chuvoso, apresentava áreas esburacadas, alagadas e com muita lama”, descreve a pesquisadora Ana Paula Neves. A

precariedade da área externa sinalizava que condições semelhantes iriam ser encontradas no recinto familiar. “O ambiente é um pouco escuro, pois não há janelas, apenas quatro portas que dão acesso a outros cômodos da casa. É uma construção aparentemente grande e ainda inacabada, de teto alto, sem reboco e com piso sem acabamento. A sala, bem como demonstrava ser o restante da casa, é bem simples, com a disposição de poucos equipamentos, apenas um móvel de madeira onde estava a televisão, um sofá desgastado, um banquinho, uma bicicleta de criança. Os assentos da casa se resumiam ao sofá e ao banquinho de madeira”.

A nova guarida fica entre a Rua da Felicidade e a Rua da Calmaria, mas o sentimento que predomina na família é de apreensão. O pai tem evitado sair de casa, principalmente se for necessário pegar um ônibus. “A gente ter que se calar pra vagabundo... Eu nunca imaginei passar por isso”, desabafa. O descrédito nas instituições encarregadas de garantir a proteção aos cidadãos faz com que ele deposite as esperanças no sobrenatural. “A proteção vem Deus, não da arma”. Mas também considere a possibilidade de agir com as próprias mãos. “Quem tem arma tem poder”, afirma, admitindo que se sentiria mais seguro. “Se tivesse, eu tinha até menos medo”.

Depois de aproximadamente duas horas de conversa, as pesquisadoras do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência deixaram a residência do adolescente assassinado, impactadas com mais uma história peculiar de violência e vulnerabilidades. Aos 37 anos, sem renda fixa nem benefício social, trabalhando eventualmente como autônomo em serviços diversos, o pai precisa encontrar forças para não deixar a família desamparada e para resistir ao sofrimento causado pela perda do filho, mas também pelas ameaças que não cessaram com a morte dele. “Na volta para casa, ainda relembávamos, entristecidas e meio que em estado de choque, a situação daquela família extremamente vulnerável que acabávamos de conhecer. Essa será, sem dúvida, mais uma história que não se apagará facilmente das nossas memórias”.³⁵

35. Esta história de vida foi escrita a partir do diário de campo produzido pela economista doméstica Ana Paula Neves, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

DAVI PINHEIRO

10 ANOS

11 ANOS

12 ANOS

13 ANOS

14 ANOS



A COMUNIDADE

15 ANOS



O RISCO DE VIVER EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES

DAVI PINHEIRO



A morte muito perto do lugar onde a vida pulsava: o próprio bairro, a própria rua, a calçada de casa, a porta da sala de estar, o sofá onde sentava com a família, a cama onde dormia... O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência identificou na pesquisa com familiares de adolescentes assassinados em Fortaleza em 2015 que 73% dos adolescentes foram mortos no bairro onde moravam. Em 49% dos casos pesquisados, a família afirmou que conhecia o autor do crime, percentual que sobe para 55% quando a pergunta era se a vítima também conhecia o agressor.

A distribuição espacial dos homicídios de adolescentes em Fortaleza revela que a maior parte acontece em assentamentos precários³⁶. De acordo com a política nacional de habitação, os assentamentos precários correspondem a espaços urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e conjuntos habitacionais degradados. É nessas áreas da capital do Ceará onde residia a maioria dos adolescentes mortos em 2015.

36. Farol Novo, Nova Fortaleza... Os assentamentos precários recebem nomes que se contrapõem ao velho, mas a novidade fica restrita à denominação das áreas e o que impera são condições de moradia por demais atrasadas. São Cristovão, São Pedro... Eles são "batizados" também com nomes de santo, mas seus moradores não gozam da proteção geralmente atribuída à transcendência. Morro da Vitória, Riacho Doce, Jardim Fluminense... Os assentamentos ganham até nomes poéticos, mas o que prevalece no cotidiano das famílias são os sentimentos de derrota, o gosto amargo das privações, o odor fétido de ocupações com esgotos a céu aberto.

Os moradores de assentamentos precários estão expostos a um risco de homicídio significativamente maior em comparação com meninos e meninas que habitam outros lugares da cidade. Um levantamento da Secretaria Municipal de Saúde realizado em 2016 revela que 41% dos adolescentes mortos moravam em 96 territórios com péssimas condições de moradia. Em 26 deles, mais de um adolescente foi assassinado. Em Fortaleza, existem 843 assentamentos com essa classificação.

As mortes não se distribuem de maneira homogênea. Apenas 18 dos 119 bairros, isto é, 15%, concentraram quase a metade, 44%, dos assassinatos de pessoas entre 10 e 19 anos. Muitos homicídios acontecem perto uns dos outros. Essa característica da distribuição geográfica da violência letal intencional poderia ser levada em consideração pelo poder público para intervenções mais eficazes em determinadas áreas da cidade.

“A priorização de assentamentos precários, ao invés de unidades mais heterogêneas, como bairros, para intervenções intersetoriais, pode ter alto impacto na redução dos homicídios de adolescentes”, aponta o médico epidemiologista Antonio Silva Lima Neto. Coordenador da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde e consultor do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, ele foi responsável pela espacialização dos homicídios.

O direcionamento de ações para as áreas que mais necessitam é, por demais, factível, haja vista que o trabalho de descrição completa e detalhada dos assentamentos precários já foi concluído pelo próprio Instituto de Planejamento de Fortaleza. A repercussão seria não apenas para a prevenção e o enfrentamento da violência, mas também para o combate a outros problemas de saúde pública concentrados nesses locais.

As diferentes versões do mapa da cidade, em função dos diferentes agravos, se assemelham bastante. “Eles apresentam uma ou outra diferença, mas nada tão significativo. Isso significa que determinados bairros e comunidades concentram maior carga de agravos e eventos por determinação social, como sífilis congênita, leishmaniose visceral, mortalidade infantil, tuberculose e hanseníase”, observa Antonio Lima.

Dentro dos principais bairros há áreas bem delimitadas onde os casos se acumulam, que são exatamente os assentamentos precários. “Do ponto de vista espacial, as intervenções seriam mais eficientes se levassem em consideração os assentamentos, unidades menores, e não o bairro como um todo”, reforça o coordenador da Vigilância Epidemiológica.

A compreensão de que a atenção para os crimes de morte merece ser focalizada, obtendo resultados mais satisfatórios nas intervenções não apenas para combater a violência, é reforçada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea) em um estudo divulgado em 2016 sobre a relação entre educação e homicídios. “Um quarto dos homicídios no Brasil estão localizados em 470 bairros. Dá pra gerenciar isso”, conclui o economista Daniel Cerqueira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Assim como em Fortaleza, os crimes violentos não se distribuem de maneira uniforme em outros municípios brasileiros, mas se concentram em alguns bairros e localidades. Em 2014, os 81 territórios que fazem parte do estudo do Ipea concentravam 22.776 homicídios, quase a metade, 48,6%, do que foi registrado em todo o Brasil, porém, com alta concentração em poucos bairros: 4.706. No Rio de Janeiro, por exemplo, 50% dos homicídios aconteceram em apenas 17 bairros, 10% do total.

“Entender toda a diversidade ambiental urbana que ocorre dentro de um mesmo município, bem como as sensíveis diferenças na provisão e qualidade dos serviços públicos para as regiões mais prósperas e para as localidades mais vulneráveis socioeconomicamente é, portanto, um elemento crucial para instruir as políticas públicas, mormente no campo da segurança”, aponta o estudo, que se debruçou sobre os municípios contemplados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, entre eles cinco cearenses - Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Caucaia.

“Nós sabemos que tem uma correlação muito evidente da ocorrência das mortes com contextos sociais, tanto pelos indicadores de pobreza quanto pelas características da urbanidade, os aglomerados subnormais. E essa diversidade, dentro do próprio bairro, é muitíssimo relevante para o direcionamento de políticas públicas, porque, em um mesmo bairro, quando se analisam os dados mais micros, dá pra perceber as diferenças dentro daquele território que aparentemente é um só”, avalia a vice-governadora Izolda Cela.

Somando os 843 assentamentos precários de Fortaleza, eles ocupam 39,52 km², o que corresponde a 13% da área total da capital. A precariedade das condições de vida para a população que habita esses territórios está diretamente relacionada com a ocupação desordenada da cidade: 40% da população mora em assentamentos precários, ou seja, 1.077.000 habitantes.

Fortaleza já é a cidade mais densamente povoada do Brasil, com 8.277 habitantes por km², porém a densidade populacional mais que triplica nos assentamentos precários, atingindo 26.502 habitantes por km². O problema do alto adensamento envolve o processo migratório do interior para a capital intensificado a partir dos anos de 1960, mas também a falta de planejamento ao longo das décadas para absorver e distribuir a população.

Enquanto Fortaleza inchava, a desigualdade entre ricos e pobres foi se agravando. Hoje, a quinta capital brasileira em

população também se tornou a quinta cidade mais desigual do mundo, de acordo com o relatório das Nações Unidas State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide, em tradução livre “Panorama das cidades do mundo: superando a desigualdade urbana”.

“Parte desta má distribuição de renda tende a se refletir espacialmente nos bairros da capital cearense, visto que a decisão dos indivíduos de onde residir está fortemente condicionada à sua capacidade de renda, disponibilização de serviços públicos (educação, saúde, transporte, segurança, comércio etc.), oportunidades de emprego etc.”, aponta o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

O órgão do Governo do Estado divulgou em 2012 um estudo sobre a distribuição da renda pessoal em Fortaleza em que identifica a grande desigualdade entre ricos e pobres e a correlação com a insegurança. “É evidente que essa elevada desigualdade espacial pode ocasionar, entre outros problemas, a potencialização de tensões sociais culminando com o aumento da violência”.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará acrescenta que a situação é ainda mais grave em função de Fortaleza ser a capital mais densamente povoada do Brasil e a quarta capital em número de aglomerados subnormais - ocupações irregulares e/ou ilegais vivendo com serviços públicos precários. De acordo com o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 369.370 habitantes, ou seja, 16% da população total, moravam em condições mínimas de sobrevivência. Os dados são um pouco superiores aos números, mais atualizados, do Instituto de Planejamento de Fortaleza.

De acordo com o levantamento do Governo do Estado, enquanto 7% da população total de Fortaleza que vivia nos dez bairros mais ricos se apropriavam de 26% da renda pessoal total da cidade, os 44 bairros de menor renda, que juntos somavam quase metade da população total da capital, ou seja 49%, se apropriavam dos mesmos 26% da renda pessoal total. Os bairros mais ricos, com renda média entre R\$ 2000,01 e R\$ 3659,54, se concentravam na Regional II. Entre os bairros mais pobres, seis estavam localizados na Regional V.

Aproximadamente 75,6% dos bairros de Fortaleza apresentavam uma renda média pessoal menor do que dois salários mínimos. Realizando um comparativo entre o bairro mais rico e o bairro mais pobre, a renda média pessoal do bairro Meireles era 15,3 vezes maior que a renda do Conjunto Palmeiras. Já a média das rendas dos dez mais ricos era 8,6 vezes maior que a média das rendas dos dez bairros mais pobres.



A Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, a partir de dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que 76% dos bairros possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor que 0,5, considerado baixo, numa escala de 0 a 1. O índice foi criado como contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH é uma mensuração resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

O prefeito Roberto Claudio anunciou no discurso de posse em 2013 que pretendia “reduzir a grave desigualdade existente” e “derrubar a muralha da vergonha que separa a cidade rica da cidade pobre”. Reeleito para mais um mandato de quatro anos a partir de 1º de janeiro de 2017, ele continua com os desafios de reduzir o altíssimo déficit habitacional da cidade e melhorar as condições de moradia de uma parcela significativa dos cidadãos. Pior do que o déficit de moradias, que deixa cerca de 120 mil pessoas sem casa própria em Fortaleza, são as condições de habitabilidade: 42.538 imóveis estão em área de risco e 68% não têm escritura.

Os números oficiais apresentados pelos próprios técnicos da Prefeitura de Fortaleza atestam quais são os problemas e

DAVI PINHEIRO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

onde eles estão: 40% dos fortalezenses moram em 843 assentamentos precários, o que significa 269.265 famílias de baixa renda, 1.077.000 pessoas ao todo, vivendo de forma inadequada e irregular, em áreas degradadas, com deficiências de infraestrutura e acessibilidade.

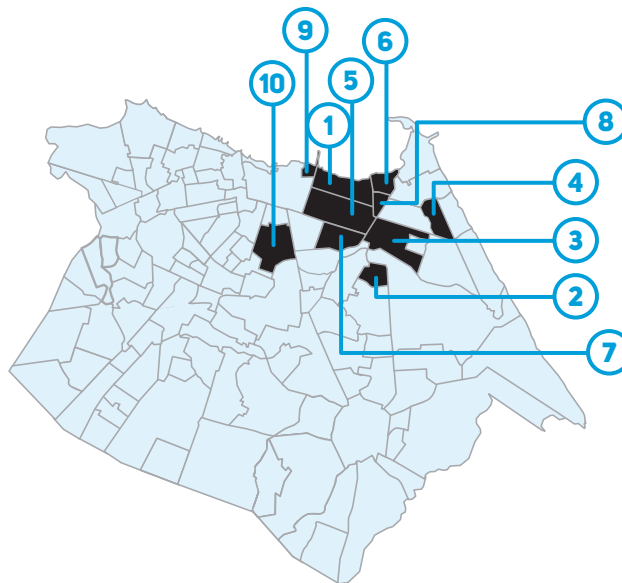
As soluções também são de conhecimento do poder público. Existem cerca de 70 mil unidades habitacionais sem uso e terrenos vazios à espera da implantação de projetos de moradia em Fortaleza, segundo o Laboratório de Estudos da Habitação, vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC). No entanto, as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), destinadas à habitação para as famílias mais pobres da cidade, ainda não foram regulamentadas, mesmo previstas no Plano Diretor de Fortaleza desde a aprovação da sua última revisão, em 2009.

As condições de moradia – ou a falta dela – saltam aos olhos, pois são a expressão mais visível de um processo histórico de desenvolvimento desigual, em que levam vantagem a especulação imobiliária e a concentração de renda e fundiária. Ademais, revelam uma dissociação entre as políticas de habitação e de urbanismo, que só traz prejuízos à cidade e aumenta, como diz o prefeito reeleito, a muralha da vergonha que separa a cidade rica da cidade pobre.

VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE

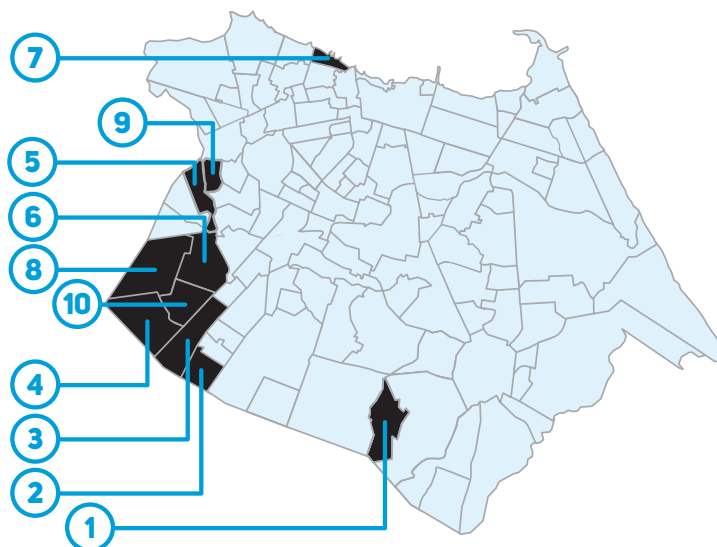
Bairros mais ricos de Fortaleza por renda média e homicídios em 2015

Bairros mais ricos	Renda Média (R\$)	Homicídios em 2015
1. Meireles	3.659,54	0
2. Guararapes	3.488,25	0
3. Cocó	3.295,32	1
4. De Lourdes	3.211,09	0
5. Aldeota	2.901,57	1
6. Mucuripe	2.742,25	4
7. Dionísio Torres	2.707,35	0
8. Varjota	2.153,80	0
9. Praia de Iracema	1.903,17	1
10. Bairro de Fátima	1.756,11	2
TOTAL DE HOMICÍDIOS (2015)		9



Bairros mais pobres de Fortaleza por renda média e homicídios em 2015

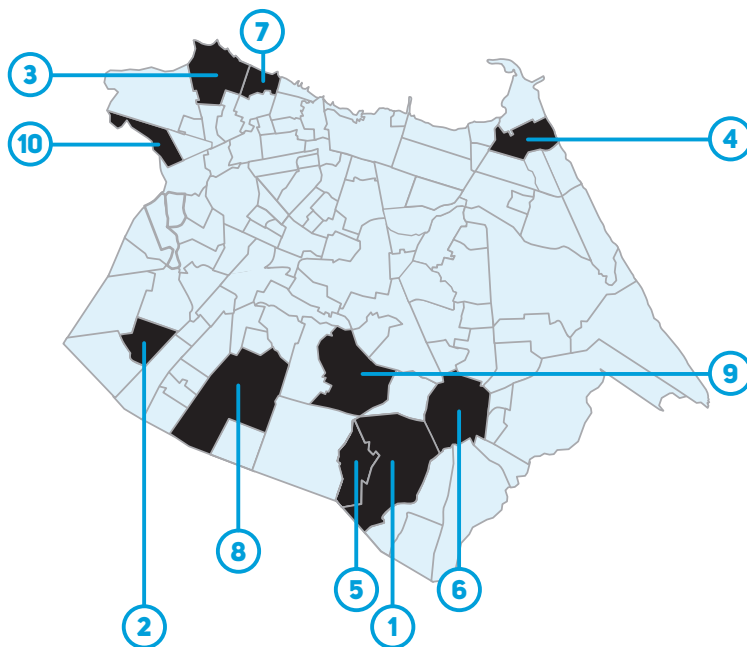
Bairros mais pobres	Renda Média (R\$)	Homicídios em 2015
1. Conjunto Palmeiras	239,25	12
2. Parque Presidente Vargas	287,92	0
3. Canindezinho	325,47	7
4. Siqueira	326,8	9
5. Genibaú	329,98	9
6. Granja Portugal	334,83	9
7. Pirambu	340,36	8
8. Granja Lisboa	341,36	4
9. Autran Nunes	349,74	6
10. Bom Jardim	349,75	19
TOTAL DE HOMICÍDIOS (2015)		83



HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES

Na tabela, em negrito **bairros mais pobres** e em azul **bairros mais ricos**

Bairros	Qtde.
1. Jangurussu	24
2. Bom Jardim	19
3. Barra do Ceará	13
4. Vicente Pinzón	13
5. Conjunto Palmeiras	12
6. Messejana	12
7. Cristo Redentor	11
8. Mondubim	11
9. Passaré	11
10. Quintino Cunha	11
Vila Velha	11
Barroso	9
Genibaú	9
Granja Portugal	9
Pici	9
Siqueira	9
Bela Vista	8
Pirambu	8
Prefeito José Walter	8
Álvaro Weyne	7
Canindezinho	7
Jardim Guanabara	7
Autran Nunes	6
Henrique Jorge	6
Jacarecanga	6
Jardim das Oliveiras	6
Parque São José	6
Ancuri	5
Bom Sucesso	5
Carlito Pamplona	5
Joaquim Távora	5
Lagoa Redonda	5
Serrinha	5
José de Alencar (Alagadiço Novo)	4
Edson Queiroz	4
Granja Lisboa	4
Jardim Iracema	4
Maraponga	4
Monte Castelo	4
Mucuripe	4
Antonio Bezerra	3
Cajazeiras	3



Bairros	Qtde.
Conjunto Ceara	3
Curió	3
Farias Brito	3
Floresta	3
Itaperí	3
Joao XXIII	3
Padre Andrade	3
Papicu	3
Parque Dois Irmãos	3
Presidente Kennedy	3
Rodolfo Teófilo	3
Alagadiço / São Gerardo	2
Centro	2
Conjunto Esperança	2
Dom Lustosa	2
Fátima	2
Jóquei Clube	2
Parangaba	2
Parque Santa Rosa	2
Paupina	2
Vila Peri	2
Vila União	2
Aeroporto	1
Aldeota	1
Benfica	1

Bairros	Qtde.
Boa Vista	1
Cocó	1
Dias Macedo	1
Jardim América	1
Montese	1
Moura Brasil	1
Planalto Ayrton Senna	1
Parque Manibura	1
Praia de Iracema	1
Praia do Futuro I	1
Sabiaguaba	1
São João do Tauape	1
Sapiranga/Coité	1
Aerolândia	0
Alto da Balança	0
Amadeu Furtado	0
Bom Futuro	0
Cais do Porto	0
Cambeba	0
Cidade dos Funcionários	0
Cidade 2000	0
Coaçu	0
Conjunto Ceara II	0
Couto Fernandes	0
Damas	0

Bairros	Qtde.
De Lourdes	0
Demócrito Rocha	0
Dendê	0
Dionísio Torres	0
Manoel Dias Branco (Dunas)	0
Luciano Cavalcante	0
Guajeru	0
Guararapes	0
Itaoca	0
Jardim Cearense	0
José Bonifácio	0
Manoel Sátiro	0
Meireles	0
Panamericano	0
Parque Araxá	0
Parque Iracema	0
Parque Presidente Vargas	0
Parquelândia	0
Parreão	0
Pedras	0
Praia do Futuro II	0
Salinas	0
Varjota	0
Vila Ellery	0

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza - 2015

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

52

assentamentos precários em Fortaleza apresentaram dois ou mais homicídios de adolescentes de 10 a 19 anos em 2014 e/ou 2015



6%

é o percentual que eles representam do total de 840 assentamentos

349.080

moradores de Fortaleza estão nesses assentamentos



13%

da população da cidade está nessas comunidades mais violentas



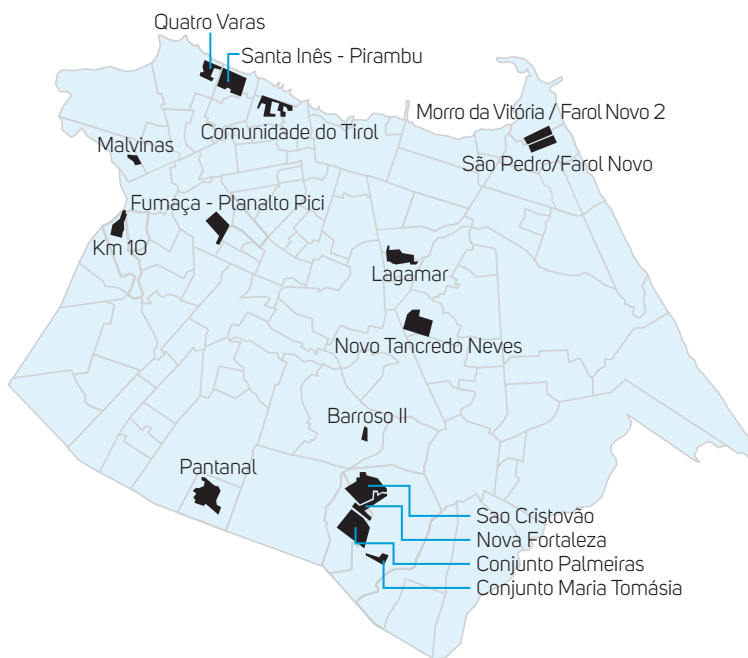
29%

dos homicídios de adolescentes em 2014, com endereço identificado, aconteceram nesses 52 assentamentos. Em 2015, esse percentual foi de 27%. Em outras palavras, quase um terço dos homicídios de adolescentes da cidade aconteceram entre moradores de 52 comunidades

13,72 km²

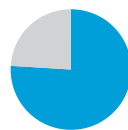
são a área ocupada por esses assentamentos, apenas 4% da área total de Fortaleza, que é de 313,5 quilômetros quadrados

Os dezesseis (16) assentamentos que apresentaram pelo menos 2 homicídios tanto em 2014 quanto em 2015



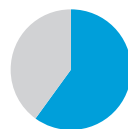
54%

dos 52 assentamentos não estão classificados como Zonas Especiais de Interesse Social



76%

estão localizados em áreas de maior risco sanitário: 1 e/ou 2



60%

não têm unidade policial



50%

não têm equipamento esportivo



56%

não têm associação e/ou centro comunitário



75%

não têm equipamento de cultura



60%

das comunidades têm posto de saúde



81%

têm escola

Todos esses fatores devem ser considerados no desenho de futuras intervenções para melhorar as condições de vida nessas áreas de maior risco.

DAVI PINHEIRO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

PRECONCEITO GEOGRÁFICO COMUNIDADES SOB O ESTIGMA DA VIOLÊNCIA

Havendo uma concentração de renda muito alta por uma parcela muito pequena da população de Fortaleza, outra parcela muito grande tem pouco acesso aos serviços e aos bens gerados. A maior área da cidade, portanto, abriga a pobreza e a miséria e oferece as piores condições de sobrevivência aos seus moradores.

“A cidade de Fortaleza, atualmente, configura-se com uma das mais desiguais do mundo, ocupando um desonroso quinto lugar, proporcionando forte desigualdade social, com concentração de renda e maior desenvolvimento em alguns poucos bairros de nossa capital, enquanto a periferia apresenta péssimos indicadores sociais e econômicos. Essa desigualdade se reflete até mesmo no ‘status’ que determinados bairros adquirem em razão desta desigualdade, o que é caracterizado como ‘preconceito geográfico’, quando moradores de determinados bairros omitem o real nome do local onde moram para não dificultar acesso a empregos e serviços, em detrimento da ‘fama’ que o seu bairro criou”, avalia Thales Fernandes, professor de Geografia, atualmente assessor técnico da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza, vinculada à Secretaria da Educação Básica do Ceará.

Quando o preconceito contra a origem geográfica e de lugar se manifesta pelos próprios moradores, geralmente já é uma reação ao estigma que vem de fora. “A gente ia procurar emprego e mudava o nome do nosso bairro. E muitas vezes, o empregador perguntava onde era aquele endereço, e a gente ficava fazendo um malabarismo enorme pra poder dizer que morava no Conjunto São Vicente de Paula, na Quadra Santa Cecília...

— Onde é isso aí? Ali na antiga Estados Unidos?

— É.

— Ali é a Quadra. Depois eu ligo.

E geralmente a ligação de emprego não vinha”, relembra o presidente da Central Única das Favelas, Preto Zezé, ao falar da Comunidade das Quadras, que, mesmo localizada no bairro Aldeota, área considerada nobre da capital, é identificada como um local perigoso.

Embora alguns movimentos organizados contra a violência tenham surgido na classe média e alta da cidade, a exemplo do Fortaleza Apavorada, surgido em 2013, a insegurança para os moradores das áreas ricas parece ser mais uma sensação do que uma realidade. “É a cultura do medo. Eu perguntei para as minhas amigas do Fortaleza Apavorada:

- Quantos amigos seus morreram este ano?
- Nenhum.
- Quantos amigos seus a senhora tem preso?
- Nenhum.
- Quantos enterros a senhora foi?
- Nenhum.

Há uma diferença central entre o mundo do Meireles, Água Fria, Aldeota, Beira Mar, Bairro de Fátima e o que acontece no resto da cidade”, compara Preto Zezé, cujo filho de 17 anos, Malcon Jonas, foi assassinado no dia 29 de agosto de 2015.

O preconceito contra quem mora na periferia é tão gritante que, quando morre um adolescente ou jovem, eles são acusados previamente, mesmo depois que a Secretaria da Segurança Pública confirma não haver envolvimento com prática delituosa, a exemplo da Chacina de Messejana, em 2015, como relembra o presidente da Central Única das Favelas. “Mataram, com confirmação da participação de agentes do Estado, 11 adolescentes sem envolvimento nenhum no crime, e de novo você vê nas redes sociais:

- Com certeza, é envolvido no tráfico de drogas.
- Com certeza, tinha alguma coisa, não estavam rezando.
- Com certeza, tinham algum envolvimento com o crime”.

Adolescentes e jovens das comunidades que choraram pelos mortos na chacina continuam amargando cotidianamente o sentimento e as reações hostis, como descreve Preto Zezé: “Num domingo, um grupo de jovens iguais ao meu filho, lá do bairro do Curió, que cantam rap, pediram uma carona pra pegar o ônibus, quando tinha acabado o programa de rádio deles. Quando eles entraram, o motorista foi para o Comando Geral da PM e deixou eles lá. E você entra na página do jornal na internet e tem um bocado de gente dizendo que o motorista fez certo, que tinha que fazer isso mesmo.

- Quem sabe se eles não eram bandidos?
- Quem prova?

E o que é mais grave nessa situação: as pessoas que estão insufladas, estimuladas, enganadas por essa cultura do medo, acham que isso nunca vai acontecer com elas. Aí vem aquela frase:

- Ah, e se fosse contigo?

Já foi comigo e eu não defendo isso”.

As áreas da periferia, sobretudo aquelas onde a violência se expressa mais fortemente, merecem um olhar dedicado, uma atenção especial, por isso devem ter prioridade de respostas a demandas de políticas públicas. As políticas sociais precisam ser revigoradas e o poder público deve manter um contato permanente com os moradores, por meio de equipamentos e serviços. “Onde tem mais homicídios é onde tem mais tuberculose, sífilis... Então, a lógica tem sido política pobre para

DAVI PINHEIRO



Comunidade das Placas, no bairro Vicente Pinzón, é um dos territórios estigmatizados em Fortaleza em função dos altos índices de violência

pobre. Os serviços estão sucateados. Quando as equipes estão começando a conhecer a comunidade, elas são demitidas para serem contratados novos profissionais”, reprova a articuladora do Pacto por um Ceará Pacífico, Nara Albuquerque Goes.

Para transformar a realidade difícil das comunidades, é preciso não apenas ir aos territórios, mas estar lá para conhecer de perto como as pessoas vivem e como as sociabilidades se estabelecem. “A relação das pessoas entre si e das pessoas com o lugar e a lógica de família e de domicílio não cabem nos nossos conceitos tradicionais. Nós precisamos reconstruir esses conceitos, sem aspectos ligados à moralidade e a preconceitos, para chegarmos nesses territórios preocupados em cuidar e dar assistência a essas pessoas”, avalia Luisa Cela, diretora de Cidadania Cultural do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Há necessidade de uma nova e inovadora relação com as comunidades. “Tem que saber dialogar com a periferia, não aparecer só na época de eleição. Tem que conhecer, com empatia, com disposição. Tem que ter referência com os pivetes, chegar primeiro que os *playboys*”, aponta o jovem Jardson Ferreira de Araújo, 22 anos, morador do bairro Jangurussu, defendendo a constituição de redes envolvendo famílias, escolas e projeto sociais. “Se não tiver construção de rede, se for fragmentado, disperso, é pior”.

Mais do que levar soluções prontas para as comunidades, o governo deve buscar saídas para o problema da violência em parceria com os moradores, considerando as



impressões e as propostas locais. “Se a sociedade não participar, se a gente não fortalecer os grupos que existem lá, se a gente não diminuir a presença da Polícia como resposta imediata e se a gente não dividir as riquezas que Fortaleza concentra, infelizmente, nós vamos compartilhar as tragédias. Não tem jeito”, alerta Preto Zezé.

É fundamental levar em conta o sentimento da população, mas com o devido filtro para compreender que algumas demandas, por mais legítimas que sejam, podem não representar a melhor solução. Em comunidades com maiores índices de violência, é recorrente que os moradores defendam como resposta do Estado o aumento do contingente policial, embora o problema da insegurança exija intervenções em outras frentes. “Se eu ligar para denunciar a violência no Lagamar, a Polícia chega lá, mas a escola não, a cultura não”, questiona o presidente da Central Única das Favelas.

Preto Zezé relembra experiências junto ao ex-secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, Roberto Monteiro, que, apesar de não ter conseguido reduzir os índices de violência durante o período em que ficou à frente da pasta, entre 2007 e 2010, destacou-se por uma visão humanista e compromisso com a justiça e os direitos humanos. Em debates pela periferia de Fortaleza, o então secretário resistia às pressões por políticas tão somente encarceradoras e repressivas.

“A gente foi ao Conjunto São Miguel para uma reunião do movimento Ceará de Paz. Levantou-se um grupo de mães e, em tom de revolta, disse:

— Seu secretário, aqui só tem bandido.

O mais perigoso é que as pessoas que passam por isso incorporam esse discurso.

— O senhor tinha que mandar reformar outra delegacia, devia preparar os policiais e encher isso aqui de policial, ocupar igual ao Rio de Janeiro”.

Em vez de responder o que iria agradar a comunidade, o comandante da segurança propôs vários questionamentos:

— Minha senhora, eu vou inaugurar uma delegacia aqui, mas a senhora acha que a delegacia pode fazer o que para as pessoas que estão desempregadas? A senhora acha que os policiais vão fazer o que com as crianças que estão fora da escola? O que os policiais vão fazer se não tem uma pracinha aqui para os meninos jogarem bola ou fazerem uma atividade cultural?

Para o presidente da Central Única das Favelas, é necessário reagir a um pensamento cada vez mais hegemônico de militarização do Estado. “Naquele dia, eu passei a respeitá-lo mais ainda pela coragem de enfrentar o pensamento do senso comum, conservador, fascista, racista, que está tomando de conta da sociedade e pressionando o poder público”.

PERTENCIMENTO E RESISTÊNCIA EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Em contraponto a visões estigmatizantes e reducionistas, que associam as periferias à criminalidade e à violência, as comunidades devem lançar outros olhares sobre a própria realidade. A auto-organização é fundamental para que os moradores descubram, percebam e valorizem os potenciais e os aspectos positivos dos lugares onde vivem.

“É preciso criar uma cultura de pertencimento. O adolescente tem de se apropriar dos espaços e se reconhecer como sujeito na comunidade dele”, defende a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social do município do Crato, Elisângela Rodrigues. “Antes, as comunidades se apoderavam do seu território e cuidavam dele. As praças eram ocupadas pelas famílias e por programas sociais, como a dança, o teatro...”, lembra Estefânia de Araújo, terapeuta ocupacional em Maracanaú, cidade da região metropolitana de Fortaleza.

O sentimento de pertencer ao lugar onde mora, o reconhecimento das potencialidades locais e a relação de autoestima com o bairro contribuem para a organização das comunidades e a construção da paz. “Nós chegamos em casa, ligamos a TV... E o que está passando? Violência, morte, assassinatos, drogas... Será que a juventude conhece o lado bom que a periferia tem?”, questiona o estudante Douglas Gomes, morador do Parque São Vicente, comunidade do Grande Bom Jardim.

O adolescente de 17 anos começou ainda criança, aos seis, a integrar as atividades da Associação Comunitária Projeto Paz, por meio do Projeto Bom Jardim com Arte (Bomjart), apoiado pela Diaconia, organização de natureza cristã evangélica criada em 1967, que atua na promoção e defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes no Bom Jardim, Jangurussu e Pici. Os três bairros correspondem a grandes áreas de Fortaleza onde não só os altos índices de homicídio chamam a atenção, mas também a capacidade de mobilização, articulação e protagonismo dos moradores.

Diante da precariedade das condições de vida, crescimento da violência e insuficiência ou fragilidade das ações do Estado, muitas comunidades da periferia de Fortaleza passaram a se organizar como forma de resistência e enfrentamento aos problemas, sem minimizar a importância do ambiente afetivo-familiar e a responsabilidade do poder público. “Eu sou do Bom Jardim, mas entendo que no bairro vizinho existe uma inquietação que é bem próxima da minha. Por mais que a gente viva em territórios completa-

mente distintos, a gente tem realidades completamente próximas”, compara o estudante Wilbert Santos.

O Bom Jardim já tem um histórico de organização e resistência que é exemplo para a cidade. A audiência pública realizada ali pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência no Bom Jardim veio a calhar, inclusive, com uma solicitação anterior feita pelo Grupo “Eu amo o Grande Bom Jardim”, cujo nome traduz bem como os moradores se relacionam com essa vasta área, que engloba também os bairros Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira.

O protagonismo das comunidades contribuiu para que o Bom Jardim fosse escolhido em 2009 pelo Ministério da Justiça para se tornar um Território da Paz, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Entre as experiências de maior visibilidade, o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, cujas ações começaram em 1996, atende cerca de cinco mil pessoas por mês, a partir do apoio de organismos locais, nacionais e estrangeiros, como a organização alemã Christoffel-Blindenmission e a União Europeia.

O projeto Sim à Vida, que tem foco na prevenção às drogas, contempla tanto os adolescentes quanto as famílias, com três núcleos no Grande Bom Jardim e um também em Maracanaú. Além de acolher 450 crianças e adolescentes, o projeto promove vivências preventivas e socioterapêuticas em quatro escolas públicas das comunidades, envolve 90 familiares em atividades de profissionalização e realiza parcerias com os centros de assistência social e de atenção psicossocial – Cras, Creas e Caps – para facilitar o acolhimento de pessoas com transtornos mentais.

O Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, fundado em 1994, desenvolve um trabalho de conscientização, construção de cidadania e organização comunitária. Por meio do projeto Jovens Agentes da Paz, a organização motiva jovens para a atuação como multiplicadores de uma cultura de paz e mediação de conflitos. A iniciativa enfoca a importância do diálogo e respeito ao próximo e envolve grupos de juventude de cinco escolas públicas, uma por bairro do Grande Bom Jardim, geralmente os estabelecimentos de educação onde são identificados mais problemas relacionados a conflitos interpessoais.

“O projeto Jovens Agentes da Paz é uma intervenção que também aposta em um processo de engajamento de adolescentes e jovens em experiências formativas sobre sua condição infanto-juvenil, a vida comunitária e o sentido de cuidado e proteção da vida comunitária, de relações solidárias e respeitadas e na afirmação dos direitos para a justiça social”, acrescenta o sociólogo Caio Feitosa, responsável pela área de desenvolvimento de projetos ligados aos direitos humanos do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza.

Haja vista o contexto de dificuldades, a periferia deseja ser vista e escutada no que tem a reivindicar, mas também no que tem a oferecer para que as adversidades sejam superadas. No entanto, conquistar visibilidade e ter a fala valorizada ainda demandam esforços para além do que a vida cotidiana impõe. “A pessoa passa fome, tem que ganhar a vida e ainda aprender a falar para ser ouvida”, questiona Tarciana Teixeira, membro da Pastoral do Menor, ação evangelizadora da Igreja no Brasil criada em 1977 com o objetivo de promover justiça e defender crianças e adolescentes em situações de risco e que se orienta pelas diretrizes gerais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

As expressões artísticas permitem chamar a atenção para o potencial criativo das comunidades, ao mesmo tempo em que se constituem como instrumentos de denúncia das condições de vida e oportunidades de inserção social, cultural e profissional aos adolescentes e jovens. “Ai, que saudade deixaram na favela, recordações que ficarão guardadas nela. Mas hoje eu venho expressar meu pensamento, lembrar dos tempos e voltar naqueles tempos. É! Muitos morreram por vingança e olho grande, outros em rivalidade de baile funk”. Com versos reveladores da violência que aflige a juventude das periferias, MC Preta, que já traça uma carreira como rapper para além do Ceará, fez uma breve apresentação na audiência pública realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência no bairro Vicente Pinzón, onde mora.

Entre experiências individuais e vivências coletivas. No mesmo dia, o grupo Kebra Molas mostrou a desenvoltura com a percussão e a dança, linguagens que fazem parte do projeto juntamente com o teatro e as artes visuais. A iniciativa envolve homens e mulheres dos sete aos 54 anos, predominantemente adolescentes e jovens de 16 a 29 anos, dos bairros Barra do Ceará, Bom Jardim, Conjunto Ceará, Messejana, mas, sobretudo, do Mucuripe, Serviluz e Varjota. Além de Fortaleza, o projeto desenvolvido desde 1999 se ramificou em núcleos pelas cidades de Maracanaú, Maranguape, Redenção e Sobral.

“A regra para participar do projeto é estar estudando, mas, como fui eu que criei a regra, eu também posso quebrar essa regra”, observa o percussionista Junior Brasil, idealizador da experiência, mantida com o apoio da comunidade, de pequenos comerciantes e dos pais dos participantes. A contribuição, que é dada em forma de dinheiro, mas também de materiais e mão de obra, tem sido importante para mudar a trajetória de alguns adolescentes e jovens.

Um dos garotos já havia sido recrutado pelo tráfico de drogas, mas deixou a atividade ilegal depois que se aproximou do projeto. Ele levava drogas para os usuários e voltava com o di-



DAVI PINHEIRO



Grupo Kebra Molas: percussão, dança, teatro e artes visuais reunindo adolescentes e jovens de diferentes bairros de Fortaleza

neiro para o traficante. Com o tempo, “subiu” de posição no mercado de entorpecentes. “Era aviãozinho e virou subgerente do tráfico”, conta Junior Brasil. Mas o projeto Kebra Molas deu novo sentido à vida, como também vem fazendo com outro integrante do grupo, que, apesar de ter o pai e o irmão mais velho como grandes traficantes na comunidade onde moram, segue um rumo diferente. “Eu me considero um pacificador num movimento pela vida”, define-se o instrumentista.

Adolescentes e jovens precisam de apoio dentro e fora das comunidades. “Eu falhei, eu perdi esses meninos para o tráfico”, admite o professor Rogério Machado, que mora na Granja Portugal e dá aula na Vila Peri, e em 2015 perdeu dois alunos para a violência. “Eu fico muito triste, pois meu filho está numa boa, mas e os outros?”, emocionou-se, durante a audiência pública no Bom Jardim, o proprietário de uma oficina para motocicletas, Francisco das Chagas, cujo filho, de 22 anos, técnico em informática, vai por um caminho que outros da mesma idade não conseguiram porque tomaram os atalhos da criminalidade ou tiveram a vida interrompida.

“A demanda é maior do que a capacidade de fazer, mas a articulação existe para enfrentar a realidade. Há uma força, um esforço dos movimentos, mas o poder público precisa cumprir de fato o seu papel”, cobra Albaniza Dantas da Silva, presidente do Conselho Nova Vida (Convida), fundado em 2001 a partir

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

de processos de mobilização e articulação de líderes comunitárias do Parque Santa Filomena, Sítio São João, Nova Perimetral e Conjunto Palmeiras I e II, localizados na região do Grande Jangurussu. A missão é defender a vida e promover os direitos humanos, buscando combater a pobreza por meio de ações educativas que fortaleçam as iniciativas populares, respeitando a capacidade que elas mesmas têm de criar alternativas de enfrentamento e superação dos problemas.

O Conselho Nova Vida é uma das instituições que integram a Rede de Articulação do Grande Jangurussu e Ancuri (Reajan), implantada em 2006 com o objetivo de envolver a população em lutas comunitárias a fim de garantir a promoção de direitos de crianças, adolescentes e jovens. O grupo de instituições reúne movimentos sociais, associações e igrejas que atuam nas periferias de Fortaleza na perspectiva de promover a mobilização, organização, participação e desenvolvimento local das comunidades.

Estado e sociedade também têm sua parcela de responsabilidade com o presente e o futuro da adolescência e da juventude. “Se a família não cuida, se o Estado não cuida, a comunidade tem que cuidar”, aponta a educadora social Lúcia Angelo, consultora do programa Claves Brasil, que se constitui como uma proposta de trabalho para a prevenção dos maus tratos na infância e na adolescência e promoção de bons tratos em família.

Um desfecho trágico acontece muitas vezes após uma sucessão de perdas e abandonos, sem que a família, a comunidade ou o poder público intervenham. “O amor muda a história de uma pessoa”, resume o educador social Paulo Uchôa de Sousa, do Conselho Nova Vida, destacando a importância do afeto e do cuidado. “O adolescente foi morto aos 16 anos, mas talvez ninguém acreditou no menino quando ele tinha dez. O adolescente foi morto aos 17 anos, mas talvez ninguém acreditou no menino quando ele perdeu o pai”.

O problema é grave e exige o envolvimento pessoal e comunitário, com o fortalecimento das redes locais de atenção a crianças e adolescentes em articulação direta com as famílias, as escolas, a sociedade e o governo. O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Mais do que uma norma legal, cuidar da infância e da adolescência é um dever humanitário e ético de todos.

HISTÓRIA DE VIDA

A ARTE DE REINVENTAR A VIDA
A PASSOS LARGOS E DELICADOS

Leveza em movimentos firmes. Firmeza em movimentos leves. O movimento da dança se confunde com o movimento da vida. “De que maneira eu mesma posso contribuir com a minha comunidade?”, perguntou-se, certo dia, a bailarina e coreógrafa Katiana Pena. “Através da minha dança”, respondeu para si e para o pequeno mundo em derredor. No bairro Bom Jardim, onde cresceu e de onde não saiu, ela se dedica a ensinar os primeiros passos aos meninos e meninas do lugar, repetindo com eles e elas a lição que aprendeu há mais de duas décadas, quando teve a oportunidade de reinventar a própria realidade.

“A arte de equilibrar pratos Katiana Pena conheceu aos cinco anos de idade, ao revés. Levava um em cada mão, fartos da verdura que a mãe comprava para que ela revendesse pelas ruas do bairro Bom Jardim, na periferia de Fortaleza. Complemento indispensável ao minguado orçamento familiar. Hoje, aos 33, a bailarina profissional ri-se ao recordar que nem sempre cumpria o objetivo. É que o corpo miúdo já ousava outras “coreografias”. E não havia como resistir ao ímpeto criança de interromper o trajeto e entregar-se às horinhas de descuido, aquelas onde imperativo era encostar a mercadoria numa beirada de calçada qualquer e gastar boa parte do dia vendo o mundo de ponta-cabeça, entre bundas-canastras e ‘estrelinhas’”, descreve a jornalista Ethel de Paula, numa série de textos-poesias intitulada “Esticadores de horizontes”, também uma licença poética pinçada da obra do poeta pantaneiro Manoel de Barros³⁷, como explica a Agência de Informação Frei Tito de Alencar para a América Latina (Adital), realizadora do projeto.

“E eis que a poética do brincar abriu caminho para outros possíveis. Foi entre cambalhotas que Katiana avistou ao longe o que lhe parecia um ‘objeto não-identificado’ pousado bem no meio da paisagem de piçarra, lama e casebres que jamais fizeram jus ao nome do bairro de origem: estava diante do circo-escola do Bom Jardim, projeto tutelado pelo Governo do Estado e voltado à inclusão social e arte-educação, com foco na linguagem circense”, continua Ethel de Paula. “Entrei assustada e percebi que tudo o que eu fazia quando encostava o pratinho de verdura no meio da rua tava ali: a contorção, os saltos, as piruetas. Aí a ‘tia’ de lá me explicou o que era e eu voltei pra casa correndo pra pedir à mãe que me matriculasse no circo. Apanhei porque não vendi nada naquele dia, mas acabou que ela deixou eu

37. Citação ao poeta Manoel Wenceslau Leite Barros (1916-2014), nascido em Cuiabá (MT). Em 1986, o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) declarou que Manoel de Barros era o maior poeta brasileiro vivo, embora sua obra mais conhecida – *Livro sobre nada* – só tenha sido lançada dez anos depois, em 1996. No *Livro das Ignorâncias*, publicado em 1993, Manoel de Barros escreveu:

*Bernardo é quase árvore.
Silêncio dele é tão alto que os
passarinhos ouvem de longe.
E vêm pousar em seu ombro.
Seu olho renova as tardes.
Guarda num velho baú seus
instrumentos de trabalho:
1 abridor de amanhecer
1 prego que farfalha
1 encolhedor de rios
1 esticador de horizontes.
(Bernardo consegue esticar o
horizonte usando três fios de teias de
aranha. A coisa fica bem esticada.)
Bernardo desregula a natureza:
Seu olho aumenta o poente.
(Pode um homem enriquecer a
natureza com a sua incompletude?)*

ANEXOS

RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA DE VIDA

fazer a matrícula. E foi como contorcionista que ganhei o meu primeiro cachê”, conta Katiana.

A menina arqueira estava começando a virar menina artista. “Para Katiana, o circo foi a cama elástica para voos mais altos. Ali, entre muita boa vontade e carências de toda a ordem, soube da existência da Edisca (Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Crianças e Adolescentes), ONG criada em 1991 por três irmãos bailarinos: Dora, Claudia e Gilano Andrade. Privilegiando o ensino da dança, o trio corria em tour os bairros da periferia da cidade, divulgando o projeto social que apostava em processos formativos continuados e com centralidade na arte”, resgata a série de reportagens “Esticadores de horizonte”, afinal os três irmãos esticaram os horizontes de muitos meninos e meninas ao longo dos 25 anos de existência, tal qual Katiana tenta replicar hoje. “Lembro que ia sair dois ônibus do Bom Jardim e eu, claro, queria ir. Devia ter uns 7 anos. Mas aí a mãe botou dificuldade: ‘você não tem roupa, é muito longe, isso não dá dinheiro...’. E veio o cartão final: “Katiana, você vai, mas, se não passar, leva uma pisa tão grande que tu *vai* ver...”, arremeda.

“Engolindo em seco, a contorcionista precoce pediu *short* emprestado, tênis e até liga para o coque, partindo com a turminha do bairro para o desconhecido. Intrépida trupe”, poetiza Ethel de Paula. “Lembro que no caminho tinham muitas igrejas. E quando passava na frente delas eu rezava, com medo de apanhar também, né? Mas quando vi os primeiros passos de balé aquilo me atravessou. Foi um choque. E não queria mais outra coisa. Passei na audição e entrei logo pro ensaio do *Jangurussu*³⁸, o primeiro balé da Edisca. O sucesso desse espetáculo foi estrondoso, mas mal sabia a plateia endinheirada que naquela época era tudo tão difícil que a gente tomava água na fábrica de gelo vizinha, porque na escola não tinha. Era todo mundo azul de fome, muita gente desmaiava na sala-de-aula. E a luta da Dora para contornar essa situação era imensa... Mas não foi em vão. Só sei que entrei em 1992 e fiquei 16 anos na Edisca, saindo de lá completamente transformada e pronta para enfrentar qualquer desafio que a vida me traga, além, é claro, de ter me tornado o que sempre quis: bailarina”, recorda.

Depois de ter participado dos grandes espetáculos realizados pela Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente, onde mais tarde também deu as primeiras aulas de dança remuneradas, Katiana deixou o projeto entusiasmada em tocar outros. “Acho que só entendi a real importância do projeto quando saí. Fiquei um tempo sem chão, pensando que não ia ter mais aquele almoço, aque-

38. Citação ao *Balé Jangurussu*, criado em 1995 por Dora Andrade, coreógrafa e diretora geral da Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e Adolescente (Edisca). O espetáculo de dança contemporânea inspirado no antigo aterro sanitário de Fortaleza, no bairro Jangurussu, onde centenas de famílias, inclusive crianças, catavam lixo para sobreviver, teve o maior público do Teatro José de Alencar em 1996 e ganhou o Prêmio Funarte de melhor coreografia no mesmo ano.

la consulta médica, aquela biblioteca, aquela psicóloga de plantão, aqueles espetáculos incríveis. Mas depois entendi o mais valioso: a capacidade já conquistada para construir eu mesma um jeito próprio de viver, de sobreviver e também de conviver. Tudo o que vivi e ouvi na Edisca está em mim, impactando positivamente aonde eu for. Depois disso, eu nunca serei uma simples bailarina ou professora de dança. É isso e mais um pouco: dançando e fazendo dançar eu quero que as pessoas entendam que cada um é capaz de transformar sua própria vida e o coletivo também”.

Foi então que a bailarina recebeu uma proposta para ser professora de dança do Centro Cultural Bom Jardim. Parecia ser tudo o que ela queria: ensinar no próprio bairro o que aprendeu, vendo-se nas meninas e meninos que ali chegavam como ela no início dos anos 1990, mas... “Não era só chegar e dar aula. Ensinei até a fazer cocó, dei banho nas meninas, tirei piolho e vi o *collant* de muitas delas ficar tão pequeno que já não passava da cintura. E, quando a gente solicitava, não havia recurso financeiro para repor ou melhorar nada. Então, eu não entendia como o governo gastava milhões em um show na Praia de Iracema e ali faltava tanta coisa. Não quis mais pactuar com isso e pedi demissão, mesmo sofrendo”.

Um bem público é – ou deveria ser – muito mais do que um espaço físico. “Para ela, erguer um equipamento cultural em um bairro como o Bom Jardim requer bem mais do que infraestrutura, sob pena de vir a tornar-se um ‘elefante branco’, algo grandioso, porém superficial no que se refere à transformação de todo um contexto de vulnerabilidade socioeconômica”, traduz a jornalista Ethel de Paula. “Num total de 300 crianças, divididas em quatro turmas, tinha gente com histórico de violência absurdo. Tinha dias em que não tinha como dar aula e a gente sentava pra conversar sobre a mais recente chacina ou ajuste de contas com familiares e amigos em comum. Não dei conta. Entendi que não bastava um centro cultural amplo, bonito, com professor lá dentro pra dar aula, sem olhar pros lados. Era preciso bem mais do que isso, o buraco era muito mais embaixo”.

Hoje, aos 33, a bailarina profissional olha para os dois filhos, um de 11 e outra de sete, mas também para os lados, o entorno onde outros meninos e meninas possam ter a oportunidade que ela teve na mesma idade deles. “Quando desisti do centro cultural, passei um mês pensando... E resolvi, por fim, subir um andar na minha casa e construir um estúdio de dança. Com o dinheiro da rescisão de contrato também comprei um carro e comecei a fazer frete. Pedi dinheiro emprestado ao meu irmão e comecei a obra. Depois botei uma

HISTÓRIA DE VIDA

mesa na calçada e fui fazer inscrição. Boa parte das minhas alunas do centro cultural veio. E aquilo me estimulou a correr atrás de parcerias com comerciantes do bairro”.

Mobilizada pelo desejo de contribuir para transformar a realidade local de violência que envolve adolescentes e jovens, mas também de dar visibilidade aos talentos do bairro e abordar por meio da dança o que a comunidade tem de melhor, ela abriu em 2015 o Studio de Dança Katiana Pena. O espaço começou a receber crianças e adolescentes que hoje somam entre 35 e 40 alunos, cujas famílias pagam um valor simbólico para ajudar na manutenção das atividades. “Eu trabalho pedindo ajuda na própria comunidade, em supermercados e junto a amigos. A maior dificuldade é manter o espaço sem apoio, é fazer com que as pessoas acreditem que a arte pode transformar”. A expectativa na possibilidade de transformação é maior. “Minha maior satisfação é ver o crescimento desses adolescentes, na vida pessoal e profissional. Mesmo sem recurso nenhum, fazemos grandes mudanças”.

A coreógrafa não se deixa abater pelos desafios nem pela violência chocante e tão próxima. “Olha, já presenciei vários crimes de amigos, adolescentes, pré-adolescentes...” Um jovem assassinado com mais de 40 tiros perto de casa, um adolescente vizinho morto fazendo uma saidinha bancária... “E assim são vários casos bárbaros”. Tal qual uma pena, que voa livre, leve e solta, Katiana busca com a dança contribuir para um bairro menos carregado, quem sabe um Bom Jardim mais florido, repleto de vida. “Aqui quero fazer uma dança diferente, mais próxima da realidade das pessoas do bairro. Quero fazer uma aula na pracinha e no campo de várzea. Já estou dando aula de zumba nos estacionamentos de três supermercados vizinhos. Quero sair dos espaços convencionais e valorizar os espaços públicos, promovendo essa mudança de perspectiva e um maior acesso. Por isso, o nome do grupo de dança avançado é Corpo Mu-Dança. E é com ele que venho criando espetáculos para apresentar em outros palcos da cidade, ganhando cachês. Hoje, são 15 integrantes no Corpo Mu-Dança, todos jovens. Algumas já são professoras no estúdio, ganhando uma ajuda de custo simbólica. Também sou convidada a fazer coreografias para escolas, dou assessorias e, assim, vamos fazendo nosso caixa, que ainda está no vermelho, mas vai melhorar”.

O sonho vai sendo acalentado sob o estímulo das pequenas grandes repercussões locais de um trabalho ainda incipiente. “Quero que todos esses jovens professores de dança sobrevivam do Studio, que possam pagar o transporte, os estudos, comer daqui. Acho que é um dever meu

39. Citação à escultora francesa Camille-Rosalie Claudel (1864-1943), que foi assistente de trabalho e companheira do também escultor compatriota Auguste Rodin (1840-1917), com quem manteve um romance tórrido e conturbado.

Depois de ser internada em um manicômio, onde ficou por cerca de 30 anos, a escultora nunca mais voltaria a esculpir.

40. Essa história de vida foi escrita a partir de entrevista com Katiana Pena e do texto produzido pela jornalista Ethel de Paula.

com meus amigos, com minha família, com pessoas que estão aqui sem oportunidades e também com aquelas que tiveram que ir embora. O mesmo *pas-de-deux* que tem na França tem aqui. Então, elas podem ir ou não, mas devem ter o direito de decidir se querem fazer a vida delas no Bom Jardim. Na inauguração do Studio consegui apoio pra colocar o palco na rua, fechar os cruzamentos e apresentamos um espetáculo baseado na vida de Camille Claudel³⁹. Todo mundo botou a cadeira na calçada e vi muita gente chorando... o povo do Bom Jardim não sai no fim de semana, porque não tem nem o do transporte. O bairro é violento, todo demarcado por gangues rivais, então o direito de ir e vir é prejudicado. Então, imagina o impacto dessa apresentação sobre as pessoas... Parece quase nada, mas pra gente é muito forte e importante”.⁴⁰

ANEXOS

RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

PROJETOS SOCIAIS E DE VIDA INICIATIVAS COMPLEMENTARES AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

A inconsistência dos projetos governamentais que funcionam nas comunidades e a falta de apoio a iniciativas locais mantêm crianças, adolescentes e jovens expostos a situações de vulnerabilidade. “A gente tem um caso muito emblemático de um adolescente que foi morto em Fortaleza logo em seguida ao fechamento do projeto social”, exemplifica Rui Aguiar, coordenador para o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O poder público deve apoiar os projetos sociais dos bairros para fortalecer a organização comunitária, garantindo mais investimentos em iniciativas de associações e organizações não governamentais, que até já existem nas comunidades, mas passam por uma descontinuidade financeira – redução ou mesmo fim do repasse de recursos. A valorização das iniciativas locais envolve – ou deveria envolver – a garantia de recursos orçamentários.

Os profissionais que trabalham nos serviços socioassistenciais lamentam que haja um declínio na oferta de projetos sociais no campo das políticas públicas ou no apoio oficial a experiências desenvolvidas por instituições não governamentais. “O Projeto Semear atendia 300 a 400 meninos, mas hoje atende apenas 20”, compara um conselheiro tutelar, referindo-se ao Projeto Semear Adolescente, da Prefeitura de Fortaleza, e reforçando que muitos movimentos sociais fecharam as portas e tantas outras iniciativas do governo foram abandonadas, o que abre espaço para o crime. “Enquanto isso, vejo as paredes pichadas com o nome das facções”.

Entre as famílias de garotos assassinados em Fortaleza que participaram da pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o descrédito nas políticas governamentais, mas também nos projetos sociais, chamou a atenção dos pesquisadores. “Registramos o forte sentimento de descrença e desesperança das famílias com o trabalho de diversas organizações sociais, pouco tendo acessá-las e sem demonstrar interesse atual de fazê-lo”, observa Ticiania Santiago.

As comunidades denunciam a interrupção de ações tocadas pelo poder público e o fim de projetos sociais por falta de incentivo do governo e da sociedade. “Em que medida a gente pode apoiar os projetos sociais que dão suporte e complementam a ação da escola, do posto de saúde, do Centro de Refe-

LUCAS MOREIRA



rência da Assistência Social, do Centro de Referência Especializados da Assistência Social? Que modelo de financiamento é necessário para que o Estado e a sociedade civil façam o trabalho juntos? Qual o tipo de investimento que vale a pena fazer: é concentrar a oferta de serviços num lugar só ou é colocar a oferta de serviços nos 860 assentamentos precários?”, questiona o coordenador do Unicef.

Algumas respostas já podem ser consideradas, a partir da vivência e das observações dos próprios adolescentes e jovens. No Bom Jardim, eles reclamam do esvaziamento do Circo Escola como política pública que se propõe desde 1991 a fortalecer a autoestima dos participantes e o vínculo familiar em atividades complementares à escola, por meio da arte circense. O projeto é mantido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado em parceria com o Conselho Comunitário dos Moradores do Parque Santa Cecília.

“É necessário investimento em projetos sociais porque o Grande Bom Jardim é um lugar de muitas riquezas”, considera a artu-

ladora do Pacto por um Ceará Pacífico, Nara Albuquerque Goes. O Centro Cultural Bom Jardim, inaugurado em 2006 como mais um espaço de convivência para a arte e a educação, esteve fechado para reforma entre outubro de 2015 e agosto de 2016 e com as atividades de formação prejudicadas desde 2013, em função dos atrasos no repasse de recursos do Fundo de Combate à Pobreza, que deveriam custear os cursos, oficinas e capacitações.

Em outros bairros onde também há altos índices de homicídio de adolescentes, a presença de equipamentos públicos por si só parece não ter repercutido para a redução da violência. Na Barra do Ceará, no Jangurussu e no Mondubim, a construção dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte envolveu altas cifras, mas o retorno como espaço de inclusão da juventude, no mesmo nível do investimento financeiro, ainda precisa ser melhor demonstrado. O Cuca Che Guevara, na Barra do Ceará, foi inaugurado em 2009, ao custo de R\$ 2,5 milhões. O Cuca Chico Anysio, no Mondubim, e o Cuca Luiz Gonzaga, no Jangurussu, foram

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

abertos em dezembro de 2012, com 70% e 55% das obras concluídas, já tendo consumido à época pelo menos R\$ 12 milhões e R\$ 16 milhões, respectivamente.

Na avaliação do psiquiatra Rafael Baquit, a própria existência dos equipamentos públicos, estrategicamente localizados em territórios de alta vulnerabilidade, já representa um fator de proteção aos adolescentes e jovens. Médico de um dos Centros de Atenção de Psicossocial – Caps Álcool e Outras Drogas em Fortaleza e articulador da Rede Cearense de Redução de Danos, o psiquiatra desenvolveu um trabalho de prevenção ao uso abusivo de drogas em parceria com os Cucas e percebeu que a continuidade das ações, mesmo com o encerramento do projeto, reverbera positivamente sobre outras questões que podem se tornar um problema para crianças, adolescentes e jovens, como o envolvimento com atos infracionais e violência e a gravidez não planejada.

O Fórum de Jovens é uma iniciativa que surgiu no Cuca da Barra do Ceará na perspectiva de estimular a participação da juventude. “Inicialmente, ele diz assim: ‘Essa política é construída para vocês. Então, se ela é construída para vocês, vocês deveriam pensar, ocupar os espaços, reclamar daquilo que não está dando certo’. É claro que o Cuca não consegue dar conta de todos os jovens desses territórios. É um recorte daqueles que ocupam esse espaço, mas é uma experiência muito exitosa porque começa a pensar um outro lugar para o jovem que não é o da morte, não é o do crime, não é o das vulnerabilidades que contribuem para o extermínio”, avalia um psicólogo, pesquisador e articulador de um grupo de trabalho sobre juventude e droga em Fortaleza, que participou de um dos grupos focais do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

O Projeto Juventude na Onda é, segundo ele, outra experiência exitosa, que envolve instrutores de surf em formações realizadas no próprio Cuca. “Além de alguns alunos estarem trabalhando diretamente na escolinha de surf, é importantíssimo a gente estar discutindo a violência. Como é que a gente pode pensar outras possibilidades de existência e reconstruir histórias através e a partir do surf? Como é que a gente está dando conta do conflito dos territórios pela problemática da droga?”.

O grupo de trabalho sobre drogas e juventude envolve educadores sociais vinculados à Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos do Cuca em atividades que chegam até os adolescentes e jovens que não são atendidos no equipamento. “A gente tem uma atividade chamada A Caixa é Nossa, promovida pela Regional I, sexta-feira à noite, que é uma oportunidade de convivência e interação. A equipe do Cuca, junto a alguns redutores de danos, pensou como é que a gente pode estar trocando uma ideia com essa galera acerca dos territórios em que eles estão inseridos,

sabendo como é lá, qual o tipo de droga que está sendo usada, como está se difundindo o tráfico, quais são as relações de poder”.

Por meio de um programa de rádio, a comunicação popular envolve os jovens numa oportunidade de falarem sobre eles mesmos. “A gente construiu uma oficina com spots em que eles completam: ‘Lugar de jovem é...’, refutando o que a mídia vende sobre os jovens que estão nesses territórios. E a gente percebeu que isso é um processo de reconstrução da vida deles, daquilo que eles se reconhecem, porque todo esse conflito em torno dos homicídios vai criando subjetividades, e dando a eles uma noção de que aquilo é o lugar deles e que eles não vão sair dali e que eles nasceram para matar ou morrer. Esses dispositivos vão rompendo com isso”, observa o psicólogo.

O Cuca tem sido espaço também para oficinas com adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto. “E tem sido uma experiência muito bacana porque a gente está trabalhando com Teatro do Oprimido, problematizando os papéis e trazendo outros jovens a partir da rede desses que estão participando. Uma coisa importantíssima é a problematização de como os jovens que cumprem medidas em equipamentos de saúde, como relatado nessas oficinas, estão sendo usados como mão de obra barata, quando não é essa a perspectiva da ressocialização, quando poderiam estar trabalhando outras perspectivas ligadas à cidadania e aos direitos humanos”.

É no Cuca da Barra do Ceará que uma das equipes do Programa Saúde da Família e Comunidade consegue desenvolver também um trabalho diferenciado com adolescentes. A partir da inspiração da médica Tatiana Fiuza, toda quinta-feira tem atendimento para garotos e garotas no Ambulatório do Adolescente. “É lotado! Não tem quinta-feira vaga”, constata um dos médicos que atende no local. “É claro que a gente não se propõe a atuar como especialista em adolescentes, até porque as queixas que eles levam são as queixas que os adultos têm. Mas lá eles se sentem à vontade de dizer: ‘Olha, eu tenho essa fragilidade’. E a gente aproveita para falar sobre gravidez na adolescência, se está tendo relação sexual e como está se prevenindo, se usa droga e como é que usa e por que usa”.

— Você faz uso de alguma substância? Já usou maconha? Já usou cocaína? Já usou crack? Como foi? Foi bom? Você usou por que estava pressionado ou por que realmente queria? E você acha que tem algum problema? Está causando problema no seu dia a dia?

— Não, eu uso de boa. Tem uns amigos e tal...

— Você quer perguntar alguma coisa?

“Então, eles ficam realmente à vontade, flui muito melhor, porque a gente não chega lá para dizer assim: ‘Ah, você usa droga’. A gente oportuniza. É uma estratégia que tem dado muito certo.

FELIPE ABUD





Adolescentes e jovens
aproveitam o espaço do Centro
Cultural Tasso Jereissati,
em Horizonte, para atividades
de hip hop: a arte promovendo
a interação saudável

Se for no posto de saúde, ninguém vai. No Cuca, eles vão e a gente tenta tirar o máximo deles, para, enfim, promover saúde para esses adolescentes e tentar fazer com que eles promovam com os outros. Se a gente for contabilizar a quantidade de prontuários que tem de adolescentes no Cuca, eu acho que corresponde à população da Barra do Ceará todinha e ainda passa, porque eles vão trazendo os amigos de outros bairros”, observa o médico, que também participou de um dos grupos focais do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

A experiência pontual tem sido um sucesso, a despeito das limitações e dificuldades impostas pela gestão pública. “A gente tem um trabalho com o Cuca porque a gente é vizinho, mas está muito aquém do que poderia ser”, reconhece. Um dos problemas, segundo ele, é a faixa etária para atendimento: apenas a partir dos 14 anos. “Essa idade de corte do Cuca é muito atrasada, porque, às vezes, você já perdeu uma janela importante de cuidado com esse adolescente”.

A falta de pessoal, de capacitação profissional para atuar com um público tão específico e de visão integrada entre os profissionais das diferentes áreas aparece como outro desafio importante. “Como ali a gente tem um espaço com uma abertura maior, a gente deposita todas as esperanças. ‘Vamos tirar aqui até acabar, vamos sugar o máximo que a gente puder’. E isso termina não potencializando algumas questões, a gente termina se sobrecarregando, sobrecarregando outras pessoas... Essa questão dos recursos humanos e da articulação intersetorial parte principalmente do incentivo ao profissional, que está para além de um incentivo financeiro, que também é importante, mas está no incentivo em termos de preparação, de entendimento”, ressalta o médico.

Não fosse a insistência de alguns profissionais, a burocratização do serviço público e a falta de visão e compromisso com a saúde de meninos e meninas teriam impedido que o Ambulatório do Adolescente estivesse funcionando. “Lá, o adolescente não tem de marcar consulta para ser atendido. É ir toda quinta-feira à tarde. A gente também não vê endereço, mas a prefeitura queria cortar, porque a gente não fazia registro no prontuário. ‘Não pode. Por que esses adolescentes não vão lá no posto? Atendam eles lá no posto’. A gente ia lá, mas nenhum adolescente aparecia porque, obviamente, o Cuca é muito mais atrativo que qualquer posto de saúde. A gente tem esses adolescentes próximos criando uma rede entre eles mesmos”, comemora.

Um estudo apresentado em julho de 2013 na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a respeito do Cuca da Barra do Ceará e dos Centros Sociais Urbanos, relativiza a capacidade dos espaços de atender a população que mais precisa. “Entendemos que, quando estes centros são construídos, mudam, de certo modo, a dinâmica do

local onde estão inseridos, mas, algumas vezes, como é o caso do Cuca Che Guevara, percebemos que o mesmo, estando localizado em um bairro periférico da capital cearense, é frequentado muito mais por pessoas com poder aquisitivo mais alto e que moram em bairros mais afastados e abastados, e isso ocorre devido aos cursos que são ofertados, que seriam de antemão destinados para a população mais carente, mas que não atendem a suas necessidades, ficando mais próximos da realidade e interesses de jovens universitários de classe média e alta”.

A então mestranda em Geografia pela Universidade Vale do Acaraú, Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira, e a orientadora do trabalho, professora do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Zenilde Baima Amora, questionam até a proposta paisagística e estrutural do Cuca da Barra do Ceará por ser diferente do entorno e causar, segundo elas, estranhamento por parte da população residente nas imediações. “Não obstante as disparidades socioeconômicas, como a concentração de renda e de poder que interferem na formação e atuação dos jovens na sociedade brasileira, a criação destes centros vem como proposta para amenizar as carências, e as práticas culturais como forma de possibilitar o acesso dos jovens, que vivem na periferia da metrópole Fortaleza, mas muitas vezes não estão conseguindo atingir essa demanda”, acrescentam.

A frustração se estende por outras cidades, onde o esforço de construção de equipamentos como oportunidade para os adolescentes e jovens também nem sempre consegue incluir a garotada e devolver a tranquilidade para os moradores de áreas marcadas pela insegurança. Em Sobral, a Praça da Juventude, entregue à população em dezembro de 2014, está encravada em um território de conflitos associados ao tráfico de drogas e entre grupos rivais. “A quadra de esportes é ocupada pelos traficantes. Os jovens precisam da permissão deles para usar essa quadra”, revela um jovem da cidade.

O complexo esportivo e cultural de 7 mil metros quadrados, localizado no bairro Vila União, envolveu um investimento total de R\$ 1.742.073,43, dividido entre a Prefeitura de Sobral, o Governo do Estado e o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. A Praça da Juventude inclui campo de futebol society, quadra de vôlei de areia, quadra poliesportiva coberta, pista de caminhada, teatro de arena, pista de skate, salas multiúso, vestiários, banheiros adaptados e um centro de convivência com sala de ginástica, somando-se a outro equipamento do bairro, que funciona em frente, o Centro de Saúde da Família.

Enquanto o sol não se punha, crianças brincavam na grande Praça Ana Diamantina de Sousa, no bairro Zumbi, no município de Horizonte, na região metropolitana de Fortaleza. Ao fazer-se noite, nem os adultos ousavam circular pelo local. Na data em que o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

FELIPE ABUD



Crianças brincam em praça de Horizonte que tem sido cenário de mortes de adolescentes e jovens

cia esteve pela cidade para a realização de uma audiência pública, as luzes do amplo e agradável equipamento ao ar livre estavam queimadas, dificultando a ocupação do espaço, que tem sido cenário de várias mortes, inclusive de adolescentes e jovens.

Apesar das deficiências, tais espaços são importantes para muitos adolescentes e jovens, que reivindicam a ampliação da rede de equipamentos. “A gente tem que lutar pra ter Cuca em outras comunidades”, observa o estudante Caio Lucas Rocha, morador da Maraponga, em Fortaleza. Para outros, o que faz a diferença mesmo são os projetos sociais. “Na minha vida, não teve Cuca. Foi projeto social, na comunidade, onde se deu todo o meu processo, onde eu consegui discernir e ser o que sou hoje”, aponta Yure Vasconcelos, integrante da Plataforma dos Centros Urbanos (PCU)⁴¹, uma contribuição do Fundo das Nações Unidas para a Infância na busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo nas grandes cidades.

A exemplo da iniciativa do Unicef, os projetos desenvolvidos nas comunidades são importantes para instigar nos adolescentes e jovens o senso crítico e fortalecer a relação com o lugar onde vivem, a participação e o protagonismo. “Por causa do protagonismo jovem, um grupo de voluntários entrou na lama, no Conjunto Palmeiras, que estava alagado. Já a Defesa Civil só chegou e bateu fotos”, compara Yure, que mora no Jangurussu, mas também fez parte da ação comunitária realizada no bairro vizinho, durante as chuvas de março de 2016 em Fortaleza.

A contribuição dos projetos sociais em um período importante de constituição da subjetividade é identificada pelos próprios

41. Citação à Plataforma dos Centros Urbanos, uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que consiste no estabelecimento de uma parceria com prefeituras e conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente de cada uma das cidades em torno do compromisso com a melhora da vida das crianças e dos adolescentes: reduzir as desigualdades que afetam a vida de crianças e adolescentes nas grandes cidades, garantindo a cada um deles maior e melhor acesso à educação, à saúde e ao esporte, além de proteção e oportunidades de participação. A primeira edição da PCU foi realizada de 2008 a 2012, abrangendo os municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Itaquaquecetuba. A segunda edição, no período de 2013 a 2016, contempla, além do Rio de Janeiro e São Paulo, as capitais Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Salvador e São Luís.



adolescentes e jovens. As iniciativas das comunidades precisam de apoio governamental para que continuem transformando realidades muitas vezes adversas. As comunidades demandam valorização e apoio para iniciativas locais, a exemplo de ações nos campos da educação, das artes e dos esportes que envolvam os próprios meninos e meninas, idealizadas e promovidas por eles.

A estudante Lígia Marques, moradora do bairro Vicente Pinzón, tem o desejo de desenvolver um projeto para que as praças recebam bibliotecas itinerantes. É um sonho que surgiu da constatação das fragilidades das escolas no incentivo à leitura. “Nas escolas, faltam livro, material e até professor. A leitura e a educação também não vêm só da escola”, argumenta. A falta de condições financeiras para a aquisição de livros, mas também de formação para a solidariedade e para uma boa relação com as bibliotecas, leva a um outro problema. “Sem dinheiro pra comprar livros, muitos estudantes ficam com os livros das escolas e não devolvem. Então, as escolas não emprestam mais”, revela Lígia.

Uma das reivindicações dessa galera é a facilidade para ter o primeiro emprego. “Muitos jovens vão atrás de emprego e não conseguem. Há meses, estou atrás, deixo currículo, mas só levo ‘não’ na cara. ‘Não tem’, ‘não está disponível’, ‘não tem como’.. Eles olham pela aparência da pessoa”, reclama o *designer* gráfico Paulo John da Silva Santos. Se as condições de inserção do adolescente, como aprendiz, e do jovem, como profissional, no mercado de trabalho têm uma dificuldade maior fora da comunidade, que o bairro onde moram seja para eles local de apropriação e reconhecimento. Paulo John participou de um projeto de dança com outros colegas na Barra do Ceará sem o apoio institucional necessário. “A gente mesmo se virava, tirava do próprio bolso para se apresentar”. Apesar dos percalços, o prazer pelo *street dance* fez com que o jovem continuasse dando aulas para os garotos do bairro. “Eu quero ver a garotada desenvolver e crescer na dança de rua”.

Adolescentes e jovens sentem a necessidade de projetos sociais que fomentem educação, profissionalização, esporte, lazer, arte e cultura, que permitam a exploração de diferentes linguagens artísticas, que proporcionem oportunidades de formação. Ao mesmo tempo, cobram a revitalização dos equipamentos públicos e a criação de novos espaços nas comunidades. “Nossa busca é incansável”, compartilha o mesmo sentimento a coreógrafa Katiana Pena, um exemplo de superação a partir da inserção em projetos sociais, como ex-aluna da Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente (Edisca).

CONTEXTOS DE FRAGILIDADES E DELICADEZAS SENSIBILIDADES E ESTADO DE ALERTA NA PESQUISA DE CAMPO

Três meses de um trabalho intenso em cenários de vida e morte. É imensurável o aprendizado para os 24 pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência que circularam por esses territórios e chegaram – ou não – até as famílias que perderam entes queridos por causa da violência. De início, não foi fácil encontrar alguns dos endereços porque os dados fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, muitas vezes, não correspondiam aos locais onde os familiares moravam, seja porque as informações eram insuficientes ou estavam incorretas, seja porque eles já haviam se mudado para outro lugar.

“A gente viu um descaso total na coleta das informações sobre esses meninos em Caucaia: sem filiação, endereços com nomes errados...”, observa a pesquisadora Cláudia Costa. Para encontrar uma das famílias, foram três tentativas, pois o número da residência não correspondia ao que estava descrito na lista oficial. A localização só não foi mais difícil porque ela, que é assistente social, já havia trabalhado durante mais de dois anos em um dos serviços de proteção social básica do município, localizado na região metropolitana de Fortaleza. Com a pesquisa, voltou a ter contato de perto com o fosso social entre ricos e pobres, “mansões, residências de empresários ocupando quarteirões inteiros, em contraste com áreas totalmente precarizadas”.

No acesso principal a uma das ruas, a pesquisadora passou por local de desmanche de carros e aglomerados de lixo. À procura da família de um adolescente morto, ficou sabendo que outro garoto tinha sido assassinado no mesmo território um dia depois do primeiro homicídio. Por causa das mortes subsequentes e da falta de numeração das casas, foi custoso achar o endereço. Perguntando a um e outro, a assistente social conseguiu localizar a residência, mas nenhum parente da vítima morava mais ali. No entorno, porcos, galinhas, cachorros e gatos dividindo o mesmo espaço, enquanto a comunidade reclama da falta de atividades esportivas, de lazer e de ocupação para os jovens.

Noutra área da cidade, onde mais uma família não foi localizada, a falta de pavimentação e as valas de esgoto a céu aberto em dia pleno de chuva impuseram obstáculos adicio-

nais para transitar. A pesquisadora estava numa via de nome pomposo e realidade completamente distinta do registro oficial. Sem o emplacamento que permitisse a identificação, o logradouro só foi reconhecido porque em uma das casas se viu escrito, provavelmente com lápis de cor, o nome quase apagado: Rua Suíça. Curiosamente, era a residência onde a vítima morava, segundo o número que constava na lista de endereços. Mais conhecida como Rua do Canal, pela proximidade com o curso d'água, a Rua Suíça fica escondida na periferia de Caucaia, desprestigiada, imperceptível, invisível tal quais os moradores.

Nos sete municípios da pesquisa, a equipe de entrevistadores se deparou com situações por demais delicadas. Em contato direto com as comunidades, eles constataram *in loco*, a partir do que viram e ouviram, como a desigualdade é ainda muito marcante no Ceará. As famílias sofrem com a injustiça criminal de não verem os autores dos homicídios responsabilizados, mas também com a injustiça social que relega à pobreza o que há de pior em saúde, educação, cultura, saneamento básico, infraestrutura e moradia.

“Adentramos à rua em seu início e percorremos toda a sua extensão. À medida que avançávamos, as características de ambiente urbano se distanciavam e um novo cenário se desenhava diante de nós: estrada carroçável; amontoados de lixos espalhados em vários trechos; casas afastadas com formação de áreas descampadas; lagoas constituídas com as águas das últimas chuvas, que se mostravam quase intransponíveis ao nosso transporte; e uma extensa área verde”, descreve a pesquisadora Ana Paula Neves sobre um dos endereços no bairro São Bento, já perto do limite de Fortaleza com Maracanaú.

Em alguns territórios, até mesmo os agentes comunitários de saúde ficam com receio de ingressar, pela sensação de insegurança, mas também pelo estigma que recai sobre as áreas consideradas violentas e reforça o temor. No entanto, foi com eles que as pesquisadoras Rafaella Florencio e Roberta de Castro contaram para enfrentar o medo natural diante do desconhecido e, no desafio de “desbravar” o Morro das Placas, no bairro Vicente Pinzón, encontraram contextos previsíveis e circunstâncias inusitadas.

“A fama de área perigosa fora confirmada pelos agentes de saúde, já que não entram táxis, entregadores... Os próprios agentes de saúde tomam alguns cuidados, como não adentrar a área do outro, não fazer visitas no horário da tarde etc.”, descreve Roberta de Castro. Com tantas ruas, vilas e vielas entrecortando-se, o local mais parece um labirinto, impondo a quem não mora ou circula por ali dificuldades para retornar ao local de onde partiu. “No vaivém de becos,

subidas, ladeiras de areia fofa, desvio de cachorros e poças de esgoto ou lama da chuva, chegamos ao nosso destino. Se me deixasse lá sozinha, não saberia fazer a trilha de volta. Porém, não havia ninguém em casa. Batemos palmas e ninguém se manifestou”, completa.

Sem êxito na primeira visita, a dupla de pesquisadoras rumou para um segundo endereço na mesma área, sob a orientação de outra agente de saúde, que não tinha muita certeza do local, pois, além da rua, há uma travessa homônima. A família também não foi encontrada, pois as residências correspondentes aos endereços que as pesquisadoras tinham em mãos estavam fechadas. Mas o percurso permitiu outras descobertas. Em derredor, diante dos olhos, palpáveis a falta de planejamento urbano, a ocupação desordenada, o alto nível de pauperização em contraste com o cartão postal.

“Subimos outros becos e ladeiras e nos deparamos no alto do morro, esbarrando na cruel disparidade social de Fortaleza. Do alto, avistamos prédios e mansões. No território, casas em espaços desordenados, algumas construídas de material reaproveitado, ruas com areia e sem saneamento básico. No percurso, pude identificar pessoas seguindo o curso de suas vidas – uma adolescente grávida que passava, um jovem com uma criança no colo, um cadeirante em frente de casa, dois homens consertando um carro – desmitificando a ideia de que no morro só há violência e morte”, constata Roberta.

A sensibilidade aguçada foi necessária na busca por uma terceira família, agora no bairro vizinho, Mucuripe, naquele mesmo dia. As pesquisadoras até localizaram a mãe do adolescente assassinado, mas não conseguiram continuar a conversa com ela, frente à aspereza com que foram recebidas. “O homem, de cueca, com uma faca na mão e visivelmente sob o efeito de álcool, disse que ela não falaria e pediu pra gente registrar que ela queria justiça. Como eu não avistei a faca, ainda tentei conversar, mas Rafaella falou com os olhos, e saímos correndo do local. Mesmo sem ver a faca, senti medo daquele homem, pelo tom de voz. Pela primeira vez, fomos recepcionadas com rispidez”.

Circunstâncias de provocação explícita amedrontaram também a dupla Thiago Garcez e Ticiania Santiago, no Planalto Pici. Depois de quatro entrevistas em uma mesma tarde, eles se defrontaram com jovens fazendo questão de impor medo. “Apenas às seis horas da tarde conseguimos aplicar o último questionário, dos cinco realizados na tarde, em função da disponibilidade das famílias e da educadora social da área que nos acompanhava. Na ocasião, vivenciamos a situação mais delicada da pesquisa, em que nos sentimos intimidados pela violência e hostilização dos mora-

dores da Favela da Fumaça. Havia uma movimentação por parte dos jovens da região, que tentavam constantemente nos intimidar no meio da aplicação do instrumental, fumavam maconha e queriam mostrar que estavam fazendo algo considerado ilícito”, descreve Ticiania.

A situação tinha um agravante porque a mãe que estava sendo entrevistada sofria ameaças constantes, apesar de ter visto o filho morrer por engano nos próprios braços, conforme descreveu ao longo da conversa com os pesquisadores. Como a residência se resumia a um quarto com pouca iluminação e banheiro em situação de precária, a entrevista aconteceu na calçada, sob olhares curiosos e ameaçadores dos jovens. O vínculo que a educadora social da comunidade construiu com a mãe e com os moradores das adjacências facilitou o trabalho e ampliou a segurança em campo. Mesmo assim, a tensão era patente.

“A educadora social, ao olhar para um dos jovens que estavam nos encarando, foi ameaçada por ele, que só não se aproximou para tirar satisfações de nossa inserção no bairro pela intercessão de seu amigo, que estava apressado para encontrar alguém e disse não querer confusão com gente de lá. Por conta dessa intimidação, fizemos de tudo para agilizar as perguntas do questionário. Na volta, optamos por pegar um táxi para casa e deixar a educadora, que tanto nos auxiliou, em seu destino”, complementa Thiago Garcez.

Para se sentirem mais seguros, alguns pesquisadores, que usaram o próprio veículo no deslocamento até as comunidades onde iriam realizar as entrevistas, fizeram a opção de não adentrar a pé os locais. O desconforto de determinadas situações dificultou ou impediu um novo contato com famílias em que havia a necessidade de aprofundamento das histórias de vida. “Eu só me senti insegura dentro de uma casa, onde a mãe, que na primeira tentativa se recusou a dar a entrevista, continuava altamente desconfiada, e um adolescente começou a me encarar de forma muito feia desde que comecei a explicar o objetivo da pesquisa”, relata Juliana Marques, referindo-se a um episódio que aconteceu no Conjunto Palmeiras.

Nos diários de campo dos pesquisadores, a descrição do ambiente e dos seus personagens e a narração dos fatos que os envolvem evocam um clássico da literatura brasileira publicado em 1890, *O Cortiço*⁴², recomendado como leitura fundamental para compreender a sociedade do fim do século XIX, quando o Brasil passava por um acentuado processo de urbanização, com novas formas de ocupação das cidades. Os registros dos pesquisadores dialogam com os escritos do autor, Aluísio Azevedo, ao retratarem e denunciarem também a desigualdade social, a miséria e um modo próprio de vida nas periferias.

42. Citação ao livro *O Cortiço*, principal obra brasileira do Naturalismo, movimento literário que começou na França e se contrapunha ao Romantismo, rejeitando qualquer forma de idealização do real e primando pela denúncia e abordagem de questões como preconceito, racismo, exploração social, pobreza e miséria, dentre outras. O livro foi publicado em 1890 pelo maranhense Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913), o maior representante do Naturalismo no Brasil. A história se passa no Rio de Janeiro do século XIX, em meio às transformações urbanas de então, envolvendo moradores de uma habitação coletiva miserável. “E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.”

DAVI PINHEIRO



Assistente social Roberta Castro, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, em visita ao bairro Vicente Pinzón: contato direto com as precariedades da periferia de Fortaleza



“Seguimos os três pelas vielas que levavam até o endereço da mãe do jovem. No caminho, de vias bem estreitas e tortuosas, sem calçamentos ou calçadas, esgotos a céu aberto deixavam um odor forte. Pessoas, em sua maioria mulheres, faziam serviços em frente as suas casas, estendendo roupas, lavando algo. Algumas olhavam curiosas, outras perguntavam o que estávamos procurando e nos indicavam onde ficaria a rua a que queríamos chegar, umas tantas também ignoravam”, descreveu Gabriela Colares, quando da incursão pelo bairro Serrinha. Das andanças pelos territórios, ao mesmo tempo tão diversos e tão afins, percepções sobre as realidades que moldam a cidade, mas também são moldadas por ela.

EM CONTATO COM VIDAS DESAMPARADAS E SOB VULNERABILIDADES

Em alguns lugares, é desaconselhável a entrada de pessoas desconhecidas, ainda mais em determinados horários. A insegurança fez com que uma das entrevistas do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência se desse no próprio Centro de Referência da Assistência Social (Cras), cujos profissionais já haviam advertido as pesquisadoras sobre o risco de ir ao território.

A nomenclatura oficial daquele lugar é até convidativa – Rua Belém da Esperança. Mas o nome popular amedronta de imediato, causa uma reação quase natural de distanciamento – Beco da Morte. A rua mais parece uma travessa, localizada no bairro cuja denominação também remete a bons auspícios – Conjunto Esperança. Mas as agruras da vida de quem as pesquisadoras encontraram acentuavam uma profunda ironia.

“A assistente social ligou para a mãe e, de pronto, ela se dirigiu ao Cras para conversar conosco. Assim, fizemos nossa primeira entrevista. Ao explicarmos do que se tratava a pesquisa, não escondeu o receio, mas, como ela mesma disse, ‘é uma conversa que ainda dói, mas já estava preparada para falar’. A necessidade de falar, isso foi o que mais me chamou a atenção durante toda a entrevista. Parecia até um momento de ‘exorcismo’ das angústias, da profunda tristeza e do calvário que foi a vida dessa mãe”, observa a pesquisadora Claudia Costa.

Além do filho morto, que era usuário de drogas e havia sido apreendido três vezes por roubo, ela conta que o segundo filho adolescente, de 14 anos, também está se iniciando nas mesmas práticas, e o mais velho, de 24 anos, já se tornou um dependente químico. Como lavadeira de roupas, ela sustenta a casa sozinha, pois o marido entrou em um quadro de depressão após a morte do filho e padecia com um tumor no

cérebro. Em situação de extrema pobreza, ainda precisa garantir a sobrevivência do neto que o filho assassinado deixou, pois a mãe da criança, também usuária de drogas, não tem condições de cuidar do menino.

A profissional do Cras já havia alertado sobre a dura realidade da família, comprovada pela pesquisadora durante a entrevista. “Ela tem seus 40 e tantos anos, mas com um rosto sofrido que aparenta mais de 60. Ao chegarmos ao fim, ela chorou copiosamente”. Indagada sobre em quais instituições acredita, a moradora da Rua Belém da Esperança, no bairro Conjunto Esperança, na capital Fortaleza, expôs enfaticamente a própria fragilidade e a desesperança nos homens e nas instituições.

O contato com as diversas situações de vulnerabilidade e desamparo das famílias causou aos pesquisadores tanta comoção quanto a própria morte violenta e prematura dos entes queridos, como revela Ana Paula Neves. “Ao conversarmos com o pai da vítima, tivemos conhecimento de que a família se encontra ameaçada. Desse modo, ficamos extremamente impactadas com a situação de vulnerabilidade vivenciada pela família. É uma sensação muito ruim, de impotência, quando nos deparamos com uma realidade difícil como essa, que precisa de intervenção urgente, e não sabermos o que fazer, ou melhor, o poder de concretizar o que precisa ser feito não cabe exclusivamente a nós, pesquisadores”.

O desconhecimento dos direitos ou dos serviços e instituições que poderiam amenizar as dificuldades vividas e a própria ineficiência das políticas públicas contribuem para que as famílias continuem em situação de abandono. “O que observamos muito nessa pesquisa é que as famílias se encontram desamparadas institucionalmente. Elas têm enfrentado sozinhas seus problemas, conflitos e dores. E quando chegam a procurar ajuda, a mais frequente tem sido a do Conselho Tutelar, mas, infelizmente, a instituição não tem conseguido dar às famílias o suporte que elas tanto precisam”, observa Ana Paula Neves, acrescentando que poucas das famílias entrevistadas conhecem o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, embora muitas continuem sofrendo intimidações e tentativas de assassinato. “As famílias, no máximo já ouviram falar, mas não sabem como o programa funciona, isto é, que procedimentos devem seguir para solicitá-lo, caso necessitem”.

A sensação de abandono é denunciada pelos próprios familiares. “Onde se encontram o Estado, as instituições, a sociedade, que não estão vendo esses adolescentes e jovens desamparados?”, questiona Ana Paula, a partir da preocupação manifestada pelo pai de um adolescente morto em Juazeiro do Norte, mas também por outros tantos depoimentos ouvidos e situações encontradas ao longo da pesquisa. “Ninguém vê um

policial aqui. A gente vive pedindo. Os meninos passam o dia fumando. A gente tem que encontrar um lugar pra eles se entreterem”, propõe o pai, mesmo descrente da ação da Polícia e morando ao lado de um Centro de Referência da Assistência Social. “O discurso nos aponta para uma realidade que exige mais atuação e comprometimento dessa e de outras instituições sociais”, acrescenta a pesquisadora. Embora a política de repressão ainda seja vista por muitas comunidades, mas também por gestores públicos, como a primeira e melhor solução para o uso problemático de drogas e a delinquência juvenil, importante é que haja um esforço pela vida envolvendo outros olhares dos diversos setores do governo e da sociedade.

O EXERCÍCIO DA ESCUTA JUNTO A QUEM TEM A NECESSIDADE DA FALA

Na incursão pelas áreas, hostilidade e acolhida. O acesso às residências das famílias e a permanência nas áreas onde moram nem sempre foram tranquilos, mas a parceria com os articuladores comunitários e a colaboração de líderes locais e profissionais de saúde e assistência social foram fundamentais para localizar os parentes e facilitar o contato com os pesquisadores. Para convencer os familiares a participarem da pesquisa e a responderem 139 perguntas sobre um tema tão delicado e que mexe tanto com as emoções de cada um, a abordagem exigia uma certa desenvoltura e doses generosas de sensibilidade.

O receio, que em determinadas situações tomava conta dos pesquisadores, também era a sensação de algumas famílias frente a eles, como presenciou a equipe de pesquisadores em Juazeiro do Norte, ao entrevistar o padrasto de um adolescente. “Por volta dos 20 minutos de conversa somos interrompidos pelo celular do padrasto tocando. Ele atende e surpreende-se. Era sua esposa querendo saber quem eram as pessoas que estavam em casa e o que queriam. Ele explica. A ligação cai, mas imediatamente a esposa retorna com as interrogações. Ele insiste com ela que não há motivos para preocupar-se e que ela pode voltar ao trabalho. Nós também, evidentemente, ficamos surpresos com a ligação, mesmo porque fazia poucos minutos que havíamos chegado. Além de nós, havia na casa um adolescente, neto, que transitou pela sala umas duas vezes durante a conversa, mas se manteve a maior parte do tempo do lado de fora. Pode ter sido ele como também um dos vizinhos que acompanharam nossa chegada”, descreve a pesquisadora Ana Paula Neves. “A ligação da mãe da vítima, durante a aplicação do questionário, nos alertou que nós pesquisadores estamos sendo constantemente observados no campo da pesquisa, de-

monstrando que a observação é uma ação de mão dupla, exercida tanto pelos pesquisadores quanto pelos sujeitos”.

Desconfianças, dúvidas, hesitações, medos, descrenças eram reações naturais de alguns familiares diante de pessoas que nunca tinham visto e, de repente, apareciam em suas residências para explorar um assunto que envolve sentimentos de dor, tristeza, injustiça e revolta. “Não quero falar de morte aqui mais não. Morte só traz morte. Não vamos mais ter ele de volta, então deixa como está. Não quero ninguém do governo aqui não, que só aparece agora”, relutou, de início, o tio de um adolescente assassinado no bairro Autran Nunes, embora tenha sido ele mesmo quem acabou aceitando responder o questionário. “Ao fim da entrevista, o tio pegou uma sacola com todos seus documentos e da sua família e nos deu para que procurássemos os dados que precisássemos para o termo de compromisso da pesquisa ou do questionário. Aproveitou ainda para mostrar suas tatuagens, suas escolhas e significados (nome do sobrinho, do filho e da esposa, desenho do Bob Marley e de uma carpa – como vários jovens do bairro e seu sobrinho), afirmando-se como tatuador amador. Destaco a mudança de postura da família em relação à abordagem de descrença e desconfiança em relação aos sujeitos que os buscam para problematizar as situações sociais que vivenciam”, compara a pesquisadora Ticiania Santiago.

A confiança e a tranquilidade conquistadas na conversa com o tio do adolescente morto não foram encontradas na rua. “Ao sairmos da casa, no entanto, percebemos que um carro com três homens parou na residência apontando para nós e indagando sobre nosso interesse na família e na comunidade em que estávamos. Decidimos, até por questão de segurança, tomar um ônibus para o outro extremo do bairro, para realizar a aplicação de outro questionário agendado, cuja entrevistada nos recebeu de forma amistosa e prontamente respondeu o instrumental”.

Alguns ambientes amedrontavam de imediato pela própria geografia, mas nem sempre a primeira impressão foi a que ficou. “Encontramos no Jangurussu um beco extremamente punk, cavernoso, mas foi limpeza”, revela Marcos Levi Nunes, que andou a pé pelo local sem a sensação de perigo ao redor. A ocupação do espaço público e a presença humana eram indicativos de segurança. “Crianças brincando de bila, mulher varrendo a rua e nenhum maluco na esquina. Se você faz esse raio-x, então tá de boa”, avalia.

Apesar de alguns contextos desfavoráveis, a maioria das entrevistas aconteceu sem que os pesquisadores precisassem fazer grande esforço para convencer os familiares das vítimas a participarem. Em muitos casos, havia um desejo forte dos parentes em falar sobre a vida dos entes queridos e sobre a própria existência,

DAVI PINHEIRO



Pesquisador do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Thiago Garcez: contato com a irmã de um adolescente morto em Fortaleza

uma necessidade que, diversas vezes, extrapolou o tempo para o preenchimento do questionário e a relação entrevistador-entrevistado. “Havia uma necessidade de falar que não terminou com a entrevista. Muitas mães continuam ligando para nós”, observa Letícia Pequeno.

Os pesquisadores Diego Medeiros e Amanda Barbosa e a articuladora comunitária Tita Nobre chegaram a percorrer cinco endereços para localizar a família de um adolescente que havia sido assassinado. No dia que encontraram a mãe, coincidentemente, era a data de aniversário do garoto. O abalo emocional fez com que ela adiasse a conversa para outro momento, mas quando se dispôs a falar, no encontro seguinte, conversou longamente sobre as trajetórias de vida do filho e dela mesma. “Por mais dificuldade inicial que tivéssemos em encontrar as famílias, elas queriam ser ouvidas. Nós estávamos transitando pelo território vivo, existencial, daquelas pessoas”, constata Diego.

O exercício sistemático de escuta sobre a vida e a morte provocou reflexões, mudanças

de atitude e incorporação de novos hábitos pelos próprios pesquisadores. “Foi uma experiência enriquecedora. De tanto ouvir aquelas pessoas, eu também passei a ouvir mais no meu dia a dia”, aponta Amanda.

Ao andarem por tantos territórios, os pesquisadores fizeram mais do que um percurso geográfico. Eles caminharam rumo às memórias e às emoções das pessoas e estiveram juntos de muitas que precisavam ser escutadas e algumas que invocavam uma companhia para amenizar o vazio e a solidão que os entes queridos deixaram. Em Messejana, a avó de um adolescente morto se despediu das pesquisadoras com o desejo de que ficassem mais tempo e uma gratidão enternecedora. “Quando terminamos a aplicação do questionário, ela mostrou as roupas de quando o neto era criança, como também os desenhos que ele havia feito. Quando nos despedimos, ela disse: ‘Não vão, não, fiquem mais. Não quero ficar sozinha, não. Depois que ele se foi, fico tão sozinha. Mas obrigada por me fazerem lembrar do meu gato. Orem por mim, viu? Boa sorte!’”

O CRIME (RE)ORGANIZADO NAS PERIFERIAS: PACIFICAÇÃO OU SILENCIAMENTO? A PAZ SEM VOZ NÃO É PAZ, É MEDO

// **Q**uem faz a segurança é o tráfico. Eles não deixam acontecer mais assalto aqui”, afirma a avó de um adolescente assassinado, moradora do Conjunto Palmeiras. O que era inimaginável para a realidade do Ceará, até há bem pouco tempo, foi constatado in loco pelos pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. A partir de 2015, está em curso em Fortaleza e se estendendo para o interior um processo de reorganização do tráfico de drogas, armas e munições, com a presença de facções criminosas oriundas do Rio de Janeiro e São Paulo, como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, respectivamente.

Entre a população, a sensação é de que o crime (re)organizado devolveu às comunidades periféricas uma tranquilidade relativa, com a redução de confrontos entre grupos rivais locais e a consequente queda nos índices de violência, principalmente das ações letais intencionais. A denominada pacificação dos territórios associada às facções é uma percepção dos moradores, difundida pelos próprios líderes e operários do tráfico, mas contraditada pelas forças oficiais de segurança. “Pode ter diminuído o homicídio porque ele percebe que está perdendo mercado? Pode. É uma atividade econômica como outra qualquer. E a partir desse momento, pode ter uma nova modalidade de cobrança que não seja matar usuário”, afirma um tenente-coronel da Polícia Militar, discordando que a aliança entre traficantes contribua efetivamente na diminuição dos homicídios.

Os acordos de paz são motivados por interesses comerciais. O tráfico funciona como um negócio igual a outros, cuja finalidade principal é o lucro, embora os métodos para aquisição das vantagens financeiras sejam bastante controversos e diferentes das atividades comerciais convencionais. “O mercado de drogas e de armas estava pulverizado. Chegou uma liderança com maior poder de fogo e de grana e está organizando esse negócio. É só uma regulação do mercado”, acredita um dos participantes do grupo focal realizado pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

É natural que a alta incidência de violência em uma determinada área diminua a circulação de pessoas pelo local, inclusive dos consumidores do produto comercializado pelos traficantes naquele espaço. “O cara passa a não frequentar mais a

área onde os homicídios estão acontecendo. ‘Pô, eu não vou naquela área ali por que é muito complicado’. O local fica inseguro para todos circularem, inclusive o usuário, aquele que vai comprar a droga”. O alto nível de criminalidade também atrai – ou pelo menos deveria atrair – a presença policial para enfrentar as ações delituosas. “Então, é muito comum o pessoal dizer: ‘Olha, eu não quero roubo na minha área, porque isso atrai Polícia para cá’. Isso é muito comum nas comunidades. Então, essa história de dar uma trégua é bom para todo mundo”.

A trégua imposta pelas facções é uma nova estratégia de sobrevivência das organizações criminosas, ao mesmo tempo em que desafia a Polícia a rever não só o modo de atuação, mas também a própria relação com as comunidades. Enquanto os pactos do crime oferecem aos moradores dessas áreas alguma sensação de segurança e acesso a bens e serviços que o poder público não foi capaz de garantir, as forças policiais estão com a imagem desgastada em função da inoperância e da vinculação à violência, ao abuso de autoridade e à corrupção.

No bairro Autran Nunes, o tio de um adolescente entrevistado para a pesquisa comenta que a presença do Comando Vermelho tem contribuído para diminuir as mortes no bairro e se refere à “pacificação” como um fenômeno positivo frente à ação da Polícia. “Com cuidado e observando o movimento da rua, ele sentou na porta de casa e destacou a positividade da pacificação das favelas, relatando a violência policial que vivencia por também ser usuário de drogas e não ter emprego certo”, registraram os pesquisadores Thiago Garcez e Ticiania Santiago.

As organizações criminosas sobrevivem da manutenção de uma rede ilegal que envolve o comércio de drogas, armas e munições e, num processo de reorganização para fortalecimento das ações e sobrevivência, são capazes também de oferecer às comunidades facilidades há muito tempo almejadas. Em reação a qualquer tentativa de ameaça à continuidade dessa rede, não é novidade que o crime organizado planeje e execute ataques a propriedades públicas e privadas, em especial aos equipamentos de segurança do Estado.

O medo é o principal mecanismo de ação das organizações, seja contra o Estado, seja contra a sociedade, seja dentro ou fora das áreas de atuação. O controle que as organizações criminosas exercem sobre as comunidades também é baseado no medo, na medida em que envolve produção e regulação da violência. Quem infringir as novas regras que são impostas, jamais negociadas, sofre retaliações à base de agressões físicas já amplamente divulgadas pelas redes sociais ou via aplicativos de telefones celulares. Os próprios agentes do crime organizado se encarregam de espalhar os vídeos para demonstrar que não permitem ações violentas no território “pacificado”,

apesar de usarem ações violentas como resposta contra quem desrespeitar as imposições.

Nas entrevistas realizadas pelos pesquisadores do comitê, moradores do Barroso também afirmam que a violência tem diminuído “depois que o pessoal do Rio chegou”, como se refere a mãe de um adolescente de 18 anos morto numa borracharia do bairro em 2015. O homicídio aconteceu, supostamente, por ele estar usando uma camiseta com a fotografia de um amigo que havia sido morto já como vingança por ter assassinado um traficante de drogas.

Além de menos mortes, os acordos entre as facções criminosas teriam acabado com alguns conflitos de longa data entre territórios, permitindo que os moradores passassem a transitar livremente pelas comunidades. “Disseram que não matariam mais ninguém, mas antes era uma mortandade muito grande aqui no bairro. Pra ter noção, quem mora desse lado da avenida não podia andar do outro lado. Agora, estão deixando”, afirma a mãe do adolescente.

O Barroso fica vizinho ao bairro de Messejana, onde a rivalidade entre gangues das comunidades do Coqueirinho e Mangueirinha na disputa por territórios amedrontava os moradores até recentemente. Quem pertencia a uma comunidade era ameaçado de morte caso adentrasse a outra. “Agora está todo mundo dizendo que vai ter paz entre eles. Mas eu sei que não vai ter. Nunca vai acabar essa briga por território, porque nunca vai acabar a droga. Pra mim, é o fim do mundo essas drogas”, revela, descrente, a mãe de um adolescente morto em consequência dos conflitos entre as duas gangues.

No bairro Jurema, limite entre Caucaia e Fortaleza, onde jovens também se juntavam para determinar quem teria acesso ou não à favela Barreiras, a “pacificação” parece ter chegado por lá. “Agora tem uma paz aí do PCC. Antes, não podia entrar, mas agora está entrando”, diz o pai de um adolescente assassinado na área depois de sofrer três tentativas de homicídio e ser proibido de visitar o local, embora a mãe morasse lá. As ameaças da gangue, mesmo depois do crime, fizeram a família deixar o local e se mudar para o bairro São Bento, nas proximidades do limite entre Fortaleza e Maracanaú, onde tanto o PCC quanto o Comando Vermelho também já atuam.

Profissionais dos serviços socioassistenciais passaram a identificar uma facilidade de circulação por alguns locais onde antes representava um risco. A coordenadora de uma unidade de acolhimento institucional em Fortaleza observa que a assistente social já não tem dificuldade para visitar as famílias dos adolescentes abrigados. “Antes, quando ia em determinado território, onde o terreno era bem minado, ou ela procurava o Cras ou o líder comunitário para fazer alguma visita, porque

DAVI PINHEIRO

GV

COMANDO VERMELHO
"EM PONO RESPEITO ACIMA
DE TUDO!"

HO "OLADO CERTO DA
VIDA ERRADA

SMTI

AKI FECHAMOS COM O CERTO

precisava ter todo esse cuidado”, compara a coordenadora, avaliando que o traficante assumiu o papel do líder comunitário. “Eu acredito que ele realmente tomou esse papel”.

Em alguns lugares onde os próprios agentes comunitários de saúde revelavam medo de ingressar e até os entregadores de encomendas não se arriscavam a entrar, a tal “pacificação” parece ter devolvido alguma tranquilidade a eles. “Para minha surpresa, identificamos uma Kombi repleta de mercadorias da Avon e pensei: “Será a tal pacificação ou coragem do condutor?”, descreve a pesquisadora Roberta de Castro, reportando-se ao dia em que teve de ir ao Morro das Placas, no bairro Vicente Pinzón.

Mesmo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social tendo escolhido a área do Vicente Pinzón para o desenvolvimento do projeto-piloto do programa Ceará Pacífico visando à prevenção da violência e à redução da criminalidade, a comunidade identifica que a “pacificação” está sendo feita pelo crime organizado. As pesquisadoras Rafaella Florencio e Roberta de Castro foram surpreendidas em uma das visitas ao Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do Mucuripe por uma grande quantidade de fogos de artifício. “É o Comando Vermelho que pacificou a comunidade e veio aqui se apresentar”, afirmou um dos estagiários do equipamento, em tom de brincadeira.

Mas a penetração do crime organizado nas comunidades com a imposição de um novo modelo de organização é muito sério. Na mesma ocasião, as pesquisadoras presenciaram um cortejo fúnebre bastante peculiar. “Nessa hora se sentia a tensão entre os que lá se encontravam. Embora fosse um cortejo fúnebre, várias pessoas carregavam balões nas cores preta e branca e viam-se muitas blusas e um enorme bandeirão do Corinthians Futebol Clube”, descreve Rafaella. Era o funeral de um jovem de 23 anos, morador do Vicente Pinzón, morto na Avenida Abolição, no Meireles, após receber quatro tiros disparados por um motociclista não identificado. O rapaz havia acabado de realizar um assalto na Avenida Beira Mar. O episódio reforça as suspeitas levantadas pela Polícia e pelo Ministério Público de São Paulo de que o PCC tem forte influência nas torcidas organizadas de clubes de futebol, como Corinthians, Palmeiras e São Paulo.

As facções não se sentem intimidadas e são legitimadas, por coação ou não, por parte dos moradores da periferia. Os acordos de paz são ostentados reafirmando o controle que as organizações exercem em determinados territórios. “Como se sabe, são fortes os rumores de que o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital estão se inserindo na periferia de Fortaleza com o intuito de ‘organizar’ o tráfico de drogas. Para além da confirmação, a circulação dessas informações, em certa medida, afeta o cotidiano das comunidades mais vulneráveis”, analisa Rafaella.

E o prognóstico é preocupante, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). “O aumento da criminalidade nas periferias deverá formar um cenário de violência no futuro”, aponta a edição da revista *Desafios do Desenvolvimento*, publicada em março de 2016, acerca do estudo *Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*. “A publicação do Ipea prospecta, por exemplo, a tendência de crescimento dos mercados legais e ilegais explorados pelas organizações criminosas, assim como o aumento da atuação das milícias, ampliação das atividades exploradas por organizações criminosas; manutenção de domínio de territórios por esses grupos; manutenção da expansão da atuação das facções nos presídios e interiorização dessas facções”.

MODELO TIPO EXPORTAÇÃO?

O modo de atuação do crime organizado junto às comunidades parece ser o mesmo, independente da cidade onde se instala. “Quando estive numa comunidade controlada pela facção, moradores diziam que podiam dormir tranquilos com portas e janelas destrancadas”, descreve o canadense Graham Willis no livro *O consenso assassino: polícia, crime organizado e a regulação da vida e da morte no Brasil urbano*. A publicação é resultado da pesquisa que ele desenvolveu acompanhando a rotina de policiais da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo entre 2009 e 2012, consultando dezenas de documentos internos apreendidos com um membro do PCC e ouvindo moradores, comerciantes e agentes do crime em uma comunidade dominada pela facção na zona leste de São Paulo, em 2007 e 2011.

Professor da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, o pesquisador tem confrontado os dados do governo paulista que revelam uma queda significativa nas taxas de homicídio na capital atribuída ao desempenho das políticas públicas. Mudanças demográficas, desarmamento, redução do desemprego, reforço do policiamento em áreas críticas... Na avaliação do pesquisador, as explicações dadas pelo governo de São Paulo sobre o declínio dos assassinatos não convencem.

Para indignação do governo paulista, Graham Willis sustenta que a regulação da vida e da morte em São Paulo é exercida principalmente pelo PCC. Segundo ele, a redução de quase 80% nas taxas de homicídio em um período de 15 anos é muito brusca para ser explicada por fatores de longo prazo, como políticas sociais ou de segurança. O pesquisador diz que a queda aconteceu em bairros da periferia onde os homicídios estavam concentrados desproporcionalmente e coincide com a inserção da facção em tais áreas a partir de 2003.

A partir dessa data, para a manutenção e a ampliação das atividades ilegais, o PCC transpôs para as ruas as regras rígidas de convivência e controle da violência que ditava até então dentro dos presídios. A “lei do crime” passa a oferecer “segurança” nos territórios onde a facção se instala, protegendo sobretudo os jovens negros de baixa escolaridade, mão-de-obra preferencial e mais vulnerável ao assédio da facção, o perfil clássico das vítimas de homicídio. Sob o domínio do PCC, há um recuo das gangues e grupos rivais, que antes guerreavam no pequeno mercado das drogas e na disputa por territórios e abriam espaço para a criminalidade generalizada.

No dia 12 de maio de 2006, o poder de fogo do PCC paralisou a maior cidade da América Latina. O maior atentado contra as forças de segurança do Estado de São Paulo promovido por uma organização criminosa começou com pelo menos 251 ataques registrados, incluindo rebeliões em 73 presídios, um centro de detenção provisória e nove cadeias públicas na capital, região metropolitana, interior e litoral. Depois de cinco dias e uma sequência de ataques a ônibus e agências bancárias e ameaças de ações contra escolas, hospitais e aeroportos, pelo menos 300 pessoas foram mortas, entre policiais militares, policiais civis, guardas municipais, agentes penitenciários, civis, suspeitos e presos, embora algumas fontes contabilizem mais de 500 mortos.

De acordo com a versão oficial, o atentado teria sido uma resposta do crime organizado à decisão do Governo do Estado de São Paulo de isolar líderes do PCC em presídios de segurança máxima com o objetivo de desmontar a articulação da facção. O início das ações aconteceu no contexto em que 765 presos e oito líderes, entre eles, Marcos Willians Herba Camacho, o Marcola, foram transferidos para o interior do Estado. A série de ataques se espalhou por outros cinco estados brasileiros, a maioria com atuação direta das ramificações do PCC, e se repetiu ao longo de outros meses.

O atentado envolveu até o sequestro de dois profissionais da Rede Globo de Televisão, um deles o repórter Guilherme Portanova, liberado apenas depois que a emissora se viu forçada a divulgar um vídeo com as reivindicações da organização, gravadas por um homem encapuzado, supostamente integrante da facção, e que trazia como um dos trechos os dizeres: “Queremos um sistema carcerário com condições humanas, não um sistema falido desumano no qual sofremos inúmeras humilhações e espancamentos. Não estamos pedindo nada mais do que está dentro da lei. Se nossos governantes, juízes, desembargadores, senadores, deputados e ministros trabalham em cima da lei, que se faça justiça em cima da injustiça que é o sistema carcerário: sem assistência médica, sem assistência jurídica, sem trabalho, sem escola, enfim, sem nada”.

O Primeiro Comando da Capital, que além da sigla PCC é conhecido pelos números 1533, é considerada a maior organização criminosa do Brasil. O PCC foi criado em 1993 no Centro de Reabilitação Penitenciária, um anexo de segurança máxima da Casa de Custódia de Taubaté, em resposta ao massacre do ano anterior, quando 111 presos foram mortos no Complexo do Carandiru, desativado dez anos depois da chacina. Além de vingar as mortes, o estatuto da facção, divulgado em 1996, deixava clara a intenção de enfrentar a opressão no sistema prisional e explicitava a parceria com outra organização mais antiga, o Comando Vermelho, no Rio de Janeiro.

“Em coligação com o CV, iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o terror ‘dos poderosos’ opressores e tiranos que usam o ‘anexo de Taubaté’ e o Bangu 1 no Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros”, enumera o PCC no último item do estatuto, que começa afirmando “lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao Partido”.

O caráter político da facção, em defesa dos direitos da população carcerária, foi perdendo espaço ao longo dos anos com o processo de reorganização que passou a reproduzir na operação do mercado ilegal uma lógica empresarial, com foco no tráfico de drogas e armas. O Ministério Público de São Paulo e a Polícia Federal afirmam já ter provas de que o arco de atuação do PCC se expandiu para além das fronteiras, atravessando o Atlântico e desembarcando na Europa e na África a partir do Porto de Santos.

Internamente, o crime também se estabelece como um grande negócio. E o Ceará aparece como importante mercado para a facção com tentáculos na política. A partir de infiltrados no PCC, o Departamento de Inteligência Policial da Polícia Civil apontava que o grupo se empenharia em eleger cerca de dez prefeitos e 50 vereadores nas eleições de 2016, como noticiou a revista IstoÉ. A avaliação era de que a organização pretendia ocupar o vácuo aberto com a proibição do financiamento por empresas privadas, investindo nas campanhas eleitorais de pelo menos três municípios cearenses.

O terreno já estaria sendo preparado por Alejandro Herbas Camacho Junior, irmão mais novo de Marcola, o maior líder do PCC. O caçula da família, segundo lugar na hierarquia da quadrilha, foi preso pela Polícia Federal no dia 29 março de 2016, mais uma vez em Fortaleza. Após fugir do Carandiru em 2001, ele permaneceu cinco anos foragido, até ser preso pela primeira vez na capital cearense, onde morava. Na época, o traficante disse que trabalhava com revenda de carros.

Dez anos depois, os investigadores identificaram que ele coordenava uma rede de empresas de fachada que servia para a

lavagem das altas cifras obtidas com tráfico de drogas, assaltos a bancos e mensalidades cobradas dos presos. Além das mansões que mantinha no Porto das Dunas, no município de Aquiraz, e nas praias do Cumbuco, em Caucaia, e Lagoinha, em Paraipaba, o vice-líder do PCC contava com 40 policiais militares recrutados para sua segurança pessoal, conforme apontou a revista IstoÉ em julho de 2016.

O Primeiro Comando da Capital começou a ser estruturado por integrantes do Comando Vermelho, considerada a quadrilha mais bem armada do Brasil e que se organizou no início dos anos de 1980, a partir do convívio com presos políticos da ditadura militar no período de 1964 a 1985. A rebelião que marcou o surgimento do Comando Vermelho, em 1979, fez 21 mortos.

O Comando Vermelho tem origem na Falange Vermelha, organizada por Rogério Lengruber, o Bagulhão ou Marechal, um dos mais idolatrados líderes da facção, que morreu em 1992 em consequência das complicações de uma diabetes e de insuficiência hepática. Junto com os companheiros no crime, ele começou a organizar a Falange Vermelha e o tráfico de drogas, entre 1969 e 1975, de dentro do Presídio Cândido Mendes, em Ilha Grande, Angra dos Reis.

Bagulhão criou regras de conduta para os criminosos que foram oficializadas pela facção em 2002 e até hoje devem ser seguidas pelos bandidos ligados ao grupo. O não cumprimento de algumas das regras implica diretamente a morte do “desertor”. O estatuto do PCC difunde as mesmas ideias centrais que nortearam a fundação do Comando Vermelho, como a proibição da prática de estupro, assalto e extorsão dentro das cadeias e a formação de um caixa para financiar o grupo nas prisões e as famílias do lado de fora.

A ousadia marcou a atuação das organizações criminosas desde o início. Com o tempo, ela foi apenas se sofisticando. Em janeiro de 1980, Bagulhão contou com a ajuda dos comparsas para escapar de barco do presídio da Ilha Grande. Demolido em 1994, era uma prisão de segurança máxima, reforçada pelas próprias condições de isolamento. Chegar não era fácil, sair muito menos. Mas na tarde do último dia do ano de 1985, aconteceria a fuga mais espetacular do sistema prisional brasileiro, planejada pelo bando de Rogério Lengruber: um helicóptero foi usado para resgatar o traficante José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha.

Mais recentemente, em 2009, um helicóptero da Polícia Militar foi derrubado por traficantes do Comando Vermelho no Rio de Janeiro, o que causou a morte de três policiais. O traficante Fabiano Atanázio da Silva, o FB, um dos criminosos mais procurados e apontado como mandante da ação, foi preso em janeiro de 2012.

PODER OFICIAL VERSUS PODER PARALELO

Enquanto o Governo do Ceará se esforça para atribuir a redução dos homicídios no Estado às ações de segurança pública, internamente há uma divergência entre os gestores. E mesmo para os setores que refutam a associação entre a queda dos índices de criminalidade e os acordos de paz das facções do tráfico, tornou-se risível desconsiderar a presença e a capacidade de (re)organização do poder paralelo.

“A união do crime e a redução da criminalidade são pontuais. Realmente, eles estão se unindo e as execuções reduziram bastante. Mas quando a cidade for fatiada entre essas facções criminosas e elas quiserem ampliar o seu mercado, o que vai acontecer?”, questiona um tenente-coronel da Polícia Militar. “O crime não negocia com palavras, acordos e conchavos, ele faz negociações com armas”, observa, apontando que a tendência é de que a trégua se mantenha por pouco tempo. “É um fenômeno que começou recente, mas que, infelizmente, tem data para acabar. A partir do momento que o mercado precisar ser expandido, eles não vão fazer com propaganda, eles não vão fazer com marketing. ‘Ah, usa a nossa pedra que é melhor que a do concorrente’. Eles funcionam através da eliminação do concorrente. A partir do momento que isso começar, nós vamos ter uma ‘pequena guerra’ aqui”, avalia.

Além de um eventual enfrentamento entre as facções na disputa por mercado, o tenente-coronel suspeita do acirramento de ânimos por parte da juventude cooptada pelos líderes do tráfico. “Nesse primeiro momento, os jovens estão sendo contidos por essa ‘pacificação’. E depois, quando isso não estiver mais acontecendo? Toda essa frustração e necessidade de se colocar e se impor, que está sendo acumulada, vai ser desaguada onde e como?”, questiona. As agressões físicas e torturas empregadas como formas de retaliação contra os moradores das áreas que descumprirem as ordens do tráfico podem tanto evoluir para punições mais severas quanto inflamar o sentimento de revolta e vingança de quem for alvo dos carrascos.

Recados expressos e impressos nos muros das comunidades. “Se roubar na Serrinha, vai morrer”. Pirambu: “Quem roubar cidadão vai morrer”. E assim, o medo vai se repetindo de um bairro a outro, de cidade em cidade onde a reorganização do tráfico se estabelece. “Os meninos sabem as regras. Eu tenho casos de meninos que estão ameaçados de morte, que voltaram para eu atender, que querem voltar a estudar porque, se não forem, vão morrer. E são obedientes, pois sabem quais são as consequências. Por isso que aí tem mais força paralela do que a lei”, observa um conselheiro tutelar que participou de um dos grupos focais do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Nessa nova configuração do crime, ele identifica diferenças bem claras em relação a anos anteriores. “Diferente de anos atrás,

quando também tinha muita morte, o cara não chega lá na beirada do canal e atira em qualquer um para matar”. O homicida tem um alvo. “É uma execução, não é tiro para assustar”. Tão espantoso quanto o homicídio em si é o comportamento das pessoas frente ao crime. “Não é certo, mas a comunidade sabe disso e quer ir ao velório para dizer: ‘Ele roubava todo mundo e tal’”, como se buscasse justificar o assassinato.

As cenas de punição, registradas em fotografias ou vídeos e compartilhadas pelas mídias sociais ou nos aplicativos de telefone celular, além de deixarem claro como as facções reagem diante da desobediência, expõem a fragilidade do poder oficial em mitigar a ação do poder paralelo. Na ausência do Estado, o crime organizado age como tal, inclusive estabelecendo normas próprias a serem seguidas e julgando e condenando, como bem lhe aprouver, quem transgredi-las. “A gente já está vendo, por exemplo, algumas punições, alguns julgamentos do crime, em algumas áreas, como um jovem que foi fazer um assalto na Bela Vista e que foi baleado na perna como forma de punição à desobediência à ordem do tráfico de drogas”, exemplifica o tenente-coronel.

Pelo que ele diz, a Polícia não se mantém impassível diante das ações do crime organizado. “A gente tem acompanhado de forma sistemática essas movimentações”. E inclusive explica a queda nos índices de homicídios em função do cumprimento de mandados de prisão preventiva contra pessoas ligadas a facções criminosas, a quem se imputa a responsabilidade por dezenas de assassinatos, como contabiliza. “Esses índices já vinham sendo reduzidos sistematicamente, não só pela ocupação territorial que nós fizemos, mas também pela retirada de circulação daqueles que cometiam crimes”.

O tenente-coronel cobra uma resposta também da Justiça, apontando que alguns traficantes acusados em diversos inquéritos não foram condenados ainda por nenhum. “Já foram encaminhados alguns mandados de prisão de indivíduos que estão coordenando o tráfico e o crime. A gente espera que a Justiça dê essa resposta também para que a gente possa tirar essas pessoas de circulação”. Ele aponta uma redução significativa dos homicídios numa grande área de Fortaleza pela qual é responsável, mas minimiza a importância dos acordos entre traficantes para essa queda. Outro fator que ele considera para a melhoria dos índices é a mobilidade do crime em consequência da ocupação dos territórios pelas forças de segurança. “Quando o crime começa a perceber que a Polícia está atuando naquela área, ele vai para outra”.

A postura de outro tenente-coronel é ainda mais veemente na tentativa de descredenciar o domínio do tráfico e enaltecer o poder oficial. “Há uma organização, assim, de certa forma, das facções criminosas? Há. É fato. Agora, que isso contribui efetivamente para a diminuição dos homicídios, eu não con-

cordo. Nós viemos de uma política de sucesso: a melhoria do desempenho da segurança pública ao longo de dois anos. Esse trabalho não pode ser desprezado”.

O representante da Polícia Militar argumenta que a reorganização das facções criminosas não aconteceu apenas no Ceará. “Elas se organizaram no Brasil inteiro. Nós temos células do PCC aqui, no Maranhão, no Rio Grande do Norte, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina... Ações organizadas saindo de dentro dos presídios, de fato”. No entendimento do tenente-coronel, inexistem provas cabais de que essas ações contribuíram de alguma forma para a melhoria dos índices de homicídios. Os vídeos divulgados pelos líderes do tráfico sobre as ações de “pacificação” seriam tentativas frustradas de buscar o convencimento da população de que o crime organizado tem mais poder que o Estado em determinados locais. “O crime não quer tomar o lugar do Estado, mas ele quer se associar ao Estado e mostrar: ‘Olha, a gente pode fazer juntos’. E a gente tem de repudiar isso, porque não há limitação para a ação do crime, do criminoso, e há limitação da ação do policial, que deve ser valorizada”.

Profissionais que não trabalham diretamente na área da segurança pública, mas em setores envolvidos com as políticas de enfrentamento à violência e proteção a vítimas e testemunhas, reconhecem o fenômeno da ‘pacificação’, mas minimizam o impacto e a manutenção da aliança entre traficantes. “Essa trégua não quer dizer que não tenha morte. Estão acontecendo mortes bem complicadas também”, observa o coordenador de um dos programas do Governo do Estado, mesmo constatando que, em contato com as comunidades, de Fortaleza e Caucaia, elas confirmam que o processo de ‘pacificação’ está em pleno andamento, inclusive com a migração acentuada de grandes facções entre áreas de uma mesma cidade ou de um município para outro. “Todo mundo que eu conheço das comunidades dá conta dessa história da pacificação. Agora, eu não sei até que ponto vai isso, até quando se sustenta. Eu fico com a sensação de que, em algum momento, a coisa explode de novo”.

O que o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência ouviu de outro gestor do Governo do Estado acerca da “pacificação” se distancia da postura do comando das forças policiais. “Eu estou muito instigado com esse fenômeno da pacificação nas comunidades. Eu ando muito pela cidade e percebo que é um fenômeno real. É preciso estudar sobre isso. Talvez ele possa estar, inclusive, até de certa forma, colaborando conosco, não só nessa lógica da redução de homicídios, mas mesmo dentro do próprio Sistema Socioeducativo. Desde o Governo Camilo, temos hoje o menor número de adolescentes dentro do sistema”, afirmou, em outubro de 2016, quando havia cerca de 700 garotos sob privação de liberdade. E considera que a pacificação tem

contribuído indiretamente na rotina dos centros educacionais. “Nos ajuda, digamos assim, no sentido até de facilitar a questão da reforma das casas, da política de segurança e da própria restituição dos adolescentes”.

Apesar de uma crise concreta no Sistema Socioeducativo, o representante do Governo do Estado acredita que a redução do número de adolescentes apreendidos sinaliza para um futuro promissor e cogita até o fechamento de algumas unidades. “Eu sou um realista esperançoso. Esse número nos dá uma esperan-

ça de que no futuro a gente possa, inclusive, começar a desativar casas, porque nós inauguramos uma e construímos mais duas agora. Acho que nós podemos pensar em uma manutenção, uma estabilização na redução desses números, quem sabe até fechar os centros São Francisco e São Miguel, casas que não servem mais ao Sistema Socioeducativo e existem ainda porque, enfim, nós precisamos delas para colocar gente ali dentro. Quem sabe já possa, em um futuro breve, implodir aquele negócio”.

DAVI PINHEIRO



A COOPTAÇÃO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

Crianças, adolescentes e jovens numa relação de proximidade ou envolvimento direto com a (re)organização do crime organizado nas comunidades. A situação foi verificada na pesquisa de campo do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência e denunciada por profissionais e gestores de serviços públicos nos grupos focais realizados pelo colegiado.

“Um menino de nove anos nos descreveu com riqueza de detalhes como foi a negociação para pacificação da área”, revela a pesquisadora Claudia Costa, após a incursão pelo bairro Mondubim, local de moradia do pequeno informante. Curiosamente, é nesse mesmo território onde funciona a Academia Estadual de Segurança Pública, um detalhe emblemático da “convivência” entre poder oficial e poder paralelo em um mesmo espaço, portanto, revelador da incapacidade daquele em impedir o avanço deste.

Não é uma fragilidade exclusiva do Ceará. O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo, traça um diagnóstico do Brasil. “A relação entre criminalidade e condições financeiras precárias fica patente ao se constatar que as periferias urbanas continuam dominadas por facções criminosas, apesar das ações policiais de pacificação desses espaços”, aponta a revista do órgão, Desafios do Desenvolvimento.

Enquanto em outros estados as tentativas de pacificação das comunidades estão mais associadas às forças de segurança, no Ceará é um fenômeno vinculado às ações do crime organizado. “Financiadas pelo tráfico de drogas, as facções agem no embrião da comunidade, aliciando crianças e adolescentes”, alerta a publicação do Ipea. “Infelizmente estamos perdendo – e perdendo mal. Nossas crianças estão sendo cooptadas o tempo todo pelo crime organizado”, comentou Regina Miki, secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça à época da publicação, em março de 2016. O fenômeno da tal “pacificação” é mais uma estratégia perniciosa de aliciamento cada vez mais cedo de crianças e adolescentes.

É o que revelam as situações descritas a seguir, a partir dos depoimentos de pessoas que estão em contato direto com as comunidades das periferias de Fortaleza. Os três casos são alguns dos tantos exemplos que se repetiram ao longo do trabalho do comitê, mas chamam atenção pela presença – explícita ou não – de crianças, adolescentes e jovens como emissários, participantes ou vítimas do crime, em menor ou maior medida. Em cada cena, o som – ou a falta dele – é um elemento repleto de significados.



SITUAÇÃO 1: Fogos no céu. Paz na terra?

Grande Messejana – Janeiro de 2016

Os meninos chegaram e me disseram:

— Ó, tudo em paz aqui...

A gente vai se fazendo de doido:

— Menino, eu não estou sabendo nada disso.

— Pois tem. Já chegou. Vai ficar tudo de boa.

— Tá certo.

Dias depois, num sábado, por volta de meia-noite, recebi uma mensagem pelo telefone celular: “Olhe, domingo, tal hora, em tal lugar, você vai escutar os fogos. Estão pacificando a área entre as duas comunidades”. Eu achei aquilo estranho. No dia seguinte pela manhã, fui para a igreja normalmente e começou a vir mais mensagem. Depois, chegou um meninozinho na porta da igreja:

— Pastor, venha cá. Cinco e meia da tarde vai começar. Se o senhor quiser ir lá, os meninos mandaram chamar.

— Não, meu filho. Tem programação na igreja. E esse negócio aí, eu acho que é mais com vocês mesmo.

Quando foi às 18 horas, começou: Bum, bum, bum... Eu saí da igreja para olhar como estava. De um canto para outro das comunidades, que são inimigas históricas, vi o povo subindo... Juntou mais de 200 meninos. Os fogos anunciavam a “pacificação”.

SITUAÇÃO 2: À procura de um porta-voz

Grande Bom Jardim – Abril de 2016

No meio da semana, eu recebi uma mensagem:

— Ei, vocês querem chegar aqui?

— Não... Acho que isso aí é de vocês.

— A gente vai fazer a pacificação, mas a gente não sabe nem falar. A gente queria que viesse alguém aqui falar.

Como eu estava viajando, disse:

— Cara, não posso estar com vocês, mas posso estar depois.

Parabéns pela iniciativa.

Dois grandes grupos, que dominam pelo menos seis bairros, fizeram um acordo. Todo mundo fala na rua...

SITUAÇÃO 3: Silêncio

Lagamar – Novembro de 2015

Um grupo de pessoas jogando baralho na calçada, outras em derredor... De repente, quatro homens armados descem do carro.

— Com licença...

— Afasta todo mundo aqui...

— Sai todo mundo do meio...

E dirigindo-se a um adolescente de 17 anos, sentenciam:

— Esse aqui vai morrer. Se ajoelha.

Pá, pá, pá, pá, pá, pá...

Os homicidas foram embora. As testemunhas ficaram olhando.

ZONAS DE CONFLITO COMUNIDADES SOB FOGO CRUZADO

Conflitos territoriais violam o direito de ir e vir⁴³, alteram a rotina dos cidadãos, obrigam estudantes a deixarem a escola, forçam famílias a mudarem de endereço, mantêm comunidades inteiras sob o medo, impedem a convivência entre moradores de bairros vizinhos. As gangues delineiam uma geografia da violência para os territórios onde atuam, delimitando espaços de circulação e exigindo que o traçado seja seguido à risca. As áreas demarcadas se tornam campo minado, as linhas divisórias viram fronteiras entre a vida e a morte. É grande a repercussão dos conflitos entre grupos rivais no cotidiano das cidades.

A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência identificou entre familiares entrevistados em Fortaleza que 38% dos adolescentes mortos tinham restrições de circulação pelo lugar onde moravam, por conflitos com grupos rivais, em função do tráfico ou por desentendimentos individuais. Entre os adolescentes que estão em privação de liberdade sob acusação de prática de homicídio e que participaram do levantamento, 53% afirmaram ter conflitos no bairro ou em outros territórios e 44% revelaram limitação para circular nessas áreas.

Um dos garotos que estão apreendidos deixou de frequentar a escola no bairro Bom Jardim bem antes de assassinar um policial durante um latrocínio, motivo pelo qual cumpre medida socioeducativa em regime fechado. A vinculação com outros meninos que se diziam integrantes de uma gangue fez com que ele passasse a ser ameaçado pelo grupo rival. “Mesmo dizendo à mãe que estava correndo risco, ela insistia em pedir que ele retornasse à escola”, descreve o pesquisador João Pedro de Santiago, a partir da entrevista realizada com o garoto.

Um dos adolescentes mortos em Messejana também já não estava mais frequentando a escola por causa da rivalidade entre duas comunidades. A mãe do garoto conta que tinha medo de que o filho, de apenas 16 anos, fosse assassinado em meio aos confrontos das gangues da área. Pela recorrência de homicídios nas proximidades do estabelecimento de ensino onde ele e a irmã estudavam, a mãe preferiu que os dois deixassem de ir às aulas.

Em pleno domingo de Carnaval, a contenda entre as comunidades Coqueirinho e Mangueira levou tristeza e dor para a família de outro adolescente, também de 16 anos. O garoto estava sentado em uma calçada com os colegas, por

43. Citação ao inciso XV do art. 5º da Constituição Federal: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

volta das 16h30min daquele dia de folia, quando carros passaram diante deles com homens atirando indiscriminadamente. Entre os meninos baleados, o adolescente, que em menos de um mês faria aniversário, foi atingido no coração. Era o fim de uma breve trajetória de vida afetada pelos conflitos entre gangues, embora ele não tivesse envolvimento com os grupos rivais. “Ele tinha um bom comportamento. Nunca chegaram para mim reclamando dele em nada”, afirma a mãe, destacando que o garoto sempre foi um bom aluno e era bem avaliado pelos professores.

A situação se tornou delicada depois que um colega, utilizando o *login* do perfil dele em uma mídia social, teria postado: “Somos nós do Coqueirinho”. A brincadeira foi o início de um histórico de ameaças e agressões que terminaria em morte. “Após essa postagem, um rapaz da gangue rival proferiu ofensas via rede social e depois foi à escola onde o garoto estudava, agredindo fisicamente o garoto com um tapa na cara”, descreve a assistente social Letícia Pequeno, após conversa com a mãe para a pesquisa do comitê. Como medida de proteção, aos 15 anos, o menino foi levado para morar numa cidade do interior do Estado, mas permaneceu apenas uma semana e pediu para voltar, pois queria ficar perto da mãe e dos vários amigos que tinha na capital.

O sofrimento de perder dois filhos em um mesmo dia, em consequência das brigas entre gangues no Pirambu, fez outra mãe abandonar a casa onde residia com eles, um de 20 anos e outro com apenas 13. Antes dos episódios que causaram tanta consternação à família, a violência territorial já havia alertado a mãe. “Ela nos relata que pediu para que os meninos não voltassem para casa naquele dia, pois havia tido um assassinato pela manhã na comunidade rival”, registrou a socióloga Amanda Barbosa, também pesquisadora do comitê. Não adiantou. Os dois foram mortos, provavelmente, quando estavam se deslocando para casa.

A mãe ouviu os tiros. Na sequência, ficou sabendo que o adolescente havia sido baleado na esquina. Em seguida, recebeu a notícia de que o mais velho também tinha sido atingido, em outra esquina. “A mãe nos explicou que tinha três filhos, mas que só o do meio era envolvido com tráfico de drogas e gangues e estava detido no centro educacional cumprindo pena”, descreve Amanda Barbosa. Os outros dois eram benquistos na família e na comunidade, como percebeu a pesquisadora durante a entrevista com a mãe, realizada no local de trabalho, uma residência onde cuida de dois meninos gêmeos.

“O mais velho trabalhava de pescador com o pai, fazia outros bicos e estava se preparando para o mercado de trabalho. Sempre que falava dele, a senhora que estava acompanhando

a entrevista dizia como ele era um bom menino, que nunca se metera em nada ilícito. Quanto ao mais novo, ele era o xodó e todos gostavam muito dele. O que me chamou a atenção foi o carinho com que a senhora falou dele. Ela simplesmente começou a chorar, dizendo o quanto ele era querido e que os gêmeos, de quem é avó, quando veem o irmão que ficou vivo, o chamam pelo nome do outro, devido à semelhança com o irmão que morreu”, relata a pesquisadora.

Das dores pungentes que causam sofrimento aos familiares às dificuldades que os moradores enfrentam de cumprir a vida e seguir em frente. Os conflitos territoriais dificultam, quando não impedem, o acesso das comunidades aos serviços públicos, em lugares onde a presença do Estado se faz ainda mais necessária. “As famílias não iam para o Cras Quintino Cunha, iam sempre para o Cras Antônio Bezerra, onde eu trabalhava, porque lá realmente tem esse conflito de território”, afirma uma assistente social que participou de um grupo focal realizado pelo comitê.

Além de prejudicar a população local no uso dos equipamentos públicos, a rivalidade entre os grupos faz com que eles cheguem a se apropriar desses espaços da maneira mais ilegítima, pela violência. Em 2016, assaltantes levaram pavor para o Centro de Referência da Assistência Social do bairro Dom Expedito, em Sobral, na zona Norte do Ceará. “Os meninos colocaram a arma na cabeça da assistente social e roubaram outros profissionais”, denuncia um morador das imediações, funcionário do Pacto por um Ceará Pacífico na cidade.

Em 2015, membros de uma gangue invadiram o Cras do bairro Vila União, também em Sobral, porque acreditavam que no local havia integrantes do grupo rival. “Eles queriam assassinar os jovens do outro território”, conta a psicóloga Joyce Hilário, a partir do que ouviu de educadores sociais nas primeiras visitas da pesquisadora à área. No mesmo ano, no mesmo bairro e também por envolvimento com gangues locais, um adolescente foi morto a pedradas nas proximidades da Praça da Juventude, um complexo com pista de caminhada e *skate*, quadra poliesportiva, campo de futebol *society*, quadra de vôlei de areia e anfiteatro. Com o objetivo de funcionar como ponto de encontro e referência para os jovens na prática de esportes, convivência comunitária e atividades culturais e de lazer, o equipamento foi inaugurado em novembro de 2014, seis meses antes do crime bárbaro, que envolveu outros adolescentes e jovens como agressores.

Os assassinatos de adolescentes em decorrência dos conflitos territoriais em Sobral chamaram a atenção da equipe de pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Pela quantidade de casos associados à

DAVI PINHEIRO



Articulador comunitário do Comitê pela Prevenção de Homicídios, Joaquim Araújo, e diretor de escola em Sobral, Rogério Braga, na sala onde aluno foi morto



rivalidade entre gangues, pelo número de vítimas que nenhuma relação teriam com as divergências, mas também pelas características de origem e atuação dos grupos.

A comunidade conta que as hostilidades entre jovens dos bairros Sinhá Sabóia e Dom Expedito, por exemplo, surgiram apenas porque, há alguns anos, dois jovens, um de cada bairro, entraram em desentendimento por causa de um boné, durante uma festa de pagode, também conhecida como swingueira ou quebradeira. A confusão acabou envolvendo os colegas de um e outro bairro e criando, a partir daquele momento, uma desarmonia ao ponto de já ter causado agressões físicas e mortes de várias pessoas, tendo ou não ligação com os grupos, muitas, inclusive, que eram amigas de infância.

“Em todas as visitas em Sobral, é impressionante como a questão do território e sua violência determina muitas trajetórias de vida dos adolescentes. São jovens que, desde cedo, começam a criar conflitos na escola, começam a usar drogas e começam a tomar posição dentro do território e, consequentemente, a atuar dentro da dinâmica da violência”, observa o pesquisador José André de Andrade.

A percepção dos pesquisadores se tornou evidente também durante a audiência pública sobre homicídios na adolescência realizada na cidade. Na ocasião, participantes relataram que até meninos com apenas 12 anos, filhos de usuários de crack, acabam sendo utilizados pelos traficantes de drogas e se envolvendo em furtos e disputas entre gangues.

A violência associada aos conflitos territoriais se banalizou de tal forma que alguns jovens passam de um bairro para o outro atirando a esmo. Nessas circunstâncias, um adolescente foi morto, mesmo não pertencendo a grupos rivais, embora tivesse amigos envolvidos com a rixa. “De acordo com a mãe, o adolescente era indisciplinado na escola, tendo ela que ir conversar várias vezes com a diretora, mas, apesar de ter amigos que participavam de gangues, ele não pertencia a esses grupos. A mãe disse que o jovem foi assassinado ‘por engano’, por ter sido confundido ou por estar na rua no momento em que o grupo rival do bairro ‘passou atirando’. Ela afirma que, uma semana depois, um amigo que também não pertencia a gangues foi assassinado no mesmo local que o filho e que, uma semana depois, o agressor do seu filho também foi assassinado”, descreve a pesquisadora Joyce Hilario.

Outro tiroteio privou mais uma família de conviver por mais tempo com o filho adolescente, um garoto “bom”, “querido de todos”, que “não dava trabalho nenhum”, “não tinha vícios”, também não tinha envolvimento com as gangues ou conflitos e era jogador do time de futebol do bairro. Ele estava na calçada de um estabelecimento comercial com outras pes-

soas quando foi atingido por um dos tiros disparados por integrantes do grupo de outro bairro. “É comum os participantes de gangues atirarem em jovens” que transitam nas ruas do bairro, afirmam dois tios do adolescente, integrantes de uma família numerosa de 24 pessoas vivendo sob o mesmo teto.

“Os adolescentes vítimas de tiroteio não pertencem a gangues, pelo que foi relatado pelas famílias. Parece mais que estavam no lugar errado e na hora errada, pois há o relato de ser comum as gangues irem aos bairros vizinhos ‘atirar’ em quem está na rua para demonstrar o poder do grupo”, acrescenta a pesquisadora Joyce Hilario. Há uma necessidade de afirmação juvenil a exigir que sejam ofertadas aos adolescentes e jovens alternativas para que eles possam dissipar da melhor forma possível o vigor tão natural da idade e se expressar por outros meios, que não seja a violência. Tanta energia não deve ser desperdiçada em prejuízo das próprias vidas, da existência de outrem e do bem-estar da família e da sociedade.

Um dos casos de maior repercussão na cidade foi o homicídio de um estudante dentro da Escola Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes, a única de Ensino Médio no bairro Sinhá Sabóia. O agressor entrou na sala de aula no momento em que estava sendo aplicada uma das provas de fim de ano. Era início da tarde, por volta de 13h30min de uma quinta-feira de dezembro, quando o estudante foi atingido a golpes de facão. O adolescente ainda foi socorrido ao hospital, mas os ferimentos foram fatais.

Pelo relato da família da vítima, o garoto foi assassinado ao ser confundido com o irmão, mas outra versão aponta que o autor sabia de quem se tratava e agiu por vingança. A vítima não tinha envolvimento com gangues, mas o irmão, mais velho e muito parecido com ele, participava de um dos grupos e já havia entrado em confusão com jovens do bairro Dom Expedito. Atualmente, segundo a família, o rapaz se afastou dos conflitos, mas continua sob ameaças. “A vítima era um aluno comportado, tinha boas notas, mas os primos também tinham envolvimento em conflitos”, complementa o diretor da escola, Rogério Braga.

Havia sinais de alerta para intervenções precoces. O agressor chegou a ser preso, mas por prática de roubo, embora seja acusado de outros homicídios no bairro Sinhá Sabóia. O jovem já havia sido aluno da mesma escola, tendo-se evadido em 2010. “Ele não era violento nem causava transtorno, era até querido entre os colegas antes de se envolver em conflitos. A família tinha boa situação financeira, principalmente as avós. A mãe trabalhava numa lanchonete e era bem presente na escola, demonstrava muito carinho pelo filho, acompanhava-o no dia a dia e se preocupava quando ele saía à noite e custava a voltar”, observa Rogério Braga.

O diretor lembra que, em 2011, uma garota grávida, que chegou a concluir os estudos na escola, foi assassinada por um adolescente que também estudava no local. Era Semana Santa, quando outros jovens do bairro também foram mortos. A violência atingiu tamanha proporção na área em função da falta de oportunidades para relacionamentos saudáveis entre adolescentes e jovens e para ampliação das possibilidades de (re) construção de projetos de vida. “Sem espaços de sociabilidade no bairro, eles passam o fim de semana em torno de uma garrafa de cachaça na esquina”.

As motivações são quase sempre as mesmas. “Rixas entre grupos de adolescentes, alguns estudantes, outros evadidos das escolas, com a presença também de adultos, e envolvimento com o consumo e tráfico de drogas. Eles falam muito que estão marcados e, quando são atingidos, são dez contra um”, aponta o diretor da escola. “Essa palavra ‘marcados’ é um significante que percorre todas as falas dos sujeitos, familiares e jovens dos centros educacionais”, acrescenta a pesquisadora Joyce Hilario. “Estar marcado é sinal de que o adolescente foi considerado inimigo por um grupo rival por participar de gangue, por ser parente ou amigo de alguém de gangue ou por morar no bairro rival. Não é uma escolha aleatória. Os meninos têm que ser identificados em alguma situação de conflito pelos outros jovens”.

A banalização das mortes associada aos conflitos entre gangues faz com que vidas sejam eliminadas por motivos fúteis. Os desentendimentos entre um casal de adolescentes acabaram servindo de pretexto para que o primo da moça assassinasse o rapaz. O agressor começou a fazer ameaças à vítima quando descobriu as desavenças por causa de ciúmes. A vítima não fazia parte de nenhum grupo, mas o autor, que morava em outro bairro, pertencia à gangue local.

Os sobressaltos de viver numa zona de conflito extrapolam os limites e regras básicas de convivência, em tese, naturalmente consensuados. A violência que os jovens em confronto impõem aos moradores das áreas sob discórdia chega a desrespeitar até mesmo o luto das famílias. Em alguns casos relatados em Sobral, já houve violação de cadáveres. Em outros, os familiares se viram obrigados a velar e a sepultar os parentes fora do bairro ou da cidade, temendo o ultraje aos corpos dos entes queridos.

O sentimento de irrelevância da vida se difunde por diferentes contextos e lugares. “A gente já atendeu muitos casos de conflitos de territórios, diversos, das coisas mais bestas às coisas mais cabeludas, do menino roubar o gato do vizinho e não poder circular mais por aquele território e de ter uma situação mais grave”, exemplifica um gestor público presente em um dos grupos focais do comitê.

O surgimento de conflitos de territórios está relacionado, muitas vezes, à briga pelo controle do tráfico de drogas, armas e munições em determinadas áreas. Mas, além da concorrência entre traficantes, que arregimentam jovens, adolescentes e até crianças, a formação de grupos rivais tem outras motivações. É uma forma de agrupamento que pode ter origem na mera disputa de poder local ou em episódios banais que ganham uma repercussão desproporcional, atingindo pessoas sem qualquer envolvimento com a lógica dos conflitos.

A presença de drogas e a circulação de armas de fogo, de forma mais ostensiva nas periferias, a partir dos anos de 1990, estabeleceram diferenças marcantes nos conflitos entre os grupos rivais, como constata o sociólogo e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (UFC), Luiz Fábio Paiva. “Em Fortaleza, os territórios têm praticamente a mesma divisão e as mesmas áreas de conflito anteriores à década de 1990. A grande diferença está na qualidade da violência que as pessoas passaram a experimentar nesse novo contexto”.

Estudioso das questões que envolvem violência, crime e cidadania em múltiplos contextos territoriais, o sociólogo explica que as gangues já existiam antes desse período, mas os desfechos dos conflitos não tinham um nível de letalidade tão elevado. “Havia uns bairros divisores territoriais onde essas gangues se encontravam e trocavam socos, pontapés, pauladas... O pessoal envolvido chegava todo quebrado em casa, mas chegava. E havia, claro, homicídios nessas situações, mas era numa proporção bem diferente do que é hoje”.

A nova configuração dos conflitos criou outras relações entre os grupos e deles com o território. “Há narrativas de pessoas que corriam para dentro de casa quando a gangue passava. ‘Quando vinha o pessoal lá da rua de baixo subindo, a gente sabia que ia ter confusão’. Hoje, dificilmente, você vê um grupo desses circulando nos bairros, porque eles não se encontram mais para dar tapa, soco ou pontapé um no outro. Muitas dessas gangues, que outrora disputavam no braço o controle territorial dos bairros, passaram a ter a droga e as armas como um componente das suas rivalidades”, compara Luiz Fábio.

A maior letalidade de uma agressão causada por arma de fogo é um risco que obriga os integrantes dos grupos a um recuo estratégico, natural, quase instintivo. No entanto, o distanciamento não representa uma menor predisposição para a violência. “Há um recuo desses grupos, em um primeiro momento, mas uma letalidade muito maior do que quando eles circulavam pelo bairro abertamente. Agora, um vai lá e mata o outro, outro vem e mata, outro volta e mata...”, observa o pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência.

“Quando não, dentro do próprio grupo começa um sistema de vingança. Alguém na confusão matou o irmão do fulano, o irmão do fulano não ia ficar, obviamente, calado, então foi lá e matou o irmão do sicrano, que, por acaso, também tem um irmão que foi lá e matou o outro”.

O fulano que odiava o sicrano que odiava o beltrano⁴⁴... Como numa versão dramática, às avessas, da canção de amor desprezioso e recíproco entre personagens adolescentes, a reciprocidade que passa a prevalecer é a do ódio. “Nós passamos a compor uma série de sistemas de acertos de contas que passaram a ter a arma de fogo como um elemento extremamente interessante para a negociação de uma economia da morte, que pode ser sentida no nosso cotidiano. Essa economia da morte negocia com algo que nos é muito caro, que é a nossa vida”, analisa Luiz Fábio.

Lamentavelmente, os acertos de conta são cada vez mais comuns e o contato precoce com a tal economia da morte também. “Muito cedo, a gente vê meninos na gestão dessa economia, jovens com acesso e com a possibilidade de ter acesso à arma de fogo”. Os danos individuais e sociais são simultâneos e progressivos. “A arma de fogo tem uma presença que afeta a nossa sensibilidade. Consequentemente, afeta a nossa sensação de segurança, aumenta o nosso medo e afeta a nossa sociabilidade, a nossa relação com o outro, a nossa relação com a cidade”, pontua o sociólogo.

Onde há maior circulação de armas de fogo é também onde há maior registro de homicídios e, conseqüentemente, é também onde acontece um processo maior de estigmatização relacionada à violência. “Você passa a elencar lugares e pessoas potencialmente perigosas, já que você não está trabalhando apenas com uma percepção de algo que está por vir”. A insegurança é uma sensação diante de uma violência real, mesmo que ela nem sempre corresponda à proporção que lhe é atribuída. “Quando você torna o outro potencialmente perigoso, assimila isso e, logicamente, isso passa a compor um estereótipo e um processo de estigmatização sobre o outro e sobre o território, isso vai ter uma consequência extremamente negativa para a nossa qualidade de vida, para o desenvolvimento econômico e para áreas centrais da nossa vida, para a saúde pública e a educação”.

Não é de hoje que as animosidades entre territórios acontecem sem que haja ações efetivas no sentido de aplacar a virulência que tomou conta dos grupos rivais e já ceifou tantas vidas. O fenômeno é amplamente conhecido, até mesmo porque os grupos se valem da divulgação dos crimes para ostentar poder, intimidar as comunidades e desmoralizar as forças de segurança. Para comemorar as mortes, che-

44. Citação à canção *Flor da Idade*, composta em 1973 por Chico Buarque de Holanda, na qual se reporta às primeiras experimentações e sensações adolescentes, como a primeira festa, a primeira fresta, o primeiro copo, o primeiro corpo, a primeira dama, o primeiro drama, o primeiro amor:

*Carlos amava Dora que amava Lia
que amava Léa que amava Paulo
Que amava Juca que amava Dora
que amava Carlos que amava Dora
Que amava Rita que amava Dito
que amava Rita que amava Dito que
amava Rita que amava Carlos que
amava Dora que amava Pedro que
amava tanto que amava a filha que
amava Carlos que amava Dora que
amava toda a quadrilha.*

O trecho faz referência ao poema *Quadrilha*, escrito em 1930 por Carlos Drummond de Andrade (1902-1987):

*João amava Teresa que amava
Raimundo que amava Maria que
amava Joaquim que amava Lili que
não amava ninguém.*

*João foi para os Estados Unidos,
Teresa para o convento, Raimundo
morreu de desastre, Maria ficou
para tia, Joaquim suicidou-se e Lili
casou com J. Pinto Fernandes que
não tinha entrado na história.*

gam a soltar fogos ou registram os homicídios em fotografias ou vídeos para publicação via internet.

“Nós temos conflitos armados, em diversos territórios, amplamente conhecidos. Em 2008, filmaram um crime de assassinato, colocaram no youtube e repercutiu nacionalmente. Por que essas situações perduraram durante tanto tempo? Como foi possível o crescimento das armas e das mortes sem que uma intervenção qualificada pudesse justamente mudar e transformar a configuração territorial desses locais?”, questiona o pesquisador. Mesmo tardiamente, que as respostas apareçam o quanto antes para evitar a repetição da agonia sobre novas famílias e devolver a tranquilidade a comunidades inteiras. Porque cada vida importa.

AMBIÊNCIA DE VIOLÊNCIA E PERDAS

Depoimentos comoventes, perturbadores e provocativos. “Certo dia, conversando com minha mãe, nós começamos a fazer as contas de quantos amigos nossos perdemos já naquela época. Nós éramos um grupo de quase 30, mas, infelizmente, grande parte morreu ou foi presa”, lembrou o presidente da Central Única das Favelas, Preto Zezé, durante o lançamento do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, na Assembleia Legislativa. Há mais de duas décadas já era assim.

Na primeira audiência pública realizada pelo comitê, também no Legislativo estadual, o jovem Wilbert Santos, morador do bairro Bom Jardim, prosseguiu. “Eu fazia parte de um grupo de 40 jovens, mas apenas sete estão vivos. Eu fico me perguntando: que destino eu tracei para a minha vida ou que pessoas eu encontrei para que eu não entrasse no mesmo mundo que a galera que andava comigo entrou? Era uma galera muito próxima de realidade”.

Dias depois, na primeira audiência pública comunitária realizada no bairro Bom Jardim, outro morador, também um jovem, falou da experiência pessoal. “Por que jovens que tiveram experiências parecidas tomam rumos diferentes de vida? Eu perdi quatro primos em um ano”.

Aos três anos de idade, ele perdeu o pai e passou a morar com os avós. Aos 12, voltou a morar com a mãe. “Em sua trajetória, conviveu de perto com muitos primos, os quais tiveram experiências de vida parecidas com a sua, mas alguns ‘escolheram’ rumos diferentes. Reconhece que as idades entre eles variavam um pouco e os pais eram diferentes, mas não conseguia entender os motivos dessa real diferenciação em suas trajetórias, muito menos explicá-los. Uma das associações feitas foi a

de que, entre os primos, ‘os mais novos tenderam ao errado e os mais velhos ao certo’, referindo-se ao ‘errado’ àqueles que se envolveram com o mundo do crime e ao ‘certo’ àqueles que não se envolveram”, descreve a pesquisadora Ana Paula Neves.

Na brevidade do tempo que tinha para contar parte da história de vida, o jovem não deixou de lembrar passagens dolorosas e de levar a pesquisadora a refletir sobre a semelhança com outra manifestação feita por uma colega em uma rede social. “Não aguento mais carregar um cemitério na cabeça”⁴⁵. Jovem e moradora de um bairro também da periferia de Fortaleza, ela expressava dor e revolta pela morte de mais um amigo, entre tantos que já haviam sido vítimas da violência.

“Desde cedo os jovens da periferia ‘aprendem’ a lidar com a morte e com a perda de entes queridos como um evento corriqueiro do cotidiano. Os relatos que ouvi naquela noite pareciam estar sendo narrados por adultos, visto as experiências trágicas e aprofundadas, que não condiziam aos jovens que as pronunciavam, os quais deveriam ter entre 16 e 18 anos de idade. As circunstâncias enfrentadas por aqueles e tantos outros jovens lhes submetem a uma trajetória intensa, muitas vezes difícil, desencadeando em suas vidas um amadurecimento precoce”, avalia Ana Paula Neves.

O que ela iria encontrar nos três meses seguintes de intensa pesquisa naquele mesmo bairro e em outros dois municípios, Maracanaú e Juazeiro do Norte, só reforçaria as impressões que teve naquela noite de abril. Em uma das muitas entrevistas que fez com familiares de adolescentes assassinados, a pesquisadora ouviu da mãe de uma garota assassinada, também no bairro Bom Jardim, que ela já havia, inclusive, sofrido de depressão com a perda de um amigo, dois anos antes.

Foi o que verificaram os outros pesquisadores no percurso pelos diferentes bairros de Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Juazeiro do Norte e Sobral. “Esses adolescentes estavam inseridos em uma ambiência de violência onde familiares e amigos são presos ou assassinados”, observa o coordenador da pesquisa, o sociólogo Thiago de Holanda.

As pesquisadoras Josileine Araujo e Claudia Costa, depois de se dividirem numa mesma rua de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, à procura dos familiares das vítimas, identificaram, ao compartilharem as experiências do dia, que dois amigos de infância haviam sido mortos no mesmo ano.

“O adolescente relatava para a mãe sobre o seu medo de estar perdendo os amigos, também vítimas de homicídios no bairro”, resgata Josileine Araújo, a partir da conversa com a mãe de um menino assassinado no Planalto Ayrton Senna, em decorrência do envolvimento com o comércio de drogas e a disputa de território por traficantes. O garoto já havia sofrido com o homicídio

45. Citação à letra-canção *Impossível*, lançada em 1991, no disco *Descivilização*, da banda Biquíni Cavado, e composta pelos integrantes do grupo, Álvaro Bírta, Bruno Gouveia, Sheik, Miguel Flores da Cunha e Carlos Coelho. Na composição, a força dos versos sobre a fragilidade da vida:

Tudo que morre fica vivo na lembrança

Como é difícil viver carregando um cemitério na cabeça.

do irmão mais velho, três anos antes, mas também ficou muito impactado com o assassinato de um colega, um ano antes, no campo de futebol perto de casa, onde outros garotos estavam. “Aquela situação, como informou a mãe, marcou a vida do filho e, por vezes, ela o encontrou chorando pela perda dos amigos, e chegava a dizer que se sentia sozinho”.

Na entrevista com a mãe de um adolescente morto no Conjunto Esperança, Claudia Costa constatou que havia um cenário emblemático de trajetórias familiares e também afetivas em condições de risco e vulnerabilidades, pelo envolvimento com o tráfico de drogas e a violência. A mãe pontua que nos últimos tempos tem recebido notícias das mortes dos amigos do filho, adolescentes também em situação de dependência química ou participação no comércio de entorpecentes.

Não foi diferente do que ouviu a pesquisadora Auxiliadora de Paula. Um adolescente do Parque Dois Irmãos já havia perdido um tio aos sete anos e vários amigos um ano antes de ser também assassinado. “No mesmo ano morreram todos, cinco ou seis, de uma mesma turma”, contabiliza a mãe. Como é trágico contabilizar perdas humanas! “Ela conta que o jovem se juntava com uns amigos em uns apartamentos abandonados para usar drogas e que um deles chegou a ficar cego após brincadeiras de tiro nesses apartamentos”, acrescenta a pesquisadora.

No bairro Jardim União, o adolescente assassinado perdeu o sogro no mesmo ano e também os dois melhores amigos. “Ele só brincava mesmo com os dois amiguinhos que mataram no Passaré”, relembra a mãe, sobre os únicos colegas que frequentavam a casa do garoto. “Eles eram direitinho, não gostavam de bagunça”, reporta-se ela.

Um dos adolescentes mortos em Messejana teve o primo e vários amigos assassinados. Um dos autores da morte do garoto é também um adolescente que residia no bairro, mas que, segundo a mãe da vítima, já havia sido expulso da comunidade pelo envolvimento com o tráfico de drogas e porque tirou a vida de quatro pessoas.

“Esses meninos estão perdendo o seu amigo, o seu ‘chapa’, o seu parceiro. São meninos que estão ou estavam perdendo pessoas também muito jovens, por quem eles têm ou tinham consideração e afeto”, chama a atenção a consultora da pesquisa, socióloga Camila Holanda.

DAVI PINHEIRO



Pesquisadora do Comitê pela Prevenção de Homicídios identificou em Caucaia que dois amigos de infância haviam sido mortos no mesmo ano

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

CENÁRIOS PARA O ESPETÁCULO HORRENDO DA VIOLÊNCIA VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO ROTEIRO DOS PROGRAMAS POLICIAIS

Corpos estendidos no chão. Exposição da identidade e imagem das pessoas. Homens e mulheres tratados como criminosos, mesmo ainda em condições de suspeitos. Discursos em defesa de mais punição e endurecimento das penas como métodos de controle da delinquência. O repertório já é bastante conhecido. As emissoras de televisão no Ceará dedicam 12 a 19 horas de programas policiais por dia.

No ar: violência como espetáculo, violação de direitos humanos, desrespeitos e condenações prévias, ridicularização da pobreza, estigmatização das comunidades e populismo penal para obtenção de audiência e votos. No Ceará, dois deputados estaduais e um deputado federal foram eleitos pela visibilidade que ganharam como apresentadores de programas policiais. Outros âncoras e repórteres, em atuação ou fora do mercado, já se candidataram a mandatos eletivos ou assumiram vagas na Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, confirmando que o ofício diante de um teleprompter virou também um filão eleitoral.

“Nós temos programas policiais fazendo espetáculo com violência, sangue e morte, rendendo audiência, dinheiro e votos”, questiona o presidente da Central Única das Favelas, Preto Zezé. Durante o lançamento do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, ele provocou em plenário os deputados estaduais. “Enfrentem os parlamentares que querem fazer da morte desses jovens, da violência na periferia e do sangue de milhares de pessoas seu palanque eleitoral”.

Em cargos políticos ou não, alguns comunicadores se valem dos microfones e câmeras do meio de comunicação de maior inserção junto à população para reforçar preconceitos e injustiças contras os moradores das áreas mais desassistidas, dispensando tratamentos diferenciados em função do nível social. Enquanto há uma superexposição da violência existente nas periferias, a criminalidade envolvendo moradores das áreas de classes média e alta é mais preservada. “Os programas policiais humilham os filhos dos pobres. Quando filho de rico faz coisas erradas, não aparece nada”, compara a mãe de um adolescente assassinado na Chacina de Messejana.

A cobertura imediata dos programas policiais sobre a sucessão de mortes que aconteceu em Fortaleza na madrugada de 12 de novembro de 2015 evidenciou, mais uma vez, prejulgamentos e agressões à dignidade das pessoas. Um dos apresentadores, que inclusive exerce mandato parlamentar, chegou a “comemorar” durante o programa que as execuções representavam “11 almas sebosas” a menos, embora a maioria das vítimas não tivesse antecedentes de crime ou ato infracional constatados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

O pai de um dos adolescentes do extermínio coletivo demonstra indignação diante das injúrias e questiona que muitos repórteres e apresentadores utilizem os programas como “trampolim” para ingressar ou continuar na política. A mãe de outro adolescente morto na chacina, que também não tinha envolvimento com ilicitudes, se incomoda ao ouvir um dos âncoras, eleito como representante do povo, bradar que “bandido bom é bandido morto”. Ela sempre pede ao marido para não assistir aos programas policiais, mas ele avalia os noticiários de violência apenas como fontes de informação. “Eu dou o maior valor”.

A pesquisa realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência identificou que muitos familiares, assíduos telespectadores dos programas policiais antes de terem os filhos assassinados, optaram por não mais acessar esse tipo de conteúdo. Em algumas situações, o desrespeito com que os entes queridos foram retratados na televisão fez com que a audiência se transformasse em rejeição aos programas.

Depois de entrevistar duas mães em uma mesma tarde, cujos filhos foram mortos enquanto estavam juntos no bairro Genibaú, a pesquisadora Ticiania Santiago saiu com o sentimento de que seria necessário envolver as famílias em grupos de análise da mídia e discussão sobre a função social dos programas, já que são legitimados por elas na medida em que assistem com frequência. “As mães clamam por um tratamento humanizado e questionam como os filhos foram apresentados nos programas policiais a que assistem com regularidade. Nesse contexto, fiquei refletindo sobre a grande audiência e a função social desse tipo de programa e como poderíamos utilizá-lo para intervenção e mobilização junto a essas famílias”.

A ofensa às vítimas é aplicada também aos familiares, muitas vezes culpabilizados pela morte dos parentes. “Eu fiz o que pude”, revelou a mãe de um garoto, assassinado no Conjunto Esperança, à pesquisadora Claudia Costa. “Ela falou com grande dor e revolta da forma como o caso foi noticiado nos programas policiais, principalmente porque o apresentador culpou os pais pelo fim do adolescente. Como ela mesma disse, ela e o companheiro sempre trabalharam para não dei-

xar faltar comida para os filhos, e os deixavam aos cuidados da avó”, descreve a pesquisadora.

O incômodo das famílias é extensivo aos amigos, como constataram outros pesquisadores do comitê. “Nós vimos meninos na escola chorando por um cara colocado nos programas policiais como merecedor da morte”, questiona Diego Medeiros. O “cara” era outro menino, igual àqueles que prepararam orações, discursos, cartazes e músicas em homenagem ao colega, atingido em meio aos tiros disparados contra duas outras pessoas. “Uma foi alvejada e morta no local, outra correu em ziguezague e foi alvejada no pé, mas conseguiu fugir. Essas balas, no entanto, atingiram o adolescente, que estava acuado no canto da parede. Ele ainda conseguiu andar até a sua casa, onde caiu desacordado. Não resistiu aos ferimentos. Foi vítima de uma fatalidade aos 13 anos de idade”, acrescenta o pesquisador, a partir do relato dos familiares e de moradores do bairro Álvaro Weyne, onde o garoto morava.

Diferentemente do que a família e a comunidade reportam, o adolescente foi retratado nos programas policiais como traficante de drogas. “A história de vida não corrobora com o estigma comumente reproduzido na mídia televisiva e do senso comum, que retrata todos os jovens pobres de periferia como propensos marginais. Esses adolescentes possuem uma vida que extrapola essa representação grosseira”, avalia a pesquisadora Amanda Barbosa.

Insinuações, comentários maledicentes ou acusações pouco fundamentadas não aparecem fortuitamente nos programas policiais, constituem prática recorrente de violação à lei e insulto às vítimas e aos familiares. O desrespeito à dor das famílias que acabaram de perder um ente querido se expressa ainda na invasão da privacidade dos parentes, por meio de entrevistas que ignoram o abalo emocional provocado pela morte e que muitas vezes se assemelham a inquirições, em função do elevado número de perguntas.

Em muitas situações, a cobertura da mídia, em geral, mas, sobretudo, desse tipo de programa, confere uma dimensão desproporcional aos fatos, também em função das diferenças de valorização atribuída à vida. O extermínio de 11 pessoas na Chacina de Messejana parecia menos relevante que o assassinato de um policial horas antes. “Quando houve a chacina, a mídia só mostrava a morte do policial. E a morte dos outros 11?”, questiona Wesley Silva de Souza, morador do bairro Mondubim.

O caso é bastante ilustrativo do tratamento desigual, mais grave ainda por se tratar de violência letal. Mesmo cada vida sendo importante, alguns programas e veículos de comunicação deram mais visibilidade à morte do agente do Estado, embora a própria Secretaria da Segurança Pública e

Defesa Social tenha apontado, desde o início, a possibilidade de envolvimento da Polícia na chacina, o que depois foi reforçado pelo inquérito policial em que 38 agentes foram indiciados por participação direta nos crimes, pela denúncia do Ministério Público contra 45 policiais e pela condenação da Justiça, que determinou a prisão de 44, deixando de fora um dos dois oficiais acusados.

Os programas policiais constroem narrativas sobre a violência que estigmatizam pessoas e retiram delas a condição de humanidade e cidadania. Um adolescente é um sujeito de direitos em situação peculiar de desenvolvimento, mas tendo – ou não – envolvimento com atos infracionais e, ainda mais, sendo pobre e morador da periferia, passa a ser reduzido a mais um “traficante”, “viciado”, “criminoso”, “bandido”, “meliante”... “Como se constrói uma outra fala sobre esses adolescentes, uma outra fala sobre esses territórios e qual o papel do Estado na formulação dessa outra narrativa, que não concorde com os preconceitos? Essa questão deve ser discutida no espaço adequado, não da forma desregrada como acontece hoje nos programas policiais”, avalia Luisa Cela, diretora de Cidadania Cultural do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

“Nós queremos superar o olhar meramente geográfico-estatístico e o senso comum fortemente midiático. O que nos trará paz não será o medo, não será a gramática da guerra. Não se conquista paz utilizando-se da gramática da violência. Nós temos que utilizar uma outra gramática. Nós precisamos de uma comunicação para a justiça, a paz, os direitos humanos, como ferramentas para uma sociedade que nós queremos. Nós não podemos ter matáveis”, conclui o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, deputado Renato Roseno. “Se a mídia naturaliza a violência, a gente vai achar que é normal que 1.000 adolescentes tenham sido mortos entre 2014 e 2015 e 170 tenham matado em 2015 no Ceará”.

Às claras ou de forma sub-reptícia, texto e subtexto potencializam um roteiro eivado de (pre)juízos de valor. “Os programas policiais promovem a criminalização de estereótipos, só reforçando o lado ruim, só criminalizando a juventude”, questiona a universitária Clezia Lima do Nascimento, moradora de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza. E prestam um desserviço à sociedade ao introjetar nas mentes dos telespectadores que a violência é uma opção de vida, tratando de forma simplória e descontextualizada uma questão tão complexa, escamoteando causas geradoras, como o abismo que separa ricos e pobres. “Os programas policiais divulgam massivamente, escrotamente, que a violência não é fruto da desigualdade social, mas uma escolha pessoal”, reprova Jackson Mateus, morador do Grande Pirambu.

Utilizando-se de reducionismos e simplificações, os programas policiais desperdiçam um tempo valioso em que a televisão poderia estar contribuindo para reflexões e debates qualificados sobre um assunto que interessa cada vez mais a todos os cidadãos: a segurança pública. Algumas emissoras até anunciam o que de fato não fazem. “O Ação na TV Diário repercute as principais notícias policiais do dia e seus desdobramentos com a presença de especialistas que irão discutir os fatos de forma imparcial e buscar soluções”. Para constatar que a chamada não corresponde ao conteúdo do programa, basta uma rápida consulta aos vídeos disponibilizados no portal eletrônico da emissora. Os especialistas aparecem esporadicamente na telinha e as reportagens são predominantemente iguais às de outros noticiários policiais, inclusive com a reprise de reportagens exibidas mais cedo.

“Nós não temos programas sobre saúde, sobre educação, sobre direitos humanos, mas temos vários programas que tratam da segurança de forma enviesada. Não é à toa que a segurança aparece como o problema central da sociedade, não é à toa que também parte dos políticos use a segurança como tema, dizendo que é a questão que a população mais aponta para ser enfrentada. O que há de fato é uma produção dessa centralidade”, avalia a jornalista Helena Martins, representante do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social no Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Não é à toa também que parte dos comunicadores se aproveite do discurso em nome da segurança para pavimentar o caminho que tem levado muitos deles a um mandato eletivo. Enquanto utilizam os microfones e câmeras de televisão para defender cada vez mais o punitivismo, com propostas como a redução da idade penal e o aumento do encarceramento, fazem uso também da propaganda eleitoral gratuita, como candidatos, ou das tribunas nas casas legislativas, depois de eleitos, para amplificar a retórica de um mesmo tom.

“A mídia, por meio de programas policiais sensacionalistas ou reportagens que não primam por um mínimo de isenção e qualidade, com distorção de fatos, enfoques e estudos, contribui para que se crie na sociedade um sentimento de ‘prende-lincha-mata’, como se o ódio e a vingança pudessem levar a algum tipo de solução. A inexistência de um debate mais qualificado nos veículos de comunicação favorece o oportunismo dos setores mais violentos da sociedade e amplia o espaço para a apresentação de propostas demagógicas, já comprovadamente ineficazes”, avalia o jornalista Celso Vicenzi.

Ao buscarem a via popularesca de mera exploração da violência, os programas policiais difundem e ampliam a sensação de medo. O tom inflamado na apresentação, narração ou co-

mentário dos fatos se junta ao recurso das imagens fortes para compor um horrendo espetáculo da vida real. “Através de sua espetacularização e dramatização o medo e a insegurança se multiplicam. A televisão torna-se um instrumento de criação de realidade, como nos diz Bourdieu. Transmitindo-se diariamente a imagem da criminalidade são acionados processos de alarme social, muitas vezes manipulados por interesses de forças conservadoras a favor da ‘lei e da ordem’, aponta a psicóloga Vera Vital Brasil, no artigo Subjetividade e violência: a produção do medo e da insegurança, reportando-se ao pensamento do sociólogo francês.

Um crítico da mídia, Pierre Bordieu defendeu o conceito de violência simbólica, avaliando que o poder exercido pela linguagem, por exemplo, é mais sutil e eficiente do que o uso da força propriamente dita ou da coação física. Em 1996, quatro anos antes de morrer, o sociólogo publicou um dos livros mais conhecidos, Sobre a Televisão, onde expressa que as reflexões sejam instrumentos para aqueles que “lutam para que o que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em instrumento de opressão simbólica”.

Se ajuda a aumentar o medo e a sensação de insegurança, a espetacularização da violência pode causar também a impressão de que o problema é banal, provocando consequentemente uma confusão de sentimentos e uma variedade de reações frente à violência real. A população ora se vê impotente, ora subestima ou ignora a situação, ora se revela descrente nas instituições encarregadas de garantir a paz, ora se vê insuflada a agir com as próprias mãos. “Os programas policiais exortam a violência”, condena o deputado estadual Renato Roseno.

Assim, da telinha para a realidade das ruas, a violência chega a ganhar contornos mais graves, quando poderia ser evitada. Diante de uma cena de troca de agressões, os espectadores preferem assistir ao enredo que já sinaliza para um desfecho trágico a acionar a Polícia antes que a morte se consuma. Pior, quando já não confiam no papel do Estado como agente de mediação de conflitos, os cidadãos tomam para si o direito de consentir, autorizar ou praticar punições violentas e justicamentos.

A influência da mídia, particularmente dos programas policiais, não deve ser menosprezada. “Nós, sociedade brasileira, movimento social, negligenciamos o impacto do campo simbólico na construção do quadro que a gente considera como real. Em outras palavras: o impacto da cultura do medo na construção de ações que nos oportunizam. Dito de outra forma: o impacto do campo da comunicação de massa na construção do quadro de violências que consideramos con-

DAVI PINHEIRO





creto e real”, aponta a jornalista Suzana Varjão, coordenadora da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) – Comunicação e Direitos.

Palestrante do seminário promovido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, que discutiu a violação de direitos nos programas policiais, Suzana Varjão lamenta que, dentro do campo da comunicação de massa, a mídia policial venha causando tantos males ao Brasil. “É um modelo de comunicação que desrespeita leis; prega contra os instrumentos da democracia; desrespeita os direitos humanos; prega em favor do uso da violência extrema como modo de enfrentar o quadro de violências e criminalidades no país; ensina crianças e adolescentes e a população em geral a matar, a torturar, a violentar; legitima a violência do Estado”.

Considerando a comunicação como um direito humano fundamental, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos instituiu a Comissão Permanente de Direitos à Comunicação e à Liberdade de Expressão. “Nós entendemos a comunicação não só como um direito, mas também como um espaço potencializador ou violador de direitos”, explica a jornalista e conselheira Helena Martins, também participante do seminário. “A comunicação pode garantir informações para o debate público, pode ser fundamental para a democracia, pode ser, inclusive, um elemento que enfrente a cultura do medo e da violência”.

No esforço para superar um modelo de comunicação que mais viola do que potencializa direitos, a representante do Intervenções no Conselho Nacional dos Direitos Humanos defende o envolvimento das diversas representações da sociedade e do governo, como operadores do sistema de Justiça, Legislativo e Executivo. “O nosso sistema midiático precisa ser alterado para que a gente possa chegar a uma outra conformação”.

Mediadora do seminário, a jornalista Ângela Marinho considera que existe uma responsabilidade a ser assumida e compartilhada entre profissionais de comunicação e sociedade. “Nós, jornalistas, temos uma responsabilidade muito grande sobre isso, mas a sociedade também e pode fiscalizar, cobrar e mudar de canal. É a atitude mais coerente que devemos ter nas nossas casas, diante dos nossos filhos, na hora que se está almoçando ou jantando, frente ao processo de violência nas emissoras de televisão”.

Sem desconsiderar que a violência é um problema real a ser enfrentado, mas não da forma enviesada como muitos programas policiais propõem, cabe perguntar, como faz o estudante Wilbert Santos, morador do bairro Bom Jardim, uma das áreas de Fortaleza com maior número de homicídios: “Em que momento a gente desliga a televisão e se volta para a realidade?”

SANGUE NO CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR

Do começo da manhã ao cair da noite. A longa programação policial transmitida pelas emissoras de televisão do Ceará tem início às 4h15min, de segunda-feira a sábado, e pode terminar só depois da zero hora, dependendo do dia da semana. “A gente acorda vendo sangue, almoça vendo sangue, janta vendo sangue e dorme vendo sangue. É o sangue do jovem pobre e negro”, constata Vanessa Oliveira, diretora da Associação Cearense dos Estudantes Secundarista.

A overdose de violência ocorre no horário do almoço, quando as três emissoras cearenses que veiculam programas policiais disputam entre si a audiência do público exibindo esse tipo de conteúdo – o primeiro vai ao ar às 11h45min e o último se encerra às 14h30min. “Nós não podemos naturalizar a violência como prato do almoço ofertada dessa forma, diuturnamente”, contrapõe-se o deputado estadual Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Por dia, de segunda-feira a sexta-feira, o Ceará tem 12 horas e 50 minutos de programas policiais produzidos no Estado pelas emissoras TV Cidade, TV Diário e TV Jangadeiro. A carga horária aumenta para 19 horas e 50 minutos se computadas as horas do programa Cidade Alerta, transmitido pela Rede Record, mas com veiculação também pela afiliada TV Cidade, e dos programas Brasil Urgente e Polícia 24h, transmitidos pela Band, com veiculação pela NordesTV.

Se juntasse toda essa programação em uma única emissora, restariam apenas 4 horas e 10 minutos para um conteúdo diferente. Levando-se em conta que parte do noticiário sobre violência é produzido ou reprisado por outros programas ou telejornais, o horário para outro tipo de notícia fica ainda mais restrito. Na TV Diário, o Jornal do Meio-Dia, exibido entre 12h e 12h40min, de segunda-feira a sábado, por exemplo, põe “em pauta a movimentação política, o combate à violência e o dia a dia do cearense”.

Em 2010, eram cerca de 50 horas semanais de programas policiais produzidos pela televisão cearense, correspondendo a mais ou menos sete horas diárias, ou mais de nove horas por dia, considerando-se as 44 horas de programas levados ao ar nos dias ditos úteis – aponta a publicação [Tele]visões: violência, criminalidade e insegurança nos programas policiais do Ceará, editada em 2011 pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca-Ceará.

Ao sistematizar em mais de 300 páginas a análise dos programas policiais de televisão no Estado, a organização pretendia contribuir para as reflexões que fortalecessem o sentimento e a mobilização por uma comunicação mais democrática e

a serviço da promoção da cidadania e dos direitos humanos. Seis anos depois, percebe-se que o objetivo não foi alcançado. Ao contrário, a situação piorou, em qualidade e quantidade.

Em 2016, a programação própria das emissoras já chegou a atingir 64 horas e 40 minutos semanais com programas policiais, além de 31 horas e 55 minutos de programas nacionais com veiculação local, totalizando quase 100 horas, precisamente 96 horas e 35 minutos de segunda a sábado – domingo é o único dia em que as emissoras não exibem programas policiais.

Um dos mais fiéis ao perfil policialesco, o programa Os malas e a lei deixou de ser exibido uma vez por semana para ter transmissão diária e ainda duas vezes ao sábado, na TV Diário. A emissora, que já contava também com os programas Comando 22 e Rota 22, ainda criou um quarto, o Vira e mexe. Já a TV Cidade, além de manter o Cidade 190, passou a ter uma versão local do programa da Rede Record, o Cidade Alerta Ceará. A TV Janga-deiro continua exibindo “apenas” o Barra Pesada, o mais duradouro dessa safra, no ar desde 1990.

A partir de junho de 2016, três programas policiais saíram da grade de programação da TV Diário - Vira e mexe, Comando 22 e Os malas e a lei. Depois de 12 anos, o Comando 22 deixou de ser exibido porque a emissora exigiu exclusividade do apresentador Ferreira Aragão, que preferiu não pagar “multa milionária” pelo rompimento do contrato que mantinha com o Canal Esporte Interativo, onde conduz o Programa Ferreira Aragão Nacional. “Jamais deixarei de ser grato à TV Diário, que foi minha segunda casa. Mas se tornaria caro demais o rompimento com a emissora carioca”, justificou o apresentador, no dia 10 de junho, em uma rede social.

Com o início da campanha eleitoral de 2016, o programa Os malas e a lei também ficou fora do ar. O apresentador Ely Aguiar, pré-candidato à Prefeitura de Fortaleza, acabou desistindo da disputa, mas não de apoiar outros candidatos ao Executivo e ao Legislativo, inclusive aparecendo no programa eleitoral gratuito e nas inserções ao longo da programação com o colega de trabalho, o repórter Tadeu Júnior, que faz o personagem Cabo Fela, criado pelo apresentador. “Por trás do boneco, está um jovem trabalhador”, justificou.

A suspensão dos três programas pela TV Diário não representou ganho significativo para o público porque a emissora criou dois novos informativos – Comando Realidade e Ação na TV Diário – com o mesmo perfil. A televisão do Sistema Verdes Mares de Comunicação é a única que tem um programa reprisado antes das 7 horas e outro exibido a partir das 22 horas. Todos os demais programas são de fácil acesso pelo público, inclusive por crianças e adolescentes. “As crianças, hoje, estão trocando o desenho animado por programas policiais que duram três, quatro horas”, lamenta Sidney Lemos, conselheiro tutelar em Mara-

canaú, na região metropolitana de Fortaleza. A realidade nua e a crua ocupa o lugar da fantasia e do lúdico.

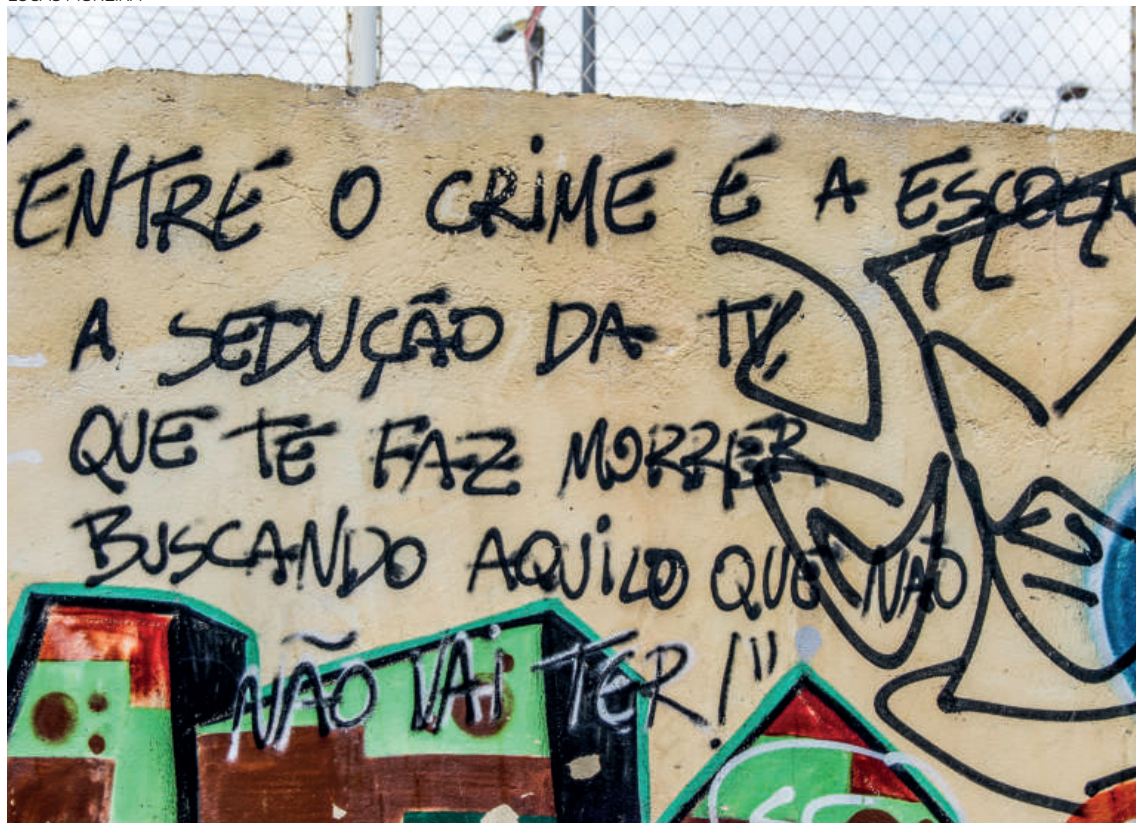
Em todas as audiências públicas realizadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, sempre surgiu alguma proposta para pôr fim aos programas policiais ou, pelo menos, restringir a exibição para horários a partir da meia-noite. Sob o argumento de que os programas policiais não são jornalísticos, o Ministério Público Federal formulou duas ações judiciais reivindicando que eles fossem adequados à programação da Classificação Indicativa, mas em agosto de 2016 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade do dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece multa e suspensão de programação às emissoras de rádio e televisão que exibirem programas em horário diverso do autorizado pela Classificação Indicativa.

A exposição da violência, tal como se dá, constitui veiculação de material inapropriado e inadequado a meninos e meninas, portanto passível de regulação e controle. Como aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 70 e 71, “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” e “a criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

“Muitos se incomodam como esse tipo de narrativa anti-humanista, antidemocrática, mas poucos têm noção da gravidade. Essas narrativas não são esporádicas, são sistemáticas e propagadas por todo o território nacional de manhã, de tarde e de noite”, adverte a jornalista Suzana Varjão, coordenadora da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), considerando que o impacto das mensagens violentas sobre a população em geral é muito grande, embora ainda mais nocivo para o público infanto-juvenil. “Isso atinge muito diretamente meninos e meninas, indevidamente expostos à recepção desses programas e diuturnamente ensinados a não respeitarem as leis e a fazerem o justiça com as próprias mãos”.

Em monitoramento realizado junto a 28 programas policiais de rádio e televisão, a Andi – Comunicação e Direitos identificou que a exposição ao conteúdo se dá ao longo do dia, em horários em que crianças e adolescentes estão absolutamente desprotegidos: 18% dos programas são exibidos pela manhã, 44% no horário do almoço, 49% no período vespertino e 32% à noite. “Precisamos tratar essa questão de forma científica, para saber quais são os verdadeiros impactos na formação desses meninos ao almoçarem junto com um corpo estendido no chão, banhado de sangue, na televisão”, defende o deputado estadual Ivo Gomes, presidente do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

LUCAS MOREIRA



A agência de notícias fez uma projeção do alcance do programa Cidade Alerta, produzido em São Paulo, mas retransmitido para todo o território nacional, e constatou que ele chega aos lares de 2,3 milhões de brasileiros, considerando um dos picos de audiência, de 11,4 pontos. “São 2,3 milhões de pessoas sendo ensinadas a matar, a violentar, a linchar”, conclui Suzana Varjão. A partir dos dados coletados entre os dias 2 e 31 de março de 2015, o programa da Rede Record foi o que mais violou direitos no país.

Além da superexposição da violência, há uma abundância de violações de direitos nos programas policiais, o que fortalece a proposta de extinção dos programas. A fixação de horário para exibição e faixa etária para a qual o produto audiovisual não se recomenda seria uma medida insuficiente, pois não resolveria o problema de violações sucessivas de direitos registradas a cada edição. “Não é estratégico nem fundamental falar que o programa tem de passar à noite, porque violação de direitos não tem hora para ser exibida. A gente quer que as violações não ocorram mais”, aponta a jornalista Helena Martins. Entre outros mecanismos, ela propõe um monitoramento permanente dos programas, envolvendo sociedade e poder público, a ampliação dos canais de denúncia, a atuação dos órgãos competentes diante das violações e a divulgação pública do nome das emissoras que cometem infrações.

LUCAS MOREIRA



GRADE DA VIOLÊNCIA: PROGRAMAS POLICIAIS NO CEARÁ

TV CIDADE

Cidade 190

• Segunda-feira a sexta-feira:
7h30min - 8h25min
e 12h - 14h30
Duração: 3 horas e 25 minutos

Cidade Alerta Ceará

• Segunda-feira a sexta-feira:
18h - 19h
Duração: 1 hora

Cidade Alerta

• Segunda-feira a sexta-feira:
16h30min - 18h
Duração: 1 hora e 30 minutos

• Sábado:
18h - 19h30min
Duração: 1 hora e 30 minutos

TV DIÁRIO

Comando Realidade

• Segunda-feira a sexta-feira:
12h50min - 14h30min
Duração: 1 hora e 40 minutos

Rota 22

• Segunda-feira a sexta-feira:
4h15min - 6h15min
e 17h30min - 19h30min
Duração: 4 horas

• Sábado: 4h15min - 6h15min,
12h50min - 14h30min e
20h30min - 22h
Duração: 5 horas e 10 minutos

Ação na TV Diário

• Segunda-feira a sexta-feira:
22h30min - 23h30min
Duração: 1 hora

TV JANGADEIRO

Barra Pesadae

• Segunda-feira a sexta-feira:
12h10min - 13h55min
Duração: 1 hora e 45 minutos

BAND

Brasil Urgente

• Segunda-feira a sábado:
16h15min - 19h20min
Duração: 3 horas e 5 minutos

Polícia 24h -

Melhores momentos

• Quinta-feira: 22h - 23h
Duração: 1 hora

Polícia 24h

• Quinta-feira: 23h - 00h25min
Duração: 1 hora e 25 minutos

CONCESSÕES PÚBLICAS E DE INFRAÇÃO À LEI

O conteúdo de programas policiais veiculados pelas principais emissoras de rádio e televisão no Brasil viola pelo menos 11 leis brasileiras, como a própria Constituição Federal, e sete dispositivos multilaterais em vigor no país, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A constatação é resultado de uma pesquisa realizada em 2015 pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi)⁴⁶, em parceria com o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, a organização não governamental de direitos humanos Artigo 19 e o Ministério Público Federal.

A análise de mídia incidiu sobre 28 programas produzidos e transmitidos em dez capitais das cinco regiões brasileiras – Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Em apenas 30 dias, entre 2 e 31 de março, o monitoramento identificou 4.536 violações de direitos, 8.232 infrações às leis brasileiras, 7.529 infrações a tratados internacionais e 1.962 descumprimentos de normas autorregulatórias, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Do Ceará, foram avaliados os programas Cidade 190, da TV Cidade, Rota 22, da TV Diário, e Na Rota do Crime, da Rádio Verdes Mares.

A ação teve início em 2013, com o levantamento de leis brasileiras, normas, acordos multilaterais ratificados pelo Brasil e instrumentos de autorregulação do campo da comunicação. Depois de um ano de construção de uma ferramenta específica de análise de mídia e a realização de um monitoramento piloto, o trabalho encontrou nove tipos de violações de direitos a 21 normas: exposição indevida de pessoas, desrespeito à presunção de inocência, violação do direito ao silêncio, exposição indevida de famílias, incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais, incitações ao crime e à violência, identificação de adolescentes em conflito com a lei, discursos de ódio ou preconceito e tortura psicológica ou tratamento desumano ou degradante.

A aplicação da tecnologia social sobre uma amostra mais ampla de programas, em uma fase posterior, permitiu perceber a abrangência e intensidade das violações de direitos dos programas policiais de rádio e televisão. “O monitoramento revelou um volume de violações e infrações que evidencia o caráter não circunstancial das práticas anti-humanistas e anti-democráticas desse modelo de comunicação – além de expor padrões discursivos incompatíveis com a democracia, com ataques reiterados a suas instituições e instrumentos; discursos de ódio contra o campo de defesa dos direitos humanos; e combate público aos parâmetros que regem o exercício da imprensa”, aponta a Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Mais do que uma ameaça ao Estado Democrático de Direito, o número de violações representa a própria afronta à democracia, à justiça e à cidadania. “O Código de Ética dos Jornalistas Brasi-

46. O endereço eletrônico www.midiasesemviolacoes.com.br recebe denúncias de violações de direitos em programas policiais. Qualquer pessoa pode fazer reclamações sobre possíveis abusos cometidos nas emissoras de televisão. As denúncias serão analisadas por um grupo de monitoramento e, na sequência, gerarão o Ranking Nacional de Violações de Direitos Humanos na TV aberta. A plataforma Mídia sem Violações de Direitos foi desenvolvida pelo Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo e lançada em setembro de 2016 como mais um instrumento da campanha homônima coordenada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

leiros é desrespeitado em absolutamente todas as 1.928 narrativas analisadas, assim como a Constituição Federal. Em apenas um mês, em 28 programas, identificamos a exposição indevida de pessoas 1.704 vezes”, ilustra a jornalista Suzana Varjão, coordenadora da agência de notícias. “O total, enfim, de normas desrespeitadas a partir dessas violações de direitos, é de 17.723 vezes em apenas um mês. Um quadro absolutamente incompatível com o Estado Democrático de Direito”.

A despeito do que estabelecem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Constituição Federal, o princípio da presunção de inocência é permanentemente violado pelos programas policiais, embora apontado pelo próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros como um dos fundamentos da atividade jornalística. “A violação ocorre, em geral, quando o profissional de comunicação, com base apenas em boletim de ocorrência policial ou em depoimentos de policiais, viola a imagem do acusado, afirma a autoria de ato criminoso sem que este tenha sido comprovado e sem que seja mencionada de modo transparente a fonte de informação”, aponta Suzana Varjão.

A violação da presunção de inocência tem um aspecto ainda mais grave, ao ser facilitada pelo agente do Estado. É recorrente a Polícia, após efetuar a prisão de pessoas suspeitas de algum crime, convocar os veículos de comunicação para exibir os detentos como troféus, permitindo o registro fotográfico e audiovisual. Dependendo da periculosidade atribuída àquelas pessoas, as autoridades policiais, quase sempre, concedem entrevista coletiva, apresentando a versão oficial, nem sempre devidamente fundamentada e, em geral, absorvida pelos profissionais de comunicação, que reproduzem para a sociedade sem quaisquer questionamentos e sem ouvir o próprio acusado ou alguém que o represente. “A violação do direito ao silêncio é uma violação também do agente do Estado, mas o monitoramento focou nas violações do comunicador”.

E quanto às violações praticadas pelos comunicadores, em geral, há uma diferença bastante clara entre as linhas discursivas dentro de uma mesma equipe. Enquanto os apresentadores adotam uma narrativa mais assemelhada ao discurso policial, os repórteres seguem uma linguagem mais jornalística. “É uma diferença enorme. Os repórteres tentam usar termos mais distanciados da fonte: ‘suspeito’, ‘acusado’, ‘segundo a polícia’, ‘disse a polícia’. Já para os apresentadores, não é suspeito coisa alguma, é criminoso: ‘ele fez mesmo’, ‘ele matou mesmo’... E, às vezes, afirmam isso não só desrespeitando diretamente os parâmetros jornalísticos, mas combatendo a postura de repórteres e produtores”.

Não raramente, os repórteres que seguem o manual de violações de direitos acabam sendo premiados pelas empresas onde

trabalham, ganhando mais espaço no programa ou substituindo o apresentador. E alçados a uma “melhor” posição dentro da emissora, dedicam-se com esmero a exercer a incontinência verbal que desrespeita indivíduos, sociedade e Estado.

A gravidade do problema alcança proporções enormes, considerando-se a coexistência de violações. Tome-se o exemplo de um adolescente pobre e negro suspeito de estupro. Ao ter a identidade ou a imagem exposta indevidamente, ele pode sofrer também o desrespeito à presunção de inocência, a negação do direito ao silêncio e a exposição indevida de familiares. Para o mesmo caso, o comunicador pode se valer tanto da incitação à desobediência a leis ou decisões judiciais que venham beneficiar o garoto quanto da incitação ao crime e à violência, do discurso de ódio ou preconceito e da defesa de tortura psicológica ou tratamento desumano ou degradante contra o acusado.

Lamentavelmente, não é de causar surpresa, embora seja sempre motivo de repúdio, que os nove tipos de violação de direitos identificados pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância aconteçam em uma mesma situação abordada por programas policiais. Se o caso for de grande repercussão, ainda há de se notar o caráter repetitivo, abrangente e cumulativo das violações, em função do longo tempo dedicado àquele assunto, no mesmo dia ou ao longo de várias edições, e da reprodução, por outros programas e outras mídias, da notícia tal e qual inicialmente veiculada, preservando-se inclusive os erros e distorções de origem.

Em 30 dias de monitoramento, a identificação de adolescentes em conflito com a lei aconteceu 39 vezes. Além da violação do direito à preservação da identidade e da imagem e de outras eventuais violações, não deve passar despercebido o envolvimento do adulto em infrações atribuídas tão somente a garotos com menos de 18 anos, como demonstrou um levantamento anterior realizada pela organização. “Pelo menos no universo pesquisado, dos crimes imputados a adolescentes, esses meninos não estavam sós, estavam em um grupo de três, quatro, cinco adultos. Mas quando a notícia sai, apenas o adolescente cometeu aquele delito. Ignora-se, negligencia-se completamente o fenômeno da cooptação”, questiona Suzana Varjão.

É urgente que a mídia dê a importância devida aos efeitos danosos do aliciamento de crianças e adolescentes para a prática delituosa. “A cooptação tem consequências gravíssimas. Até os meninos sabem da argumentação falaciosa da impunidade usada pelo crime organizado, por adultos, para cooptá-los. E os comunicadores reiteradamente alimentam isso, repetindo para o Brasil inteiro que esses meninos podem se associar àquele grupo, cometer delitos e assumir pelos demais, porque não vai acontecer nada com eles. Isso é muito grave e vem sendo com-

pletamente negligenciado por todos nós”, destaca a coordenadora do monitoramento.

A exposição de adolescentes, ainda mais de forma desproporcional em relação aos adultos envolvidos em ações criminosas, e a vinculação com a desresponsabilização fazem ressurgir nos próprios programas propostas a exemplo da redução da idade penal, ao mesmo tempo fomentando nos telespectadores ou ouvintes o apoio a elas. “Há uma ideia de uma

sensação de impunidade que vem sendo construída constantemente, sobrepondo as explicações que são colocadas”, analisa a representante do Intervozes no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Helena Martins. “Cada vez que um crime é feito por uma pessoa, que é ‘de menor’, esse crime acaba gerando uma longa exposição, um longo debate público e propostas também que vão normalmente apresentar a ideia da maioria penal como uma saída”.

MONITORAMENTO DE VIOLAÇÕES

Violações de direitos	Nº de vezes
Exposições indevidas de pessoas	1.704
Desrespeitos à presunção de inocência	1.580
Violações do direito ao silêncio	614
Exposições indevidas de famílias	295
Incitações à desobediência às leis ou às decisões judiciárias	151
Incitações ao crime e à violência	127
Identificações de adolescentes em conflito com a lei	39
Discursos de ódio ou preconceito	17
Torturas psicológicas ou tratamentos desumanos ou degradantes	9
TOTAL	4.536

Infrações a leis brasileiras	Nº de vezes
Constituição Federal de 1988	1.928
Código Brasileiro de Telecomunicações	1.928
Código Civil Brasileiro	1.928
Regulamento dos Serviços de Radiodifusão	1.866
Lei de Execução Penal	300
Código Penal Brasileiro	127
Estatuto da Criança e do Adolescente	78
Estatuto do Idoso	50
Lei nº 7.716/89/define os crimes de preconceito de raça ou de cor	17
Lei nº 9.455/97/sobre tortura	9
Lei nº 6.001/73/Estatuto do Índio	1
TOTAL	8.232

Desrespeito a acordos multilaterais	Nº de vezes
Convenção Americana sobre Direitos Humanos	1.928
Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos	1.928
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1.849
Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	1.801
Convenção sobre os Direitos da Criança	13
Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	9
Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	1
TOTAL	7.529

Violações a outras normas	Nº de vezes
Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros	1.928
Princípios de Camden sobre Liberdade de Expressão e Igualdade*	17
Declaração conjunta do Relator Especial das Nações Unidas para Liberdade de Opinião e Expressão, Representante da Organização para Segurança e Cooperação na Europa para Liberdade da Mídia e Relator Especial da Organização dos Estados Americanos para Liberdade de Expressão	17
TOTAL	1.962

* Os Princípios de Camden sobre Liberdade de Expressão e Igualdade foram preparados pela Artigo 19, uma organização não governamental que surgiu em Londres em 1987 e, desde então, vem trabalhando em vários países na promoção e proteção dos direitos humanos, especialmente da liberdade de expressão e do acesso à informação. O desenvolvimento dos princípios foi motivado pelo desejo de promover um maior consenso global sobre a relação apropriada entre o respeito à liberdade de expressão e a promoção da igualdade. Os princípios foram elaborados com base em discussões sobre liberdade de expressão e igualdade envolvendo um grupo de oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras organizações, além de especialistas em direito internacional dos direitos humanos de universidades e de organizações da sociedade, reunidos em Londres nos dias 11 de dezembro de 2008 e 23 e 24 de fevereiro de 2009.

DIVULGAÇÃO



A existência de programas televisivos que, ininterruptamente, afrontam as leis e a dignidade humana requer um amplo e profundo debate sobre limites e responsabilidades no exercício da comunicação pública. A discussão não deve estar circunscrita apenas à prática do jornalismo, haja vista que há divergências até mesmo sobre a categorização desses programas, como jornalísticos ou não. A qualidade do que vai ao ar é de responsabilidade dos profissionais, mas também dos proprietários das emissoras e do governo.

Uma das dificuldades de monitoramento reside, inclusive, na falta de clareza sobre o perfil dos programas policiais. “Esse fenômeno de comunicação age em nome do jornalismo, mas o faz de maneira completamente apartada dos parâmetros técnicos e éticos do jornalismo”, observa Suzana Varjão. “A mídia é um campo absolutamente complexo, composto de práticas, de meios, de estratégias comunicacionais. Falando da mídia, nós estamos

falando também de entretenimento, de propaganda, de publicidade e não apenas de jornalismo. É preciso um marco legal que separe, defina, explicita essas fronteiras”.

O desrespeito a tantos dispositivos legais, como demonstrou o monitoramento, revela que é necessário melhorar consideravelmente a fiscalização e a responsabilização das emissoras ou criar um mecanismo eficiente para que as normas sejam devidamente cumpridas. “Nós já temos uma regulação, boa ou ruim, mas temos. No entanto, é uma legislação fracionada, desarticulada. Já a autorregulação é importante, mas não é suficiente e precisa ser fortalecida”.

A operação de um canal de televisão no Brasil é uma concessão pública. Nenhuma emissora é dona do canal onde a programação é transmitida. Todos os canais pertencem ao Estado e são concedidos temporariamente às empresas de comunicação por meio de licitação. Diferentemente de jornais, revistas

e sites, cuja abrangência é, em tese, ilimitada, as emissoras de rádio e televisão esbarram em um limite físico, determinado pelo espectro das faixas de frequência, daí a necessidade das concessões de uso.

Cabe ao Ministério das Comunicações fiscalizar se as emissoras estão cumprindo os deveres como concessionárias, mas o controle não existe por falta de vontade política, o que faz as empresas agirem livremente, como se as concessões fossem propriedades privadas. A falta de fiscalização permite que a grade de programação dos veículos mantenha programas que incorrem em práticas repetitivas de crime ou contravenção, sem que haja a devida responsabilização.

“Nós temos um problema gravíssimo. É mais que omissão, é complacência, de fato, do Ministério das Comunicações, que permite essas práticas. Em dois anos, 2013 e 2014, apenas dois procedimentos foram finalizados pelo Ministério das Comunicações. Nós constatamos mais de 4.500 violações em um mês”, compara Helena Martins, referindo-se ao monitoramento realizado pela Andi em parceria com o Intervozes e a Artigo 19.

Um dos procedimentos refere-se à reportagem sobre o estupro de uma menina de apenas nove anos no Ceará, exibida durante 17 minutos, em janeiro de 2014, pelos programas Cidade 190 e Cidade Alerta. A emissora, TV Cidade, afiliada da Rede Record, se utilizou das imagens do crime, gravadas por uma câmera amadora que estava instalada na sala da casa da vítima, para exibir e reprisar o material diversas vezes durante os dois programas. O equipamento capturou as cenas do estupro cometido por um vizinho, que trabalhava como pedreiro na reforma no imóvel.

O único recurso utilizado para preservar a criança foi o embaçamento das imagens nas partes que mostravam a genitália e, em apenas alguns trechos, o rosto da menina. Após a veiculação do estupro, a TV Cidade foi multada em R\$ 23.029,34, um valor irrisório frente às receitas da empresa e aos danos individuais, familiares e coletivos. É imprescindível reconhecer que os prejuízos não se restringem à vítima e à família, também atingem a toda a sociedade.

O segundo procedimento finalizado pelo Ministério das Comunicações em dois anos resultou na aplicação de uma multa ainda menor à emissora. A Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia foi multada em R\$ 12.794,08 por ter exibido no programa Brasil Urgente Bahia e também em rede nacional pela Band uma entrevista que mais se assemelhava a um interrogatório com um jovem suspeito de estupro. Durante mais de três minutos, na edição mais curta, ou quase cinco, na versão mais longa, reproduzidas pela internet, o rapaz de 18 anos foi inquirido, acusado, julgado e condenado.

Embora o jovem, que supostamente acabara de ser preso por assalto e estupro, tenha assumido a autoria do roubo, mas negado a prática de violência sexual, a repórter se achou no direito de apontar que ele “não estuprou, mas queria estuprar”. As negativas reiteradas do acusado não foram suficientes para interromper o julgamento público, agravado pela postura debochada, irônica, preconceituosa e machista da repórter. Ao se dispor a fazer o exame de corpo de delito para comprovar que não houve prática de estupro, o jovem confundiu o procedimento com o exame de próstata, sem saber direito pronunciar o nome do órgão masculino. A repórter, então, aproveitou para caçoar do rapaz e insinuar que ele gostasse do toque retal, prestando um desserviço à saúde pública.

“As multas não são dissuasivas, algumas são no valor de um comercial de TV. Quer dizer, você não tem uma tática de gerar uma lógica de não violação”, questiona Helena Martins. Além de esporádicas e sem função pedagógica, as punições não se deram em consequência de uma iniciativa do Ministério das Comunicações. A conclusão dos procedimentos, com a aplicação das sanções, só aconteceu porque houve uma intensa provocação externa. “Nós, aqui no Ceará, fizemos ato; na Bahia, também. Inclusive fomos nós que levamos a representação para o Ministério, não foi o Ministério por si que buscou autuar as empresas. Ou fazemos a pressão social ou ele ignora, de uma forma muito nociva até, porque ele constrói inclusive o argumento jurídico que aponta que o Estado não fiscaliza conteúdo, como está em documentos do Ministério das Comunicações”.

Embora o Governo Federal também seja responsável por promover campanhas de esclarecimento à população e facilitar que as denúncias de violações de direitos na mídia sejam encaminhadas pela população, o que se observa é uma inércia do Ministério das Comunicações. “Ou a sociedade civil faz a divulgação das empresas que são infratoras ou o Ministério nada faz. Aliás, o Ministério também não tem nenhuma campanha que ensine as pessoas que os meios de comunicação não podem violar direitos e que as pessoas têm mecanismos contra isso para fazer denúncias. Quando você abre o site do Conselho de Audiovisual da França, tem lá ‘campanhas’, ‘chamadas’, ‘denuncie aqui’... No site do Ministério das Comunicações do Brasil, você tem que achar, depois de 13 passos, o link para fazer a denúncia”, compara Helena Martins.

As organizações da sociedade que se dedicam a provocar o debate público sobre a atuação dos meios de comunicação e a denunciar as violações de direitos ali existentes encontram no Ministério Público Federal uma das poucas parcerias no âmbito do poder público e do Sistema de Justiça, mas ainda es-

barram em limitações. “O Ministério da Justiça consegue fazer muito pouco e o Ministério Público também. Há desacordos em relação à ocorrência, interpretações muito variadas dos procuradores, ausência de acompanhamento permanente, longo tempo entre a ocorrência dos fatos e a ação, entre a ação e a decisão”, lista a representante do Intervozes. Além dos descumprimentos pelas emissoras dos próprios Termos de Ajuste de Condutas propostos pelo Ministério Público, a exemplo do que aconteceu com a TV Cidade, que havia assumido um compromisso em 2004, por meio desse procedimento, mas continuou incorrendo em graves violações, como se comprovou dez anos depois com a exibição das imagens do estupro de uma criança.

Mais grave é que o poder público estimula a continuidade desse tipo de programa, seja pela omissão em fiscalizar, seja pelo incentivo por meio de publicidade como cota de patrocínio, nos intervalos comerciais ou merchandising. “Em Fortaleza, um dos programas que têm mais inserções públicas, portanto, dinheiro público, é o Cidade 190. Então, obviamente, há uma lógica de que o poder local financia isso”, questiona Helena Martins.

Para evitar que em qualquer parte do Brasil o dinheiro público seja empregado em programas que violam direitos, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou um relatório dirigido a vários entes, inclusive ministros de Estado, governadores, prefeitos e dirigentes de empresas estatais. “Que não sejam concedidos verbas, auxílios, patrocínios ou subvenções de qualquer espécie, ou sob qualquer pretexto, a empresas de comunicação que permitam a veiculação recorrente, em sua programação, de condutas, discursos, práticas ou situações contrárias aos direitos humanos e aos instrumentos legais e supralégais em vigor no país”, cita um dos trechos.

O Ministério das Comunicações não fiscaliza as emissoras e ainda comete irregularidades ao outorgar concessões de uso a políticos. Embora o artigo 54 da Constituição Federal proíba deputados e senadores de possuírem empresas que firmem ou mantenham contratos com concessionárias de serviço público, mais de 40 deputados federais e senadores controlam diretamente pelo menos uma emissora de rádio ou televisão em seu estado de origem. Entre os 25% dos senadores e 10% dos deputados donos de concessões de rádio e televisão, está o senador cearense Tasso Jereissati, proprietário da TV Jangadeiro, emissora que produz e veicula o Barra Pesada.

Desde 2011, tramita no Supremo Tribunal Federal uma ação, elaborada pelo Intervozes e pelo PSOL, que pede a declaração de inconstitucionalidade à concessão de outorgas de radiodifusão a emissoras controladas por políticos. Além do artigo 54 da Constituição, a ação também fundamenta que a Car-

ta Magna está sendo violada em outros cinco artigos, no que se refere ao direito à informação (artigos 5º e 220); à separação entre os sistemas público, estatal e privado de comunicação (art. 223); ao direito à realização de eleições livres (art. 60); ao princípio da isonomia (art. 5º); e ao pluralismo político e ao direito à cidadania (art. 1º).

As emissoras nas mãos de políticos tornam a comunicação menos democrática. A democratização dos meios de comunicação é condição fundamental para uma sociedade também mais democrática. “Enquanto não houver democratização da mídia, não haverá democratização da população”, considera Iane Gabriele Pinto Maciel, integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e moradora do bairro Jangurussu.

VALORES MORAIS, SOCIAIS E FINANCEIROS SOB CONTROLE REMOTO E ATUAL

A mídia “apenas” reproduz ou também produz violência? É a comunicação que gera violência ou é a violência que gera a comunicação? “Essa é uma discussão que a Agência da Boa Notícia faz e ainda não encontrou uma resposta”, aponta a jornalista Ângela Marinho, diretora de Comunicação da organização não governamental que se apresenta com a missão de “estimular a cultura de paz através da comunicação, para fortalecer o compromisso com a valorização da vida na notícia”.

Ao mediar a discussão sobre os programas policiais em um dos seminários organizados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Ângela Marinho lançou um outro questionamento. “A quem interessa o uso dos veículos de comunicação para gerar a violência?” Deveras, a exacerbação dos conteúdos de violência pela mídia, especialmente nos programas policiais, envolve interesses de grupos que pouco se importam com o bem-estar social. E não é de hoje.

Uma sequência de cópias das primeiras folhas volantes, que deram origem ao jornalismo no século XVII e foram apresentadas pela jornalista Helena Martins durante o evento, reforça que, em alguns aspectos, a comunicação não avançou no tempo. “Até hoje nós temos uma lógica de imprensa que é baseada em valores que foram constituídos nesse tempo e, obviamente, por pessoas da elite que tinham esse objetivo”. O apelo popular dos programas policiais tem similaridades com o que as folhas volantes traziam quatro séculos atrás.

“As folhas volantes falavam dos mesmos assuntos que as relações de notícias (reis, rainhas e outras celebridades; assassínios e assassinos; catástrofes; batalhas; trocas comerciais; milagres, feitiçaria, bizzarrias da natureza e outros assuntos insólitos etc.),

mas nem sempre com um propósito predominantemente informativo. Nas folhas volantes, acontecia, frequentemente, que a informação servia de pretexto à pregação moralista, ao regozijo ou ao queixume, às vezes sob a forma de poesia e de canções”, resgata Jorge Pedro Sousa, professor da Universidade Fernando Pessoa, em Porto, Portugal, e pesquisador do Centro de Investigação Media & Jornalismo.

Se no berço do jornalismo, os impressos se norteavam por valores conservadores, é injustificável que a mesma prática seja adotada depois de tanto tempo, a exemplo do que fazem em demasia os programas policiais. “Não é verdade que os meios de comunicação devem ter noticiários para a violência, que devem noticiar crimes bárbaros, que devem noticiar o que é estranho. Aquela frase clássica – ‘o cachorro que morde o homem não é notícia, mas o homem que morde o cachorro sim’ – é absolutamente conservadora e deve ser superada, inclusive, teoricamente”, avalia a representante do Intervozes. Equívocos e concepções ultrapassadas já deveriam ter sido superados pela mídia, mas continuam sendo atualizados, sem qualquer utilidade prática das informações e a desserviço da coletividade.

“Os programas policiais resgatam histórias sem nenhuma preocupação, por exemplo, em contextualizar os fatos. Há uma exposição reiterada, jocosa, que naturaliza, portanto, diversos tipos de brutalidade que deveriam nos atravessar profundamente”, questiona Helena Martins, ao citar como exemplo um vídeo exibido na TV Atalaia, de Sergipe, cujo título já denuncia a exploração grotesca de um fenômeno gravíssimo, a violência de gênero – “Homem mata mulher e come coração assado com cachaça”. “É muito bizarro, efetivamente. Esse homem foi preso por outra questão, mas descobriram que ele já tinha passado pelo sistema penal. Ele assassinou a mulher por ciúme e, de fato, abriu a mulher e comeu as partes dela. Só que isso havia acontecido há um ano. Nem o argumento da atualidade estaria colocado. É a exploração do fato de modo que possa gerar uma grande exposição, uma grande audiência e bons recursos”.

E foi por interesses comerciais que as emissoras de televisão no Brasil passaram a investir em programas mais populares, que passaram a fazer muito sucesso a partir dos anos de 1970⁴⁷. “Uma crise do Estado acabou aportando menos recursos aos meios de comunicação. Houve uma popularização da televisão e também uma busca por uma definição de públicos. Se a Record, por exemplo, com os festivais de música, tinha um público mais de classe média, classe média alta, se mais tarde a Manchete escolheu um público mais cult, várias emissoras procuraram desenvolver um mecanismo para chegar a esse público popular”, explica a integrante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. “Os programas policiais passam a existir no Brasil, sobretudo

47. Um dos fenômenos de audiência e pioneiros dos programas policiais foi *O Homem do Sapato Branco*, exibido pela TV Globo entre 1968 e 1969, mas o apresentador-personagem Jacinto Figueira Júnior (1927-2005) começou anos antes em outra emissora a compor um estilo que faria escola. “*O Homem do Sapato Branco* começou na TV Cultura, mas o sucesso foi na Globo”, esclarece o jornalista Rodolfo Bonventti. Em 1963, Jacinto estreou na televisão no comando do programa *Fato em Foco*, e no ano seguinte, na mesma emissora, ganhou outro programa, *Câmera Indiscreta*, uma versão mais atualizada e aperfeiçoada do primeiro. “A ideia do programa era discutir a violência urbana e as consequências dela na população. Em forma de entrevistas no palco ou de reportagens realizadas nas ruas, Jacinto Figueira Junior imprimia na apresentação do programa um estilo que depois ficou conhecido como o mundo cão na TV”. A expressão, que se popularizou para além do universo da mídia policial, é inclusive creditada a ele.

do, por conta, primeiro, de uma crise econômica das mídias. E é importante perceber isso porque, se há uma economia política do crime, também há uma economia política da comunicação, que encontra nesses programas exatamente uma forma de se projetar e de resolver seus problemas econômicos”.

Na estratégia de popularização da programação, estava embutido um preconceito social que só se ampliou. Com a visão de que pobre não aprecia – ou não merece – produto de qualidade, as emissoras passaram a apelar para uma estética e um conteúdo de gosto bastante duvidoso. “O gosto é uma construção social, reiterado, inclusive, quando não se tem uma outra opção. Se você liga a televisão, onde fica passando o tempo todo programa policial, é óbvio que um gosto vai ser construído, inclusive, para não estranhar mais, não ter o estômago sendo revirado, quando você vê uma criança usando drogas, por exemplo”, observa Helena Martins.

Em tese, os novos tempos deveriam sinalizar para as empresas de comunicação outras visões e mudanças de rumo. Na prática, o que já vem acontecendo é uma tentativa de ampliação da programação de baixa qualidade, inclusive com a incorporação da linguagem por outros programas da grade das emissoras. “No Ceará, profissionais saíram do Barra Pesada para o CE TV para tentar levar essa estética que gera audiência, através de mecanismos como a câmera escondida, a exposição do bairro de forma meio ridicularizada ou exagerada, as matérias muito longas sobre o mesmo fato de forma a explorar várias sensações”, exemplifica a representante do Intervozes.

Aliás, se a mídia policial merece repreensão por explorar a miséria e a dor das pessoas e tratar de forma leviana e desrespeitosa o tema da segurança, outros programas e telejornais, mesmo seguindo uma linha editorial distinta, também devem ser chamados à responsabilidade porque também reproduzem o preconceito de raça e de classe social. Enquanto os programas policiais, em geral, promovem a criminalização e a superexposição de jovens negros, pobres e moradores das periferias, outros programas e noticiários praticamente ignoram as mortes violentas nessas camadas, mas quando os homicídios atingem jovens brancos, de classe média ou alta e moradores das áreas consideradas nobres, os casos ganham visibilidade em todos os veículos, de forma irrestrita e com tratamento diferenciado.

O que a representante do Intervozes define como uma “banalização anestésica” dos fatos violentos amplia a tensão e a divisão entre as classes. “Não são todas as classes sociais que estão expostas nos programas policiais. E a partir do momento que as pessoas veem as classes populares como violentas, como criminosas, é óbvio que não se reconhecem nela. Então, há cada vez mais um estranhamento”.





O Homem do Sapato Branco: um dos fenômenos de audiência e pioneiros dos programas policiais de televisão no Brasil

A expansão da vertente de um modelo de comunicação que prima pelo baixo nível é um perigo iminente, possibilidade de retrocesso imposto mais uma vez pelos interesses financeiros dos veículos de comunicação, principalmente com a redução nos lucros após o advento da internet e a migração crescente dos telespectadores para o sistema de radiodifusão fechado. “Diante de uma crise econômica nos meios de comunicação, que tem influenciado o mundo inteiro também, é muito possível que isso se aprofunde. Cada vez mais as classes abastadas vão migrar para a internet, para a TV privada, e as classes populares, que supostamente gostam desses programas, vão ficar nos veículos de comunicação abertos. Então, podemos ter no próximo período um aprofundamento e não superação desse tipo de conteúdo”, alerta Helena Martins.

Para justificar equívocos, açodamentos e irresponsabilidades, proprietários e comunicadores se valem, de forma recorrente,

te, de argumentos calcados no direito à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão e à liberdade de informação. “Mesmo as legislações que regem a liberdade de expressão, elas dizem que ela tem de ser exercida com respeito a outros direitos, em harmonia com outros direitos”, observa a jornalista Suzana Varjão, coordenadora da Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Se é fundamental ao Estado Democrático de Direito garantir a liberdade de imprensa e o direito de informação, é também essencial ao mesmo Estado Democrático de Direito assegurar a proteção aos direitos individuais em questão. “Esses programas fazem essas violações todas, mas sempre utilizam a ideia da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, para se justificar, para proibir o debate e para evitar sanções administrativas. Mas as ideias estão em movimento. A ideia de liberdade de expressão como algo intocável, que é da imprensa, não foi sempre existente, foi uma construção, inclusive uma construção liberal”, analisa Helena Martins.

Revisitando o século XVII ainda, as teorias liberais para o campo da comunicação apostavam em um mercado livre de ideias, cujos erros, inclusive, seriam corrigidos pelas próprias empresas, sem intervenção do Estado. “Essas teorias, portanto, vedaram completamente a ideia de alguma regulação, de algum debate, inclusive pelos profissionais. No início, essas teorias não aceitavam sequer a existência de códigos de ética dos jornalistas”, resgata a representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. “Apenas num segundo momento, passa a ter um debate mais profundo, de pensar que os meios de comunicação vão mudando”.

Como demonstra um panfleto clássico que circulou na Inglaterra de 1644 e ainda é reiteradamente evocado na defesa da liberdade de imprensa, a preocupação era garantir as impressões sem controle estatal. “Dai-me a liberdade para saber, para falar e para discutir livremente, de acordo com a consciência, acima de todas as liberdades”, afirmava o autor, em um dos trechos do manifesto *Areopagitica*: um discurso de John Milton pela liberdade de imprimir sem licença, dirigido ao Parlamento da Inglaterra.

Algumas concepções da origem do jornalismo atravessaram séculos e ainda são preservadas, mesmo comprovadamente anacrônicas e fazendo mal ao próprio universo da comunicação e à sociedade. “A gente está aqui em 1644⁴⁸, para a gente ver como essas ideias permanecem de forma proposital. A ideia era ter uma velocidade de imprimir, porque a impressão era controlada pelo Estado. A impressão passou a ser liberada e a ideia permaneceu, inclusive trazendo à tona uma tese de que um jornalista é representante do cidadão, o que a gente vê muito nesses programas”, compara Helena Martins.

De fato. Na tentativa de legitimar suas práticas e construir uma blindagem às críticas, apresentadores e repórteres assumem

48. Citação ao jornalista e sociólogo Venício de Lima, no texto *A censura disfarçada*:

“Se formos ao panfleto seiscentista Areopagitica de John Milton (1644), clássico reiteradamente lembrado na defesa da liberdade da imprensa, veremos que ele se refere ao direito, então considerado natural, do indivíduo-cidadão expressar (speech) e imprimir (print) suas ideias no exercício de seu livre-arbítrio e sem restrições externas. Escrito para combater uma Ordenação do Parlamento inglês regulando a impressão de documentos, panfletos e livros (“An Ordinance for the Regulating of Printing”, 1643), o argumento de Milton gira em torno da capacidade individual de livre-arbítrio e da conseqüente necessidade de cada um se expressar e se expor às diferentes versões sobre um assunto para alcançar a verdade”.

a função de justiceiros e defensores dos mais fracos e oprimidos, buscando ocupar de alguma forma o vazio deixado pelo Estado. Nas chamadas, nos anúncios, nas visitas aos bairros que alavancam a audiência, nas reportagens de denúncia dos problemas locais, na interação com os telespectadores, repetem à exaustão a proximidade com as camadas populares; a prestação de serviços à comunidade; a preocupação com as diferentes políticas públicas, embora o discurso seja monotemático; o cuidado com os cidadãos, enquanto aos não-cidadãos, nada ou o pior possível.

O *Brasil Urgente* está “sempre ao lado do povo” e “traz os principais acontecimentos do dia com prioridade para os temas do cotidiano de cada cidadão. O foco é a segurança, a saúde, o trabalho, a mobilidade, o comportamento. Um informativo com linguagem coloquial e opinativa”. O Ceará tem um *Comando Realidade* “que alerta contra a violência, as drogas e busca ajudar o cidadão” e um *Rota 22* de “informação e prestação de serviço em favor da comunidade”.

Da liberdade de expressão à liberdade de imprensa, fez-se um cruzamento prejudicial à sociedade. “Naturalmente, você tem uma passagem da liberdade de expressão, que é um direito, um direito que todos e todas nós temos, para a liberdade de imprensa, porque essa liberdade de expressão que nós temos na sociedade seria exercida pelo jornalista. Essa é uma construção que até hoje passa. Então, você tem, sobretudo, a defesa de uma liberdade negativa, que é a liberdade de não-posição”, questiona Helena Martins, conclamando os operadores do Sistema de Justiça ao posicionamento em defesa de uma liberdade positiva. “Em nome dessa liberdade positiva é que nós pactuamos o que consideramos como liberdade, procedimentos para que essa liberdade seja promovida, para que esse direito, inclusive, seja promovido. É fundamental que a gente enfrente o debate da liberdade de expressão, porque, infelizmente, pode se assemelhar até a censura. O que nós estamos legitimando é a prática do silêncio sobre esses debates todos que envolvem os meios de comunicação”.

Portanto, não são os movimentos em defesa da democratização da comunicação que querem reinstaurar a censura, como acusam empresários e até profissionais da mídia. Assim o fazem porque a democratização significaria ampliar a liberdade, promover a qualidade de conteúdo e acabar com o monopólio da propriedade dos veículos, contrariando assim os seus interesses. No Brasil, apenas 11 famílias controlam os principais meios de comunicação, segundo o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Para ter o direito à concessão, as emissoras deveriam cumprir uma série de regras em relação a conteúdo e programação, a fim de assegurar a pluralidade e a diversidade da sociedade brasileira.

A democratização da mídia propicia as condições para uma programação mais educativa, informativa e cultural, voltada ao interesse público. O Código Brasileiro de Telecomunicações⁴⁹ determina que as emissoras de radiodifusão destinem pelo menos 5% da programação para a transmissão de notícias e reservem cinco horas semanais para programas educacionais. Mas apenas três emissoras cumprem o percentual mínimo dedicado à educação – Globo (5,6%) e as emissoras públicas Cultura (9,2%) e TV Brasil (12,5%) –, de acordo com o Informe de Acompanhamento do Mercado da TV Aberta, produzido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) em 2014.

A Constituição Federal⁵⁰ garante plenamente as liberdades de expressão, manifestação do pensamento e informação, vedando qualquer censura de natureza política ou ideológica. No entanto, a liberdade de comunicação social não é absoluta, devendo estar em sintonia com outras prerrogativas contidas na própria Carta Magna, como o direito à privacidade, à imagem e à intimidade e os valores éticos e sociais, e no Código Brasileiro de Telecomunicações, que declara que constitui abuso, no exercício da liberdade de radiodifusão, o emprego do meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção, inclusive para incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais, promoção à ação discriminatória de cor, raça, religião e veiculação de notícias falsas.

“Já está no Código Brasileiro de Telecomunicações, está ancorado também na Constituição. Há também outras normas que orientam isso. Nós temos uma legislação muito dispersa que acaba gerando dificuldades de reconhecer os limites da atuação. Mas toda veiculação dos meios de comunicação deveria caber e cabe formalmente ao Ministério das Comunicações”, sustenta Helena Martins.

O que acontece no Brasil não é permitido em outros países, a exemplo da França e do Reino Unido. “No caso da França, o órgão autorregulador, que é o Conselho de Audiovisual, grava por três meses todos os programas e monitora permanentemente o desrespeito à dignidade humana, a prática de discriminação, de incitação ao ódio e à violência. Aqui, torna-se difícil entrar com uma ação judicial, por exemplo, porque os programas tiram o material da internet rapidamente, óbvio. No caso do Reino Unido, as emissoras não podem veicular nenhum conteúdo que glamourize a violência nem exibir imagens de vítimas de acidentes, de pessoas em situações humilhantes ou em estado de aflição. Aqui, nós tivemos o PCC (Primeiro Comando da Capital) fazendo uma caminhada à tarde em Sobral, sendo que vários veículos trataram aquilo como um fato. Você imagina quando uma mãe acaba de perder o filho e tem que receber o microfone diretamente nela para falar o que está sentindo?”.

49. Citação à Lei 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações:

Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade de radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive:

- a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais;
- b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;
- c) ultrajar a honra nacional;
- d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social;
- e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;
- f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública;
- g) comprometer as relações internacionais do País;
- h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;
- i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;
- j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social;
- l) colaborar na prática de rebeldia desordens ou manifestações proibidas.

Parágrafo único. Se a divulgação das notícias falsas houver resultado de erro de informação e for objeto de desmentido imediato, a nenhuma penalidade ficará sujeita a concessionária ou permissionária.

50. Citação à Constituição Federal:

Dos direitos e deveres individuais e coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Da Comunicação Social:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

No Uruguai, o Projeto de Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual – a *Ley de Medios*, aprovada em definitivo pelo Legislativo em 2014, proíbe entre 6 e 22 horas a exibição de programas que promovam atitudes ou condutas violentas, discriminatórias ou pornográficas. A restrição tem como preocupação principal o público infanto-juvenil, mas beneficia toda a sociedade uruguaia, que antes tinha 90% do horário nobre da televisão, entre 19 e 21 horas, preenchido com noticiários de 20 a 40 minutos que exploravam violência e criminalidade. A nova lei também prevê a criação de um Conselho de Comunicação Audiovisual, composto por cinco membros, sendo quatro indicados pelo Legislativo e apenas um pelo Executivo.

A regulação da mídia no país vizinho tem sido apontada como um dos fatores que ajudaram a reduzir expressivamente o número de homicídios, queda impulsionada principalmente pela regulamentação da produção, distribuição e venda de maconha aos usuários uruguaios, abandonando a estratégia fracassada da guerra às drogas, com forte repressão policial, e diminuindo o poder dos narcotraficantes. Em 2012, quando o então presidente José Mujica anunciou um conjunto de medidas para conter a criminalidade no Uruguai, que incluía a regulamentação das drogas e a regulação do setor de telecomunicações, o país registrou crescimento de 70% dos assassinatos.

Os argumentos contrários à lei também apontavam para a coerção da liberdade de expressão ou, simplesmente, possibilidade de censura. “Antes de zerar as mortes pelo tráfico no país, o Uruguai restringiu os horários dos programas policiais. No Brasil, além de reforçarem a ideia de impunidade e de alimentarem o imaginário de uma delinquência juvenil aliciada pelo crime, eles transmitem e incentivam ao vivo e sem restrições a chacina de suspeitos, alvejados a sangue frio sob os urros dos apresentadores extasiados”, compara o historiador Murilo Cleto.

Os meios de comunicação constituem estruturas complexas que precisam ser controladas socialmente. “A partir de um outro olhar sobre os meios de comunicação, que também respeita a liberdade de expressão, mas não confunde com liberdade de imprensa, é que vai ser desenvolvida uma perspectiva mais vinculada ao controle social e à regulação dos meios de comunicação. Essa regulação se baseia na ideia de que deve haver uma intervenção da atividade de determinado segmento por meio de portarias, decretos e outros instrumentos com o objetivo central de defender o interesse público. No caso dos meios de comunicação, isso deveria ser óbvio, porque os meios de comunicação funcionam através de um processo de concessões públicas”, conclui Helena Martins.

DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA MÍDIA BRASILEIRA

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou por unanimidade no dia 16 de setembro de 2016 o relatório sobre Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão na Mídia Brasileira. O documento foi produzido a partir de denúncia firmada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) – Comunicação e Direitos, Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e a organização Artigo 19, por meio da qual foram informadas graves violações de direitos humanos e infrações a leis na mídia brasileira.

- 1. Aos Ministros de Estado, Governadores, Prefeitos e aos Dirigentes de Empresas Estatais**
 - a.** Que não seja veiculada a publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas de cunho “policialesco”, seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de merchandising.
- 2. Aos Dirigentes de Empresas Estatais**
 - a.** Que não sejam concedidos verbas, auxílios, patrocínios ou subvenções de qualquer espécie, ou sob qualquer pretexto, a empresas de comunicação que permitam a veiculação recorrente, em sua programação, de condutas, discursos, práticas ou situações contrárias aos direitos humanos e aos instrumentos legais e supratelais em vigor no país.
- 3. Ao Executivo Nacional, destacadamente, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação**
 - a.** Considerar, na atividade de fiscalização do conteúdo dos programas, para fim de aplicação de sanções administrativas cabíveis bem como de renovação de concessões, a aplicação de um conjunto de normas e tratados internacionais ratificados pelo Brasil em termos de respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação;
 - b.** Publicizar as sanções aplicadas às empresas de radiodifusão no sítio eletrônico oficial do órgão público;
 - c.** Promover boas práticas entre as emissoras, estimulando nos telespectadores e ouvintes a visão crítica sobre o campo da comunicação de massa com o uso consciente dos seus conteúdos.
- 4. Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e ao Ministério da Educação e Cultura**
 - a.** Esclarecer a população brasileira sobre as formas possíveis de denunciar violações de direitos humanos em programas de rádio e TV, por meio de campanhas de comunicação e ferramentas permanentes de informação.
- 5. À Diretoria da Polícia Federal, à Diretoria da Polícia Rodoviária Federal, à Secretaria Nacional de Segurança Pública e às Secretarias Estaduais de Segurança Pública**
 - a.** Que proíbam as autoridades policiais civis e militares de expor indevidamente a imagem de suspeitos ou acusados que estejam sobre a proteção do Estado, em especial impedindo que comunicadores abordem as pessoas sob custódia, a título de entrevistá-las, salvo se estas consentirem e estiverem acompanhadas de advogado ou defensor público;
 - b.** Que orientem as autoridades policiais civis e militares a informar às pessoas sob custódia sobre a possibilidade de recusar a exposição na mídia;
 - c.** Que incluam nas formações dos agentes públicos conteúdos sobre direitos humanos e comunicação.
- 6. Ao Conselho Nacional de Justiça**
 - a.** Que seja recomendado aos órgãos do Poder Judiciário o julgamento prioritário de ações sobre violações de direitos humanos na mídia e aplicadas sanções administrativas e multas dissuasivas, de forma célere, dado o impacto negativo dessas violações em toda a sociedade.
- 7. Ao Conselho Nacional do Ministério Público**
 - a.** Que sejam recomendadas aos Ministérios Públicos a instauração de inquéritos civis públicos para analisar as denúncias nos dez (10) estados em que foram veiculados os programas de rádio e TV aqui referidos; a adoção de providências legais pertinentes à responsabilização das emissoras; e o ajuizamento de ações de reparação de danos morais coletivos, eventualmente ocorridos;
 - b.** Que sugira aos órgãos estaduais a abertura de ações relativas à veiculação da publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas de cunho “policialesco” sabidamente violadores de direitos, seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de merchandising.
- 8. À Defensoria Pública da União e dos Estados e Distrital**
 - a.** Que sejam propostas ações judiciais, buscando a indenização pelo dano moral coletivo eventualmente ocorrido, para assegurar o direito de resposta pelos agravos e a indenização por danos individuais sofridos, nos casos relatados, bem como em outros casos de violações que venham a ocorrer.
- 9. Às empresas de comunicação (Abert e Abra)**
 - a.** Que respeitem os direitos humanos, cumpram a legislação vigente no país e promovam esses direitos e leis junto à sociedade, exercendo a responsabilidade social pertinente ao setor;
 - b.** Que adotem e respeitem mecanismos de autorregulação transparentes, a fim de que os conteúdos veiculados pelas emissoras sejam avaliados permanentemente e corrigidos, se necessário, de modo que à população seja ofertada informação de qualidade, tendo como parâmetros norteadores básicos o respeito a direitos, às regras e instituições democráticas e à diversidade;
 - c.** Que os comunicadores não abordem as pessoas sob custódia do Estado, a título de entrevistá-las, salvo se estas consentirem e estiverem acompanhadas de advogado ou defensor público;
 - d.** Que promovam formações internas junto aos profissionais sobre direitos humanos.

SOCIEDADE MIDIATIZADA E SOCIABILIDADE VIOLENTA COMUNICAÇÃO PARA UMA CULTURA DA VIOLÊNCIA E DO MEDO

Seja uma verdade real ou uma realidade inventada, a violência nos penetra os ouvidos, os olhos e os poros. É multissensorial. É o que se ouve, o que se vê e o que se sente, via emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas e internet, via comunicação de massa e comunicação interpessoal. De que forma não só os programas policiais, mas outros conteúdos audiovisuais e impressos, mídias sociais, telejornais, séries de televisão, telenovelas, brincadeiras e jogos eletrônicos e as próprias relações humanas influenciam a todos, em particular crianças e adolescentes, que estão em processo de desenvolvimento e convivem o tempo inteiro com uma cultura de violência?

Meninos e meninas crescem cercados pela violência, mesmo que não sejam vítimas diretas de abusos físicos, sexuais ou psicológicos. O contato é real ou virtual e acontece desde muito cedo, fugindo do controle dos pais ou responsáveis ou sob consentimento e até estímulo dos adultos. A naturalização do fenômeno ou o entendimento de que a vivência de algumas situações é inofensiva fazem com que os pequenos sejam expostos a um bombardeio de agressões.

A violência desperta reações naturais de medo, insegurança, aversão ou distanciamento, mas, dependendo da cultura local, das circunstâncias, do tipo, da intensidade e da frequência, também exerce fascínio, chama à aproximação ou se torna banal. Em função de variáveis no tempo e no espaço e de outras fontes de atenuação ou reforço à exposição, crianças e adolescentes podem desenvolver mais ou menos alguns ou outros comportamentos e se identificar ou não com determinadas práticas.

As manifestações de defesa frente à violência são instintivas, mas também ensinadas, consciente ou inconscientemente, pelos adultos, cujo comportamento, em geral, instrui as crianças a terem repulsa, mas também pode orientá-las a sentirem atração. Dos grandes, os pequenos vão absorvendo uma ou outra forma de lidar com uma realidade fática ou construída. Mais do que uma reflexão, o pensamento do cientista mais célebre do século XX serve de alerta. “A violência fascina os seres moralmente mais fracos. Um tirano vence por seu gênio, mas seu sucessor será sempre um rematado canalha”, afirmava Albert Einstein.

Entre a realidade e a fantasia, a violência está cada vez mais presente no cotidiano das crianças, sejam aquelas sem acesso a educação, moradia, saneamento básico e saúde de qualidade e que entram em contato com as agressões na rua, sejam aquelas que ficam o dia inteiro diante da televisão, do computador ou dos aparelhos de *videogames*. A violência pode estar tanto nos morros, favelas e vielas quanto dentro dos condomínios fechados e apartamentos de classe média e alta. Nas periferias, a ocupação desordenada do espaço urbano, a precarização das condições de habitação e o assédio de traficantes e criminosos podem até favorecer a aproximação e o envolvimento com o fenômeno, mas a banalização da vida e da morte não é exclusividade de determinados territórios.

O alto adensamento populacional e a falta de infraestrutura básica em algumas localidades facilitam que as crianças cresçam em contato muito próximo com cenas de crime e, por vezes, com corpos expostos no bairro, na rua ou na porta de casa. Ao mesmo tempo em que se desenvolve um processo de naturalização da violência, a curiosidade mórbida se retroalimenta a cada novo caso e, por isso mesmo, é tão comum a presença de pessoas, entre elas muitas crianças, cercando as vítimas de assassinato enquanto os peritos não chegam.

A violência passa a fazer parte da vida de forma abrupta ou sutil, incorporada a brincadeiras ou entretenimentos ou mesmo combinada a atividades saudáveis e edificantes, como algumas práticas esportivas, que podem desfigurar o rosto, quebrar os ossos e até causar a morte do adversário, mas que crescem em popularidade e investimentos. Partidas de boxe, duelos de jiu-jitsu e lutas de artes marciais mistas reúnem dezenas de apreciadores diante de um aparelho de televisão, lotam bares, restaurantes, academias e ginásios e movimentam altas cifras. Para os fãs, praticantes e empresários, cada modalidade de luta é mais um tipo de esporte, com regras, objetivos e benefícios claros, como redução do estresse, desenvolvimento da disciplina, alto gasto calórico, fortalecimento muscular e melhora postural.

O interesse pelas artes marciais remonta à Antiguidade. Há registros atribuídos aos gregos ainda no século VII a.C., quando criaram o *pankration*, uma mistura de boxe com luta livre e que chegou a ser o esporte mais popular dos Jogos Olímpicos da Antiguidade. As lutas entre gladiadores, cuja história, em um e/ou outro momento, esteve associada a aspectos da religiosidade, justiça e entretenimento público, tiveram origem com os etruscos, povo que ocupou a península itálica a partir do século IX a.C., período anterior à chegada dos romanos.⁵¹

Pelo próprio nome – “artes” marciais – e pela tradição histórica – de “entretêr” o público –, a violência em alguns espor-

51. A atemporalidade da violência como espetáculo. Nas origens das lutas entre gladiadores, havia um forte componente religioso. O enfrentamento entre guerreiros em honra de um soldado valoroso morto em combate era uma celebração da vitória da vida sobre a morte. “Com o passar do tempo, as lutas de gladiadores, juntamente com as caçadas e as execuções de condenados, passaram a fazer parte de um ritual de caráter a um só tempo religioso e legal”, resgata o livro *História da Cidadania*. “Ao contrário do que se vê em filmes, a luta de gladiadores não se destinava à mera diversão do povo, nem a luta era até a morte”, esclarecem os autores Carla Bassanezi Pinsky e Jaime Pinski, observando que o principal quesito para que o perdedor fosse poupado era ter mostrado valentia durante o combate. A decisão sobre a vida e a morte cabia à multidão de espectadores, mas os duelos dividiam a população quanto à própria existência. “Havia quem os condenasse e mesmo os que os aprovavam tinham interpretações diversas sobre seu significado. Em qualquer caso, contudo, a palavra final estava nas mãos daqueles que ali se reuniam, homens e mulheres, ricos ou pobres”. A história dos povos antigos, como egípcios, maias e turcos, também incluíam jogos sobre barcos, cavalos ou mesmo em terra firme que se confundiam com disputas por territórios ou rituais religiosos e terminavam com muitos hematomas, sangramentos e até sacrifícios humanos entre os participantes.

tes vira também espetáculo. Na contemporaneidade, a televisão surgiu como um importante meio de comunicação, mas também de entretenimento. Não existe veículo melhor para dar visibilidade a um grande show, mesmo que, para alguns, seja um circo de horrores duas pessoas se esmurrando até sangrarem.

As artes marciais mistas praticadas atualmente diferem dos primórdios do esporte em tempos modernos, depois que foram introduzidas regras na tentativa de preservar a integridade física dos praticantes. Em função da falta de limites, a modalidade de luta conhecida pela sigla MMA foi, por muito tempo, chamada de vale-tudo. Os lutadores não eram categorizados de acordo com o peso e não havia obrigatoriedade para o uso de equipamentos de segurança nem tempo máximo estabelecido para o fim do combate. O duelo mais longo do *Ultimate Fighting Championship* (UFC), em 1995, com 36 minutos e seis segundos, em que o brasileiro Royce Gracie ficou com o rosto amassado pelas cabeçadas do estadunidense Ken Shamrock, foi “fundamental no que podemos considerar como o começo do fim do vale-tudo e sua evolução para o MMA”, aponta o jornalista Maurício Dehò, autor do livro *Em 12 Rounds*, sobre boxe.

“O boxe, durante muito tempo, foi também questionado. Como esporte, há uma questão técnica. O interessante é que a maior parte das pessoas, que pára diante da televisão para assistir, não olha com o olhar técnico. Elas desconhecem regras, golpes... Elas param pra ver briga”, observa o pediatra Almir de Castro Neves. “Grupos de *jiu-jitsu*, que fizeram o esporte ficar com uma imagem muito ruim, iam para o estádio, mas não gostavam de futebol. Eles iam porque sabiam que o estádio é um lugar propício para briga. Eles faziam uma provocação mínima que iam causar uma reação no sujeito, que é tudo o que eles queriam. Eu conheci algumas pessoas desses grupos”.

Com o advento da internet, sites, blogs, redes sociais e aplicativos se somaram aos veículos tradicionais formando uma cadeia ainda mais potente de comunicação, o que também inclui a espetacularização da violência, socialmente consentida ou não e frequentemente captada em tempo real e exibida sem edições. Com a facilidade de acesso ao telefone celular, só aumentaram o acesso a uma diversidade gigantesca de conteúdos e o compartilhamento de informações, inclusive notícias e imagens de agressões e crimes.

“Há uma midiaticização da sociedade. Esse conceito traz exatamente a dimensão dos meios de comunicação no mundo contemporâneo. Qual a importância do celular nas nossas vidas? Quantas vezes acessamos por dia as redes sociais? Quantos programas de televisão e filmes vemos? Então, a mídia está presente o tempo todo no nosso cotidiano, não só como espelho da realidade, expressando alguma coisa – essa teoria ficou

lá no passado. Ela, sobretudo, constrói também sociabilidades, identidades, modos de vida, relações sociais, enfim”, observa a jornalista Helena Martins, integrante do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a televisão segue como meio de comunicação predominante em acesso pelo público: 95% dos entrevistados afirmaram que veem televisão, sendo que 73% têm o hábito de ficar diariamente diante da telinha. Em média, os brasileiros passam quatro horas e 31 minutos por dia, de segunda a sexta-feira, em frente a um aparelho de televisão, quantidade bem superior ao tempo de três horas e 29 minutos identificado no levantamento de um ano antes. “Se associarmos isso com toda a dinâmica das redes sociais, temos a concretude do conceito de midiaticização da vida social. O celular está constantemente nas nossas mãos, o rádio está no ônibus, no carro...”, analisa Helena Martins.

Intitulada *Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*, a pesquisa revela ainda que o percentual de pessoas que acessa a internet todos os dias cresceu de 26% para 37% e que o tempo de conexão supera as horas vendo televisão. “O hábito de uso da internet também é mais intenso do que o obtido anteriormente”, constatou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Os usuários das novas mídias ficam conectados, em média, quatro horas e 59 minutos por dia durante a semana, enquanto ficavam três horas e 39 minutos no ano anterior. O tempo é expressivamente maior para 65% dos adolescentes e jovens na faixa de 16 a 25 anos, que se conectam todos os dias, em média, cinco horas e 51 minutos. Praticamente a metade dos brasileiros, 48%, navega na rede mundial de computadores.

É enorme a projeção que as mídias em geral ganham na vida das pessoas. “Há uma penetração muito importante da mídia, por isso que é fundamental que a reflexão sobre ela seja feita de forma transversal, quando analisamos, por exemplo, a produção de uma cultura do medo”, defende Helena Martins. “Essa cultura está bastante presente na informalidade, na cultura oral, obviamente, pelo machismo, pelo patriarcado, enfim, mas também encontra esse espaço fundamental na mídia”.

A importância da mídia não deve ser nem um pouco negligenciada, ainda mais quando se observa que o processo de migração do público para as novas plataformas, onde a comunicação se estabelece, quase sempre, de maneira muito rápida, superficial e dinâmica, é acompanhado da estagnação no acesso a meios de conteúdos mais densos e profundos. O percentual de brasileiros que leem jornais permaneceu estável, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: 21% ao menos uma vez por

semana e apenas 7% diariamente.

É também bastante significativo que a confiança dos brasileiros nas notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação tenha aumentado. Os jornais continuam como os mais confiáveis: 58% confiam muito ou sempre, contra 40% que confiam pouco ou nunca. No levantamento divulgado em 2014, os percentuais eram de 53% e 45%. “Televisão e rádio encontram-se em empate técnico. No caso da TV, 54% confiam muito ou sempre, contra 45% que confiam pouco ou nada. No caso do rádio, 52% confiam muito ou sempre, contra 46% que confiam pouco ou nunca”,

compara a pesquisa.

Se a falta de controle nos meios convencionais já é de causar preocupação, o excesso de liberalidade e a proteção do anonimato na rede mundial de computadores só aumentam as possibilidades de danos individuais e coletivos. A expansão da internet promoveu maior acesso às informações, consequentemente também maior cruzamento e transparência de dados, mas criou outros dilemas. Não é apenas um novo e democrático veículo de comunicação, é um espaço inestimável de notícias – verdadeiras e falsas –, mas também de exposição da vida – pública e privada – e de proliferação de ideias e valores – dos

CONSUMO DE MÍDIA

TELEVISÃO

95%

dos entrevistados na Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 afirmaram ver televisão.

73%

dos pesquisados têm o hábito de assistir televisão diariamente.

4h31min por dia é

o tempo, em média, que os brasileiros passam expostos ao televisor, de segunda a sexta-feira, e 4h14min nos finais de semana, números superiores aos encontrados na Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, que eram 3h29min e 3h32min, respectivamente.

INTERNET

48%

dos brasileiros usa internet.

37%

é o percentual de pessoas que

utilizam a internet todos os dias, enquanto na pesquisa anterior o percentual era de 26%.

4h59min por dia

é o tempo, em média, que os usuários das novas mídias ficam conectados durante a semana. Nos fins de semana, esse tempo diminui um pouco, para 4h24min. Pelo levantamento anterior, os usuários das novas mídias ficavam conectados, em média, 3h39min e 3h43min, respectivamente.

65%

dos jovens na faixa de 16 a 25 se conectam todos os dias, em média 5h51min durante a semana.

66%

dos entrevistados utilizam aparelho celular como forma de acesso à internet, bem próximo do percentual de 71% que fazem uso da rede por meio de computadores ou notebooks.

92%

dos internautas estão conectados por meio de redes sociais. As principais são Facebook (83%), Whatsapp (58%) e Youtube (17%).

JORNAL

21%

é o percentual de brasileiros que leem jornais ao menos uma vez por semana.

7%

é o percentual de entrevistados que revelou ler jornal diariamente.

58%

confiam muito ou sempre nos jornais, contra 40% que confiam pouco ou nunca. Na pesquisa anterior, esses valores eram de 53% e 45%. O jornal é o veículo mais confiável para os entrevistados, mas cresceu a confiança dos brasileiros nas notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - 2015

mais nobres aos mais infames. Com a vantagem – ou desvantagem, dependendo do ponto de vista – de contar com uma facilidade muito grande para arregimentação de seguidores.

“Uma face muito visível do discurso de ódio e da cultura do medo está na internet. Parlamentares e ativistas, inclusive, têm passado por diversas situações de constrangimento e ameaças no ambiente virtual. Possivelmente, por ser um ambiente anônimo, ainda se tem muita dificuldade de compreender como é que as leis podem ser aplicadas na internet. Nas redes, a gente tem acompanhado o crescimento do conservadorismo, defensores da própria cultura do estupro e do extermínio”, lamenta a representante do Intervezes no Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Em dez anos, a organização não governamental SaferNet Brasil⁵² recebeu e processou 3.746.062 denúncias anônimas envolvendo 628.848 páginas (URLs) distintas, das quais 201.066 foram removidas. As páginas, escritas em nove idiomas, estão ou estavam hospedadas em 79.494 hosts diferentes, conectados à internet através de 46.175 números IPs diferentes, atribuídos para 97 países em cinco continentes. As denúncias foram registradas pela população através dos sete hotlines brasileiros que integram a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, única na América Latina e Caribe.

A central recebe uma média de 2.500 denúncias por dia envolvendo páginas contendo evidências dos crimes de apologia e incitação a crimes contra a vida, homofobia, intolerância religiosa, maus tratos contra os animais, neonazismo, pedofilia ou pornografia infantil, racismo, tráfico de pessoas ou xenofobia. A população pode denunciar imagens, vídeos, textos, músicas ou qualquer tipo de material que seja atentatório aos direitos humanos.

“Essa dinâmica da rede não foi criada agora, não é fruto da tecnologia. A tecnologia que desenvolve os ciclos sociais em questões mais amplas está embasada em uma criminologia midiática que já vem sendo construída, especialmente, pela televisão, mas, se a gente for mais longe, até os próprios impressos contribuíram historicamente com isso, embora tenham dado baixa cobertura sobre essas questões”, analisa Helena Martins.

A internet e as redes de relacionamento são espaços de sociabilidade, para o bem e o para o mal. Além do acesso a uma profusão de jogos eletrônicos violentos, é extremamente preocupante o envolvimento de crianças e adolescentes em algumas “brincadeiras” perigosas, que terminam por induzir à morte. “Recentemente, o suicídio de um adolescente foi orientado pela internet. Alguns adolescentes conseguem acesso na rede mundial de computadores a conteúdos que orientam essas e outras práticas”, adverte o hebiatra Almir de Castro Neves.

Páginas dedicadas a expor a violência nua e crua também se multiplicam, principalmente em cidades do interior, onde os

52. O *hotline* da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos é um serviço de recebimento de denúncias anônimas de crimes e violações contra os direitos humanos na internet, contando com procedimentos efetivos e transparentes para lidar com as denúncias. “Além disso, contamos com suporte governamental, parcerias com a iniciativa privada, autoridades policiais e judiciais”, aponta a organização não governamental SaferNet Brasil. Para saber mais: www.indicadores.safernet.org.br www.new.safernet.org.br/denuncie

programas policiais de televisão nem sempre são transmitidos e, mesmo exibidos, retratam pouco ou nada da criminalidade local. Foi em blogs e sites que pesquisadores do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência encontraram a descrição detalhada de alguns crimes, algumas vezes acompanhada de vídeos e fotografias, registrados em Juazeiro do Norte e Sobral, municípios do interior contemplados pelo levantamento. Uma rápida pesquisa permite comprovar que o mesmo se repete em outras cidades.

Para além de interesses comerciais, o que leva uma pessoa a não só registrar, mas também divulgar largamente imagens grotescas, bizarras, horripilantes, trágicas? E o que desperta o interesse em acessar e compartilhar fotografias e vídeos de anomalias congênitas, corpos ensanguentados, suicídios ou homicídios? E quando os autores de práticas violentas fazem questão de registrar os próprios atos? Se essas perguntas fossem feitas a um grupo de pesquisadores de diferentes áreas de estudo, provavelmente uma resposta seria bem diferente da outra, não necessariamente conflitantes, mas contemplando a diversidade de aspectos a serem avaliados em uma só e complexa questão.

Pós-doutora em Comunicação, a jornalista Flora Daemon analisou crimes que aconteceram em escolas e universidades e eventos que incorporam de maneira indissociável como *modus operandi* atos de violência e produção de conteúdos midiáticos sobre tais práticas. O estudo foi publicado em livro: *Sob o signo da infâmia: das violências em ambientes educacionais às estratégias midiáticas de jovens homicidas/suicidas*. “Os crimes que eu analiso no livro são crimes em que é tão importante matar e morrer como produzir conteúdos midiáticos a respeito das motivações para serem consumidos pela sociedade. Aí a gente vai falar: ‘Nossa! Esses meninos são ‘malas’ pra caramba! Eles matam, eles se matam e ainda têm a audácia de produzir conteúdo, de ficar explicando a motivação, um conteúdo mais ou menos violento, mais ou menos explícito’. A questão é: por que eles fazem isso?”, questiona a autora.

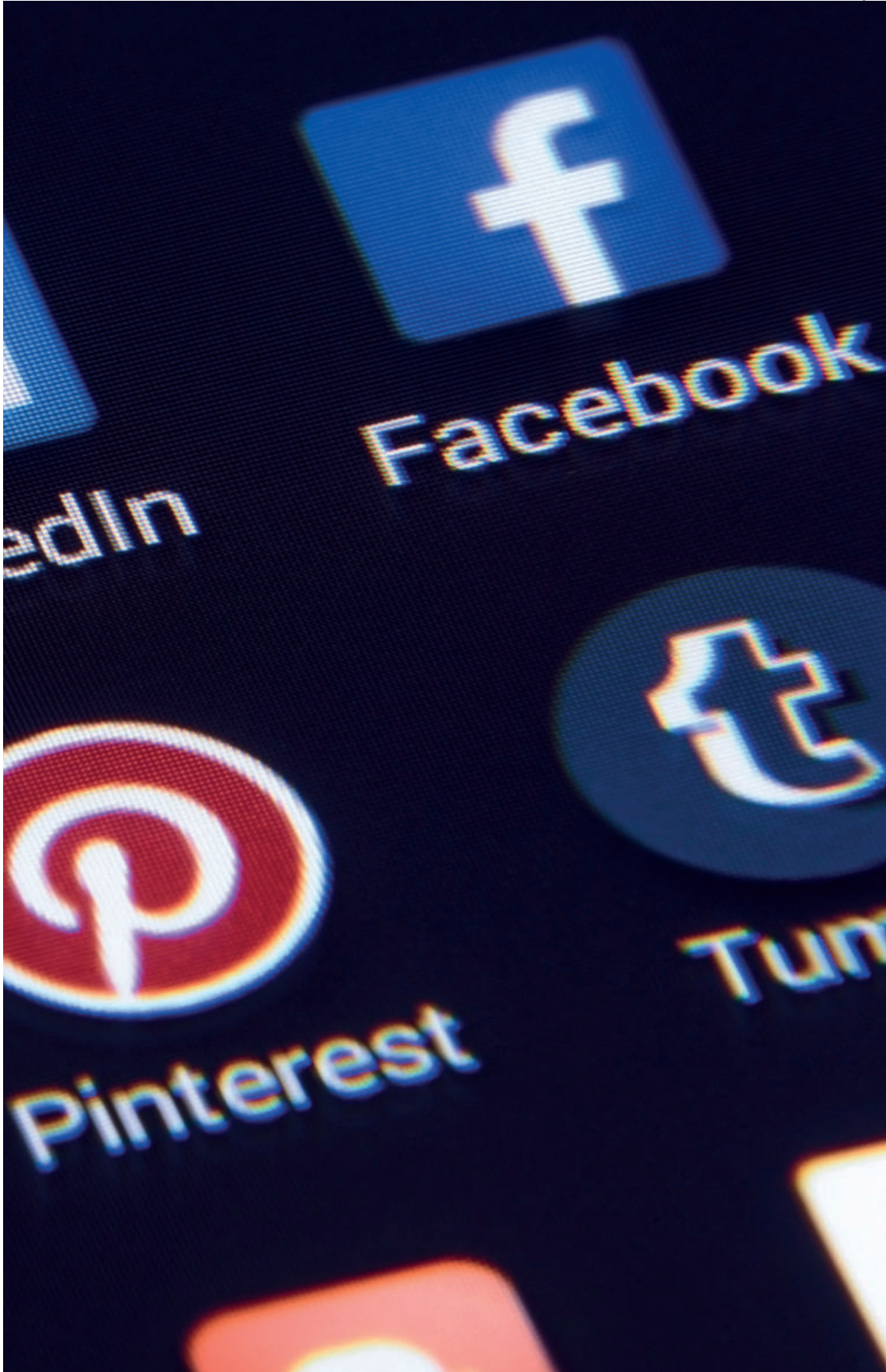
Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos da Violência e Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Flora Daemon aponta que o registro fotográfico ou a gravação de um vídeo por quem cometeu um homicídio ou um suicídio seguem uma lógica semelhante à de qualquer outra produção de conteúdo midiático. “É o mesmo motivo que me faz, por exemplo, colocar no Instagram uma foto da vista superbonita da praia do hotel onde estou hospedada. É a mesma matriz cultural, o mesmo processo que nós estamos reproduzindo. A diferença é que eu não matei ninguém, é que a minha existência não é efetivamente atravessada por uma sociabilidade violenta. Mas imagina um jovem que tem sido sistematicamente convocado a produzir conteúdo

sobre si e que hoje muito dos processos de descolamento, de distinção, passa por uma estética do consumo, e o celular é um ótimo símbolo desse processo porque ele é caro, portátil, individual e te conecta com o mundo e te distingue”.

O processo acentuado de mediação da sociedade faz com que as pessoas sejam estimuladas o tempo inteiro a produzir conteúdos e dar visibilidade a eles. “Nós somos estimulados a produzir conteúdos porque a existência passa minimamente por uma instância mediada”, reflete a pesquisadora. “Hoje, a sociabilidade passa por uma visibilidade, pelas redes sociais, pela interação, por mostrar também todo mundo *felizão* no *Facebook*. Tirando um ou outro que é mais sincero, que comete *sincerício*, de um modo geral, a gente está mal, passando um fim de semana porcaria, sem um tostão no bolso, mas, vamos lá, bonitos, fazendo *selfie* no banheiro – quem não faz tem uma vontade enorme de fazer; a gente finge que não tem, mas tem. Pensa isso em outro contexto. Se a gente faz isso no fim de semana para parecer que tem uma vida mais interessante do que, de fato, a gente tem, por que o processo de visibilidade da sociabilidade violenta não vai se utilizar das mesmas ferramentas?”, instiga Flora Daemon.

Na necessidade própria ou na invocação de outrem para se fazer visível, a pessoa pode perder o senso do ridículo ou a noção do limite do que, em tese, seria socialmente aceitável. E assim, ela não apenas expõe, mas também se expõe, a todo instante no espaço democrático das redes sociais ou eventualmente quando surge uma oportunidade na televisão, mesmo que essa oportunidade seja ao lado de um cadáver. “Por que na hora de mostrar um corpo no chão tem uma pessoa fazendo *joinha*, dando *tchauzinho*, na televisão? Porque nós somos convocados a produzir e estar presentes diante de contextos absolutamente complexos de invisibilidade. E isso tem mais a ver com a ideia de que o nosso olhar, a nossa produção, a nossa subjetividade e o nosso lugar no mundo se baseiam em um processo muito autodirigível. Nós atuamos hoje, enquanto sujeitos políticos do nosso tempo, em uma perspectiva muito voltada para o outro. O olhar do outro me organiza”, analisa a pesquisadora.

Ao refletir sobre práticas violentas comuns na periferia do Estado do Rio de Janeiro referentes a mulheres que se envolvem com um mesmo homem, registradas e publicadas nas mídias sociais, Flora Daemon exemplifica como não basta mais “apenas” agredir ou matar. “Uma prática bastante recorrente é a fiel segurar a amante e cortar o cabelo dela de uma forma muito violenta e depois publicar o vídeo nas redes sociais. O que isso está querendo dizer? Não basta ser violento, tem de ser violento e tem de publicar”. Os duelos entre “a fiel” e “a amante” expressam uma naturalização dos conflitos, mas também do registro das agressões e divulgação do material, inclusive com o envolvimento de terceiros, haja vista que a captura das imagens depende de outra pessoa.



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

A banalização também pode ser percebida nos registros realizados por quem não tem ou diz não ter qualquer participação nas cenas de violência ou crime, embora esteja ou se torne implicado de alguma forma. O exemplo mais recente, que ganhou repercussão nacional, foi do estupro coletivo de uma garota de 16 anos na zona Oeste da cidade do Rio. Inicialmente, o caso foi divulgado como se a garota tivesse sido abusada por 30 homens numa mesma noite, mas apenas sete foram indiciados, a partir das imagens feitas em telefones celulares, principais fontes de investigação. Pelo que divulgou a polícia, dos sete, quatro gravaram vídeo ou fizeram foto junto da garota e/ou transmitiram o conteúdo pela internet. Um dos rapazes, que teoricamente não teria participado do estupro coletivo, não se importou em tirar uma selfie ao lado da garota desnuda e ainda desacordada. “Ele achava que não tinha problema nenhum, afinal de contas não participou do estupro coletivo, mas ele estava ali fazendo uma selfie com a menina nua”, observa Flora Daemon. A produção de conteúdo midiático acaba servindo à polícia para esclarecer crimes e responsabilizar os autores, mas também como prova contra os próprios agentes da lei, quando flagrados pelas câmeras cometendo ilicitudes e violência.

Ao analisar outro caso de repercussão na televisão, envolvendo o próprio veículo de comunicação de massa, a pesquisadora considera que a grande mídia também estimula a produção de conteúdos e a visibilidade dos sujeitos vinculados ao crime e à criminalidade, a exemplo do sequestro do repórter Guilherme Portanova, da Rede Globo, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), em 2006, quando a facção obrigou a emissora a transmitir um comunicado a respeito das motivações de uma série de ataques promovidos pela organização criminosa. “Não estou entrando no julgamento ético e moral dessa ação do PCC, mas o diálogo desses sujeitos via mídia está ganhando força. A minha preocupação central é em que medida nós, da imprensa, que estamos condenando os bandidos e criminosos o tempo todo, estamos também falando para ele: ‘Oh, vocês têm de continuar atuando, inclusive na hora de produzir conteúdo.’ É muito menos uma questão de censura dos sujeitos do crime e muito mais uma autorreflexão do nosso papel enquanto instância midiática, poder público ou sociedade civil a respeito do que estamos fazendo com nossa juventude”.

E o que estamos fazendo com nossa infância, adolescência e juventude, desde sempre, quando relativizamos ou negligenciamos uma das formas mais comuns de sociabilidade violenta? “*Bullying* é o conjunto de comportamentos agressivos marcados pela assimetria de poder e pelo caráter repetido com que ocorrem, sempre com a intenção de ferir física ou moralmente. Por sua alta prevalência, pelo alto nível de tolerância para com esse tipo de violência por parte da sociedade em geral e pelas esco-

las em particular, o *bullying* pode ser considerado um problema social grave e, provavelmente, o tipo mais frequente de violência juvenil”, destaca o psiquiatra Aramis Lopes Neto.

Dados da Pesquisa de Comportamento de Saúde em Crianças em Idade Escolar, da Organização Mundial de Saúde (OMS), para países da Europa e América do Norte, mostraram que 13% dos alunos com 11 anos de idade sofreram bullying na escola, por no mínimo duas vezes nos dois meses anteriores à pesquisa: 12% aos 13 anos e 9% aos 15 anos. Estudo realizado em 50 estados e no Distrito de Columbia, nos Estados Unidos, com 15.503 estudantes, em 158 escolas, revelou que 20,1% dos estudantes foram vítimas de bullying na escola nos 12 meses que antecederam a pesquisa.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012 mostraram que 7,2% dos estudantes afirmaram que sempre ou quase sempre se sentiram humilhados por provocações. Os resultados demonstraram que, nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, 20,8% dos estudantes praticaram algum tipo de *bullying* contra os colegas, como “esculachar”, “zoar”, “mangar”, “intimidar” ou “caçoar”. Diferentemente do que revelou o estudo feito nos Estados Unidos, onde o problema seria mais frequente entre as meninas (22,0%) do que entre os meninos (18,2%), segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças, a pesquisa realizada no Brasil demonstrou que a prática de *bullying* era proporcionalmente maior entre os estudantes do sexo masculino (26,1%) do que do feminino (16,0%).

Apesar de percentuais altos, acredita-se que o problema tenha uma dimensão ainda maior, mensurável ou não. “Esses dados são absolutamente subnotificados. Violências sistemáticas não são assumidas porque, muitas vezes, se estava ‘brincando com o colega’. Mas esse contexto de invisibilidade em que houve humilhação e constrangimento físico ou psicológico diante de outro sujeito vai nos pautar enquanto indivíduos”, analisa Flora Daemon. “Há um ethos violento, que se propaga e se difunde fundamentalmente no ambiente pedagógico da escola e que depois vai ser reproduzido em um outro contexto, já na universidade, e que depois nós, no mundo adulto, vamos reproduzir através de várias instâncias de assédio moral”.

O *bullying* pode ter repercussões em outras etapas da vida, apesar de ser historicamente encarado “apenas” como brincadeiras inofensivas, típicas da infância e adolescência. Enquanto alguns, geralmente os agressores, reagem minimizando as práticas e os eventuais danos – “Ah, o pessoal é fresco. A gente não pode chamar de magro, não pode chamar de gordo, não pode dar um tapa...” –, outros, quase sempre os agredidos, suspeitam ou se dizem convictos do impacto das agressões

– “Não sei por que isso atravessou a minha existência”, “O *bullying* formou o meu caráter”.

“Todas essas práticas violentas que hoje a gente consegue categorizar, que hoje são chamadas de *bullying*, um termo complexo, porque fica muito associado a uma ideia de classe média, atravessaram a nossa existência. Eu tenho certeza de que, se falar com uma pessoa que tem 60 anos nessa sala, ela vivenciou ou foi propagadora ou sabe de alguma história quando fazia o ensino fundamental. Se eu encontrar a pessoa mais nova dessa sala, ela também vai ter relatos similares. Isso não é absolutamente novo. Então, se não é absolutamente novo, por que a gente está hoje vivenciando justamente os processos mais complexos de exacerbação dessa violência?”, provocou Flora Daemon, durante o seminário, promovido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, que discutiu a cultura da violência. Aceitemos a provocação como um ponto de partida fundamental para a reflexão sobre a complexidade e abrangência dos processos de sociabilidade e para a construção de uma cultura da paz.

PUBLICIDADE INFANTIL EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA

Os meios de comunicação impõem sutilmente ou de forma escancarada valores e condutas. Sob interesses comerciais e de grandes conglomerados empresariais, apelam para o consumismo exacerbado, no cinema, no rádio, na televisão, nos jornais e revistas e na internet. Como não se lembrar das típicas reportagens sobre compras de presentes por ocasião de algumas datas comemorativas, como Natal, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia da Criança? Pois crianças e adolescentes são mais suscetíveis a introjetar que a felicidade, o prazer, o status e o sucesso podem ser conquistados com o consumo de produtos ou serviços, como difundem as estratégias de marketing.

A mídia exerce forte influência sobre as pessoas, ainda mais sendo elas sujeitos em estágio peculiar de desenvolvimento, daí a necessidade de controle efetivo sobre o conteúdo de informação, entretenimento e publicidade acessível por crianças e adolescentes. Eles devem ter acesso a conteúdos que favoreçam o bem-estar pessoal e o convívio social. Pesquisas no campo da neurociência apontam que a exposição a filmes violentos na televisão, por exemplo, influi negativamente sobre áreas do cérebro que regulam comportamentos agressivos.

O alerta também vem dos estudos na área da comunicação, a exemplo da pesquisa *Publicidade infantil em tempos de Convergência*⁵³, primeira de caráter público e nacional realizada no

53. O relatório final da pesquisa *Publicidade infantil em tempos de Convergência* recomenda reduzir drasticamente o volume de publicidade dirigida às crianças na faixa de nove a 12 anos incompletos, em especial exibida antes, durante e depois de programações televisivas e radiofônicas em horários de proteção e limites ao volume de publicidade também pela web, em sites com conteúdos audiovisuais dirigidos à criança e/ou que antecedam, interrompam ou sucedam conteúdos voltados para o público infantil. “A publicidade para faixa etária abaixo da indicada deve ser proibida”.

Brasil englobando aspectos relativos à compreensão da criança, percepção de influências e noção de riscos e oportunidades que a publicidade oferece em um contexto de amplo acesso a novas tecnologias. “Os riscos e danos reportados são muito superiores às oportunidades elencadas no caso da comunicação mercadológica. Nesse sentido, há elementos no relatório que permitiriam inclusive a definição da proibição integral desse tipo de comunicação a crianças nesta faixa etária”, aponta o relatório final da pesquisa. “Considerando, contudo, a harmonização do direito à proteção com o direito ao acesso à informação, assim como o fato da criança, nesta fase, estar em processo de aprendizado e desenvolvimento de recursos analíticos mais sofisticados, considera-se que a política de co-regulação neste setor possa ser adequada para crianças na faixa de nove a 12 anos incompletos. Para crianças com idade abaixo dessa faixa etária, considera-se, de acordo com estudos apresentados neste relatório e tendo em vista os problemas que as crianças de idade mais avançada ainda revelam no que concerne à identificação da comunicação mercadológica e de algumas estratégias publicitárias, que a publicidade dirigida ao público abaixo de nove anos deva ser proibida”.

O levantamento, junto a 81 crianças, entre nove e 11 anos, das cinco regiões brasileiras, foi realizado em dezembro de 2014, pelo Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. Sob a coordenação das professoras Andrea Pinheiro e Inês Vitorino, a pesquisa contemplou crianças e pais que moram em Brasília, Fortaleza, Rio Branco, Porto Alegre e São Paulo. O relatório traz 46 recomendações de políticas públicas de promoção, defesa e fiscalização da comunicação mercadológica, entre elas a aprovação de projeto lei federal para regulamentação da publicidade destinada à infância nos mais diversos meios midiáticos. As propostas são dirigidas ao Estado, aos anunciantes e publicitários, aos pais e/ou professores e/ou profissionais de saúde, aos provedores de internet, aos pesquisadores e às próprias crianças.

“Independente do contexto econômico e social das crianças, a publicidade, nos mais diversos espaços e suportes, promove o desejo de consumo e cultiva um imaginário positivo em relação ao produto, contudo, sem considerar as desigualdades sociais que permeiam nossa realidade social. Nesse cenário, muitas crianças dizem que se sentem frustradas, tristes e iradas ao não conseguirem o que desejam com base no que veem na publicidade. Esses sentimentos traduzem um nível de insatisfação extremo, que as leva a desejarem ir embora de casa, não falar com a mãe e até mesmo “esganar os pais”, geran-

do conflitos familiares. Um fator preocupante também é quando esse desejo resulta em atitudes que põem a segurança delas em perigo, como, por exemplo, pegar o cartão de crédito do pai, sem autorização, e ir ao shopping sozinho fazer compras”, aponta o relatório produzido pela pesquisa.

O levantamento buscou verificar os possíveis impactos da publicidade no bem-estar de meninos e meninas. Entre as repercussões, percebeu-se que o sentimento de frustração das crianças em não conseguir acessar determinados objetos de desejo é agravado, em muitos casos, com a exclusão promovida pelos colegas que adquirem os produtos exibidos nas peças publicitárias. “Várias crianças revelaram em suas falas a faceta perversa da invasão da cultura corporativa da infância na cultura lúdica infantil contemporânea, na qual as que não possuem os brinquedos ‘da moda’ passam a ser discriminadas. Tanto na escola pública quanto na particular, quando os amigos apresentam produtos que elas desejam, mas não têm, muitas crianças relataram ficar chateadas; nutrirem os sentimentos de raiva, inveja e de inferioridade; e até mesmo terem tido desejos condenáveis de roubar o amigo ou quebrar a televisão que mostra o produto que ele tem. Se a chateação por não terem um objeto desejado é compreensível e, certamente, bastante comum, alguns sentimentos e desejos são reveladores do nível de pressão a que essas crianças estão submetidas e do quanto o discurso desleal que associa posse e pertencimento é cruel em relação a elas, em especial em uma sociedade desigual como a brasileira”, analisa o relatório.

Os sentimentos de tristeza, frustração e revolta diante da impossibilidade da aquisição dos produtos desejados ficam bastante evidentes em alguns depoimentos. “Às vezes dá vontade de ficar um mês sem falar com a minha mãe”, revelou uma menina de escola pública em Fortaleza. “Às vezes eu tenho até vontade de ir embora e nunca mais voltar para casa”, expressou um menino, também de escola pública de Fortaleza. “Eu... Eu fico com uma ira”, definiu um garoto de escola particular da capital cearense. “Às vezes dá vontade de esganar os pais”, manifestou um menino de escola particular em São Paulo.

A pesquisa também procurou identificar se e como meninos e meninas compreendem a publicidade e percebem as estratégias nela contidas. “Algumas apontaram como negativa a influência dela no desejo da criança de consumir produtos inadequados (preservativos, cigarro, cerveja etc.). Interessante notarmos que algumas crianças associam a influência negativa da publicidade à disseminação de práticas que elas não consideram apropriadas para sua idade, como fumar, beber cerveja, ter relações sexuais. Esse tipo de abordagem publicitária não faz distinção entre o que deve ser divulgado para a criança e o que não deve. Os re-

latos infantis evidenciam, claramente, que anúncios publicitários de todo tipo de produto estão presentes em dispositivos e horários de fácil acesso para as crianças, promovendo atitudes nem sempre condizentes com a idade delas, como o consumo de bebidas alcóolicas ou de material pornográfico, para citar os casos mais extremos”, aponta o relatório da pesquisa.

A partir dos relatos das próprias crianças, é possível notar que a publicidade perpassa e influencia as relações familiares e sociais, por vezes gerando indisposições com os adultos ou com seus pares, conflitos entre pais e filhos, entre irmãos e entre amigos. “A publicidade se faz presente no cotidiano das crianças, dos seus amigos, assim como nos contextos familiares e educacionais e no usufruto do entretenimento em distintos territórios, sendo sua influência sobre si e/ou os amigos reconhecida nos depoimentos de muitas crianças. De modo especial, esta influência pode se dar no acesso a conteúdos inadequados para a sua idade e na geração de: desejos de compra; sentimentos negativos diante da impossibilidade de ter os produtos desejados; práticas de convencimento e/ou pressão sobre os pais e/ou familiares, as quais colaboram para a existência de conflitos familiares”, adverte o relatório.

A pesquisa aponta a internet com o principal ambiente para veicular novos formatos de publicidade dirigida à criança. “No contextual atual, ela vem buscando ir além do modelo tradicional de anunciar um produto – via *outdoors*, mídia impressa, TV e rádio – e explorar novas formas de interagir e partilhar experiências com os consumidores, encontrando na internet o ambiente propício para isso”, explica a publicação. A exploração de novas formas de interação e compartilhamento de experiências com os consumidores, muitas vezes, com anúncios disfarçados nos conteúdos de entretenimento, faz com que as crianças não percebam o conteúdo como uma comunicação mercadológica. Muitas das crianças entrevistadas não conseguiram identificar a existência de publicidade em sites de jogos, no *Facebook*, no *Instagram*, no *Whatsapp* e em mensagens de texto nos celulares.

A dificuldade em diferenciar publicidade e informação, como a pesquisa constatou, principalmente nas novas mídias, evidencia uma deficiência de julgamento pelas crianças na faixa etária entre nove e 11 anos e a necessidade de uma regulamentação da comunicação dirigida a ela. “Já há décadas os publicitários perceberam que, mais do que oferecer um discurso informativo para promover a compra de determinado produto, devem associar essas informações aos valores emocionais do consumidor”, aponta a pesquisa. O relatório vê com preocupação o reforço à cultura consumista trazido por esses novos meios sem uma contrapartida regulatória adequada.

O GATILHO QUE DISPARA A VIOLÊNCIA ACESSO FÁCIL ÀS ARMAS DE FOGO

Em 2015, de cada 100 adolescentes assassinados em Fortaleza, 93 foram atingidos por disparo de arma de fogo. “É um fenômeno assustador: 93% dos assassinatos de adolescentes foram por arma de fogo”, aponta o coordenador da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, Antonio Silva Lima Neto. “Esse padrão é raríssimo no mundo e precisa ser enfrentado”, acrescenta o epidemiologista, depois de ter pesquisado esse dado em vários países.

A alta predominância da arma de fogo como meio de agressão é um dos principais determinantes de homicídio em crianças e adolescentes na capital do Ceará, mas a livre circulação de armas aparece como um problema disseminado por todo o Estado. Em sete anos, o número de assassinatos por arma de fogo no território cearense aumentou cinco vezes mais do que o crescimento registrado no Brasil.

O uso de arma de fogo é crescente ao longo dos anos no território nacional, tendo sido responsável em 2014 por 42.291 assassinatos, o que corresponde a 71,7% de um total de 58.946 homicídios registrados. Mas a situação cearense é ainda mais espantosa. Enquanto no Brasil o percentual de homicídios por arma de fogo passou de 59,1% em 1996 para 71,1% em 2013, registrando crescimento de 20,4%, no Ceará saltou de 39,7% para 81,8% no mesmo período, um aumento de 106,2%.

HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO

EVOLUÇÃO NO BRASIL E NO CEARÁ

MORTES POR ARMA DE FOGO			
	1980	2012	Crescimento
População em geral	8.710	42.416	387%
Pessoas de 15 a 29 anos	4.415	24.882	463,6%
HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO			
	1980	2012	Crescimento
População em geral			
Pessoas de 15 a 29 anos	21.594	23.867	655,5%
TAXA DE MORTES POR ARMAS DE FOGO			
	1980	2012	Crescimento
População em geral	7,3	21,9	198,8%
Pessoas de 15 a 29 anos	12,8	47,6	272,6%

Os homicídios com arma de fogo entre os jovens brasileiros cresceram 655,5% nas últimas três décadas, enquanto houve uma redução de 23,2% dos acidentes, 2,7% dos suicídios e 24,4% dos óbitos indeterminados. De acordo com o Mapa da Violência, os assassinatos com o uso desse instrumento foram responsáveis pelo aumento estrondoso das mortes em comparação ao crescimento populacional no Brasil.

Enquanto a população brasileira aumentou 61% entre 1980 e 2012, o número de mortes por arma de fogo nesse período cresceu 387%, ou seja, 6,3 vezes mais. Entre pessoas de 15 a 29 anos, a situação é ainda mais desoladora: os óbitos cresceram 463,6% nessa faixa etária, isto é, 7,6 vezes superior ao incremento demográfico. Na comparação de um ano para o outro, 2012 apresenta o pior resultado da série histórica que teve início em 1980. Em relação a 2011, houve um crescimento de óbitos aproximado de 10%.

Se for considerada a taxa de mortalidade de jovens por arma de fogo, 2012 também foi o ano mais desfavorável, com 47,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. O maior índice de mortalidade juvenil até então era 46,5 por 100 mil, registrado em 2003, ano em que foi criado o Estatuto do Desarmamento – a Lei nº 10.826 entrou em vigor apenas no fim do ano, precisamente no dia 22 de dezembro.

Em três décadas, enquanto a taxa de mortes por arma de fogo cresceu três vezes no conjunto da população, passando de 7,3 por 100 mil habitantes para 21,9, o índice aumentou 3,7 vezes entre os jovens - de 12,8 óbitos por 100 mil para 47,6. No recorte por idade, há um pico de mortalidade por arma de fogo entre os jovens com 19 anos de idade – com taxa de mortalidade de 62,9 para cada grupo de 100 mil pessoas.

A explosão de homicídios por armas de fogo no Estado tem relação com o acesso indiscriminado da população a esse tipo de instrumento. A Rede Desarma Brasil, grupo de organizações que trabalha com a cultura de paz, calcula que existam em torno de 245 mil armas no Ceará, o que representa uma arma para cada 36 pessoas, uma vez que a população é de 8,9 milhões de habitantes. O mais surpreendente é que 90% das armas estão nas mãos dos cidadãos comuns e apenas 10% com os policiais.

A grande circulação existente hoje no Brasil exige um esforço de contenção. A sensação é de que a sociedade pouco discute o problema e os governos mais pouco ainda intervêm sobre ele. “O varejista da droga é facilmente preso, mas o varejista da arma não”, questiona o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, deputado estadual Renato Roseno. “O mercado de armas é muito mais perigoso, muito mais relevante do que o mercado das drogas e, geralmente, é operado por intermediários que participam do mercado das drogas”, reforça o sociólogo Michel Misse.

Nas audiências públicas realizadas pelo comitê nos bairros de Fortaleza e cidades cearenses com maior adensamento de homicídios, uma das constatações das comunidades é de que as drogas e as armas chegam aos territórios, mas a Polícia observa e não faz nada. O envolvimento de crianças e adolescentes com o tráfico se expande da capital para a região metropolitana e o interior. Os profissionais que atuam nos serviços socioassistenciais e na política de segurança identificam que o acesso a armas de fogo está cada vez mais fácil. Um dos trabalhadores do Sistema Socioeducativo, ao questionar um adolescente sobre a criminalidade no bairro onde morava, obteve uma resposta óbvia e, ao mesmo tempo, intrigante: não havia “pé de arma” no local.

Outras vozes ampliam o barulho ainda incapaz de silenciar o som de tantos tiros. “Na favela, como é que o cara, que não tem um sapato, tem dinheiro pra comprar um oitão?”, questiona Jardson Ferreira de Araújo, que aos 18 anos foi apreendido por tráfico de drogas, mas conseguiu traçar um novo rumo para a sua vida. Para ele, que hoje difunde o uso da melhor das armas, o conhecimento adquirido através dos livros, tem alguém que se beneficia com a violência.

“No Brasil, a estimativa é de que existem 16 milhões de armas em circulação, ou seja, pode-se dizer que a cada cinco famílias uma possui arma”, observa Julio Jacobo, diretor da série de pesquisas Mapa da Violência. Apenas metade das armas possui registro, os outros oito milhões circulam ilegalmente pelo país.

O comércio ilegal de armas e munições é crime com pena prevista de até oito anos de prisão e multa. A venda só deve ser feita por fábricas e lojas especializadas cadastradas ou entre pessoas que tenham posse ou porte em dia e, ainda assim, mediante autorização da Polícia Federal ou do Exército. Mesmo com as restrições impostas pela lei, a circulação de armas em território nacional é muito grande.

Uma sociedade reacionária clama por mais acesso a armas, embora o alcance aos mais diferentes e sofisticados modelos já seja bastante expressivo, principalmente pelo tráfico, que escolhe as periferias como territórios para maior atuação. A ausência do Estado facilita a presença das organizações criminosas, que se instalam nas áreas identificadas como terra sem lei, onde se alastra um negócio altamente lucrativo e letal.

O tráfico crescente de armas não deve passar ao largo, pois serve para alimentar o crime e aumentar as perdas humanas. Os dados de apreensão revelam que a grande maioria foi fabricada em solo nacional, evidenciando que o problema envolve principalmente o comércio interno, alimentado tanto pelas lojas de armas quanto por pessoas físicas. O sociólogo Antonio Rangel Bandeira, que desenvolveu uma pesquisa sobre o tráfico de armas no Brasil, aponta que o tráfico interno corresponde a 93% do armamento ilegal do país.

Pelo levantamento, publicado pela organização Viva Rio sob encomenda do Ministério da Justiça, 63% das armas ilegais foram vendidas como manda a lei antes de entrarem para o mercado negro. Elas saem das fábricas e caem nas mãos do crime organizado. A falta de fiscalização favorece a aquisição pelos narcotraficantes diretamente nos pontos de venda, junto a empresas de segurança privada ou com alguém que compra legalmente em grande quantidade e repassa para organizações criminosas.

A inoperância e a corrupção policial e a ação dos criminosos ampliam o acesso às armas. Por um lado, agentes do Estado não fiscalizam, fazem vista grossa ou participam diretamente do tráfico; por outro, os quartéis militares ou dependências dos fóruns onde ficam as armas não contam com a segurança necessária e são frequentemente alvo dos assaltantes.

“A gente não vê um fenômeno de entrada maciça de armas de fogo, mas de circulação das que estão dentro do Estado. A arma é apreendida, enviada para o fórum, mas o fórum é assaltado. Então, aquela arma, que foi apreendida, retorna para o próprio crime”, aponta um tenente-coronel da Polícia Militar do Ceará convidado para um dos grupos focais do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Em 2015, foram apreendidas no Ceará 6.615 armas, um aumento de 6,3% em relação a 2014. Não existe no Estado um depósito central para armas apreendidas, ficando depositadas nos fóruns ou enviadas para o Exército para destruição. As armas apreendidas que não estejam relacionadas a inquéritos policiais são armazenadas para posterior envio ao Exército para destruição.

Se a fiscalização do tráfico interno já se revela deficiente, as dificuldades de controle sobre as armas que atravessam as fronteiras brasileiras são ainda maiores. Para cobrir os 23.102 quilômetros de fronteira, a Polícia Rodoviária Federal conta com apenas 2.000 agentes. Já a cobertura dos mais de 70 mil quilômetros de rodovias federais é feita por 10.300 policiais, que devem ficar de olho no tráfico de armas e drogas e também em crimes de contrabando e exploração sexual de crianças e adolescentes, por exemplo.

O Mapa do Tráfico de Armas divulgado em 2010 pela organização Viva Rio aponta que, das armas que vêm de fora, 59,2% partem dos Estados Unidos, 16,7% da Argentina, 6,9% da Espanha, 6,4% da Alemanha e 4,1% da Bélgica. De acordo com a Polícia Federal, pelas fronteiras com Paraguai, Bolívia, Uruguai e Colômbia e Argentina, chegam ao Brasil armas estrangeiras, mas também de fabricação nacional, depois de terem sido exportadas para diversos países. O Brasil é o quinto maior exportador de armas de pequeno porte, de acordo com o relatório “Comércio de armas leves: transferências e transparência”, divulgado em 2016 com apoio da ONU. O país fica atrás apenas dos Estados Unidos, Itália e Alemanha na fabricação de carabinas, espingardas, fuzis, garruchas, pistolas, revólveres e rifles.

Embora tenha movimentado US\$ 2,8 bilhões com a venda de armas entre 2001 e 2012, o Brasil é o único país, entre os maiores exportadores, considerado pouco transparente em relação ao fluxo de armamentos. Como o governo brasileiro não apresenta à ONU os recibos e contratos de venda, não é possível mensurar com exatidão quais os valores, as quantidades, o perfil e os destinatários das armas produzidas em território nacional. Existe a possibilidade de que os armamentos estejam sendo comprados por nações em conflito ou que violam direitos humanos.

O país é signatário do Tratado sobre Comércio de Armas, primeiro a regular a venda de armamentos no mundo. O acordo internacional exige maior transparência e proíbe a transferência de armas que possa servir para abastecer milícias, facções terroristas ou governos autoritários. Organizações de direitos humanos criticaram o governo brasileiro pela falta de participação mais ativa nas conferências finais do tratado. O Brasil não estava entre os copatrocinadores da resolução que estabeleceu o acordo, aprovado em 2013, mas ainda dependendo da chancela do Congresso Nacional para entrar em vigor.

O governo brasileiro também não assinou a Convenção sobre Munições Cluster, aberta em 2008 e que proíbe o uso, o desenvolvimento, a produção, a aquisição, o armazenamento, a retenção e a transferência desse tipo de projéteis, cartuchos, foguetes, explosivos e balas. O Instituto Sou da Paz aponta que armamentos e munições fabricados no Brasil, inclusive alguns banidos por convenções internacionais, como munições cluster e minas terrestres, já foram encontrados em vários países com histórico de violações de direitos humanos.

As munições cluster apresentam grande capacidade explosiva e já minaram o solo de 20 países, matando e ferindo comprovadamente pelo menos 13 mil civis. Em alguma medida, o Brasil pode estar contribuindo com a ofensiva contra rebeldes iemenitas. Organizações como a Anistia Internacional informam que a coalizão liderada pela Arábia Saudita poderia ter usado variante brasileira de munições cluster no Iêmen, onde mais de seis mil pessoas teriam morrido em um ano, a partir de março de 2015, segundo a ONU.

De acordo com dados fornecidos pelo governo brasileiro à ONU, as exportações de armas e munições para Arábia Saudita, apenas em 2015, representaram US\$ 109,5 milhões. As vendas desse tipo de material para os Estados Unidos envolvem valores ainda maiores: US\$ 134,8 milhões entre janeiro e novembro daquele ano, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Um dos muitos questionamentos em torno desse comércio é, por exemplo, quantas armas fabricadas no Brasil estão entre as mais de 200 mil unidades supostamente traficadas anualmente dos Estados Unidos para o México e a América Central para uso pelo crime organizado.

“É um mercado que movimenta bastante dinheiro e é um mercado bastante letal. E o Brasil é o quinto maior produtor exportador de armas leves e munições. É esse tipo de arma que vai estar diretamente associada aos casos de homicídio”, aponta Michele Ramos, pesquisadora do Instituto Igarapé, organização que trabalha para impulsionar políticas públicas nas áreas de segurança, desenvolvimento e justiça, tendo como um dos eixos norteadores a redução de homicídios e a promoção da regulação responsável de armas e munições.

(DES)CONTROLE DE ARMAMENTOS

Enquanto no Brasil, os assassinatos por arma de fogo representam 71,7% do total de homicídios, a média mundial de mortes cometidas com armas de fogo é 42%. Um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) realizado em 1996 já apontava o Brasil como a nação onde mais se matava por armas de fogo em todo o mundo. No ano seguinte, a Organização dos Estados Americanos (OEA) reforçava: o aumento da criminalidade no Brasil se deve, em parte, à tolerância do porte de arma. Mais recentemente, em 2011, a ONU assinalou no relatório do Estudo Global sobre Homicídios que “o grande número de homicídios nas Américas mostra que, dependendo do contexto, o acesso facilitado às armas pode ter um efeito significativo no número de mortes”.

O Estatuto do Desarmamento⁵⁴, aprovado em 2003, foi elogiado pela ONU e repercutiu para interromper a trajetória de crescimento da taxa de mortalidade por arma de fogo na população em geral e também entre os jovens nos dois anos seguintes, mas, a partir de 2006, o número de mortes voltou a aumentar. Em 2005, um dos pontos do estatuto, que previa a extinção do mercado de armas e munições para civis, foi submetido a um referendo, mas 63,94% da população decidiu pela continuidade da comercialização.

Sem o Estatuto do Desarmamento, a situação seria pior. Outros pontos da lei continuaram em vigor e limitaram bastante a compra e o porte de armas. Segundo um estudo elaborado pelo Instituto Sangari, responsável pelo Mapa da Violência, o Estatuto do Desarmamento foi responsável por salvar 160.036 vidas mil vidas desde que foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De 2004 a 2014, o controle de armas determinado pelo Estatuto evitou a morte por arma de fogo de 133.387 pessoas, segundo o último Mapa da Violência.

De acordo com o levantamento, se o Brasil tivesse mantido a mesma proporção de crescimento por homicídios com armas de fogo entre 1993 e 2003, que era de 7,2% ao ano, o número de vítimas poderia ter chegado a 71.118 em 2012, bem superior às

54. Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826 de 23 de dezembro de 2003

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de e prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

40.077 mortes registradas naquele ano. “Só nesse ano foram poupadas 31.041 vidas”, aponta o documento, estabelecendo uma relação direta entre a redução de homicídios e as campanhas de desarmamento que resultaram na entrega de mais de meio milhão de armas pela população.

Avaliação semelhante é feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base no estudo que constatou uma queda de 12,6% na taxa de homicídios dez anos depois que o Estatuto do Desarmamento entrou em vigor. “Há uma relação de causalidade entre a redução do número de armas com a queda dos homicídios. Onde se tem uma maior difusão de armas de fogo, a taxa de homicídios aumenta em 1% ou 2%”, explicou o economista Daniel Cerqueira, então diretor de Estudos e Políticas do Ipea, em 2013.

“O Estatuto do Desarmamento foi uma das leis mais importantes nas últimas décadas no Brasil”, avaliou o economista do Ipea perante a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados. Mesmo diante da comprovação científica da importância da lei, há uma ofensiva em curso contra ela. Projeto apresentado pelo deputado Peninha Mendonça (PMDB-MG) prevê a redução da idade mínima para a posse, o relaxamento da exigência para porte e a criação do registro vitalício - o registro de armas de fogo hoje deve ser renovado a cada três anos.

De acordo com a proposta, as pessoas que respondem a inquérito policial ou processo penal passariam a comprar armas, o que atualmente é proibido. O projeto também contempla a inclusão de mais categorias autorizadas a ter porte de armas, como deputados e senadores. A proposta ainda estabelece a descentralização sobre a emissão do registro e porte de armas de fogo - a atribuição, que hoje é exclusiva da Polícia Federal ou do Exército, poderia ser dividida também com os Estados, sob responsabilidade da Polícia Civil, em conjunto com o Sistema Nacional de Armas.

Ao disciplinar as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas, o projeto propõe a revogação da Lei nº 10.826, de 2003. É a desfiguração do Estatuto do Desarmamento. O texto-base já foi aprovado na Comissão Especial do Estatuto do Desarmamento na Câmara dos Deputados. Quase metade dos deputados que integram a comissão recebeu doações de fabricantes de armas e munições, de acordo com os dados registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dos 24 titulares da comissão especial incumbida de discutir o projeto que facilita o porte e o uso de armas de fogo, dez receberam doações da indústria armamentista nas campanhas eleitorais de 2014, ou seja, cerca de 40% dos membros. Outros seis

suplentes do colegiado também foram financiados por empresas do setor. A bancada da bala, como é conhecido o conjunto de parlamentares que representam os interesses da indústria armamentista, tem a sua maior expressão no Congresso Nacional, mas também se ramifica por outras instâncias de poder Brasil afora.

O levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz, com base nas informações da Justiça Eleitoral, contabiliza doações de R\$ 1,73 milhão para políticos de 13 partidos em 15 estados em 2014 - 70% das doações, ou seja, R\$ 1,21 milhão, foram entregues diretamente aos candidatos, e os R\$ 520 mil restantes aos comitês partidários. 50% desse valor foi destinado a candidatos do PMDB e do DEM de São Paulo e Rio Grande do Sul, estado onde estão sediadas algumas das principais fabricantes de armas do país e cujos representantes no Congresso formam metade da bancada da bala na atual legislatura.

Segundo o Instituto Sou da Paz, a indústria privada de armas e munições no Brasil é monopolizada pela Taurus, responsável por R\$ 43% dos repasses em 2014, e Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), que doou os outros 57% dos recursos. Juntas, elas financiaram as campanhas de 30 candidatos ao Senado, à Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas e aos Governos dos Estados e ajudaram a eleger mais de 70% deles - 14 deputados federais e sete deputados estaduais.

Os Estados Unidos são citados com frequência pelos defensores de uma legislação mais permissiva no acesso a armas como exemplo de que a livre circulação inibe a criminalidade. Nos Estados Unidos, a taxa de homicídios é 3,8 por 100 mil habitantes, de acordo com estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em 2014 a partir de dados de 2012. O índice é bem inferior ao do Brasil, que na mesma pesquisa aparece com 25,2 assassinatos por 100 mil pessoas. No entanto, se analisados apenas os 15 países com os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), os Estados Unidos ficam em primeiro lugar. O Instituto Sou da Paz aponta que, além de serem campeões de homicídios por arma de fogo entre os países desenvolvidos, os Estados Unidos são o primeiro em suicídios por arma de fogo em todo o mundo, que representam 61,3% das mortes por arma de fogo.

A cultura do uso de arma no Brasil e nos Estados Unidos está associada à história do próprio continente americano, que não tem uma tradição pacífica de convívio social e de resolução de conflito, como aponta o Instituto Sou da Paz. As exceções são a Costa Rica, o Panamá e o Haiti, países que decidiram, após grandes conflitos internos, abolir as Forças Armadas.

“A abolição do Exército costarriquenho, em 1948, ajudou a fortalecer as instituições democráticas e a concentrar os esforços do país na urgente tarefa de satisfazer suas necessidades humanas.

MARCELLO CASAL JR./AGÊNCIA BRASIL





Em 1994, o vizinho Panamá também decidiu viver sem Exército e, com isso, criou o que promete ser a fronteira mais pacífica do mundo. Mais recentemente, em 1995, o Haiti declarou o fim de seus organismos militares e liberou recursos necessários para a melhora da educação e da saúde no país”, escreveu, em 1999, Oscar Arias Sánchez, presidente da Costa Rica entre 1986 e 1990 e vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1987.

“Nossa herança é de brutalidade, intolerância e uso da força. Como dizia o ensaísta mexicano Octávio Paz, ‘na América Latina, o Estado é forte com os fracos e fraco com os fortes’. Essa tradição só fez se exacerbar durante os longos períodos de ditadura, que foi muito mais a regra que a exceção na América Latina. Como resultado desse passado de despotismo, desenvolveram-se valores típicos de sociedades de economia escravista ou envolvidas em guerras. O extermínio dos índios, o flagelo dos escravos, a subjugação da mulher, a rudeza das atividades de guerra, do sertão, dos pampas, dos seringais, criaram um protótipo de homem ‘macho’, como é o caubói para os norte-americanos. Este modelo valorizou o uso da força para resolver litígios e a arma de fogo foi o seu instrumento por excelência. O contexto da época explica o modelo, que se torna anacrônico quando se quer perpetuar na sociedade urbana e democrática de hoje”, analisam Antônio Rangel Bandeira e Josephine Bourgois, no livro “Armas de fogo: proteção ou risco?”, publicado pelo Instituto Sou da Paz.

Como um estado do Nordeste brasileiro, o Ceará não ficou alheio a essas influências, mas também estabeleceu relações muito próprias com o uso de armas, da colonização a períodos mais recentes. Os primeiros conflitos foram com os índios durante a ocupação do território cearense. A instabilidade das lutas políticas e movimentos armados se prolongou desde o desmembramento de Pernambuco, em 1799, até o fim do Estado Novo, em 1945.

O Ceará é um dos seis estados nordestinos onde se desenvolveu também o ciclo do Cangaço, formado por grupamentos de homens e mulheres que, entre meados do século XIX e início do século XX, vagavam pelos sertões e adentravam as cidades como justiceiros contra o desemprego e a falta de comida para a população. Uma experiência controversa, o Cangaço é considerado ora como um movimento social ou revolta armada em reação às desigualdades e injustiças do período, ora como mera expressão do banditismo extremamente violento.

Assaltos a fazendas, sequestros de latifundiários, saques a comboios, confrontos com jagunços e forças policiais, estupro e torturas. O rol de crimes atribuído aos cangaceiros era amplo, causando incômodo às elites e autoridades da época. Eles usavam revólveres e espingardas, além de pistolas e rifles comumente chamados de parabéluns e facas finas, longas e

afiadas, conhecidas como peixeiras em função do uso mais comum: o corte de peixes.

Historicamente, o uso de armas foi amplamente aceito e estimulado nas fazendas ou mesmo nos casebres do interior das cidades nordestinas. A arma era indispensável como instrumento de proteção nas grandes e pequenas propriedades de terra. Mas ela também passou a ser usada para resolver conflitos entre famílias de coronéis. Os jagunços, contratados para defender a família e a propriedade dos fazendeiros, acabaram criando um novo tipo no contexto de violência no sertão: o pistoleiro. No entanto, já faz tempo que os crimes de pistolagem ou sob encomenda deixaram de estar restritos às áreas rurais.

O uso das armas de fogo para reprimir posicionamentos políticos, aplacar tensões sociais, aniquilar povos ou solucionar conflitos geográficos se ampliou para outros espaços e contextos, banalizando a violência em diferentes situações: crimes de vingança ou por encomenda, divergências de pequenos grupos, brigas no trânsito, disputas pelo poder político, silenciamento, negação do direito à moradia, agressão aos defensores do meio ambiente, desentendimentos interpessoais públicos e privados.

“Os que defendem o uso das armas como defesa são movidos muitas vezes por sentimento nostálgico em relação a um passado de menos violência no convívio social, embora ela tenha sempre prevalecido na política e no trato dos conflitos sociais. No fundo, têm em mente uma sociedade agrária, em que a segurança era muito mais privada que pública, onde a arma na cintura e o cavalo faziam parte do perfil masculino, na defesa da terra, contra as feras e na quase ausência de polícia pública. Mas há muita idealização desse passado, já que a violência contra a mulher, minorias étnicas e sexuais, pobres e opositores políticos, era considerada “normal”, argumentam Antônio Rangel Bandeira e Josephine Bourgois.

Autores do livro “Armas de fogo: proteção ou risco?”, Bandeira e Josephine Bourgois advertem que a hostilidade que impera na vida atual nas grandes cidades brasileiras pode levar a comparações errôneas com o meio rural. Mais de 80% da população brasileira habita as cidades. “Se vivemos cada vez mais espremidos em pequenos espaços, em cidades super-populosas, ou construímos sistemas públicos de segurança satisfatórios, ou vamos sucumbir na degradação das relações humanas e na perda de nossa liberdade, em nome da segurança. E é aqui que surgem as propostas democráticas de modernização da polícia, controle de armas e cultura de paz. No extremo oposto, competem as soluções individualistas de autodefesa e vingança privada, a ênfase na repressão policial em detrimento da prevenção, a glorificação da arma e da cultura belicista, todas levando para regimes liberticidas e à resolução violenta das desavenças”.

Portar uma arma de fogo causa a falsa sensação de segurança. O acesso fácil ao equipamento aumenta as probabilidades de tragédias familiares, como acidentes, suicídios e mesmo homicídios, haja vista os casos de manuseio por crianças, crimes passionais ou descontrole emocional entre parentes. Mesmo quando usada para se proteger da ação de bandidos, nada garante a proteção. O uso de arma em reações a assaltos também não garante proteção, vide os episódios em que até agentes de segurança terminam feridos ou mortos. Um estudo do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro aponta que a probabilidade de um policial armado ser morto, ao reagir a um assalto, é 5.887% maior do que um cidadão comum.

“Quem reage, 90% ou perde a arma ou perde a vida”, aponta o advogado Roberto Lassere, vice-presidente da Comissão de Políticas Públicas sobre Drogas da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Ceará e integrante do Movimento Brasil sem Armas. Especialistas em segurança apontam que, de fato, 90% das pessoas que reagem a assaltos à mão armada não saem ilesas: quando não morrem, ficam lesionadas.

INSTRUMENTO MAIS LETAL

A arma de fogo mata com muito mais facilidade do que outros instrumentos utilizados como meio de agressão. “Não é à toa que os exércitos deixaram de usar espada para usar arma de fogo”, observa Bruno Langeani, coordenador da área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz. A eficácia é maior e o risco menor para quem tem a intenção de agredir. O agressor não precisa, necessariamente, estar perto do alvo a ser agredido. A pessoa não precisa, necessariamente, ser mais forte que a outra. “Entre ter a coragem de pegar em uma faca e a força para enfiar no peito de alguém e a possibilidade de apertar um gatilho há uma grande diferença”, compara.

O representante do Instituto Sou da Paz rebate um dos argumentos mais utilizados na discussão sobre o controle de armas. “Uma das frases mais comuns no debate sobre o desarmamento: ‘Ah, mas não é a arma que mata. Se tirar a arma, as pessoas vão matar com pau, vão matar com pedra, vão matar com isso ou com aquilo’. O Mapa da Violência mostra que o número de mortes por arma branca é estável há muitos anos, mesmo havendo, pelo menos, uma faca em cada domicílio do Brasil. Os estados com o maior nível de violência, com o maior nível de homicídios, têm uma alta taxa de mortes por armas de fogo”.

O Brasil anda na contramão de outros países. “As médias mundiais de utilização de armas de fogo são muito baixas e, mesmo em países onde essa média é muito baixa, o controle de ar-

mas funciona. No caso do nosso país, que tem 70% de mortes por arma de fogo, a gente nem deveria estar discutindo por que a gente precisa fazer o controle de armas, mas é importante a gente reforçar”, observa Bruno Langeani, defendendo que não adianta sensibilizar apenas o Exército e a Polícia Federal, mas uma rede de organizações públicas e da sociedade.

“Há uma necessidade de melhora do Estatuto do Desarmamento, uma legislação que foi aprovada há mais de dez anos e que tem uma série de desafios que ainda demandam aperfeiçoamento na sua implementação, uma implementação que não foi a mesma em todos os estados da federação”, defende Michele Ramos, pesquisadora do Instituto Igarapé. Ela avalia que houve uma desmobilização dos próprios movimentos sociais organizados após o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, ocorrido no Brasil em 2005, cuja proposta foi rejeitada por quase dois terços dos eleitores.

“O Estatuto do Desarmamento foi uma das leis mais importantes, que conseguiu frear a escala de homicídios no Brasil, mas não freou de forma igual. Alguns lugares conseguiram utilizar melhor a lei e a polícia fez vários movimentos e operações para reprimir a circulação de armas de fogo. Em outros lugares, isso não aconteceu. No Ceará, isso me parece absolutamente crucial”, atenta o economista Daniel Cerqueira, técnico de Pesquisa e Planejamento do Ipea, ao reportar que, em 13 anos, a proporção de pessoas mortas por armas de fogo no Estado aumentou de 55% para quase 85%.

O trabalho na Perícia Forense do Ceará ao longo dos últimos dez anos também constata um elevado número de mortos por armas de fogo, como revelou um dos participantes de um grupo focal do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. “Quando eu ingressei há alguns anos, comecei a fazer perícia médica legal, a gente percebia que a arma de fogo nem era o instrumento mais comum, mas a arma branca”. Atualmente, a prevalência é de assassinatos causados por arma de fogo, principalmente a pistola 0.40”.

É SÉRIO OU DE BRINCADEIRA?

Uma grande polêmica paira sobre as armas de brinquedo, dividindo a opinião de pais, pedagogos e psicólogos. As brincadeiras infantis com réplicas de armas existem desde sempre, mas ainda não há um consenso sobre os malefícios que poderiam causar à formação da criança. No Brasil, a fabricação e a comercialização de armas brinquedo que parecem de verdade já estão proibidas desde o fim de 2003, quando o Estatuto do Desarmamento foi sancionado. No contexto de discussão e aprovação

da nova lei de controle de armas no país, foi aprovado em Fortaleza um projeto de lei que proíbe a venda de armas de brinquedo no município. Para abranger o mercado informal, uma nova proposta, em tramitação desde 2014, altera a redação da lei, em vigor desde março de 2004.

Em 2013, o Distrito Federal também passou a contar com um dispositivo legal que proíbe fabricar, vender, comercializar e distribuir qualquer brinquedo que dispare bala, bola, espuma, luz, laser e assemelhados, que produzam sons ou que projetem substâncias que permitam a associação com arma de fogo. O que a nova lei traz como diferença é a proibição de venda de qualquer brinquedo no formato de arma de fogo. Outros lugares pelo Brasil têm apresentado propostas nesse sentido e atizado discussões.

Mas que mal faz uma arma de brinquedo? Para uns, é demasiado acreditar que um objeto lúdico seja capaz de influenciar condutas violentas no futuro. A criança já tem capacidade de distinguir entre ficção e realidade. Para outros, o presentinho não é tão inofensivo quanto parece. Ao ganhar a réplica de um instrumento usado para matar, a criança recebe o reforço de uma cultura de violência.

Para os que acham um exagero abolir as armas de brinquedo, o principal argumento é de que eles próprios brincaram de mocinho e bandido, polícia e ladrão e não se tornaram pessoas violentas. Algumas pesquisas e alguns especialistas apontam que a incorporação da violência nas brincadeiras e o uso de armas de brinquedo nesse contexto podem ajudar a criança a regular as emoções e a controlar impulsos agressivos. Outro argumento a favor dos brinquedos que imitam armas é de que o comportamento agressivo adotado nas brincadeiras é diferente do comportamento agressivo na vida real.

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos entende que a utilização desses brinquedos para a expressão da agressividade, principalmente dos meninos em uma determinada faixa etária, pode ter uma função pedagógica desde que isso seja feito dentro de regras bem definidas e com uma atenção especial dos adultos. Esse tipo de brincadeira pode ajudar a criança que expressa a sua agressividade de forma lúdica a canalizar os sentimentos e perceber os próprios limites.

O uso de arma de brinquedo também pode sinalizar para a família algum comportamento da criança que mereça mais cuidado. Se durante a brincadeira, ela utiliza o objeto o tempo inteiro apenas para liberar a agressividade, sem interagir com outras pessoas, fantasiar ou dar vazão à imaginação, pais ou responsáveis devem considerar a possibilidade de que o pequeno esteja querendo chamar a atenção por um motivo qualquer ou reagindo a alguma frustração, culpa ou carência. Se a criança não tem uma arma de brinquedo, mas encena com outros objetos que está

com uma em mãos, é melhor não tentar impedir, pois além de ser inibida na expressão da criatividade naquele momento, ela pode querer repetir a ação para se fazer notar ou quando a pessoa que repreendeu não estiver observando.

Para os defensores de uma cultura de não-violência, um adulto pode ter comportamentos agressivos ou dificuldades de resolver conflitos sem nem se dar conta dessa manifestação e também sem identificar a origem do problema e a capacidade de extensão das consequências. Ademais, as brincadeiras tradicionais que representam situações de caça e guerra, com espada, espingarda, arco e flecha ou revólver, quando experimentadas por quem hoje já não é uma criancinha, reproduziam abordagens menos agressivas em contextos também menos violentos. As simulações de guerrear ou proteger os territórios de invasores, caçar ou defender-se de animais selvagens, mesmo que sejam questionadas como estratégia, estavam mais ligadas a atividades pela sobrevivência, demarcação de território ou até manutenção da justiça e da paz.

Atualmente, os simulacros são fabricados com semelhança tal a das armas de verdade que estimulam a imitação da violência real em conjunturas de maior hostilidade entre as pessoas. É preciso considerar que o caráter predominantemente lúdico das brincadeiras com réplicas num passado não tão distante pode ter assumido características mais ofensivas num presente mais próximo, haja vista outras influências do mundo real ou virtual.

As campanhas de desarmamento infantil aparecem como contraponto a uma massificação da cultura de violência, que exalta mais os guerreiros e heróis quase sempre armados do que os pacifistas. Ao envolver a criança na entrega de armas de brinquedo que simulam as originais, ela começa desde cedo a se sentir um agente construtor da paz e a entender que existem meios não violentos de solução de conflitos. O gesto, combinado a outras estratégias, amplia o impacto positivo com a aquisição de novos valores. Ao receber, por exemplo, um livro ou um brinquedo pedagógico para ocupar o lugar da peça semelhante ao armamento convencional, ela tem a chance de apreender ou reforçar a importância da leitura e do aprendizado que esse novo objeto pode oferecer.

É intrigante para os pais, principalmente, a predileção dos filhos do sexo masculino por uma réplica das armas de verdade, mesmo que os pequenos sejam educados a buscar outro tipo de brinquedo. É também surpreendente que, mesmo sem influência aparente e mesmo não tendo réplicas de armas, eles improvisem atividades com outros objetos. O gosto dos homens por armas de brinquedo teria explicação na genética? Não é a falta de conclusões científicas que deve convencer o adulto de que biologicamente o menino precisa brincar com imitações de armas de verdade.

Não se trata de ignorar a inteligência das crianças, que conseguem diferenciar a violência das brincadeiras da violência verdadeira. Não se trata de criar os filhos numa redoma de vidro, revestida por película fumê refletiva, em que eles não teriam contato com a violência real e virtual que está do lado de fora. Não se trata de fechar os olhos à realidade violenta ou fazer com que os pequenos não percebam que ela existe. É importante, inclusive, dialogar sobre ela, até para que eles aprendam a se proteger, já que também estão vulneráveis a abusos.

Se as crianças não tiverem brincadeiras com armas em casa, encontrarão entre os coleguinhas na rua, na residência dos amigos, na hora do recreio escolar, nos jogos de videogame ou nos filmes de super-heróis fartamente disponíveis. Por isso mesmo, por já terem um amplo leque de possibilidades de encontrar essas brincadeiras, é que os mais próximos devem oferecer outras opções.

Já que se tornou quase impossível blindar as crianças do contato com a realidade e a fantasia repletas de elementos violentos, por que não brincar com a criança ou não ler um livro para ela? Por que não estimular a participação em jogos infantis em equipe, que favorecem a sociabilidade com noções de limite e respeito ao outro, além da canalização das energias, prática de atividade física e desenvolvimento das funções motoras?

Para os que defendem o fim das armas de brinquedo, há estudos de sobra que, no mínimo, acionam o sinal de alerta sobre a exposição de crianças e adolescentes à violência. Se nem mesmo os especialistas chegam a um consenso sobre os efeitos do uso de armas de brinquedo para as crianças, é um risco afirmar categoricamente que elas influenciam comportamentos violentos nos futuros adultos. Mas pode ser um risco maior desconsiderar essa possibilidade. É razoável afirmar que o comportamento violento depende de um conjunto de fatores e que, se a violência continuar sendo banalizada, inclusive com presentes para as crianças, o risco se amplia ainda mais, pois elas podem associar a arma como parte da vida, aceita por pessoas que são referências para ela e não como um objeto destrutível.

Se não merecesse cautela, a norma brasileira de fabricação de brinquedos, criada ainda em 1992, não proibiria a industrialização e a comercialização de brinquedos que se pareçam com armas de verdade. “Os brinquedos que se parecem com armas de verdade, muito usados em assaltos, entram pelo contrabando, geralmente associados ao tráfico de drogas”, aponta a Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos. No Brasil, segundo a representante das empresas, não estão mais sendo fabricados brinquedos que possam

ser confundidos ou interpretados como arma, devendo ser multicoloridos e sem cano. “Há muitos anos que os fabricantes foram deixando, voluntariamente, de produzir qualquer tipo de arma de brinquedo”.

É o que tem feito, a partir da década de 1980, uma das grandes empresas do setor. “Segundo estudos pedagógicos, a arma até os anos 80 era uma forma positiva da criança liberar a agressividade. As crianças eram mais ingênuas e as armas reproduziam os filmes de faroeste e bang-bang. Depois da década de 80, a população começou a se concentrar nos grandes centros urbanos. Começamos a nos confrontar com a violência muito próxima de nós. Como a empresa tem um papel social importante, resolveu abolir todo e qualquer produto que tivesse ligação com a arma”, explica o diretor de marketing.

A tradição de presentear os meninos com armas de brinquedo está relacionada também com o modelo de sociedade que reforça padrões machistas e confunde masculinidade com bravura, coragem, insensibilidade e violência. “O mais preocupante é que as mulheres, grandes vítimas da violência masculina, e normalmente avessas às armas, muitas vezes educam seus filhos ‘como homens’, na valorização de armas e no uso da força, sob o lema ‘homem não chora’. Daí a importância de se atingir diretamente as crianças através de campanhas de desarmamento infantil, buscando-se trocar o paradigma do ‘herói’ armado, violento e destruidor, pelo herói que desarma, dialoga e é solidário com os demais”, observam Antônio Rangel Bandeira e Josephine Bourgois, no livro “Armas de fogo: proteção ou risco?”, publicado pelo Instituto Sou da Paz.

HISTÓRIA DE VIDA

UM TIRO VILOU A CENA ICÔNICA DA MATERNIDADE

Faltavam nove dias para o primeiro aniversário. A mãe já havia começado a organizar a festinha do filho, que nasceu na antevéspera do Natal, no dia 23 de dezembro de 2014. Não houve comemoração, só tristeza e dor. Era segunda-feira, 14 de dezembro de 2015, começo da noite, quando a avó da criança ouviu um tiro e pensou que fosse mais um sinal sonoro da violência corriqueira do bairro.

Os vizinhos, que escutaram o som mais de perto e também o choro desmedido de um bebê, subiram as escadas do condomínio e se depararam com um rapaz em fuga, dizendo que tinha sido um acidente. Quando os vizinhos entraram no apartamento, viram uma adolescente arquejando na rede de dormir e a criança aos gritos sobre ela. Era a companheira do rapaz que havia se evadido, a mãe que não iria celebrar o primeiro e mais nenhum aniversário do filho.

Um amigo da família correu até o comércio da mãe da vítima para dar a triste notícia. “Quando ela chegou ao apartamento da filha, a garota ainda respirava na rede com o tiro na cabeça. A mãe correu, com outro vizinho que tem carro, e levou a filha ainda com vida direto para o hospital. Pouco tempo depois, ela veio a óbito”, descrevem as pesquisadoras do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Ana Paula Neves e Mara Carneiro.

O laudo emitido pela Perícia Forense do Ceará não deixou dúvidas: o agressor fez o disparo à queima-roupa. “Ele encostou a arma na cabeça dela. O rosto dela ficou queimado, não só perfurado pelo tiro”, esclarece a mãe. Além do documento oficial, os pais da adolescente tiveram uma prova ainda mais contundente e dolorosa de que não foi acidente: os resquícios de pólvora permaneceram por alguns dias no corpo do neto.

Quando a adolescente foi atingida pelo disparo, estava deitada com o filho ao peito. No momento magistral em que amamentava a criança, cena icônica da maternidade, ela foi brutalmente assassinada. “Morreu pelo punho do próprio companheiro, amamentando em uma rede, acalentando o filho para dormir. O bebê dormia mamando. A forma de fazê-lo dormir era dar de mamar”, relatam as pesquisadoras do comitê, a partir da entrevista realizada com o pai e a mãe da adolescente.

Os dias seguintes à tragédia foram os mais difíceis que o casal viveu. “O pequeno neto chorava a noite inteira, queria mamar, mas não era possível substituir o leite materno apenas pelo mingau na mamadeira. Não era só de fome que ele chorava, mas de saudade do afeto, do cuidado e do carinho da sua jovem

mãe”, concluem as pesquisadoras. “Muitas vezes, ele acorda à noite gritando, desconsoladamente, sem que nada explique. Ainda pede para mamar, mesmo cinco meses depois da morte da mãe”, escreveram à época, com base no relato da avó.

O menino estava começando a balbuciar as primeiras palavras, mas após o crime teve um retrocesso no processo da fala. “Durante a entrevista o conhecemos, o vimos brincar, gargalhar e o carinho que sua avó lhe dava. Ela dizia que o sorriso dele é idêntico ao da mãe, nos mostrou fotos e vídeos e deixou muito claro para esta dupla de pesquisadoras, sem dizer nenhuma palavra, que a violência contra a adolescência tem que acabar”.

Cinco meses depois do crime, o caso seguia sem investigação, não tendo sido nem encaminhado à Delegacia de Homicídios. E o agressor continuava foragido. A adolescente conheceu o rapaz e passou a se relacionar com ele quando já havia se separado do pai da criança e o bebê estava com nove meses.

A adolescente foi surpreendida pela gravidez, pois tomava comprimidos anticoncepcionais, mas ficou feliz quando recebeu o exame com o resultado positivo no dia em que completou 16 anos. “Ela sempre quis ser mãe”, atesta a avó do garoto. Ao descobrir a gravidez, a menina foi morar com o namorado, com o qual já mantinha um relacionamento sério havia quase um ano, mas a relação afetiva entre eles já não ia bem.

A adolescente foi se decepcionando com o companheiro e acabou rompendo o namoro. Ele tornou-se paraplégico em consequência de participação em práticas ilícitas, e atualmente vive em cadeira de rodas – depois de ter sido baleado em situação de conflito, perdeu os movimentos dos membros inferiores.

Quando a adolescente resolveu voltar para a casa dos pais, eles se sentiram aliviados. “Sempre achei que aquele cara iria fazer algo ruim, matar minha filha. Quando acabou, achei que o risco tinha acabado também. Mas infelizmente não tinha acabado”, conta, de forma emocionada, o pai da garota.

Com a ajuda dos pais, ela foi reconstruindo a vida, sobretudo por meio do trabalho. A adolescente havia deixado a escola, ao concluir o ensino fundamental, pois dizia que não se sentia bem em frequentar as aulas estando grávida, mas que retomaria os estudos quando o bebê nascesse. Como ele já estava prestes a completar um ano, a jovem mãe se preparava para voltar à escola no início do ano letivo de 2016.

O segundo companheiro, responsável pela morte da adolescente, também não recebeu a aprovação dos pais dela, pois era outro rapaz envolvido com práticas ilícitas. “No entanto, a família reconhece que, quando ele passou a namorar a garota, começou a mudar de vida e a se distanciar de atividades ilegais, mas que esse afastamento não durou muito e desagradou a adolescente”.

HISTÓRIA DE VIDA

O rapaz também era muito ciumento, o que a família só ficou sabendo depois da tragédia. “As amigas contaram que ele já havia mordido sua perna uma vez porque ela teria usado um short curto e que também já havia batido nela. Por causa dessa situação, ela pensava em terminar o namoro. Mas não falava sobre isso com seus pais”. A mãe acredita que a filha vinha sendo ameaçada porque desejava pôr fim ao relacionamento. “Quando ele ligava, ela já saía correndo para encontrá-lo, demonstrava sentir medo dele”.

Nos últimos dias de vida, a adolescente passava a maior parte do tempo na casa dos pais, mas à noite voltava para o apartamento onde residia com o companheiro e a mãe dele, no mesmo condomínio. Durante o dia, a garota se revezava entre os cuidados com o filho e o trabalho. No apartamento térreo, os pais montaram um pequeno comércio de gêneros alimentícios e produtos diversos, e a filha improvisou um salão de beleza, sonho acalentado desde a infância.

Aos cinco anos, a menina já manifestava o desejo que carregaria ao longo da vida tão curta. “Mãe, quando eu crescer, eu vou abrir um salão pra nós duas trabalhar”. Criança, brincava de cabeleireira com a mãe. Adolescente, queria fazer um curso profissionalizante na área e construir um “puxadinho” na casa dos pais para montar um autêntico salão de beleza. Pouco tempo antes do assassinato, a avó materna começou a fazer uma pesquisa para solicitar um empréstimo e realizar o sonho da neta. “Mas não deu tempo”, suspira a mãe, em voz baixa.

A menina tinha a inclinação inata para o trabalho. Aos dez anos, passou a ajudar a mãe e a avó numa facção de roupas. Quando os pais assavam pastéis para vender, saía oferecendo as frituras na casa das amigas. Na adolescência, conseguiu comprar alguns equipamentos para fazer procedimentos estéticos na própria residência. “Sua mãe lembra que a adolescente, às vésperas de entrar em trabalho de parto, com os pés muito inchados, trabalhava o dia inteiro fazendo prancha e hidratação. Depois que o bebê nasceu, ela também não parou. Além das atividades no salão de beleza, revendia moda íntima e confecção para as pessoas da comunidade”, contam as pesquisadoras.

O nascimento do filho só aumentou o senso de responsabilidade da adolescente. Apesar da pouca idade e da inexperiência, “era uma mãe exemplar”, esmerando-se em cuidar da criança em todos os aspectos, desde as necessidades cotidianas de afeto e proteção até as demandas financeiras, como afirma a avó do menino. “Muitas vezes, a mãe da adolescente perguntava se o bebê estava precisando de alguma coisa, mas ela sempre respondia que não estava. A jovem mãe nunca pedia nada para o filho. Batalhadora e muito inventiva, procurava produtos que poderiam ser vendáveis no entorno onde morava e, assim, sempre tinha algum dinheiro para o sustento do filho”.

A disposição para o trabalho e o senso de responsabilidade, características próprias de pessoas mais maduras, coexistiam naturalmente como qualidades presentes desde a infância. “Ela não perdeu o jeito de menina, risonha e extrovertida”, observa a mãe. Mesmo quando mudou da Comunidade Oito de Dezembro, quase no limite de Fortaleza com Maracanaú, para o Conjunto Habitacional do Canindezinho, a menina continuou cultivando as amizades antigas e estabelecendo novos laços. “Se você perguntar aqui dentro quem era ela, todo mundo vai saber dizer”, frisa a mãe, com a expressão natural de orgulho.

A adolescente sempre teve muitos amigos e como uma das principais diversões ficar na calçada de casa “batendo papo” com eles. De casa, ela só saía para a escola e para a igreja, onde participava de um grupo de jovens. “Eu tinha muito medo de deixar ela sair pros cantos”, explica a mãe, receosa dos perigos ‘do mundo lá fora’. Ela mantinha a filha por perto, acreditando que, dentro do condomínio, estava sob proteção.

A menina brincalhona e de risada contagiante cativava os de fora e os de casa. Era boa aluna, carinhosa com os pais e apegada aos irmãos – com o mais novo, de dez anos, ela dividia a cama ao dormir; o mais velho é criado pela avó materna, trabalha e estuda análise de sistemas em uma faculdade privada. Emocionada, a mãe relembra os gestos e palavras de afeição que a filha repetia todas as vezes antes de dormir – “Boa noite, mãe! Eu te amo” – e ao amanhecer.

“Apesar do trabalho duro, os pais nunca deixaram de cultivar a afetividade familiar, o que fez com que os vínculos desta família fossem muito fortalecidos”, constataram as pesquisadoras do Comitê pela Prevenção de Homicídios. Os dois jovens pais, ele com 32 anos e ela com 39, sempre trabalharam muito e em diversos tipos de ocupações para garantir a sobrevivência da família e contaram em muitos momentos com a ajuda da avó materna da adolescente, que sempre morou perto do casal.

“Obviamente, essa história se difere de outros assassinatos de jovens no Ceará, mas dialoga diretamente com todo o contexto que é pano de fundo para as tramas da violência juvenil atual, em um estado do Nordeste marcado pelo machismo, autoritarismo, racismo e desigualdade. Ela não era só adolescente, era não branca e era mulher, condição juvenil que a deixou vulnerável para ser vítima de homicídio pelo próprio namorado, que também era um jovem morador do mesmo território. Debater gênero e a desconstrução do machismo nos parece essencial também para o enfrentamento da violência juvenil”, concluem as pesquisadoras.⁵⁵

55. Esta história de vida foi escrita a partir do diário de campo produzido pela assistente social Mara Carneiro e pela economista doméstica Ana Paula Neves, pesquisadoras do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

DAVI PINHEIRO

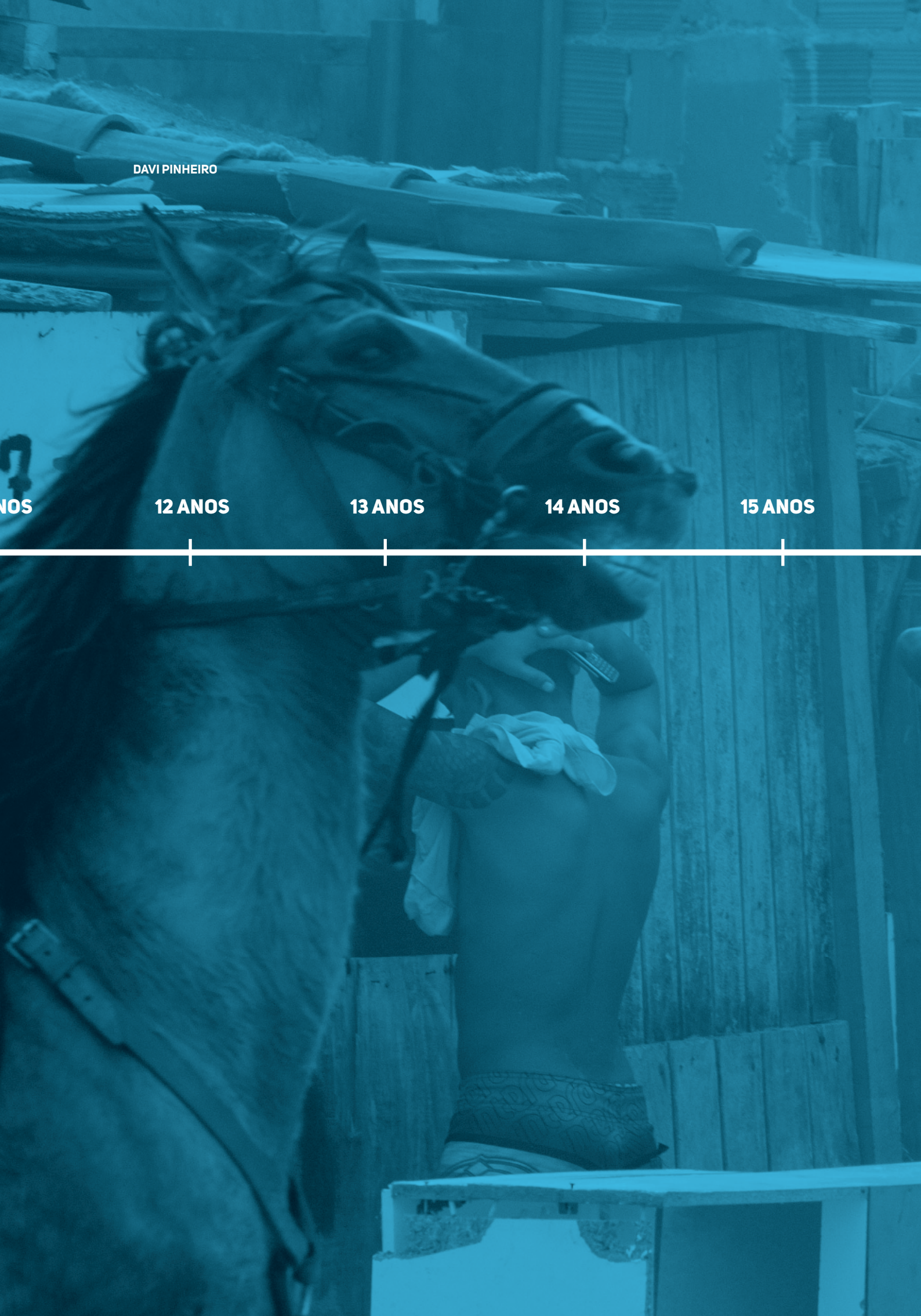
NOS

12 ANOS

13 ANOS

14 ANOS

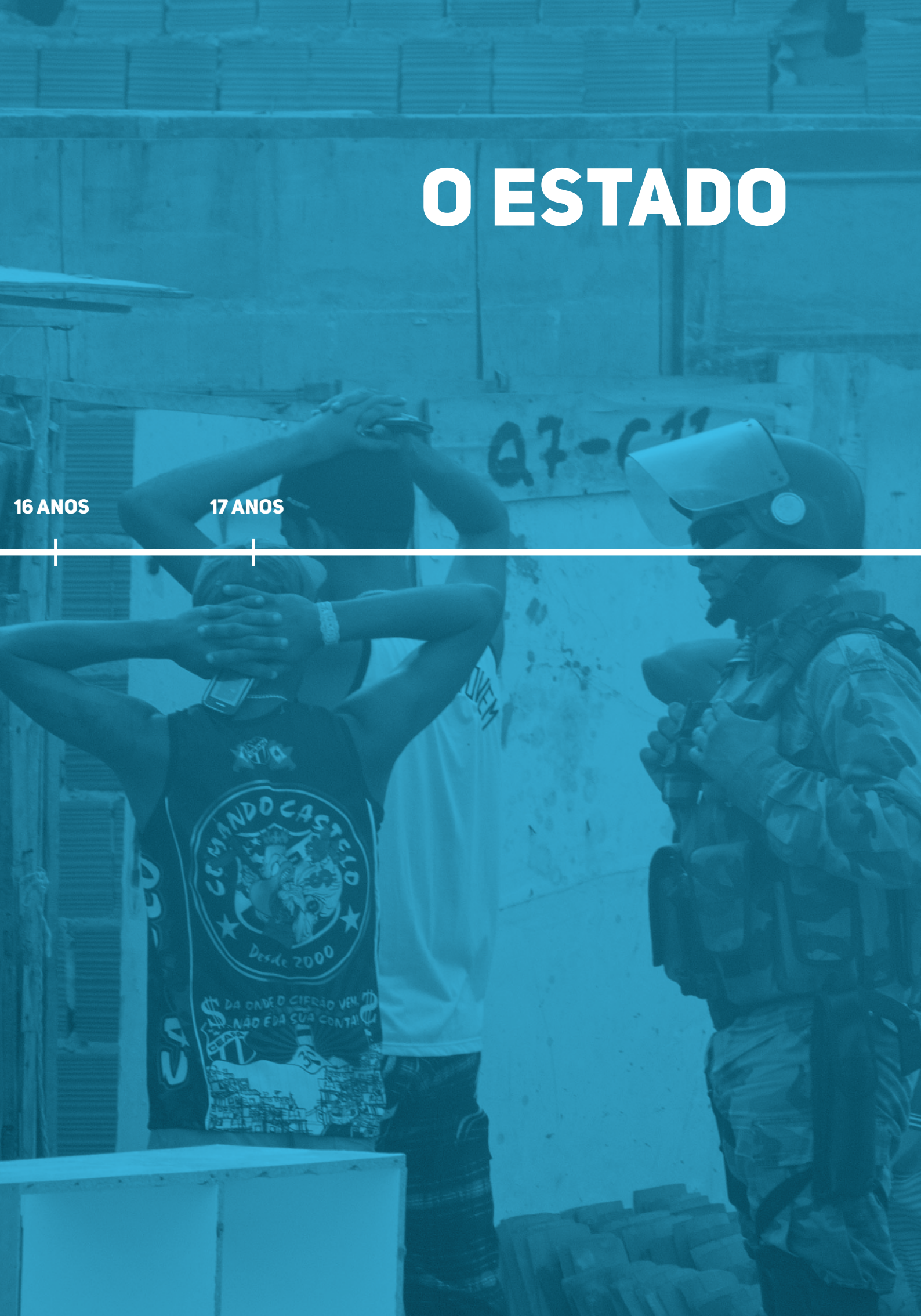
15 ANOS



O ESTADO

16 ANOS

17 ANOS



ESTADO AUSENTE, POPULAÇÃO INVISÍVEL POLÍTICAS PÚBLICAS FRÁGEIS

que se ouviu ainda no pré-teste da pesquisa realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência com familiares de meninos e meninas assassinados em 2015 se repetiu ao longo das entrevistas. Em muitos casos, o entrevistador foi o primeiro e único agente público a ir até a casa das famílias. Até então, não havia chegado um assistente social, um psicólogo, um agente de segurança, um representante do sistema de justiça.

Os pesquisadores, embora não trabalhassem em instituições encarregadas de investigar os crimes ou responsabilizar os autores nem em órgãos que poderiam oferecer apoio aos familiares das vítimas, representavam, no momento da pesquisa, agentes públicos, haja vista que foram contratados pela Assembleia Legislativa para aquele trabalho. Sem levar em consideração esse detalhe, conclui-se que muitas famílias estavam e continuam totalmente desprovidas da presença do Estado.

“Há lugares que são territórios de exceção, onde o Estado nunca pisou. Há ruas onde a única face do Estado é o rabeção, para recolher os mortos. Essa é a falência do Estado”, lamenta o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, deputado Renato Roseno.

O descrédito da população nas instituições públicas impôs dificuldades no acesso a algumas famílias. “Não quero ninguém do governo aqui, não, que só aparece agora”, reagiu o tio de um adolescente morto no bairro Autran Nunes. “Não vamos mais ter ele de volta, então deixa como está”, justificou. A família ficou incomodada com a presença dos pesquisadores, mas aceitou responder o questionário, depois que eles explicaram que não faziam parte do governo e que o trabalho era em prol da juventude.

O presidente da Central Única das Favelas, cujo filho de 17 anos foi assassinado em 2015, remete-se à própria vivência, em uma comunidade encravada num território de classe média e alta de Fortaleza, para falar da invisibilidade sobre tantas outras áreas consideradas perigosas, mesmo que tão próximas dos lugares de alto poder aquisitivo. “Eu sou nascido e criado nas Quadras, ao lado do Colégio Santa Cecília, e desde muito pequeno, a gente ouvia falar que as pessoas tinham medo das Quadras. Isso também fazia a gente se tornar invisível. Invisível no sentido que as Quadras só eram percebidas quando a gente cometia algum tipo de violência. Invisível do tipo que somente a Polícia enxerga”, lembra Preto Zezé.

DAVI PINHEIRO



APRESENTAÇÃO

QUEM SE IMPORTA

O ADOLESCENTE

A FAMÍLIA

A COMUNIDADE

O ESTADO

RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

ANEXOS

Para muitos adolescentes, o Estado só se faz presente quando eles praticam ou sofrem algum tipo de violência. A falta de apoio às famílias é absurdamente maior quando elas estão em situação de pobreza ou miséria. “A assistência não é dada a todos de forma igual como deveria”, aponta Silvana Mendes, diretora da Escola Rotary Club São Miguel, em Caucaia, ao relatar que a mãe de um adolescente assassinado em Fortaleza nunca foi procurada por nenhuma instituição estatal. “Quase um ano e meio depois, ela só foi ouvida pela pesquisa. É revoltante estar perto dessa pessoa e ouvir isso”.

O trabalho de campo, com as visitas dos pesquisadores às comunidades onde as famílias moram, foi bastante revelador. A precariedade das condições de vida dos adolescentes que foram mortos ou que mataram salta aos olhos quando se adentra aos endereços. Se a visão já é desconcertante, a escuta se torna ainda mais embaraçosa. Em casas ou casebres, o que os familiares contam chega aos ouvidos como um ruído ensurdecedor, tal a contundência das falas.

Após o preenchimento de cada questionário, a constatação do que há muito vem sendo dito, por estudiosos ou não: a violência não é um problema apenas de segurança pública, muito menos só de Polícia, portanto exige soluções que envolvam educação, cultura, esporte, lazer, assistência social, saúde e profissionalização. A questão requer intersectorialidade das ações governamentais e agregação de forças entre poderes públicos e sociedade para atuação junto aos adolescentes e também às famílias.

“O nosso maior desafio é enfrentar uma naturalização de que os problemas sociais têm que ser tratados como caso de polícia. As polícias estão sendo desmoralizadas porque têm que dar conta de meninos adolescentes e não estão preparadas para isso. Pelo contrário, hoje uma intervenção policial numa área degradada não tem outro fim, que não seja o estresse, mais tragédia, mais violência. A polícia sozinha não tem como dar conta. Talvez o nosso indicador de melhora de indicadores nesses lugares seja quanto menos a gente tenha polícia”, avalia Preto Zezé.

O presidente da Central Única das Favelas vê com preocupação o aumento de investimento em aparato policial como resposta para a violência. “Se você olhar os orçamentos públicos, os maiores recursos públicos estão sendo destinados a munição, efetivo, viaturas e construção de mais prisões”. A estratégia não tem funcionado, mas a própria sociedade continua clamando por mais repressão e encarceramento, inclusive para os adolescentes. “Hoje, um adolescente está custando R\$ 4.000,00 ao Estado para manter ele preso nas unidades que não têm nada de socioeducativas. Está aí o colapso estabelecido. Só que a população ainda acha que o governador tem que construir mais prisões e vibra quando ele nomeia mais cinco mil policiais”.

56. Em 2006, o Ceará destinava 4,5% do orçamento para a segurança pública. Em 2013, o Governo dobrou a parcela do orçamento aplicada na segurança, passando para 8,9%. Em oito anos, foram contratados por concurso público 8.723 policiais, sendo 6.994 policiais militares, 266 bombeiros e 1.463 civis. Os órgãos policiais passaram por renovação tecnológica, com um investimento de R\$ 792 milhões que incluiu a aquisição de modernos sistemas de inteligência e vigilância, atualização e ampliação de armamento, munição, viaturas, coletes a prova de balas, uniformes e outros itens de trabalho. Foi criada a Perícia Forense (Pefoce), com um investimento de R\$ 22 milhões e a contratação de médicos legistas, peritos criminais e auxiliares de perícia. Foram construídas 62 delegacias, passando de 136, em 2006, para 198 em 2013, um aumento de 45,59%. No mesmo período, foram construídos quatro novos presídios e 137 cadeias, ampliando o número de vagas em 57%, de 7.763 em 2006 para 12.203 em 2013. Em um ano e meio do Governo Camilo Santana, o aporte no efetivo policial aumentou em 1.022 policiais militares, 252 praças, 33 oficiais bombeiros e 202 oficiais, além de 168 delegados, 336 escrivães e 259 inspetores.

O orçamento da segurança pública⁵⁶ dobrou no Governo Cid Gomes, passando de 4,5% para 8,9% do total. Em oito anos, foram contratados 8.723 policiais e construídos quatro presídios, 137 cadeias e 62 delegacias, ampliando número de vagas em 57%. Em um ano e meio do Governo Camilo Santana, o efetivo policial já aumentou em 2.272 agentes e estão prometidas mais 4.200 contratações até o fim da gestão.

Na avaliação do presidente da Central Única das Favelas, é necessário firmeza para defender o contrário, pois o investimento em segurança não surtiu resultado. Os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza revelam que as taxas de mortalidade por homicídios de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos são significativamente maiores do que na população geral a partir de 2006. “E o que foi feito? Mais prisões, mais polícia e mais gente com raiva, pedindo pena de morte, redução da idade penal... É preciso ter coragem para fazer esse debate, porque, inclusive na periferia, tem adolescentes e jovens que acham que tem que ter pena de morte, mais cadeia, penas mais duras... Eles estão iludidos, levados por essa cultura de medo e pela ideia de que a polícia vai resolver tudo”.

A vice-governadora do Ceará, Izolda Cela, aponta que o Pacto por um Ceará Pacífico é uma estratégia de articulação que busca integrar as forças estatais e da sociedade, tendo em vista a complexidade do problema. “Problemas complexos dessa natureza, como a violência e suas diversas expressões, não podem ser um caso só de polícia, não são um problema de segurança pública, nem mesmo de segurança e justiça. É claro que tem as grandes questões que desafiam o Governo do Estado e as outras instituições que atuam nesse âmbito de segurança e justiça, mas é necessária a agregação das forças que podem tornar mais efetivas as estratégias de prevenção”.

O Pacto por um Ceará Pacífico foi firmado pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos órgãos que fazem parte do sistema de Justiça – Ministério Público e Defensoria Pública – e de representações das esferas municipal e federal. “Essa questão diz respeito, sim, à educação, ao esporte, à cultura, à política sobre drogas, ao trabalho e desenvolvimento social, às universidades e à sociedade civil”, afirma a vice-governadora, que também é coordenadora do Pacto por um Ceará Pacífico.

Embora a estratégia seja apresentada como uma iniciativa inovadora no trato da segurança pública, a execução orçamentária de 2016 demonstra que o investimento nesse novo modelo não mereceu a atenção devida do Governo do Estado. O Pacto por um Ceará Pacífico recebeu, até o fim de novembro, menos da metade dos recursos previstos, exatamente R\$ 2.311.942,06, ou seja, 48,9% de um total que deveria ser de R\$ 4.727.787,29 até 31 de dezembro.

O Pacto por um Ceará Pacífico está prestes a completar dois anos, metade da atual gestão, ainda precisando demonstrar mais efetividade e atender às expectativas da população, que considera prejudicial à vida e ao bem-viver a verticalização das ações do Estado, em qualquer nível de governo. As decisões, principalmente em relação às políticas de segurança, precisam ser discutidas com a sociedade, não impostas de cima para baixo, até mesmo porque elas devem estar articuladas com outras políticas: mais e melhores escolas, postos de saúde, moradias e também espaços de arte, cultura, lazer e esporte, além de oportunidades de profissionalização para adolescentes e jovens e de emprego e renda para as famílias.

As políticas públicas não chegam às áreas mais carentes ou são insuficientes e deficientes. As comunidades sentem o abandono governamental e reivindicam equipamentos e serviços que transformem concretamente o cotidiano para a melhoria de vida de todos os moradores. A baixa resolutividade causa a impressão geral de que o governo não responde às demandas da população por falta de vontade política. “O Estado é inapetente, vê os problemas que existem na sociedade e não toma as providências”, avalia Sidney Alves Vidal dos Santos, morador da Maraponga.

A condução de políticas governamentais, tão essenciais para atender a população de baixa renda, fica comprometida, muitas vezes, por restrições orçamentárias, descontinuidade das ações e atravessamentos políticos. A falta de prioridade faz com que, a cada novo governo ou mesmo durante uma gestão de quatro anos, várias mudanças aconteçam interferindo negativamente no resultado do trabalho. O descaso leva à contratação de profissionais por critérios mais de indicação política do que por competência técnica, compromisso com a solução dos problemas e afinidade com a área.

A reestruturação administrativa a cada novo governo, em geral, provoca a interrupção de ações, projetos e programas sociais e a descontinuidade de políticas públicas em diferentes áreas. É necessário garantir receitas orçamentárias, para que as iniciativas e experiências exitosas não sejam apenas de uma gestão nem terminem ao fim do mandato. Programas, projetos e ações que fazem parte das políticas sociais devem ter orçamento assegurado para que o trabalho não seja suspenso. Mais do que manter é fundamental aprimorar as políticas, garantindo condições para o pleno funcionamento e a ampliação da capacidade de atendimento, o que se obtém com a aplicação de recursos financeiros sempre maior do que no ano anterior.

A constância é condição para a efetividade dos programas, projetos e ações. As comunidades sentem a necessidade de iniciativas de longo prazo que possam ser desenvolvidas nos ambientes familiar, escolar e comunitário – projetos sociais, artístico-culturais e de preparação para o mercado de trabalho e iniciação profis-

sional. “É preciso cobrar do governo. Eu quero emprego porque emprego é o que move Brasil. Não adianta só o curso de capacitação, se não tem a oportunidade de trabalho”, aponta Liduina Lima, presidente da associação comunitária do Morro da Vitória, no bairro Vicente Pinzón.

As boas ideias nem sempre exigem altas cifras para serem executadas, mas orçamento é fundamental para a manutenção de políticas que podem fazer a diferença entre a vida e a morte. O aparato institucional que cerca crianças, adolescentes e jovens não tem sido capaz de evitar o pior. Gestores, profissionais e comunidades percebem uma precarização dos programas, projetos e ações para a garantia de direitos nas áreas da infância, adolescência e juventude, com defasagem financeira em níveis federal, estadual e municipal.

Enquanto Fortaleza se torna a capital do Brasil com o maior índice de assassinatos de adolescentes, a Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci) e a Rede Cuca, que reúne os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte da Barra do Ceará, Jangurussu e Mondubim, passam por cortes de recursos. “O investimento na Funci acabou”, critica a articuladora do Pacto por um Ceará Pacífico, psicóloga Nara Albuquerque Goes. “Quanto mais jovens morrem, menos investimentos são feitos em políticas públicas para a juventude”, questiona o estudante Wilbert Santos.

“O sentimento que eu tinha dentro da gestão é que estava tudo muito perdido, sem saber muito o que fazer e se agarrando nas oportunidades que havia. Todo mundo sabe que é uma prioridade pública, mas, quando é prioridade pública mesmo, entra na agenda, o gestor público chama à responsabilidade e a agenda acontece. Pra ter essa priorização, deve entrar de fato na agenda pública”, avalia Luisa Cela, ex-diretora de Promoção dos Direitos Humanos da Rede Cuca, atualmente diretora de Cidadania Cultural do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

A proposta orçamentária para 2016 apresentada pela Prefeitura de Fortaleza foi aprovada pela Câmara Municipal de Fortaleza com um corte de cerca de R\$ 6 milhões em políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e jovens em relação a 2015. A redução comprometeu, principalmente, programas e projetos da Fundação da Criança e da Família Cidadã, da Secretaria Municipal da Cidadania e Direitos Humanos, do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Juventude, conforme denunciou o Fórum das Organizações Não Governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA.

O programa Cidadania em Rede, destinado a apoiar famílias em situação de violação de direitos, teve uma redução impressionante de 99,67%. As 11 emendas ao projeto de lei

DIVULGAÇÃO



Polícia para quem precisa de polícia? Despejos e remoções têm evidenciado truculência das forças de segurança

orçamentária, apresentadas pelas organizações, por meio dos vereadores integrantes da Comissão de Direitos Humanos do Legislativo municipal, que buscavam aplacar os cortes, sequer passaram pelo plenário, pois foram barradas ainda na Comissão de Orçamento. As emendas parlamentares que previam aumento de recursos para manutenção da Rede Cuca também foram rejeitadas.

A expectativa para 2017 é ainda mais desanimadora se a análise preliminar do Fórum DCA for confirmada na votação do projeto de lei orçamentária. A redução de investimentos pode superar R\$ 50 milhões em uma área que deve ser considerada como prioridade absoluta. As organizações também questionam que a Prefeitura de Fortaleza invista menos nas regiões mais pobres e mais extensas – Regionais V e VI – em privilégio da região mais rica e menor – Regional II.

A ausência do Estado em determinados territórios significa acúmulo de vulnerabilidades sociais e pode influenciar na criminalidade violenta e ocorrência de homicídios. Essa foi uma hipótese considerada pelo Ministério da Justiça para realizar o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil, que levou em conta também a existência de gangues e drogas, a violência patrimonial, a violência interpessoal, a violência doméstica e os con-



flitos da polícia com a população, além de indicadores transversais, aqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e consequente homicídio.

Para aferir a presença ou ausência de políticas públicas, o diagnóstico avaliou o acesso da população a segurança pública e justiça, saúde, assistência social, cultura e lazer. Entre os cinco municípios do Ceará que fizeram parte do estudo, a ausência do Estado aparece menor em Caucaia e Juazeiro do Norte. Uma avaliação diferente é feita quando a própria comunidade é ouvida.

Professora há seis anos na comunidade de Sítios Novos, em Caucaia, Jorgeana do Nascimento, lamenta a ausência do poder público. “Graças a Deus tem as igrejas evangélicas. É o que está apaziguando a comunidade”. A educadora diz que a falta de investimento governamental exige que os próprios profissionais de educação assumam despesas com os estudantes. “Temos professores bons, que são pais e mães, que pagam a farda dos alunos, o sapato...”, revela, defendendo mais equipamentos públicos, escolas de tempo integral e ilhas digitais. “Sítios Novos é esquecido. Nem internet tem”. Em segundo mandato como conselheiro tutelar do município, James Fernando Martins reforça e amplia o coro dos descontentes. Na zona rural de Caucaia, há alunos de 1º ao 4º ano que utilizam a mesma sala no mesmo horário e existem escolas sem instalações adequadas para as aulas de Educação Física – as atividades esportivas são realizadas no meio da rua, entre bicicletas, motocicletas e carros. “É um absurdo. Assim, não existe estímulo algum para essas crianças e adolescentes ficarem na escola”, denuncia.

A política de saúde mental e de assistência social também deixa a desejar. “Sítios Novos, Bom Princípio e Matões estão descobertos, não têm Centro de Referência da Assistência Social. Caucaia não tem Centro de Atenção Psicossocial infantil, não tem como tratar criança em situação de drogadição. Quem está fazendo a prevenção no nosso município?”, questiona o conselheiro tutelar. Sítios Novos e Matões estão numa posição mais delicada porque ficam numa área de limite com outro município, São Gonçalo do Amarante, sofrendo também os impactos sociais do Complexo Industrial e Portuário do Pecém instalado ali.

Embora a presença estatal seja apontada pelo próprio relatório do Ministério da Justiça como um fator positivo no Ceará, comparativamente a outros estados da região Nordeste, existe a necessidade de mensuração da qualidade dos serviços públicos oferecidos e da repercussão deles para a redução da violência. O diagnóstico também coloca o Ceará com a maior taxa de homicídios do Brasil. Portanto, para se determinar a real contribuição da existência de políticas públicas, é necessário também avaliar eficiência e efetividade e estabelecer comparações com outros indicadores.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Para aferir a presença ou ausência de políticas públicas nas unidades da federação e em 81 localidades selecionadas, o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil - Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, elaborado pelo Ministério da Justiça, levou em conta indicadores de segurança pública e justiça, saúde, assistência social, cultura e lazer.

As localidades incluem as 26 capitais dos estados e os municípios com os registros de homicídios dolosos de 2014 acima de 100 casos informados pelas Polícias Cíveis ao Sistema Nacional de Segurança Pública. Entre as localidades está também a região administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal.

SEGURANÇA PÚBLICA

EFETIVO DE POLICIAIS E GUARDAS MUNICIPAIS

O Ceará tem o quinto menor efetivo de policiais militares e policiais civis e guardas municipais por habitantes entre todas as unidades da federação e o quarto menor na Região Nordeste. Caucaia tem o menor efetivo por habitantes entre os 80 municípios pesquisados de todo o Brasil.

Unidades da federação	Habitantes por policial
Rio Grande do Norte	1.376,00
Maranhão	589,11
Acre	562,30
Alagoas	552,64
Ceará	527,17
Santa Catarina	440,92
Piauí	432,04
Pará	408,80
Mato Grosso do Sul	408,20

Unidades da federação	Habitantes por policial
Paraíba	404,23
Paraná	365,54
Rio Grande do Sul	365,53
Pernambuco	363,98
Mato Grosso	363,50
Goiás	363,20
Minas Gerais	361,60
Espírito Santo	356,00
Sergipe	312,90

Unidades da federação	Habitantes por policial
São Paulo	297,70
Bahia	280,69
Rio de Janeiro	248,00
Rondônia	193,7
Amazonas	193,7
Tocantins	193,7
Amapá	193,70
Roraima	160,40
Distrito Federal	139,90

Municípios	Habitantes por policial
Caucaia	1.161,40
Mossoró	1.034,37
Belford Roxo	964,81
Parauapebas	954,50
Nova Iguaçu	926,14
São Gonçalo	918,09
São João de Meriti	783,67
Cariacica	723,03
Natal	706,89
Ananindeua	678,50
Duque de Caxias	676,93
Camaçari	649,94
Maracanaú	615,60
Alvorada	605,77

Municípios	Habitantes por policial
Sobral	602,63
Vitória da Conquista	594,33
Jaboatão dos Guararapes	594,19
Vila Velha	568,14
Imperatriz	553,89
Rio Branco	545,3
Paulista	526,98
Lauro de Freitas	525,31
Juazeiro do Norte	513,34
Ribeirão das Neves	501,30
Caruaru	499,14
Canoas	492,05
Betim	491,50

Municípios	Habitantes por policial
São Leopoldo	483,95
Porto Seguro	477,99
Simões Filho	477,81
Santa Rita	462,97
Serra	462,23
Rondonópolis	458,19
Anápolis	457,27
Aparecida de Goiânia	443,81
Luziânia	439,68
Arapiraca	414,64
Guarulhos	387,37
Campina Grande	378,79
Olinda	369,64

Municípios	Habitantes por policial	Municípios	Habitantes por policial	Municípios	Habitantes por policial
Uberlândia	362,69	Cabo de Santo Agostinho	238,05	Aracaju	169,21
Marabá	361,30	Itabuna	231,31	Recife	168,18
Feira de Santana	340,53	Governador Valadares	226,43	Maceió	165,85
Salvador	326,65	Campos dos Goytacazes	224,67	Belém	163,00
Juiz de Fora	321,90	Ilhéus	222,97	Porto Alegre	152,55
Campo Grande	318,91	Juazeiro	222,31	Cuiabá	147,17
São José de Ribamar	303,78	São Luís	221,74	Florianópolis	146,17
Contagem	301,31	São Paulo	215,48	Belo Horizonte	143,49
Várzea Grande	300,09	Manaus	202,60	Nossa Senhora do Socorro	142,37
Fortaleza	299,16	Curitiba	202,23	Macapá	136,00
João Pessoa	296,46	Rio de Janeiro	188,75	Porto Velho	132,20
Campinas	292,65	Goiânia	180,51	Palmas	124,30
Cabo Frio	268,97			Boa Vista	142,40
Teresina	242,88			Vitória	78,54

DELEGACIAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Dos cinco municípios cearenses, apenas Fortaleza tem Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente. O Ministério da Justiça ressalta que há ausência de delegacia especializada em capitais de estado e em municípios onde as taxas de homicídios de crianças são altas, como em Juazeiro do Norte e Maracanaú, ou médias, como em Caucaia.

Municípios	Delegacias da criança	Municípios	Delegacias da criança	Municípios	Delegacias da criança
Alvorada	Sim	Luziânia	Sim	Ananindeua	Não
Aparecida de Goiânia	Sim	Macapá	Sim	Arapiraca	Não
Aracaju	Sim	Manaus	Sim	Belford Roxo	Não
Belém	Sim	Mossoró	Sim	Belo Horizonte	Não
Boa Vista	Sim	Natal	Sim	Betim	Não
Campina Grande	Sim	Palmas	Sim	Cabo de Santo Agostinho	Não
Campinas	Sim	Paulista	Sim	Cabo Frio	Não
Campo Grande	Sim	Porto Alegre	Sim	Camaçari	Não
Canoas	Sim	Porto Velho	Sim	Campos de Goytacazes	Não
Cuiabá	Sim	Recife	Sim	Cariacica	Não
Curitiba	Sim	Rio Branco	Sim	Caruaru	Não
Feira de Santana	Sim	Rio de Janeiro	Sim	Caucaia	Não
Florianópolis	Sim	Rondonópolis	Sim	Contagem	Não
Fortaleza	Sim	Salvador	Sim	Duque de Caxias	Não
Goiânia	Sim	São Luís	Sim	Governador Valadares	Não
Imperatriz	Sim	São Paulo	Sim	Guarulhos	Não
Jaboatão dos Guararapes	Sim	Teresina	Sim	Ilhéus	Não
João Pessoa	Sim	Várzea Grande	Sim	Itabuna	Não
		Vitória	Sim		

Municípios	Delegacias da criança	Municípios	Delegacias da criança	Municípios	Delegacias da criança
Juazeiro do Norte	Não	Santa Rita	Não	Anápolis	Não informado
Juiz de Fora	Não	São Gonçalo	Não	Juazeiro	Não informado
Lauro de Freiras	Não	São João de Meriti	Não	Nossa Senhora do Socorro	Não informado
Maceió	Não	São José de Ribamar	Não	Parauapebas	Não informado
Marabá	Não	Serra	Não	São Leopoldo	Não informado
Maracanaú	Não	Simões Filho	Não	Sobral	Não informado
Nova Iguaçu	Não	Uberlândia	Não		
Olinda	Não	Vila Velha	Não		
Porto Seguro	Não	Vitória da Conquista	Não		
Ribeirão das Neves	Não				

DELEGACIAS DE ATENDIMENTO À MULHER

Os cinco municípios cearenses contam com Delegacia de Defesa da Mulher. Apesar de não ter informado, Sobral conta com unidade policial de atendimento à mulher.

Municípios	Delegacias da mulher	Municípios	Delegacias da mulher	Municípios	Delegacias da mulher
Alvorada	Sim	Goiânia	Sim	Rondonópolis	Sim
Aparecida de Goiânia	Sim	Governador Valadares	Sim	Salvador	Sim
Aracaju	Sim	Guarulhos	Sim	São Gonçalo	Sim
Belém	Sim	Ilhéus	Sim	São Luís	Sim
Belford Roxo	Sim	Imperatriz	Sim	São Paulo	Sim
Belo Horizonte	Sim	Itabuna	Sim	Serra	Sim
Betim	Sim	Jaboatão dos Guararapes	Sim	Teresina	Sim
Boa Vista	Sim	João Pessoa	Sim	Uberlândia	Sim
Cabo de Santo Agostinho	Sim	Juazeiro do Norte	Sim	Várzea Grande	Sim
Cabo Frio	Sim	Juiz de Fora	Sim	Vila Velha	Sim
Camaçari	Sim	Luziânia	Sim	Vitória	Sim
Campina Grande	Sim	Macapá	Sim	Vitória da Conquista	Sim
Campinas	Sim	Manaus	Sim	Ananindeua	Não
Campo Grande	Sim	Marabá	Sim	Lauro de Freiras	Não
Campos de Goytacazes	Sim	Maracanaú	Sim	Olinda	Não
Canoas	Sim	Mossoró	Sim	Santa Rita	Não
Cariacica	Sim	Natal	Sim	São João de Meriti	Não
Caruaru	Sim	Nova Iguaçu	Sim	São José de Ribamar	Não
Caucaia	Sim	Palmas	Sim	Simões Filho	Não
Contagem	Sim	Paulista	Sim	Anápolis	Não informado
Cuiabá	Sim	Porto Alegre	Sim	Arapiraca	Não informado
Curitiba	Sim	Porto Seguro	Sim	Juazeiro	Não informado
Duque de Caxias	Sim	Porto Velho	Sim	Maceió	Não informado
Feira de Santana	Sim	Recife	Sim	Nossa Senhora do Socorro	Não informado
Florianópolis	Sim	Ribeirão das Neves	Sim	Parauapebas	Não informado
Fortaleza	Sim	Rio Branco	Sim	São Leopoldo	Não informado
		Rio de Janeiro	Sim	Sobral	Não informado

DELEGACIAS DE ATENDIMENTO AO IDOSO

Não existe delegacia especializada no atendimento a idosos no Ceará.

Unidades da federação	Delegacias do idoso	Unidades da federação	Delegacias do idoso	Unidades da federação	Delegacias do idoso
São Paulo	23	Minas Gerais	1	Alagoas	0
Amazonas	10	Pará	1	Amapá	0
Sergipe	5	Paraíba	1	Ceará	0
Goiás	2	Pernambuco	1	Paraná	0
Rio Grande do Sul	2	Piauí	1	Santa Catarina	0
Bahia	1	Rio de Janeiro	1	Acre	Não informado
Espírito Santo	1	Rio Grande do Norte	1	Distrito Federal	Não informado
Maranhão	1	Roraima	1	Mato Grosso	Não informado
Mato Grosso do Sul	1	Tocantins	1	Rondônia	Não informado

POLICIAIS MORTOS

O Ceará aparece entre os quatros estados que não registraram morte de policiais em 2013, de acordo com informações estaduais fornecidas para a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, embora a Associação dos Cabos e Soldados Militares tenha contabilizado naquele ano 18 policiais mortos. Levando em conta esse dado, o Ceará divide a nona colocação com o Estado do Maranhão.

O Ministério da Justiça considera que esse dado é um indicador relativo à vitimização do policial, indicando tanto uma situação de vulnerabilidade dos policiais como altas taxas de conflito entre policiais e população. As mortes informadas nesta pesquisa independem se foram em serviço ou fora de serviço, se foram por causas naturais ou acidentais.

Unidades da federação	Policiais mortos	Unidades da federação	Policiais mortos	Unidades da federação	Policiais mortos
São Paulo	207	Amazonas	21	Mato Grosso do Sul	7
Rio de Janeiro	152	Paraíba	21	Amapá	6
Bahia	98	Maranhão	18	Espírito Santo	6
Pará	51	Distrito Federal	17	Sergipe	5
Rio Grande do Sul	51	Minas Gerais	15	Roraima	2
Paraná	46	Rio Grande do Norte	11	Acre	0
Rondônia	32	Santa Catarina	9	Alagoas	0
Pernambuco	28	Tocantins	9	Ceará	0
Mato Grosso	22	Piauí	8	Goiás	0

Fonte: Ministério da Justiça e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

JUSTIÇA

ACESSO À JUSTIÇA

O Ceará ocupa junto com Alagoas e Bahia a quarta pior posição do Índice Nacional de Acesso à Justiça, indicador criado pela Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, que mede a taxa de portas do Sistema Judiciário que estão disponíveis para a população. Quanto mais perto de 1, mais possibilidade de acesso à justiça; quanto mais perto de 0, menos possibilidade de acesso à justiça.

Unidades da federação	Índice nacional de acesso à justiça	Unidades da federação	Índice nacional de acesso à justiça	Unidades da federação	Índice nacional de acesso à justiça
Distrito Federal	0,41	Espírito Santo	0,17	Piauí	0,11
Rio de Janeiro	0,31	Mato Grosso	0,17	Sergipe	0,11
São Paulo	0,25	Goiás	0,17	Pernambuco	0,10
Rio Grande do Sul	0,24	Amapá	0,15	Ceará	0,09
Santa Catarina	0,20	Acre	0,15	Alagoas	0,09
Minas Gerais	0,19	Rondônia	0,13	Bahia	0,09
Mato Grosso do Sul	0,19	Roraima	0,12	Amazonas	0,08
Paraná	0,19	Rio Grande do Norte	0,12	Pará	0,07
Tocantins	0,18	Paraíba	0,12	Maranhão	0,06

Fonte: Ministério da Justiça

SAÚDE

MÉDICOS POR MIL HABITANTES

Fortaleza ocupa a segunda pior posição entre as capitais nordestinas, atrás apenas de São Luís. Caucaia ocupa a terceira pior posição entre os 80 municípios brasileiros que fazem parte da amostra, atrás apenas do município maranhense de São José de Ribamar e praticamente na mesma situação que Ribeirão das Neves, em Minas Gerais.

O Ceará e os municípios cearenses selecionados para o estudo não estão no bloco de situação de melhor de cobertura de saúde, com 7,50 a 15,15 médicos por 1.000 habitantes, nem no grupo de situação pior, de 0,62 a 3,1. Em um grupo intermediário, de 2,92 a 7,50 médicos para cada 1.000 habitantes, está a maior parte dos municípios nordestinos que fizeram parte do estudo. A quantidade de médicos por mil habitantes é um indicador do banco de dados do Sistema Único de Saúde - DataSUS para medir o quanto a população está sendo atendida por profissionais de saúde. Quanto maior o número de médicos, maior é a potencialidade de que os habitantes de determinado local sejam atendidos de forma mais adequada e mais rápida.

Municípios	Médicos por 1000 habitantes	Municípios	Médicos por 1000 habitantes	Municípios	Médicos por 1000 habitantes
Vitória	22,2	Cuiabá	8,3	Anápolis	6,7
Aracaju	15,15	Campo Grande	8,2	Maceió	6,64
Belo Horizonte	13,9	Curitiba	7,8	Itabuna	6,53
Florianópolis	13,8	Goiânia	7,8	Vila Velha	6,3
Juiz de Fora	11,5	Uberlândia	7,7	Lauro de Freitas	5,94
Campinas	10,7	Natal	7,51	Governador Valadares	5,9
Recife	9,5	Campos dos Goytacazes	7,3	Campina Grande	5,73
João Pessoa	8,43	São Paulo	7,1	Salvador	5,67
Porto Alegre	8,4				

Municípios	Médicos por 1000 habitantes	Municípios	Médicos por 1000 habitantes	Municípios	Médicos por 1000 habitantes
Teresina	5,46	Feira de Santana	3,80	Porto Seguro	2,15
Fortaleza	5,43	Caruaru	3,73	Simões Filho	2,09
Canoas	5,4	Guarulhos	3,7	Aparecida de Goiânia	2,0
Rio de Janeiro	5,4	Ilhéus	3,62	Parauapebas	2,0
Palmas	5,3	Macapá	3,6	São João de Meriti	1,9
Cabo Frio	5,0	Duque de Caxias	3,5	Santa Rita	1,86
Rondonópolis	4,8	Camaçari	3,46	Marabá	1,8
Sobral	4,7	Betim	3,4	Nossa Senhora do Socorro	1,8
Rio Branco	4,6	Contagem	3,4	Jaboatão dos Guararapes	1,77
Serra	4,5	São Leopoldo	3,4	Luziânia	1,6
Vitória da Conquista	4,47	Juazeiro do Norte	3,40	Ananindeua	1,5
Arapiraca	4,42	Juazeiro	3,10	Paulista	1,4
Manaus	4,4	Nova Iguaçu	3,1	Alvorada	1,3
Porto Velho	4,4	Cabo de Santo Agostinho	2,93	Belford Roxo	1,3
São Luís	4,18	Imperatriz		Caucaia	1,17
Belém	4,1	Cariacica	2,7	Ribeirão das Neves	1,1
Maracanaú	4,05	Olinda	2,34	São José de Ribamar	0,62
Boa Vista	4,0	São Gonçalo	2,3		
Mossoró	4,00	Várzea Grande	2,27		

Fonte: Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - DataSUS

ASSISTÊNCIA SOCIAL

CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Fortaleza ocupa a décima posição entre os municípios com menos Centros de Referência da Assistência Social - Cras em relação ao tamanho da população, entre os 80 pesquisados. Maracanaú tem a terceira maior quantidade de Cras por habitante. Juazeiro, Caucaia e Sobral estão no grupo dos 13 municípios com mais unidades entre os 80. Entre os estados do Nordeste, a pior relação entre o número de habitantes e a quantidade de Cras foi encontrada em Pernambuco, depois no Ceará e na Bahia.

Municípios	Habitantes por Cras	Municípios	Habitantes por Cras	Municípios	Habitantes por Cras
São Paulo	228.767	Fortaleza	107.162	Marabá	85.687
São José de Ribamar	172.402	Campinas	104.965	Porto Velho	82.336
Rio de Janeiro	137.312	Guarulhos	100.938	Nova Iguaçu	80.618
Aparecida de Goiânia	127.831	Goiânia	94.158	Contagem	80.435
Anápolis	120.664	Vila Velha	93.138	Duque de Caxias	79.855
Belém	119.404	Distrito Federal	92.012	São João de Meriti	79.855
São Gonçalo	115.178	Manaus	91.832	Serra	79.405
Salvador	111.651	Juiz de Fora	91.785	Belo Horizonte	75.488
Itabuna	109.463	Recife	89.360	Macapá	74.460
		Porto Alegre	86.617	São Gonçalo	73.707

Municípios	Habitantes por Cras	Municípios	Habitantes por Cras	Municípios	Habitantes por Cras
Governador Valadares	69.249	Vitória da Conquista	48.600	Alvorada	41.137
Canoas	67.996	Belford Roxo	47.939	Maceió	40.291
Uberlândia	65.468	Camaçari	46.902	Arapiraca	40.291
Paulista	63.954	Florianópolis	46.152	Campina Grande	40.291
Luziânia	63.713	Ribeirão das Neves	45.616	Sobral	39.950
Várzea Grande	63.713	São Leopoldo	45.398	Olinda	38.882
Cariacica	63.153	Jaboatão dos Guararapes	45.396	Caucaia	38.836
Natal	61.575	Boa Vista	44.986	Juazeiro do Norte	37.672
Parauapebas	61.117	Aracaju	44.555	Lauro de Freitas	37.603
João Pessoa	55.767	Campo Grande	44.300	Ilhéus	36.470
Ananindeua	55.531	Cuiabá	44.300	Caruaru	34.233
Campos dos Goytacazes	53.405	Rondonópolis	44.300	Cabo de Santo Agostinho	33.064
São Luís	53.210	Teresina	44.242	Vitória	29.342
Rio Branco	51.990	Palmas	44.235	Porto Seguro	28.656
Betim	51.500	Simões Filho	43.877	Maracanaú	27.469
Cabo Frio	51.122	Nossa Senhora do Socorro	43.744	Mossoró	20.306
Imperatriz	50.464	Feira de Santana	43.714	Santa Rita	19.132
Curitiba	49.064	Juazeiro	43.318		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

O Ceará é um dos estados com menor cobertura em termos de Centros de Referência Especializada da Assistência Social - Creas. Fortaleza é o oitavo município entre os 80 pesquisados com a pior relação entre a quantidade de Creas e o número de habitantes.

Municípios	Habitantes por Creas	Municípios	Habitantes por Creas	Municípios	Habitantes por Creas
Guarulhos	656.089	Governador Valadares	276.995	Campinas	230.923
São Paulo	440.589	Várzea Grande	265.775	Florianópolis	230.762
Salvador	414.704	Palmas	265.409	São João de Meriti	230.356
Manaus	404.060	Juazeiro do Norte	263.704	Arapiraca	229.329
Recife	402.122	Marabá	257.062	São Leopoldo	226.988
Rio de Janeiro	379.628	Imperatriz	252.320	Jaboatão dos Guararapes	226.981
Uberlândia	327.341	Ananindeua	249.888	Macapá	223.379
Fortaleza	321.487	Porto Velho	247.007	Maracanaú	219.749
Ribeirão das Neves	319.310	Campos dos Goytacazes	240.324	Duque de Caxias	219.601
Boa Vista	314.900	Serra	238.214	Itabuna	218.925
Belém	286.569	Goiânia	235.394	Juazeiro	216.588
Mossoró	284.288	Vila Velha	232.845	Natal	215.511
Camaçari	281.413			Contagem	214.492

Municípios	Habitantes por Creas	Municípios	Habitantes por Creas	Municípios	Habitantes por Creas
São Luís	212.839	Maceió	201.064	Vitória	176.052
Rondonópolis	211.718	Sobral	199.750	Nossa Senhora do Socorro	174.974
Campo Grande	210.780	Cabo de Santo Agostinho	198.383	Caucaia	174.763
Porto Alegre	210.355	João Pessoa	195.185	São José de Ribamar	172.402
Teresina	210.150	Olinda	194.411	Caruaru	171.164
Aracaju	207.922	Cuiabá	191.827	Aparecida de Goiânia	170.441
Belo Horizonte	207.592	Luziânia	191.139	Vitória da Conquista	170.100
São Gonçalo	206.381	Cariacica	189.458	Canoas	169.990
Betim	206.002	Lauro de Freitas	188.013	Paulista	159.885
Alvorada	205.683	Juiz de Fora	183.570	Belford Roxo	159.795
Cabo Frio	204.486	Parauapebas	183.352	Porto Seguro	143.280
Feira de Santana	204.000	Ilhéus	182.350	Santa Rita	133.927
Nova Iguaçu	201.544	Rio Branco	181.964	Simões Filho	131.630
Campina Grande	201.456	Anápolis	180.996		
Curitiba	201.157				

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Outro indicador de cobertura da rede de assistência social é a quantidade de famílias pobres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, o programa mais importante de transferência de renda do Governo Federal. Caucaia, Sobral e Maracanaú estão entre os municípios da amostra onde as porcentagens de famílias atendidas estão abaixo de 100%, o que significa que nem todas as famílias pobres estão contempladas. Nos locais onde a abrangência do atendimento é superior a 111%, existem mais famílias beneficiadas que as consideradas pobres pelo Cadastro Único.

Municípios	Programa Bolsa Família	Municípios	Programa Bolsa Família	Municípios	Programa Bolsa Família
São José de Ribamar	129,4%	Rondonópolis	112,9%	Campina Grande	102,4%
Juazeiro	124,8%	Aracaju	110,9%	Teresina	102,3%
Boa Vista	124,2%	São Luís	110,7%	Recife	102,2%
Caruaru	122,8%	Ilhéus	110,5%	Juazeiro do Norte	102,1%
João Pessoa	122,2%	Vitória da Conquista	108,8%	Ananindeua	102,0%
Porto Seguro	121,9%	Cabo Frio	108,3%	Arapiraca	101,5%
Luziânia	121,3%	Santa Rita	108,1%	Anápolis	100,9%
Várzea Grande	121,0%	Palmas	106,9%	Betim	100,9%
Porto Velho	120,7%	Maceió	106,5%	Olinda	100,7%
Nossa Senhora do Socorro	118,9%	Fortaleza	105,7%	Mossoró	100,5%
Camaçari	118,5%	Vitória	105,5%	Manaus	99,6%
São Gonçalo	118,2%	Belém	105,2%	Belford Roxo	99,5%
Lauro de Freitas	116,7%	Jaboatão dos Guararapes	105,2%	Serra	98,9%
Porto Alegre	114,4%	Cuiabá	105,0%	Campo Grande	98,6%
		Duque de Caxias	103,6%	Itabuna	98,6%

Municípios	Programa Bolsa Família	Municípios	Programa Bolsa Família	Municípios	Programa Bolsa Família
Paulista	95,7%	Marabá	87,2%	Juiz de Fora	77,3%
Canoas	95,4%	Simões Filho	86,4%	Aparecida de Goiânia	76,4%
Maracanaú	92,6%	Macapá	84,3%	São Paulo	76,4%
Governador Valadares	92,4%	Parauapebas	83,6%	Guarulhos	76,3%
Vila Velha	92,4%	Contagem	82,9%	Curitiba	74,8%
Feira de Santana	90,7%	Belo Horizonte	81,1%	Cabo de Santo Agostinho	73,8%
Sobral	90,7%	Cariacica	80,6%	São Leopoldo	73,3%
Nova Iguaçu	89,8%	São João de Meriti	80,6%	Florianópolis	70,9%
Imperatriz	88,9%	Salvador	80,0%	Uberlândia	64,2%
Natal	88,7%	Ribeirão das Neves	78,6%	Goiânia	62,2%
Alvorada	87,7%	Rio de Janeiro	77,7%	Campinas	60,5%
Caucaia	87,3%	Campos dos Goytacazes	77,3%		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

CULTURA E LAZER

PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

O Ministério da Justiça aponta o Ceará como um dos estados do Nordeste com maior oferta de Pontos de Cultura, apesar de os municípios selecionados para o levantamento não apresentarem os maiores números de equipamentos culturais desse tipo, comparativamente. Fortaleza ocupa a quarta posição, com 52 Pontos de Cultura, mas os outros municípios contam com menos de dez.

Municípios	Pontos de cultura	Municípios	Pontos de cultura	Municípios	Pontos de cultura
São Paulo	167	Rio Branco	17	Maracanaú	6
Rio de Janeiro	130	Cuiabá	16	São Gonçalo	6
Salvador	66	Teresina	16	Ilhéus	5
Fortaleza	52	Porto Velho	14	Juazeiro do Norte	5
Recife	50	Aracaju	13	Juiz de Fora	5
Curitiba	39	Vitória	13	Mossoró	5
São Luís	32	Campina Grande	12	Cabo de Santo Agostinho	4
Belo Horizonte	29	Palmas	11	Caruaru	4
Goiânia	29	Guarulhos	10	Jaboatão dos Guararapes	4
Porto Alegre	29	João Pessoa	10	Macapá	4
Natal	24	Sobral	9	Porto Seguro	4
Belém	23	Duque de Caxias	8	São João de Meriti	4
Olinda	23	Uberlândia	8	São José de Ribamar	4
Manaus	22	Canoas	7	São Leopoldo	4
Campo Grande	19	Feira de Santana	7	Anápolis	3
Florianópolis	19	Vitória da Conquista	7	Arapiraca	3
Maceió	19	Boa Vista	6	Caucaia	3
Nova Iguaçu	18	Governador Valadares	6		
Campinas	17				

Municípios	Pontos de cultura	Municípios	Pontos de cultura	Municípios	Pontos de cultura
Cabo Frio	3	Parauapebas	2	Juazeiro	1
Lauro de Freitas	3	Simões Filho	2	Paulista	1
Alvorada	2	Várzea Grande	2	Rondonópolis	1
Aparecida de Goiânia	2	Vila Velha	2	Luziânia	0
Belford Roxo	2	Ananindeua	1	Nossa Senhora do Socorro	0
Cariacica	2	Betim	1	Ribeirão das Neves	0
Imperatriz	2	Camaçari	1	Santa Rita	0
Itabuna	2	Campos de Goytacazes	1	Serra	0
Marabá	2	Contagem	1		

Fonte: Ministério da Cultura

GASTO DAS FAMÍLIAS COM RECREAÇÃO E CULTURA

O Ceará ocupa uma posição intermediária entre os estados brasileiros quanto ao percentual médio mensal de gasto das famílias com atividades de recreação e cultura. O Ministério da Justiça considera o percentual de renda familiar utilizada com gastos com cultura um indicador para medir o acesso da população à cultura e ao lazer.

Unidades da federação	Gastos com cultura	Unidades da federação	Gastos com cultura	Unidades da federação	Gastos com cultura
Pernambuco	2,43%	Amazonas	1,90%	Bahia	1,70%
Minas Gerais	2,21%	Roraima	1,90%	Maranhão	1,60%
Rio Grande do Sul	2,18%	Rio Grande do Norte	1,90%	Mato Grosso do Sul	1,60%
Pará	2,16%	Rondônia	1,80%	Paraíba	1,60%
São Paulo	2,14%	Acre	1,80%	Espírito Santo	1,60%
Santa Catarina	2,13%	Distrito Federal	1,80%	Alagoas	1,40%
Amapá	2,11%	Piauí	1,80%	Mato Grosso	1,30%
Rio de Janeiro	2,01%	Ceará	1,80%	Tocantins	1,30%
Sergipe	2,00%	Goiás	1,70%		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa de Orçamentos Familiares - 2009

A POLÍCIA MAIS AMEDRONTA DO QUE PROTEGE LÓGICA REPRESSIVA EM DETRIMENTO DO MODELO COMUNITÁRIO

A Polícia matou, em média, nove pessoas por dia no Brasil em 2015, de acordo com o Anuário de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que reúne experts do campo universitário, da polícia e da sociedade para a publicação do documento. As forças policiais brasileiras estão no topo de uma lista escandalosa de letalidade, de acordo com o relatório da Anistia Internacional divulgado também em 2015. É a corporação que mais mata no planeta.

As organizações internacionais endossam o que os movimentos nacionais em defesa dos direitos humanos já denunciam há décadas. Muitas mortes acontecem sem confronto entre policiais e vítimas ou reação por parte delas. As pessoas são atingidas pelas costas ou depois de rendidas, imobilizadas ou até feridas, não oferecendo, portanto, ameaça à integridade física dos agentes. Seja qual for a situação, os policiais alegam legítima defesa. E o corporativismo impede a investigação da maioria dos crimes e a formulação de denúncia ao Ministério Público.

O Projeto de Lei nº 4471/12, em tramitação no Congresso Nacional, cria regras rigorosas para a apuração de mortes e lesões corporais decorrentes da ação de agentes do Estado. Um inquérito deverá ser instaurado para investigar o fato e o autor poderá ser preso em flagrante, de acordo com a proposta, apresentada pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP), com os deputados Miro Teixeira (PDT-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP) e Fábio Trad (PMDB-RS).

Havendo aprovação e posterior sanção presidencial, as lesões e mortes decorrentes das ações policiais não deverão mais ser justificadas por meio do auto de resistência. As organizações de direitos humanos acreditam que o fim do auto de resistência contribui para diminuir a impunidade e a violência letal por ação policial. Atualmente, em caso de resistência à prisão, o Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº 3.689/41 - autoriza quaisquer meios necessários para que o policial se defenda ou vença a resistência e determina que seja providenciado um documento, assinado por duas testemunhas, o auto de resistência, que registra a ocorrência, mas não assegura a investigação do fato.

Antes de ser afastada da Presidência da República, Dilma Roussef encaminhou à Câmara dos Deputados, em abril, uma mensagem com pedido de urgência constitucional para votação do Projeto de Lei nº 5124/16, semelhante ao Projeto de Lei nº 4471/12, mas Michel Temer, ao assumir como presidente interino, solicitou a retirada da urgência, sem justificativa oficial. Com a urgência, o projeto deveria ser votado em 45 dias no plenário, mas agora a proposta do Executivo foi encaminhada para a análise das comissões técnicas e o projeto anterior aguarda entrar na pauta de votações, sem previsões.

Uma resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia da Polícia Federal e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de janeiro de 2016 aboliu o uso dos termos “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais em todo o território nacional. O documento determina que o incidente envolvendo uso de violência física passe a ser registrado como “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”. O delegado responsável pelo caso deve avaliar se os agentes envolvidos fizeram uso de forma moderada dos meios necessários e disponíveis para se defender ou para vencer a resistência.

A resolução também estabelece que um inquérito policial prioritário seja aberto sempre que o uso da força por um agente do Estado resultar em lesão corporal ou morte. E o Ministério Público deve ser comunicado sobre o incidente, independentemente da abertura de procedimento correcional interno em âmbito policial. No entanto, estudiosos do fenômeno da violência e ativistas de direitos humanos avaliam que as novas regras pouco repercutem para alterar o modus operandi que prevalece nas corporações, baseado na força letal.

O alto nível de violência na população em geral combinado ao elevado índice de violência praticada por policiais faz com que o Brasil também seja o país onde mais agentes de segurança pública morrem assassinados. Em 2015, enquanto nove pessoas foram mortas por dia nas mãos de policiais, 393 policiais morreram violentamente ao longo do ano. Segundo o Anuário da Segurança Pública, os policiais brasileiros são três vezes mais assassinados fora do horário de serviço do que trabalhando. Mas em 2015 houve crescimento de 30,5% no número de policiais mortos durante o expediente e queda de 12,1%, das mortes fora do trabalho, geralmente em situações de reação a roubo.

Se os números de homicídios praticados por policiais ou contra eles já são preocupantes, a realidade pode ser ainda pior, em função da baixa confiabilidade dos dados oficiais. O Ceará é um dos estados, ao lado de Sergipe e Mato Grosso do Sul, onde os pesquisadores enfrentam a falta de transparência, com lacu-

nas na contabilização das ações letais das forças de segurança. O problema, identificado na elaboração do Anuário de Segurança Pública, se repetiu também no Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, uma publicação do Ministério da Justiça lançada em 2015.

A fragilidade dos dados repassados pela Secretaria da Segurança Pública do Ceará é perceptível, por exemplo, na resposta sobre a quantidade de policiais militares e civis assassinados, informada pelos estados para a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública 2013, segundo a qual nenhum policial foi morto em 2013. Entretanto, a Associação dos Cabos e Soldados Militares do Ceará contabilizou naquele ano 18 policiais vítimas de violência letal. Se falta fidedignidade nas informações sobre as mortes dos próprios agentes do Estado, o que avaliar, então, sobre os dados das agressões praticadas por eles?

“Dados sobre letalidade policial, ou homicídios praticados por policiais, são escassos. Um indicador que pode nos aproximar desse fenômeno é o número de ‘intervenções legais’, assim categorizadas pelo DataSUS para se referirem a mortes que ocorreram pelas mãos do Estado. Nesse caso, os números são apresentados por município. Apenas em alguns municípios ocorreram casos categorizados como “intervenção legal” pelo SUS”, aponta o Ministério da Justiça.

O relatório também se baseou na Pesquisa Nacional de Vitimização para avaliar a situação de violência policial no Brasil, considerando como indicador importante o que se refere a agressões e extorsões sofridas pela população. “Este aponta territórios nos quais a polícia é mais violenta com a sociedade”. Entre os estados do Nordeste, o Ceará apresentou 7,5% de pessoas vitimadas por policiais, mais o Maranhão ficou com 4,9%, o menor percentual, e o Rio Grande do Norte, com 10,7%, o maior índice. “Não foram as piores situações encontradas quando tomamos em conta os estados de outras regiões”, conclui o documento.

Se a pesquisa fosse apresentada aos moradores das periferias de Fortaleza e pelo interior do Ceará, muito provavelmente seria contestada de imediato, pois é gritante o número de reclamações sobre a violência policial no Estado. Algumas comunidades chegam a manifestar mais aversão a agentes do Estado do que aos que vivem de praticar delinquência. “A gente confia mais na malandragem do que na própria Polícia”, aponta um jovem do Grande Bom Jardim, que se sentiu agredido durante abordagem policial. “Uma vez, quando fui parado pela Polícia, que estava fazendo busca de arma, vasculharam até o meu cabelo”, denuncia o rapaz, dono de uma vasta cabeleira black power.

O desvirtuamento do papel da Polícia faz com que a população perca a confiança nos homens da lei e, por extensão, no próprio Estado, já que eles representam o governo. “Se você en-

contrar um vagabundo, ele lhe toma só a carteira. Se encontrar a Polícia, ela vai lhe extorquir”, compara um dos pais da Chacina de Messejana. “A Polícia só aparece na comunidade para extorquir dinheiro de comerciante e de traficante”, reforça.

Pela dimensão que tomou, a Chacina de Messejana é um dos exemplos mais lamentáveis da violência policial no Ceará: 11 pessoas, entre elas nove adolescentes, assassinadas na madrugada do dia 12 de novembro de 2015, nos bairros Curió, José de Alencar e Messejana, em Fortaleza. Em agosto de 2016, a Justiça decretou a prisão preventiva de 44 policiais militares denunciados pelo Ministério Público. As vítimas não tinham envolvimento com a criminalidade. As informações policiais apontavam um adolescente com passagem pela Delegacia da Criança e do Adolescente por infração similar a crime de trânsito e um adolescente respondendo judicialmente por atraso no pagamento de pensão alimentícia, mas a família alegou que nem filho ele tinha.

As comunidades reclamam do tratamento que a Polícia oferece às áreas pobres das cidades. Pela experiência como coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (UFC), o sociólogo César Barreira constata que a Polícia trata adolescentes e jovens da periferia, em geral, como bandidos, abusando da autoridade e, por vezes, agindo com violência física. “Os jovens querem ser respeitados pelos policiais. Eles querem policiais preparados para proteger e orientar, não para reprimir”.

O que deveria ser uma atuação humanizada revela o despreparo dos policiais. “Queremos uma segurança pública que combata os conflitos e realmente promova a cidadania, tendo em vista que a Polícia, muitas vezes, tem gerado mais conflito e se afastado da comunidade”, questiona um jovem estudante universitário. O que deveria ser uma intervenção comunitária funciona com base na repressão. “A forma como a Polícia age é com uma violência brutal, ocasionando mais violência”, reforça um professor da rede municipal de ensino, militante do movimento negro.

Quando não agride ou mata, a banda podre da Polícia corrompe. As comunidades denunciam o envolvimento de muitos policiais com o tráfico de drogas e armas, atuando diretamente ou facilitando as ações dos traficantes. “Não é difícil você chegar em qualquer comunidade e ver um policial dialogando com o tráfico: ‘Ah, se você me der uma propina, eu vou deixar você livre’. Cada vez mais os policiais estão ajudando na corrupção”, apontou uma estudante do Grande Bom Jardim, diante de um tenente-coronel da Polícia Militar.

Na ocasião, durante a audiência pública promovida pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o representante da corporação teve de ouvir outras acusações acerca da corrupção policial e cumplicidade dos agentes com o crime.

“A Polícia observa e não faz nada”, reforçou outro jovem morador da área. “Temos muitos policiais bons, mas também temos muitos policiais corruptos, como também existe prefeito corrupto, população corrupta...”, complementou mais um estudante.

Os desmandos da Polícia não estão circunscritos à capital e à região metropolitana de Fortaleza. O envolvimento policial com o tráfico ilegal, a agiotagem e o assédio moral sexual são denunciados também no interior. Na audiência pública do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência realizada em Juazeiro do Norte, uma estudante de 18 anos, moradora de Barbalha, revelou já ter sofrido assédio de policiais, mais de uma vez, quando ainda era adolescente, enquanto ela andava na rua e eles estavam a serviço. “Qual o respeito a gente vai ter com esse pessoal?”, questiona, acrescentando que a comunidade sabe que eles também aliciam adolescentes para o consumo e o comércio de entorpecentes e prestam serviços a agiotas. “E quem vai puni-los?”, emendou uma psicóloga.

O Ceará é o primeiro estado brasileiro a criar, em junho de 2011, uma Controladoria Geral de Disciplina independente e autônoma, hoje com 170 funcionários, incluindo não policiais. Antes, a Corregedoria não tinha o poder de responsabilizar os agentes do Estado, mas apenas sugerir a aplicação de penas. De acordo com o Governo do Estado, após a criação da Controladoria, 659 profissionais, entre militares, policiais civis, bombeiros e agentes penitenciários, já tiveram de responder por ilícitos praticados, sendo 125 excluídos definitivamente dos quadros das respectivas corporações.

POBRES E NEGROS, PRINCIPAIS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

A desigualdade social e racial no Brasil se reflete também na violência praticada por policiais. A própria Organização das Nações Unidas avalia que existe uma desproporcionalidade entre o número de brancos e negros mortos por agentes do Estado. O preconceito de cor ganha agravantes quando se amplia para o local onde a pessoa mora ou circula, para o vestuário e os acessórios que usa ou para o horário em que se encontra no espaço público. Um jovem negro, com cabelo rastafári e piercing ou tatuagem pelo corpo, avistado sem camisa na rua, altas horas, é alvo preferencial das ações desmedidas da Polícia ao se enquadrar em estereótipos negativos criados pela sociedade.

A igualdade e o respeito às diferenças, princípios norteadores da convivência humana, também devem fundamentar a relação dos agentes do Estado com os cidadãos em qualquer espaço, independentemente de idade, raça ou etnia, nível socioeconômico,

DAVI PINHEIRO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

gênero ou orientação sexual. Mas há um preconceito social e um racismo institucional que contaminam as corporações policiais e foram comprovados também na pesquisa de campo do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

A pesquisadora Amanda Barbosa se deparou com a história de um adolescente assassinado, que apenas fumava, não ingeria bebida alcoólica e nem tinha envolvimento com gangues ou outra qualquer relação com práticas ilícitas, mas foi “condenado” na visão de um policial por ser negro e tatuado. Socióloga, ela mesma diz já ter vivenciado o racismo institucional, ao conviver durante um semestre inteiro na universidade com um professor que nunca lhe chamava pelo nome, mas por “moreninha”.

A realidade perversa do preconceito racial e social foi exposta durante as audiências públicas realizadas pelo comitê. “A Polícia pára o jovem negro na rua como se ele fosse um criminoso”, reprova uma universitária, moradora de Maracanaú, município da região metropolitana de Fortaleza. “Com a gente de cor, quando os homens param, o negócio é trash”, define um músico percussionista da capital.

A audiência pública na Barra do Ceará virou oportunidade para o protesto de um grupo de jovens contra mais um abuso de autoridade no bairro Jangurussu. O grupo denunciou que uma adolescente, ao ser abordada por um policial e questionar o motivo, passou por uma sucessão de arbitrariedades ao ser levada por ele à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA).

“Somos todos iguais perante a lei ou perante a sorte?”, questionou um dos jovens, ao descrever a situação. “A voz do policial é mais alta do que a nossa. Nossa amiga não foi escutada e levou dois chutes na delegacia”, acrescentou uma moça, apontando mais uma agressão. “A Polícia não dá direito de reivindicar direitos, seja ao adolescente ou ao adulto, porque se acha acima de tudo e, se encontra alguém mais esclarecido numa comunidade menos abastecida, se sente agredida”, concluiu a enfermeira Ivoneide Oliveira, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC) no comitê.

O caso é mais um a levantar a discussão sobre a relativização do direito e da justiça e a violência institucional nas periferias. Outros exemplos são descritos em profusão pelos moradores das comunidades. Problemas históricos, seculares, que se atualizam. “A situação não é nova, vem desde a chegada dos europeus, só muda o jeito. A Polícia é o Estado que está presente na nossa vida desse jeito. Muitos meninos, sem registro de nascimento, sem terem documentos, são presos, são mortos pela própria Polícia, pelas milícias...”, denuncia uma integrante da Pastoral do Menor em Fortaleza. “A saída é radicalizar, não ficar só na conversa, não aceitar que a Polícia chegue de madrugada, entrando na casa das pessoas, matando...”

Nas áreas consideradas nobres, a abordagem policial é outra. “Eu sou usuário de maconha. Enquanto na periferia, eu já fui abordado como ‘vagabundo’, ‘cadê a tua mãe?”, no Papicu, quando eu estava com uns amigos playboys, os policiais chegaram dizendo “dá licença, por favor, mão na cabeça”, compara um estudante. Dentro de casa, nas ruas, nos equipamentos públicos, no transporte coletivo... A lista de locais onde adolescentes e jovens são submetidos a constrangimentos se amplia. “É preciso prevenir a violência que se sofre no ônibus, no Cuca, às vezes, por usar um boné... O assassinato é o ponto final da violência”, destaca.

Como alternativa a uma política de segurança essencialmente repressiva, por vezes violadoras de direitos humanos, os governos devem unir esforços para formar policiais que atuem nas comunidades dentro de uma cultura de acolhimento. Além das políticas sociais estruturadas nos territórios, é preciso garantir uma segurança pública que promova a cidadania. A sociedade quer um Estado que não seja omissivo, quando a Polícia deixa de estar no território oferecendo proteção e segurança, e que também não seja violento, quando o agente do Estado abusa da autoridade e da repressão. “Quando eu falo da Polícia, é porque eu tive amigos e familiares mortos pela Polícia. A gente não pode fechar os olhos, tem que debater isso com as escolas, pra chegar realmente nas causas”, apontou uma participante das audiências públicas promovidas pelo comitê.

Do centro às periferias, das áreas mais ricas às comunidades mais pobres, a população almeja que a Polícia se faça mais presente em todos os municípios, desde que ofereça confiança, e não medo, aos moradores. “Falta uma integração entre polícia, escola e comunidade”, constata a pedagoga Ednalda dos Santos, monitora do Centro de Referência Especializada (Creas) em Juazeiro do Norte. “Os adolescentes enxergam a Polícia como uma instituição identificada com o castigo e a violência, de que chega pra bater, pra punir, pra matar... É assim que eles veem”, aponta a assistente social Vaneska Pinheiro dos Santos, que trabalha no Centro de Referência da Assistência Social (Cras), em Juazeiro do Norte.

A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência concluiu, a partir dos relatos dos familiares de adolescentes assassinados e dos garotos aos quais se atribui a autoria de mortes, uma relação de conflitualidade entre polícia e comunidade. De acordo com os entrevistados, as abordagens policiais revelam uma estigmatização de adolescentes negros e pobres. Em Fortaleza e Caucaia, segundo os familiares, 73% dos adolescentes vítimas de homicídios sofreram violência policial.

“A abordagem policial segue critérios técnicos que se baseiam na capacidade de reação da pessoa que está sendo abordada. Primeiro você faz uma avaliação, que é rápida, mas ela é feita do nível

de risco que aquela pessoa oferece ou possa vir a oferecer. Baseado nisso, o policial puxa para si os meios que ele pode fazer para se defender ou defender outras pessoas, porque essa defesa não se restringe só a ele. Então, a partir desse momento que ele decide pela abordagem, ele tem que verificar as condições do local, as condições de luminosidade, as condições de reação dentro daquele conjunto. Não há um critério específico para abordagem do adolescente”, explica um tenente-coronel presente a um dos grupos focais do comitê.

O representante da Polícia Militar sustenta que nenhuma técnica policial, seja onde for, privilegia o uso de violência. “A abordagem policial em si, em certos pontos, pode parecer de certa maneira truculenta, mas ela não tem esse viés, ela tem o viés de garantir a segurança de todos naquela área”. De acordo com o tenente-coronel, a impulsividade própria da idade favorece uma reação maior do adolescente e, conseqüentemente, acaba também fazendo com que ele fique mais exposto. “Isso tem sido usado inclusive pelo tráfico de drogas, pelo crime organizado de maneira geral, para que os adolescentes cometam crime. Como o adolescente não tem uma perspectiva de futuro, para ele, matar um, dois ou três, tanto faz. Ele age de forma impulsiva, ele não pensa, não pára, não medita sobre aquilo que está realizando. É muito comum por exemplo a gente ver adolescentes atirarem em uma viatura, o que você não vê, por exemplo, no criminoso com maior idade”.

De acordo com outro tenente-coronel, o avanço do tráfico de drogas também tem dificultado a aproximação da polícia com as comunidades. “Hoje, é muito difícil, por exemplo, para uma liderança comunitária, abrir um diálogo com a polícia, porque ela se expõe na sua região, infelizmente”. Ele diz que tem orientado os policiais para que adotem cautela no contato com a comunidade, de modo a preservar os moradores. “De repente, o policial está fazendo uma visita comunitária na casa de uma pessoa pela manhã, mas à tarde o Batalhão de Choque recebe uma informação que tem tráfico de drogas em uma determinada rua lá e vai fazer essa repressão. O que é que o traficante vai dizer? ‘O cara passou informação e a polícia veio aqui’. E isso vai ocasionar, sim, uma retaliação do tráfico de drogas”, ilustra o tenente-coronel.

PERIFERIA SOB TOQUE DE RECOLHER?

Adolescentes e jovens das periferias denunciam que a repressão policial impõe um toque de recolher. Mesmo que o direito de ir e vir seja uma garantia constitucional básica, para pobres e negros vira motivo de criminalização circular pela rua, sentar-se numa calçada ou ocupar uma praça após determinado horário da noite.

“A linguagem da Polícia e do Estado é a repressão”, aponta um jovem morador do bairro Henrique Jorge.

Seja qual for o horário, se adolescentes e jovens da periferia se aglomeram num espaço público, em geral não tem diálogo, e a reação tende a ser também na base da força bruta. É assim com os rolezinhos, encontros simultâneos de dezenas ou centenas de pessoas, em praças, parques e shopping centers, marcados pela internet, mas confundidos com tumulto, baderna, confusão. “O poder público tem que chegar junto para fortalecer a organização juvenil, contribuindo com as atividades. Queremos proteção policial em vez de repressão”.

Os rolezinhos têm sido apontados por alguns segmentos, a exemplo dos proprietários, funcionários e frequentadores de espaços de grandes centros comerciais, como oportunidade para a prática de supostos delitos. Para os participantes e alguns estudiosos, esse entendimento nada mais é do que a expressão de um preconceito social e até étnico-racial.

O fenômeno, que começou no fim de 2013, por São Paulo, e se ampliou para o resto do Brasil, mostra uma nova forma de encontro e interação da moçada pobre e negra das periferias, inclusive com um viés político, intencional ou não. A simples ocupação dos espaços, frequentados predominantemente por adolescentes e jovens de classe média e alta, por si só dá visibilidade a desigualdades existente entre integrantes de uma mesma faixa etária.

Em praça pública, na rua, na porta de casa, dentro de casa... Os moradores das periferias denunciam que as ilegalidades e arbitrariedades policiais acontecem em todo canto. A irmã de um dos adolescentes assassinados na Chacina de Messejana denuncia que ela também já foi vítima da abordagem agressiva de policiais. “Ei, vagabundo, tira o casaco”, teria ouvido ela, ao ser confundida com um menino, porque estava de calça e vestia um casaco. Como a jovem disse que não era homem, o policial foi embora. “As comunidades sofrem pela (ação da) Polícia, Elas são muito discriminadas pela Polícia. Se é homem e faz uma coisa no cabelo, é vagabundo. Se é mulher e usa short curto, é rapariga”.

De um extremo a outro da cidade, a insatisfação com a atuação dos agentes de segurança se repete. “O trabalho da Polícia é muito ruim. Às vezes, o jovem está sentado, mas a Polícia não pergunta o que ele está fazendo, já chega batendo e chamando de vagabundo. A Polícia está batendo hoje até na mulher, não quer nem saber, mete o tapa”, constata uma líder comunitária do Vicente Pinzón, que teme, inclusive, ter o nome revelado.

Há necessidade de uma mudança profunda na estrutura de segurança pública do Estado. Nas comunidades, é recorrente a insatisfação com os profissionais de segurança e a denúncia de corrupção policial, inclusive com venda de armas, o que fomenta a violência. “A Polícia, que está lá pra te proteger, não protege”,

DAVI PINHEIRO



lamentava um dos jovens presentes às atividades do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, afirmando já ter presenciado e sofrido violência policial. “Eu já apanhei da Polícia e já vi gente apanhando”.

Organizações de direitos e humanos e especialistas em segurança pública defendem que o modelo de polícia precisa ser revisto, considerando questões como a desmilitarização e a instituição de um ciclo completo, que consiste na atribuição à mesma corporação policial das atividades repressivas de polícia judiciária ou investigação criminal e da prevenção aos delitos e manutenção da ordem pública. “A questão do ciclo completo de polícia é algo que precisa ser debatido com a seriedade devida. Nós precisamos repensar se o modelo de polícia hoje vigente está se prestando realmente ao desejo constitucional. Nós estamos nos sentindo realmente protegidos? Esse modelo é o modelo de proteção, de segurança, que está dando certo?”, questiona a promotora de Justiça Flávia Soares.

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Ministério Público do Ceará, a promotora se ressentida da falta de transparência da polícia. “O controle externo só pode ser realizado



se houver transparência. O Ministério Público tem uma grande dificuldade em fazer o controle externo da atividade policial porque os dados não chegam ao Ministério Público”.

A promotora considera que existe uma resistência dos operadores do sistema de justiça e segurança pública também em trabalhar com dados e pesquisas disponibilizados pelas universidades e centros de estudos, informações que contribuiriam muito para a efetividade das ações e o enfrentamento à violência. “Às vezes, os estudos são feitos, mas não chegam até a gente e nem consideram outras realidades”, reage um tenente-coronel da Polícia Militar, presente a um dos grupos focais do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Diante de tanta insatisfação com a atividade policial, tornam-se cada vez mais necessárias a qualificação e a formação continuada dos agentes de segurança. A criação e construção da Academia de Segurança Pública do Ceará, considerada pelo Governo do Estado como a mais moderna do Brasil, tem capacidade para treinar e formar 1.100 policiais por ano e é a primeira no país a reunir na mesma turma policiais civis e militares, criando assim o embrião de uma cultura profissional unificada.

“Eu vejo um processo de humanização com a Academia, que oferece disciplinas de direitos humanos obrigatórias na formação dos policiais militares, mas também vejo um ótimo ganho na qualidade dos profissionais de segurança pública, notadamente os policiais militares que estão, gradativamente, se preocupando com a formação profissional além da militar. Eles estão se preocupando mais com uma graduação, com uma pós-graduação, e isso diretamente influencia no comportamento dele”, avalia um dos policiais militares também presente ao grupo focal do comitê.

Na avaliação de outro colega de farda, falta uma aproximação efetiva entre a polícia, a universidade e as organizações não governamentais que atuam com o tema da segurança pública. “Quando não há essa aproximação, as percepções de ambos os lados mudam, em especial a nossa. Para o policial que está efetivamente trabalhando dentro do policiamento ostensivo, trabalhando na rua, é fundamental que seja modificado o olhar dele, mas ele não consegue perceber a importância que a academia tem, que a organização não governamental tem, que determinado setor de promoção dos direitos humanos tem”.

O representante da PM avalia que a falta de percepção acontece porque os policiais só sentem o impacto das críticas ao trabalho e não a contribuição dos estudos e análises para o aperfeiçoamento das ações de segurança “Essa falta de percepção traz algumas distorções, entre elas a de que a academia não entende a nossa realidade ou de que a ONG não entende a dificuldade que o policial passa”, observa. “O que falta, efetivamente, é a percepção de que existe um único objetivo”, conclui.

EXTERMÍNIOS E SOFRIMENTOS COLETIVOS TRISTES LIÇÕES ENTRE AS CHACINAS DO PANTANAL E DE MESSEJANA

Fortaleza, comunidade do Pantanal, bairro José Walter, 20 de novembro de 1993: três adolescentes executados por policiais. Fortaleza, bairros do Curió, José de Alencar e Messejana, 12 de novembro de 2015: dois adultos e nove adolescentes executados e outras sete pessoas lesionadas por policiais. Entre a Chacina do Pantanal, a primeira no Ceará de repercussão nacional, e a Chacina de Messejana, uma das maiores já registradas no Estado, passaram-se 22 anos.

As duas chacinas marcantes na historiografia de homicídios no Ceará tiveram como responsáveis aqueles a quem a população deveria creditar o papel de proteger o cidadão, mas os homens da lei foram agentes da morte. Que aprendizados a sociedade e o poder público cearense podem extrair do extermínio de tantas pessoas, essas das duas chacinas, mas também aquelas que se perderam entre os números da violência crescente? Há duas décadas, os assassinatos de três pessoas ao mesmo tempo causavam maior comoção e espanto. Hoje, a violência concentrada e em maior dimensão precisa produzir mais vítimas para merecer atenção.

As chacinas produzem, obviamente, um sofrimento coletivo. Mas, como expressões da violência ampliada, também geram dores que se expandem para além das famílias diretamente atingidas? Os massacres são capazes de causar o incômodo e o movimento necessários para promover transformações efetivas no sentido de impedir que as tragédias se repitam? Há uma indiferença social e uma inoperância governamental que acabam por legitimar as mortes. “A ausência de comoção me comove muito”, observa o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, deputado Renato Roseno.

Na madrugada do dia 20 de novembro de 1993, uma cena clássica, que se repete na periferia de Fortaleza ainda hoje, terminou com a morte de Carlos Antonio da Silva, conhecido como Bité, o mais velho, com 16 anos, Veridiano Duarte da Silva, de 15 anos, chamado de Verinho, e André Gomes de Sousa, o Duda, de apenas 14 anos. Os meninos estavam sentados numa das esquinas da comunidade Pantanal, quando dois homens chegaram numa motocicleta, mandaram os três colocar as mãos na cabeça e dispararam cerca de 20 tiros, quase todos atingindo a cabeça das vítimas.

Um sargento e dois soldados foram a julgamento em 1997, depois de expulsos da Polícia. O sargento, condenado a 54 anos de prisão, recorreu da sentença e foi absolvido no segundo julgamento, em 2000. O Ministério Público decidiu ingressar com uma apelação, mas em 2002, por decisão judicial, o sargento foi reintegrado à Polícia Militar. Nas eleições municipais de 2012 e 2014, ele foi candidato a vereador em um município da região metropolitana de Fortaleza. Os outros dois policiais foram condenados a 51 e 39 anos de prisão, mas não se teve mais notícia deles.

Aos garotos eram atribuídos envolvimento com drogas e prática de pequenos delitos. Na época, testemunhas não quiseram falar sobre o caso, com medo de represálias, mas havia um clamor da comunidade por justiça. Os crimes foram tratados como queima de arquivo e ganharam ampla repercussão, porém, aos poucos, foram caindo no esquecimento e na indiferença. Eram “meninos de rua”.

Desde então, outras chacinas aconteceram no Ceará, diluindo-se na banalidade de tantas mortes, até que, na madrugada do dia 12 de novembro de 2015, o massacre foi tão grande que voltou a surpreender a todos: 11 mortos, nove deles também adolescentes, em três áreas da Grande Messejana. Eram também pobres e moradores da periferia, mas tinham endereço fixo e alguém por eles, apesar da dor e do medo que tomaram conta dos familiares.

Desde o início das apurações, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social trabalhou com três hipóteses, mas duas delas, que consideravam a possibilidade de que os assassinatos estivessem relacionados com a disputa de território por traficantes de drogas, foram descartadas ainda no mês de novembro. A terceira linha de investigação, que atribuía a policiais a autoria dos crimes, foi confirmada. A ação teria sido planejada pelas mídias sociais, numa represália a ameaças de criminosos e à morte de um soldado.

O inquérito policial demonstrou que a chacina foi em retaliação à morte do soldado Valtemberg Chaves Serpa, horas antes, no bairro Lagoa Redonda. “Se isso se confirmar, para nós realmente será uma surpresa, porque além de ser uma ação criminosa, seria uma medida descabida, porque o policial não foi morto por ser policial”, declarou, um dia depois dos crimes, o secretário da Segurança, Delci Teixeira. Ao tentar defender a esposa de um assalto, o policial teria entrado em luta corporal com o assaltante e foi atingido com um tiro na cabeça.

Depois de sete meses da Chacina de Messejana, a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará indiciou 38 agentes, sendo 33 por homicídio qualificado e tentativa de homicídio e cinco por prevaricação, ou seja, por não terem impedido as execuções. O Ministério Público pediu a prisão preventiva de 45

policiais militares por participação nos assassinatos: um tenente-coronel, um tenente, sete sargentos, seis cabos e 30 soldados. “Quem tiver a oportunidade de ler a peça delatória, vai ver que o MP individualizou de forma substancial a conduta de cada um dos 45 acusados”, argumenta o promotor Marcus Renan Palácio. A Justiça determinou a prisão de 44 policiais, deixando de fora um dos oficiais acusados.

Se já é de causar perplexidade o número de 38, 44 ou 45 policiais militares acusados de envolvimento, as comunidades da área onde os crimes aconteceram suspeitam de uma participação ainda maior, que pode superar 100 pessoas. Por isso mesmo, mais de um ano depois, parentes e amigos das vítimas ainda cobram apuração completa, identificação de todos os autores e a devida responsabilização para cada um, inclusive para eventuais mandantes.

“Era meia-noite quando os policiais invadiram. Eram muitos, muitos. Usavam fardas da Polícia, o rosto coberto...”, descreveu a sogra de uma das vítimas, ao prestar depoimento. Não só os familiares, mas os moradores das comunidades atingidas e de outras áreas da cidade e representantes de instituições em defesa da vida passaram a apelar por justiça. “Nós não queremos vingança, mas que a instituição seja responsabilizada e nos dê respostas”, esclarece Tarciana Teixeira, membro da Pastoral do Menor em Fortaleza.

“MÃE, FUI BALEADO”

Dos 11 mortos da Chacina de Messejana, sete foram alvejados na cabeça. A Perícia Forense do Estado do Ceará confirmou as execuções sumárias. Os laudos cadavéricos permitem constatar que um dos rapazes, de apenas 17 anos, mas que já era pai de uma menininha de três meses, foi o mais atingido pela fúria policial. Ele estava no entorno de uma igreja, aproveitando o sinal do wifi do local, quando sofreu sete perfurações à bala, entre elas três nas costas que cravejaram os pulmões. O exame permite deduzir que o garoto do Curió ainda agonizava ao chão quando recebeu outros dois disparos, um deles de cima para baixo no meio do crânio e outro na região frontal da cabeça.

O adolescente, que era funcionário de uma central de táxi, começou a trabalhar ainda criança, aos 11 anos, e já tinha sido empregado de uma oficina de bicicleta. Apegado à família e aos amigos, ele tatuou no corpo o nome dos pais e do melhor amigo, que havia falecido de câncer cinco meses antes e cujo irmão também morreu na chacina. Fazia pouco tempo também que ele havia parado de estudar e se tornado pai. A tia, que criou o rapaz desde pequeno como filho, depois que a mãe biológica e irmã dela morreu, prefere silenciar sobre o envolvi-

mento de agentes do Estado nos crimes. “No que diz respeito à Polícia, ela não quis falar sobre o assunto e ficou em silêncio. Aquele silêncio que diz bastante, porque estavam em seu olhar a dor, a saudade e o sofrimento”, traduz a assistente social Letícia Pequeno, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Outros familiares conseguem verbalizar não só o que sentem, mas o que já foi apontado pela própria Polícia, o Ministério Público e a Justiça. “Eles estavam em uma média de dez carros. Não podia ser vagabundo, vagabundo não se mascara. Eu morro dizendo que foi a Polícia”, afirma, convencido, o pai de mais um adolescente morto no Curió. “A gente não esquece é nunca”, acrescenta, com a lembrança angustiante de ter visto o filho de 18 anos fenecer no portão de casa.

Mesmo atingido por cinco tiros, três disparados pelas costas, um no antebraço esquerdo e outro na região abdominal, o jovem teve forças para se deslocar até a entrada da residência, a alguns metros do local onde foi alvejado. Mas foi só o tempo de chegar e falar: “Mãe, fui baleado”. E morrer nos braços da mulher que lhe deu a vida. A mãe conta que, além dos tiros, o filho apresentava sinais de espancamento. Foi vítima da violência brutal de quem ele tinha como modelo, pois almejava ser policial militar. “Era um menino bom”, diz a mãe, inconsolada. Quanta dor para os pais que perderam dois filhos no mesmo ano. O rapaz tinha deixado de estudar entre 2013 e 2014 para ajudar a cuidar do irmão, diagnosticado com uma neoplasia testicular e que morreu também em 2015.

Outro adolescente, que gostava de participar de rolezinhos com os amigos da comunidade e de ir para luaus na Avenida Beira Mar a cada três meses, estava com outros cinco colegas na calçada de uma igreja evangélica quando os policiais “chegaram atirando aleatoriamente contra eles”, conforme relata o pai de um dos meninos mortos, de 17 anos, cujo laudo registra que um dos quatro orifícios encontrados entre a cabeça e o tórax da vítima apresentava características de tiro a curta distância. Uma das balas disparadas contra o rosto do adolescente ficou alojada no cérebro. Segundo o pai, além dos tiros, o garoto também recebeu diversos chutes pelo corpo.

Os dois primos do adolescente, que também estavam no grupo, conseguiram sobreviver – a única mulher, uma jovem de 22 anos, correu com os disparos, mas o irmão foi atingido, ficou paraplégico e teve o baço e um dos pulmões perfurados. Na avaliação do tio, havia uma intenção deliberada dos policiais de matar os cinco meninos. Os tiros em direção à sobrinha seriam para intimidá-la e fazer com que ela fugisse do local. Quatro foram mortos por volta dos 20 minutos daquele dia 12, segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

RAFAEL LIMAVERDE



- MARCELO • VALMIR •
- ALISSON • MARCELO •
- PATRÍCIO • ALEF •
- JARDEL • RENAYSON •
- JANDSON • ELENILDO •
- PEDRO •

11/11/15

Grafite de Rafael Limaverde: arte para homenagear as vítimas da Chacina de Messejana e denunciar a violência policial



O pai de um dos sobreviventes é o pastor da igreja onde os adolescentes estavam e socorreu as vítimas utilizando o próprio carro, mas, ao passar pelas ruas próximas de onde houve outros assassinatos, ainda foi interceptado por policiais que perguntavam para onde ele ia, atrasando a chegada até o hospital. “Na favela, a Polícia entra, destelha as casas, joga as telhas no chão, bate nos adolescentes, ameaça as pessoas que derem depoimentos”, complementa o pai do garoto de 17 anos, indignado pela dor de perder o filho e ainda precisar provar que ele não tinha envolvimento com práticas ilícitas. Para demonstrar que o garoto não andava com objeto proibido ou que representasse perigo à sociedade, o pai sempre faz questão de apresentar a mochila que o adolescente usava no dia do crime e o que havia dentro dela: o fardamento escolar e o uniforme do treino de futebol.

Naquele dia, antes de chegar ao Curió para encontrar os primos, o adolescente, que morava no Conjunto São Cristovão, em Messejana, havia ido até uma quadra de esportes. “Ele era um menino muito feliz, que adorava jogar futebol”, conta o pai. Para as pesquisadoras do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o pai mostrou também álbuns de fotografia com os registros da infância do filho. “Ele era uma criança criada com muito amor”.

A família mora há 23 anos na mesma casa, desde quando o conjunto habitacional começou a se constituir. Pai e mãe sempre trabalharam e aproveitaram bem o casamento e a relação a dois antes de terem o primeiro filho. “Se há algum conforto na morte de alguém que amamos, é saber que a pessoa está indo para um lugar onde não há tristeza, maldade e dor. Fique em paz”. As palavras, estampadas nas camisetas confeccionadas em homenagem ao adolescente são lembradas pelo pai numa tentativa de alento.

No dia dos crimes, o garoto chegou ao Curió na companhia de um colega que também seria assassinado. Os dois tinham em comum a idade, o local de moradia, os estudos e o interesse pelo futebol. Momentos antes, eles estavam jogando bola no Conjunto São Cristovão. O colega também adorava andar de skate e ouvir música. Ele fazia parte de um grupo de dança e se identificava muito com o cantor canadense Justin Bieber, ídolo pop da garotada.

“Ele era um menino muito bom e companheiro, era tudo pra mim”, relembra a mãe, com quem o garoto gostava de jogar dama. O afeto entre os dois era cultivado diariamente. “Ele, todos os dias, dizia que me amava”. No caderno que deve ficar para sempre compondo a memória afetiva sobre o filho, ele deixou registrada uma das mais lindas declarações de amor à mãe. Com talento especial para o desenho, escreveu com traços bem elaborados a frase circundada por uma caprichosa moldura: “Dona Edna é a dona do meu coração”.

O adolescente carinhoso, amigo e respeitador, como afirma a mãe, era muito amado desde criança e querido não apenas pela família, tanto que mais de 250 pessoas foram prestar a homenagem póstuma. “Essa é uma dor que não vai parar nunca”, lamenta, numa tristeza compartilhada com a filha também adolescente, tristeza entrecortada apenas pelas lembranças que ele deixou. “Ele nunca me deu trabalho. A única coisa ruim que aconteceu com ele foi essa que não tem mais volta”.

A família foi surpreendida tragicamente no território que a mãe escolheu para morar pensando que estava resguardando os filhos da violência. Com o desejo de oferecer melhores condições de vida a eles, ela havia deixado a casa própria numa comunidade considerada perigosa e foi morar de aluguel no Conjunto São Cristovão. Para que os filhos se tornassem pessoas boas, ensinou que eles deveriam estudar, evitar envolvimento com drogas e não andar em más companhias.

A mãe diz que só não orientou os filhos a ter medo da Polícia, pois jamais imaginava que poderiam se tornar vítimas dos agentes do Estado. “Eles colocaram panos na cara e saíram matando inocentes, usando o poder e o nosso próprio dinheiro”, lamenta, reivindicando o direito de denunciar os abusos de autoridade, a violência e as tentativas de intimidação. “Ainda não podemos falar. Por que falar não pode?”. O sofrimento pela perda do filho despertou o sentimento de aversão à Polícia. “A Polícia entra em todo lugar abusando do poder”.

Foi com medo da violência que a mãe havia pedido que o filho deixasse de trabalhar, pois a oportunidade que conseguiu, um emprego em buffets, obrigava o garoto a voltar para casa de madrugada, o que ela considerava perigoso. Nessas recordações emocionadas, a mãe considera que, se o adolescente ainda estivesse trabalhando, talvez não tivesse sido morto. Era também à noite que ele estudava, pois se encontrava fora da faixa etária escolar, em função de ter se ausentado da escola algumas vezes por motivo de doença. Ela tinha medo de que o menino morresse cedo porque apresentava uma saúde muito frágil. Segundo a mãe, ele mesmo tinha receio da morte e ficava apavorado quando adoecia. “Mas eu nunca imaginei que meu filho fosse morrer daquele jeito”.

A última vez que ela viu o filho com vida, ele havia saído para jogar bola, atividade tão corriqueira no dia a dia da maioria dos meninos. Ele comprou um lanche e deixou em casa para comer quando voltasse. Não voltou. “Ele foi se encontrar com a morte”. O adolescente cheio de carisma, que gostava de se divertir e passear à beira-mar, que apreciava tanto a vida que sentia medo da morte, teve a existência interrompida prematuramente por três tiros: um na região posterior da coluna cervical, um atrás do pescoço e outro na região dorsal, saindo pela região torácica. A mãe só ficou sabendo do infortúnio 11 horas depois. “Enquanto isso, ele estava como indigente”.

“SÓ DEU PARA VER O ÚLTIMO SUSPIRO DO MEU FILHO”

A dor das famílias se amplia diante do desrespeito com que elas foram tratadas pela Polícia. Como se não bastasse o sofrimento pela morte dos filhos, tiveram de suportar humilhações e insultos, a exemplo do que passaram os pais dos dois adolescentes assassinados no bairro José de Alencar, mais conhecido como Alagadiço Novo. Na sequência das mortes em série, eles foram executados ali, à 1h54min, segundo as informações oficiais.

Eram amigos, mas como se fossem irmãos, e estavam sentados na calçada quando o mais velho, de 17 anos, adentrou rapidamente em casa. “De repente, invadiram a residência três policiais fardados e um de bermuda com uma blusa listrada – todos encapuzados – e arrastaram ele para fora. Nessa ocasião, os dois adolescentes foram jogados ao chão e espancados com chutes”, relata Letícia Pequeno, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, a partir da entrevista feita com o pai de um deles.

Aos 46 anos, mais de 20 trabalhando como pescador e pintor de parede para sustentar a família de seis filhos, o pai ainda tentou impedir os excessos dos policiais, mas foi em vão, pois vociferavam agressões, gritavam palavrões e apontaram a arma em direção a ele, obrigado a permanecer imóvel dentro de casa, impotente diante da sanha policial. “Logo depois, só ouvi os papocos. Quando abri a porta, haja sangue! Só vi o sangue espalhado no chão. Ainda corri atrás deles, mas já estavam longe. Quando voltei, só deu para ver o último suspiro do meu filho”, relembra, com os olhos marejados e a alma devastada.

Filho do primeiro casamento, criado pela avó materna, o adolescente estava morando com o pai há poucos anos, mas era muito companheiro, gostava bastante dos irmãos e tinha muitos amigos na rua. “Eu nunca ia imaginar que eles iriam fazer isso com o meu filho, em frente de casa”, conta o pai, com uma tristeza pungente, como constatou Verônica Benevides, também pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. “Ele falava baixinho, media bem as palavras e tinha uma tristeza que doía na alma de quem olhasse nos seus olhos”. A autópsia realizada no corpo do filho revela que ele recebeu três tiros pelas costas, todos na cabeça, ficando dois projéteis alojados no rosto e outro na base cerebral.

O amigo, o mais novo de todas as vítimas da chacina, tinha apenas 16 anos e foi executado com um tiro no meio da cabeça, disparado de cima para baixo em linha reta, conforme aponta a necropsia no corpo ainda imberbe. Provavelmente, antes de ser morto, o garoto foi ajoelhado ou sentado pelos algozes. A bala, de acordo com o exame, “fragmentou estruturas ósseas do crânio” do menino.

LUCAS MOREIRA



Grafite lembra o número de mortos na Chacina de Messejana: dois adultos e nove adolescentes executados em novembro de 2015

Além da dor pela morte do adolescente, a mãe e a irmã ainda passaram pela afronta policial no caminho para o sepultamento. Elas denunciaram que agentes interceptaram o veículo da funerária e o ônibus que levavam as pessoas ao enterro e submeteram os ocupantes a uma busca de arma. O desrespeito não poupou nem a mãe do garoto. “Sua véa, você não vai descer não?”, teria provocado um dos agentes. “Respeita ela, que ela é uma senhora idosa”, reagiu a filha. Segundo ela, os policiais ainda tentaram justificar a execução: “Seu irmão mereceu morrer porque era vagabundo”.

Na mesma rua, onde bem próximo existe o Bar da Paz, o que se viu foi um cenário de guerra. Os homicidas deixaram quatro mortos e uma pessoa baleada. Além dos dois adolescentes, um comerciante de 41 anos foi alvejado dentro de casa, na presença da esposa e da filha de cinco anos, após tentar vender cigarros a outro homem, de 37 anos, que morava em frente à mercearia e também foi assassinado na hora. Os adolescentes estavam bem perto do pequeno comércio, aproveitando o sinal do wifi do estabelecimento, assim como os meninos que foram mortos no Curió.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

Embora algumas reações tenham sido de criminalização das vítimas, a maioria não tinha antecedentes de conduta criminoso ou ato infracional. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social divulgou que um dos dois adultos tinha registro policial por ameaça, um adolescente respondia judicialmente por atraso no pagamento de pensão alimentícia e outro garoto havia passado pela Delegacia da Criança e do Adolescente por infração similar a crime de trânsito.

As famílias depois contestaram essas informações. Os parentes do adulto afirmaram que não tinham conhecimento de ameaça atribuída a ele. Já o adolescente acusado de problemas com pensão alimentícia nem filho tinha – o equívoco foi em função de o pai ter o mesmo

nome que ele. O único adolescente com passagem pela Polícia havia sido apreendido ao dirigir, sem habilitação, a motocicleta de um amigo, o que resultou no cumprimento de medida de prestação de serviços à comunidade.

“A dor dessas pessoas que tiveram seus filhos mortos por agentes públicos transborda e sufoca. Acompanhá-las e constatar a assustadora participação da Polícia ao assassinar jovens é algo que atinge diretamente nossos sentimentos enquanto gente e enquanto cidadão. Elas resistem, elas lutam, elas mobilizam pessoas e congregam a comunidade para reivindicarem justiça. Essa luta árdua por justiça é guiada pela sede de mostrar às pessoas que julgam seus filhos sem conhecê-los”, observa a pesquisadora Letícia Pequeno.

CENÁRIOS DAS CHACINAS

Uma década depois da Chacina do Pantanal, a comunidade já era um bairro, ao qual foi dado o nome de Planalto Ayrton Senna, em consequência da mobilização da população local no esforço de minimizar o estigma como área violenta. Passados 23 anos do massacre, o local exato do triplo assassinato, onde antes havia pequenos comércios, agora é um terreno baldio cercado por lixo. A rua, ainda pouco movimentada, dá acesso ao lugar conhecido como Cracolândia, por servir de espaço para um maior consumo de crack e outras drogas.

O bairro tem hoje 39.446 moradores e o sétimo pior desempenho no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Fortaleza, concentrando elevada quantidade de agravos à saúde por determinação social, como leishmaniose visceral, mortalidade infantil, tuberculose e hanseníase. A violência ainda continua sendo um problema gritante - o Planalto Ayrton Senna é um dos dez bairros com mais vítimas de homicídios na capital do Ceará.

No Curió, onde foram executados cinco adolescentes da Chacina de Messejana, fica o último enclave de mata Atlântica na zona urbana de Fortaleza. O bairro é bem arborizado, tem uma

população de apenas 7.636 moradores e ainda preserva ares de interior, mas com o aumento do número de assaltos, homicídios e tráfico de drogas, a violência é a principal reclamação dos moradores. Com o 14º pior IDH da capital, faz parte do grupo de bairros com índice muito baixo.

O bairro José de Alencar não apareceu nas notícias sobre a Chacina de Messejana porque foi usada a nomenclatura pela qual é mais conhecido: Alagadiço Novo, vizinho ao Curió e a Messejana. O novo nome foi adotado em 2007 para homenagear o autor de Iracema e O Guarani, que nasceu ali, onde ainda está preservada a Casa de José de Alencar. A área também concentra os últimos refúgios verdes de relativa extensão em Fortaleza. O bairro tem 16.003 habitantes e está no grupo de IDH médio.

Na mesma classificação do IDH está o bairro de Messejana, o décimo mais populoso da capital, com 41.689 habitantes. Em alguns registros sobre a chacina aparecem como locais dos crimes São Miguel, que é uma comunidade de Messejana, e Lagoa Redonda, que é um bairro vizinho aos dois outros onde os assassinatos aconteceram - Curió e José de Alencar.

HISTÓRIA DE VIDA

DUAS LÁGRIMAS, VÍRGULA.
PONTOS DE INTERROGAÇÃO,
RETICÊNCIAS E PONTO FINAL

O nascimento, em fevereiro de 1998, em um hospital público de Fortaleza, foi marcado pela ambiguidade dos sentimentos de duas mulheres: uma decidiu entregar o filho para adoção, outra desejou realizar o sonho do marido de ser pai, já que havia feito laqueadura de trompas aos 21 anos.

As duas se encontraram ao acaso. Uma tinha ido fazer uma visita ao hospital, quando viu a outra pela primeira vez. A mãe, ao notar a admiração da visitante diante da beleza do bebê recém-nascido, ofereceu o rebento a ela, que deixou os contatos alegando que era desejo de uns vizinhos a adoção da criança. No dia seguinte, às 7h30min, o telefone tocou. Era a mãe dizendo que a mulher fosse buscar a criança.

“Ao receber a ligação, ela ficou muito feliz e emocionada, como se tivesse tido o menino”, descreve, a partir do depoimento da mulher, a pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Letícia Pequeno. “Chegando ao hospital, ela se apresentou como uma pessoa da família e levou o bebê para casa, sentindo-se a mãe ‘de verdade’. Depois, facilmente registrou a criança em seu nome e no nome do marido”.

Se era um desejo do companheiro se realizando, também tinha um significado especial para a mãe adotiva a chegada de mais um integrante da família. Era a oportunidade para um novo e feliz exercício da maternidade, pois ela já tinha duas filhas do primeiro casamento e episódios de violência e separação que nem gosta de lembrar.

“A segunda filha foi fruto de uma situação de violência sexual, um momento muito difícil, que fez com que ela saísse de casa com a filha mais velha, de apenas um ano, deixando a caçula, ainda bebê, com o marido violento. Este, por sua vez, deu a criança a uma prima da companheira, que morava na mesma rua, sem o conhecimento da mãe. A menina não quer contato com ela, mas teria sido muito bem criada por essa prima e hoje faz faculdade em um município na região metropolitana de Fortaleza. A outra filha também viveria sete anos com os avós no interior, pois a mãe, ao se separar do marido, precisou trabalhar, e não tinha com quem deixar a primogênita”, relata a pesquisadora.

O novo filho era a possibilidade para a mãe experimentar outra relação familiar e resgatar o que seria possível e necessário da relação anterior. Quando o menino foi adotado, ela acer-

ANEXOS

RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA DE VIDA

tou com o novo marido de trazer para junto do casal a filha mais velha. E assim, durante quatro anos, a convivência seguiu de forma tranquila, até que o início da adolescência da menina trouxe outras dificuldades para a pequena família.

“A relação mudou quando ela completou 12 anos. A adolescente passou a ter um comportamento difícil, começou a namorar, envolveu-se com más amizades, fez uso abusivo de drogas, cometeu atos infracionais, foi privada de liberdade e cumpriu medida socioeducativa”, relembra Letícia Pequeno o drama familiar.

O filho adotivo cresceu acompanhando as dores da mãe, dizendo que jamais faria com que ela passasse por sofrimento igual. “O menino tinha muito medo do Conselho Tutelar, talvez por conta da atuação do órgão junto à situação da irmã. Segundo a mãe, a filha nunca a perdoou pelo fato de ter sido deixada com os avós. Ela se sentia rejeitada e dizia que era por ser negra, acusando a mãe de só gostar do filho”.

A menina virou moça, tem hoje 22 anos e já três filhos de pais diferentes, um de quatro anos que vive com ela e duas garotas, de sete e de dois anos, que moram com as avós paternas. O pai da filha mais nova está preso, o pai do filho está desempregado.

A avó materna ainda convive com o fantasma da violência sexual e teme que a neta mais velha passe por situações de abuso, como ela amargou quando morou em casa de desconhecidos, ainda criança, trabalhando de empregada doméstica. Ela teme também pela saúde do neto. “O menino precisa de atenção especial, pois sofre de convulsões. A mãe estava privada de liberdade quando ele nasceu, e assim permaneceu por seis meses após o nascimento do filho. Ela recebeu progressão de regime, mas ainda é acompanhada pela justiça”.

A jovem trabalha hoje na Central de Abastecimento do Ceará, vendendo vitaminas de frutas, mas não é o suficiente para acalmar a mãe. “Ela se diz muito preocupada com o futuro da filha, que continua se aproximando de pessoas de má índole e não aceita ajuda para ir morar perto da mãe, para que esta pudesse ajudar nos cuidados com o neto. A relação entre mãe e filha continua conturbada. O que elas têm em comum é o amor pelo garoto adotado”, constata a pesquisadora do Comitê pela Prevenção de Homicídios.

Apesar do ciúme entre irmãos, havia também uma reciprocidade de afetos. “Quando a primeira filha dela nasceu, ele tinha nove anos e ficou extremamente feliz com a chegada da sobrinha. Ele sempre visitava a irmã, mesmo discordando do comportamento dela, e levava os presentes que podia para a sobrinha. Na época, a irmã foi morar com a sogra, e esta, percebendo o afeto presente na relação, convidou o garoto para passar uns dias em sua casa, já que todos da família tinham carinho por ele”.

Havia também uma afeição forte entre filho e pais, mas os dois se separaram ainda quando o garoto tinha cinco anos. Foi o primeiro grande baque. “Ele sofreu bastante com a situação. O pai foi morar em Aquiraz, com a nova companheira. O menino e a irmã iam visitá-lo nos fins de semana, mas eram maltratados pela esposa dele, que os colocava de castigo em cima da casa e lá permaneciam até perto do horário em que o pai chegava. Além disso, a menina era obrigada a cuidar das filhas que o casal teve. A mulher não aceitava o menino e proibia a visita do marido a ele. Mesmo assim, o garoto frequentava a casa do pai e convivia com as duas novas irmãs nascidas dessa relação”.

Na ausência do pai, a mãe procurava suprir as necessidades de carinho e proteção. “Ele tinha tudo que uma criança precisa e era um menino muito bom”, conta ela, que fazia as festas de aniversário do garoto, dedicando importância especial às fotografias, para registrar os momentos felizes da vida do filho, que era a felicidade dela também. “Ele foi o maior presente da minha vida”.

O garoto gostava das brincadeiras típicas de criança: jogar videogame e assistir a desenhos animados em casa e brincar com pipa, bila e carrinhos na rua, onde também era muito querido. Mas a principal brincadeira era com a bola. A entrevista com a mãe para a pesquisa do Comitê pela Prevenção de Homicídios foi realizada no campo de futebol do bairro onde ele gostava de jogar. Ela costumava passear e ir a campos e quadras de futebol com o filho e acompanhava o menino em todas as atividades escolares e nos treinamentos de futebol de salão na escola.

O garoto tinha o sonho de ser jogador de futebol e demonstrava habilidade com a bola. “Ele era um menino bom. Se investisse nesse menino, era um menino com um futuro promissor”, relembra o professor que criou um projeto de futebol de salão na escola municipal onde o garoto estudava. “Ele era muito chegado a mim, abraçava, dava carinho e me chamava ‘meu professor’”, acrescenta o professor, revelando muito carinho pelo adolescente.

O garoto jogou pouco tempo na categoria sub 11 e, quando completou 12 anos, migrou para categoria sub 13, participando de alguns campeonatos, inclusive com os filhos do treinador. Ele continuou por mais uns dois anos no projeto, quando se afastou, retornando depois que o projeto incluiu o futebol de campo, em 2013. Em quadra ou no campo, o menino se transformava com a bola nos pés, como apostava o slogan do projeto - “Transformando Vidas”. “Ele era muito extrovertido, brincalhão demais e tirava a gente do sério. Ele era um palhaço. Diversas vezes, eu tive de chamar a atenção dele por causa das brincadeiras. Até na quadra, ele fazia a mesma coisa, ficava brincando com a bola na hora do gol. Ele imitava o Neymar”, compara o professor.

HISTÓRIA DE VIDA

A iniciativa, denominada Projeto Metamorfose, surgiu da preocupação do treinador com os próprios filhos. Ele temia pela exposição das crianças do bairro de periferia à violência e ao envolvimento com drogas. “Um dia, eu estava conversando com os meus filhos e aí bateu na minha cabeça: o que eu queria para os meus eu queria para os dos outros”, relembra. Foi então que ele procurou a diretora da escola, que se mostrou solícita e acatou o pedido.

Além de aprender a jogar futebol ou desenvolver as habilidades com a bola, os meninos também eram incentivados a estudar e a cuidar do lugar que utilizavam, pintando a quadra de esportes ou capinando o mato onde crescia. O professor treinava em torno de 80 crianças e adolescentes por ano, três dias por semana, mas quando a gestão municipal de Fortaleza mudou, um novo diretor chegou à escola e passou a não apoiar mais o projeto, fechando as portas à comunidade.

O treinador precisou transferir as aulas para um campo de futebol. “Dos 80 meninos que treinavam comigo, 30% entraram nas drogas e já morreram uns quatro. Meu Deus, que falta faz esse projeto! Uma parte migrou, outra parte bem grande está firme, estudiosa, trabalhando... Alguns treinaram uns tempos nas escolinhas do Fortaleza e do Ceará”, aponta o treinador, lamentando por uns, comemorando por outros.

O menino que se inspirava no maior craque brasileiro da atualidade já não frequentava mais a escola quando o projeto deixou de funcionar no estabelecimento de ensino. Apesar dos poucos recursos financeiros e da baixa escolaridade dos pais, uma auxiliar de cozinha de um hospital e um protético de dentes, o garoto cresceu sob o incentivo da mãe para os estudos. Mas ele não frequentou a creche nem a pré-escola e começou a estudar aos sete anos, na primeira série, que corresponde hoje ao 2º ano do Ensino Fundamental I.

“Segundo a mãe, ele costumava acordar sozinho para ir à aula, cogitando às vezes não tomar café da manhã para não chegar atrasado, tamanho o apreço pelo espaço escolar. Foi assim até os dez anos”. Com essa idade, o garoto sofreu um segundo grande baque. Ele foi acometido por hanseníase, uma doença ainda envolta em muito preconceito, difícil de suportar principalmente para uma criança.

A mãe acredita que o menino contraiu a enfermidade no lugar onde tanto gostava de estar, o campo de futebol. “Quando apareceram as primeiras manchas no corpo, ela procurou diversos hospitais, até receber o diagnóstico para então dar início aos dois anos de tratamento. Ele tinha muito medo da doença, ficava muito nervoso e, por isso, passou a tomar medicação, sob orientação médica, para se tranquilizar”, resgata Letícia Pequeno, a partir da fala da mãe.

A doença deixou algumas sequelas, como a perda de parte do dedo polegar, uma deformação no joelho e algumas manchas no corpo, intensificadas quando se expunha ao sol. “Assim, seu cotidiano era em casa, na maior parte do tempo, saindo na maioria das vezes somente à noite para jogar futebol”.

Pior do que as marcas no corpo foi o impacto emocional que a hanseníase causou. Além de ter se afastado da escola para o tratamento da doença, o menino não quis mais estudar depois de curado, pois continuava sofrendo o estigma dos colegas e dois pais de alunos. “A mãe narrou uma situação em que as mães dos colegas chegaram a se reunir e foram ao colégio pedir para que o tirassem de lá”.

Com o tempo, ela ainda se esforçou para assegurar uma vaga em outra escola para o filho. “Ele disse que voltaria a estudar em reconhecimento ao sacrifício dela. No entanto, não conseguiu se adaptar e largou os estudos”. O afastamento da escola durou três anos, quando ele tinha entre 12 e 15 anos, período em que ficou morando com o pai, depois que ele se separou da segunda companheira. A mudança de bairro e a negligência paterna com a educação do filho contribuíram para que o menino tivesse um distanciamento cada vez maior dos estudos.

Ele era um bom aluno, obtinha boas notas nas avaliações de conhecimento, embora tenha feito “danações” que motivaram a ida da mãe à escola, a convite da diretora. Mas, segundo ela, o garoto, enquanto esteve morando com o pai, ganhou muita liberdade e de forma precoce e deixou de receber as orientações sobre a vida que uma criança precisa.

Seguindo o exemplo da família paterna, foi durante esse período que ele também começou a usar tatuagens, entre elas duas lágrimas desenhadas no lado direito do rosto. A mãe interpreta os símbolos como a expressão do sofrimento e preconceito sofridos pelo adolescente em consequência da hanseníase, mas também dos conflitos familiares que ele viveu. “Ele decidiu fazer algumas tatuagens que poderiam simbolizar sua dor, entre elas as duas lágrimas, representando uma lágrima dele e uma lágrima da mãe”, explica Letícia Pequeno, a partir da compreensão materna.

Segundo a irmã do garoto, a tatuagem lembrava um coringa do jogo de baralho, mas na interpretação da polícia representava a figura do palhaço, único motivo de explicação para os episódios de violência policial que o adolescente veio a sofrer. As tatuagens de palhaço costumam ser associadas a roubo e morte de policiais. Embora não constasse nenhum registro de infração à lei ou atentado contra agentes de segurança atribuído ao garoto, ele foi agredido física e verbalmente por policiais em 2015, enquanto estava com a namorada.

HISTÓRIA DE VIDA

“Eles bateram com muita força na cabeça dele, retirando o seu boné e rasgando sua roupa. O adolescente contou para sua mãe que o policial disse: ‘Ei, vagabundo, tu não tem vergonha de gastar dinheiro da tua mãe pra fazer tatuagem?’. Depois, os policiais levaram a namorada. Ele ficou desesperado, ligando para a casa dela a todo instante para saber se ela tinha chegado, até ouvir a voz da menina e se tranquilizar”.

Enquanto esteve sob a guarda do pai, o adolescente conheceu a garota, com quem viria a namorar e morar juntos por oito meses, apesar da pouca idade dos dois – ele com 16 anos e ela com 13. A paixão adolescente foi um sopro de vida para o garoto, que passou a gostar de ir à praia e de escutar músicas, principalmente de funk e de hip hop. O adolescente, que tinha talento para o desenho, fez várias gravuras no caderno dedicadas à namorada ou à mãe.

Mas o relacionamento amoroso terminou, trazendo muito sofrimento ao garoto, que retornou à casa materna. A mãe chegou a perguntar ao filho se ele choraria tanto por ela, caso morresse, quanto estava chorando pela namorada. “Se você morrer, eu morro junto”, respondeu. Pouco tempo depois, o adolescente reatou o namoro e voltou a dividir com a namorada o mesmo teto, primeiro na casa da sogra e depois sozinhos.

A mãe do adolescente passou a sustentar o inexperiente casal e a visitar os dois quase todos os dias. “Eles estavam sempre bem juntinhos, enroladinhos um no outro”, relembra a mãe. “Ele era louco por ela”, corrobora a irmã do garoto, que desaprovava o relacionamento, opinião compartilhada com a mãe. “Eu não gostava dela porque ela só tinha 13 anos, mas era toda metida na pirangagem. Ela fumava, pulava catraca de ônibus, dançava reggae... Ela não sabia se comportar e não respeitava ninguém”.

Apesar da reprovação ao relacionamento, a mãe apoiava o casal, confiava muito no filho e procurava suprir as necessidades materiais do garoto para que ele não se envolvesse em “coisas erradas”. O adolescente, por sua vez, já falava em trabalhar, procurar um emprego e era muito carinhoso e cuidadoso com a mãe: “Mãezinha, eu te amo”. Quando queria pedir dinheiro, ligava para ela: “Mãezinha, como é que você está? Posso ir aí?”. Ele costumava tirar fotografias da mãe e salvar no aparelho de telefone celular.

Mesmo diante das dificuldades do filho para estudar, ela nunca desistiu de ver o adolescente na escola. Quando ele fez 17 anos, a mãe providenciou a matrícula no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), onde retomaria os estudos logo que fizesse 18 anos, em fevereiro de 2016. Não deu tempo. Três meses antes de voltar a estudar e dois meses depois das agressões policiais, ele sofreria novamente a fúria dos agentes de segurança, agora de forma implacável, inclemente.

Na madrugada do fatídico 12 de novembro de 2015, o adolescente estava dentro de um ônibus, indo deixar a namorada na casa da mãe, quando os policiais pararam o veículo, mandaram cada um descer, começaram a bater no garoto e ali mesmo efetuaram os disparos.

“Os vizinhos não acreditavam, porque ele era um menino muito bom e querido por todos”, relata a pesquisadora do Comitê pela Prevenção de Homicídios. Incrédulo, o dono da mercearia perto da casa da vítima dizia: “Não acredito que foi o Gugu, não acredito que foi o Richester”, em referência à forma como o garoto chamava iogurte e a marca de biscoitos quando criança. Morto aos 17 anos, ainda era uma criança.

Coube à irmã fazer o reconhecimento do corpo. Ao constatar a verdade doída, ela percebeu a violência excessiva e direcionada para o rosto do irmão, exatamente onde estavam as duas lágrimas tatuadas, praticamente imperceptíveis pelos ferimentos fatais. “Meu irmão nunca fez nada com ninguém e morreu de graça. É por isso que minha mãe é tão revoltada”.

Do luto à luta, a mãe passou a integrar o grupo de familiares dos adolescentes assassinados na Chacina de Messejana que se mobilizaram por justiça. A namorada é testemunha no processo que apura os 11 homicídios praticados por policiais naquela madrugada, apesar de não ter recebido acompanhamento psicológico nem sido incluída em programas de proteção. Muito abalada e desorientada com a morte do adolescente, ela passou a expor fotografias do namorado em todos os cantos da casa.

O adolescente partiu levando duas lágrimas no rosto e deixando outras tantas nos rostos queridos. Duas lágrimas, múltiplos sentidos. Duas lágrimas, vírgula. Pontos de interrogação, reticências e ponto final.⁵⁷

57. Esta história de vida foi escrita a partir do diário de campo produzido pela assistente social, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Letícia Pequeno



QUE (POLÍTICA SOBRE) DROGA É ESSA? LIMBO ENTRE A PROIBIÇÃO E A LIBERAÇÃO

Qual a melhor estratégia para conviver com as drogas? Proibição ou liberação? Criminalização ou legalização? Abstinência ou redução de danos? Caso de polícia ou questão social? Como atacar o tráfico de entorpecentes? O que fazer para evitar a inserção de crianças, adolescentes e jovens no consumo e no comércio de substâncias psicoativas? Em meio a tantos questionamentos e dúvidas, um consenso: a política sobre droga existente no Brasil não funciona a contento para prevenir o uso, atenuar os efeitos nocivos e enfrentar a comercialização.

A sucessão de equívocos do modelo adotado até hoje tem origem na falta de vontade política e de evidências científicas para justificar as estratégias, o que contribui para difundir mitos como verdades absolutas e continuar reproduzindo experiências já comprovadamente fracassadas. Pesquisas indicam que não existe uma relação direta entre uso de entorpecentes e violência, embora esteja difundida no meio social a ideia que droga é sinônimo de criminalidade.

O que aponta a pesquisa Prisioneiros das Drogas, realizada entre 2010 e 2012 em carceragens do Rio de Janeiro, pode ser estendida para o restante do Brasil. Cerca de 80% das pessoas presas eram usuárias de drogas, como maconha, cocaína, crack e heroína, mas na maioria dos casos, elas não cometeram crimes violentos. “Existe a ideia de que a droga está ligada à violência e a crimes violentos, mas vemos que a maioria dos encarcerados está lá por crimes sem violência. Normalmente, o crime é uma questão política, havendo ou não condenação dependendo de onde a pessoa estava, de como estava vestida, onde mora, entre outras coisas”, avalia Ana Beatriz Leal, coordenadora-executiva do projeto de pesquisa.

O título do estudo deu nome a um seminário realizado Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, no Tribunal de Justiça do Estado, do qual também participou o delegado Orlando Zaccone, chefe das carceragens da Polícia Civil do Rio, reforçando as impressões da pesquisadora. “O que diferencia o traficante do bem do traficante do mal é onde ele nasce”. Quem arrisca afirmar que no Ceará e em outros estados do Brasil seja diferente?

Os jovens brasileiros consomem menos drogas comparativamente aos de outros 16 países, incluindo Estados Unidos e

nações da América do Sul e da Europa. É o que demonstram o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, que funciona no Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e realiza levantamentos domiciliares e em escolas públicas e privadas sobre o uso de drogas entre jovens e adultos.

A primeira pesquisa contemplando estudantes foi feita em 1986 e a mais recente ocorreu em 2010, envolvendo todas as capitais. “O Brasil está na média ou abaixo da média. Quando olhamos por cidades, Fortaleza está abaixo da média nacional. Então, é curioso que um país, um estado e uma cidade onde tem tantos homicídios e que muitas vezes se relaciona isso com as drogas, na verdade, temos baixo nível de uso de drogas comparado ao de outros países”, observa o psiquiatra Rafael Baquit.

Os levantamentos realizados em 25 anos contrariam o que vem sendo propagado largamente. Há um uso decrescente de substâncias lícitas e ilícitas no Brasil. “O álcool e o tabaco, claro que são as principais drogas que já foram utilizadas por esses jovens estudantes pelo menos uma vez na vida ou no último ano ou no último mês. Curiosamente, a única substância que se considera que houve um aumento no uso entre jovens estudantes é a cocaína”, cita Rafael Baquit.

Sem minimizar os malefícios que o uso de drogas pode causar, persiste uma visão moralista e criminalizante sobre o consumo de entorpecentes, associando a utilização de drogas à violência. “Impera em setores da mídia e, fundamentalmente na Segurança Pública, a visão de que a violência homicida é resultante da droga. Mas as evidências existentes apontam em sentido contrário”, assinala o sociólogo, pesquisador e responsável pelo Mapa da Violência, Julio Jacobo Waiselfisz.

Pesquisa do Conselho Nacional do Ministério Público analisando inquéritos policiais de homicídios dolosos de 2011 e 2012 em 16 unidades da federação concluiu que em nove estados preponderaram os assassinatos por impulso ou motivo fútil. “Também o Ministério da Justiça publica diversos estudos que corroboram a relevância dos homicídios não profissionais”, acrescenta Julio Jacobo. Portanto, há uma cultura da violência, que é muito mais forte do que o componente das drogas, representando um entrave estrutural para a redução dos homicídios.

Há uma hipocrisia generalizada e muitas contradições nas políticas governamentais e no debate social sobre as drogas. O Estado e a sociedade criminalizam o consumo dos entorpecentes ilegais, mas são altamente permissivos com as substâncias consideradas lícitas, que podem ser tão prejudiciais quanto as drogas ilegais. O consumo excessivo de álcool é responsável por 2,5 milhões de mortes a cada ano no planeta, segundo dados de 2011 da Organização Mundial da Saúde. Em termos percentuais, o núme-

DIVULGAÇÃO



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

ro representa 4% de todas as mortes no mundo, o que faz com que o álcool se torne mais letal que a Aids e a tuberculose.

“A OMS também estima que 76,3 milhões de pessoas possuam diagnóstico do consumo abusivo de álcool”, aponta o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas divulgado em 2013. De acordo com a pesquisa, 11,7 milhões de pessoas são dependentes de álcool no Brasil, número bem maior do que toda a população do Ceará, que é de 8,8 milhões de habitantes. O adulto brasileiro está bebendo mais e de forma mais prejudicial. O levantamento, produzido pela Universidade Federal de São Paulo, concluiu que os 20% dos adultos que mais bebem ingerem 56% de todo o álcool consumido por pessoas nesse grupo etário.

Desconstruindo concepções hegemônicas, o neurocientista Carl Hart aponta que apenas de 10% a 20% das pessoas que usam qualquer tipo de droga podem desenvolver algum problema relacionado ao uso. Professor dos departamentos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade de Columbia, pesquisador da Divisão de Abuso de Substâncias do Instituto de Psiquiatria de Nova York e com a experiência de mais de 20 anos de estudos, ele sustenta que 80% a 90% das pessoas que usam drogas, como álcool, nicotina, maconha, cocaína, crack, heroína e metanfetaminas, não são viciadas.

O neurocientista calcula que cerca de 10% a 15% dos usuários de álcool são dependentes ou se encaixam nos critérios do alcoolismo e que percentuais semelhantes, de 15% a 20% dos consumidores de crack, desenvolvem dependência à droga. Na avaliação do pesquisador, o uso da substância psicoativa, seja ela qual for, é menos importante do que a pobreza, a política antidrogas e a falta de emprego.

Em nível local, a correlação entre uso de drogas e violência perde força também com a avaliação de profissionais dos serviços de educação e saúde. “O envolvimento dos adolescentes com drogas não é tão alarmante quanto se pensa. Às vezes, é angústia na família. Muitos vendem, mas não usam”, observa Maria de Castro Damazio Queiroz, diretora da Escola de Ensino Fundamental e Médio Jäder Moreira de Carvalho, no bairro Serrinha, em Fortaleza. “Há pobreza e problemas familiares. Os jovens não têm a quem recorrer”. E o mercado ilícito de entorpecentes acaba sendo o que está mais perto e à disposição. “Muitos que procuram as drogas já é um reflexo de um problema familiar”.

No Centro de Atenção Psicossocial – Caps Infantil de Maracanaú, as crianças e adolescentes que chegam para acompanhamento, mesmo usuários de drogas, apresentam como principal problema o envolvimento com atos infracionais. “A maioria chega por encaminhamento judicial. A dependência química não é o foco. Eles estão mais envolvidos com a delinquência. Eles fazem uso recreacional da maconha, não são dependentes”, constata a terapeuta ocupacional Estefânia de Araújo.

“As drogas acabam virando bode expiatório para vários outros problemas”, avalia a psicóloga Nara Albuquerque Goes, articuladora do Pacto por um Ceará Pacífico. “Há pesquisas sobre drogas que mostram que 1% morre pelo uso, os outros 99% morrem pelo tráfico e pela ação da Polícia. A forma como o Estado lida com as drogas mata mais que as próprias drogas”.

É a política de guerra às drogas provocando consequências nefastas. “A violência relacionada às drogas está, antes de mais nada, ligada a uma política de proibição. A política de guerra às drogas causa efeitos colaterais diretos no extermínio da juventude negra e pobre das periferias, mas também o encarceramento em massa”, questiona o psiquiatra Rafael Baquit. As ações equivocadas do governo e o modus operandi das organizações criminosas transformam cada vez mais pessoas em vítimas e autores de violência.

A violência relacionada às drogas está atrelada ao crime organizado que as políticas de segurança pública não conseguem debelar. Nas periferias das grandes cidades, o tráfico é o Estado, revestido dos três poderes: criar as próprias leis, julgar os acusados e condenar os réus, sem direito a testemunha ou defesa. Sob coação ou em função do desamparo do poder público, as comunidades acabam virando reféns e também legitimando a presença das organizações criminosas.

No Ceará, os acordos de paz entre traficantes são celebrados com a participação dos moradores e anúncios de trégua aos homicídios e roubos, mas se os exemplos do Rio de Janeiro e São Paulo se repetirem por aqui, a lei do crime não perdoa. Por enquanto, as penas a quem descumprir as ordens, gravadas e divulgadas pelas redes sociais e aplicativos de mensagens, envolvem torturas físicas com tiros no corpo. O que garante que sanções piores já não estejam sendo aplicadas?

No ordenamento do crime, a pena capital existe, sim, principalmente para os desertores e os que são considerados rivais, representando concorrência ou ameaça à manutenção da rede de operações ilegais, como integrantes de outros grupos ou agentes de segurança pública encarregados de reprimir as ações criminosas. Mas a inclemência dos traficantes não dispensa nem mesmo crianças e adolescentes e idosos, sejam como alvos principais, sejam como vítimas dos tiros disparados a esmo.

A desarticulação do tráfico é muito mais importante do que os esforços empreendidos para apreensão de drogas e prisão de usuários como se fossem traficantes. Por maior que seja a operação, a quantidade de material apreendido é considerada irrisória, frente ao grande negócio em que o tráfico se transformou. A expansão tem criado tentáculos para além das grandes capitais e chegado às cidades de médio e pequeno porte.

MEDO E DESINFORMAÇÃO: SEM EFEITO

O consumo de drogas, abusivo ou mesmo eventual, entre adolescentes e jovens, envolve uma série de questões, desde a necessidade de autoafirmação, pressão dos colegas, conquista de espaço dentro do grupo, construção de sociabilidade, status social até o desejo de fuga da realidade e experimentação de sensação de relaxamento e redução da ansiedade. Um dos equívocos apontados pelos especialistas na abordagem do assunto, principalmente para indivíduos nesse grupo etário, é desconsiderar que as pessoas fazem uso de drogas desde as épocas mais remotas e que a busca por substâncias psicoativas sempre foi motivada pelo bem-estar que elas provocam no organismo.

As estratégias de prevenção ao uso de drogas, adotadas ao longo de décadas e que ainda persistem na maioria dos países, revelaram-se sem efeito, quando não causaram danos adicionais. “Precisamos investir nos talentos e potenciais dos nossos jovens e acreditar, na verdade lembrar, que eles são extremamente inteligentes. As políticas antigas, chamadas de abordagens universais, tratam os jovens como idiotas. “Diga não às drogas” ou simplesmente “diga não”. Quando é que o jovem vai se contentar com uma informação desse tipo? Isso é desinformação, isso é uma forma de tentar afastar os jovens das drogas, que estão sempre ao seu redor. Então, essa história de ficar longe das drogas caiu. As drogas nunca ficarão longe de nós, elas sempre estarão ao nosso lado. Nós precisamos nos preparar, inclusive junto com a infância e a adolescência, para viver numa sociedade repleta de drogas ou para conviver com uma sociedade drogada”, defende o psiquiatra Rafael Baquit.

O próprio Relatório de Normas Internacionais de Prevenção ao Uso de Drogas, lançado em 2013 pelo Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas, e os levantamentos realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas desde 1986 questionam a estratégia utilizada historicamente de distribuição de folhetos e de realização de campanhas sobre o impacto negativo das drogas para tentar desencorajar os jovens ao uso. “Não adianta, simplesmente, a gente tentar amedrontar, assustar os nossos jovens, sobre as drogas. Essas abordagens universais de prevenção ao uso de drogas se mostram totalmente ineficazes. Isso é um consenso mundial”, afirma Rafael Baquit.

O relatório da ONU traz evidências científicas de que tais abordagens, ao tentarem alertar sobre os prejuízos das drogas com foco no medo e sem prestar informação, não funcionam. As estratégias de prevenção devem ser no sentido de evitar que adolescentes e jovens façam uso das substâncias ou retardar o início do consumo. “Isso é importante porque o uso na adolescência tem um impacto diferente em termos biopsicossociais do que para o

adulto”, esclarece o psiquiatra. As novas abordagens também se preocupam em prevenir transtornos para quem já é usuário e cuidar daqueles que desenvolveram problemas pelo uso de drogas.

As pesquisas respaldadas pela ONU chamam atenção sobre os fatores de risco e os fatores de proteção para o desenvolvimento ou não de uso nocivo de drogas. “A perspectiva muda totalmente. Nós não estamos mais falando em combater as drogas, nós estamos falando em proteger nossos jovens e ajudar para que eles se desenvolvam de forma segura e saudável. Quanto mais os nossos jovens tiverem habilidades e potenciais sociais, habilidades para viver na nossa sociedade repleta de problemas e contradições e desafios, mais eles vão conseguir crescer saudáveis, menos esses jovens vão ter problemas relacionados ao uso de drogas”, conclui o psiquiatra Rafael Baquit.

A DERROTA SOCIAL DA GUERRA ÀS DROGAS

O fracasso das políticas de repressão à produção e à oferta de drogas é apontado de forma categórica pela Organização das Nações Unidas. “A guerra global contra as drogas falhou, com consequências devastadoras para indivíduos e sociedades em todo mundo”. É o que diz a primeira frase do informe divulgado em 2011 pela Comissão Global de Política sobre Drogas, instituída pela ONU.

Sem contemporizações, o documento recomenda novas políticas para o controle das drogas. “Líderes políticos e figuras públicas devem ter a coragem de declarar o que muitos deles reconhecem em esferas privadas: que as evidências esmagadoramente demonstram que estratégias repressivas não irão resolver o problema das drogas e que a guerra contra as drogas não foi – e não poderá ser – vencida”. O relatório da ONU revela que, apesar da política de repressão, não houve redução do consumo mundial de maconha, cocaína e heroína, que aumentou 8,5%, 27% e 34,5%, respectivamente, entre 1998 e 2008.

O proibicionismo e a criminalização não repercutiram para frear o consumo, o tráfico se expandiu, as apreensões se revelam inexpressivas e a repressão atinge menos os traficantes e mais os usuários, a maioria pobres, negros, consumidores de pequenas quantidades de drogas e réus primários. Enquanto o consumo de substâncias ilícitas não pára de crescer, as apreensões pouco representam frente ao grande negócio do tráfico e as prisões contribuem para a explosão das populações carcerárias, com recrutamento e formação de novos agentes do crime. Pessoas que não representam nenhum perigo à sociedade acabam expostas ao convívio com verdadeiros traficantes, latrocidistas e homicidas.

Mesmo com o menor índice de criminalidade em 40 anos, os Estados Unidos têm a maior população carcerária do mundo, com 2,3 milhões de pessoas sob privação de liberdade. E quase metade, cerca de 47% dos presos, foram encarcerados por causa de crimes leves relacionados a drogas, segundo o Departamento Federal de Prisões. O próprio presidente Barack Obama considera um contrassenso o nível de encarceramento no país, que tem 5% da população mundial, mas concentra 25% dos prisioneiros do planeta.

Os Estados Unidos começaram a corrigir essa distorção. Em 2015, o país reduziu as sentenças para antecipar a saída de 6.112 pessoas das prisões federais, de um total que pode chegar a 46 mil nos próximos anos, todos condenados nas décadas de 1980 e 1990, quando a política de repressão aos entorpecentes foi mais dura. O número de prisões relacionadas às drogas no país passou de 50 mil para 500 mil entre as décadas de 1970 e 1990, ao mesmo tempo em que a quantidade de usuários de substâncias chegava ao primeiro lugar no ranking mundial. O governo também tem orientado promotores e juízes no sentido da redução de sentenças impostas a crimes não violentos relacionados às drogas, em que a pessoa não tenha antecedentes criminais nem ligações com o crime organizado.

Enquanto os críticos da guerra às drogas consideram que as medidas ainda provocam pouco impacto, até porque não contemplam as penitenciárias estaduais, há uma preocupação na população em geral sobre o retorno ao convívio social de quem recebeu o indulto. Não é uma exclusividade do Brasil o receio de que o sistema penitenciário não ressocializa, mas deforma as pessoas e injeta mais violência. O encarceramento pode até ampliar a propensão ao crime, pela convivência com outras pessoas que já têm um histórico de delinquência, pelo aliciamento por organizações criminosas que atuam dentro das prisões ou pelo sentimento de revolta e vingança para quem ficou anos preso injustamente ou por delito de menor ou nenhum poder ofensivo.

A realidade das prisões por entorpecentes nos Estados Unidos tem similaridades com a situação brasileira. A ausência de critérios objetivos da Lei de Drogas no Brasil deu margem a excessos e arbitrariedades policiais, aumentando o encarceramento, embora a intenção fosse outra. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes. Ao despenalizar o porte de substâncias para consumo próprio, não cabe mais a pena privativa de liberdade, mas a falta de clareza contribuiu para a superlotação dos presídios. Com base em análises subjetivas para distinção entre traficantes e usuários, policiais começaram a efetuar prisões a torto e a direito – mais a torto do que a direito.

A lei brasileira permite a possibilidade de que os usuários não sejam incriminados e cumpram medidas alternativas, como advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços comunitários e comparecimento a programa ou curso educativo, mas o problema é que ela não está sendo aplicada. A Lei de Drogas não prevê a pena de prisão para o consumidor, inclusive em casos de reincidência, porém, sem especificar a distinção entre uso e tráfico, a decisão fica a critério do juiz, que na maioria das vezes é subsidiado apenas pelas informações policiais relatadas no auto de flagrante, as únicas provas contra o acusado. Outro agravante é que os presos temporários acabam virando permanentes. Enquanto o juiz não julga ou absolve, milhares de brasileiros ficam privados de liberdade em condições cada vez mais precarizadas. A quantidade de processos à espera de julgamento no país chega a 40%, segundo o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu no dia 23 de junho de 2016 conceder tratamento diferenciado ao indivíduo acusado por tráfico de drogas em condição de réu primário, sem antecedentes criminais ou associação com organização criminosa. Ao retirar a caracterização do crime como hediondo, o STF sinaliza que a punição, sempre que possível, seja em meio aberto. O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais considera que o STF deveria também reconhecer a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas, que considera crime o porte para consumo próprio, o que na prática acaba presumindo que toda pessoa portando droga seja traficante. Além disso, o parágrafo segundo abre a possibilidade de uma avaliação muito subjetiva: “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”.

O número de presos por tráfico de drogas no Brasil aumentou mais de cinco vezes nos primeiros oito anos de vigência da Lei de Drogas, passando de 31 mil para 164 mil em 2014, de acordo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) e do International Drug Policy Consortium - Consórcio Internacional de Política de Drogas, em tradução livre. O tráfico de entorpecentes passou a ser o crime que mais aprisiona no país. Antes, representava 13% de todas as prisões, agora representa 27%, percentual maior do que os 21% de roubos 14% de homicídios e 11% de furtos. O alto nível de encarceramento relacionado a drogas, ao contrário de indicar um desempenho positivo da política de segurança no combate ao comércio das substâncias, na verdade representa uma distorção na aplicação da lei, pois a maior parte dos presos corresponde a pessoas com pouca quantidade de drogas, sem armas, sem antecedentes criminais e sem ligação com organizações criminosas.

FÓRUM DCA





A desproporção entre o crescimento populacional brasileiro e o aumento no número de presos é gritante. Desde 2000, a população carcerária cresceu 161%, dez vezes mais que o crescimento de 16% do conjunto da população no mesmo período. Enquanto a média de presos aumentou 7% ao ano, a média de habitantes cresceu 1,1%. O alto nível de encarceramento faz com que o Brasil tenha a quarta maior população carcerária do mundo, com 607.731 detentos, atrás apenas da Rússia, China e dos Estados Unidos. A diferença é que nesses países, o número de presos tem diminuído ao longo dos anos, em 8%, 9% e 24%, respectivamente.

Se as duras penas em casos de posse de entorpecentes atingiram fortemente as minorias nos Estados Unidos, principalmente pobres, negros e latinos, o perfil racista e social das prisões parece ser ainda pior no Brasil, onde 53% dos detentos em geral não concluíram o ensino fundamental, apenas 2% possuem curso de ensino superior e dois em cada três são negros. Enquanto o percentual de negros na população brasileira é de 51%, a porcentagem no sistema prisional chega a 67%.

“João é branco e consome drogas com amigos em seu apartamento, onde a PM só entra com mandado de busca. Se for pego, é ‘usuário’ e não vai preso. Pedro é negro e também consome drogas com amigos, mas na periferia, onde a PM chega sem pedir licença. Quando pego, é traficante, mesmo que seja por pouca droga”. Os personagens são fictícios, mas as situações ilustram uma realidade bem frequente na sociedade brasileira: droga com rico é pose, droga com pobre é tráfico.

A própria Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas reconhece que há um perfil preferencial de quem é considerado traficante: jovem, pobre e negro. O preconceito social e a política de segurança pública fazem com que pessoas de classe média ou alta das áreas mais privilegiadas sejam tratadas como usuárias, embora possam consumir em quantidades até mais expressivas ou atuar no tráfico pesado. A vulnerabilidade dos moradores das periferias é maior porque é nesses locais onde são realizadas as operações policiais para reprimir o comércio varejista de drogas, que acontece na rua, não em apartamentos de luxo ou condomínios fechados.

O problema só tende ao agravamento se continuar prevalecendo na sociedade brasileira o modelo essencialmente punitivista de lidar com o desrespeito às leis, a exemplo de propostas como a diminuição da idade penal. O Congresso Nacional tem 38 projetos nesse sentido, alguns propondo a redução de 18 para 16, 14 ou até mesmo 12 anos. Se a idade penal baixasse para 16 anos, as prisões já superlotadas receberiam de imediato 32 mil adolescentes.

O populismo penal ignora, quando não refuta, as estatísticas que apontam adolescentes como mais vítimas do que autores da violência letal. Eles representam 36% das vítimas de homicí-

PERFIL DO PRISIONEIRO NO BRASIL

Mais drogas		Mais jovens		Escolaridade baixa	
Tráfico de entorpecentes	27%	18 a 24 anos	31%	Ensino fundamental incompleto	53%
Roubo	21%	25 a 29 anos	25%	Ensino fundamental completo	12%
Homicídio	14%	30 a 34 anos	19%	Ensino médio incompleto	11%
Furto	11%			Ensino médio completo	7%
				Alfabetizados sem cursos regulares	9%
				Analfabetos	6%
				Ensino superior	2%

Mais negros		Mais presos	
Negros	67%	Estados Unidos	2.228.424
Outras etnias	33%	China	1.657.812
		Rússia	673.818
		Brasil	607.731

dio no Brasil, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Undoc). Nos últimos 20 anos, apenas 3% dos homicídios no país foram cometidos por menores de idade. Os assassinatos praticados por adolescentes de 16 a 18 anos não chegam a 1% do total dos delitos, enquanto os roubos representam 38% e as atividades relacionadas ao tráfico de drogas correspondem a 27% dos atos infracionais, de acordo com o levantamento da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Dos 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 0,013% cometeram atos contra a vida, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Dos 193 países que integram o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é um dos poucos onde a responsabilidade penal começa aos 12 anos, quando o autor de violência já pode ser processado, sentenciado e sancionado. A legislação brasileira estabelece que, a partir dessa idade, o adoles-

cente é passível de inquérito policial e processo judicial, sofrendo sanções que chegam até a privação de liberdade, de acordo com a gravidade do delito cometido.

O percentual de adolescentes sob privação de liberdade por tráfico de drogas passou de 7,6% em 2002 para 26% em 2011. “O crescimento é absurdo. Nós temos locais de internação de jovens que são até piores que as prisões. Nós estamos reproduzindo uma lógica repressiva em um sistema que deveria ser protetivo para os adolescentes”, questiona Luciana Boiteux, professora de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua também como coordenadora do Grupo de Pesquisa em Política de Drogas e Direitos Humanos. “A política repressiva de drogas está impactando tanto o sistema socioeducativo quanto o sistema prisional. Ela legitima a guerra às drogas, é causa direta de confronto e execuções na disputa por esse mercado ilícito, especialmente de jovens negros e moradores de favelas”.

A criminalização pelo uso de drogas tem um agravante para adolescentes e jovens porque promove diferentes formas de exclusão no momento em que eles mais estão precisando de apoio – da família, da sociedade e do Estado. O preconceito, a discriminação e a repressão só afastam as possibilidades e a necessidade de cuidado e oportunidades.

Usuário de droga, adicto ou dependente químico... Maconheiro, drogado ou viciado... Seja qual for a nomenclatura, mais ou menos politicamente correta, as pessoas ficam estigmatizadas e a rejeição se amplia - dos familiares para os colegas do bairro, da escola para as empresas e para os projetos de inclusão social ou capacitação profissional. Quando todas as portas se fecham, o tráfico continua com as suas completamente abertas. Um dos fatores que favorecem a continuidade do uso de droga é o estigma.

Nas circunstâncias de uma prisão, a situação se torna ainda mais delicada, pela privação de liberdade em si, como repercute sobre a pessoa, mas também por novos rótulos que surgem carregados de condenações prévias: um preso, mas também um delinquente, um bandido, um criminoso, um meliante, um mau elemento, um menor infrator, um mirim... Quanto mais se amplia a estigmatização, mais se amplia também a exclusão.

Historicamente, a visão moralista e criminal acerca do uso de drogas ilícitas promoveu a estigmatização dos usuários. De início, eram considerados pecadores; depois, passaram a ser tratados também como criminosos; e por último e cumulativamente, doentes. Contraditoriamente, a postura punitivista se sobrepõe, impedindo que o “pecado” seja perdoado e a “doença” tratada.

O viés moral e social na criminalização das drogas ilícitas também contribui para a aceitação do consumo exacerbado de medicamentos e o negligenciamento dos danos causados por eles. Os dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) confirmam que no Brasil os ansiolíticos são mais vendidos que antidepressivos e emagrecedores, apesar dos riscos de dependência, da eficácia limitada a duas primeiras semanas de uso e dos efeitos colaterais como falhas na memória e sonolência.

A falta de um controle adequado e a prescrição indiscriminada, inclusive por médicos que não atuam na área da saúde mental, levam à banalização no uso de tranquilizantes, o que faz com que eles sejam usados sem acompanhamento, para fins indevidos e em quantidades e prazos além dos recomendados. O uso deve ser temporário, por dois ou três meses, mas há pessoas tomando por anos, embora não haja evidências de que a longo prazo eles sejam benéficos.

O MUNDO SOB A TENDÊNCIA DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS RESTRIÇÕES

Um levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas entre 47 países aponta que 23 criminalizam a posse de qualquer droga, mesmo que para uso pessoal, mas 19 descriminalizaram o porte para consumo próprio de todas as substâncias consideradas ilegais, três descriminalizaram o uso da maconha e dois descriminalizaram o uso de entorpecentes, embora ainda pratiquem a internação compulsória.

Ao coletar dados de 18 nações das Américas e 29 da Europa, a pesquisa identificou que 25, mais da metade, adotam critérios objetivos para distinção entre tráfico e uso criminalizado ou não, enquanto 17 não dispõem de uma legislação objetiva e quatro definiram critérios apenas em relação à maconha. Ao definirem os critérios, os países estabeleceram as quantidades máximas de drogas para uso pessoal.

A prevalência de uso de maconha e cocaína também foi medida na população de cada país. Entre as nações americanas pesquisadas, o Brasil ocupa a nona posição, com 8,8% de uso de maconha e 2,9%, de cocaína. Canadá aparece com o maior predomínio de uso da maconha - 46,7% da população entre 15 e 64 anos. Os Estados Unidos têm o maior consumo de cocaína em toda a vida - 14,3%. Entre os países europeus, a mais alta prevalência de uso de maconha foi encontrada na França, com 40,9%. Já a maior taxa de consumo de cocaína está na Espanha, com 10,3%.

As decisões acerca da liberação do uso das substâncias estão sempre envoltas em debates polêmicos. Mesmo entre estudiosos e especialistas, não há um consenso sobre legalizar todas as drogas ou apenas a maconha. Atualmente, 26 países já descriminalizaram porte de maconha para consumo próprio. Mesmo nos Estados Unidos, a legalização é válida para o Alasca, Colorado, Oregon e Washington, além de outros estados que permitem, de alguma forma, o uso da maconha para fins medicinais.

Os números sobre o consumo de drogas ilícitas são baseados em estimativas, já que o mercado ilegal impede uma avaliação mais precisa, mas estudiosos e especialistas apontam que as políticas meramente repressivas só fazem elevar o uso das substâncias. O mais recente relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodc), divulgado em 2015, aponta que 246 milhões de pessoas, mais de 5% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos, tenham feito uso de drogas ilícitas em 2013. Os usuários de maconha correspondem a 182 milhões, cerca de 73,9%. Com a regulamentação da substância, sobrariam apenas 64 milhões de usuários de drogas pesadas, dos quais 27 milhões são considerados problemáticos.

Na Europa, os países onde a descriminalização vale para todas as drogas e existe definição de critérios objetivos para distinção entre uso e tráfico são Alemanha, Espanha, Itália, Letônia, Lituânia, Países Baixos, Portugal e República Checa. Nas Américas, estão nessa mesma situação a Colômbia, o Equador, o México, o Paraguai e o Peru. O Brasil precisa se debruçar sobre experiências exitosas de enfrentamento ao tráfico de entorpecentes e de convivência com o uso de drogas para replicar as estratégias ou desenvolver ações próprias a partir do aprendido com outras nações.

Se o governo brasileiro adotasse os critérios de descriminalização da Espanha, por exemplo, 69% dos presos por tráfico estariam em liberdade, segundo estudo publicado pelo International Drug Policy Consortium. A jurisprudência espanhola estabelece a quantidade para uso pessoal como equivalente a cinco doses diárias, definidas pelo Instituto Nacional de Toxicologia em 2001 e publicadas pelo Centro de Inteligência contra o Crime Organizado: até 25 gramas de haxixe e 100 gramas de cannabis, 3 gramas de heroína, 7,5 gramas de cocaína, 3 miligramas de LSD, 900 miligramas de anfetamina e 1,44 grama de ecstasy.

De acordo com os parâmetros de outros dez países que fizeram parte do estudo, o percentual de pessoas livres no Brasil poderia variar de 9% a 41%. Os limites fixados em Portugal, por exemplo, representariam 29% a menos de presos nas carceragens brasileiras. O modelo da nação-irmã é apontado como uma experiência bem-sucedida, ao fixar limites para o consumo das drogas, incluir usuários em programas de Redução de Danos e inserção social e estudar a maconha para fins terapêuticos.

Em 2001, Portugal se tornou o primeiro país da Europa a descriminalizar o uso de todas as drogas. Elas continuam proibidas, mas o consumo não é crime, e sim infração leve, sujeita à sanção administrativa, como aconselhamento ou multa e possibilidade de tratamento voluntário. O resultado: queda nos índices de criminalidade, prisões, dependência química por drogas pesadas e infecção pelo vírus da Aids.

Para os portugueses, a quantidade de substâncias permitidas a uso pessoal e posse equivale a dez doses diárias, de acordo com o peso e a natureza da droga: 25 gramas de maconha, 5 gramas de resina ou THC e 2,5 gramas de óleo de cannabis. O plantio para consumo pessoal entra no critério de dez doses diárias, mas o número de plantas não está estabelecido, portanto continua proibido, como também há sanções penais para traficantes e produtores de qualquer que seja a droga. A legislação portuguesa permite ainda, como quantidades máximas para uso pessoal, 1 grama de ecstasy e heroína e 2 gramas de cocaína.

A experiência de descriminalização da Holanda também é vista como exitosa. Com a legalização da venda e do consumo de maconha em locais regulados pelo Estado, o país conseguiu

separar o mercado da substância daquele de drogas pesadas, de forma a evitar que usuários da Cannabis se exponham à cocaína e à heroína. A posse de drogas é considerada ilegal, mas se as quantidades forem para uso pessoal, a pessoa não é presa nem sofre abertura de processo judicial. A legislação dos Países Baixos permite até 5 gramas de maconha para consumo próprio e de cinco plantas para o cultivo doméstico, além de 0,5 grama de heroína e cocaína ou uma dose diária.

Um exemplo mais próximo da realidade brasileira e que tem causado uma repercussão positiva vem do Uruguai, que se tornou o primeiro país na América Latina a criar um mercado legal da maconha e derivados, desde o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização, a distribuição e o consumo até a importação e a exportação. Com a descriminalização e regulamentação desde 2013, não há pena para consumo pessoal, limitado a 40 gramas por mês, cultivo caseiro de até seis pés de maconha por pessoa registrada e produção coletiva de até 99 pés por clubes com até 45 sócios maiores de idade.

À semelhança da experiência de regulação uruguaia, o Chile autorizou em julho de 2016 o plantio de maconha em pequenas quantidades – até seis pés para uso caseiro. Assim, o país também segue a tendência de flexibilização das restrições ao uso da maconha para fins recreativos ou terapêuticos. No território chileno, o uso de substâncias já era descriminalizado, embora considerado uma infração. Sem critérios objetivos para distinção entre uso e tráfico, a interpretação depende do juiz, que pode estabelecer penas para posse e consumo pessoal que variam de sanções administrativas a medidas socioeducativas.

Embora o uso de drogas seja proibido pela Constituição da Colômbia, o país descriminalizou todas as drogas em 1994, estabelecendo como limites para uso as quantidades de 20 gramas de maconha, 5 gramas de haxixe e 1 grama de cocaína. Se houver intenção de venda, as quantidades deixam de ser consideradas como posse para consumo próprio. A mesma lei considera plantação para tráfico acima de 20 plantas de maconha.

A organização internacional Law Enforcement Against Prohibition (Leap), que em tradução literal significa Agentes da Lei contra a Proibição, defende a legalização de todas as drogas. Reunindo policiais, promotores e procuradores de justiça e juizes, o colegiado anuncia como missão reduzir os inúmeros e danosos efeitos colaterais resultantes da guerra às drogas e diminuir a incidência de mortes, doenças, crimes e dependência, pondo fim à proibição de qualquer droga.

“Após milhares de apresentações, apontando a necessidade de pôr fim à proibição e legalizar todas as drogas – legalizá-las de modo que possamos controlá-las e regulá-las, mantendo-as longe do alcance de nossas crianças –, descobrimos que a am-

pla maioria das pessoas presentes nesses encontros concorda conosco”, aponta a organização.

Ainda mais significativo é o levantamento realizado em convenções nacionais e internacionais de policiais. O reconhecimento do fracasso da guerra às drogas entre eles é bem maior do que parece ser: 80% concordam com o fim à proibição, 14% se mostram indecisos e apenas 6% desejam continuar. “O mais interessante dessa estatística é que somente uma pequena parte desses 80% tinha ideia de que outros policiais sentiam a mesma coisa”, observa a organização.

Um dos porta-vozes da organização no Brasil, o inspetor da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, Diego Souza Ferreira, ao entrar na corporação, acreditava que a responsabilidade pelo tráfico de drogas era dos usuários de maconha e cocaína. Mas a visão começou a ser outra quando ingressou no Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico, que investiga o tráfico de drogas no estado, e passou a estudar o assunto no Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2013.

Desenvolvendo uma pesquisa junto a policiais civis, Diego Souza Ferreira começou a comparar o resultado dos estudos com o trabalho que eles realizavam. Enquanto participava do programa de pós-graduação, destinado à capacitação dos profissionais de segurança pública, o inspetor desenvolveu uma pesquisa sobre prevenção ao uso de entorpecentes e repressão, propondo uma nova política pública e criminal sobre drogas para o Brasil.

“Os agentes da polícia são parte da sociedade; eles não são seres de outro mundo. São cidadãos comuns. A única particularidade é que eles têm a nobre função de proteger a sociedade e manter o respeito para com a lei. No entanto, com a ‘guerra às drogas’, este cidadão-policial - ou policial-cidadão -, ao invés de proteger a sociedade, tornou-se o soldado de uma guerra, em que eles matam e são mortos, a fim de impor uma política falida, prejudicial, injusta, arbitrária, irracional e entorpecente”, avalia o inspetor.

Diego de Souza Ferreira questiona os esforços empreendidos para a apreensão de drogas. “Nós fazíamos uma operação e apreendíamos 20 quilos de cocaína. Era uma baita operação. Aí fazíamos outra e pegávamos meia tonelada de maconha. E tu pensa que é um baita trabalho, que tirou tudo aquilo do mercado. Mas na pós eu descobri que, por exemplo, só no Rio Grande do Sul, tínhamos por estimativa um consumo de 114 toneladas de maconha. No ano de 2012, o Rio Grande do Sul apreendeu em todas suas forças de segurança cinco toneladas de drogas”.

Depois de se deter em estudos não apenas envolvendo direito penal e criminologia, mas também sobre história, biologia, botânica, fisiologia, química e até mesmo neurociência, buscando entender por que algumas substâncias foram proibidas

e criminalizadas, o policial chegou à conclusão de que a guerra às drogas é uma decisão política, que nada tem a ver com ciência. “Para a ciência, todas as drogas são drogas. A ciência não faz distinção entre droga ruim e droga boa, droga lícita e droga não lícita”.

Enquanto a política de não punir o usuário criminalmente tem sido cada vez mais aplicada por outros países, a nova Lei de Drogas no Brasil contribuiu para aumentar o encarceramento ao

deixar de estabelecer critérios objetivos de distinção entre o usuário e os pequenos traficantes. Sem a regulamentação para definir a quantidade de drogas mínima, a polícia se vale da análise subjetiva para determinar se é muito ou pouco. Em muitos casos, a pessoa alega ser usuária, mas o policial prende como traficante. Sem provas, o promotor acaba se baseando nos elementos policiais para apresentar a denúncia e o juiz também para dar a sentença.

BASEADO EM QUÊ?

LEGALIZAÇÃO

Em 1996, o Estado norte-americano da Califórnia, seguido, ao longo das décadas seguintes, por outros 23 estados e o Distrito Federal, e países como Canadá, Austrália e Colômbia legalizaram o uso medicinal da Cannabis. Estados em que o uso de maconha é liberado para fins medicinais: Alasca, Arizona, Califórnia, Colorado, Connecticut, Washington DC, Delaware, Hawaii, Illinois, Maine, Maryland, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Montana, Nevada, New Hampshire, New Mexico, New York, Oregon, Rhode Island, Vermont, Washington.

No Alasca foi legalizado o consumo, a posse e a venda de maconha para maiores de 21 anos em quantidades determinadas. Em Oregon, a maconha foi liberada para maiores de 21 anos, que poderão portar até 57 gramas e cultivar até seis plantas. Já na Califórnia, os eleitores rejeitaram nas urnas a legalização. No Colorado, o Estado aprovou a venda de maconha medicinal em 2013, mas os negócios só foram iniciados em 2016.

DESCRIMINALIZAÇÃO

Portugal foi um dos primeiros países do mundo que adotou uma polêmica mudança na lei sobre drogas. Desde 2001, ninguém pode ser preso por usar qualquer tipo de substância psicoativa. Atualmente, a posse de maconha é limitada a 25 gramas de erva. Os limites são definidos por 10 doses diárias e, se forem excedidos, é considerado que existe tráfico de drogas.

Na Espanha, desde a década de 1990, foram criadas associações sem fins lucrativos para distribuição de maconha e os associados podem retirar aproximadamente 20 gramas por semana. Nesses

locais, só podem se cadastrar pessoas maiores de 18 anos, que já sejam usuários habituais da erva e que tenham sido indicados por um ou mais associados. Os espanhóis têm conseguido retirar uma grande fonte de lucro dos traficantes e reduzir os danos associados ao uso de maconha.

Já na Holanda, a venda de maconha foi autorizada na década de 1970, o usuário não é preso e também não paga multa por sua utilização. Pode-se comprar a planta em lojas especializadas, as chamadas coffee shops, e consumi-la em bares a partir dos 18 anos. Já a compra e venda da maconha em qualquer outro lugar é ilegal. O sistema descriminalizou o usuário e regularizou a venda de pequenas quantidades em condições restritas. A posse, o comércio, o transporte e a produção de outras drogas são expressamente proibidos e reprimidos - as penas podem chegar aos 12 anos de prisão.

Em vários países europeus, quem consome substâncias psicoativas de baixo risco, como a maconha, não é levado para a cadeia. Em Luxemburgo, Áustria, Dinamarca e Alemanha, os consumidores são convidados a fazer tratamento psiquiátrico. O consumo dessas substâncias na França, Suécia, Noruega e Finlândia é passível de penas que podem chegar a um ano de prisão, além de multas e medidas terapêuticas.

REGULAMENTAÇÃO

Em 2014, os estados americanos do Colorado e de Washington e o Uruguai legalizaram e regulamentaram o uso da maconha, inclusive para fins recreativos e, em 2015, os estados de Oregon e do Alasca.

Fonte: Câmara dos Deputados e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

DEPENDÊNCIA QUÍMICA: MAIS SAÚDE, MENOS POLÍCIA

O direito à vida se sobrepõe a valores morais, orientações religiosas e medidas criminalizantes, mas muitos usuários de drogas, que precisam de encaminhamento a unidades de saúde ou assistência social, acabam sendo deslocados para prisões, ficando privados da liberdade e também do tratamento contra a dependência química. Uma nova abordagem sobre a questão das drogas deve privilegiar a saúde mental e os direitos humanos.

O uso de drogas é mais uma questão de saúde e menos um caso de polícia. Nas prisões, as pessoas que fazem uso problemático de substâncias psicoativas estão mais suscetíveis às práticas inadequadas e abusivas no consumo de drogas e à infecção por Aids, tuberculose e hepatites. As intervenções que se baseiam apenas no poder coercitivo do sistema de justiça criminal agravam a situação de dependência e os riscos ao bem-estar físico, emocional e social dos usuários de drogas.

Apenas uma em cada seis pessoas com problemas graves de dependência química tem acesso a programas de tratamento, segundo a Organização das Nações Unidas, que destaca a importância de se elaborar um tratamento por meio da intervenção social, com viés educacional e clínico, como alternativa às sanções penais para incentivar dependentes a aceitar assistência. “Países que impõem penas mais severas para a posse e uso pessoal têm um número maior de usuários de drogas. Essa abordagem não parece ter um efeito dissuasivo sobre o uso de drogas na comunidade em comparação a países sem sanções severas”, aponta o relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes intitulado “Da coerção à coesão: tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde e não da punição”.

Nesse mesmo sentido, a Comissão Global de Política sobre Drogas, instituída pela ONU, defende que os investimentos em saúde sejam prioridade em relação aos gastos com repressão. Mesmo que tenha envolvimento com ações caracterizadas como criminosas, o dependente químico deve ser tratado como paciente. De acordo com a comissão da ONU, as evidências demonstram que os países que ofereceram tratamento em vez de punição a quem faz uso prejudicial de substâncias psicoativas tiveram resultados positivos na redução da dependência, na melhoria das condições de saúde e até no enfraquecimento do crime. Se há necessidade das medidas de segurança, que elas aconteçam em articulação e parceria com os serviços de saúde.

No Brasil, a Lei de Drogas prescreve medidas para atenção e reinserção social de usuários e dependentes, mas muitos ficam mantidos em celas onde a deterioração das condições de aprisionamento e o acesso a drogas mesmo ali dentro só agra-

NÚMERO DE PESSOAS QUE NÃO SERIAM PRESAS SE OS LIMITES FIXADOS PELOS PAÍSES QUE DESCRIMINALIZARAM FOSSEM APLICADOS NO BRASIL

País	Limite (em gramas)	Pessoas que não seriam presas	Percentual que não seria preso
Bélgica	3	8	9%
México	5	8	9%
Holanda	5	8	9%
Rússia	6	8	9%
Austrália (menor limite)	15	14	15%
Paraguai	10	11	12%
República Tcheca	15	14	15%
Portugal	25	27	29%
Estados Unidos	28,45	32	34%
Austrália (maior limite)	50	39	41%
Espanha	200	65	69%

Fonte: International Drug Policy Consortium

vam a situação de adicção. “Nós não podemos erradicar as drogas, mas podemos fazer que as pessoas parem de morrer por causa delas”, apontam os grupos que defendem o antiproibicionismo e trabalham com a Redução de Danos pelo uso problemático de drogas.

O vice-presidente da Comissão de Políticas Públicas sobre Drogas da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Ceará, Roberto Lassere, considera que é preciso mais cuidado ao defender a liberação das drogas. “A droga mata e faz mal. A maconha causa 30% mais câncer que o cigarro”, argumenta.

Um estudo realizado por pesquisadores da Nova Zelândia e divulgado em 2008 apontou que um cigarro de maconha equivale a um maço de cigarros de tabaco em termos de risco para o desenvolvimento de câncer de pulmão. A probabilidade aumenta, segundo os cientistas, porque o cigarro de maconha geralmente não tem filtro adequado e o usuário usa até a ponta e traga mais longa e profundamente. No entanto, outros estudos revelam que não existe nenhuma relação entre o uso de maconha e

neoplasias no órgão e pesquisas também demonstram o potencial do extrato da planta para tratar outros tipos de câncer.

Mas a ONU considera preocupante o crescimento de maconha. “Enquanto os dados indicam que o uso de opióides (heroína e ópio) continua estável em nível mundial e que o uso de cocaína diminuiu globalmente, o uso de maconha e o uso não medicinal de opióides farmacêuticos continuam crescendo. Evidências sugerem que mais pessoas estão sofrendo consequências decorrentes do uso da maconha e que a maconha pode estar se tornando mais prejudicial, como refletido pela alta proporção de pessoas procurando tratamento pela primeira vez em várias regiões do mundo”, aponta o mais recente relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodc), divulgado em 2015.

É por considerar eventuais problemas à saúde física e mental pelo uso de drogas que a política de Redução de Danos se apresenta como uma estratégia dentro da atenção psicossocial sob a perspectiva da reforma psi-

quiátrica e da luta antimanicomial. O trabalho envolve intervenções no sentido de retardar o início do uso de drogas, evitar que a experimentação das substâncias se torne problemática ou minimizar as consequências para quem já faz uso nocivo. A Redução de Danos é, portanto, uma abordagem preventiva, sem desconsiderar que as drogas continuarão acessíveis e sendo usadas. “A Redução de Danos é uma abordagem preventiva pragmática que assume o fato de que existem indivíduos que escolhem usar drogas e não a utópica busca de um mundo onde elas não existam”, aponta o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

A ideia não é nova, surgiu há 90 anos e, até mesmo pelo tempo de existência, deveria estar mais difundida, mas o conservadorismo reinante, que atravessa territórios e gerações, impediu que ela alcançasse um avanço maior. A Redução de Danos tem origem em 1926, na Inglaterra, com a publicação do Relatório Rolleston, que indicava a prescrição de opiáceos para usuários de heroína em situação de dependência. Já naquela época, os médicos ingleses que assinaram o documento entendiam que a administração de drogas substitutas ou mesmo de heroína ou morfina, sob o monitoramento deles, era mais eficaz frente aos potenciais riscos da síndrome de abstinência e, portanto, a melhor maneira de tratar a dependência.

Com o advento da Aids e as infecções entre usuários de drogas injetáveis, a Redução de Danos foi impulsionada pela necessidade de oferecer seringas descartáveis para evitar o compartilhamento das agulhas. A ação enfrenta resistências ainda hoje, sob o argumento de que estimula o uso de substâncias, embora os dados da própria Organização das Nações Unidas comprovem a importância da medida, com reduções significativas no número de infectados pelo HIV nesse grupo.

No Brasil, a primeira tentativa de implantar um programa de Redução de Danos para o uso de drogas aconteceu em 1989, na cidade de Santos, em São Paulo, exatamente entre usuários de drogas injetáveis, mas os profissionais foram impedidos de entregar as seringas. O primeiro programa de troca de seringas em território nacional foi implantado em Salvador em 1995 por iniciativa de pesquisadores e profissionais de saúde da Universidade Federal da Bahia.

Durante anos, as iniciativas foram tomadas por organizações não governamentais ou universidades, até que em 1998 foi regulamentada a lei que autoriza a Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo a distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas, em vigor até hoje. O exemplo foi seguido pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, criando leis para regulamentação da política de Redução de Danos e distribuição de agulhas e seringas.

Apenas em 2005, o Ministério da Saúde regulamentou as ações destinadas à redução de danos sociais e à saúde decorrentes do uso de álcool e outras drogas, considerando que as intervenções dirigidas aos usuários e dependentes devem ser ampliadas e a urgência de diminuir os índices da infecção dos vírus HIV e hepatites B e C entre usuários de drogas injetáveis. A portaria recomenda a distribuição dos insumos destinados à prevenção da Aids, mas não se reporta a troca de seringas.

De acordo com os princípios básicos da Redução de Danos, existem tratamentos alternativos à abstinência e é possível criar condições mais seguras para que o uso de drogas seja menos prejudicial. O conceito se expandiu para além da questão da saúde física, do bem-estar emocional e da reinserção social, agregando a promoção de direitos individuais e sociais dos usuários de drogas. Dependendo de cada realidade, as ações de Redução de Danos envolvem troca de seringas para uso de drogas injetáveis, distribuição de cachimbos para fumar crack, prescrição médica de substâncias substitutas a drogas que estão causando dependência e serviços de aconselhamento para usuários.

“A Redução de Danos é um modelo alternativo ao modelo moral e criminal dos últimos 100 anos”, resume Rafael Baquit, articulador da Rede Cearense de Redução de Danos, que é composta por profissionais de saúde, militantes, usuários de drogas e familiares. “São pessoas que estão interessadas em lutar pelo avanço das políticas sobre drogas, pelo avanço da melhoria do cuidado voltado para as pessoas que usam drogas”, acrescenta Rafael, que é psiquiatra e trabalha em Centros de Atenção Psicossocial especializados em álcool e outras drogas.

O envolvimento do médico cearense com as ações de redução de danos começou em 2006, nas festas raves frequentadas por tantos adolescentes e jovens como ele, à época ainda estudante de Medicina em Salvador. “Conheci esse trabalho como usuário, frequentador de festas raves. Quando voltei para a minha terra natal, Fortaleza, cinco anos atrás, formamos o Coletivo Balanceará, fazendo ações de redução de danos em festas raves também por aqui”, afirma Rafael.

Para abordagem mais adequada aos adolescentes e jovens sobre os riscos que algumas substâncias possam causar, o Coletivo Balanceará de Redução de Danos aponta que é cada vez mais nítida a importância da presença de equipes de Redução de Danos em eventos, como festivais de música eletrônica, e espaços com a grande participação desse público. “O trabalho dessas equipes vem se firmando aos poucos, porém é preciso que mais festivais, de grandes ou pequenas proporções, levem mais a sério. Fomentar e articular informações trazidas pelos profissionais que exercem redução de danos é essencial. As

informações contidas nesse trabalho buscam alternativas que possam indicar ao usuário qual substância ele está consumindo e qual a maneira menos nociva de consumi-la, evitando maiores riscos”.

Como membro do Coletivo Balanceará de Redução de Danos e da Associação Brasileira de Redução de Danos e professor da Escola de Saúde Pública do Ceará, Rafael Baquit é um dos 86 médicos a assinar um manifesto pela legalização da maconha, sob a liderança do também psiquiatra Luiz Fernando Tófoli, da Universidade de Campinas (Unicamp). O abaixo-assinado foi publicado na coluna do jornalista Ancelmo Gois na edição do jornal O Globo do dia 15 de maio de 2014, como resposta ao jornalista e escritor Ruy Castro.

“O escritor Ruy Castro sugere, segundo o que foi exposto em sua coluna do dia 13/05/2014, que não existam médicos neste país que apoiem a legalização da maconha. Esta informação está incorreta. Nós somos médicos e consideramos que a política de controle dos malefícios da cannabis por meio da proibição é ineficiente, desigual e perversa: ineficiente porque não resolve adequadamente os eventuais riscos associados à maconha; desigual por punir de forma discriminatória as populações mais pobres; e perversa por prejudicar o acesso aos benefícios médicos desta planta cujos registros de uso curativo remontam há cerca de cinco mil anos. Por uma política de regulação e educação sobre o uso consciente e controlado desta droga, nós, médicos e brasileiros, dizemos sim às iniciativas que discutam a legalização da maconha em nosso país”, aponta o manifesto.

Enquanto o Brasil resiste em legalizar o uso da maconha, outras nações já partiram para experiências muito mais ousadas, como a abertura de “shoot rooms”, como são conhecidas internacionalmente, os espaços fechados para consumo livre de drogas. Em tradução livre, as salas de “tiro” ou injeção, também chamadas de narcossalas, salas legais ou salas seguras para uso de substâncias proibidas aplicam o que parece inimaginável para a realidade brasileira. As pessoas podem comprar e consumir cocaína e heroína sob a supervisão de profissionais de saúde, sem a repressão dos agentes de segurança e com a vantagem de não estarem a serviço do crime ou colaborando com a indústria do tráfico.

Na Europa, a experiência pioneira da Suíça, que disponibiliza “shoot rooms” a partir de meados dos anos de 1980, foi replicada pela Espanha, Holanda e Alemanha. Desde 1994, a criação de ambientes fechados para consumo de drogas em Frankfurt tirou milhares de pessoas que vagavam pelas ruas ou se concentravam em parques e praças e, em dez anos, diminuiu pela metade o número de dependentes, fazendo com que a ini-

ciativa também fosse repetida por outras cidades alemãs.

O sucesso do modelo adotado em Frankfurt se deve a uma combinação de medidas que inclui o acolhimento aos usuários em situação de exclusão, expostos a péssimas condições sociais e sanitárias. Com tais espaços, as pessoas passaram a ter acesso a mais informações sobre os riscos do uso abusivo das substâncias e também aos serviços de saúde e às oportunidades de formação e reinserção profissional. A melhoria da qualidade de vida reduziu a mortalidade pelo uso de drogas em todas as cidades alemãs que seguiram a experiência de Frankfurt. E ao contrário das previsões pessimistas e conservadoras, os jovens não se sentiram mais estimulados ao uso após a abertura das salas seguras para o consumo de entorpecentes, como atestam as pesquisas realizadas a cada ano.

Mesmo diante das evidências positivas, a iniciativa enfrenta resistências até entre os países desenvolvidos da Europa. Após anos de debates na França, somente em 2015 o parlamento aprovou a abertura das salas de injeção. Em meio a muitas controvérsias na sociedade francesa, inclusive nas academias de medicina, e embates entre políticos de direita e de esquerda, a decisão saiu, mas em caráter ainda não definitivo. Os centros vão funcionar de forma experimental por um período de seis anos.

Embora os opositores da ideia acusem o governo de estimular o uso de drogas, as salas legais não visam a facilitar a distribuição de entorpecentes, mas a garantir a redução de riscos à saúde para os usuários em situação de maior vulnerabilidade. Com a oferta desses ambientes, é mais fácil atrair uma população de usuários que vive pelas ruas e não procura os equipamentos de saúde. Sob a supervisão de profissionais de saúde especializados, os usuários passam a consumir as drogas em condições de higiene satisfatórias, em níveis seguros e sem o compartilhamento de materiais, o que contribui para evitar novos casos de infecções e overdoses.

“A história epidemiológica e a experiência clínica demonstram que o projeto de uma sociedade sem consumo de drogas é ilusório. As posturas proibicionistas e repressivas são inócuas. Isso porque a cura raramente se dá apenas com a abstinência”, confrontam a Associação Nacional para a Prevenção do Alcool e das Dependências e a Associação para a Redução de Riscos, duas respeitadas instituições francesas. De acordo com esses dois colegiados, a abstinência causa exclusão, afastando dos sistemas de proteção e acompanhamento uma parcela frágil e frequentemente marginalizada de consumidores de drogas.

Os sintomas da abstinência aguda, quando os níveis da droga no sangue baixam subitamente, são capazes de provocar reações inesperadas, que fogem ao controle a pessoa. “Às vezes, originalmente, o indivíduo não queria recorrer à violência, mas

TOMAZ SILVA / AGÊNCIA BRASIL



A MAIOR VITÍMA
DA GUERRA AS DROGAS
É A POPULAÇÃO POBRE
E GAIZA

...DA
...ARECER
...SSIV
...DA
...LTRE

...IBIÇÃO MATA,
...CHISMO TAMBÉM!



no momento em que ele fissa, se não consumir a droga naquele momento, ele surta, é um mal-estar danado. Isso tira ele do normal. Às vezes, você escuta falar que o neto que foi criado pela avó boazinha, espancou a avó porque ela não queria dar o dinheiro para comprar a droga. Pra conseguir o dinheiro, foi necessário espancar a avó. A fissura tira toda a análise de lógica, de raciocínio, e deixa o cara enlouquecido, que nem lembra no dia seguinte”, explica o médico Almir de Castro Neves Filho, professor do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

As salas seguras representam uma opção pela vida das pessoas em situação de dependência que não desejam ou não conseguem largar as substâncias. Para manter esses locais funcionando em Vancouver, o Supremo Tribunal do Canadá considerou que as narcossalas do centro médico terapêutico da cidade salvaram vidas. A decisão foi proferida em 2011, após o local ficar três anos em atividade sob garantia de liminar judicial, pois o governo canadense havia determinado o fechamento, alegando que o espaço favorecia a disseminação do uso de drogas.

Embora o Canadá ainda não tenha legalizado o uso de maconha para fins recreativos, o uso medicinal da droga é permitido no país. Nas salas para uso seguro de drogas em Vancouver, substâncias proibidas não são fornecidas. Com o objetivo de evitar overdoses e infecções, os usuários recebem seringas descartáveis, agulhas esterilizadas e água destilada. As salas, cuidadosamente higienizadas, têm paredes revestidas com espelhos para permitir o controle dos profissionais de saúde, que ficam em outro ambiente para fazer o monitoramento.

Um estudo divulgado pela revista científica *The Lancet* já havia revelado que as “shoot rooms” reduziram de forma significativa as mortes por overdose em Vancouver. De acordo com a pesquisa, os óbitos diminuíram em cerca 35% nas proximidades do local onde estão instaladas, em Downtown Eastside, um dos bairros mais pobres, enquanto no restante da cidade a queda de mortes por altas doses de droga foi de apenas 9,3%.

O Canadá é o primeiro país das Américas a abrir, em 2003, instalações para o uso de drogas como estratégia de redução de danos. A experiência exitosa está relacionada não apenas à oferta de meios seguros para o uso de substâncias injetáveis, mas também às possibilidades oferecidas para outros cuidados com a saúde, como tratamento odontológico e a própria desintoxicação, e a reinserção social, por meio de práticas esportivas e capacitação para o trabalho.

Mesmo nos Estados Unidos existem salas de consumo supervisionado de metadona, substância usada contra os efeitos da abstinência no tratamento da dependência de heroína e ou-

tras drogas, como também se faz na Holanda. O governo dos Estados Unidos vem defendendo que é melhor encaminhar para tratamento contra a dependência e programas de prestação de serviço comunitário do que para a prisão as pessoas envolvidas com crimes de pequeno ou nenhum poder ofensivo.

O fornecimento de drogas legais substitutas para dependentes químicos é uma estratégia utilizada também pela Colômbia, mas, ao contrário do que acontece em países da América do Norte e da Europa, a entrega das substâncias no país latino-americano é feita de forma itinerante, em unidades móveis de cuidados para dependentes químicos. Um dos principais países produtores de cocaína, fortemente associado ao tráfico de drogas, a Colômbia estabeleceu em 2012 que a dependência química deve ser considerada um problema de saúde pública, exigindo que os usuários sejam tratados como pacientes, não como delinquentes.

A iniciativa colombiana se assemelha a uma experiência brasileira chamada Consultório na Rua, embora o trabalho feito pelas equipes de saúde no Brasil junto à população em situação de rua não contemple a entrega de drogas a quem faz uso de substâncias. O trabalho de redução de danos envolve ações compartilhadas e integradas às unidades básicas de saúde, centros de atenção psicossocial, serviços de urgência e emergência e outros pontos de atenção.

Em Fortaleza, cada equipe do Consultório na Rua é formada por dois psicólogos e um assistente social, treinados para fazer as abordagens e encaminhar os casos aos serviços especializados dos Centros de Referência de Assistência Social ou às comunidades terapêuticas conveniadas com o Executivo municipal. Além dos encaminhamentos para os serviços socioassistenciais e de saúde, os profissionais distribuem preservativos e material informativo. Dependendo da cidade, a equipe também pode incluir agentes de saúde, educadores sociais, enfermeiros e médicos.

Mundo afora, políticas que apontam para mais cuidado e menos repressão em relação aos usuários de entorpecentes se revelam cada vez mais bem-sucedidas. Em Portugal, o usuário é considerado por lei um doente crônico que precisa de tratamento. A legislação também contempla a redução de danos e a reinserção social, permitindo o fornecimento de seringas descartáveis a quem faz uso de substâncias injetáveis. E o governo comemora as reduções de infecções e das mortes overdoses.

Em terras portuguesas, as questões de drogas ficam mais a cargo dos profissionais de saúde e menos do sistema de segurança e justiça. A coordenação das ações de prevenção e tratamento é de responsabilidade do Ministério da Saúde em articulação com as demais áreas do governo. Quando verificada uma quantidade de substâncias equivalente a no máximo dez dias de

consumo, a própria distinção entre uso simples, dependência e tráfico é feita pela Comissão de Dissuasão da Toxicodependência, que inclui psicólogo, assistente social e advogado

No caso de consumo ocasional, o processo é suspenso provisoriamente caso não haja registro prévio contra o usuário. Se ele for reincidente, será submetido a uma sanção, que pode ser o pagamento de multa, prestação de serviço à comunidade, imposição de medida de acompanhamento, proibição de exercer profissão ou atividade, interdição de frequência a determinados lugares ou apresentação periódica em lugar designado pela Comissão de Dissuasão da Toxicodependência.

Se a comissão concluir que se trata de um caso de dependência química, o processo é suspenso provisoriamente caso não haja registro prévio e a pessoa aceitar o encaminhamento para tratamento. Havendo recusa, será aplicada uma sanção ou prestação de trabalho a favor da comunidade e a pessoa terá de se apresentar nos serviços de saúde para que não sofra as seguintes sanções: proibição de exercer a profissão, andar por certos lugares, acompanhar, alojar ou receber hóspedes e visitantes e viajar para outros países sem autorização prévia.

PREVENÇÃO E TRATAMENTO: EXPERIÊNCIAS DE ÊXITO OU FRACASSO

O trabalho realizado na Rede Cuca de Fortaleza, que reúne os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte da Barra do Ceará, Jangurussu e Mondubim, constitui uma experiência exitosa de Redução de Danos, ao contar com uma equipe de atenção psicossocial, que tem psicólogos e assistentes sociais, além de educadores sociais. “Foi muito interessante ao chegar lá e conhecer o trabalho dos educadores sociais, que já são verdadeiros redutores de danos. O contato daqueles educadores sociais na ponta, com aqueles jovens, dentro da realidade deles, dentro da comunidade deles, já era uma experiência de conseguir ajudá-los a enxergar melhor a própria situação e possibilidades, formas de viver melhor e reduzir os danos”, observa o psiquiatra Rafael Baquit.

Os casos de uso problemático de drogas e até tráfico de entorpecentes nos equipamentos representavam um desafio para os gestores da Rede Cuca, mas foram administrados da forma mais adequada, com o foco no cuidado com as pessoas, não na repressão aos adolescentes e jovens. “Ficou um embate dentro da instituição: “E aí, a gente chama a Polícia ou a Redução de Danos?” A Redução de Danos ganhou e nós fomos chamados para fazer uma leitura da situação e ver algumas estratégias”, lembra Rafael Baquit. Em parceria com os Cucas, a equipe do Centro de Atenção Psicossocial onde o médico trabalha conseguiu não só atender jovens que esta-

vam necessitando de cuidado mais especializado.

O projeto acabou, mas os Coletivos de Redução de Danos viraram movimentos dentro dos Cucas. “E, hoje, apesar da precarização, com a redução dos investimentos, os Cucas ainda continuam com a preocupação de trabalhar as questões relacionadas às drogas a partir de uma perspectiva de redução de danos”, observa Rafael Baquit. A continuidade das ações faz com os equipamentos se transformem em espaços de prevenção permanente ao uso abusivo de drogas. “A Rede Cuca acaba sendo a possibilidade de um trabalho em rede, e não só um cuidado isolado, dentro de muros”, conclui o psiquiatra.

Médico também da Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil de Iguatu, no interior do Ceará, Rafael Baquit inclui duas experiências desenvolvidas no município como exemplos positivos de políticas sobre drogas. “É uma cidade que já faz história na saúde mental porque é onde foi criado o primeiro Caps do Nordeste, que está completando 25 anos, e nós estamos num momento excelente de ascensão, de estruturação da rede de atenção psicossocial, de diversificação dos vários equipamentos para lidar com as questões de saúde mental”.

Com a criação da primeira Unidade de Acolhimento Infantil do Norte-Nordeste em 2014, Iguatu passou a oferecer condições de abrigo para crianças e adolescentes que estão com problemas agravados pelo uso de drogas, como os laços familiares rompidos e em condições socioeconômicas que exigem um lugar para passar um tempo. E diante das histórias reais, no contato direto com a complexidade dos casos, a teoria e o discurso contra as políticas moralistas e repressoras ganham força.

“Quando nos aproximamos desses casos, nós vamos descobrir toda uma problemática social, das relações, do núcleo familiar, da perspectiva desses jovens... A droga é simplesmente um sintoma, a ponta do iceberg”, observa Rafael Baquit. Na percepção de que existem muitos outros problemas relacionados ao uso de drogas, a dependência química em si passa a ser irrelevante e a necessidade de intervenções ganha outros sentidos. “A droga perde totalmente a importância. A gente vai trabalhar outras coisas. Depois, esse jovem vai parar de usar drogas como consequência também, porque a gente está trabalhando o que está por trás das drogas”, explica.

O psiquiatra reconhece que o investimento é muito alto para manter o serviço funcionando, porém, como diz, “fazer um trabalho responsável, que vai na raiz do problema, sai caro mesmo”. O custo poderia ser muito menor ou até inexistente, se as políticas públicas adotassem um modelo para evitar que tantas pessoas buscassem as drogas e desenvolvessem uma relação nociva com elas.

A Unidade de Acolhimento Infantil de Iguatu tem capacidade para atender dez crianças e adolescentes, mas, nas situações habituais, a ocupação chega a no máximo a cinco pessoas. Além da casa onde os usuários ficam abrigados, eles têm à disposição uma equipe de cuidadores especializada e um carro para o deslocamento até

a escola e o local de atividades esportivas. “Eles não ficam enclausurados, presos”. Os cuidadores ajudam os meninos na realização das tarefas escolares, mas também se empenham em localizar as famílias. O contato é importante tanto para a equipe conhecer de perto a realidade em que os familiares vivem quanto para que eles sejam preparados para receber de volta a criança ou o adolescente.

Uma experiência nova e inovadora desenvolvida também em Iguatu é o apoio a profissionais de educação para que eles lidem da melhor forma possível com as questões relativas à saúde mental e às drogas nas escolas. O suporte é dado por uma equipe multiprofissional, formada por trabalhadores do Núcleo de Atenção Pedagógica, Assistência Social, Cultura e Saúde. “Dentro das escolas existem muitas queixas em relação ao uso de drogas, os professores têm muita dificuldade no processo educacional com esses jovens”, afirma Rafael Baquit.

Conhecido entre os profissionais como matriciamento em saúde mental na educação, o trabalho começou a ser realizado em Iguatu em 2016. “O apoio matricial já existe historicamente para a área da Atenção Básica, dentro da própria Saúde, mas nós vimos a necessidade de fazer esse trabalho também de uma forma intersetorial na Educação. Nós precisamos nos unir para lidar com questões tão complexas”, explica o psiquiatra, que ressalta a importância de que os próprios profissionais de Educação assumam a tarefa de cuidar dessa questão dentro das escolas. “Quem somos nós da Saúde Mental para trabalhar com os estudantes? Nós somos estranhos ali. Os professores é que devem fazer esse trabalho, eles é que estão lá diariamente, eles é que terão a possibilidade de fazer um trabalho mais de perto”.

O trabalho realizado nas escolas é fundamental para o esclarecimento e a prevenção. Daí a importância de capacitar os profissionais de educação ou levar especialistas para conversarem com os alunos abordando o tema da forma mais adequada, ultrapassando visões equivocadas, posturas preconceituosas, discursos fáceis, análises superficiais e apelos emocionais. A estratégia deve se ampliar em ações dirigidas aos pais e projetos educacionais, esportivos e culturais nas comunidades que podem começar ainda na primeira infância.

“Questão de drogas não é pra se falar com paixão, mas com conhecimento”, defende o jovem Lucas Moreira Victor. Na teoria ou na prática, a informação de qualidade e o conhecimento baseado em evidências são aliados importantes para a melhor intervenção possível. “Nós precisamos fazer pesquisas para, a partir dessas pesquisas, descobrir quais são as formas efetivas, quais são as boas práticas que funcionam para prevenir o uso de drogas”, acrescenta o médico Rafael Baquit.

A nova perspectiva de prevenção ao uso de drogas se baseia em esforços contínuos, no sentido de diminuir as vulnerabilidades e au-

mentar a capacidade de resistência e promoção à saúde dos adolescentes e jovens, ou seja, reduzir os fatores de risco e ampliar os fatores de proteção. “Não vamos conseguir fazer prevenção encontrando os jovens uma vez em uma palestra ou simplesmente divulgando um folder. É preciso um acompanhamento, um diálogo, uma construção de possibilidades, de alternativas, de estratégias de resistência e proteção”, observa Rafael Baquit. “As estratégias envolvem intervenções globais, mais voltadas para aqueles que ainda não usam ou que a gente quer evitar que tenham uso problemático. E nós temos também as intervenções já direcionadas para populações de jovens que usam drogas e que precisam de uma proximidade, de mais tempo”.

O êxito na prevenção ao uso de drogas depende da constância das abordagens e de um contato maior com os adolescentes e jovens. É um aspecto para o qual diferentes iniciativas já estão atentando, a exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), que foi implantado em 1992 pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, inspirado na experiência dos Estados Unidos disseminada para outros países, e é adotado atualmente em todo o Brasil.

“Apesar de ter um viés incapacitante, que inviabiliza o trabalho, pois o próprio agente que trabalha na ponta da política proibicionista é quem vai ensinar as crianças sobre drogas, até mesmo o Proerd já trabalha com alguns detalhes que são verificados nas evidências científicas, como a permanência de um tempo maior encontrando os jovens”, justifica o psiquiatra Rafael Baquit, questionando que o agente policial que trabalha diretamente perseguindo os usuários e traficantes seja o mesmo encarregado de fazer o trabalho de prevenção às drogas.

O novo enfoque também já é adotado em projetos do Ministério da Saúde, desenvolvidos também no Ceará. “Os projetos ‘Elos’, ‘Tamo junto’ e ‘Fortalecendo famílias’ são trabalhos baseados em evidências científicas. Alguns deles, para idades mais precoces, nem falam do tema drogas. Quando você trabalha a prevenção ao uso de drogas entre crianças de seis a dez anos, não vai falar sobre drogas para elas diretamente, você vai potencializar uma série de habilidades que elas precisam para viver numa sociedade que tem seus pontos de vulnerabilidade”, pontua Rafael Baquit, acrescentando que a Secretaria Estadual de Políticas sobre Drogas, apesar de estar mais voltada para uma lógica manicomial das comunidades terapêuticas, também tem implantado tais projetos em algumas cidades do interior.

A Secretaria Estadual de Políticas sobre Drogas mantém 20 comunidades terapêuticas para encaminhamento de usuários de drogas, nove delas conveniadas à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. A situação não é exclusiva do Ceará, expondo uma contradição da política nacional de saúde mental. As comunidades terapêuticas e as internações compulsórias são os dois principais problemas apontados pelos movimentos de luta antimanicomial

para a efetivação da reforma psiquiátrica, advinda com a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Com a nova lei, o Brasil passou a fazer parte do grupo de países que tem uma legislação em sintonia com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), mas as internações compulsórias e o encaminhamento para comunidades terapêuticas continuam acontecendo, sob incentivo governamental, contrariando o que prega a reforma psiquiátrica. No Ceará, as comunidades terapêuticas disponibilizam 571 vagas em 2016, mas até maio o número de ocupação já chegava a 329. Em 2015, apenas as casas conveniadas com a Secretaria Estadual de Políticas sobre Drogas receberam 861 usuários de drogas.

Na área de prevenção ao uso de drogas, a secretaria estadual desenvolve o programa Juventude em Ação, voltado para a faixa etária de 14 a 20 anos, contemplando, prioritariamente, estudantes do Ensino Médio de escolas públicas. O projeto-piloto abarcou 11.592 alunos de 19 escolas em sete municípios. Para a segunda etapa do programa, a secretaria espera abranger cerca de 20 mil alunos em 20 escolas de dez cidades do interior. Em Fortaleza, oito escolas foram selecionadas, sete no bairro Vicente Pinzón, primeiro território do Pacto por um Ceará Pacífico, e uma no bairro Bom Jardim, na expectativa de atingir mais de três mil estudantes.

A internação compulsória de adolescentes usuários de drogas é uma das experiências que o psiquiatra Rafael Baquit considera desastrosas. “Quando eu fazia Residência em Psiquiatria no Hospital Mental de Messejana, os jovens chegavam a passar seis meses internados no manicômio porque vinha uma justificativa do juiz. A gente ficava seis meses mandando relatório: ‘Senhor juiz, pelo amor de Deus, ninguém fica seis meses aqui, quanto mais uma criança de 14 anos. Tire essa criança daqui. Nós precisamos fazer outro tipo de cuidado com ela.’ E não tinha jeito. Ela só saía quando terminava o prazo estipulado pelo juiz. E o mais curioso é que a imensa maioria dessas crianças não fazia uso problemático de drogas. Na verdade, elas faziam uso e tinham alguns problemas de atos infracionais. Então, o manicômio servia mesmo como prisão, que é o que ele representa dentro da saúde”.

Os equívocos se ampliam para outros tratamentos obrigatórios determinados judicialmente. “Alguns adolescentes e jovens estão sendo encaminhados para cumprir medidas como penas alternativas dentro dos Caps. Se os próprios adultos estão tendo dificuldade de encontrar um acolhimento, um local que ajude a pensar um projeto de vida, quem dirá adolescentes... Será mesmo que obrigar jovens, que muitas vezes nem apresentam problemas com uso de drogas, a se tratar num Caps seria uma boa forma de cuidado e ajuda na sua reinserção social?”, questiona Rafael Baquit.

HISTÓRICO DA REDUÇÃO DE DANOS

- A Redução de Danos teve origem na Inglaterra em 1926 com o Relatório Rolleston que estabelecia que médicos poderiam prescrever legalmente opiáceos para dependentes dessas drogas, como um ato médico de tratamento. No entanto, apenas nos anos 80 foram sistematizadas ações baseadas nesse princípio.

- O primeiro programa de Redução de Danos surgiu na Holanda por iniciativa de usuários de drogas injetáveis preocupados com a disseminação de hepatite entre seus pares. Com o advento da Aids, a estratégia de Redução de Danos ganhou força mostrando-se importante aliada no controle de sua infecção.

- A 1ª Conferência Internacional sobre Redução de Danos foi realizada na Inglaterra em 1990. Embora não haja um consenso sobre ações de Redução de Danos, alguns países tendo políticas mais abertas, outros menos, é crescente a implantação de políticas públicas dessa natureza em todo o mundo.

- No Brasil, a primeira tentativa de implantar um programa de Redução de Danos para o uso de drogas ocorreu em 1989, em Santos-SP. Técnicos da Coordenação Municipal de DST/Aids de Santos, impedidos de trocar seringas, construíram alternativas como estímulo ao uso de hipoclorito de sódio (cândida) para desinfecção de agulhas e seringas reutilizadas.

- Mais tarde, em 1993, uma organização não governamental, com recursos do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, implantaria o primeiro projeto no Brasil a utilizar “redutores de danos” para o trabalho de prevenção de HIV/Aids. Outros trabalhos também dessa época visavam particularmente à prevenção de DST e Aids sendo direcionados a usuários de drogas injetáveis.

- Em abril de 1995, pesquisadores e profissionais de saúde da Universidade Federal da Bahia implantaram de forma pioneira, com recursos próprios e em cooperação com instâncias locais e regionais, o primeiro programa de troca de seringas no Brasil.

- A primeira lei estadual a legalizar a troca foi sancionada em São Paulo em 1998. Em março, na abertura da IX Conferência Internacional de Redução de Danos, foi anunciada a regulamentação da Lei nº 9.758, de 17 de setembro de 1997, que autoriza a Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo a distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas e encontra-se em vigor até hoje.

- Em dezembro de 1998, foi regulamentada, em Santa Catarina, a Lei nº 11.063 que autoriza a Secretaria de Estado da Saúde a adquirir e distribuir seringas e agulhas descartáveis aos usuários de drogas endovenosas, com o objetivo de prevenir, controlar e reduzir a transmissão do vírus do HIV, mediante atividades de redução de danos.

- Em dezembro de 2000, o Rio Grande do Sul passou a contar com a Lei nº 11.562 que dispõe sobre as atividades de Redução de Danos entre usuários de drogas endovenosas, visando a prevenir e reduzir a transmissão de doenças e da Aids.

- Em setembro de 2001, o governador do Espírito Santo sancionou a lei que autoriza a Secretaria de Saúde a adquirir e distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas injetáveis, e obriga hotéis, motéis e estabelecimentos similares a fornecerem, gratuitamente, preservativos aos seus frequentadores.

- Segundo o Ministério da Saúde (2002), Mato Grosso do Sul e Minas Gerais foram outros dois estados que regulamentaram a política de Redução de Danos.

- Em agosto de 2006, a antiga Lei de Drogas (Lei nº 6.368/76) foi revogada pela Lei nº 11.343, que, em seu artigo 20, diz: “constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas”.

Fonte: Universidade de São Paulo e Prefeitura de São Paulo

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

REFÉNS DE UMA QUESTÃO MERCADOLÓGICA

O mercado das drogas ilícitas no mundo envolve 246 milhões de usuários e US\$ 320 bilhões por ano, de acordo com dados de 2015 da Organização das Nações Unidas (ONU). O número é quase cinco vezes menor do que em 2005, quando a mesma instituição calculava que 340 milhões de consumidores de drogas proibidas movimentavam mais de US\$ 1,5 trilhão. Mesmo assim, o narcotráfico continua sendo um grande negócio e uma ameaça internacional, pois alimenta as redes de crime e corrupção e atinge desproporcionalmente os mais pobres e vulneráveis, alvo principal do assédio dos traficantes e das ações policiais.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc) observa que o tráfico de drogas representa um desafio crescente para a estabilidade e a segurança no planeta. Em alguns países, o valor que o mercado de drogas ilícitas movimentada supera em muito o tamanho da economia formal. “Em anos recentes, observamos casos em que ministros ou chefes nacionais de polícia foram relacionados à corrupção ligada às drogas. Também estamos testemunhando mais atos de violência, conflitos e atividades terroristas abastecidas pelo tráfico de drogas e pelo crime organizado”, aponta o relatório do escritório da ONU.

Enquanto isso, a ação do Estado tem-se mostrado débil frente ao forte poder do narcotráfico e os gastos com as políticas de proibição ao uso de drogas causam pouco impacto na redução do consumo de substâncias, conforme avalia a própria ONU, por meio da Comissão Global de Política sobre Drogas. Os gastos dos Estados Unidos com a guerra contra as drogas, por exemplo, aumentaram de US\$ 1,5 bilhão em 1985 para US\$ 17,7 bilhões em 2000, mas não fizeram o país largar a primeira posição em número de usuários de entorpecentes do mundo, marca que ocupa desde a década de 1970. Em 40 anos, o país perdeu mais de US\$ 1 trilhão com essa estratégia, segundo um estudo da Transform Drug Policy Foundation de 2012, enquanto a população carcerária aumentou de 38 mil para 500 mil pessoas e o tráfico não diminuiu. Os Estados Unidos gastam US\$ 30 mil ao ano por detento, três vezes mais que os US\$ 11 mil dólares investidos por aluno da rede pública.

Muito dinheiro dispendido para pouca efetividade é o que acontece também no Brasil, que se tornou o segundo maior consumidor de cocaína e tem a quarta população de presos do planeta, a maior parte dos detentos acusada como traficante de drogas. O cruzamento de dados do Departamento Nacional Penitenciário (Depen) com os de investimento em segurança pública permite constatar que o governo brasileiro gasta R\$ 1,27 bilhão por ano apenas com os presos por tráfico de entorpecentes.

O Brasil gasta com presos em geral quase o triplo do que investe com alunos. Enquanto o país destina mais de R\$ 40 mil por ano em cada detento em um presídio federal, investe R\$ 15 mil anualmente com cada aluno do ensino superior. Nos presídios estaduais, onde está a maior parte da população carcerária, o gasto com cada preso, R\$ 21 mil, chega a ser nove vezes maior do que o investimento de R\$ 2,3 mil por aluno do ensino médio.

O movimento antiproibicionista defende que a descriminalização das drogas, ao mesmo tempo em que promove uma economia de gastos públicos para manter tantas pessoas em um sistema carcerário cheio de problemas, também diminui sensivelmente o vigor do narcotráfico. O silêncio acerca do tema agrada aos setores mais conservadores e incomoda aos segmentos mais progressistas. “Por que os traficantes são contra a legalização da maconha? A gente precisa discutir isso em sala de aula também”, sugere Vanessa Oliveira, diretora da Associação Cearense dos Estudantes Secundaristas. “O álcool e o cigarro destroem tanto quanto as outras drogas, mas não dão tanto dinheiro”, observa Pedro Fernandes, do Coletivo Servilost, um grupo de jovens do bairro Serviluz que busca “intervir nos aspectos sociais, ambientais, culturais e artísticos” da comunidade.

O consumo abusivo de álcool provoca a morte de 3,3 milhões de pessoas por ano, o que representa 5,9% do total de óbitos, impacto superior ao de algumas epidemias, como a Aids e a violência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). “Quando se observa apenas a América Latina, o álcool assume importância ainda maior: aproximadamente 16% dos anos de vida útil perdidos estão relacionados ao uso indevido do álcool, sendo quatro vezes maior que a média mundial”, acrescenta o Ministério da Saúde.

A combinação entre bebida e direção causa incapacidades e óbitos no trânsito. O uso nocivo da substância leva à dependência, interfere na dinâmica familiar e no convívio social, compromete o rendimento laboral e ocasiona acidentes de trabalho, favorece as agressões e os suicídios e aumenta o risco de desenvolvimento de doenças físicas e psíquicas. Organizações de saúde nacionais e estrangeiras contabilizam até 350 patologias associadas ao abuso de álcool, incluindo diversos tipos de câncer. Durante a gestação, o consumo de bebidas alcoólicas pode prejudicar até mesmo o feto.

No continente americano, o Brasil apresenta o maior índice de mortes relacionadas ao uso de álcool por adolescentes com idade entre 15 e 19 anos, de acordo com a Organização Panamericana de Saúde (Opas), escritório regional da OMS para as Américas. O diagnóstico denuncia, portanto, que o consumo de bebida alcoólica começa bem antes dos 18 anos, desrespeitando a legislação brasileira que proíbe a

venda e a oferta a menores de idade. Mais: o dado permite deduzir que os óbitos estejam relacionados às causas externas de mortalidade – homicídio, suicídio ou trânsito.

O segmento de cervejas no Brasil responde por 80% do mercado nacional de bebidas alcoólicas e movimenta R\$ 74 bilhões, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas. O consumo de 68 litros por pessoa ao ano coloca o país na 24ª posição do ranking liderado por República Tcheca, Áustria e Alemanha, com 149, 108 e 106 litros per capita, segundo levantamento da Kirin Beer University realizado em 2012. Mesmo assim, o Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, atrás apenas da China, em segundo lugar, e dos Estados Unidos, em primeiro. A produção brasileira de cerveja cresce a uma taxa média de 5% ao ano.

A indústria do cigarro tem um mercado menor, mas os estragos a longo prazo são ainda piores. O tabagismo é a principal causa de morte evitável no mundo, porém leva a mais óbitos do que a Aids, a tuberculose e a malária juntas. O tabaco é responsável por 5,4 milhões de vidas a menos a cada ano, segundo a OMS, cerca de 200 mil somente no Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde. A adolescência também está mais vulnerável à droga, pois a maioria dos fumantes começa a fumar antes dos 18 anos de idade – aponta o Instituto Nacional do Câncer (Inca).

O surgimento de diversas neoplasias, além da aterosclerose, hipertensão arterial, doenças cardíacas, disfunção erétil e infertilidade, está associado a mais de 4,7 mil substâncias tóxicas encontradas no tabaco. O Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador de fumo do mundo, com um faturamento anual de R\$ 24,8 bilhões, segundo a Associação dos Fabricantes dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

As indústrias de bebidas e cigarros ao defenderem a continuidade das atividades apenas destacam o retorno que dão ao país por meio dos impostos, ignorando as consequências à saúde dos usuários e as perdas econômicas e sociais, individuais e coletivas. O consumo de álcool causa morte e incapacidade em uma faixa etária ainda muito jovem, causando sofrimento às famílias, mas também impedindo que essas pessoas contribuam com a sociedade. A OMS atribui ao consumo de álcool as mortes de aproximadamente 25% dos indivíduos de 20 a 39 anos na América Latina.

Se já existe um grande mercado da indústria de drogas legais, o dinheiro que as substâncias ilegais movimentam é ainda muito maior. É um negócio que sobrevive da ilegalidade. A legalização das drogas, portanto, não interessa. “Não existe um só narcotraficante que esteja a favor da legalização. Isso seria o fim dos seus negócios, não lhes convém. Caso legalizem as drogas, no dia seguinte eles ficariam po-

bres. Não teriam recursos para corromper, manter um exército e desafiar os governos”, afirma Juan Pablo Escobar, que, pelo sobrenome, dispensaria apresentações.

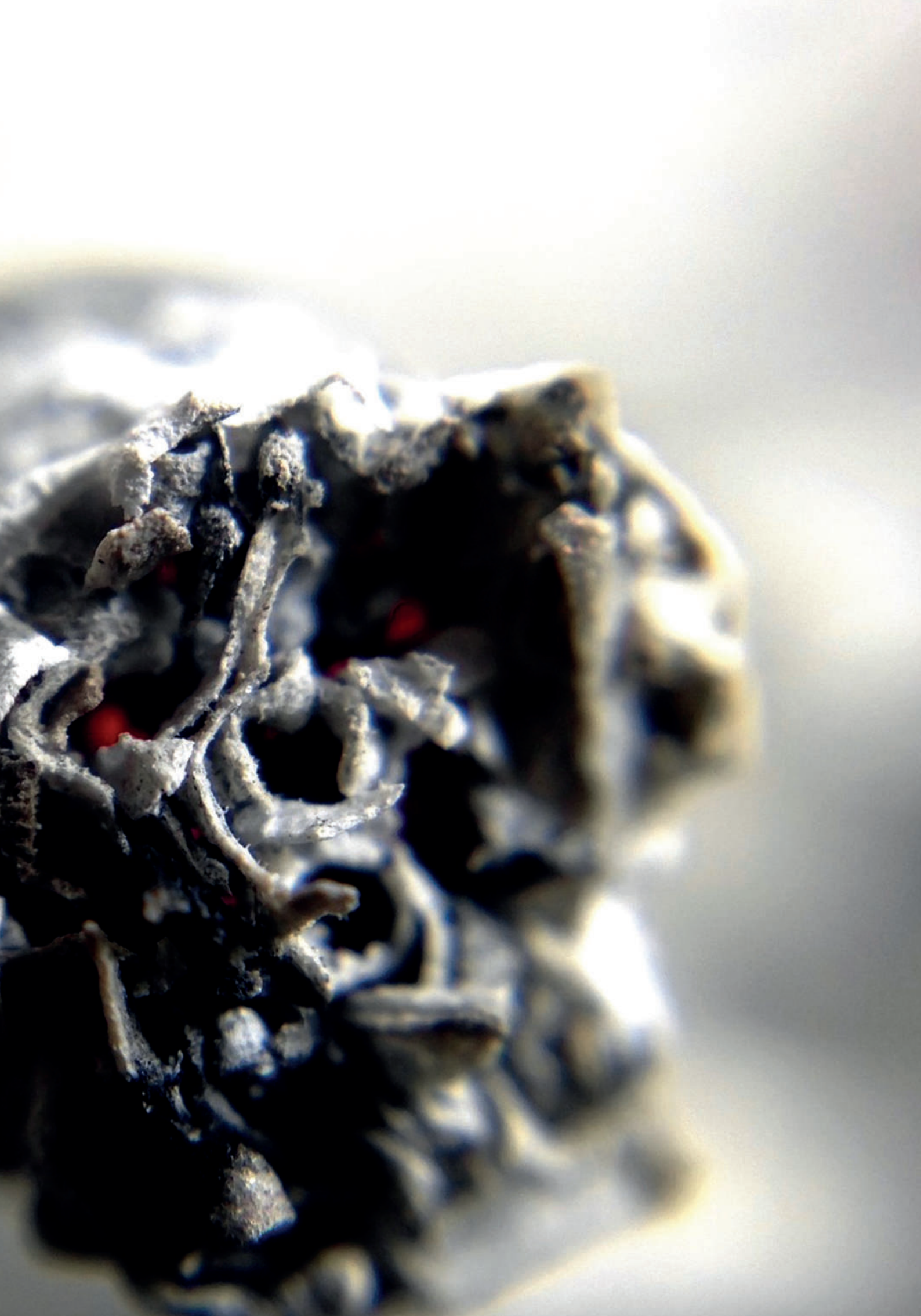
Filho de um dos mais procurados traficantes da América Latina, Juan publicou o livro “Meu pai, as histórias que não deveríamos saber” em 2015, passados 21 anos da morte de Pablo Escobar, em dezembro de 1993. Duas décadas depois, ele preserva a lembrança dos dias conturbados vividos com o pai e se propõe a questionar a política proibicionista e os interesses em manter o narcotráfico tal como está. “O maior interessado não está na América Latina. É preciso procurá-lo mais acima. A América Latina é a vítima da proibição. Os países que propõem essa ideia são os mais beneficiados. A proibição garante os altos preços, o que garante o financiamento da corrupção e a compra de armas. A América Latina não é um grande produtor de armas. Nós sabemos quem são os grandes fabricantes de armas”.

O próprio Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc) aponta que o narcotráfico se tornou um problema significativo para alguns países da América Latina, que concentra a maior produção de cocaína e tem na Colômbia o controle da maior parte do tráfico internacional. “Os maiores mercados consumidores de cocaína são abastecidos basicamente pela produção latino-americana, mais especificamente da região andina, ou seja, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador”.

Criado em 1997, o órgão da ONU encarregado das atividades internacionais, entre elas a fiscalização de entorpecentes, reconhece que a expansão do narcotráfico no continente latino-americano representou a degradação de países inteiros ao simples papel de apêndice do comércio ilegal de drogas. “Enquanto a coca representa 23% do PIB em algumas nações, também representa 75% em outras. Tais porcentagens tornam inadequada a denominação “economia informal”. Os grupos principais das burguesias nacionais realizam a repatriação do dinheiro pela “economia do crime”, dominando os recursos dos Estados e monopolizando um acúmulo de riquezas que deu aos mafiosos colombianos o caminho para se colocarem no ranking dos multimilionários do mundo”.

Além da dependência que a cocaína causa em usuários da droga, o narcotráfico também gera a subordinação econômica de alguns países produtores. “Na Bolívia, a dependência em relação ao narcotráfico chega ao extremo, tornando ainda mais difícil para o governo agir em relação à problemática em questão. Os traficantes detêm o controle das principais empresas e a corrupção atinge níveis muito altos. De cada três bolivianos, um lucra com os derivados do narcotráfico. A Colômbia especializou-se em transformar a pasta base produzida por Peru e Bolívia em cocaína e exportá-la para o resto do mundo. Dois

DIVULGAÇÃO



grandes cartéis (Cali e Medellín) controlam a maior parte do narcotráfico no país. Entretanto, existem centenas de pequenos traficantes, muitos dos quais roubam a droga dos grandes cartéis. A influência dos narcotraficantes é grande, a corrupção está presente no Congresso e na polícia, e até há especulação de que mesmo as campanhas presidenciais são patrocinadas com dinheiro da droga”, denuncia o escritório da ONU.

Juan Pablo Escobar denuncia que os maiores produtores dos precursores químicos, usados no refino da pasta base da cocaína, que permitem que a droga exista, encontram-se na Alemanha e nos Estados Unidos. “Como eles perdem esse produtos químicos em uma época em que existe rastreamento por chip, códigos de barras, etiquetas inteligentes? Mas mesmo assim ninguém sabe como eles desaparecem e depois aparecem nas drogas nas ruas. Quem quer a proibição prospera. Eles estão felizes, é um grande negócio”. O filho de Pablo Escobar provoca os Estados Unidos, ao indagar por que as drogas continuam entrando no país. “Eles conseguem apreender um imigrante mexicano ilegal que tenta atravessar a fronteira. Mas passam 30 caminhões com droga e ninguém vê nada...”.

Já se passaram três décadas desde que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, mais conhecido como Pentágono, financiou um estudo que constatou que o uso de forças armadas para combater a entrada de drogas no país tinha pouco ou quase nenhum efeito sobre o tráfico. “De fato, foi apontado que as chances eram de que ocorresse uma proliferação dos cartéis de drogas e dos crimes associados ao comércio de entorpecentes – desde corrupção e lavagem de dinheiro às milhares de mortes ao redor do mundo”, acrescenta o órgão da ONU. “Se décadas atrás o maior órgão militar dos Estados Unidos já havia concluído que tal guerra não podia ser vencida – pior, só faria crescer o crime -, por que ela continuou sendo travada?”.

A priori, é intrigante que os Estados Unidos deem continuidade a uma política de repressão às drogas, embora o governo tenha verificado ainda em 1986 que ela não apresenta resultados positivos. A posteriori, torna-se elucidativa a opção de dar sequência a um modelo equivocado. “A guerra às drogas é um fracasso exitoso para o país. Fracasso porque não se aproximou nos seus 40 anos de combate aberto, e nos 90 anos de proibicionismo, da meta de eliminar hábitos e mercados relacionados a algumas drogas psicoativas. Ao contrário, aquilo que no início do século XX não era um problema de saúde pública ou de segurança pública, hoje é uma séria questão nesses campos e, também, no plano da segurança internacional. Todavia, é um êxito para muitos setores e interesses; há a movimentação de muitos bilhões de dólares que transitam entre a economia legal e ilegal, sempre interligadas, favorecendo ne-

gócios legais, bancos, indústria de armamentos, indústria de insumos químicos etc”, compara o escritório da ONU.

O narcotráfico é um grande negócio que envolve diretamente dezenas de países e inclui não apenas o tráfico de drogas, mas sobrevive, se fortalece e se expande com vendas de armas, lavagem de dinheiro, redes de prostituição adulta e exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de órgãos humanos, práticas de suborno, extorsão e corrupção e controle de regiões utilizando a violência, o terror e estruturas paramilitares. A política proibicionista só faz o preço das drogas oscilar de forma espetacular e o mercado de entorpecentes crescer num ritmo vertiginoso.

Ao concluir que o narcotráfico é de grande utilidade para os Estados Unidos, a ONU contabiliza os altos lucros para o país a cada ano. “Com a venda dos componentes químicos das drogas, a economia americana recebe em torno de US\$ 240 bilhões, uma parte dos quais é investida em diversos setores da economia ou vai para os bancos (já que essa venda é legalizada e gera impostos). Os bancos da Flórida são especializados em lavar o dinheiro dos narcotraficantes e neles circula mais dinheiro em efetivo do que nos bancos de todos os demais estados juntos”.

A rentabilidade é tão grande que faz com que o narcotráfico tenha, literalmente, valor significativo para a economia dos Estados Unidos. Sem querer perder um mercado vultoso, que chegar a trilhões de dólares em todo o mundo, o governo promove uma guerra às drogas que tem um aspecto econômico, mas também político e militar. A repressão não é dirigida apenas aos consumidores de entorpecentes, ela atinge os pequenos países produtores, como Bolívia, Colômbia e Peru, destruindo as plantações de coca e impedindo que eles se aproveitem financeiramente desse grande negócio.

Ao mesmo tempo, a guerra contra o narcotráfico preserva os poderosos atravessadores, principalmente as máfias locais e os bancos que recolhem a maior fatia dos lucros de um meganegócio ilegal. Essa guerra envolve disputa por territórios entre governos e narcotraficantes de peso para o controle de regiões onde a matéria-prima é cultivada e onde os laboratórios para produzir drogas são instalados.

Para o órgão das Nações Unidas, não resta dúvida de que a militarização recente promovida pelos Estados Unidos, sob o pretexto de “lutar contra o flagelo da droga”, é um aspecto da recolonização comercial e da chantagem financeira sobre a América Latina. “É fácil supor que a invasão do Panamá, o bloqueio naval à Colômbia, a instalação de bases na Bolívia e no Peru, a militarização da fronteira mexicana, estão motivadas pela erradicação do narcotráfico. Busca-se a substituição da “ameaça do comunismo” por um perigo equivalente”, argumenta.

Ao analisar a importância do Brasil para o narcotráfico, a ONU considera que o país tem uma influência considerável para o tráfico de drogas mundial em função da localização, da extensão territorial e da população. “O país serve de refúgio para traficantes em fuga, ponto de distribuição, provê matérias-primas, lavagem de dinheiro e também como enorme mercado consumidor”. Mesmo que não seja o maior produtor de drogas, é uma das maiores passagens de várias das principais rotas de narcotráfico. “Por mais que alguns creditem esse status de rota à incompetência dos órgãos fiscalizadores, tal problemática não é tão simples assim. Uma vez que o país possui aproximadamente 24.000 km de fronteiras, monitorar toda essa extensão não é tarefa fácil”.

Uma peculiaridade do Brasil é o que a ONU atribui como uma nova forma de coronelismo exercido pelos traficantes contra as populações mais pobres e vulneráveis, em função dos problemas sociais agravados em determinados territórios. “Favelas não são lugares onde o governo está fortemente presente e atuante, por causa disso, elas se organizam de um jeito que é digno de comparações ao coronelismo. Assim como no coronelismo, uma pessoa tem grande poder sobre uma área e sobre as pessoas que habitam essa área. Antes, a fazenda; hoje, a favela. Por analogia, traficante é o coronel, a fazenda é o morro, os trabalhadores são os moradores da favela”.

O vácuo deixado pelo Estado é preenchido pelo crime organizado. “Como o Estado não atua nesses lugares, as necessidades que deveriam ser supridas por ele não são e assim as pessoas ficam carentes de educação, proteção e saúde. O traficante, por ter muito poder e influência na favela, auxilia os moradores, garante que não haverá violência, roubo e que, quando necessário, a pessoa terá a ajuda que precisa”. No entanto, exige-se uma contrapartida e se estabelece uma relação de trocas que mantém o morador refém do crime. “Com a evolução dessa relação, os favores se tornam cada vez mais complexos e às vezes associados diretamente ao tráfico, como o transporte de certa quantidade de droga do ponto A ao B. Por causa disso, diversas prisões de brasileiros são por causa do tráfico de drogas, cerca de 65% das mulheres e 30% dos homens são presos por tráfico de drogas, mas a maioria não é a parte articuladora dessa atividade”.

Enquanto isso, orçamentos bilionários são desperdiçados com ações equivocadas ou de baixo ou nenhum impacto nas áreas de segurança pública, justiça e saúde. Embora possa soar absurdo aos ouvidos mais conservadores, os defensores da legalização das drogas argumentam que esta seria uma forma eficaz de combater o tráfico, representaria uma

redução de gastos, criaria novos negócios e ofereceria condições para políticas efetivas de prevenção e tratamento do uso problemático. Apenas a maconha representa quase a metade do mercado global de drogas ilícitas, em torno de US\$ 160 bilhões ao ano. Substância ilegal mais consumida no mundo, ela foi usada por 200 milhões de pessoas com idade entre 15 e 64 anos em 2013, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc).

Além da preocupação com a saúde, a segurança e os direitos humanos das pessoas, os países que optaram pela legalização da maconha para uso medicinal, descriminalizaram o uso pessoal da droga ou decidiram regulamentar o mercado da substância foram mobilizados também por um aspecto econômico considerável. O sucesso das primeiras experiências tem feito outras nações se debruçarem com mais atenção sobre uma dessas possibilidades.

“O impacto orçamentário do fim da proibição às drogas”, um estudo desenvolvido por Jeffrey Miron, professor de economia da Universidade de Harvard, e Katherine Waldock, doutoranda na Stern School of Business da New York University, estima que cerca de US\$ 41,3 bilhões anuais em despesas governamentais seriam poupados com a legalização das drogas nos Estados Unidos: aproximadamente US\$ 8,7 bilhões com a maconha; US\$ 20 bilhões com a cocaína e US\$ 12,6 bilhões com as demais substâncias.

Ao mesmo tempo, a legalização geraria receitas tributárias da ordem de US\$ 46,7 bilhões por ano, utilizando-se tarifas compatíveis com as aplicadas ao álcool e ao tabaco, sendo que US\$ 8,7 bilhões viriam do comércio da maconha e US\$ 38 bilhões das demais drogas. “Necessário destacar que a soma entre redução de despesas e arrecadação tributária adicional acrescentaria aos cofres públicos cerca de US\$ 88 bilhões anuais. E aí não estão sendo consideradas todas as outras vantagens correlacionadas com a legalização, como a questão da saúde”, avalia o economista Ronald Lobato no artigo “A economia das drogas tornadas ilícitas”, escrito em 2013, à época doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal de Barcelona.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou, também em 2013, um documento incentivando a análise de uma eventual legalização da maconha como forma de enfrentamento a esse nicho do narcotráfico. “A legalização pode até surtir efeito, porém, ainda torna-se inviável perante drogas consideradas de alto risco à saúde. Essas drogas como heroína, cocaína e crack, por exemplo, são os principais alvos do narcotráfico visto as dificuldades existentes para legaliza-

ção dessas drogas, como os gastos estatais com atendimento aos usuários em hospitais públicos que a legalização dispenderia, a não aceitação por parte da sociedade mais conservadora, ou até mesmo o vínculo que alguns governos possuem com narcotraficantes”, admite a ONU.

O fim da proibição à Cannabis sativa no Brasil poderia movimentar R\$ 5,69 bilhões por ano, de acordo com um estudo realizado pela Câmara dos Deputados. Se a droga fizesse parte de um mercado legal, a arrecadação com impostos e taxas representaria cerca de 40% das receitas nacionais com bebidas, que em 2014 foi de R\$ 16,1 bilhões, e em torno de 60% das receitas de tabaco no país, que no mesmo ano chegou a R\$ 9,8 bilhões.

Embora seja difícil determinar precisamente os valores que o Brasil compromete com policiamento, sistema prisional, processos judiciais e tratamentos de saúde relacionados apenas à maconha, o estudo aponta que tais despesas envolvendo todas as dro-

gas, inclusive ela, foram de R\$ 4,8 bilhões em 2014. Com a legalização, os gastos com prisões seriam reduzidos, uma vez que 27% dos detentos brasileiros são acusados de tráfico, embora muitos sejam apenas usuários. Menos presos representam, consequentemente, menos processos jurídicos tramitando, menos custos aos cofres públicos e mais agilidade para o julgamento de outros casos, ou seja, mais justiça.

O estudo Impacto Econômico da Legalização da Cannabis no Brasil foi realizado a pedido do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). “Se a legalização da maconha resultar no fim de seu tráfico, haverá redução da violência, seja pela diminuição da exposição dos usuários a ambientes violentos, seja por sua repercussão sobre o tráfico de armas”, apontam os autores Adriano da Nóbrega Silva, Pedro Garrido da Costa Lima e Luciana da Silva Teixeira, da equipe de Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

IMPACTO ECONÔMICO DA LEGALIZAÇÃO DA MACONHA

- Segundo a reportagem “Brasil Gasta com presos quase o triplo do gasto com alunos”, do jornal o Globo (20/11/2011), o Brasil gasta, por ano, nos presídios estaduais, R\$ 21 mil, por preso, em média, nove vezes mais do que o gasto anual por aluno no ensino médio, R\$ 2,3 mil.

- Os gastos com prisões relacionadas ao tráfico de entorpecentes no Brasil foram de R\$ 3,32 bilhões, sendo R\$ 997,3 milhões despendidos com os encarceramentos por tráfico de maconha. Com a legalização da maconha, esse montante seria integralmente economizado, supondo que não haja mais encarceramentos por tráfico dessa substância.

- No Brasil, os orçamentos do Poder Judiciário, tanto federal como estaduais, excluídos o Supremo Tribunal Federal e Conselhos, totalizaram, em 2014, R\$ 68.385.447.621,0028. Sabe-se também que 17,96% do total de processos no Poder Judiciário, na fase de conhecimento, são criminais e que os crimes de

tráfico de drogas e de porte para uso representam 2,1% do total de crimes. Estima-se, assim, que 0,38% do total de processos²⁹, na fase de conhecimento, estejam relacionados às drogas. Os gastos jurídico-processuais com esses crimes seriam, portanto, de R\$ 259,9 milhões.

- Estima-se que R\$ 409,5 milhões sejam as despesas com repressão policial relacionadas ao combate às drogas. Os gastos jurídico-processuais com esses crimes seriam, portanto, de R\$ 259,9 milhões.

- Os custos ao sistema de saúde decorrentes do tratamento de usuários de drogas são de R\$ 275.806.982,32 para todos os usuários de drogas e de R\$ 2.064.559,96 para os usuários de maconha.

- Em 2014, somando-se todos os gastos, chegou-se a uma despesa com o tratamento de usuários de drogas no Sistema Único de Saúde de R\$ 798.303.782,00 e com o tratamento de usuários de maconha de R\$ 6.244.534,00.

HISTÓRIA DAS DROGAS: UMA VIAGEM PELO TEMPO

1603

O Brasil, assim como outras nações, segue um modelo internacional de combate às drogas capitaneado pelos Estados Unidos desde o início do século XX, mas a proibição em território brasileiro tem antecedentes no período colonial. As Ordenações Filipinas, de 1603, já previam penas de confisco de bens e degredo para a África para os que portassem, usassem ou vendessem substâncias tóxicas.

1912

A primeira ação internacional, destinada a promover uma proibição coordenada à produção, ao comércio e ao consumo de selecionadas substâncias psicoativas e suas matérias-primas, foi sistematizada na Convenção Internacional sobre o Ópio, adotada pela Liga das Nações, em Haia, em 23 de janeiro de 1912. A regra de seu artigo 20 recomendava aos estados signatários, entre eles o Brasil, que examinassem a possibilidade de criminalização da posse de ópio, morfina, heroína, cocaína e seus derivados.

1914

Nos Estados Unidos, a primeira lei federal criminalizadora em matéria de drogas surgiu em 1914, com o Harrison Act, que se aplicava tão somente a condutas relacionadas à produção, à distribuição e ao consumo de ópio, morfina e seus derivados e aos derivados da folha de coca, como a cocaína. A repressão então se exercia indiretamente, focalizando-se em matéria fiscal. A lei criava um imposto exorbitante para a distribuição dessas substâncias com fins não médicos ou científicos, imposto que naturalmente não era pago por quem as comerciava ou comprava. Quem era pego, por exemplo, com cocaína, não era processado por essa posse, mas sim pela sonegação fiscal.

1920

A Lei Seca entra em vigor nos Estados Unidos no dia 16 de janeiro de 1920. Por força da Emenda Constitucional nº 18, que estabelecia a proibi-

ção da produção, venda, transporte, importação e exportação de bebidas alcoólicas, o país viveu sob essas normas durante quase 14 anos.

1925

Os Estados Unidos abandonaram uma conferência em 1925 porque não seria suficientemente rígida. De fato, a Convenção de Genebra permitiu a produção e comercialização do ópio, sob regime de monopólio estatal.

1931

A restrição da produção, da distribuição e do consumo das substâncias e matérias-primas tornadas ilícitas a fins exclusivamente médicos e científicos foi explicitada com a Convenção de Genebra, em 1931, para limitação da fabricação e regulação da distribuição de drogas narcóticas, que veio complementar as Convenções Internacionais sobre o Ópio de 1912 e de 1925. Avançando na ideologia proibicionista, o novo diploma editado no âmbito da Liga das Nações ainda não chegava, no entanto, a impor a criminalização, como iriam fazê-lo as vigentes convenções, editadas sob a égide da Organização das Nações Unidas.

1932

No Brasil, é a partir da Consolidação das Leis Penais de 1932 que se inicia a criminalização de condutas relacionadas à produção, à distribuição e ao consumo das drogas tornadas ilícitas, com a substituição da expressão “substâncias venenosas” do artigo 159 do Código Penal de 1890 por “substâncias entorpecentes”, expansão da quantidade de condutas proibidas e introdução da cominação de pena privativa de liberdade, fixada para quem fornecesse aquelas substâncias em um a cinco anos. É a partir dos anos 30 que a maconha passa a ser proibida no Brasil.

1933

Grças à 21ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos, a Lei Seca foi abolida no país, em 5

de dezembro de 1933, a 45 dias de completar 14 anos de vigência.

1937

Nos Estados Unidos, a criminalização federal de condutas relacionadas à produção, à distribuição e ao consumo de maconha veio somente em 1937, com o Marihuana Tax Act. Antes, no período que vai de 1915 a 1937, a proibição de maconha se instaurara apenas em nível estadual, estendendo-se por 27 estados.

1938

Em território brasileiro, é com o Decreto-Lei nº 891/38, promulgado na ditadura do Estado Novo, que a proibição alcança maior sistematização e alcance. Ali é estabelecida a internação obrigatória de “toxicômanos” e sugestivamente se prevê como circunstância agravante da pena impositiva a produtores, comerciantes e consumidores o fato do agente, com a conduta relacionada às drogas tornadas ilícitas, “sugerir ou procurar satisfação de prazeres sexuais”. O Decreto-Lei antecipou a punição para os atos preparatórios (plantar, cultivar, colher) e tornou mais radical a internação obrigatória, que poderia ocorrer “quando provada a necessidade de tratamento adequado ao enfermo, ou for conveniente à ordem pública” (art. 29 §), não poderia ser no domicílio (art. 28) e poderia ser por tempo indeterminado (art. 29, caput).

1940

Com a edição do Código Penal Brasileiro de 1940, os dispositivos criminalizadores a ele se integram, nas regras de seu artigo 281. A matéria passou a ser tratada no capítulo de crimes contra a saúde pública, com o caput sob a rubrica: comércio, posse ou uso de entorpecente ou substância que determine dependência física ou psíquica. Foram equiparados tráfico e porte para uso próprio (§1º, inciso III), descriminalizou-se o consumo e reduziu-se o número de verbos. De resto, apenas distribuiu entre parágrafos

e incisos as disposições incriminadoras do Decreto-Lei nº 891/38.

1951

Novas leis foram surgindo nos Estados Unidos. A Boggs Act quadruplicou as penas.

1956

O governo dos Estados Unidos cria mais uma lei proibicionista, a Daniel Act.

1961

Convenção Única sobre Entorpecentes revogou as convenções anteriores e foi revista por um protocolo de 1972. O documento, com suas quatro listas anexas elencando as substâncias e matérias-primas proibidas, embora ressalvando expressamente a reserva do que disposto na Constituição de cada uma das Partes, impôs a criminalização desde o cultivo até a exportação, incluindo até o preparo. A partir das últimas décadas do século XX, irá marcar, nos mais diversos Estados nacionais, as novas legislações criminalizadoras que vão sendo produzidas sobre esta e outras matérias.

1964

A ditadura militar brasileira instaurada em 1964 introduz com a Lei nº 4.451/64 a tipificação da ação de plantar as matérias-primas das substâncias proibidas, ainda mantidas as penas de um a cinco anos de reclusão.

1968

Com o Brasil em plena repressão, o governo militar cria no turbulento ano de 1968 o Decreto-Lei nº 385/68 que explicita a criminalização da posse para uso pessoal, cominando-lhe as mesmas penas de um a cinco anos de reclusão previstas para o dito “tráfico”.

1969

Dangerous Substances Act é a mais nova lei criada pelos Estados Unidos na guerra contra as drogas.

1971

Convênio sobre substâncias psicotrópicas trata especificamente da criminalização nas regras de seu artigo 22 e repete, em linhas gerais, o conteúdo da Convenção Única de 1961.

1971

Ainda sob ditadura, o Brasil cria lei específica sobre a matéria. A Lei nº 5.726/71 ainda mantém as tipificações das condutas relacionadas à produção, ao comércio e ao consumo nas regras do artigo 281 do Código Penal, mas eleva a pena máxima de cinco para seis anos, introduz a quadrilha específica para o dito "tráfico", prevendo a possibilidade de sua formação com apenas duas pessoas (a "duilha"), com penas de dois a seis anos de reclusão, e impõe o trancamento da matrícula do estudante encontrado com as substâncias proibidas, bem como a perda do cargo de diretores de estabelecimentos de ensino que deixassem de comunicar às autoridades sanitárias os casos de uso e "tráfico" dessas substâncias no âmbito escolar.

1973

O Brasil aderiu ao Acordo Sul-Americano sobre Estupefacientes e Psicotrópicos de 1973.

1976

Com base no Acordo Sul-Americano sobre Estupefacientes e Psicotrópicos de 1973, o Brasil baixou a Lei nº 6.368/76, que separou as figuras penais do traficante e do usuário. Além disso, a lei fixou a necessidade do laudo toxicológico para comprovar o uso. A nova lei especial diferenciou as penas previstas para a posse para uso pessoal, estabeleceu-as em seis meses a dois anos de detenção, triplicando, porém, as penas para as condutas identificadas ao dito "tráfico", que, então, passaram a ser de três a 15 anos de reclusão. Desde a edição da nova lei, diversos projetos foram apresentados para modificar o texto, o que aconteceu apenas 30 anos depois.

1988

Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 - Convenção de Viena. O aprofundamento das tendências repressivas chega a seu auge. A Convenção nitidamente se inspira na política de "guerra às drogas", lançada na década anterior e aprofundada naqueles anos 80. No Brasil, a nova Constituição Federal determinou que o tráfico de drogas é crime inafiançável e sem anistia.

1990

No Brasil, além da Lei nº 6.368/76, aplicam-se ainda às criminalizadas condutas relacionadas à produção e ao comércio das drogas tornadas ilícitas dispositivos constantes de outras leis especiais. A Lei nº 8.072/90 enquadrou o tráfico como crime hediondo, proibindo o indulto e a liberdade provisória e dobrando os prazos processuais, com o objetivo de aumentar a duração da prisão provisória. A Lei de Crimes Hediondos marca o início da edição de leis de emergência ou de exceção após a redemocratização do Brasil.

1994

A versão brasileira da globalizada "guerra às drogas" também se revela explicitamente nas diversas ações desenvolvidas pelas Forças Armadas, em claro desvio das funções que a Constituição Federal lhes atribui, assumindo tarefas policiais, como aconteceu no Rio de Janeiro, no fim de 1994, na chamada Operação Rio.

1995

A Lei 9.034/95, inspirada pelo pretexto de repressão à "criminalidade organizada", não conseguiu explicitar o que seja tal indefinível fenômeno.

1996

A Lei nº 9.296/96 regulamentou a interceptação de comunicações telefônicas e em sistemas de informática e telemática.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

1998

A Lei nº 9.613/98 criminalizou a chamada lavagem (ou branqueamento) de capitais. A versão brasileira da globalizada “guerra às drogas” se revela explicitamente, já bem depois da redemocratização, a partir de 1998, quando foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas, órgão executivo do Conselho Nacional Antidrogas, ambos dirigidos por generais do Exército e subordinados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, órgão que, sucedendo, desde 1999, a Casa Militar da Presidência da República, não perdeu o caráter militarista explícito naquela. A própria denominação da Secretaria – “Antidrogas” –, logo adotada por diversos órgãos estaduais, já sugere uma visão distorcida e delirante sobre as substâncias psicoativas, visualizadas, militarmente, como se fossem o “inimigo”.

1999

As Forças Armadas, ao reprimirem a plantações de maconha em Pernambuco, no fim de 1999, e realizarem outras análogas “operações” menos espetaculares, assumem tarefas policiais, sob o pretexto de repressão às drogas tornadas ilícitas e a uma suposta e, como sempre, indefinida e indefinível “criminalidade organizada”.

2001

As modificações à Lei 9.034/95 introduzidas pela Lei 10.217/01 também não conseguiram explicitar o que seja “criminalidade organizada”. Aliás, não existe em nenhuma parte do ordenamento jurídico brasileiro a definição de organização criminosa.

2002

No Brasil, a Lei nº 10.409/2002 pretendia substituir a Lei nº 6.368/76, mas foram tantas impropriedades que, diante dos inúmeros vetos apostos pelo presidente da República, ela passou a disciplinar outros aspectos do tema drogas, mas a lei anterior permaneceu disciplinando as definições de crimes e de penas.

2004

A repressão militarizada se expressa de forma mais grave no Brasil na regulamentação, com o Decreto nº 5.144/04, dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 303 da Lei nº 7.565/86, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.614/98, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. O referido Decreto veio concretizar a previsão de abate de aeronaves suspeitas de “tráfico” de drogas qualificadas de ilícitas, instituindo, de forma oblíqua, uma verdadeira pena de morte (a morte sendo consequência praticamente certa do abate), que, vedada pela regra da alínea “a” do inciso XLVII da Constituição Federal brasileira, que só admite tal pena em hipóteses de crimes militares cometidos em tempo de guerra, além disso, estará sendo imposta antecipadamente, sem processo, por mera autorização do Comandante da Aeronáutica.

2006

A Lei nº 6.368/76 e a Lei nº 10.409/2002 foram revogadas pela nova Lei 11.343/2006, que entrou em vigor em outubro de 2006. A partir de então, a pena de prisão para o usuário e o dependente, ou seja, para aquele que tem droga ou a planta para consumo pessoal deixou de existir, mas apenas em tese, pois a falta de critérios objetivos e quantidades máximas de drogas para distinguir o usuário do traficante aumentou o encarceramento. A lei também distingue o traficante profissional do eventual, ou seja, aquele que trafica pela necessidade de obter a droga para consumo próprio e que passou a ter direito a uma sensível redução de pena.

Fonte: Compilação de dados extraídos dos textos:
Drogas: legislação brasileira e violações a direitos fundamentais - Maria Lucia Karam
Histórico das drogas na legislação brasileira e nas convenções internacionais - Antônio Fernando de Lima Moreira da Silva
Senado Federal: História do combate às drogas no Brasil

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM COLAPSO

ANTIMODELO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Centros de internação para adolescentes no Ceará suspendem atividades educacionais, esportivas, de lazer e de profissionalização.

Superlotação no Sistema Socioeducativo transforma salas de aula em celas.

Interrupção de atividades nos centros de privação de liberdade mantém adolescentes trancados em alojamentos infestados de pernilongos.

Bueiro aberto por onde saem insetos e ratos fica em frente a dormitórios de adolescentes.

Falta d'água deixa internos sem direito a banho por mais de uma semana.

Em muitas unidades do Sistema Socioeducativo, faltam colchões, banho de sol e até água potável.

Adolescentes forçados a beber água do vaso sanitário.

Unidades de internação de adolescentes funcionam com estrutura física insuficiente, quadro inadequado de profissionais e precariedade das condições de trabalho.

Adolescente com lesão à bala fica sem atendimento médico em dormitório sob condições insalubres.

Garota se mutila para ter acesso a atendimento médico, afirmam internos.

Hematomas e feridas nos corpos de 62 adolescentes são indícios de ação truculenta.

Garoto lesionado após rebelião é obrigado a caminhar sobre colchão em chamas, mesmo com os pés já queimados.

Tortura, tratamento cruel, estupro e assassinato no Sistema Socioeducativo do Ceará.

No jargão televisivo, a escalada corresponde às manchetes de um telejornal, sempre no início de cada edição. Se houvesse um programa de televisão sobre violações de direitos no Sistema Socioeducativo do Ceará, sobrariam manchetes, mas é a divulgação de outro tipo de escalada que mais interessa aos veículos de comunicação: a escalada da violência praticada por adolescentes.

As violações de direitos nas unidades de internação de adolescentes e jovens até 21 anos acusados de prática de ato infracional não ocuparam as manchetes de televisão, jornal ou rádio, mas vêm sendo denunciadas a importantes órgãos

e representações do poder público e da sociedade. Os problemas já foram relatados pelos próprios internos à Defensoria Pública do Estado. Uma situação calamitosa, como descreveu a Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, após visitas técnicas em 2015 a unidades de internação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Fortaleza.

“Eu não queria ver o que eu vi hoje. Já virou lugar-comum falar da falência do Sistema Socioeducativo, da incapacidade do Estado em administrá-lo. O que se vê lá é um nome eufêmico para prisão. Aqueles meninos estão enjaulados, e isso era tudo o que o Estatuto da Criança e do Adolescente não queria”, verificou o então procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Virgílio Rios, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, também em 2015. O conselho chegou a recomendar o afastamento do secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará, Josbertini Clementino.

O que se tornou de conhecimento público, a partir das denúncias feitas pelas organizações da sociedade, foi constatado ainda nas atividades do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. As entrevistas com os familiares de adolescentes assassinados expuseram a dor pela morte dos entes queridos, mas também pelo sofrimento daqueles que passaram pelo Sistema Socioeducativo.

A mãe de um garoto morto no bairro Jóquei Clube denuncia que, durante a permanência do filho por uma das unidades de restrição de liberdade, ele teve o cabelo raspado e foi algemado e agredido por agentes socioeducadores. Num misto de revolta e descrença com as instituições, ela questiona como reintegrar à sociedade os garotos que infringem a lei “cuidando” deles com tais métodos. Quando foi morto, o adolescente havia fugido do centro socioeducativo, onde estava em regime de semiliberdade.

Para não causar mais um sofrimento às mães, alguns garotos envolvidos com práticas ilícitas preferem – ou preferiam – silenciar sobre a violência institucional. “Ele era tratado como um cão”, compara a mãe de outro adolescente sobre o período em que o filho esteve cumprindo medida socioeducativa. Só depois que o garoto foi assassinado, no bairro Planalto Pici, é que ela ficou sabendo que ele apanhava dos socioeducadores.

Durante as audiências públicas do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, os participantes também manifestaram o inconformismo diante do fracasso em que o Sistema Socioeducativo se transformou. “Se você quer uma pessoa boa, você tem de ofertar uma coisa boa para ela. Será que esses centros estão trabalhando uma política de mudança ou estão cada vez mais jogando os jovens pra baixo? Por

que eles voltam ao crime? Por que essas rebeliões?”, questionou o estudante Douglas Gomes, morador do bairro Bom Jardim.

Entre as respostas, tristes e incontestáveis conclusões. “Os centros socioeducativos são depósitos de adolescentes para dar satisfação à sociedade”, avaliou Sidney Lemos, por ocasião da audiência pública realizada em Maracanaú, município da região metropolitana de Fortaleza, onde ele atua como conselheiro tutelar. “Há irregularidades suficientes para colocar qualquer governador na cadeia”, concluiu o coordenador de desenvolvimento institucional e sustentabilidade da Associação O Pequeno Nazareno, Manoel Torquato. Durante a audiência pública na Barra do Ceará, ele defendeu a proposta de instalação pela Assembleia Legislativa do Ceará de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Sistema Socioeducativo.

O desvio de finalidade, a precariedade das condições de funcionamento e as graves violações de direitos já fazem com que os centros socioeducativos deixem de ser considerados como opção para manter sob privação ou restrição de liberdade os adolescentes envolvidos em atos infracionais de maior gravidade. “Se não prender, vai ficar até melhor, pois lá eles vão sofrer mais do que estão sofrendo na comunidade; vão ser torturados por um desconhecido e perder o

contato com a família e os amigos”, considera a educadora social Lúcia Ângelo.

“Eles ficam confinados 24 horas do dia, com direito a no máximo 15 minutos de futebol”, questionou Dillyane Ribeiro, assessora jurídica do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Cedeca-Ceará, enquanto participava da audiência pública realizada no bairro Jangurussu. Na mesma oportunidade, o então gerente de um dos centros educacionais reforçou que o tempo dos adolescentes enquanto cumprem medida de internação é desperdiçado, quando poderia ser aproveitado de fato para a execução de projetos educacionais que contribuíssem no redirecionamento dos garotos a uma nova trajetória de vida após o período de cerceamento da liberdade. “É um tempo muito precioso”, observou.

Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes, relatório publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, coloca o Ceará em situação crítica, com a terceira maior superlotação do país, atrás do Mato Grosso do Sul e do Maranhão em 2014. No mesmo ano, o Ceará havia registrado oito rebeliões, dividindo o quarto lugar com Santa Catarina e Pernambuco, bem distante dos 41 motins computados em São Paulo e mais próximo dos 12 de Minas Gerais e dos dez de Sergipe.

SUPERLOTAÇÃO NOS CENTROS DE INTERNAÇÃO

Unidades da federação	Habitantes por policial	Unidades da federação	Habitantes por policial	Unidades da federação	Habitantes por policial
Maranhão	886,5	Espírito Santo	128,9	Alagoas	99,4
Mato Grosso do Sul	365,5	Sergipe	117,1	Tocantins	96,3
Ceará	243,4	Amapá	116,3	Paraná	95,3
Paraíba	223,3	São Paulo	108,6	Rio de Janeiro	83,1
Pernambuco	161,5	Minas Gerais	108,4	Amazonas	68,6
Bahia	140,9	Goiás	105,9	Rondônia	55,6
Acre	134,9	Mato Grosso	104,3	Piauí	47,1
Rio Grande do Sul	133,9	Pará	103,2	Rio Grande do Norte	44,5
Distrito Federal	131,9	Santa Catarina	100,0	Roraima	29,5
				Brasil	120,8

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público - 2014

A partir de então, a situação do Ceará só se agravou. Em 2015, a superlotação chegou a atingir o percentual de 400% em diversas unidades de atendimento socioeducativo destinadas a adolescentes do sexo masculino de Fortaleza, o que levou a mais de 60 rebeliões, motins e episódios conflituosos em todas elas, de acordo com o Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará - Fórum DCA. No auge da crise, havia 923 adolescentes internados para apenas 590 vagas na capital – no interior, há 141 vagas, mas em unidades de privação provisória ou de semiliberdade.

“A referida crise, além de reiteradas rebeliões, caracteriza-se por denúncias de tortura e maus tratos sofridos pelos adolescentes internos, superlotação, falta generalizada de insumos básicos como colchões, toalhas e lençóis; restrição

ao acesso à água e ao direito à visita; e ausência sistemática de escolarização e profissionalização, atividades culturais, esportivas e de lazer; dentre outras violações de direitos humanos. Como expressão máxima do colapso do Sistema Socioeducativo no Ceará, em 6 de novembro de 2015, deu-se a morte do adolescente Márcio Ferreira do Nascimento, atingido por arma de fogo enquanto cumpria medida socioeducativa de internação no Centro Educacional São Francisco”, acrescenta o Fórum DCA. A versão oficial era de que não havia informações sobre de onde partiram os tiros. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social afirmou que estava apurando a situação que levou à morte do garoto de 17 anos, que cumpria medida socioeducativa por homicídio.

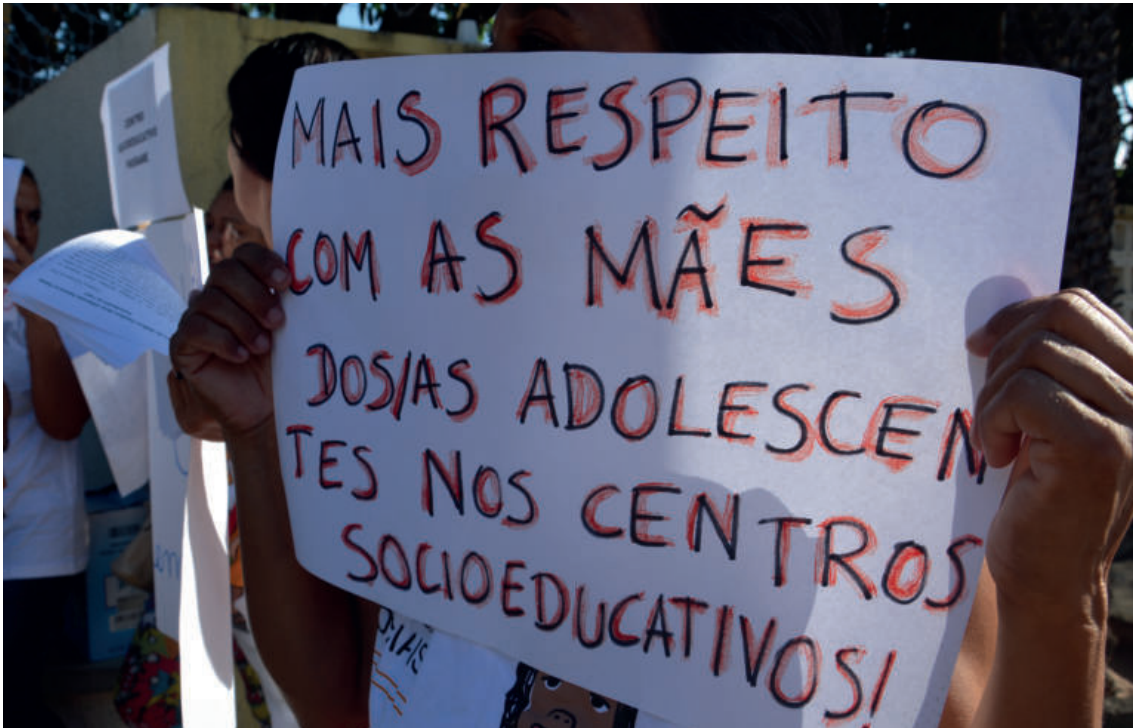
O agravamento das violações e a ausência de ações efetivas do Governo do Ceará fizeram com que o Fórum DCA, a Associação Nacional

MEDIDAS CAUTELARES

Instituição principal e autônoma da Organização dos Estados Americanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, juntamente com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, integra o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, com sede em Washington, capital dos Estados Unidos, e solicita ao Governo do Brasil que:

- | | | |
|--|---|---|
| <p>a) Adote as medidas necessárias para salvaguardar a vida e a integridade pessoal dos adolescentes detidos no Centro Educacional São Miguel, no Centro Educacional Dom Bosco e no Centro Educacional Patativa do Assaré do Estado do Ceará, e aqueles transferidos provisoriamente ao Presídio Militar de Aquiraz, de acordo com as normas internacionais e à luz do interesse superior da criança;</p> | <p>que garantam a proteção da integridade pessoal e da vida dos adolescentes;</p> | <p>internacionais de direitos humanos e resguardando a vida e a integridade pessoal de todos os adolescentes;</p> |
| <p>b) Forneça condições adequadas em termos de infraestrutura e pessoal suficiente e idôneo, bem como nos aspectos relativos a higiene, alimentação, saúde, educação e tratamento médico,</p> | <p>c) Assegure a implementação de programas e atividades idôneas e adaptadas aos adolescentes para garantir o seu bem-estar e a sua integridade física, psíquica e moral, de acordo com as normas estabelecidas pelo direito internacional dos direitos humanos para adolescentes privados de liberdade;</p> | <p>e) Execute ações imediatas para reduzir substancialmente o número de detidos nessas unidades e evitar as condições de superlotação e o uso de celas de isolamento no interior das unidades;</p> |
| <p>d) Implemente medidas idôneas que garantam as condições de segurança nos centros de detenção em que se encontram os adolescentes beneficiários destas medidas cautelares, seguindo as normas</p> | <p>f) Coordene as medidas a serem adotadas com os beneficiários e os seus representantes; e</p> | <p>g) Informe sobre ações adotadas com vistas à investigação dos supostos fatos que levaram à adoção desta medida cautelar e assim evitar a sua repetição.</p> |

Fonte: Comissão Interamericana de Direitos Humanos - 2015



dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced) e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca-Ceará protocolassem petição, ainda em março de 2015, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) solicitando manifestação acerca dos problemas identificados. Com o passar dos meses, a crise se exacerbou com novos fatos e episódios que foram comunicados à comissão em abril, julho, setembro e outubro, pelas organizações peticionárias.

De pronto, em abril e agosto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos notificou o Estado a prestar informações sobre o quadro, mas o governo solicitou prorrogação de prazo nas duas ocasiões. Em sessão do dia 31 de dezembro de 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos considerou que havia elementos suficientes para configurar uma situação de gravidade, urgência e irreparabilidade e determinou medidas cautelares a serem adotadas no âmbito do Sistema Socioeducativo do Ceará.

Salvaguardar a vida e a integridade dos adolescentes. Fornecer condições adequadas de infraestrutura e pessoal suficiente e idôneo, bem como nos aspectos relativos a higiene, alimentação, saúde, educação e tratamento médico. Assegurar a implementação de programas e atividades aos adolescentes para garantir o seu bem-estar e a sua integridade física, psíquica e moral. Implementar medidas que garantam as condições de segurança nos centros de detenção. Executar ações imediatas para reduzir substancialmente o número de detidos nessas unidades e evitar as condições de superlotação e o uso de celas de isolamento.

INSPEÇÃO ÀS UNIDADES

As medidas cautelares determinadas fazem alusão expressa ao dever de garantir pessoal suficiente e idôneo para o atendimento socioeducativo dos adolescentes internos. Nesse sentido, o Fórum DCA vem recomendando a realização de concurso público para seleção de socioeducadores/as, observando um perfil profissional adequado aos objetivos da medida socioeducativa de internação, bem como um número suficiente de profissionais.

Outro aspecto preocupante evidenciado nas visitas realizadas são as condições insalubres das unidades e a infraestrutura danificada. Conforme relatado, encontraram-se poças de água, restos de comida e sujeira pelos corredores, sanitários entupidos, goteiras e infiltrações etc.

Quanto ao direito à escolarização e à profissionalização, a única unidade visitada a ofertar aulas foi o Centro Socioeducativo do Canindezinho. Ainda assim, a escolarização se dá exclusivamente na modalidade EJA, inadequada para a faixa etária atendida no referido Centro. Nas demais unidades, o direito à escolarização encontra-se completamente violado. Também com exceção do Centro Socioeducativo do Canindezinho, as atividades culturais, esportivas e de lazer se restringem, quando existentes, a quinze minutos em que os adolescentes podem jogar futebol na quadra.

Fonte: Fórum DCA - 2016

Cabe destacar, no entanto, que no Centro Educacional Patativa do Assaré, no Centro Educacional Dom Bosco e no Centro Educativo Cardeal Aloisio Lorscheider, os adolescentes encontram-se reclusos aos dormitórios em tempo integral. A única saída do dormitório se daria quando da realização de visita, que também vem se dando de modo irregular.

A violação do direito à escolarização e à profissionalização e do direito às atividades culturais, esportivas e de lazer corrompe a medida socioeducativa que se transforma em mero encarceramento dos adolescentes, em nada contribuindo para o seu processo pedagógico.

Nas visitas, foram registradas diversas demandas por atendimento médico, sobretudo quanto a doenças mentais, doenças dermatológicas e doenças sexualmente transmissíveis, bem como inúmeras reclamações quanto à qualidade, quantidade e regularidade da alimentação servida nas unidades, além da restrição do fornecimento de água para ingerir e para banhar-se. Verificou-se igualmente que, em algumas unidades, ainda existe a prática do isolamento compulsório (“tranca”) como sanção disciplinar, a exemplo do Centro Educacional Dom Bosco e do Centro Educacional Passaré. Quanto a agressões aos adolescentes, os casos mais graves verificados nestas visitas se deram no Presídio Militar de Aquiraz (Unidade de Transição), no Centro Educacional Dom Bosco e no Centro Educacional São Miguel.

Ano novo, problemas antigos. Durante inspeção realizada em janeiro de 2016, o Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará concluiu que as medidas cautelares não estavam sendo adotadas e, portanto, o caos se mantinha, mesmo após o Governo do Estado ter apresentado dois meses antes um Plano de Estabilização do Sistema Socioeducativo, em 9 de novembro, e ter celebrado com o Ministério Público e a Defensoria Pública um Termo de Ajustamento de Conduta, em 17 de novembro.

“Diante das graves violações dos direitos humanos dos adolescentes internados nos centros educacionais visitados pelo Fórum DCA, verifica-se o aprofundamento da crise do Sistema Socioeducativo no Ceará ocasionado pela total inércia do Estado em tomar as medidas necessárias para que as unidades possam efetivamente cumprir sua função pedagógica. Num panorama geral, as condições de superlotação continuam presentes. Das sete unidades visitadas, quatro se encontravam com um número de adolescentes internos superior a sua capacidade”, denunciou o relatório de inspeção.

A Unidade de Transição não se encontrava superlotada por se tratar de Presídio Militar desativado, mas a integração entre unidades socioeducacionais e estabelecimentos penais viola o artigo 16, parágrafo 1º, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: “A estrutura física da unidade deverá ser compatível com as normas de referência do Sinase. É vedada a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos, anexos, ou de qualquer outra forma integrados a estabelecimentos penais”.

Em depoimentos e fotografias, a constatação de condições insalubres, precariedade da infraestrutura e falta de atendimento médico: poças de água dentro e fora dos alojamentos, sanitários entupidos, goteiras, infiltrações, bueiros diante dos dormitórios, restos de comida e sujeira pelos corredores... “Nas visitas, foram registradas diversas demandas por atendimento médico, sobretudo quanto a doenças mentais, doenças dermatológicas e doenças sexualmente transmissíveis, bem como inúmeras reclamações quanto à qualidade, quantidade e regularidade da alimentação servida nas unidades, além da restrição do fornecimento de água para ingerir e para banhar-se”.

Violações dos direitos à saúde e à educação. “As atividades culturais, esportivas e de lazer se restringem, quando existentes, a 15 minutos em que os adolescentes podem jogar futebol na quadra. Cabe destacar, no entanto, que no Centro Educacional Patativa do Assaré, no Centro Educacional Dom Bosco e no Centro Educacional Cardeal Aloisio Lorscheider, os adolescentes encontram-se reclusos aos dormitórios em tempo integral. A única saída do dormitório se daria quando da realização de visita, que também vem se dando de modo irregular”.

Em algumas unidades se verificou que ainda existe a prática do isolamento compulsório como sanção disciplinar e as agressões aos adolescentes, acirrando a tensão com os profissionais. “Cabe salientar que não apenas o número de fugas, rebeliões e motins é preocupante, mas também a gravidade dos episódios, que vêm acarretando cada vez mais risco de morte aos adolescentes e profissionais envolvidos. A violência no Sistema Socioeducativo do Ceará chegou a níveis extremos no ano de 2015, o que reverbera fortemente no início deste ano. Em um mês e meio, já se registram doze rebeliões”, contabilizou à época o Fórum DCA.

Ao fim de 2016, o quadro continua a despertar insegurança e indignação. “No Ceará, durante dois anos, as condições no Sistema Socioeducativo impulsionam os adolescentes a mudar... Para pior. O sistema não dá oportunidade desses adolescentes mudarem suas vidas. Não há aulas, atividades... As condições em que os adolescentes do Ceará estão, em algumas unidades, são mais restritivas do que as em que estão adultos no Complexo de Pedrinhas, no Maranhão, e no do Curado, em Pernambuco”, alerta

César Muñoz, pesquisador sênior para o Brasil na Divisão das Américas da organização internacional Human Rights Watch.

O jornalista esteve em Fortaleza, a convite do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, para mais uma audiência pública sobre o Sistema Socioeducativo, no dia 27 de outubro, requerida pelo deputado estadual Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. “O sentido da responsabilização é diminuir a violência, e você só faz isso oferecendo outra oportunidade de vida. Por que a nossa oferta é a que reproduz o etiquetamento? O adolescente entra no sistema e pode até sair, mas o sistema não vai sair dele. Quando o Sistema Socioeducativo foi criado, foi para não reproduzir as mazelas do sistema penal, mas hoje ele reproduz”, questionou o parlamentar.

A audiência pública, uma solicitação das instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, foi realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa na sede do Ministério Público do Ceará, mas não contou com a participação da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo, mesmo tendo sido convidada. O Governo do Estado esteve representado pelo controlador do Sistema Socioeducativo, tenente-coronel Clauber Wagner Vieira de Paula. “Nós vamos para mais uma discussão em que vemos as coisas sendo postas, infelizmente, sem muitos avanços. Nós lamentamos muito isso. Apesar de ser do Executivo, nós não podemos negar a realidade”, reconheceu o controlador.

A Controladoria do Sistema Socioeducativo foi criada como um das medidas do Plano de Estabilização do Sistema Socioeducativo, tendo entre os objetivos receber denúncias de violação de direitos humanos nas unidades de internação e semiliberdade. O órgão está vinculado à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Governo do Estado, cujo coordenador, Demitri Cruz, também se fez presente à audiência pública. A Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo foi criada no dia 28 de junho, com atraso e aquém das expectativas. O novo órgão conta com autonomia administrativa, orçamentária e funcional, mas continua vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento (STDS), a mesma pasta que administrava o modelo anterior.

Uma solução paliativa para um problema de grandes proporções. Sob a promessa de apresentar um novo modelo de gestão para o Sistema Socioeducativo, a criação da Superintendência não pôs fim à grave crise nos centros de internação para adolescentes. O Fórum DCA estima que em 2016 mais de 400 internos fugiram das unidades de privação de liberdade⁵⁸. As organizações denunciam irregularidade ou inexistência de aulas e demais atividades. A falta de estrutura, a superlo-

58. Enquanto o Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente estima que em 2016 mais de 400 adolescentes fugiram do Sistema Socioeducativo do Ceará, em 2015 foram 210 e em 2014 foram 150.

tação, as agressões praticadas pelos agentes socioeducadores e as intervenções violentas de policiais militares vêm sendo expostas já há bastante tempo.

CENTRO EDUCACIONAL? “MEU FILHO FOI PARAR DENTRO DE UMA ESCOLA DE CRIME”

A mãe de um adolescente que passou pelo Sistema Socioeducativo avalia, a partir da experiência pessoal, que o episódio que leva a uma unidade de privação ou restrição de liberdade é, em geral, antecedido por outros atos infracionais. “O tráfico recruta os nossos filhos. E por uma questão de sobrevivência, identidade com a galera ou falta de atividades educativas, culturais ou de profissionalização no bairro, o crime organizado faz com eles se sintam convidados a cometer infrações”, observa a moradora do bairro Henrique Jorge, periferia de Fortaleza.

Ela lamenta que os adolescentes só passem a ser vistos pelo Estado quando cometem alguma ilicitude, como percebeu em relação ao próprio filho, atualmente com 18 anos. “Antes, ele nunca foi visto”. Até que, aos 15 anos, o adolescente praticou um assalto e foi encaminhado para o Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, no bairro Sapiranga, um dos exemplos positivos de estrutura e gestão no Sistema Socioeducativo do Ceará. “Ali tem um trabalho extremamente pedagógico, não é punitivo. A diretora não vê o ato do menino, vê o menino. Meu filho não ficou, por conta da transitoriedade dos meninos que entram e saem, se sentem ameaçados...”

Depois de três meses, o adolescente deixou o local e cometeu um novo ato infracional – dentro de um ônibus, ele se apropriou de um cartão eletrônico de passagens no transporte urbano. Com a reincidência e o descumprimento da medida anterior, o garoto foi encaminhado para privação de liberdade pela autoridade judicial. “Ele realmente precisava entender que errou, mas quando chegou lá, eu achava que o Estado ia me ajudar, mas o Estado piorou o meu filho. Meu filho foi parar dentro de uma escola de crime. Eu não vejo como medida socioeducativa, sempre vi como uma medida institucional punitiva. O meu filho nunca foi inserido na perspectiva da ressocialização. Por não haver atividades pedagógicas, como o sistema prega, como a gente espera que esse menino seja convidado a se repensar enquanto jovem, que esse menino tenha o exercício da cidadania, se ele entrou cometendo roubo, ele começou a aprender que poderia fazer mais, por conta do ócio que impera dentro dos centros”.

A violência institucional, pela falta de oportunidades, mas também pelas agressões dos agentes do Estado, só aumentou o desespero da mãe, que viu o único filho passar por quatro centros

de internação no agravamento da crise e as sucessivas rebeliões no Sistema Socioeducativo, em 2015. “Por conta da violência promovida pela mão do Estado, que é a polícia que entra, que bate, que são alguns socioeducadores despreparados, eu me senti angustiada e vi também a angústia de outras mães”. Em defesa dos filhos, elas resolveram se unir e se reunir. “Surgiu a oportunidade de reunião de umas mães. Diante da crise, nós procuramos colaborar, porque não há ninguém mais interessado pela volta desse adolescente do que nós”.

Em meio a inquietações e questionamentos, elas passaram a intervir de forma mais incisiva sobre os filhos e a denunciar a violação de direitos em espaços institucionalizados. “Eu sempre me perguntei: ‘O que é socializar? O que é ressocializar?’ Nós queremos ressocializar nosso filho. Se ele está sob a tutela do Estado, que o Estado se comprometa junto com a gente”. Mas não era o que acontecia. “Nós nunca fomos convidadas pelo Estado, pelo centro, a colaborar no processo de ressocialização: ‘E aí mãe, o que está acontecendo?’ É preocupante, porque nós percebemos que não é só o próprio centro, são todas as políticas que não saem do papel”.

O envolvimento da família para sensibilizar os adolescentes de que não valia a pena seguir uma trajetória de ilicitudes e violência foi decisivo para a mudança de rumo. “Não foi o sistema que ressocializou o meu filho”. A partir dos episódios de violência nas unidades de internação, a mãe insistiu com ele. “Eu disse: ‘Se você apanhou tanto dentro do centro socioeducativo, imagine como é no presídio’. As situações de violência nas Casas de Privação Provisória de Liberdade também serviram de argumento aos familiares. “As mães passaram a falar com os meninos: ‘Olha, está acontecendo isso. Vocês querem estar nesses espaços?’ A gente percebia que os centros preparavam futuros moradores para as CPPLs”.

Ela espera que o diálogo tenha surtido resultado. “Ah, realmente, não é mais isso que eu quero”, afirmou o filho. Depois de cumprir a medida de internação, até julho de 2016, o adolescente precisou sair de Fortaleza porque ainda recebe ameaças. A mãe conta que não conseguiu inserir o garoto no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Ppcaam). “É muita burocracia. Por medo, eu tive de enviá-lo para o interior”. De volta à capital, o adolescente começou a trabalhar em um restaurante, embora não tenha retornado aos estudos.

A mãe se formou em Pedagogia em 2016, enquanto o adolescente ainda estava internado no Sistema Socioeducativo. Ao longo de toda a graduação, ela se dividiu entre o curso e as preocupações com o filho, que chegou a sair de casa aos 15 anos. Pelo histórico, o garoto acabou virando o objeto de pesquisa: Um olhar social para um adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas na perspectiva da ressocialização. Ao fim do

59. Citação ao pensamento do educador Paulo Freire (1921-1997), para quem a educação deve se realizar como prática da liberdade. “A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão”, escreveu em 1968, no livro *Pedagogia do Oprimido*, sem deixar dúvidas sobre a concepção de educação, uma pedagogia conscientizadora como força de mudança e libertação.

curso, ela acionou várias instituições na tentativa de conseguir a autorização para que o filho assistisse à apresentação do trabalho de conclusão, mas não conseguiu.

Professora há dez anos, agora com o diploma de pedagoga, ela se inspira no pensamento do educador Paulo Freire⁵⁹ para exercer o ofício, mas também a maternidade. “Paulo Freire fala que o ser humano está em dado momento de uma maneira, mas isso não quer dizer que ele será assim para a vida toda. Eu vi que tinha a necessidade de falar politicamente pelos meninos, por conta dessa cultura mesmo da violência, que vê esses meninos como bandidos”. Como dizia o educador, que conjugou educação com transformação e liberdade, não há vida sem correção, sem retificação. “A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer”.

SUPERLOTAÇÃO COMO ESTOPIM

O que governo e sociedade sabem é oportunamente reafirmado no relatório publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público sobre as inspeções realizadas em 2014 nas unidades de internação e semiliberdade para adolescentes brasileiras. “Não se pode esperar ressocialização de adolescentes amontoados em alojamentos superlotados, e ociosos durante o dia, sem oportunidade para o estudo, o trabalho e a prática de atividades esportivas. Não admira, então, que o espaço físico insuficiente e a falta de infraestrutura adequada tenham sido indicados como a causa que isoladamente mais propiciou a deflagração de rebeliões nas unidades de internação. Soma-se a esta causa a superlotação, também relacionada à infraestrutura e a realização de fugas em massa”.

A superlotação faz crer de imediato que o envolvimento de meninos e meninas em práticas ilícitas e violentas só tem aumentado. Não é o que revelam os dados do Conselho Nacional de Justiça, segundo os quais o percentual de adolescentes, com idade inferior a 18 anos, que comete atos infracionais, é de menos de 1% da população total dessa mesma faixa etária. No universo dos crimes registrados no Brasil, os delitos cometidos por esses garotos não chegam a 10% dos casos.

Os dados do Conselho Nacional do Ministério Público permitem concluir que existe uma lógica de encarceramento no país extensiva aos menores de 18 anos. Sobre a responsabilização de adolescentes envolvidos com atos infracionais em 2014, o conselho registrou a presença de 23.658 meninos e meninas em cumprimento de medidas de privação e restrição de liberdade em 82,5% das unidades inspecionadas. Destes, 21.823 cumprem medidas socioeducativas de internação, enquanto 1.835 estão no regime da semiliberdade nos 443 centros edu-

cacionais superlotados do país – a capacidade é para atender 15.414 adolescentes. “Quando se considera que a população de 23.658 adolescentes e jovens corresponde, não à totalidade, mas a 82,5% das unidades de internação e semiliberdade, pode-se identificar um significativo aumento em relação aos 20.532 indivíduos encontrados em 100% das unidades em 2012, conforme Levantamento Nacional do Sinase, publicado em 2014”, conclui o Conselho Nacional do Ministério Público.

De acordo com o levantamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados em 2015, entre 23,1 mil adolescentes sob privação ou restrição de liberdade em todo o Brasil em 2012, cerca de 40% das infrações cometidas eram por roubo, 23,5% por tráfico de drogas, 8,75% por latrocínio, 3,4% por furto, 1,1% por estupro e 0,9% por lesão corporal. Em 2012, o Ceará já aparecia em situação desconfortável, com o quarto maior número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em regime fechado, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

O número de adolescentes internados ou em semiliberdade poderia ser bem menor, seguindo a orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente de que a privação ou a restrição de liberdade devem ser aplicadas apenas em ato de violência de alta gravidade. “Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de internação devem respeitar os princípios da brevidade e da excepcionalidade. Quando olhamos esses dados, observamos que os princípios não são seguidos, se fossem cumpridos, os adolescentes internos seriam aqueles que cometeram infrações graves como homicídios, estupros e latrocínios, apenas 3,2 mil do total, e não 15 mil, como encontramos”, explica Enid Rocha, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

A liberdade assistida e a prestação de serviço à comunidade são possibilidades reais de reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei, com acompanhamento de profissionais sem romper o vínculo com a comunidade. “Desde 2012, há um arcabouço institucional do Sistema Único de Assistência Social, montado para a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto. Essas medidas existem para criar condições de reconstrução de projetos de vida, para dar acessos aos serviços de assistência social”, argumenta Enid Rocha, defendendo que o enfrentamento à violência e à criminalidade exige a promoção dos direitos fundamentais, como o direito à vida, e os direitos sociais de educação, profissionalização, saúde, esporte, cultura, lazer, e viver em família, preconizados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O levantamento aponta ainda que a maior parte dos centros de internação não separa internos provisórios dos definitivos nem por idade, tipo físico ou por infração cometida, como deter-

mina a lei. “O Brasil é um país que encarcerou muito, temos a quarta população carcerária do mundo e o número de presos cresceu 77% desde 2005. Esse dado desconstrói os mitos de que encarceramento vai resolver o problema da violência. Quando internamos o adolescente, misturamos jovens com diferentes níveis de envolvimento com o crime. Vamos resolver a violência com prevenção, expansão de direitos e inclusão dos adolescentes em políticas públicas”, defendeu à época o então secretário Nacional de Juventude, Gabriel Medina.

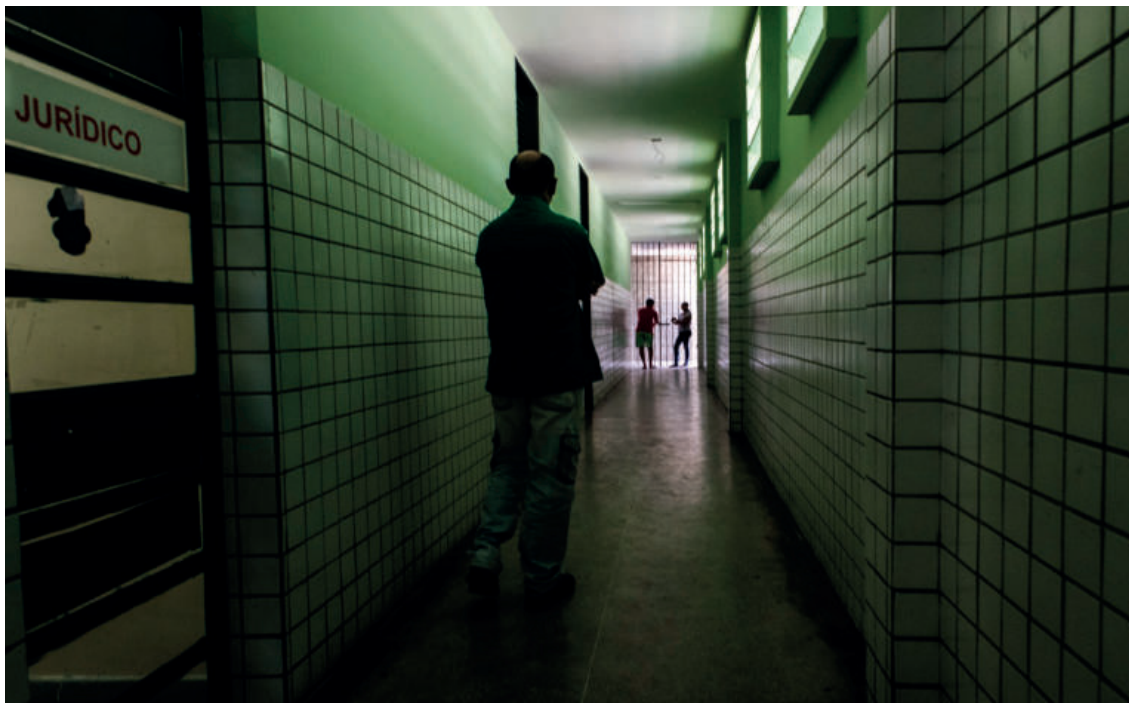
“Nós precisamos pensar o Sistema Socioeducativo não mais como uma ilha onde todo e qualquer adolescente que chega ao sistema de Justiça, seja do roubo de um celular ao furto em um ônibus, está tendo o destino da privação de liberdade. O diálogo com o sistema de Justiça é importante na perspectiva de sensibilizar para essas questões”, reforça o coordenador especial de Políticas Públicas de Juventude do Governo do Ceará, Davi Barros. De acordo com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, 60% dos adolescentes internados em Fortaleza são encaminhados do interior, onde ainda não existem unidades de internação, mas de privação provisória e de semiliberdade.

Adolescentes envolvidos com atos infracionais de menor poder ofensivo, mesmo sendo primários, recebem logo de imediato uma medida de internação. Foi o que constatou a assistente social Nayara Mendonça, com base nos dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, do Judiciário e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Quixadá, onde trabalha. “Há um nível de responsabilização muito alto, uma agilidade maior para aplicar as medidas, mas nem por isso são as melhores”, observou, durante audiência pública do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, realizada no município, no dia 31 de maio.

A assistente social verificou que, em muitos casos, a autoridade judicial determina a internação por prática de direção perigosa, por exemplo, quando o adolescente é flagrado em condução de veículos sem habilitação ou sem equipamentos de segurança. “O julgamento é, muitas vezes, para além do que o Estatuto da Criança e do Adolescente recomenda. Nós temos em torno de 20 adolescentes internos em Fortaleza, um número alto, que vem num crescente. Por infrações de menor poder ofensivo, pela primeira vez, são destinados logo a uma medida em meio fechado. Quando voltam para a cidade, voltam com outra lógica”.

É o que identifica também a coordenadora da Escola Estadual de Educação Profissional de Quixadá. “Os adolescentes voltam ainda piores. Nós tínhamos um aluno, que passou três meses no Sistema Socioeducativo, mas, quando voltou, não queria mais ficar na escola de tempo integral, pois se sentia preso. Ele tinha uma aula uma vez por semana no Sistema Socioeducativo.

DAVI PINHEIRO



Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider: unidade de medida socioeducativa em meio fechado em Fortaleza

O que esses meninos estão fazendo lá? Ele ainda ficou dois meses na escola, mas sumiu. Nós levamos o documento de transferência escolar até a casa dele, na esperança de que se matriculasse em outra escola, mas só temos notícia de que está cada vez mais envolvido com a criminalidade”, lamenta Manoela Neves.

Em caso de ato infracional, a privação provisória, definitiva ou em regime de internação-sanção e a restrição de liberdade não são as únicas medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O regime de semiliberdade compreende a medida tanto nos centros socioeducativos, com acompanhamento profissional, como em casa, sob a supervisão da família, com duração de seis meses a três anos, envolvendo escolarização e profissionalização.⁶⁰

Mas a autoridade competente poderá aplicar advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida como medidas alternativas à privação ou à restrição de liberdade. A prestação de serviços à comunidade consiste em oito horas por semana, por até seis meses, de atividades não remuneradas em hospitais, escolas ou projetos governamentais ou comunitários. A liberdade assistida tem duração de no mínimo seis meses, por meio da qual o adolescente é acompanhado por uma pessoa capacitada, que deve orientar tanto ele quanto a família em relação aos estudos, à iniciação profissional e a outras questões pertinentes.

As medidas socioeducativas são para os adolescentes o que as penas representam para os adultos. As medidas de inserção em re-

60. A aplicação de medida socioeducativa não exclui a possibilidade de medidas de proteção. Quando da ameaça ou violação de direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como possibilidades as seguintes medidas: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; e inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

61. Cabe à União coordenar a execução da política nacional de atendimento socioeducativo, destacando-se, entre as suas atribuições, além da elaboração do Plano Nacional de Atendimento

Socioeducativo, estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento das unidades e programas de atendimento e as normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, bem como financiar,

com os demais entes federados, a execução de programas e serviços do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Aos Estados compete a criação e manutenção dos programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade

e internação, de acordo com as diretrizes e normas de referência estabelecidas pela União, além de garantir, entre outros, o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, envolvendo,

preferencialmente em um mesmo local, órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional. Compete aos Municípios

a responsabilidade de criar e manter programas de atendimento para as medidas socioeducativas em meio aberto, para o que deverão concorrer a União e os Estados, prestando

suplementação financeira, além de outras formas de colaboração.

gime de semiliberdade e de internação aplicadas aos adolescentes equivalem às penas de detenção e reclusão para os adultos, aplicadas nos regimes semiaberto e fechado, respectivamente. A medida de prestação de serviços à comunidade, por exemplo, tem até o mesmo nome que a pena destinada a adultos prevista na lei.

É preciso considerar que, entre os motivos para a autoridade judicial determinar a internação do adolescente, também pode estar as fragilidades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) no acompanhamento das medidas de meio aberto, uma responsabilidade do governo municipal. A melhoria do Sistema Socioeducativo depende de um esforço dos três entes federativos, cabendo ao Executivo municipal a importante tarefa de criar e manter programas de atendimento para as medidas socioeducativas em meio aberto, com a suplementação financeira e outras formas de colaboração pela União e pelo Executivo estadual. “Não é possível melhorar o Sistema Socioeducativo sem a adequada previsão do papel de cada ente federativo e as formas de financiamento dos programas”, observa o Conselho Nacional do Ministério Público.⁶¹

As demandas por uma internação digna são tantas, que os conflitos territoriais, antes reproduzidos dentro das unidades, deixaram de existir há pelo menos cinco anos, de acordo com o ex-gerente de um centro de privação de liberdade, que participou de um grupo focal promovido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência enquanto estava no exercício da função. “Faz muito tempo que não tem conflito de território nos centros. É um por todos e todos por um, não tem divisão nenhuma. Eles entenderam que, se eles se unirem, eles são mais fortes. Lá fora pode até ter, mas, dentro, os meninos estão muito unidos”.

E tem. Os conflitos territoriais representam um obstáculo ao cumprimento das medidas em meio aberto, com reflexos sobre as medidas de meio fechado, como alerta um defensor público que participou de outro grupo focal promovido pelo comitê. “A questão territorial é muito grave, principalmente para os adolescentes cumprirem as medidas de meio aberto. A gente pede que esses casos sejam notificados à Defensoria Pública para a gente tentar uma outra maneira para que eles não acabem descumprindo a medida injustificadamente”. Em função do acirramento entre gangues, alguns adolescentes são impedidos de participar das atividades oferecidas pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) localizados no território do grupo rival.

Na tentativa de assegurar o cumprimento da medida socioeducativa, mas principalmente de garantir a vida do adolescente, o defensor público se depara com a banalização da morte e do sentido da vida. “Essa questão é muito delicada porque, às vezes,

o adolescente chega a um estágio de desvalorizar a vida, e passa a não dar valor à vida dele mesmo”. Quando o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Ppcaam) é a alternativa que resta, já que raramente os meninos sob ameaça pedem para serem internados, tem adolescente que expressa a indiferença com a própria existência. “Às vezes, na conversa, quando a gente vai explicar o que é o Ppcaam, a mudança que o programa vai trazer, eles já começam a ficar na dúvida e mudar o discurso. ‘Se morrer, morreu e tal’. Aí também tem a dificuldade de integração da família, que, muitas vezes, quando vê que é radical mesmo o programa, recua”.

A falência do Sistema Socioeducativo revela que o dinheiro público destinado às unidades tem sido mais um custo do que um investimento. O Governo do Ceará gasta em torno de R\$ 4 mil por mês com cada adolescente privado de liberdade.⁶² “Enquanto o governo gasta muito para manter os adolescentes no Sistema Socioeducativo, falta apoio para os atletas”, questiona a mãe de um adolescente assassinado no bairro Bom Jardim em 2015. Ela fez carreira como esportista, ele já havia cumprido medida de liberdade assistida por seis meses e morreu precocemente, aos 18 anos.

62. Enquanto o Ceará dispense cerca de R\$ 4 mil por mês com cada adolescente mantido sob privação de liberdade, segundo a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, São Paulo destina o valor aproximado de R\$ 10 mil mensais por cada interno da Fundação Casa.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.
 - § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
 - § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.
 - § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

SOB O DESPREZO OU O ÓDIO

“A sociedade vira as costas para os adolescentes que cometem atos infracionais”, aponta Sidney Lemos, conselheiro tutelar em Maracanaú. Pior do que a indiferença e o desprezo é o ódio que toma conta de parte da população na defesa do hiperencarceramento, da pena de morte ou da (in)justiça com as próprias mãos. “A sociedade, em geral, quer a rejeição ou a morte para aquele adolescente”.

Tragicamente, basta ser suspeito para receber a condenação. “O pior é saber que meu filho morreu em vão. Eu tenho uma revolta aqui comigo, é que ele poderia ser salvo, mas não chamaram a ambulância, não socorreram. Por dizerem que ele estava roubando, morreu como indigente”, desabafa a mãe de um adolescente morto no bairro Genibaú, consumida por uma dor sem tradução. Ela diz que o filho era “correto”, frequentava com certa assiduidade a Igreja Universal e se relacionava bem com todos os familiares e vizinhos, mas estava junto de um colega do bairro “que fazia tudo de errado”.

O sentimento de vingança conduz a injustiças e faz a sociedade confundir responsabilização com negação de direitos. E quanto mais grave tiver sido o ato infracional atribuído ao adolescente, maior a pressão social para que nenhum direito seja garantido. O mesmo sentimento contamina legisladores e se expressa nas tentativas de redução da idade penal. “Votar em um sujeito que quer reduzir a maioria é um retrocesso. Um adolescente ainda está em desenvolvimento, não teve oportunidade”, argumenta o conselheiro tutelar de Maracanaú.

Suscetíveis ao apelo popular ou por convicções próprias, representantes do povo e agentes do Estado acabam promovendo, diretamente ou não, a violação de direitos. “O jovem perde automaticamente uma série de direitos, quando precisa de mais atenção. Muitas vezes, o Estado, ao invés de garantir direitos, tira ainda mais os direitos das pessoas”, observa a articuladora do Pacto por um Ceará Pacífico, psicóloga Nara Albuquerque Goes.

A negação de direitos se amplia dos centros de internação para o lado de fora. “Tão importante quanto o atendimento multidisciplinar no curso da internação é também de grande relevância o atendimento aos egressos, muitos dos quais permanecem no sistema socioeducativo, em cumprimento de outras medidas, como a semiliberdade ou liberdade assistida, para citar algumas. Nesse particular, a situação é crítica”, resume o Conselho Nacional do Ministério Público.

Segundo dados de 2014, em 82% das unidades no país não há atendimento aos egressos e a suas famílias pela equipe técnica das unidades de internação, em parte explicada pelo deficiente número de equipes multidisciplinares dentro das unidades. Nos programas de semiliberdade, 74,4% das unidades não oferecem ação de

acompanhamento aos egressos. Entre as unidades de internação que oferecem atendimento multidisciplinar aos egressos, 52,1% não atuam no fomento à inserção do egresso na rede regular de ensino. Da mesma forma, apenas uma pequena parcela inclui em seus objetivos a inserção do egresso em cursos profissionalizantes: 36,3% das unidades. No recorte das unidades de internação que acompanham os egressos, verificou-se que 44,5% atua junto aos adolescentes e jovens progredidos para o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto.

“Afora a inclusão dos egressos na rede regular de ensino e em cursos profissionalizantes, são oferecidas atividades diversas em meio aberto. Entretanto, a discrepância dos resultados dos programas de inserção dos egressos entre as unidades no Sudeste e Sul ainda é muito grande em relação às unidades situadas nas demais regiões brasileiras. Para outras atividades indispensáveis à conclusão, em meio aberto, do trabalho socioeducativo desenvolvido com os internos e suas famílias, no Sudeste e Sul, os percentuais são de 50,0% e 46,7%, respectivamente. No Centro-Oeste, Nordeste e Norte, os números caem drasticamente: 20,0%, 6,3% e 9,8%, respectivamente”, compara o Conselho Nacional do Ministério Público.

A falta de oportunidades e as limitações para inclusão dos meninos que passaram pelos centros de medidas socioeducativas são apontadas por um ex-gerente de unidade em Fortaleza. “Não conheço nenhum projeto de reinserção comunitária para meninos egressos do sistema. O Centro de Referência da Assistência Social não oferece nenhum acompanhamento, as organizações não governamentais estão fechando por conta do desafio de captação de recursos e os projetos que se oferecem exigem um perfil que os meninos que saem do sistema não possuem”.

As políticas públicas mantêm os adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo em situação de exclusão, pois dificultam o acesso a programas ou projetos de educação, assistência social ou profissionalização. “Os adolescentes em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas não se encaixam no perfil dos programas, pois muitos não têm documentação ou escolaridade para serem contemplados. Os projetos governamentais deveriam atender a esse público”, observa Nayara Mendonça, assistente social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Quixadá. “Eles não dispõem de políticas públicas efetivas, capazes de ressignificar a vida deles”.

Em contato com as famílias dos meninos que estão sob privação de liberdade em Fortaleza, a assistente social percebe a falta absoluta de qualquer perspectiva. “É um desespero imaginar que os filhos vão sair de lá e voltar para Quixadá”. Além da condenação institucional à falta de oportunidades, a condenação social alarga as possibilidades de segregação. “Há uma

criminalização dos adolescentes por parte da imprensa local. Em pelo menos um site onde são noticiados fatos da região que envolvem também questões policiais, os adolescentes são tratados como bandidos. Se um for morto, o discurso é de que já foi tarde”, aponta Nayara Mendonça.

É um desafio para o Estado, especificamente para o Sistema Socioeducativo, no caso dos adolescentes, oferecer uma institucionalidade de sanção que não crie uma criminalização secundária. Além da aplicação e do cumprimento da pena, que é a criminalização primária, o sancionado passa, em geral, por um processo de etiquetamento, estigmatização e estereotipagem. Assim, quem passou pelas unidades de internação, ao reconquistar a liberdade, poderá não estar de todo livre, em função do aprisionamento simbólico de imagens, rótulos, preconceitos e discriminações.

Mesmo que o adolescente seja um ex-interno e não volte a infringir a lei, é visto, apontado e/ou tratado como bandido, assassino, marginal... A criminalização secundária é danosa ao ponto de fazer com que o indivíduo introjete aquela representação de si e perpetue a imagem reforçada sobre ele, ampliando as possibilidades de marginalização e exclusão social.

PROJETOS DE HOMENS NO DESENHO DE MULHERES

Na simplicidade das falas, uma complexidade de questões por deduzir ou em aberto. Na escassez das palavras, uma abundância de leituras desveladas ou inconclusas. Na voz das mulheres, uma miscelânea de reações e emoções sobre os projetos de homens. Enquanto elas expressam decepção, preocupação, angústia, saudade, amargura e/ou esperança, eles estão aprisionados, como se adultos já fossem, mas são meninos, apesar dos pesares – os depoimentos revelam acerca da violência que envolve os entes queridos como protagonistas.

A gravidade do ato infracional parece incompatível com as trajetórias descritas: meninos que mantinham relações de harmonia e afetos dentro de casa, que estudavam e que trabalhavam desde muito cedo. Mas as histórias de vida também são marcadas por ausências: muitos não tiveram acesso a projeto social, não convivem com o pai ou foram criados pela avó ou pela tia ou passavam o dia junto dos irmãos, porque a mãe precisava trabalhar, em geral como empregadas domésticas – “Em casa de família”, dizem elas, como se a própria não o fosse. As ausências, negligências ou abandonos dos pais implicam sobrecarga de responsabilidades para as mães.

A participação dos adolescentes em episódios de violência foi uma triste surpresa. “Eu fui a última a saber” é uma frase

recorrente, mas também reveladora de uma falta de controle sobre eles. As famílias tinham conhecimento de como e onde os meninos brincavam durante a infância, mas não sabiam com quem andavam, onde se divertiam e o que faziam na adolescência, longe dos olhos. Todas relatam que o tráfico de drogas tem forte influência sobre a violência, mas negam a relação dos meninos com o comércio ou uso de entorpecentes, embora eles mesmos afirmem que fazem uso de substâncias.

Numa sala do Centro Educacional Cardeal Aloisio Lorscheider, mães, tia, irmã e namorada, antes de mais uma visita aos filhos, sobrinho, irmão e namorado, abrem o coração. Ora timidamente, ora de forma escancarada, elas reafirmam o carinho, mas também dão o ultimato: se eles “descerem” para o presídio, não terão mais o apoio da família. Numa confusão de sentimentos, elas reclamam da violência institucional e violação de direitos na instituição, mas também consideram que o sofrimento seja pedagógico. Apesar do ceticismo de algumas na mudança de vida dos entes queridos, ainda resta um fio de esperança.⁶³

OITO FILHOS E UMA SENSAÇÃO DE DESAMPARO

“Ele era o chefe da família. Eu e os irmãos, três de menor, estamos desamparados”. Ele é um jovem de apenas 20 anos, apreendido em 2016 por ter assassinado um homem, dois anos antes, na mesma comunidade onde morava com a mãe e outros sete irmãos. “Ele matou pra se defender. A pessoa tinha uma rixa com ele”, argumenta a mãe, sem esclarecer os motivos da indisposição entre os dois.

Agora apreendido, o adolescente era responsável pela família desde pequeno, quando da separação dos pais. Ele tinha dez anos, mas começou a fazer entregas para um mercantil já aos 12, enquanto a mãe trabalhava como empregada doméstica. “Ele ganhava pouquinho. Pra dar um sustento melhor aos filhos, eu não podia deixar de trabalhar”, explica a mãe, aos 53 anos.

Entre os oito filhos, ele foi o único a se envolver com a violência, embora o comportamento não indicasse qualquer vinculação com práticas ilícitas ou agressões. “É um filho bom, ficava dentro de casa, estudava e sempre me ajudava”, diz a mãe, responsabilizando o que aponta como más influências. “Quando eu fui descobrir, fui a última a saber”.

Antes de ser apreendido, o rapaz estava cursando o segundo ano do Ensino Médio e prestes a assumir um emprego. “Ele inscreveu-se para o Enem e até me pediu o dicionário para estudar aqui. Não sei como vai ser. O menino parou de estudar, parou de trabalhar, está arrependido do que fez, ia para a igreja comigo. Ele quer assumir a família, está preocupado com os irmãos”, lamenta a mãe.

63. O grupo focal com os familiares dos adolescentes privados de liberdade no Centro Educacional Aloisio Lorscheider, no bairro Planalto Ayrton Senna, foi realizado no dia 22 de junho de 2016. Embora o convite tenha sido extensivo a pais de adolescentes, o grupo não contou com a participação de representantes do sexo masculino. Outros dois grupos focais foram realizados com familiares de adolescentes internados nos centros socioeducativos do Canindezinho e Dom Bosco, com 13 e 11 participantes, respectivamente, contando também com pais e irmão dos garotos, embora a maioria tenha sido de mulheres.

COMPANHIA ATÉ NA HORA DE DORMIR

Até os sete anos, o menino ficou com a tia no interior do Ceará, pois a mãe precisava trabalhar na capital, “em casa de família”. Quando ela deixou o emprego, fez um curso de costureira e, com o novo trabalho, conseguiu alugar uma casa e trazer o filho para junto de si. Aos oito anos, ele já começou a trabalhar em uma oficina mecânica. Forçosamente iniciado na vida de adulto, entrou na adolescência ainda com modos e necessidades de criança. “Era tão apegado a mim, que dormia na cama comigo até adolescente”, lembra a mãe, atualmente com 43 anos.

O menino foi criado junto com a irmã e sem a figura paterna. Quando a mãe falava que permitia a ele procurar o pai, caso se interessasse, o adolescente respondia: “Eu lá quero saber de pai”. Para triste surpresa da mãe, o caçula está apreendido por latrocínio. “Toda noite, ele pedia dinheiro pra merendar, por isso eu não desconfiava de nada”, diz, justificando que não tinha dificuldade de convivência com o filho, um menino obediente e que estava estudando. “Era uma ótima pessoa”, define. Para ela, o garoto alegou ter praticado o assalto seguido de morte porque desejava comprar uma motocicleta.

A mãe lamenta que, na privação de liberdade, o adolescente não seja estimulado a tomar um outro sentido na vida. “Se está aqui para se redimir, sai é pior. Aqui, o adolescente encontra mais violência. Ele já apanhou tanto por causa de rebelião... Se é um centro de recuperação, era pra ter escola, trabalho... Aqui não tem projeto de nada”.

Ela não acredita que o filho consiga emprego no retorno ao convívio social. “Se conseguisse, ia mudar alguma coisa. Mas ele vai tomar jeito, de um jeito ou de outro. Se cair outra vez, não vou mais visitar”. Na falta de perspectiva, cogita o retorno ao começo. Ela pretende mandar o filho de volta para o interior, onde ele ficou os sete anos iniciais de vida. Longe da mãe mais uma vez.

DA BANDA AO BANDO

O estudante tocava na banda de música da escola e trabalhava com a mãe no ramo de confecções desde os 13 anos. “Ele sempre foi um menino bom, nunca andou com drogas ou em más companhias”, conta a mãe. Quando ela se separou do marido e passou a ter um outro companheiro, o filho também começou a namorar e, aos 16 anos, decidiu morar com a garota, que estava grávida e havia sido expulsa de casa após desentendimento com a família. “Um mês depois, ele se envolveu com o crime”, situa a mãe do adolescente. “Meu mundo desabou”.

Ele participou do assassinato de um taxista em Aquiraz, onde morava até ser apreendido. Além do adolescente, havia outros três, uma menina e um rapaz que já havia atingido a

maioridade. “Eu acho superjusto ele pagar o que deve. Foi a menina que esfaqueou, mas ele estava envolvido. Tiraram a vida de um pai de família”, reprova a mãe. “Aqui é um bom lugar pra ele mudar”, acredita, sem esconder o medo do envolvimento do filho com as rebeliões. “Mesmo que ele não queira se envolver, os outros empurram”.

Apesar da decepção com o primogênito entre quatro filhos, ela revela que sente muito a ausência dele. “É uma ótima pessoa de convivência. Muito amoroso, estava sempre do meu lado. Eu conversava muito com ele. Eu estou sentindo muita falta, porque era uma pessoa em quem eu confiava”. O afeto entre mãe e filho chegava a despertar ciúmes do pai. “O pai tinha raiva dele, porque ele vivia me abraçando. Já vai fazer dois anos, sem que o pai tenha aparecido aqui”, acrescenta a mãe, admitindo que o ex-companheiro batia no filho sem motivos e contestando a tese de que a ausência paterna influencia o ingresso dos filhos em trajetórias de violência e ilicitudes. “Mais importante é o carinho”.

MÃE MORREU, PAI IGNOROU, AVÓ ABANDONOU, TIA APOIOU...

A mãe morreu logo depois que ele nasceu. Filho único, foi criado pela avó paterna. “O pai, meu irmão, é mesmo que nada”, reconhece a tia, de 35 anos, que saiu do interior para ficar com o adolescente na capital, depois que ele praticou um assalto. “Quando aconteceu, a minha família abandonou ele”. O jovem cumpriu a medida de internação provisória por 45 dias e passou a morar com a tia. “Ele estava trabalhando quando chegou o mandado”. Pai de duas meninas, está novamente privado de liberdade. A companheira rumou com as filhas para o interior. Que o apoio da tia seja suficiente para que o adolescente ressignifique a vida, a própria e a dos outros.

PERDEU O PAI E DEPOIS A CABEÇA

Aos seis anos, ele perdeu o pai. “Mas ele perdeu a cabeça muito tempo depois, quando passou a se envolver com amigos de idade maior”, frisa a mãe, desconsiderando a hipótese de que a ausência paterna tenha contribuído para a falta de prumo do filho, o mais novo – além do adolescente, há um outro rapaz e uma moça, sem vinculação com atos infracionais. “Quando eu descobri que ele estava se misturando com quem fazia errado, dei nele com cabo de vassoura”, reconhece a mãe, acrescentando que o adolescente não ficou revoltado porque já tinha consciência de que não estava correto. A viúva de 54 anos considera justo que o filho seja responsabilizado pela tentativa de homicídio da qual é acusado. “Ele estava com mais três colegas. O maior foi quem atirou, mas quem deve tem de pagar”.

OITO APREENSÕES, TRÊS EM APENAS UM MÊS

Aos 20 anos, a jovem ri ao falar do irmão de 21. Às vezes, parece não ter noção da realidade ou já estar acostumada a ela. “Ele já foi preso oito vezes, três vezes num mês. Pra mudar, só se nascer de novo”. Mesmo descrente e apesar do histórico do irmão, não desistiu dele por completo. “Só não tem jeito pra morte. Quem sabe ele indo para o interior, talvez mude alguma coisa”. A mãe já fez uma tentativa frustrada. “Ele quis voltar pra ficar junto dela, dizendo que ia mudar, mas não adiantou, e começou tudo de novo. Ele fingia que ia dormir, mas quando a mãe pegava no sono, ele fugia. Só Deus sabe pra onde ele ia”.

Desde pequeno, ele e os quatro irmãos ficavam sozinhos em casa porque a mãe trabalhava fora, saía às 5 horas da manhã e só voltava por volta das 22. Aos dez anos, ele conseguiu um “emprego” num depósito de material de construção para ajudar a mãe na criação da família. “Meu pai mora no interior e dá pouca assistência. Meu pai, tanto faz”. O menino parou de estudar no terceiro ano do Ensino Fundamental. “Ele foi expulso do colégio porque era muito danado, quebrava tudo”. Mas tudo piorou mesmo quando um dos irmãos foi assassinado ao ser confundido com outra pessoa. “Ele ficou assim, revoltado, há três anos, depois que mataram nosso irmão, que trabalhava e não tinha envolvimento”.

Entre as tentativas de explicação para a recorrência dos atos infracionais do irmão, ela também diz acreditar que ele seja motivado pelas fortes emoções que o perigo representa, não por necessidade de consumo. “É adrenalina. Ele faz por diversão. O dinheiro, a mamãe dava. Ele dizia que era pra merendar, dizia que ia direto pra lanchonete, não gostava de comer em casa de noite”. Embora muitos familiares associem a trajetória de violência à influência de colegas envolvidos em agressões e práticas ilegais, ela responsabiliza o próprio irmão. “Não vamos colocar a culpa nas amizades porque ele já sabe o que é o certo e o que é o errado”. A irmã condena as atitudes do rapaz, mas também o tratamento que ele e outros jovens recebem no centro de internação. “Ele está revoltado porque a audiência já foi adiada três vezes. Ele participou de rebelião e fez greve de fome para ter direito ao banho de sol”.

A namorada sabia que o rapaz praticava roubos, mas não adiantavam as tentativas de desvencilhamento. “Ele deixava ela dormindo e saía escondido”, diz a irmã. “Ele comprava roupa, merenda... Às vezes vinha muito, às vezes vinha pouco”, acrescenta a namorada acerca do dinheiro roubado. Apesar do envolvimento do rapaz com os atos infracionais, inclusive a acusação de homicídio, ela deseja constituir família com ele. “Eu quero ter um filho, mas vai depender dele. Eu quero que ele mude de vida”.

ERA UMA VEZ UM MODELO PARA O BRASIL?

Com o quadro de crise generalizada no Sistema Socioeducativo do Ceará, nem parece que o Estado já foi referência positiva na internação de adolescentes envolvidos com atos infracionais. “O Ceará era um exemplo de modelo socioeducativo para o Brasil. Nós éramos o único estado a ter cinco unidades por separação de faixa etária e de gravidade do ato infracional, inclusive. Porto Alegre, que era modelo também, mas um modelo teórico, se mostrou na prática um fiasco. Quem conhecia as unidades de Porto Alegre achava aqui um encanto, um céu. Nós recebíamos juízes da infância e pesquisadores do Brasil inteiro para conhecer nossas unidades”, observa um juiz da Infância e Juventude que participou de um grupo focal do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

As atividades realizadas nas unidades de internação faziam jus ao nome que receberam quando foram inauguradas: centros educacionais. “Nós tínhamos pequenas fábricas dentro das unidades de internação, onde os adolescentes mais perigosos trabalhavam com material perigoso também, como uma forma de dar confiança a eles e fazer eles saírem com emprego. Tinha uma motocicleta desmontada para eles aprenderem a montar e já irem se especializando, fazendo cursos profissionalizantes, realmente”, exemplifica o magistrado.

Um fator importante para viabilizar ou não as atividades é o número de internos. “Em uma unidade construída para 60 ou 70 adolescentes, tinha 45 ou 50. Mas, pouco tempo depois, essa mesma unidade estava comportando 319. Como dar vazão, como profissionalizar, como dar sala de aula? Aí vem aquela criatividade cearense que, em vez de ajudar, mais prejudica. Cada um fica dez minutos na sala de aula para poder se dizer, então, que, apesar da superlotação, todos passam pela sala de aula. Mas o período, que era para ser integral, passa a ser de dez minutos. Os computadores param de funcionar e fica por isso mesmo. A violência aumenta nas unidades e as empresas se retiram. Lamentavelmente, eu só vi a coisa andar para trás”, compara o juiz.

Durante o grupo focal com representantes do sistema de Justiça, ele lamentou a dificuldade que passou a ter para contar com o suporte profissional especializado em casos que demandam uma atenção mais acurada. “Uma audiência mais complicada, que envolvia ou merecia uma maior sensibilidade, se chamava um psicólogo ou assistente social e, na hora, eles iam ali auxiliar nesse trabalho de ouvir o jovem, de ouvir a vítima. Hoje, para conseguir um psicólogo, um assistente social para fazer um relatório, é uma dificuldade imensa e, quando se consegue, é nítido o control c, control v”, compara o magistrado,

referindo-se ao procedimento automatizado de adaptação dos relatórios, a partir da cópia de modelos preexistentes.

A ineficiência ou insuficiência do auxílio de outros profissionais são constatadas também por outros operadores do sistema de Justiça. “Os centros educacionais deveriam ter psicólogos e assistentes sociais a contento para que dessem condições de atender cada adolescente. É uma raridade eu receber um relatório antes da sentença, a não ser que o adolescente tenha cometido algo lá dentro do centro ou passado por um problema de saúde. Se ele fica em um centro educacional, ele deveria ser acompanhado por um psicólogo. O mínimo que um juiz poderia ter era um relatório de um psicólogo antes de julgar o adolescente. Relatórios de casa, nós temos porque ouvimos pai e mãe”, acrescenta a juíza da Infância e Juventude de um município da região metropolitana de Fortaleza, que também participou do grupo focal do comitê.

Para os adolescentes com dependência química, o tratamento de drogadição deveria começar enquanto eles estivessem no centro de medidas socioeducativas, na avaliação da magistrada. “Eu insisto nisso porque o adolescente fica às vezes seis meses lá e, quando sai, não aceita passar pelo tratamento. Quando ele chega para cumprir a medida, até que ele aceita.

- Você usa drogas?
- Sim.
- Aceita o tratamento?
- Aceito.

– A promessa que eu lhe dou é que, terminada a sua medida socioeducativa, vou lhe encaminhar para um tratamento de drogadição”.

Como o tratamento da dependência química não tem início dentro da unidade de internação e o adolescente não é encaminhado diretamente para um Centro de Atenção Psicossocial logo que sai da privação de liberdade, a possibilidade de continuar fazendo uso abusivo de substâncias psicoativas só aumenta. “Quando ele sai, vai para casa e começa a convivência com toda aquela vida que ele tinha anteriormente. Se ele fosse tratado enquanto está no centro educacional, sairia com um rumo para continuar o tratamento no município, junto com a família. No centro, deveria pelo menos fomentar que aquele tratamento vai servir para o futuro dele e da família”, observa a juíza.

O representante da Defensoria Pública no grupo focal do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência reforça o sentimento de frustração diante dos obstáculos para garantir o atendimento na área de saúde mental aos internos do Sistema Socioeducativo. “Nós brigamos muito

para conseguir psiquiatra para anteder esses adolescentes. Às vezes, temos de pedir favor à secretaria para mandar um psiquiatra fazer uma consulta. No universo gigantesco de dependentes químicos, só às vezes que a mãe consegue nos passar, e nós vamos brigar por isso. É essencial esse tratamento dentro do centro”, destaca o defensor público.

A falência do Sistema Socioeducativo não tem sido maior em função de iniciativas pontuais, isoladas, pelo esforço pessoal dos gestores e profissionais de algumas unidades, como percebeu o juiz da Infância e Juventude convidado para participar do grupo focal. “Eu conheci todo o sistema de privação de liberdade brasileiro, do Oiapoque ao Chuí. Sem exagero, foram quase três anos visitando todas as unidades do Brasil. Em um país continental como o nosso, eu posso dizer que o empenho pessoal de alguns e a criatividade é que faziam a diferença, não as políticas públicas em si, não a metodologia, não o plano pedagógico dessas unidades”, aponta.

Há mais de 20 anos à frente de uma Vara da Infância e Juventude no Ceará, o juiz teve a oportunidade de conhecer pelo Brasil afora as experiências em medidas socioeducativas e identificar o que tem sido fundamental para fazer as unidades de internação funcionarem bem. Na avaliação do magistrado, a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa), modelo que sucedeu a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), em São Paulo, é um exemplo positivo de gestão do sistema de privação de liberdade para adolescentes. “São Paulo tem um modelo padrão de unidade de internação. Eu posso assegurar que funciona. Se não dá certo com alguns adolescentes, eu diria até que é pela índole, por algo que eu prefiro não rotular. Se eles saem e reincidem, nem sempre nós vamos poder dizer que a culpa é do sistema”.

Em artigo publicado no início de 2015 por 11 promotores de Justiça do Estado de São Paulo, a avaliação é bem diferente. Os representantes do Ministério Público expõem muito mais aspectos negativos do que positivos: elevados índices de reincidência, superlotação de unidades, frequentes rebeliões, notícias regulares de torturas e insalubridade das condições de moradia, dentre outras inúmeras deficiências do processo socioeducativo. “Inquestionavelmente, as políticas públicas relacionadas aos adolescentes infratores não apresentaram, ao menos no Estado de São Paulo, resultados minimamente satisfatórios. Exemplo típico que confirma esta constatação é a Fundação Casa, responsável pela execução das medidas de internação e semiliberdade”. O que dizer do Ceará, então?



Violação à lei: Presídio Militar desativado em Aquiraz serviu de Unidade de Transição para adolescentes entre 2015 e 2016

QUE SE RESPEITE A MEMÓRIA DE DOM ALOISIO

Sexta-feira, 6 de maio de 2016. “Às nove da manhã, sigo em direção ao Cecal. Adentrando o bairro José Walter, após percorrer uma lagoa, decido perguntar a um grupo de homens como eu fazia para chegar. Eles pensam um pouco e, após uma pausa, dizem: ‘Ahhh... Ele quer chegar na Febem. É só seguir em frente e dobrar à esquerda, daqui a três quarteirões.’ Em determinado ponto, é possível avistar uma muralha muito alta de cor cinzenta, com pichações e guaritas no alto de cada uma das esquinas. Nas laterais, sigo em uma rua muito esburacada e pouco movimentada. A entrada fica de frente para uma periferia que se alastra em meio ao chão de terras batidas, sem saneamento e com pequenas casas que representam as precariedades das condições dos moradores.

Avistei um imenso portão que possui um porteiro para controlar a entrada que dá acesso a um grande estacionamento. Avistavam-se alguns policiais do Batalhão de Choque, próximo à estátua de Dom Aloisio Lorscheider. Para entrar, uma restrição de identificação e duas grades para passar a primeira barreira. A impressão que tive foi a de que estava adentrando um presídio. A estrutura física do lugar não nega que aquele aparato de muralha, corredores e grades foi arquitetado aos moldes de um presídio de forte segurança”.

O pesquisador do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, João Pedro de Santiago, estava no Centro Educacional Cardeal Aloisio Lorscheider⁶⁴, inaugurado uma década atrás, no dia 16 de dezembro de 2006, um ano antes da morte do religioso que dá nome à instituição. Um dos mais influentes líderes da Igreja Católica no Brasil, cardeal desde 1976, Dom Aloisio lutou pela redemocratização do país e pelo fim da tortura durante o regime militar de 1964 a 1985. Um defensor dos direitos humanos, como reagiria se estivesse vivo e soubesse que no local batizado com o seu nome e onde tem o seu busto esculpido se praticam atrocidades que ele tanto combateu?

Então arcebispo de Fortaleza, o religioso foi feito refém por detentos do então Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) no dia 15 de março de 1994, ao inspecionar as condições de funcionamento do local. Ele integrava uma comissão que, já naquela época, destinava-se a apurar denúncias de superlotação, maus tratos e outras violações no sistema penitenciário do Ceará. Libertado após 18 horas de negociação, Dom Aloisio não hesitou de voltar ao presídio 15 dias depois para realizar a cerimônia de lava-pés com os presos.

Quando a assistente social Claudia Costa voltou ao Centro Educacional Cardeal Aloisio Lorscheider em 2016, dez anos depois que deixou o trabalho na instituição, não reco-

64. O que era anunciado até 2013 ficou no passado? “Informática, marcenaria, eletrônica, capoeira, música instrumental, aerografia, rap, DJ e rádio. Essas atividades funcionam em sistema de oficina de iniciação profissional, com rodízio trimestral para proporcionar o maior número de experiências possíveis para os socioeducandos podendo, inclusive, gerar renda para os adolescentes com a comercialização dos produtos produzidos e vendidos em feiras e exposições”, apontou Lorena Suely Felix de Oliveira Maia, no trabalho de conclusão do curso de Serviço Social na Faculdade Cearense, com adolescentes e jovens do Centro Educacional Cardeal Aloisio Lorscheider. Na época, ela computou 58 adolescentes em situação de aprendizes em duas unidades fabris no ramo de confecções de peças íntimas e roupas infantis.

nheceu o local. “Eu fiquei chocada. Dez anos antes, era livre acesso pelas alas. Dez anos depois, é só grade, muro e um arsenal de guerra”, compara ela, que retornou à unidade como pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Sexta-feira, 6 de maio de 2016. “Organizamos nosso material para partir. Ao sair, notei que a dinâmica do ambiente havia mudado completamente, com a diminuição do fluxo de funcionários. Naquela sexta, no início da noite, os funcionários já haviam saído, permanecendo apenas os socioeducadores. Os corredores, um pouco escuros e silenciosos, pareciam dizer: ‘Classe média terminou seu trabalho, tirando proveito da violência dos ‘marginais’; agora vai embora em seus carros novos para passear e se divertir junto à família e voltar na segunda-feira, enquanto todos continuam devidamente guardados’. Até mesmo o Batalhão de Choque havia se evadido do local, talvez por não precisar mais fazer a segurança dos funcionários”.

Que se respeite a memória de Dom Aloisio.

DAVI PINHEIRO



ATÉ QUANDO? A ESPERANÇA NÃO É PARA AMANHÃ, A ESPERANÇA É JÁ

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. Está na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948. Por causa da violência, quase sete décadas depois, 28 adolescentes, em média, perdem o direito à vida por dia no Brasil.

Entre os milhares de meninos e meninas mortos por ano, muitos são cearenses. Fortaleza ocupa um vergonhoso primeiro lugar na lista de homicídios contra adolescentes. Os elevados índices expõem uma contradição enorme e, ao mesmo tempo, um fracasso assustador. O Ceará, conhecido como terra de um povo hospitaleiro, que recebe muito bem os visitantes, não consegue tratar com a mesma cordialidade os seus pequenos moradores, cidadãos privados do direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário.

“As crianças brasileiras, quando anunciadas no exterior, ganham, mortas, o valor que não têm em vida. Entram na história pela porta da notícia, pena que já sem vida. No Brasil não valem nada, no exterior viram pessoas. O que está acontecendo conosco? Perdemos que tipo de sentido? Da dignidade? Da ética? Do valor da vida e da morte? Confesso que tenho medo de viver num tempo e num país como esse, enquanto estivermos paralisados ante crimes que constituem hoje um terrível desafio para todos nós. Chegamos a um ponto perigoso demais, onde o assassinato de crianças coexiste com a cumplicidade de nossas consciências. E dessa culpa, sinto muito por mim e por todos nós, ninguém escapa”.

O depoimento emocionado e emocionante poderia ter sido escrito há alguns dias para entrar neste relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, mas ele foi redigido em 1991, pelo sociólogo Herbert de Souza⁶⁵, para um outro documento, tratando da mesma questão, resultado de um levantamento de casos de morte violentas de crianças e adolescentes em 1989 em cidades brasileiras. Fortaleza nem é citada. Naquela época, o Ceará tinha outra grande chaga, a mortalidade infantil que impedia milhares de crianças de chegar à adolescência. Mais de duas décadas depois, o drama da desnutrição foi superado.

65. Citação ao pensamento do sociólogo Herbert de Souza (1935-1997) no livro *Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*, que traz o levantamento feito pelo Instituto de Análises Sociais e Econômicas, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. “Os dados aqui apresentados são reveladores de uma situação inaceitável: o assassinato de centenas de crianças e adolescentes nas grandes cidades brasileiras, em circunstâncias que levam a crer no caráter deliberado de extermínio puro e simples dessas pessoas. Esperamos, com esta denúncia e com as propostas aqui apresentadas no sentido de coibir estas práticas, contribuir para que haja mais justiça em nosso país, justiça indispensável para a manutenção de uma ordem democrática”.

Agora, o desafio é garantir que os adolescentes e jovens cheguem à idade adulta e completem o ciclo da vida de forma natural, como deve ser.

“Nós aprendemos com uma agente de saúde que era muito duro ela ter salvo as crianças da mortalidade infantil e ter perdido os meninos já adolescentes para a violência”, observa o educador Rui Aguiar, coordenador técnico do comitê e coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância para o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Foi o que também se ouviu de uma agente comunitária de saúde em uma das atividades do comitê. “Eu acompanho a mãezinha desde a gravidez e, quando eu vejo essa criança, esse adolescente crescendo, às vezes ele não chega nem aos 15 anos, ele já é morto”, lamenta a profissional de saúde.

Com a experiência de 22 anos em trabalho de campo na periferia de Fortaleza, a agente de saúde constata o sentimento e a realidade de privações que tomam conta dos adolescentes. “Eles se sentem excluídos da sociedade. É a realidade que eu vejo”. Uma exclusão que atravessa o tempo e o espaço, renegando aos mais pobres uma vida em plenitude, reservando a eles, ainda na flor da idade, um caminho que leva a desfechos trágicos. “A verdade, a triste e efetiva verdade é que as crianças assassinadas no Brasil são a própria definição do nada. Não valem nada, não têm ninguém se não a si mesmas”, resumiu o sociólogo Betinho há 25 anos, como poderia resumir ainda hoje se estivesse vivo.

Não por menos, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência conclui um ano de trabalho com a mesma pergunta provocadora que lançou logo no início das atividades: Quem se importa? É um questionamento que precisa ser feito permanentemente. Uma semana antes do lançamento deste relatório, o Brasil, o Ceará e Fortaleza voltaram a ganhar destaque no noticiário internacional, mais uma vez pela violência assombrosa e o desrespeito à vida. A capital cearense é apontada como a cidade brasileira com o maior número de linchamentos.⁶⁶

Vinte e cinco anos antes, Betinho dizia que precisou a Anistia Internacional denunciar o Brasil pelo extermínio de crianças para que o governo se manifestasse sobre o problema. “Mas bastou que o anúncio fosse feito no primeiro mundo pela Anistia Internacional para que uma tempestade de consciência irrompesse no Brasil. O presidente Collor se declarou indignado. O ministro da Justiça disse que tudo seria apurado com rigor”. 25 anos depois, o silêncio? O relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência também denuncia que a (in)justiça com as próprias mãos não poupa nem os meninos.

66. Citação ao jornal britânico *The Guardian*, que na edição de 6 dezembro de 2016 apontou Fortaleza como a cidade com mais linchamentos no Brasil. A capital aparece com 14 registros dessa forma de crime entre 173 de todo o país, uma média de uma morte a cada dois dias em 2016.

Quando se perde o valor da vida e da morte, a humanidade se desumaniza, atualiza a barbárie e transgride o Estado Democrático de Direito fatalmente, no sentido literal do termo. “E tem esses outros crimes que são, como nós tivemos um agora em frente a minha casa, os casos em que se envolve todo mundo. Porque o cara roubou as mulheres, roubou o celular, fez pequenos furtos, junta todo mundo para dar a sua pedrada, a sua porrada. E aparece onde? No Cidade, 190... O sensacionalismo todo”, denuncia um conselheiro tutelar também participante das atividades realizadas pelo comitê, apontando mais um dos aspectos da cultura do medo e da violência: o tratamento desregrado da criminalidade nos programas policiais de rádio e televisão, que em nada contribui para o debate acerca da segurança pública e em muito favorece a sensação de insegurança, a incitação ao ódio e a criminalização da pobreza.

“O ser humano vê a sua comunidade por duas formas, pela arquitetura e pelo noticiário. Pela arquitetura urbana, é uma forma de você ler aquela comunidade que está a sua frente, se é mais vertical, se é mais horizontal, se as praças estão mais arborizadas. Pelo noticiário, você também pode tirar algumas conclusões sobre a cidade que você visita ou onde você mora, onde você vive. Hoje, nós percebemos que muito da cultura do medo vem por conta do sensacionalismo midiático”, analisa a promotora de Justiça Flávia Soares, especialista em Ciências Criminais e membro do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos.

É no universo midiático que a realidade vai sendo não apenas reproduzida, mas também reconstruída, desconstruída ou destruída, com bases em interesses comerciais que se sobrepõem ao interesse público. “O noticiário é importante para que a gente possa ter uma cultura de paz e de empoderamento dos bairros, principalmente dos bairros mais pobres e mais vitimizados de Fortaleza, porque são esses que estão estigmatizados nos programas policiais, onde nunca há um debate sociológico sobre a violência, mas sim a exposição pura e simples da violência”, repudia a promotora.

A exposição pura e simples da violência tem a complacência, quando não o estímulo e a participação dos próprios agentes públicos, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, seja na ausência de fiscalização da operação de concessões públicas, seja na desresponsabilização das emissoras pela sucessão de violações de direitos assegurados em farta legislação, seja na utilização de uma emissora de rádio ou canal de televisão por repórteres e apresentadores para fins eleitoreiros, seja no financiamento desse modelo de comunicação por meio de publicidade governamental, seja na permissividade e colaboração dos policiais para a exploração do sofrimento dos familiares das vítimas de violência e a exposição e condenação prévia dos acusados pelos comunicadores.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência se preocupou em fazer o debate sobre a cultura do medo e da violência, chamando a atenção não apenas do poder público, mas também da sociedade, para a responsabilidade que cabe a todos no esforço para a garantia da vida. A pesquisa realizada com familiares de adolescentes assassinados e com meninos aos quais se atribui autoria de homicídio veio corroborar outros estudos e também trazer elementos novos que facilitem a tomada de decisões para prevenção dos crimes de morte, apoio às famílias e novas perspectivas que impeçam ou interrompam trajetórias de ilicitudes e agressões.

O aprofundamento das questões para aperfeiçoar o conjunto de recomendações também foi obtido a partir dos seminários com especialistas de renome estadual, nacional ou internacional, das audiências públicas em diversas comunidades da capital e do interior e dos grupos focais com familiares dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança e justiça. Ao fim de todo esse percurso, a constatação inequívoca sobre a timidez governamental no enfrentamento aos homicídios.

O perfil da violência já está há bastante tempo suficientemente desenhado para que medidas efetivas sejam adotadas. Os mortos são, em sua maioria, adolescentes e jovens, negros, pobres, moradores da periferia, que têm baixa escolaridade e foram atingidos por arma de fogo, portanto, eles têm faixa etária, cor, classe social, endereço e pouco nível de instrução.

“Nós sabemos que existem locais em Fortaleza que são comumente identificados com a comercialização de armas de fogo, uma prática que é ilegal”, observa a promotora Flávia Soares. “Nós temos o instituto da Audiência de Custódia⁶⁷, que foi trazido pelo Conselho Nacional de Justiça, em agosto de 2015, em que todas as prisões em flagrante, de todos os crimes que acontecem no Ceará, exceto os que são enquadrados pela Lei Maria da Penha, passam por um juiz, todo flagrante passa por um juiz antes do processo começar. E essa estatística nós temos. Nós podemos observar exatamente todos os dias quais os bairros onde os flagrantes mais ocorrem, os dias em que esses crimes ocorrem, os horários em que esses crimes ocorrem. E o que fazemos com isso? Nada”, resume a promotora, que também é coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Ministério Público do Ceará, a promotora Flávia Soares.

Os questionamentos ao sistema de segurança pública e justiça são extensivos a outras áreas do poder público. Uma das fontes de informação mais importantes analisadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência é um trabalho de descrição completa e detalhada dos

67. O projeto Audiência de Custódia consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. A ideia é que o acusado seja apresentado e entrevistado pelo juiz, em uma audiência em que serão ouvidas também as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso. Durante a audiência, o juiz analisará a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares, e poderá avaliar também eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades.

assentamentos precários já concluído pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), cujo cruzamento com os dados da Secretaria Municipal de Saúde permite identificar os locais da cidade que concentram homicídios, os mesmos onde também há uma prevalência maior de outras doenças de determinação social, como sífilis congênita, leishmaniose visceral, mortalidade infantil, tuberculose e hanseníase. É a comprovação de que a morte chega mais cedo para as comunidades vulnerabilizadas socialmente.

Os homicídios não se distribuem de maneira homogênea nas cidades. Em Fortaleza, 44% dos assassinatos de adolescentes em 2015 aconteceram em apenas 17 dos 119 bairros. Quase um terço das mortes foi entre moradores de 52 comunidades, onde vive 13% da população da capital em uma área equivalente a 4% de toda a cidade. A maioria dos adolescentes morreu no próprio bairro, que apresenta infraestrutura e serviços precários, tornando a segregação urbana um fator que contribui para a vulnerabilidade à violência letal intencional.

A desigualdade social, agravada pela concentração de renda, é apontada também por vários estudos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), que localizam as regiões com as melhores e piores condições de vida. Os governos têm em mãos, portanto, o diagnóstico dos problemas realizado por órgãos fundamentais para uma gestão pública eficiente, as pastas de planejamento. Mas não adianta planejar bem sem que a execução corresponda a essa etapa anterior da administração. “Nós temos que superar essa página no Brasil da política feita na base do achismo, ela deve ser feita na base da racionalidade”, observa Daniel Cerqueira, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que identificou como uma realidade nacional a concentração de homicídios em determinadas áreas, o que facilitaria a tomada de decisões para enfrentar a violência.

Metade dos homicídios no Brasil acontece em apenas 81 de um total de 5.570 municípios. Entre os 81 estão Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Juazeiro do Norte e Sobral. “As mortes estão concentradas espacialmente. Quando a gente olha o Brasil, um país de dimensões continentais, que responde por mais de 10% dos homicídios do mundo, parece uma tarefa inglória, impossível, fazer políticas para diminuir a violência. Mas quando a gente olha o grupo onde esses casos acontecem, a gente vê que são muito concentrados. Se a gente olhar dentro desses municípios, a gente vê que não existem municípios violentos. Eu cheguei à conclusão de que existem municípios com bairros muito violentos. Então, quando você vai olhar a distribuição espacial desses municípios, grande parte está concentrada em uma meia dúzia de bairros”, explica o pesquisador do Ipea.

Ao tomar como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, ele cita que em 50% dos bairros praticamente não tem homicídios, que se concentram em 10% deles, onde é registrada a metade dos assassinatos do município todo. “Se a gente levar essa estimativa aos 81 municípios, significa dizer que um quarto dos homicídios no Brasil está concentrado em 470 bairros”, aponta Daniel Cerqueira, que desde 1999 estuda economia do crime e políticas de segurança pública e continua intrigado como os homicídios só vêm crescendo, mesmo com todas as informações disponíveis para ações estratégicas e eficazes.

“Hoje, nós temos 51 milhões de jovens. Como a taxa de fecundidade caiu muito no Brasil nas últimas décadas, em 2023 começa a cair substancialmente o número de jovens, de modo que a população vai envelhecer. Em 2050, a população do Brasil vai diminuir de tamanho. E o que é que nós fazemos com essa geração de jovens? Nós, simplesmente, estamos matando de forma descomunal. É realmente estarrecedor quando a gente percebe que mais de 10% dos homicídios no mundo acontecem no Brasil”, adverte o economista, sem desconsiderar a péssima posição do Ceará dentro desse cálculo. “Desde 1980, a taxa de homicídios aumentou 154% no Brasil. Até meados da década de 2000, o Ceará e o Brasil andavam mais ou menos juntos, mas de repente houve uma escalada dos homicídios no Ceará. Se a gente pegar só o que aconteceu a partir de 2000, o crescimento da taxa de homicídios no Ceará foi de 215%, algo fundamentalmente avassalador”.

Mais grave é que o desrespeito à vida tem atingido pessoas cada vez mais jovens. O pico dos homicídios em 1980 no Brasil era aos 25 anos de idade, mas hoje é aos 21 anos. Mais jovens, negros e pobres. “Os negros são mais vitimizados, proporcionalmente, não apenas porque são os mais pobres, mas porque descendem do cociente de racismo no Brasil, um racismo que se dá de forma direta, via mercado de trabalho, que os coloca em uma situação mais desfavorável economicamente, portanto mais suscetíveis a sofrer homicídios, e o racismo da desumanização do sujeito negro, que passa a ser um cidadão perigoso. Um ditado muito conhecido das polícias pelo Brasil é de que ‘negro parado é suspeito, negro correndo é bandido’. Então, quando há esse estereótipo em relação a um sujeito, obviamente a chance de vitimização dele aumenta”, esclarece Daniel Cerqueira. E no Ceará, essa é uma questão que também se sobressai comparativamente ao restante do Brasil. “Para cada não negro morto, 2,4 negros são mortos. No Ceará, ainda é pior: um não negro morre e quase quatro negros são assassinados, já se levando em conta a proporção”, compara.

O que o pesquisador do Ipea aponta dialoga com as reflexões de uma das pesquisadoras do Comitê Cearense pela Pre-

venção de Homicídios na Adolescência, ao constatar a quantidade de meninos negros assassinados e a dificuldade das famílias em reconhecerem a negritude. “No universo de muitas famílias negras, encontrei apenas um caso em que o adolescente foi declarado como negro. As outras se referiam aos filhos como moreninho, cor de chocolate, pardo. Crescemos numa cultura que historicamente colocou que o Ceará é um estado que não tem negro. Não é papo de pesquisador dizer que aqui a população jovem e negra da periferia está sendo dizimada”, analisa a assistente social Claudia Costa, também pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades, Gênero e Família da Universidade Estadual do Ceará.

Além da faixa etária, da cor de pele, do nível social e educacional, outros elementos já conhecidos permitiriam intervenções direcionadas para o público mais atingido pelos homicídios. “É jovem, negro, pobre, com baixa escolaridade e morto por arma de fogo. A gente sabe que é por arma de fogo, a gente sabe que morre mais no verão do que no inverno. A gente sabe que morre mais no fim de semana do que no dia de semana. A gente sabe que essas pessoas morrem mais no período de 6 da noite às 3 da manhã. Então, se a gente sabe quem morre, como morre, onde morre, que horas morre, por que a gente não faz nada?”, pergunta Daniel Cerqueira. A pergunta que não quer calar.

As respostas apresentadas pelo próprio pesquisador do Ipea, a partir do estudo de experiências exitosas desenvolvidas em territórios nacionais e estrangeiros, não deixa de contemplar, necessariamente, as ações preventivas focadas, sobretudo, nos adolescentes e jovens e nos territórios mais vulneráveis. Mas, antes, é preciso vontade política do gestor municipal, com apoio do gestor estadual, para o desenvolvimento das políticas de enfrentamento à violência. “Em primeiro lugar, é preciso ter o dedo fundamental do político principal, o comprometimento do governador e do prefeito. Esqueça o comprometimento do governador no campo da segurança pública estadual. Nada vai acontecer. A Polícia Civil vai brigar com a Polícia Militar. Só não vai haver briga no momento de dizer que está tudo certo e que nada precisa mudar. Fora isso, não há concordância”.

Dada a largada pelo mandatário maior para a tomada de decisões, é necessário investir em planejamento. “Se vamos fazer política, vamos ter diagnósticos precisos, entender o que está acontecendo, quais são as dinâmicas, os fatores sociais relacionados e como o Estado pode atuar”, recomenda Daniel Cerqueira. A atualização de diagnósticos a partir de um sistema de monitoramento e avaliação permanentes é indispensável para a continuidade ou redirecionamento das ações e estratégias. “É básico. Nos lugares onde foi feito isso, deu resultado”.

FÓRUM DCA

Encarceramento de adolescentes não tem garantido a dignidade da privação de liberdade nem evitado a reincidência da prática infracional no retorno ao convívio social





Outra iniciativa importante apontada pelo técnico do Ipea é a difusão de técnicas e construção de espaços para mediação de conflitos, a exemplo da Justiça Restaurativa, que pode ser adotada em lugares fora dos ambientes convencionais do Poder Judiciário. “Se boa parte da população não tem acesso aos mecanismos de justiça formais, é preciso que haja outros mecanismos de mediação de conflitos, se não vai na base da porrada ou, eventualmente, se alguém tem uma arma de fogo, o outro vai ser morto”.

E se o agressor for o próprio agente do Estado? O alto índice de homicídios no Brasil cuja autoria é atribuída a policiais exige que entre as ações para o enfrentamento da violência esteja a formação qualificada e continuada dos profissionais de segurança pública, não voltada exclusivamente à repressão de crimes, mas dirigida a atuação preventiva. Na visão do economista do Ipea, o agente policial deveria passar a ser um elemento articulador dentro da comunidade na intersectorialidade das políticas públicas locais, contribuindo na solução de problemas que não são apenas de polícia, mas transversais à questão da segurança. “Um modelo de polícia trabalhando junto às comunidades vai utilizar melhor a inteligência do que a truculência. É a polícia que vai ser o braço do Estado mais perto das comunidades e, estando mais próxima, vai entender determinadas necessidades que transcendem a questão setorial das polícias, necessidades que podem ter na escola, na assistência social, na saúde”.

A violência letal é uma questão complexa que dispensa respostas simples. “Não se vai acabar com a violência, pois tem uma cultura já consolidada, uma socialização em torno do recurso da violência, que vai levar um outro tempo para romper. Mas se pode, sim, diminuir bastante os efeitos dessa violência, principalmente os efeitos letais, se você tiver a capacidade de intervenção adequada, orientada por pesquisas, por diagnósticos de efeito e com uma polícia bem preparada, treinada e capaz de controlar a si mesma no uso também da violência”, analisa o sociólogo Michel Misse, pesquisador na área da violência, com diversos estudos publicados sobre o tema.

Os homicídios, em geral, estão conectados com outros fatores e dinâmicas de violência, como o tráfico de drogas ilícitas, o comércio ilegal de armas, os conflitos entre gangues e a própria violência institucional promovida pelos policiais. “Diferentes eventos de violência estão interligados. É por isso que, quando nós falamos e usamos taxas de homicídios para avaliar o aumento ou a diminuição da violência, nós estamos considerando o homicídio porque geralmente ele se acompanha com outras formas de violência. Tanto é verdade que, em muitos casos, quando os casos de homicídios caem, caem também as taxas de outros crimes violentos. Essa associação, claro, nem é sempre verdade, mas em muitos casos ela é explicável. As mesmas pessoas que estão conectadas a mercados ilegais, por exemplo, ou a gangues de ruas, ou a outras formas de

atividade criminal, estão também envolvidas em soluções violentas de conflitos. E o homicídio é a forma mais radical, mais extremada, de resolução de conflitos”, esclarece Michel Misse.

O sociólogo explica que não se devem desconsiderar essas e outras associações com os assassinatos, como a violência doméstica e os crimes contra o patrimônio. “Levou-se muito tempo para chegar ao estágio em que se chegou. Então vai levar algum tempo e, naturalmente, será tão maior esse tempo para resolver quanto menor for a nossa capacidade de entender o que está acontecendo e saber intervir”. Pois isso, não há mais tempo nem vidas a perder. “Se você tem, por exemplo, uma escola que não consegue cumprir minimamente com a sua função institucional, e isso certamente se conecta também a formas de violência dentro da escola; se você tem uma instituição familiar que sofre pesadamente com a desigualdade social, com a discriminação racial e outras formas de discriminação, com o machismo, com a violência doméstica, com a desagregação dos laços, com o conjunto mais abrangente do parentesco, certamente essa família perde grande parte da sua capacidade de socialização da criança. Então, as coisas estão todas ligadas”.

A complexidade do fenômeno exige ações em diferentes frentes, com o planejamento necessário e a respectiva capacidade de execução. O compromisso com a vida prescinde de políticas de faz-de-conta. “A gente vê muitas experiências bem-intencionadas, mas malsucedidas. ‘Vamos fazer prevenção’. Aí faz uma quadra, joga uma bola para a molecada e pronto. Pode ajudar em algumas coisas, mas política de prevenção com o perfil dos jovens demanda uma organização de uma complexidade que o tema exige”, atenta Bruno Langeani, coordenador da área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, organização com sede em São Paulo que desenvolve ações de prevenção e redução da violência, com foco principal para o controle de armas.

E quando os eventuais limites orçamentários se tornam argumento para justificar a inexistência, insuficiência ou deficiência das ações, a pressão da sociedade é fundamental para fazer o poder público aplicar não apenas para o que é viável, mas para o que de fato seja necessário. “É caro fazer esse tipo de política. De verdade, é caro e a gente precisa aceitar que é caro, mas também brigar por recursos, se esses recursos existem. Por que a gente aceita pagar até R\$ 2.000 na internação de um adolescente em um lugar que é caro, que a gente sabe que não funciona, mas, quando é para fazer um programa de prevenção qualificado e gastar R\$ 200 por jovem, não pode? Então, o dinheiro existe e a gente precisa fazer esse investimento nas políticas que funcionam”, compara, numa referência ao modelo de medidas socioeducativas que encarcera os adolescentes e, em geral, não tem conseguido garantir a dignidade da internação nem evitar a reincidência dos meninos na prática infracional quando do retorno à sociedade.

A previsão orçamentária das políticas públicas deve levar em conta que crianças e adolescentes são prioridade absoluta. Ademais, para problemas difíceis, também existem soluções fáceis e com baixo dispêndio de recursos financeiros, se houver o devido planejamento das ações. As recomendações propostas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência correspondem a um conjunto de respostas a partir das principais evidências encontradas ao longo de um ano de trabalho, respostas que visam à prevenção da violência em suas diferentes expressões a partir da geração de oportunidades para a infância, a adolescência e a juventude, o apoio e proteção às famílias e a responsabilização dos agressores para diminuir a sensação de injustiça.

A não responsabilização dos crimes de morte contra adolescentes é tão gritante quanto a ausência de resposta para casos de homicídios em outras faixas etárias, mesmo que a Constituição Federal determine a prioridade absoluta para crianças e adolescentes. Em levantamento realizado na Comarca de Fortaleza pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, com o apoio do gabinete da desembargadora Adelineide Viana, foram analisados 1.524 processos de homicídios de adolescentes dos últimos cinco anos protocolados no sistema de Justiça. Até o fim de 2016, houve responsabilização dos agressores em apenas 2,8% dos casos - 82% encontram-se em fase de inquérito policial, 10,5% em estágio de ação penal e 4,8% foram arquivados, por autoria não elucidada ou morte do acusado, na maioria dos casos.

Aproximadamente 11 mil casos de homicídios estão à espera de investigação, processo ou julgamento apenas em Fortaleza. Os números são uma forte expressão da naturalização dos homicídios. Apenas 2.700 tiveram ação penal iniciada. Uma análise de 2015 realizada pelo Ministério Público do Ceará aponta que, mesmo se não houvesse mais nenhum homicídio a partir de outubro daquele ano, todos os processos existentes até então, parados ou tramitando nas cinco Varas do Júri de Fortaleza, demandariam um tempo para julgamento que só se encerraria em 2038. A quantidade é tão elevada e a capacidade de resposta pela Justiça tão reduzida que as audiências para os novos casos estão sendo agendadas para 2018 porque já não tem mais pauta para 2017.

As mais de 400 páginas anteriores apresentaram um amplo diagnóstico e muitas reflexões sobre a violência, em geral, e os homicídios na adolescência, em particular. As 18 páginas seguintes apontam as principais evidências encontradas e as respostas que precisam ser dadas. Como foi dito lá no começo do documento, os desdobramentos podem e devem ter uma repercussão positiva não apenas na faixa etária de 10 a 19 anos. O foco das recomendações é para um grupo populacional es-

pecífico, os adolescentes, mas o compromisso é com a vida de todos, independentemente da geração.

Ao aprofundar o conhecimento, o comitê buscou mobilizar esforços para que, em curto, médio e longo prazos, o Ceará possa superar a morte e garantir vida plena aos seus cidadãos. As recomendações expressam ideias apresentadas e analisadas durante todas as etapas de trabalho do comitê, a partir daquela provocação inicial. Quem se importa com os assassinatos de adolescentes? “Eu me importo” é a reafirmação da esperança no presente que constrói o futuro.

Quando poder público e sociedade respondem “eu me importo”, significa que não desistiram dos adolescentes. A força da resposta está na concretude das ações e na oferta de oportunidades para o bem viver, fundamentais também para devolver esperança aos próprios adolescentes e fazer com que eles recuperem a autoestima e acreditem em si. Quando alguém diz “Eu não tenho mais jeito”, revela não apenas a própria desesperança, mas a falência de todas as partes do sistema.

O Ceará não deve perder de vista a humanidade que há em cada vítima, em cada agressor. Há um sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes que precisa ser fortalecido. A redução de homicídios requer descentralização e intersectorialidade das ações, projetos e programas, envolvendo educação, cultura, lazer, esporte, profissionalização, saúde e segurança. A integração entre as diferentes áreas favorece a troca de experiências, a identificação das fortalezas e fragilidades e, conseqüentemente, um êxito maior de cada ação, constituindo verdadeiras e eficientes redes de atenção.

Há a necessidade de esforço conjunto entre o Estado e a sociedade. Faltam políticas públicas intersectoriais envolvendo os três níveis de poder e os diversos órgãos, mas também a criação e o fortalecimento de redes locais com a participação de famílias e representantes de projetos sociais, escolas e organizações comunitárias. Os homicídios na adolescência são mais do que uma questão segurança pública, área sob responsabilidade direta dos governos estaduais. O enfrentamento à violência pressupõe responsabilidades dos entes municipais, estadual e federal e da sociedade. Os municípios devem assumir o protagonismo de ações de prevenção do problema e proteção de crianças e adolescentes.

O Executivo, em nível estadual ou municipal, deve tratar o direito à vida como política de Estado. Além do ciclo orçamentário, onde a prioridade para a infância e a adolescência deve estar suficientemente clara, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual, que a institucionalização das ações de prevenção e enfrentamento aos homicídios se efetive nos planos estadual e/ou municipais de Cultura, Educação, Direitos Humanos e Segurança Pública, por exemplo, que vigoram por um período de dez anos.

O problema dos homicídios deve ser discutido e aprofundado em todos os espaços: dentro e fora de casa – pelas famílias, profissionais de educação, saúde e assistência social, nos grupos e organizações da comunidade, pelo poder público nas instâncias do Executivo, Legislativo e Judiciário e pela sociedade. Um grande processo de tomada de decisão deve acontecer a partir de agora.

“Como se faz desse luto luta?”, questionava o relator, deputado Renato Roseno, ainda durante a segunda audiência pública comunitária, realizada pelo comitê na Barra do Ceará. “A dor tem que promover transformações muito importantes”, reforçou na audiência pública seguinte, no bairro Jangurussu. “Quem se importa? Essa é a pergunta fundamental. Quem se importa com a vida dos matáveis, com esses indicadores, que, de fato, não são estatísticas, são vidas concretas? Quem se importa com a morte social desses jovens, quase todos homens, quase todos negros, todos pobres, das periferias urbanas? Portanto, a mensagem que temos que dizer é que nós nos importamos, e nós não vamos dormir bem enquanto nós não possibilitarmos a esse jovem que ele possa voar, que ele possa reescrever o futuro. A mensagem central do comitê é essa: nós nos importamos”.

Cada vida importa. A esperança como imperativo. Que o sentimento da dor se transforme em mobilização capaz de tirar o Ceará de um lugar que envergonha a todos. “O cearense é um povo orgulhoso. É importante canalizar essa questão de estar hoje no topo da lista da vergonha, no topo da lista das capitais com maior número de homicídios, que mais perdem jovens, em um movimento que envolva toda a sociedade, para que daqui a cinco anos o Ceará possa estar dando lições para o Brasil, para estados vizinhos, de que conseguiu fazer um trabalho de diagnóstico muito bem feito e políticas muito qualificadas, salvar inúmeras vidas e melhorar bastante a questão da qualidade da segurança pública”, aponta Bruno Langeani, coordenador da área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz.

“Essa questão envergonha o Ceará. Muito embora nós saibamos que essa triste realidade da violência juvenil, sobretudo na questão dos homicídios entre os jovens, seja uma realidade no Brasil inteiro, lamentavelmente somos nós que ostentamos as estatísticas mais tristes sobre o tema”, aponta, entre a sensação do retrocesso e a expectativa do avanço, um juiz que participou de um dos grupos focais do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. “Em mais de 20 anos à frente de uma Vara da Infância e Juventude, eu só vejo as coisas caminharem para trás. Então, resta a esperança de que elas agora caminhem para frente. Eu não perco a esperança de ainda ver ações positivas”. Mas, como reivindicou a insigne escritora Clarice Lispector⁶⁸, a esperança é para agora. “A esperança não é para amanhã. A esperança é este instante. Precisa-se dar outro nome a certo tipo de esperança porque esta palavra significa sobretudo espera. E a esperança é já”.

68. Citação ao pensamento de Clarice Lispector (1920-1977), no livro *A descoberta do mundo*, seleção de crônicas publicadas originalmente na coluna semanal que ela escrevia no *Jornal do Brasil* entre 1967 e 1973.

HISTÓRIA DE VIDA

GUERREIRO MENINO: COMBATE DESLEAL EM VIDA E MORTE AOS 12 ANOS

Abandonado pela mãe ainda muito cedo, o menino foi criado longe do pai, junto da avó. “Era um menino cuja infância foi atravessada pelas responsabilidades da vida adulta muito cedo”, constatou a pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Ticiania Santiago.

Já aos seis anos, ele começou a trabalhar, levando para casa, além de alguns trocados, o complemento da alimentação da família. Em borracharias, feiras livres e atividades de construção civil, sofria a exploração da mão de obra infantil, em condições e relações de trabalho altamente precarizadas. “Ele trabalhava com tudo o que podia, para ter as coisas dele e da gente”, atesta a prima, afirmando que, aos oito anos, “ele já tinha salário”, e que, aos 12, recebia míseros R\$ 40,00 mensais.

“Um homem se humilha, se castram seu sonho. Seu sonho é sua vida, e a vida é trabalho. E sem o seu trabalho, um homem não tem honra”.⁶⁹ Mas era um menino ainda, guerreiro menino. “Era um menino trabalhador”, como se reportam os familiares e moradores da comunidade onde teve uma vida breve. Precocemente, tornou-se a referência masculina de cuidado, proteção e garantia de subsistência para os irmãos mais novos e para a avó. Para eles, irmão e pai. Para ela, neto e filho, o “xodó”, motivo de orgulho e admiração, afetuoso desde pequenino.

Pequeno e grande, menino e homem. Em casa, era sempre chamado no diminutivo, pelo tamanho e a idade, mas também como expressão do carinho retribuído. Além da avó de 73 anos e dos irmãos de três, sete e 11 anos, ele dividia com as primas de dez e 16 anos o abrigo de um cômodo só, a cozinha a céu aberto com fogareiro, o lugar sem abastecimento de água e rede de esgoto.

“Guerreiros são meninos no fundo do peito”. Forçosamente adulto, era criança. “Embora reconhecessem nele atitudes de adulto, familiares garantem que também havia a criança presente”, transmite a pesquisadora Ticiania Santiago. “Ele teve infância, brincava, quando podia, de arraiá, bila, futebol, de dançar, de ser vendedor e construtor. Nós fomos crianças juntos aqui nessa casa, nesse terreiro. Ele era fechado, não conversava muito com os outros de fora, mas aqui, comigo e a vó, ele dançava, ria, brincava, era feliz”, relembra a prima.

69. Citações a versos da canção *Guerreiro menino (Um homem também chora)*, composta por Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (1945-1991). Gonzaguinha gravou a música em 1983, no disco *Alô, alô, Brasil*.

HISTÓRIA DE VIDA

“Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz”. De quem as circunstâncias exigiam tanta força, havia também a fragilidade, própria de qualquer pessoa, ainda mais de um menino. “Guerreiros são pessoas, são fortes, são frágeis”. Fragilidade física, emocional e cognitiva. Ele tinha uma deficiência visual, recorrentes convulsões e dificuldades de aprendizagem.

“Em alguns momentos, o menino-homem perdia a paciência e não conseguia lidar com a revolta. Os casos em que isso aconteceu, entretanto, desestabilizariam qualquer pessoa, quanto mais uma criança com tanta responsabilidade sob os ombros”, observa a pesquisadora do Comitê pela Prevenção de Homicídios. “É triste ver este homem, guerreiro menino, com a barra de seu tempo por sobre seus ombros. Eu vejo que ele berra, eu vejo que ele sangra a dor que traz no peito, pois ama e ama”.

E foi por amor, mas também por indignação, que o garoto chegou a agredir a mãe fisicamente quando morreu uma das irmãs, ainda bebê, rejeitada como filha, como ele foi. Outra vez, o alvo foi a merendeira da escola, atingida por um prato de sopa quente quando impediu o estudante de repetir a refeição, embora continuasse faminto. O episódio rendeu a ele uma expulsão do colégio, mesmo precisando tanto continuar os estudos.

“Ele tinha um nível ínfimo de aprendizagem, que não permitia sequer reconhecer todas as cores e letras. De todas as crianças e adolescentes da casa, apenas uma estuda. Os demais, ou estão impedidos de realizar matrícula pelos conflitos vivenciados na instituição, ou perderam documentos e prazos de efetivação da matrícula”, descreve Ticiania Santiago, baseada nas informações prestadas pela família.

Após o desligamento da escola, o retorno do garoto estava condicionado à apresentação de um laudo de avaliação psicológica, mas não deu tempo providenciar. Ele nunca mais voltou. “Sem a sua honra, se morre, se mata”. Com apenas 12 anos de idade, o menino foi assassinado meses depois, em um terreno baldio perto de casa, numa tarde de segunda-feira, 26 de janeiro de 2015. O corpo foi encontrado no bairro Henrique Jorge, mas o garoto morava no Planalto Pici.

“Os registros da matéria jornalística, veiculada em rede nacional, e o depoimento da avó indicam que o menino teria sido morto a pedradas por outros adolescentes, depois de ter presenciado um conflito de duas importantes favelas da área, sendo ‘linchado’ como forma de enviar uma mensagem de autoridade e defesa das gangues locais para outros jovens da comunidade”, aponta a pesquisadora do Comitê pela Prevenção de Homicídios.

Uma outra versão, que tenta explicar a morte associando o garoto a eventuais desentendimentos com traficantes de drogas, perde consistência frente aos depoimentos não apenas

dos familiares, mas também de vizinhos e professores da escola onde ele estudou. A comunidade religiosa, assim como os vizinhos e amigos do bairro e os empregadores do menino fizeram uma campanha para arrecadar fundos para o velório e sepultamento do adolescente.

Se não fosse o apoio local, a família não tinha como providenciar um enterro digno para o adolescente tão querido. Provavelmente, seria sepultado como indigente. “Num contexto de descaso da população, a família entende a importância de ter recebido o apoio da comunidade para o garoto ‘se enterrar como gente’”, como observou Ticiania Santiago ao ouvir os parentes. “Com a morte dele, tudo mudou na casa e a tristeza tomou assento na família. Tudo está mais difícil, inclusive o sustento, já que a única renda é a aposentadoria da avó e a pensão paga pelo pai a uma das irmãs, já que as outras crianças são de pais desconhecidos”.

No mesmo dia do linchamento, três adolescentes foram apreendidos e alegaram que havia uma rixa entre os garotos e que teriam recebido ameaças da vítima. A avó do menino morto conta que os acusados foram soltos. “Uma pessoa de referência na comunidade, por ser uma das primeiras moradores e oferecer suas preces como rezadeira, mesmo com toda sua experiência, ele não consegue compreender a atual dinâmica das gangues, divisões e os estigmas sociais”. Como também não compreende a falta de justiça.

“Eu quero que as pessoas que assassinaram, lincharam meu neto, e todo mundo, na verdade, até quem for ver o que eu disse aqui nesse papel, quando colocarem a cabeça no travesseiro, não esqueçam da vontade de justiça, da esperança e da dor que carrego pela morte do meu neto. Eu tinha certeza que ele seria um grande homem, mas se acabou assim, com ódio e pedradas, na comunidade que eu vi nascer e se transformou nesse cemitério que é para mim hoje”, manifesta a avó septuagenária.⁷⁰

70. Esta história de vida foi escrita a partir do diário de campo produzido pela psicóloga Ticiania Santiago, pesquisadora do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, realizada em sete cidades do Ceará com as maiores taxas de assassinatos nessa faixa etária, não representa a realidade de todos os 184 municípios do Estado. As respostas sobre os casos pesquisados foram analisadas distintamente por cada uma das sete cidades. Mesmo não apresentando um perfil médio sobre a violência letal intencional entre adolescentes no Ceará, a pesquisa consiste em estudo socioantropológico cuja metodologia pode ser aplicada na tentativa de compreensão do fenômeno e busca de soluções para o problema nos outros municípios do Estado.

A pesquisa nos sete municípios

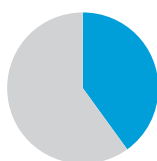


37% das famílias mudaram-se ou não foram encontradas com base nas informações de endereços disponibilizadas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, nas 7 cidades.



9% se recusaram a participar da pesquisa.

A pesquisa em Fortaleza



40% das famílias não foram encontradas.



10% das famílias se recusaram a participar da pesquisa.

Municípios	Quantidade de adolescentes mortos (12 a 18 anos) residentes em 7 cidades (SSPDS)	Quantidade de casos encontrados e entrevistados
Fortaleza	292	146
Juazeiro do Norte	24	16
Sobral	20	16
Maracanaú	32	14
Caucaia	28	15
Horizonte	13	9
Eusébio	9	8
TOTAL	418	224



16,5 anos

é a média de idade das vítimas nas sete cidades

Sexo



Masculino: **97,95%**

Feminino: **2,05%**

Cor



Pardos e Pretos: **69%**

Brancos: **29%**

Outros: **2%**

FELIPE ABUD



ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

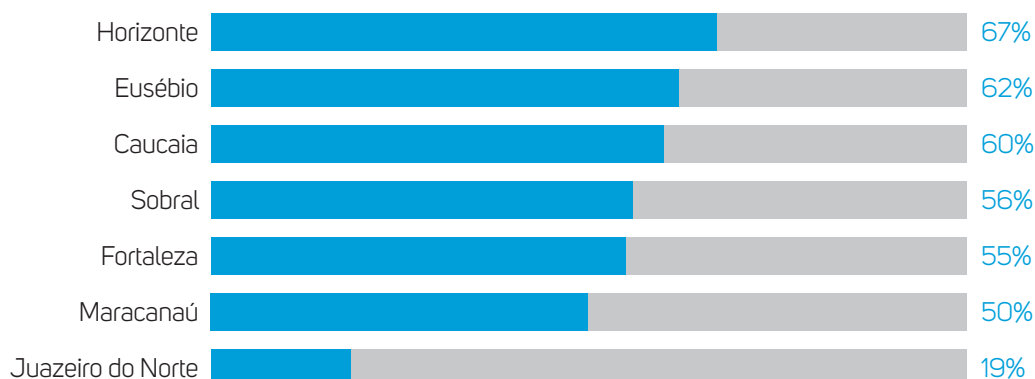
APRESENTAÇÃO

EVIDÊNCIA 1: Vulnerabilidade de quem cuida



Os homicídios de adolescentes impactam as famílias das vítimas, sobretudo as mães que, em sua maioria, são mulheres jovens. Em Fortaleza, 55% dos adolescentes mortos eram filhos de mulheres que foram mães ainda na adolescência, portanto em situação peculiar de desenvolvimento. Ao cuidar de outras crianças, elas se tornam mais vulneráveis, enquanto também vulnerabilizam os filhos. Nas demais cidades, a pesquisa revelou um quadro semelhante, com exceção de Juazeiro do Norte.

Gravidez na adolescência



RECOMENDAÇÃO 1: Apoio e proteção às famílias vítimas de violência

Após o assassinato dos adolescentes, muitos familiares, sobretudo as mães, apresentam adoecimento psíquico, agravado por situações de intimidações e ameaças que fragilizam ainda mais a dinâmica familiar, comunitária e socioeconômica. Recomenda-se:

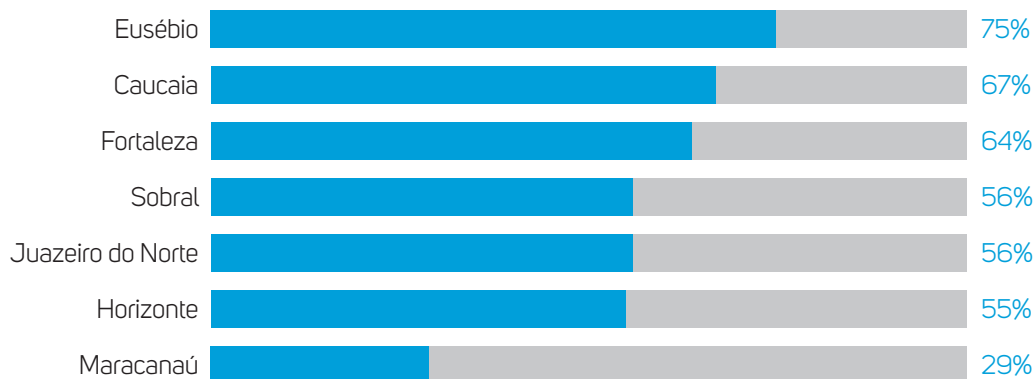
- 1.1** À Secretaria da Saúde do Estado e às Secretarias Municipais de Saúde: elaborar um protocolo intersetorial (saúde, assistência e segurança) de atenção às famílias de adolescentes vítimas de homicídio, que inicie na notificação à rede de proteção social para garantir o atendimento psicossocial aos familiares;
- 1.2** A todas as secretarias municipais e estaduais responsáveis pela política de proteção social, segurança e cidadania: aderir ao protocolo intersetorial acima mencionado e se responsabilizar pelas ações definidas;
- 1.3** À Secretaria da Justiça e à Defensoria Pública do Ceará: garantir atendimento jurídico e psicossocial às famílias de adolescentes assassinados, por meio dos programas de atendimento a vítimas de violência e núcleos especializados em infância e adolescência, de forma descentralizada nos territórios;
- 1.4** Às instâncias executoras de políticas públicas para mulheres: em articulação com os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e com organizações comunitárias, realizar atividades de empoderamento das mulheres jovens e chefes de família, proporcionando escolarização e profissionalização para garantia de direitos e projetos de vida de forma autônoma e digna.

EVIDÊNCIA 2: Falta de atendimento à rede de amigos e familiares dos adolescentes assassinados



Os amigos e familiares (tios, irmãos e primos) dos adolescentes assassinados são vítimas em potencial da violência letal, logo precisam de atenção prioritária da rede de atendimento. Em **Fortaleza**, 64% dos adolescentes mortos tiveram amigos assassinados.

Amigos assassinados



RECOMENDAÇÃO 2: Ampliação da rede de programas e projetos sociais a adolescente vulnerável ao homicídio



A falta de infraestrutura comunitária e a ausência de programas e projetos, com objetivo de prevenir e reduzir homicídios, podem agravar a violência nessas áreas. É necessário que se desenvolvam ações de prevenção, por meio de programas e projetos, que foquem na rede de amigos e familiares dos adolescentes que foram assassinados. Recomenda-se:

2.1 À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em parceria com as Secretarias Municipais de Assistência Social: aprimorar o censo e o mapa de riscos sociais, incluindo todas as variáveis diretamente relacionadas aos homicídios de adolescentes (como circulação de armas de fogo no território, ameaças, conflitos no território), para que as equipes interdisciplinares dos Centros de Referência e Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Cras e Creas) possam trabalhar as demandas sociais desses adolescentes e dos seus familiares;

2.2 Ao Governo do Estado e Prefeituras: destinar orçamento aos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes, para que, a partir dos Fundos Estadual e Municipais da Infância e da Adolescência, possam investir em iniciativas de prevenção e redução de homicídios de adolescentes, em parceria com organizações da sociedade civil nos territórios vulneráveis;

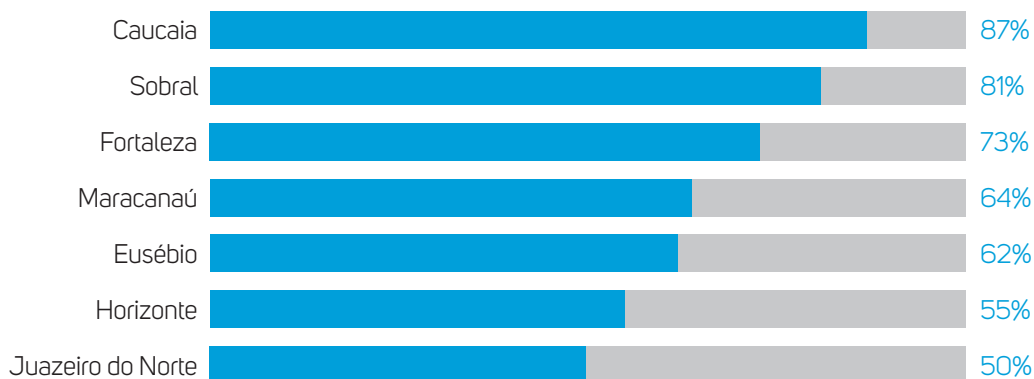
2.3 Reformular o marco legal para transferências voluntárias entre Estado e municípios, sendo a existência de um plano integrado de prevenção de homicídios de adolescentes condição para o recebimento de tais transferências.

EVIDÊNCIA 3: Territórios vulneráveis aos homicídios

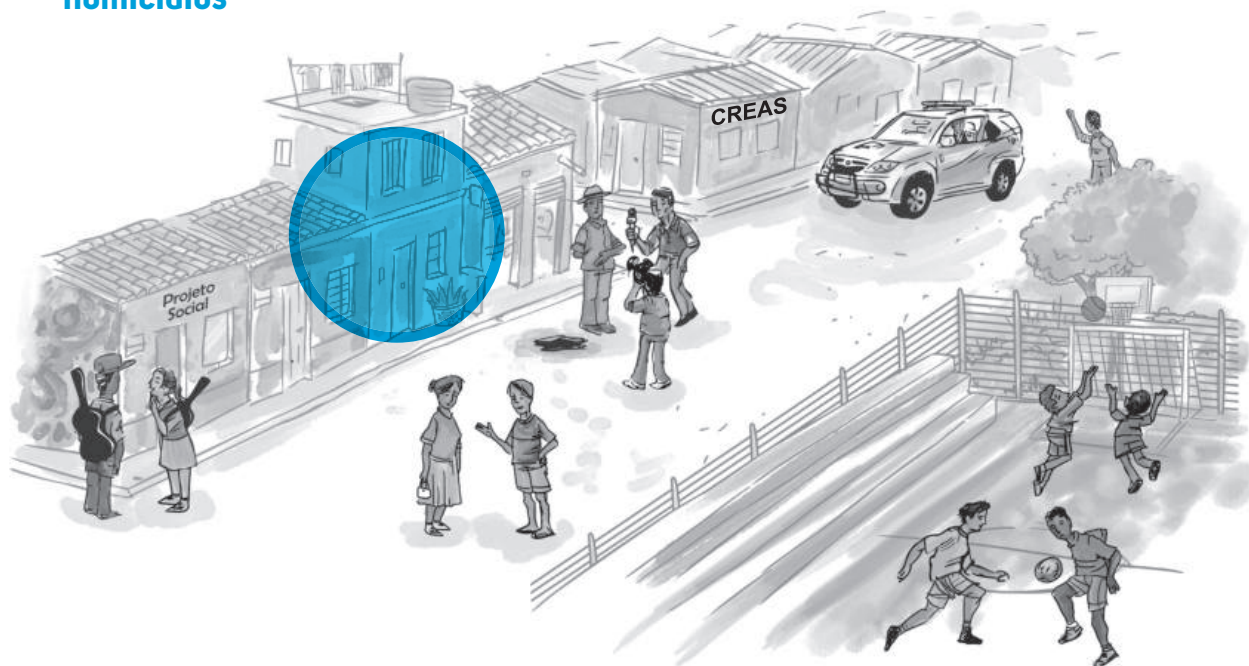


Os homicídios de adolescentes não se dão de maneira homogênea nas cidades. Em Fortaleza, 44% das mortes aconteceram em apenas 17 dos 119 bairros. Quase um terço dos homicídios de adolescentes da cidade foi entre moradores de 52 comunidades (onde vive 13% da população da capital em uma área equivalente a 4% de Fortaleza). A maioria dos adolescentes morreu no próprio bairro. Esses bairros apresentam infraestrutura e serviços precários, tornando a segregação urbana um fator que contribui para a vulnerabilidade à violência letal. Em **Caucaia**, 87% dos adolescentes foram mortos no bairro onde viviam.

Mortes no próprio bairro



RECOMENDAÇÃO 3: Qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios



Melhoria das condições de habitabilidade, regularização fundiária, iluminação, infraestrutura e equipamentos sociais são intervenções que visam integrar territórios vulneráveis à cidade, considerando as dimensões espaciais e sociais. Intervenções urbanas com participação comunitária são imprescindíveis para a prevenção de homicídios. Recomenda-se:

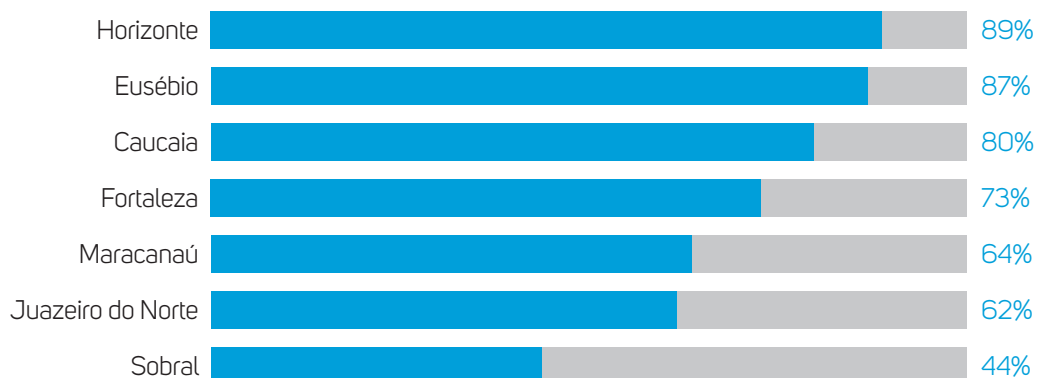
- 3.1** Às Prefeituras: identificar os assentamentos precários, realizar planos diretores e desenvolver uma política de intervenção específica para essas áreas;
- 3.2** Estabelecer e/ou regulamentar as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) em territórios vulneráveis aos homicídios;
- 3.3** Garantir terras para construção de habitações e equipamentos sociais - Zonas Especiais de Interesse Social em terrenos vazios;
- 3.4** Promover a urbanização integrada dos assentamentos precários, de acordo com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU);
- 3.5** Garantir segurança jurídica de posse (regularização fundiária) aos moradores dos assentamentos precários;
- 3.6** Garantir a equidade na distribuição do orçamento público por regiões, priorizando aquelas com maiores índices de vulnerabilidade;
- 3.7** Estabelecer Zonas Especiais de Interesse Social para reduzir as barreiras legais de investimentos em assentamentos precários;
- 3.8** Ao Governo do Estado: apoiar técnica e financeiramente os municípios e monitorar os investimentos em assentamentos precários.

EVIDÊNCIA 4: Abandono escolar

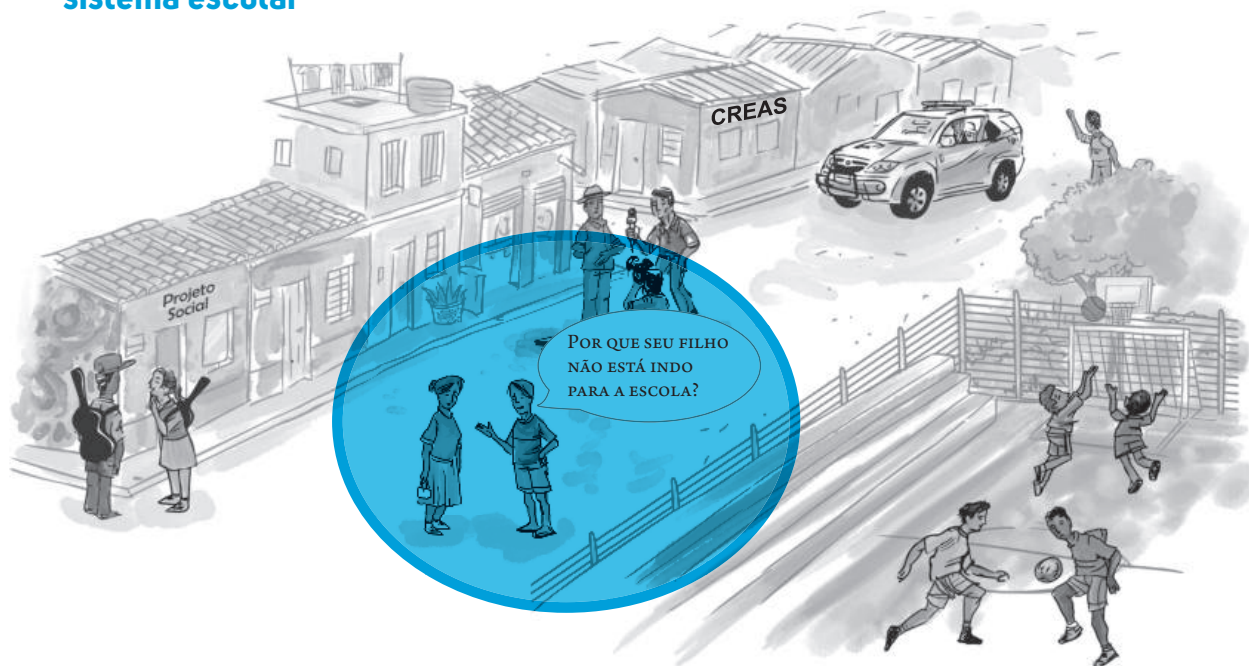


O abandono da escola surge como um sinal de alerta ao aumento da vulnerabilidade dos adolescentes ao homicídio. Com exceção de **Sobral**, com 44%, todas as cidades apresentaram percentuais acima de 60% de abandono escolar há pelo menos seis meses antes da morte.

Afastamento da escola



RECOMENDAÇÃO 4: Busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar



A resposta ao abandono escolar, engajando os profissionais do sistema educacional, deve fazer parte da estratégia de prevenção de homicídios de adolescentes. Recomenda-se:

4.1 À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: monitorar a frequência escolar e realizar busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola, em parceria com os Conselhos Tutelares e os Centros de Referência da Assistência Social (Cras);

4.2 À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: fortalecer o acompanhamento pedagógico aos professores e orientação educacional aos alunos com a manutenção e ampliação de programas de coordenação de área curricular e tutoria (diretores de turma) para as redes de ensino fundamental, tornando as escolas mais interessantes, adequadas e contextualizadas às necessidades de aprendizagem dos adolescentes nos territórios;

4.3 À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: mapear as escolas e implementar, naquelas localizadas em territórios com maior concentração de homicídios, programa específico de ingresso ou retorno de adolescentes mais vulneráveis, com acompanhamento socioassistencial e psicopedagógico individualizado;

4.4 À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: abrir as escolas nos fins de semana para atividades artísticas, culturais, de esporte e lazer, nos territórios mais vulneráveis aos homicídios;

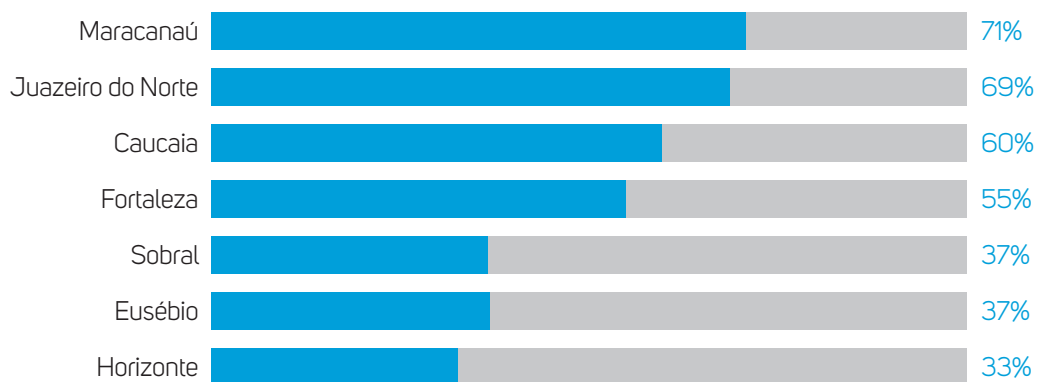
4.5 À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: implementar a Lei nº 13.230, de 27 de junho de 2002, que cria as comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente nas escolas da rede pública e privada do estado do Ceará – juntamente com formação continuada em mediação de conflitos para profissionais de educação.

EVIDÊNCIA 5: Experimentação precoce de drogas

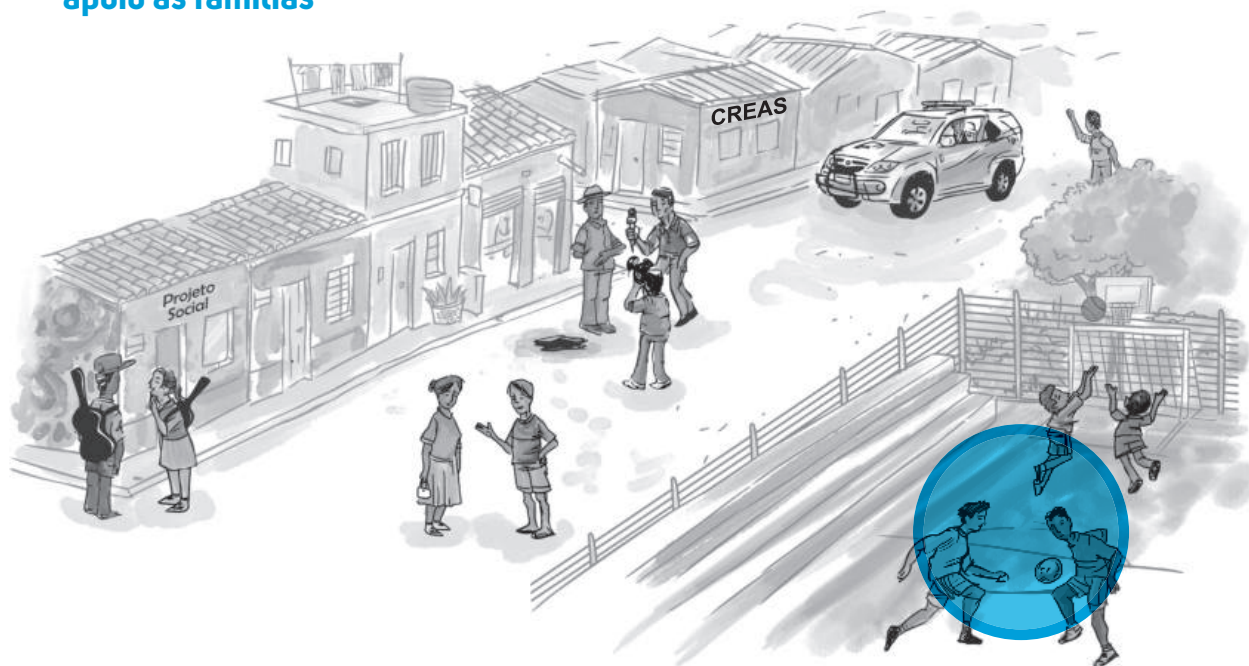


A experimentação de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, tem acontecido nos primeiros anos da adolescência. Em **Juazeiro do Norte**, 69% dos adolescentes assassinados haviam experimentado algum tipo de droga (lícita ou ilícita) entre 10 e 15 anos. Seguem os percentuais para as demais cidades:

Experimentação de drogas



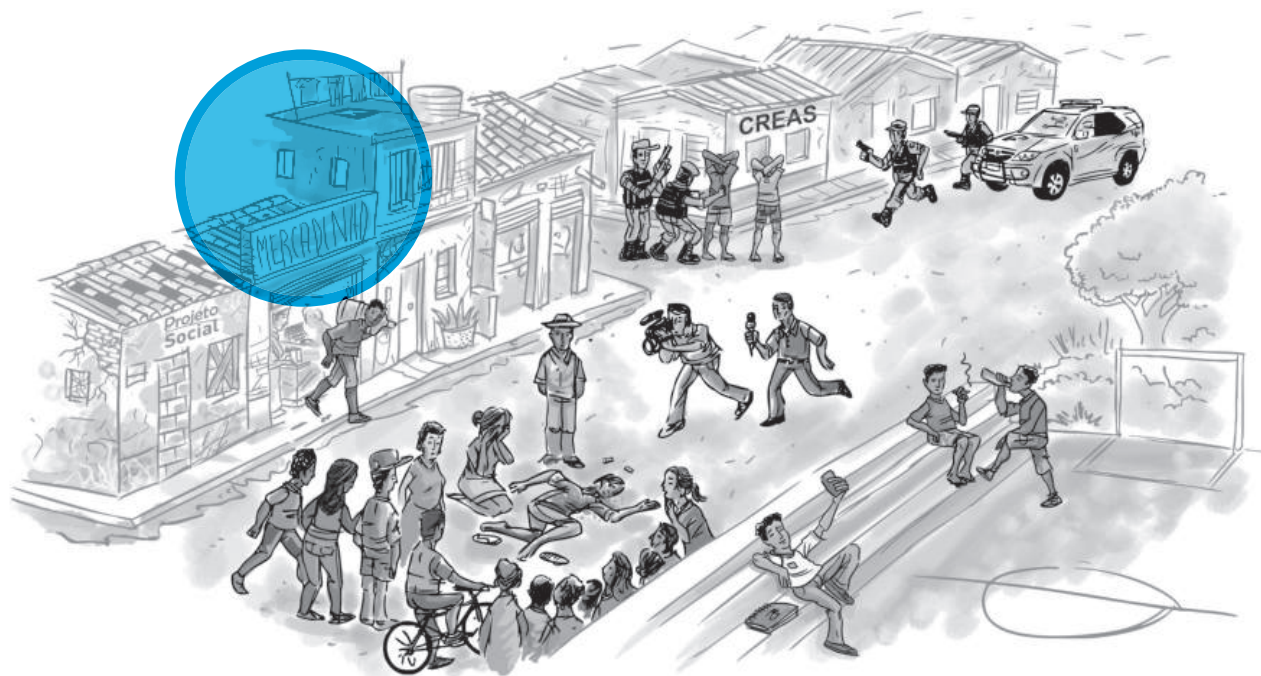
RECOMENDAÇÃO 5: Prevenção à experimentação precoce de drogas e apoio às famílias



O paradigma de política hegemônica de combate às drogas tem levado a conflitos armados, ao encarceramento e ao extermínio da juventude. Uma abordagem não criminalizante sobre essa temática é essencial para prevenir o uso precoce e abusivo de drogas. Recomenda-se:

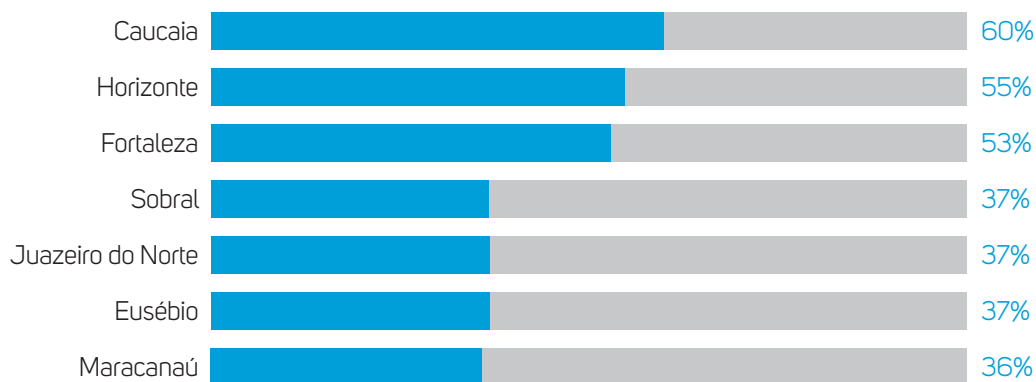
- 5.1** Às Secretarias Municipais de Saúde: ampliar e adequar a rede de atendimento psicossocial álcool e drogas (Caps-AD) para atendimento a adolescentes que fazem uso abusivo de drogas;
- 5.2** À Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas: estimular o financiamento de serviços comunitários que adotem metodologias pautadas na abordagem da Redução de Danos;
- 5.3** À Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas: desenvolver um trabalho de orientação para os profissionais da rede socioassistencial e educacional para atuar junto às famílias de adolescentes sobre os efeitos do uso abusivo de drogas;
- 5.4** À Secretaria da Saúde do Estado: ampliar a rede pública de atendimento especializado para adolescentes usuários de substâncias psicoativas;
- 5.5** Às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação: ampliar a abordagem do Programa Saúde na Escola (PSE) incluindo a saúde mental e a prevenção ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.

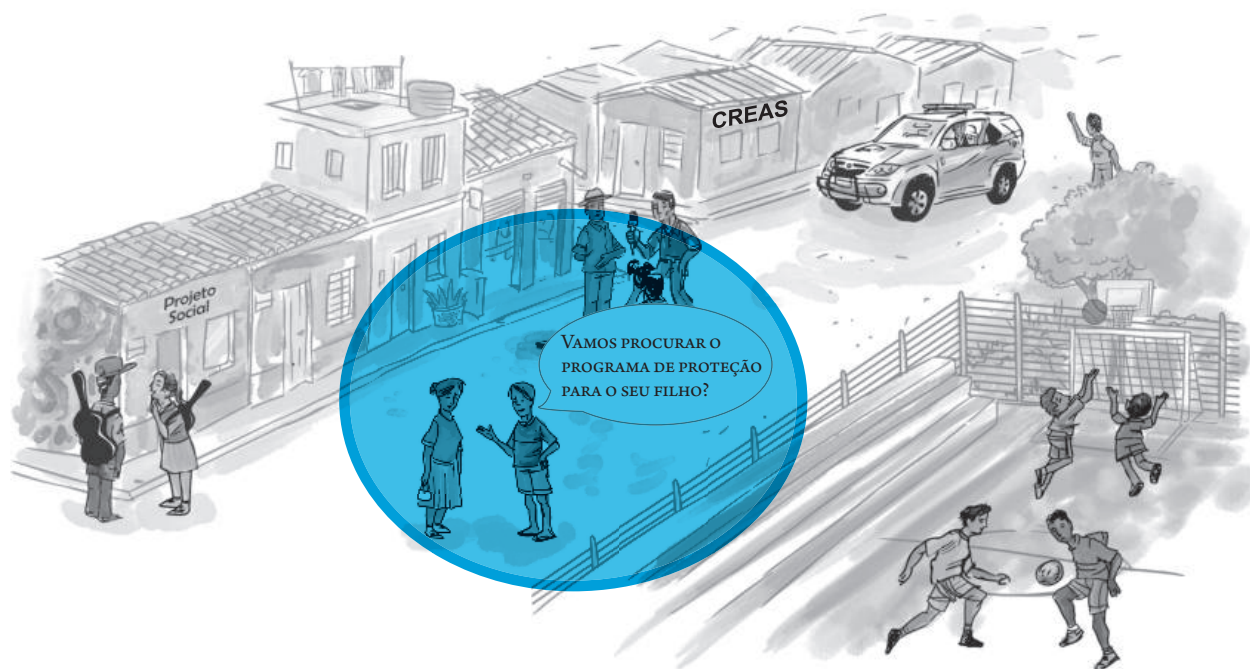
EVIDÊNCIA 6: Vida comunitária conflituosa



A vivência de muitos adolescentes é permeada por conflitos nos territórios onde residem. Tais conflitos, por vezes banais, iniciados em desentendimentos pontuais, levam a confrontos violentos, ameaças e tentativas de homicídio. 60% dos adolescentes mortos em **Caucaia** haviam sofrido ameaças.

Antecedentes de ameaça



RECOMENDAÇÃO 6: Mediação de conflitos e proteção a ameaçados

Identificar conflitos pessoais e compreender a formação e as dinâmicas de grupos rivais compõem a estratégia para uma intervenção através da mediação de conflitos interpessoais, a fim de prevenir homicídios na adolescência. Recomenda-se:

6.1 Ao Governo do Estado: mapear a dinâmica dos conflitos entre gangues nos diversos territórios das cidades cearenses.

6.2 Ao Governo do Estado: formar equipes e desenvolver métodos eficazes nos territórios mais violentos. Investimento em ações, mediação de conflitos e práticas restaurativas para gestão de conflitos nas escolas e comunidades.

6.3 Ao Governo do Estado: desenvolver um programa de atendimento especializado em que arte-educadores e educadores sociais realizem oficinas artísticas, culturais e esportivas com adolescentes, de forma capilarizada, que favoreçam a construção de projetos de vida distintos do envolvimento direto com a criminalidade, em territórios mais vulneráveis aos homicídios;

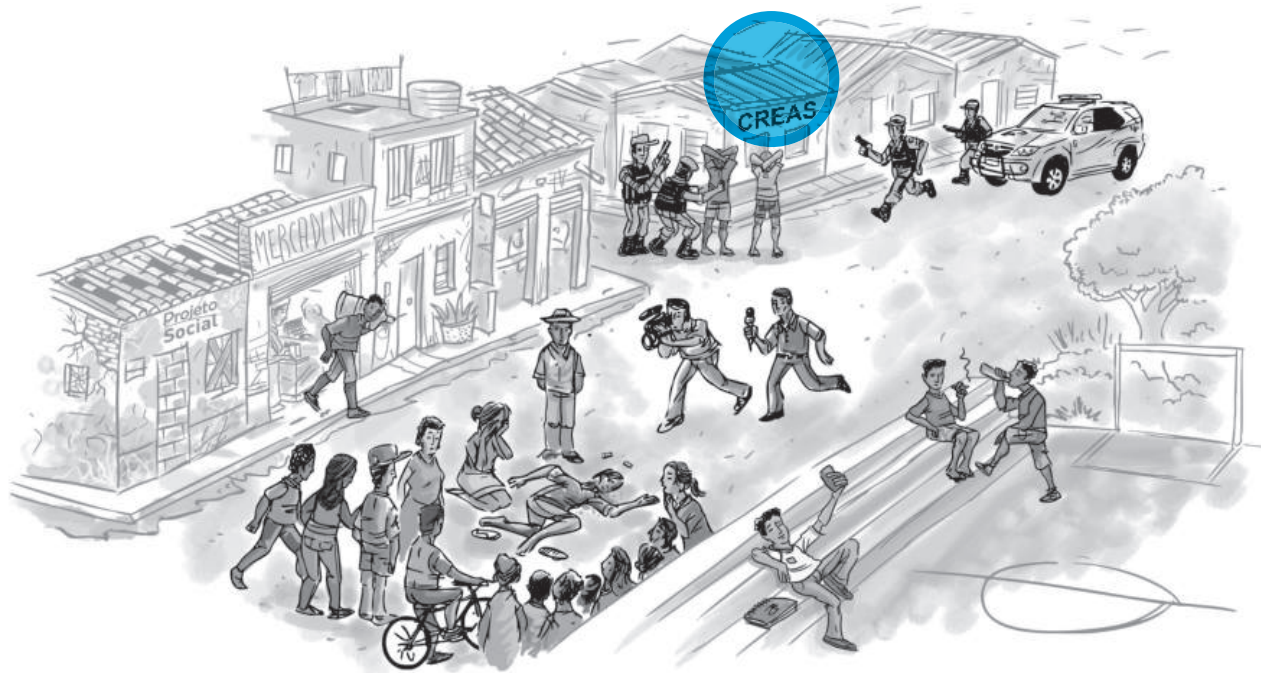
6.4 Às Prefeituras: notificar os casos de agressões e lesões corporais contra adolescentes, por meio das Unidades de Saúde, Escolas e Conselhos Tutelares;

6.5 Aos Conselhos Tutelares: realizar busca ativa aos adolescentes ameaçados de morte, para o devido encaminhamento à rede de proteção (Acolhimentos institucionais e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - Ppcaam);

6.6 Ao Governo do Estado: ampliar, em debate com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, outras estratégias de proteção para adolescentes ameaçados de morte, junto à Secretaria da Justiça, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, fortalecendo um Sistema Estadual de Proteção a Pessoas;

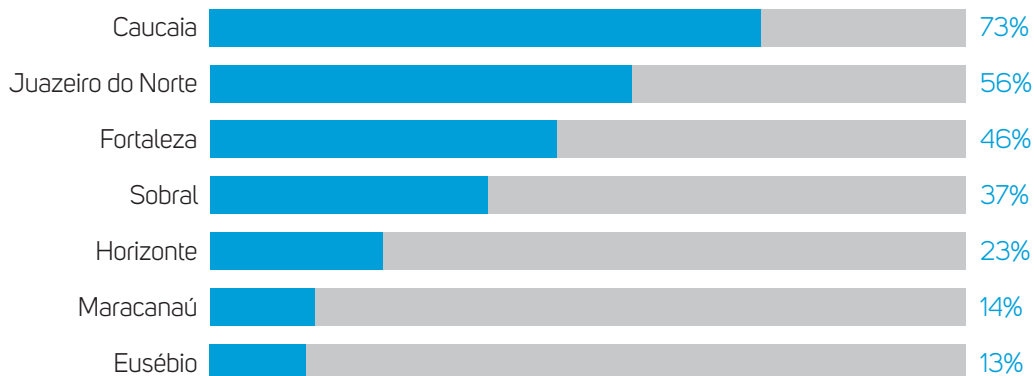
6.7 Ao Governo do Estado e às Prefeituras: apoiar atividades culturais organizadas pelos jovens em espaços públicos, respeitando a autonomia e a diversidade de linguagens artísticas e fortalecendo ou criando espaços de participação nos quais os adolescentes se sintam pertencentes à comunidade para que desenvolvam competências de convivência que tanto ajudem a administrar conflitos de forma não violenta como a buscar apoio quando se sentirem ameaçados.

EVIDÊNCIA 7: Insuficiência do atendimento socioeducativo



O Sistema Socioeducativo não tem alcançado seu objetivo de reorientar os projetos de vida de adolescentes em conflito com a lei, ao contrário, tem violado direitos, ampliando a trajetória de conflitualidade dos adolescentes. Foram verificadas nas cidades diferenças substanciais entre os percentuais dos adolescentes mortos que cumpriram medidas, variando de 13% no **Eusébio** a 73% em **Caucaia**.

Passagem pelo Sistema Socioeducativo



RECOMENDAÇÃO 7: Atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas



É necessário que o Governo do Estado, o Poder Judiciário e as Prefeituras busquem cooperação para o pleno cumprimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), instituição de práticas restaurativas e diminuição da privação de liberdade. Recomenda-se:

7.1 Ao Governo do Estado, à Superintendência do Sistema Socioeducativo e ao Tribunal de Justiça: criar Núcleos de Atendimento Integral (NAI) para o acompanhamento das medidas socioeducativas nas cidades que abrigarem unidades para o cumprimento de medidas provisórias;

7.2 Às Prefeituras: estabelecer mecanismos de cooperação da sociedade civil com o Sistema Único de Assistência Social (Suas) para acompanhamento comunitário de medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviço Comunitário e Liberdade Assistida Comunitária);

7.3 À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social: desenvolver sistema de informação integrado entre as Prefeituras e o Governo do Estado para melhorar o acompanhamento dos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado e em meio aberto;

7.4 À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e ao Tribunal de Justiça: criar delegacias e varas especializadas da infância e adolescência nos municípios do interior do Estado;

7.5 Aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente: criar e implementar os planos municipais de atendimento socioeducativo;

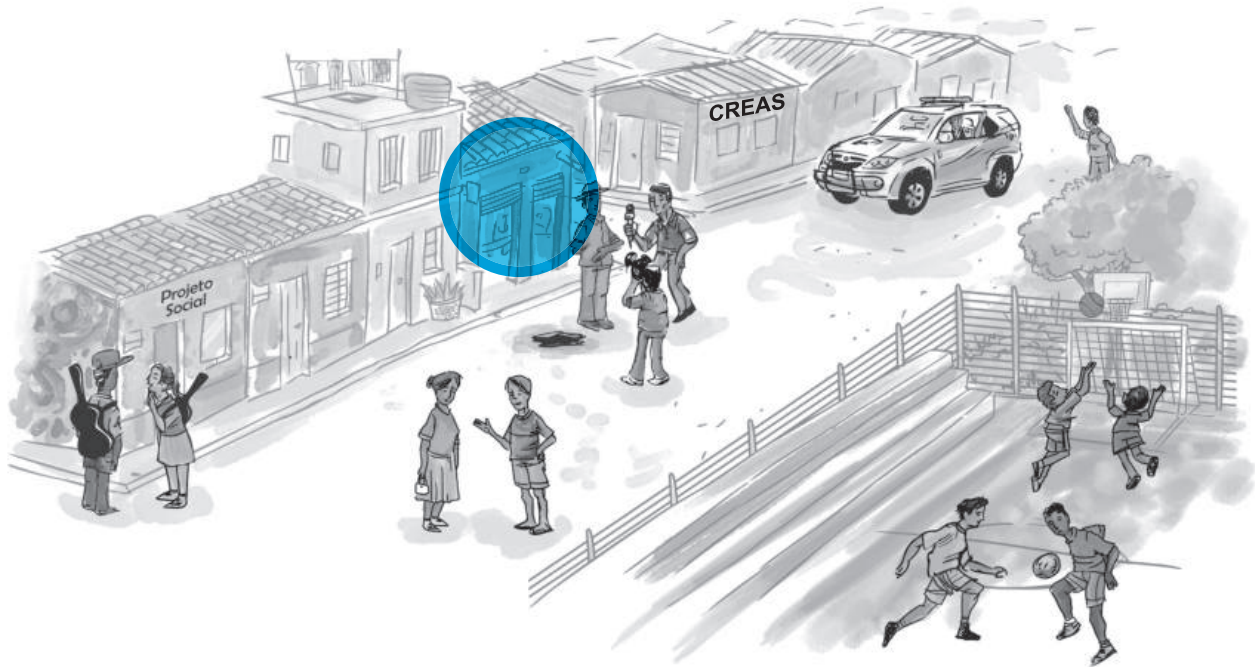
7.6 Aos Núcleos de Atendimento Integral: promover a adoção de princípios de justiça restaurativa em todo o processo socioeducativo.

EVIDÊNCIA 8: Falta de oportunidade de trabalho formal / renda



78% dos adolescentes assassinados tiveram experiência com trabalho, de maneira formal ou informal, mas na maioria dos casos essa experiência não aconteceu de forma protegida, como prevê a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 - Lei do Aprendiz. Em todas as cidades pesquisadas, nenhum adolescente trabalhou como estagiário ou aprendiz, com exceção de **Fortaleza**, em que somente 2% dos adolescentes vítimas de homicídio tiveram essa experiência.

RECOMENDAÇÃO 8: Oportunidades de trabalho com renda



Evitar a evasão escolar em razão da inserção precoce no mercado de trabalho, proteger o adolescente que ingresse no mercado mediante a observância dos parâmetros legais e promover o direito à profissionalização em sintonia com as expectativas dos adolescentes são condições relevantes para evitar a exposição a situações de risco. Recomenda-se:

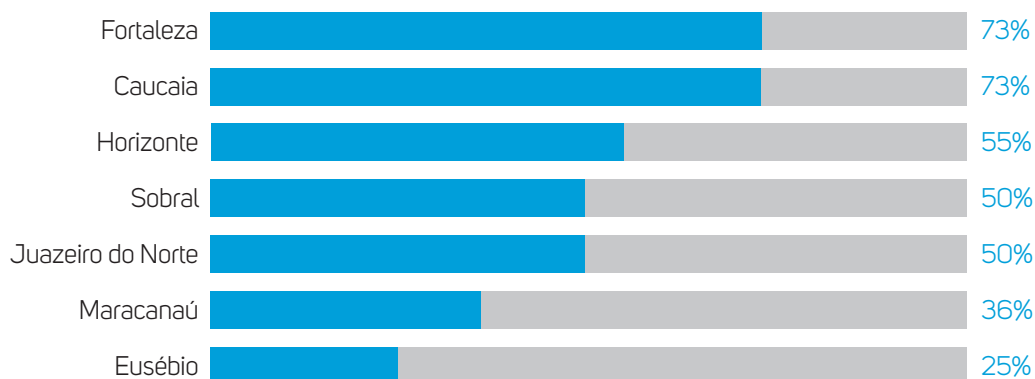
8.1 À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, à Coordenadoria de Juventude e às Secretarias de Educação do Estado e dos municípios: promover o direito à profissionalização a partir da integração entre educação básica e educação profissionalizante, a partir dos 14 anos de idade, com estrita observância à Lei do Aprendiz, respeitadas as demandas e necessidades dos adolescentes.

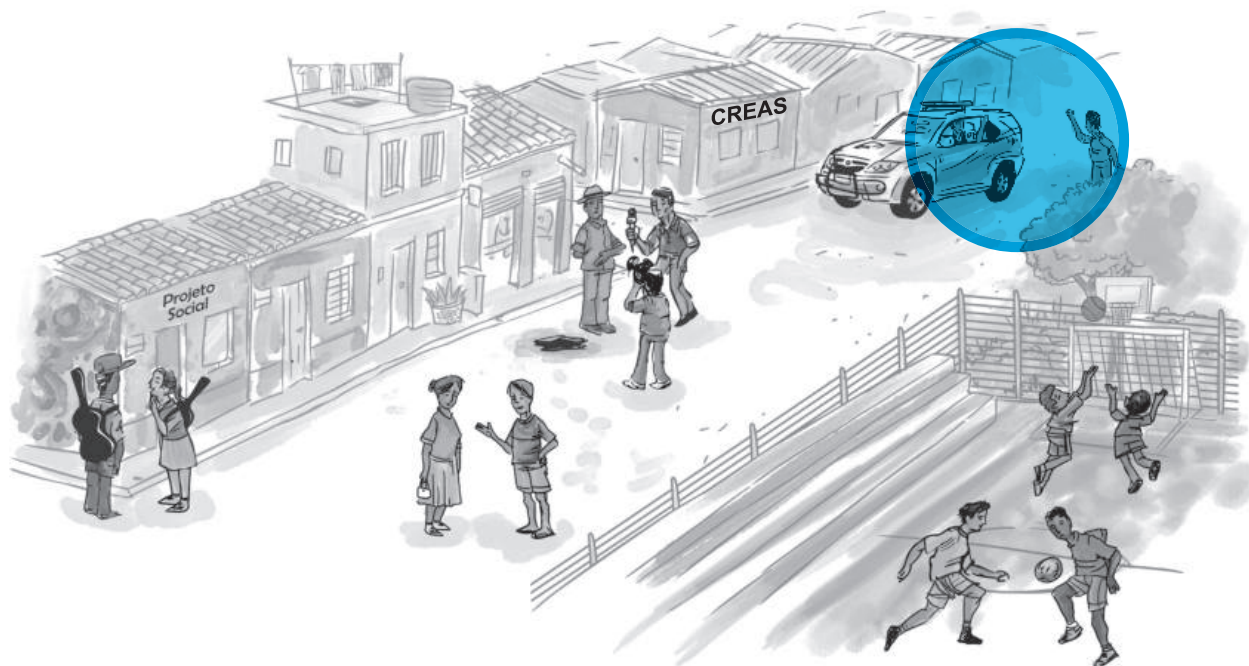
EVIDÊNCIA 9: Interação violenta com a polícia



Existe uma relação de conflitualidade entre polícia e comunidade, marcada por intimidação, indiferença e sobretudo violência contra os jovens. As abordagens policiais revelam uma estigmatização de adolescentes negros e pobres. Em **Fortaleza** e **Caucaia**, segundo os familiares, 73% dos adolescentes vítimas de homicídios sofreram violência policial.

Antecedentes de violência policial



RECOMENDAÇÃO 9: Formação de policiais na abordagem ao adolescente

Agentes da polícia alegaram que a agressividade policial na abordagem é potencializada por um grau maior de reatividade dos adolescentes. É necessária postura e abordagem adequada da polícia para reduzir a violência exercida na interação com esses jovens. Recomenda-se:

9.1 Ao Governo do Estado: fortalecer as estratégias de segurança comunitária, promovendo a articulação entre os agentes de segurança pública e as redes de serviços socioassistenciais, de saúde e de organizações comunitárias nos territórios vulneráveis para redução e mediação de conflitos;

9.2 À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: formar policiais, desde o recrutamento, para uma abordagem adequada e não violenta com adolescentes, para a redução de casos de agressão, adotando Procedimento Operacional Padrão (POP) específico para abordagem de crianças e adolescentes;

9.3 À Controladoria Geral de Disciplina do Estado: implementar mecanismos de prevenção a abordagens violentas a crianças e adolescentes;

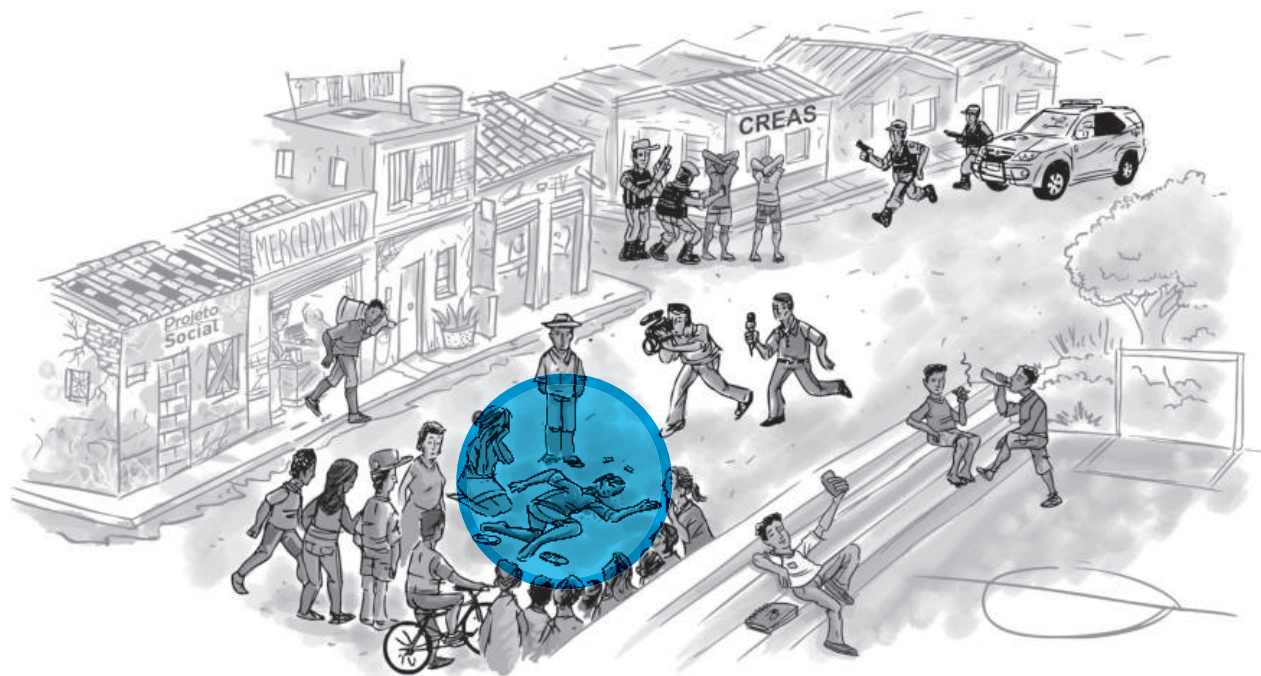
9.4 À Controladoria Geral de Disciplina do Estado: respeitar o princípio da prioridade absoluta aos procedimentos em que a vítima da denúncia seja criança e/ou adolescente;

9.5 Ao Governo do Estado: implementar a Portaria Interministerial Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da Justiça nº2, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública, sobretudo as diretrizes relativas à saúde e à educação em direitos humanos;

9.6 Ao Governo do Estado: informar e fortalecer as comunidades quanto aos seus direitos frente a serviços e abordagens de agentes da segurança pública;

9.7 À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: adotar a Resolução conjunta nº 2, do Conselho Superior de Polícia e Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, que dispõe sobre os procedimentos internos a serem adotados pelas polícias judiciárias em face de ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes de oposição à intervenção policial.

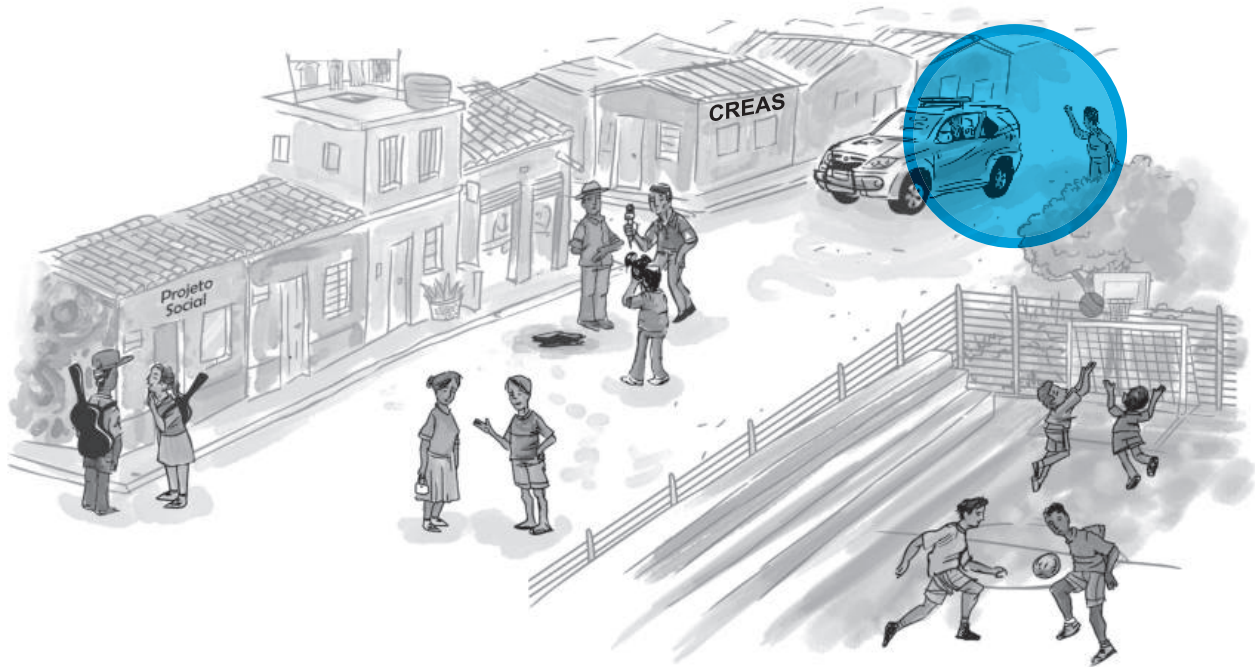
EVIDÊNCIA 10: Violência armada



As armas de fogo têm importância fundamental no incremento das mortes de adolescentes. Em **Horizonte**, todos os adolescentes vítimas de homicídios foram mortos por arma de fogo. Nas demais cidades, os percentuais superam 80%.

Vítimas de arma de fogo



RECOMENDAÇÃO 10: Controle de armas de fogo e munições

A grande circulação e o fácil acesso a armas de fogo e munições contribuem para que os conflitos interpessoais desencadeiem violência letal. Recomenda-se:

- 10.1** Ao Governo do Estado: criar um Plano Estadual de Controle de Armas de Fogo e Munições que dê transparência às informações sobre venda de armas, bem como sobre a origem das armas apreendidas e o procedimento para destruição destas;
- 10.2** Às Prefeituras: criar iniciativas para entregas voluntárias de armas de fogo e munições;
- 10.3** Ao Tribunal de Justiça: garantir o controle das armas de fogo e munições sob custódia do Estado.

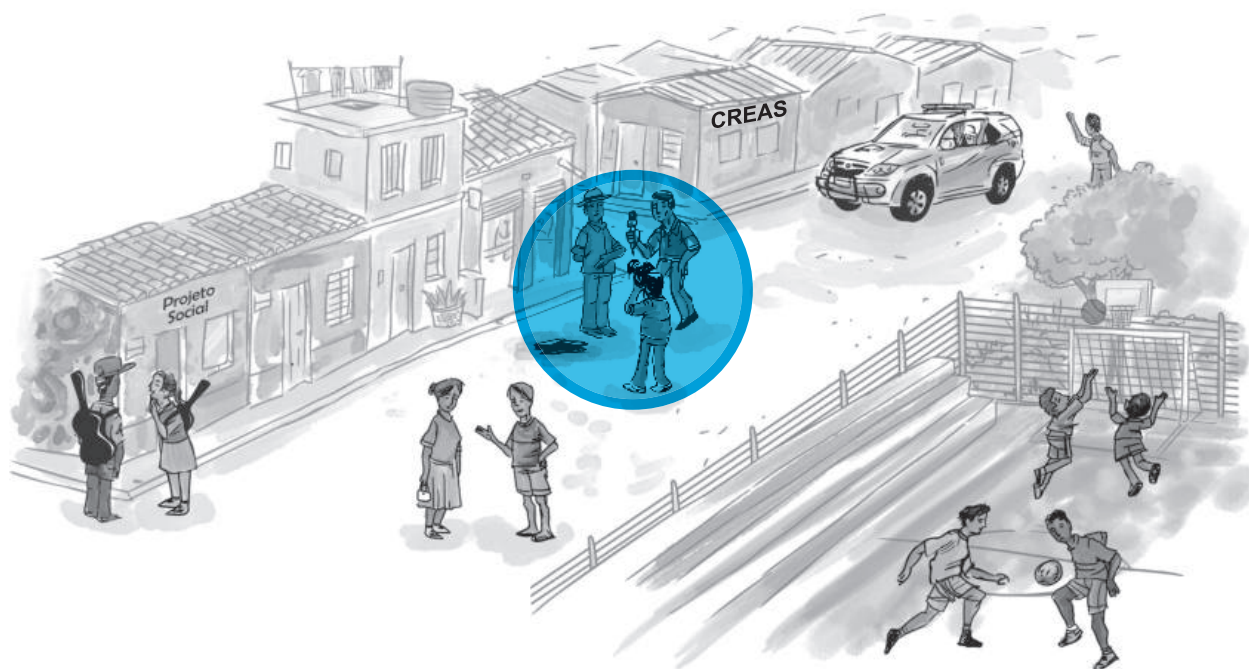
EVIDÊNCIA 11: Cultura da violência em programas policiais



Programas que se utilizam da espetacularização da violência, da estigmatização e da criminalização de adolescentes pobres e negros, bem como da violação da legislação vigente no País e do desrespeito a direitos contribuem para uma abordagem superficial de um problema complexo como a violência urbana e para o fortalecimento da cultura punitivista. Em **Juazeiro do Norte**, 100% dos assassinatos foram apresentados em programas policiais. Nas demais cidades, mais da metade dos casos foram apresentados:

Mortes em programas policiais



RECOMENDAÇÃO 11: Mídia sem violações de direitos

A excessiva exposição da violência na mídia, de forma espetacularizada, colabora para a difusão de uma cultura que promove o medo e a não observação dos direitos humanos, tendo em vista a frequente exposição e criminalização de adolescentes e suas famílias, incitando prejulgamentos tendenciosos. Recomenda-se:

11.1 Ao Governo do Estado, às Prefeituras e às empresas estatais: proibir publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas que violem direitos humanos, seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de merchandising;

11.2 À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, às Secretarias Municipais de Segurança e/ou às Guardas Municipais: não permitir a exposição indevida da imagem de suspeitos ou acusados que estejam sobre a proteção do Estado, em especial impedindo que comunicadores abordem as pessoas sob custódia, a título de entrevistá-las, salvo se estas consentirem e estiverem acompanhadas de advogado ou defensor público;

11.3 Às empresas de comunicação/Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão: adequar a exibição de programas policiais ao horário protegido, conforme o artigo 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo novas formas de abordagem do tema da violência e assegurando os direitos constitucionais dos envolvidos;

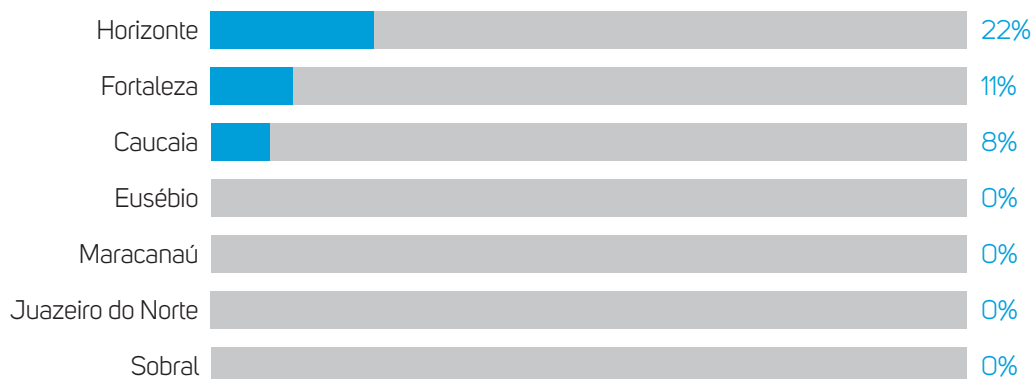
11.4 Ao Ministério Público: desenvolver programa de monitoramento das violações de direitos humanos da mídia cearense, instaurar inquéritos civis públicos para analisar casos de desrespeito à legislação em vigor; adotar providências legais pertinentes à responsabilização das emissoras e à reparação de danos morais coletivos, eventualmente ocorridos.

EVIDÊNCIA 12: Sensação de injustiça

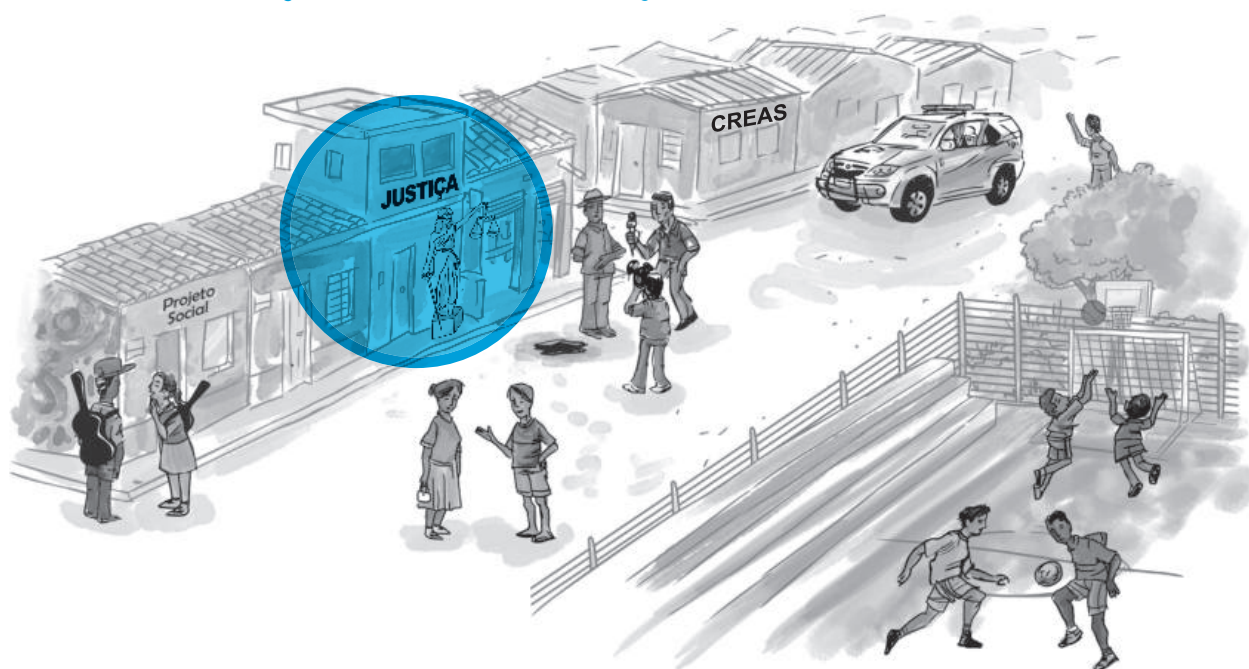


Segundo as famílias, em Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte e Eusébio, nenhuma pessoa foi presa ou detida pela morte do adolescente. O maior percentual de responsabilização pelos crimes foi em **Horizonte**, mas ainda baixo: 22%.

Responsabilização do agressor



Em levantamento feito na Comarca de Fortaleza, foram analisados 1.524 processos de homicídios de adolescentes dos últimos cinco anos protocolados no sistema de Justiça. Até o fim de 2016, houve responsabilização dos agressores em apenas 2,8% dos casos.

RECOMENDAÇÃO 12: Responsabilização dos homicídios

A sensação de injustiça destacada pelas famílias na pesquisa é resultado da massiva ausência de resposta estatal, o que compreende proteção e assistência aos familiares da vítima, investigação policial dos crimes e responsabilização judicial dos envolvidos. Essa realidade afronta sobretudo o princípio constitucional da prioridade absoluta na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. É importante estabelecer procedimentos detalhados e contínuos de investigação, elucidação e julgamento desses crimes. Recomenda-se:

12.1 À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: estabelecer protocolo e sistema unificado de registro das ocorrências do crime, que integre Segurança Pública e Sistema de Justiça, garantindo precisão das informações das vítimas e de seus familiares (nome da vítima, nome da mãe, nome do pai, data de nascimento, endereço completo, cor);

12.2 À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: dar prioridade à investigação de maneira qualificada dos homicídios contra crianças e adolescentes;

12.3 Ao Governo do Estado: fortalecer a capacidade técnico-científica da Perícia Forense do Estado na elucidação dos homicídios;

12.4 Ao Tribunal de Justiça: garantir normas e procedimentos que assegurem o acompanhamento prioritário dos processos jurídicos dos homicídios, cujas vítimas são crianças ou adolescentes;

12.5 Ao Governo do Estado: criar um comitê territorial institucional para prevenção de homicídios na adolescência em cada uma das áreas integradas de segurança do Estado;

12.6 À Assembleia Legislativa, ao Governo do Estado e ao Fundo das Nações Unidas para a Infância: manutenção do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, com a função de monitorar as recomendações do presente documento e sistematizar as informações sobre homicídios na adolescência, produzidas pelos comitês territoriais a serem estabelecidos pelo Governo do Estado.

CONCLUSÕES

CADA VIDA IMPORTA, AFINAL

Renato Roseno

Deputado estadual

Relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

// **S**e fosse seu filho, deputado, alguma coisa teria acontecido”. A mãe na audiência pública, realizada à noite no bairro periférico, dois meses após perder o filho assassinado, reclamava a total ausência de respostas do Estado diante da morte do filho. Era desespero e raiva. Ela tinha razão. Eu era, naquele momento, a representação mais próxima de alguma instituição oficial. Não há palavra que defina o que aquela mãe passa todos os dias. A ira justa de mãe faz ver a falência do Estado em garantir vida digna àquele jovem e da sociedade em dar relevância à sua morte. Em alguma medida, a mãe nos lembrava de que o que acontece a um ser humano acontece a toda humanidade. “Saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu”, cantou lancinante a adolescente na abertura de uma de nossas últimas atividades. Assim, somos todos vítimas e, ao mesmo tempo, um tanto cúmplices desta ruptura civilizatória que é o assassinato de jovens. Entre 2014 e 2015, na cidade de Fortaleza, mil mães, pais, avós, familiares, amigos enterraram seus adolescentes. Expectativas que se foram na brutalidade da violência.

“Vocês foram os primeiros”. Essa foi a resposta que muitos de nossos pesquisadores ouviram quando perguntavam “quem veio aqui após a morte de seu filho?” Essa resposta confirma que o primeiro e mais urgente desafio é dar visibilidade e relevância às mortes de jovens. São mortes e dores vividas em silêncio e solidão. Pior que isso, há um alibi perverso que atribui à vítima a responsabilidade por sua própria morte. Nos últimos anos, tenho repetido essa provocação a diferentes públicos: descrevo a cena do corpo do jovem morto com arma de fogo e, de imediato, peço uma explicação. “Foi acerto de contas”, “foi a droga”, reproduz a voz social em uníssono. Essa resposta, além de carecer de base real comprovada, naturaliza, legitima, justifica essa morte. É uma autorização social para o aniquilamento do outro. Consolida a ideia de que há matáveis e de que alguns nasceram para morrer mais cedo. A antiga categoria de “classe perigosa”, da França do século XIX, parece permanecer entre nós. É essa ideia de que há

aqueles que podem e devem morrer sem ter garantidas as conquistas básicas do Estado Democrático de Direito. É a expressão de nosso arcaísmo. Nossa “modernidade inconclusa”. De fato, se a modernidade do século XVIII estiver sintetizada na ideia de igualdade de direitos, no Brasil, nunca fomos modernos.

Sabemos que a violência é fruto de um caldeirão histórico de desigualdades e iniquidades. Há uma estrutura social que molda, limita e impede a vida plena das maiorias sociais. Nossa condição histórica de país desigual, onde as estruturas de raça, de classe, de gênero são determinantes para negação da dignidade, faz com que os mortos sejam os jovens negros e pobres, moradores das periferias urbanas. São esses jovens os matáveis de ontem e de hoje. A desigualdade de classe, de raça, de gênero nos faz distantes, da hora do nascimento à hora da morte. Pior ainda: a depender do local de nascimento e de moradia, também se estará mais vulnerável à morte matada. O Ceará saiu da 19ª para 2ª pior colocação no ranking geral do Mapa da Violência entre 2000 e 2014, alcançando mais de 42 homicídios para cada 100.000 habitantes/ano (Waiselfsz, 2016). As taxas para jovens são piores. Ainda de acordo com o Mapa da Violência, o Ceará teve em 2014 a pior taxa de homicídios por armas de fogo na população abaixo de 14 anos (4,4 para cada 100.000 habitantes/ano) e a segunda pior na faixa de 15 a 29 anos (108,1 para cada 100.000 habitantes/ano). São estatísticas piores que as de um território em conflito armado. Vivemos, portanto, num Estado em que, em menos de duas décadas, passou-se a matar muito mais e muito mais cedo. Assim, não é forçoso falar em um extermínio da juventude. Um processo que revela extermínio afetivo, protetivo, social e, por fim, físico. A palavra, por mais forte que seja, chama a atenção para a necessidade de adoção de medidas urgentes, mediante mobilização social e uma agenda interinstitucional regular, robusta, pensada desde baixo e acompanhada por instâncias participativas e sistemas de monitoramento transparentes.

Mesmo que todas essas mortes tivessem como único determinante a disputa entre redes de mercados ilegais, o que não é verdade, conclui-se que algo aconteceu no Ceará que fez com que nosso Estado alterasse tão radicalmente sua posição na taxa de homicídios entre 2000 e hoje. Isso nos obriga a esforços múltiplos para entender, mobilizar e prevenir. No mesmo período, outros estados reduziram substantivamente suas taxas. No Ceará, voltar aos índices de 2000, quando a taxa de homicídios era menor que 10 para cada 100.000 habitantes/ano, tornou-se um grande

desafio e deve ser nossa meta. O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência abraçou esse esforço de compreensão e mobilização.

Toda morte é um processo, não um evento solitário. As mortes matadas também o são. Incorrem para o assassinato, além dos determinantes estruturais (classe social, raça, gênero, geração, local de moradia), muitos outros sinais de alerta. Desde o passado de violência doméstica, abandono escolar, contato com armas, violência policial, ausência de equipamentos sociais, serviços públicos deficitários, ameaças, disputas territoriais, morte de adolescentes próximos... Tais sinais são conhecidos e não estão desconectados. São camadas em superposição que ampliam a possibilidade da letalidade. Por isso, a explicação corrente que atribui altas taxas de homicídios exclusivamente ao álibi do mercado da droga é falha. O que fizemos, ao longo deste ano, foi pesquisar, ouvir e conectar as informações.

Certa vez, ouvi de uma psicóloga encarregada de medidas socioeducativas o relato do atendimento a um adolescente que havia cometido homicídio. Durante o atendimento na unidade em que estava internado, o adolescente disse: “Vou matar quem me matou”. Ela responde explicando ao jovem o ato falho. A morte é um processo muito presente e nítido ao próprio adolescente. É a vida no fio de equilibrista. A violência é uma linguagem que se aprende desde cedo em que o matar e o morrer são possibilidades muito próximas.

Podemos atestar: essas mortes são evitáveis e não será com uma estratégia de força eminentemente repressiva que alcançaremos esse intento. A cultura punitivista, que abastece os parlamentos de pronunciamentos furiosos e medidas legislativas sem embasamento técnico algum, é ineficaz ao que se propõe e cara à sociedade. Ao contrário do que anuncia, aumenta o número de mortes e de encarcerados. Reproduz uma tragédia: que para uma camada da sociedade o caminho admissível seria a prisão ou o cemitério. Já se disse que “olho por olho, e o mundo terminará cego”. A retributividade, em que se impõe violência à violência, está fadada ao fracasso.

“Meu filho não era vagabundo”, repetia em público várias vezes uma das mães das vítimas da Chacina de Mesajana. A frase reclama justiça para um dos crimes mais chocantes da história do Ceará. Contudo, essa ideia revela a tônica dominante que evidencia que existe um matável, aquele sobre quem se espera a morte precoce. Aquele que “fez por onde”. A naturalização dessas mortes e suas justificativas socialmente difundidas foram consolidadas por

um tipo de narrativa midiática policial que cresceu muito no Brasil nas duas últimas décadas. É imperioso alterar o paradigma de debate público sobre a violência urbana. A forma como meios de comunicação de massa interpretam a violência impacta diretamente em como sociedade e governos irão enfrentá-la. Problemas complexos não podem ser resolvidos com ideias e medidas rasas.

As mortes que relatamos têm idade, cor, sexo, classe. Também têm local de moradia. Estão concentradas em territórios definidos. São comunidades marcadas pela segregação espacial e social, onde falta da segurança fundiária à rede de serviços básicos. Assim, prevenir essas mortes nos obriga a pensar a cidade, sua teia de relações e sua gestão.

Nossa conclusão é que a prevenção depende em muito da sociedade local e dos governos locais. Daí nossa opção de elaborarmos uma matriz com 12 evidências e 12 campos de recomendações. A maioria dessas é, sobretudo, de competência e responsabilidade de governos locais, com o apoio técnico e financeiro do governo estadual. Outras, mormente, da Segurança Pública e do Sistema de Justiça. Propomos uma iniciativa dos melhores esforços para pactuação de uma agenda comprometida com a redução dos crimes violentos letais contra adolescentes. São medidas factíveis que buscam ampliar circuitos de proteção de famílias mais vulneráveis, acesso prioritário a direitos da juventude, mediação de conflitos, gestão de informação, notificação de ameaças e violências, educomunicação em direitos, urbanização de territórios, participação juvenil, prioridade nos processos de reparação dos direitos no sistema de Justiça.

A constitucionalização de direitos da infância e da juventude nos anos 80 foi fruto da mobilização política da sociedade brasileira. Assim, entendemos que hoje as vozes de adolescentes, jovens e entidades civis sejam o alimento imprescindível para esse esforço. O adensamento democrático é que pode alterar o quadro das políticas públicas que incidirão sobre a realidade dos jovens. É essa mobilização que pode gerar compromisso, agenda pública, investimentos, competências, responsabilidade, monitoramento e, sobretudo, empatia. Sem empatia e alteridade não conseguiremos compreender a responsabilidade nem desenvolver o compromisso necessário para garantir a vida plena das juventudes. O que os jovens nos mostraram na trajetória do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência é que eles e elas demandam não um julgamento moral autoritário e aprisionante, mas uma relação afetuosa com o mundo e a possibilidade de

reescrever seu futuro. Quando jovens afirmam: “Nada sobre nós sem nós”, reclamam consideração, reconhecimento e respeito à sua condição humana.

Por fim, afeto é o que nos afeta. Não se pode proteger sem compreender o outro, sem se deixar afetar por ele. No lugar do medo que nos domina, que desenha cidades aprisionadas, que formata políticas de força violenta, que alimenta intolerâncias, que justifica o aniquilamento, precisamos de políticas de promoção de encontro, alteridade, dignidade, justiça.

O trabalho deste relatório é coletivo. Tenho alegria de agradecer a todas as instituições que fizeram essa iniciativa possível, a começar pela Assembleia Legislativa, na pessoa do presidente José Albuquerque, que abraçou essa agenda e garantiu nosso mergulho nessa tarefa ao longo de todo o ano de 2016, ao Unicef, na pessoa de seu coordenador no Ceará, Rui Aguiar, às instituições governamentais, às entidades da sociedade civil e aos conselhos de direitos que compuseram o comitê. Numa casa de convicções políticas e de vida tão diferentes, devo registrar e agradecer aos demais parlamentares que concertaram a agenda que permitiu a existência desse colegiado – deputados Ivo Gomes, Zé Ailton Brasil, Augusta Brito e Bethrose Fontenele. Ressalto, ainda, o valor inestimável de uma equipe técnica à altura de seu desafio e comprometida eticamente com a transformação da realidade de adolescentes e jovens em nosso Estado, sob coordenação do Instituto OCA. O mérito é e deve ser compartilhado com todos que fizeram parte dessa iniciativa, todas as instituições que nos abriram suas portas e todos os profissionais que nos dedicaram seus esforços. Registro ainda o aprendizado generoso e engajado e as contribuições críticas de nossos consultores, Professora Ângela Pinheiro e Dr. Antonio Lima.

É necessário buscar não somente o viável, mas tudo o que for necessário para a garantia dos direitos humanos de todos e todas. Os direitos humanos e fundamentais são instrumentos para a democracia e a defesa de uma sociedade justa. Eles não podem ser destituídos em razão de lógicas rentistas e mercantis, conforme se vê agora com o desmonte de nossa ordem constitucional em razão do ajuste fiscal que apenas os que mais dependem dos serviços públicos. Mais que nunca, é preciso compromisso com um projeto societário de dignidade, igualdade e equidade.

Ouvimos muitas vozes, sobretudo de mães e familiares. Todas essas vozes ensinavam que se morria um tanto e a cada dia depois da morte do filho. Essa tragédia não

poderá ser esquecida. Toda a sociedade morre um pouco com a morte de seus jovens. A narrativa mais comum sobre investimentos na infância e juventude quer justificar tais investimentos afirmando que crianças, adolescentes e jovens seriam futuro. Sempre entendemos como limitada essa narrativa. Não se pode respeitar, proteger e ter afeto por alguém em razão do que aquele alguém será, mas, sim, pelo que se é. Essas juventudes são presente. Têm vozes, atitudes, expectativas, potencialidades. Para elas há um futuro escrito que em muito se apresenta como repetição piorada do presente. Nossas humanidades residirão na possibilidade de recusarmos a fatalidade deste futuro escrito e reescrevermos um novo futuro. Sair da intenção ao gesto e isso é urgente. Afinal, cada vida importa.

ANEXOS

EXPEDIENTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Mesa Diretora

Presidente

Zezinho Albuquerque

1º Vice-presidente

Tin Gomes

2º Vice-presidente

Danniel Oliveira

1º Secretário

Sérgio Aguiar

2º Secretário

Manoel Duca

3º Secretário

João Jaime

4º Secretário

Joaquim Noronha

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

Presidente

Ivo Gomes

Deputado Estadual

Relator

Renato Roseno

Deputado Estadual

Coordenador técnico

Rui Rodrigues Aguiar

Coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância para o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte

Membros das comissões técnicas

Augusta Brito

Deputada estadual - Presidenta da Comissão de Juventude

Bethrose Fontenele

Deputada estadual - Presidenta da Comissão de Infância e Adolescência

Zé Ailton Brasil

Deputado estadual - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

Secretária-executiva

Ranne Almeida

Conselho consultivo

Ângela Pinheiro

Antonio Silva Lima Neto

INSTITUIÇÕES

Assembleia Legislativa do Ceará

Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

Comissão de Infância e Adolescência

Comissão de Juventude

Governo do Ceará

Coordenaria Especial de Políticas Públicas de Direitos Humanos

Coordenaria Especial de Políticas Públicas de Juventude

Pacto por um Ceará Pacífico

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Vice-Governadoria

Fundo das Nações Unidas para a Infância**Prefeitura de Fortaleza**

Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza

Universidades

Universidade Estadual do Ceará

Universidade Federal do Ceará

Universidade Regional do Cariri

Universidade Vale do Acaraú

Sistema de Justiça

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará

Conselhos

Conselho Estadual de Assistência Social

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Regional de Psicologia

Sociedade

Fórum de Organizações Não Governamentais em

Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ordem dos Advogados do Brasil - seção Ceará

Assessoria de Comunicação

Adriano Muniz

Ivna Girão

Lara Vasconcelos

Mariana Cunha

Ranne Almeida

Renata Soares

RELATÓRIO FINAL

Textos e edição

Raimundo Madeira

Discussão e revisão

Ângela Pinheiro
Benjamim Lucas
Camila Holanda
Daniele Negreiros
Joaquim Araújo
Renata Soares
Renato Roseno
Rui Rodrigues Aguiar
Thiago de Holanda

Recomendações

Ângela Pinheiro
Antonio Silva Lima Neto
Benjamim Lucas
Boris Diechtiareff
Caio Feitosa
Camila Holanda
Casimira Benge
Clarissa Freitas
Daniele Negreiros
Florencio de Queiroz Neto
Helena Martins
Gualter Bezerra
Joaquim Araújo
Mario Volpi
Rafael Barros
Raimundo Madeira
Renata Soares
Renato Roseno
Robert Gass
Rui Rodrigues Aguiar

Projeto gráfico e finalização

Yuri Leonardo

Diagramação

Yuri Leonardo
Leandro Bayma

Fotos

Davi Pinheiro
Felipe Abud
Lucas Moreira Victor
Rafael Limaverde
Campanha Mídia sem Violação de Direitos
Fórum DCA
Agência Brasil
Divulgação

Ilustrações

Rafael Limaverde

ATIVIDADES

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Facilitação e sistematização

Benjamim Lucas
Boris Diechtiareff
Caio Feitosa
Camila Holanda
Camila Silveira
Daniele Negreiros
Danyele Coelho
David Araújo
Farias Filho
Felipe Augusto
Florencio de Queiroz Neto
Frida Popp
Gualter Bezerra
Luciane Reis
Joaquim Araújo
Mariana Cunha
Marina Oliboni
Mayara Justa
Miguel Rodrigues
Nadja Furtado Bortolotti
Pádua Araújo
Pádua Campos
Raimundo Madeira
Ranne Almeida
Regis Pereira
Régis Wendel
Renata Soares
Thiago de Holanda

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

PESQUISA

Coordenação geral

Thiago de Holanda

Coordenação de campo

Benjamim Lucas

Daniele Negreiros

Consultoria

Camila Holanda

Análise de dados

José Florencio de Queiroz Neto

Pesquisa de campo

Amanda Barbosa

Ana Paula Neves

Auxiliadora de Paula Gonçalves

Claudia Costa

Diego Medeiros

Elaine Marinho

Francimara Carneiro

Gabriela Colares

João Pedro de Santiago Neto

Joyce Hilario

José André de Andrade

Josileine Araujo

Juliana Guimarães

Juliana Marques

Letícia Sampaio

Lourdes Rafaella Florencio

Marcela Andrade

Marcos Levi

Paulo Henrique Lima

Roberta de Castro

Thiago Garcez

Ticiane Santiago

Tuany Moura

Verônica Benevides

Articulação comunitária

Francisca da Silva Nobre

Joaquim Araújo

Núbia Alves Sousa

Rafael Agostinho

Colaboração

João Paulo Barros

Ricardo Moura Braga Cavalcante

Luís Fábio Silva Paiva

SEMINÁRIOS

PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA: ARMAS E DROGAS

Convidados

Bruno Langeani

Julio Jacobo Waiselfisz

Luciana Boiteux

Luís Fábio Silva Paiva

Michele Ramos

Rafael Baquit

PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA: CUSTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS HOMICÍDIOS, CULTURA DO MEDO E DA VIOLÊNCIA, POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO À IMPUNIDADE

Convidados

Daniel Cerqueira

Flávia Soares

Flora Daemon

Gabriela Macedo Lacerda

Guilherme Pacífico da Silva

Helena Martins

Michel Misse

Suzana Varjão

Mediação

Ângela Marinho

Camila Holanda

César Barreira

Rui Rodrigues Aguiar

Thiago de Holanda

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

PRESIDÊNCIA

Ivo Gomes

Deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), ex-secretário de Educação de Sobral e de Fortaleza. Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, tem mestrado pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Em 2004 e 2005, atuou como presidente do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Ceará em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

RELATORIA

Renato Roseno

Deputado estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, tem mais de 20 anos de ativismo na área de direitos humanos, especialmente em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, mas também pelo direito à moradia, à saúde e à educação, por respeito ao meio ambiente e pela efetivação e ampliação da participação e do poder popular. É servidor público federal licenciado do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS) do Ministério do Desenvolvimento Social.

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Rui Rodrigues Aguiar

Chefe do Escritório do Fundo das Nações para a Infância (Unicef) para o Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, também já foi consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). É doutor em Educação Brasileira e professor da Universidade Federal do Ceará. Atuou na coordenação do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, iniciativa que inspirou o Governo do Ceará a criar o Programa Alfabetização na Idade Certa, também do qual foi coordenador.

SECRETARIA EXECUTIVA

Ranne Almeida

Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará, possui MBA em Ciências Políticas, Sociedade e Governo pela Universidade do Parlamento Cearense. Foi repórter de Política do Jornal O Povo, coordenadora de Comunicação da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza e coordenadora de Comunicação da Secretaria das Cidades do Ceará.

CONSULTORIA

Ângela Pinheiro

Psicóloga com mestrado em Psicologia Social e doutorado em Sociologia. Professora da Universidade Federal do Ceará, integrante do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança - Nupec, por meio do qual vem desenvolvendo ações políticas em defesa de direitos de crianças e adolescentes, desde a fundação, em 1984.

Antonio Silva Lima Neto

Médico, com residência em Medicina Preventiva e Social e mestrado em Epidemiologia Ambiental e Políticas. Doutorando em Saúde Coletiva, é também professor do curso de Medicina da Universidade de Fortaleza e gerente da Célula de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza. Tem se dedicado ao monitoramento e à análise epidemiológica e espacial de Eventos de Interesse de Saúde Pública, como os homicídios de crianças e adolescentes, com particular ênfase à elucidação de determinantes demográficos, sociais e ambientais

PESQUISA

COORDENAÇÃO GERAL

Thiago de Holanda Altamirano

Sociólogo, mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza e coordenador da Política da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza. Trabalhou como consultor do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.

COORDENAÇÃO DE CAMPO

Benjamin Lucas

Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador na área de infância, adolescência e família em situações de vulnerabilidade social.

Daniele Negreiros

Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza, é mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará e tem formação em Psicologia Fenomenológico-Existencial, Gestalt e Abordagem Rogeriana. Atuou como psicóloga em organizações não governamentais, em serviços públicos de assistência social e no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Ppcaam).

CONSULTORIA

Camila Holanda Marinho

Doutora em Sociologia, pesquisadora e professora da Universidade Estadual do Ceará. Com diversos estudos realizados sobre a condição infanto-juvenil em cenários de violência e desigualdade social, também possui experiência em gestão de políticas públicas na área da infância e adolescência.

ANÁLISE DE DADOS

José Florencio de Queiroz Neto

Graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Banco de Dados pela Universidade Estadual do Ceará, por onde também tem mestrado em Computação Aplicada. Como doutorando em Ciência da Computação pela UFC, desenvolve pesquisa na área de softwares de visualização analítica para crimes violentos com aprendizagem automática. Tem experiência profissional em gestão da tecnologia da informação, banco de dados e análise de dados.

PESQUISADORES

Amanda Silva Barbosa

Socióloga e pesquisadora nas áreas da antropologia das instituições e sociologia política, abarcando os temas de direitos humanos e participação social. É mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará.

Ana Paula Neves Lopes

Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tem mestrado em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará.

Auxiliadora de Paula Gonçalves Holanda

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, mestra em Política Educacional pela Universidade de Brasília e arte-terapeuta pelo Instituto Aquilae-Fortaleza.

Claudia Costa

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará e mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela mesma instituição, onde ainda atua como pesquisadora colaboradora do Núcleo de Pesquisas Sociais, pesquisadora membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades, Gênero e Família e professora substituta do curso de Serviço Social.

Diego da Silva Medeiros

Sociólogo formado pela Universidade Estadual do Ceará, é especialista em Saúde Pública e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da mesma instituição.

Elaine Marinho Bastos

Assistente social e psicóloga, tem especialização em Psicologia infantil e Neuropsicodiagnóstico e mestrado em Administração. É pesquisadora da Universidade Federal do Ceará, ligada ao Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e ao Núcleo de Estudos sobre o Trabalho e Sofrimento Psicológico. Atua como psicóloga clínica e professora universitária em cursos de graduação e pós-graduação em faculdades de Fortaleza.

Francimara Carneiro Araújo

Assistente social formada pela Universidade Estadual do Ceará, mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e membro da coordenação colegiada do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Cedeca-Ceará.

Gabriela Colares

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Atuou como Bolsista de Iniciação Científica do CNPq nos projetos "Curadores tradicionais no Ceará: inserção social, perfil terapêutico e contribuição para a saúde pública" e "Saúde indígena no Ceará: especialistas e práticas tradicionais em culturas diferenciadas". Foi pesquisadora de campo no projeto "A importância relativa da capacidade genérica e específica na redução de vulnerabilidade à variação climática", desenvolvido pela National Science Foundation.

João Pedro de Santiago Neto

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, tem mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição. É professor substituto do curso de licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, onde atua também como pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre as Cidades. Tem experiência na área de pesquisa com ênfase em Sociologia Urbana e dos Conflitos, abordando temas como cidade, criminalidade, juventude, saúde e substâncias psicoativas.

Joyce Hilario Maranhão

Psicóloga, especialista em Pediatria e Psicopedagogia e mestranda em Saúde da Família pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família da Universidade Federal do Ceará.

José André de Andrade

Licenciado em História pela Universidade Regional do Cariri, é especialista em Sociologia pela mesma instituição e mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. Tem formação complementar em Gestão e Produção Cultural, Teatro e Literatura e atua como professor.

Josileine Araujo de Abreu

Graduada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, tem estudos centrados na Sociologia Urbana, analisando as dinâmicas de morar nas periferias de Fortaleza e articulando compreensões sobre a cidade, a política habitacional e as trajetórias familiares.

Juliana Guimarães e Silva

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará, tem doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e atua como pesquisadora colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos em Violência e Saúde Jorge Carelli, também da Fiocruz. Já desenvolveu atividade docente no curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é pesquisadora colaboradora da Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza. Atualmente, cumpre estágio de pós-doutorado no Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Atua como pesquisadora dos temas relacionados a violência e juventude, gênero, políticas públicas e avaliação de serviços de saúde.

Juliana Marques

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará e mestrado em Cuidados Clínicos em Saúde pela mesma instituição. É aluna do doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará e docente da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza. Tem experiência de pesquisa nas áreas de enfermagem e promoção e educação em saúde, atuando principalmente com os temas de saúde do adolescente e prevenção da violência sexual.

Leticia Sampaio Pequeno

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, é mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social e pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades, Gênero e Família, pela mesma instituição. Tem experiência em pesquisa na área de Serviço Social, com ênfase em relações de gênero, relações étnico-raciais e juventude.

Lourdes Rafaella Santos Florencio

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil e em História pela Universidade Regional do Cariri, é doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e pesquisadora nas áreas de Ensino de História e História da Educação, Gênero e Diversidade Étnico-Racial.

Marcela Andrade Lucena

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, onde realizou pesquisas nas áreas de Sociologia e Antropologia Urbana. Mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, é integrante do Núcleo de Antropologia das Artes, Ritos e Sociabilidades Urbanas, na mesma instituição.

Marcos Levi Ferreira Nunes de Sousa

Educador social, licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Coordenou o Núcleo de Articulação de Educadores Sociais de Rua de Fortaleza, foi articulador institucional da Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua de Fortaleza e da Campanha Nacional Criança Não é de Rua e assessor da Rede ECPAT Brasil, uma coalizão de organizações da sociedade que trabalha pela eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Paulo Henrique Lima de Oliveira

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Administração Pública pela Universidade de Pedro Leopoldo, mestre em Geografia Humana pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor de Ensino Superior e profissional com deficiência, é coordenador do projeto “Cadeiras que rodam”.

Roberta de Castro Cunha

Assistente social da Defensoria Pública da União no Ceará, é especialista em Gerência de Recursos Humanos e mestra em Políticas Públicas e Sociedade, pela Universidade Estadual do Ceará. Atuou como coordenadora das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Fortaleza nos anos de 2005 a 2007, período de municipalização da medida de liberdade assistida.

Thiago Cavalcante Garcez

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará e mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela mesma instituição, é também especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Ticiana de Santiago Sá

Doutora em Educação, possui mestrado e graduação em Psicologia, atuando nas áreas Social e da Educação. É membro do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança - Nucepec. Com base na perspectiva histórico-cultural, pesquisa sobre políticas e práticas voltadas à infância e à juventude na promoção do desenvolvimento humano e social.

Tuany Maria Sousa Moura

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará, tem mestrado em Políticas Públicas e Sociedade pela mesma instituição. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de Sociologia do Instituto Federal do Pará, é também membro do Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidade e Organização Social, no mesmo instituto.

Verônica Maria Benevides Pedrosa

Pedagoga e pesquisadora colaboradora no Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará nas áreas de Educação e Direitos Humanos, tem mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela mesma instituição. É também especialista em Gerência de Recursos Humanos pela Universidade Estadual do Ceará e em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira.

ARTICULADORES COMUNITÁRIOS**Francisca da Silva Nobre**

Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará e estudante de Psicologia na Universidade de Fortaleza. Educadora social na Associação Beneficente Pastoral do Menor, atuou no Programa de Proteção a Crianças e Adolescente Ameaçado de Morte (Ppcaam) e no Acolhimento Institucional Casa dos Meninos da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza. É membro da coordenação colegiada do Núcleo de Articulação de Educadores Sociais de Rua de Fortaleza e supervisora no Programa de Jovens e Adultos do Movimento de Educação de Base.

Joaquim Araújo

Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará e em Ciências Religiosas pela Universidade Vale do Acaraú, bacharel em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza e especialista em Arte-Educação pela então Faculdade Darcy Ribeiro, renomeada Faculdade Padre Dourado. Diretor de teatro, pesquisador da cultura popular e defensor dos direitos da criança e do adolescente, também tem cursos de extensão em direitos humanos e em mediação de conflitos pela Universidade Federal do Ceará.

Núbia Alves Sousa

Pedagoga pela Universidade Vale do Acaraú, tem pós-graduação em Gestão e Coordenação Escolar pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Como educadora social, tem atuação em diversas instituições do terceiro setor e do poder público.

Rafael Agostinho Araújo

Biólogo educador social com quase 20 anos de atuação junto ao público de crianças e adolescentes, participou da pesquisa “Sete sentimentos capitais”, sobre exploração sexual de crianças e adolescentes em Fortaleza. Atualmente, desenvolve trabalho de formação política e desenvolvimento comunitário em dez comunidades de Fortaleza pela Associação Beneficente O Pequeno Nazareno.

SEMINÁRIOS**PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA: ARMAS E DROGAS****Bruno Langeani**

Graduado em Direito e em Relações Internacionais, coordenador da área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz - organização com sede em São Paulo que desenvolve ações de prevenção e redução da violência, com foco principal para o controle de armas. O instituto surgiu em 1999 a partir de uma campanha pelo desarmamento, lançada dois anos antes por um grupo de estudantes. Desde então, o instituto tem trabalhado com iniciativas de valorização da convivência, participação e formação de empreendedores, projetos para melhorar a atuação das polícias e assessorias a prefeituras na realização de diagnósticos e planos locais de prevenção da violência.

Julio Jacobo Waiselfisz

Diretor de pesquisa do Instituto Sangari, é responsável pela série de estudos, publicados desde 1998, intitulada Mapa da Violência. Sociólogo formado pela Universidade de Buenos Aires, mestre em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador da área de estudos sobre violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

Luciana Boiteux

Professora de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua também como coordenadora do Grupo de Pesquisa em Política de Drogas e Direitos Humanos. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tem mestrado em Direito da Cidade e doutorado em Direito Penal.

Luís Fábio Silva Paiva

Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará, por onde tem doutorado em Sociologia. O LEV nasceu do trabalho desenvolvido por professores e estudantes da UFC ao perceberem a necessidade de construir, no espaço acadêmico, um local que abrangesse estudos aprofundados sobre violência, conflitos sociais, direitos humanos e cidadania. O laboratório congrega estudantes, professores e pesquisadores de diversas áreas acadêmicas e representantes de diferentes setores da sociedade.

Michele Ramos

Pesquisadora do Instituto Igarapé, possui bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo e mestrado em Segurança Internacional pela Sciences Po, na França. O Instituto Igarapé atua com os temas de política sobre drogas nacional e global, segurança cidadã, construção da paz, desenvolvimento sustentável e segurança cibernética, com o objetivo de propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. Com sede no Rio de Janeiro e representações em outras cidades do mundo, como Bogotá e Cidade do México, o instituto mantém parcerias e projetos em mais de 20 países, incluindo Argentina, Bolívia, Canadá, Colômbia, Egito, El Salvador, Guatemala, Haiti, Índia, Quênia, México, Noruega, África do Sul, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos e Venezuela.

Rafael Baquit

Médico psiquiatra do Hospital de Saúde Mental de Messejana e do Centro de Atenção Psicossocial - Caps Álcool e Outras Drogas em Iguatu e membro da Associação Brasileira de Redução de Danos e do coletivo Balance Redução de Riscos e Danos, que desenvolve campanhas em relação ao uso de drogas sintéticas, especialmente nas cenas eletrônicas e festas raves. Com o entendimento de que a proibição do uso de substâncias psicoativas mata mais que qualquer droga, o coletivo defende a regulamentação de todas as drogas e integra uma rede formada por grupos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia.

PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA: CUSTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS HOMICÍDIOS, CULTURA DO MEDO E DA VIOLÊNCIA, POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO À IMPUNIDADE

Daniel Cerqueira

Técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Desde 1999, estuda economia do crime e políticas de segurança pública e é autor do Mapa de Homicídios Ocultos no Brasil e de outras pesquisas relacionadas ao tema, como a distribuição territorial dos homicídios no país e a análise dos custos e consequências da violência.

Flávia Soares

Promotora de Justiça, especialista em Ciências Criminais, mestre em Direito Constitucional, membro do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos e coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Ministério Público do Ceará.

Flora Daemon

Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pós-doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, de onde é pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos da Violência e Comunicação, e autora do livro "Sob o signo da infâmia: das violências em ambientes educacionais às estratégias midiáticas de jovens homicidas/suicidas".

Gabriela Macedo Lacerda

Secretária extraordinária de Ações Estratégicas do Espírito Santo, cuja pasta está integrada ao primeiro nível hierárquico da administração direta, com o foco principal na prevenção e redução da criminalidade. Socióloga com especialização em Direito Constitucional, atuou como representante do Ministério da Justiça no Estado e na Secretaria Nacional de Segurança Pública, entre 2009 e 2014, coordenando e articulando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Em 2014, coordenou a elaboração de planos municipais de prevenção da violência letal contra adolescentes e jovens no Espírito Santo, em parceria com o Unicef e o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

Guilherme Pacífico da Silva

Subsecretário de Integração Institucional do Espírito Santo pela segunda vez, vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, foi tenente do Exército e atuou como delegado de Polícia durante 17 anos no Rio Grande do Sul.

Helena Martins

Jornalista, representante do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social no Conselho Nacional de Direitos Humanos, integrante do Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe e doutoranda em Comunicação Social pela Universidade de Brasília.

Michel Misse

Pesquisador da área de violência, com diversos estudos publicados sobre o tema. "Quando a Polícia mata" e "O inquérito policial no Brasil" são alguns dos livros escritos por ele em coautoria. Doutor em Sociologia, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde fundou em 1999 o Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana, sendo o atual diretor.

Suzana Varjão

Jornalista, mestre em Cultura e Sociedade, gerente do Núcleo de Qualificação e Monitoramento de Mídia, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi-Comunicação e Direitos Humanos), fundadora do Movimento Estado de Paz, que articula comunicadores em torno do debate sobre o tema, e autora do livro "Micropoderes, macroviolências: mídia impressa/aparato policial", um estudo comparativo das coberturas policiais feitas pelos jornais A Tarde, Correio da Bahia e Tribuna da Bahia.

PARTICIPAÇÕES

Assessorias parlamentares
 Associações artísticas
 Associações comunitárias
 Câmaras municipais - vereadores e assessorias parlamentares
 Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
 Coletivos de cultura
 Comunidades terapêuticas
 Conselhos Comunitários de Defesa Social
 Conselhos Municipais de Educação
 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente
 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
 Conselhos tutelares
 Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude do Governo do Estado
 Corpo de Bombeiros
 Empresários
 Escolas - diretores, coordenadores, professores e estudantes, conselhos escolares
 Escritório de Advocacia
 Espaço de Psicologia
 Grupos de quadrilha junina
 Guardas municipais
 Igreja - Conselhos Pastorais e Pastorais Sociais
 Judiciário - juizes de Vara da Família
 Ministério Público - promotores de Justiça
 Mobilizadores sociais
 Movimentos indígenas
 Movimentos de juventude
 Movimentos estudantis
 Movimentos LGBT - Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros
 Núcleo de Cidadania dos Adolescentes
 Ordem dos Advogados do Brasil - seção Ceará - Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comissão de Direitos Humanos
 Organizações não governamentais - institutos, fundações, conselhos e redes
 Partidos políticos
 Polícia Civil - policiais civis
 Polícia Militar - policiais militares
 Polícia Rodoviária Federal - policiais rodoviários federais
 Prefeituras - prefeitos, vice-prefeitos, primeiras-damas e secretários municipais
 Projetos sociais
 Secretarias municipais: Ação/Assistência/Desenvolvimento Social - Centros de Referência da Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Creas), Serviços de Acolhimento Institucional - abrigos, Agricultura e Pecuária, Conservação, Controladoria e Ouvidoria-Geral, Cultura, Educação, Esporte, Finanças, Gestão e Planejamento, Saúde - Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Centros de Saúde da Família e Escola de Redutores de Danos, Segurança, Trabalho e Urbanismo
 Secretarias estaduais: Educação Básica - Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação, Juventude, Segurança Pública e Defesa Social, Trabalho e Desenvolvimento Social - Sistema Socioeducativo - centros educacionais e unidade de semiliberdade
 Sindicatos
 Trabalhadores - autônomos, operários e profissionais liberais
 Universidades - reitores, pró-reitores, diretores, professores e estudantes
 Vice-Governadoria - Pacto pelo Ceará Pacífico e vice-governadora.

ANEXOS

CONCLUSÕES

RECOMENDAÇÕES

O ESTADO

A COMUNIDADE

A FAMÍLIA

O ADOLESCENTE

QUEM SE IMPORTA

APRESENTAÇÃO

FONTES DE CONSULTA

QUEM SE IMPORTA

<http://antigo.brasildefato.com.br/node/10950>
<http://antigo.brasildefato.com.br/node/11215>
http://www.antropologia.com.br/res/res33_2.htm
<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-epidemia-dos-linchamentos-5726.html>
<http://ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/14784-ceara-pobreza-e-desigualdade-tem-queda-drastica-em-10-anos>
<https://configuracoes.revues.org/1509>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=832967>
<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/fortaleza-tem-o-maior-numero-de-homicidios-entre-as-capitais-do-pais-11398839>
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fohatee/fm2003200010.htm>
<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/fortaleza-chega-25-milhoes-de-habitantes-segundo-ibge.html>
<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/fortaleza-e-uma-das-cidades-mais-desiguais-da-america-latina-diz-onu.html>
<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20150609/do20150609p01.pdf>
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232
http://istoe.com.br/30400_MAUQUINA+DE+ESCANDALOS/
http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/1diagnostico-homicidios.pdf
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf
 MAPA DA VIOLÊNCIA 2012
http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php
<https://nacoesunidas.org/estudo-do-unodc-mostra-que-partes-das-americas-e-da-africa-registram-os-maiores-indices-de-homicidios/>
<https://nacoesunidas.org/onu-50-mil-pessoas-foram-assinadas-no-brasil-em-2012-isto-equivale-a-10-dos-homicidios-no-mundo/>
<http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-10-dos-homicidios-do-mundo-19537676>
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/12/12/noticiasjornaleconomia,3361965/44-das-cidades-cearenses-estao-entre-os-piores-pibs-do-pais.shtml>
<http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/download/80/212>
<http://rollingstone.uol.com.br/blog/cultura-de-rua/rapper-sabotage-hip-hop-documentario-mestre-do-canao#imagem0>
<http://rollingstone.uol.com.br/noticia/depois-de-treze-anos-presos-rapper-dexter-comemora-liberdade/>
<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/52778>
<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/junho/mortes-de-criancas-e-adolescentes-por-causas-externas-aumentam-desde-a-decada-de-1980-e-representam-quase-30-dos-obitos-em-2013>
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/504858/noticia.html?sequence=1>
http://www.unicef.org/brazil/pt/media_28807.htm
<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2011/10/06-global-study-on-homicide-2011.html>

O ADOLESCENTE

<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/pauta/marco-legal-da-primeira-infancia-e-um-passo-importante-para-o-avanco-nas->
<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/documentos/audiencias-publicas/APRESENTACAO%20JULIO%20JACOBO.pptx>
<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/492785-CPI-CONCLUI-QUE-HA-%E2%80%9CGENOCIDIO-SIMBOLICO%E2%80%9D-CONTRA-JOVENS-NEGROS-NO-PAIS.html>
<http://docslide.com.br/documents/castaneda-o-machismo-invisivel-cap1-fichamento.html>
<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2011/02/falta-de-empatia-em-criancas-pode-gerar-comportamento-violento-futuro.html>
<http://www.geledes.org.br/onu-racismo-no-brasil-e-estrutural-e-institucionalizado/>
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27714
http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/1diagnostico-homicidios.pdf
<http://juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano>
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf
 MAPA DA VIOLÊNCIA 2012
http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php
<https://nacoesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>
<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>
<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14768/3601>
 para-propor-mais-atencao-a-primeira-infancia/aplicativos
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a10.pdf>
<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2012/06/GuiaPMPI.pdf>
<http://revistaneuroeducacao.com.br/o-cerebro-adolescente/>
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/25/senado-reune-especialistas-https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/08/em-relatorio-cpi-apresenta-sugestoes-para-acabar-com-genocidio-da-juventude-negra/tablet>
<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>
http://www.soudapaz.org/upload/pdf/armas_de_fogo_protecao_ou_risco.pdf
http://www.unicef.org/brazil/pt/media_28807.htm

<http://www.unicef.org/brazil/sowc2011/cap1.html>
<http://www.unicef.org/brazil/sowc2011/cap2.html>
<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2013/11/14-unodc-apresenta-normas-internacionais-de-prevencao-ao-uso-de-drogas-no-simposio-internacional-sobre-abuso-de-alcool.html>
<http://zeroaseis.org.br/projeto/vacinas-contr-a-violencia/>
<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/09/para-onu-racismo-no-brasil-e-institucionalizado-4596829.html>

A FAMÍLIA

<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62272-justica-restaurativa-o-que-e-e-como-funciona>
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1786011-2-em-3-menores-infratores-nao-tem-pai-dentro-de-casa.shtml>
<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>
<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>
<http://mds.gov.br/ acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protacao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>
http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/1diagnostico-homicidios.pdf
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf
 MAPA DA VIOLÊNCIA 2012

A COMUNIDADE

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf>
<https://www.cearaagora.com.br/site/2016/09/deficit-habitacional-e-desafio-para-o-proximo-prefeito-de-fortaleza/>
<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/moradia-de-contrastes-1.1576052>
<http://www.esticadoresdehorizontes.com/cultura>
<http://indicadores.safernet.org.br/>
<http://www.intervezes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29609>
http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/1diagnostico-homicidios.pdf
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf
 MAPA DA VIOLÊNCIA 2012
<http://oglobo.globo.com/sociedade/uruguai-nao-tem-mortes-ligadas-ao-trafico-desde-que-legalizou-maconha-diz-secretario-12705265>
<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/38952/uruguai+aprova+lei+de+meios+e+fara+reforma+do+setor+de+midia+em+2015.shtml>
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/01/19/noticiasjornalpolitica,2991525/o-preocupante-quadro-da-desigualdade-social-em-fortaleza.shtml> <http://www.revistaforum.com.br/digital/especial/uruguai-referencia-esquerda/>

O ESTADO

<http://www.abifumo.org.br/produ.htm>
<http://abordagempolicial.com/2015/07/como-funciona-uma-sala-legal-de-uso-de-drogas-no-canada/>
<http://abracesperanca.com.br/2015/11/o-que-e-canhamo-entenda-as-diferencas-entre-canhamo-e-maconha/>
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/resolucao-determina-fim-dos-autos-de-resistencia-em-registros-policiais>
<http://www.anced.org.br/?p=5902>
<https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/letalidade-da-pm-e-escandalosa-diz-diretor-da-anistia-internacional-br/>
http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/drogas_historia_cocaina.htm [http://www.bat.com/group/sites/uk__9d9kcy.nsf/vwPagesWebLive/DOA9CHWZ/\\$FILE/medMDA7FPVM.pdf?openelement](http://www.bat.com/group/sites/uk__9d9kcy.nsf/vwPagesWebLive/DOA9CHWZ/$FILE/medMDA7FPVM.pdf?openelement)
http://www.bbc.com/portuguese/celular/noticias/2013/08/130812_prisao_eua_drogas_cc.shtml
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130518_oea_maconha_drogas_relatorio_rw
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151103_eua_presos_ac http://www.beerlife.com.br/portal/default.asp?id_texto=14
<http://blog.beerplace.com.br/as-12-cervejarias-mais-antigas-do-mundo/>
<http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/os-medicos-a-legalizacao-da-maconha-535908.html>
<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/27/decisao-do-stf-sinaliza-reforma-na-politica-de-drogas-no-brasil/>
http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/11/politica/1415732921_778564.html http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/18/internacional/1434585423_932778.html http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/22/internacional/1461326489_800755.html <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-policia-brasileira-mata-5-pessoas-por-dia,10000020489>
<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lei-de-drogas-superlota-penitenciarias--aponta-estudo,10000004742>
<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/08/cigarro-mata-mais-de-5-milhoes-de-pessoas-segundo-oms>
<http://br.fri.fr/franca/20150408-parlamento-da-franca-aprova-criacao-de-salas-para-o-consumo-de-drogas>
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267>
<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/510837-DEPUTADOS-DIVERGEM-SOBRE-RETIRADA-DA-URGENCIA-DA-PROPOSTA-SOBRE-AUTOS-DE-RESISTENCIA.html>
<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/511369-PROJETO-TORNA-MAIS-RIGIDA-INVESTIGACAO-DE-MORTES-EM-CONFRONTOS-COM-POLICIAIS.html>
<http://www.cartacapital.com.br/economia/maconha-um-mercado-de-quase-6-bilhoes>
<http://www.cartacapital.com.br/revista/859/da-guerra-ao-comercio-7458.html> <http://www.cartacapital.com.br/saude/alcool-mata-mais-do-que-aids-e-violencia-4384.html>
<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/e-hora-de-pensar-diferente-1489.html> <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/sob-a-lei->

-espanhola-69-dos-presos-por-trafico-no-brasil-estariam-livres-3087.html
<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FDireitos-Humanos%2FAs-drogas-nao-sao-o-problema-entrevista-com-o-neurocientista-Carl-Hart-%2F5%2F30021>
<https://catraquinha.catractalivre.com.br/geral/defender/indicacao/as-criancas-estao-na-mira-da-industria-do-tabaco-alerta-especialista/>
http://www.cedecaceara.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Relatorio_Inspecoes_2016-V3.pdf
<https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>
<http://coletivodar.org/2011/10/salas-seguras-para-uso-de-drogas-supremo-tribunal-do-canada-decide-pela-constitucionalidade-por-salvarem-vidas/>
<http://coletivodar.org/2013/02/conheca-o-interior-de-um-centro-de-uso-seguro-de-drogas/>
<http://coletivodar.org/2013/02/criacao-de-espaco-para-consumo-de-drogas-gera-polemica-na-franca/>
<http://coletivodar.org/2015/08/industria-do-canhamo-pode-ser-solucao-economica-para-o-sertao/>
<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/custo-chega-a-r-4-mil-por-mes-11375827>
<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/sequestro-e-marco-no-sistema-prisional-1.846044>
https://ec.europa.eu/portugal/news/mercado-das-drogas-il%C3%ADcitas-na-ue_en
<http://edelei.org/pag/reducao-danos>
http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/01/18/internas_economia,609055/porre-de-perdas.shtml
<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/08/experiencia-do-uruguai-com-liberacao-completa-da-maconha.html>
<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio>
<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/03/1424768-drogas-sao-ameaca-que-movimentam-r-750-bi-por-ano-diz-onu.shtml>
<http://www.forumseguranca.org.br/>
<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/nove-foram-mortos-por-policiais-por-dia-em-2015-no-brasil-diz-estudo.html>
<http://www.gazetadopovo.com.br/saude/stf-decide-sobre-futuro-do-cigarro-csrp6ac0pg750r3v5upmllw7i>
<http://gizmodo.uol.com.br/uma-breve-historia-da-cerveja/>
<https://www.growroom.net/2016/05/12/14-motivos-para-ir-marcha-da-maconha/>
<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/lei-seca-lei-foi-porre-435533.shtml>
<http://www.igl.net/wwwcurr/messages/834.shtm>
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25620
<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-centenario-da-convencao-internacional-do-opio>
<https://jus.com.br/artigos/19551>
<http://www.justica.gov.br/noticias/senad-divulga-levantamento-sobre-legislacao-de-drogas-nas-americas-e-europa/leis-e-preva-final-sem-acordao.pdf>
http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/1diagnostico-homicidios.pdf
<http://www.leapbrasil.com.br/>
http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/10_Drogas%20-%20legislacao%20brasileira.doc?1286477113
<http://lombra.com.br/2016/04/canhamo-a-realidade-que-nunca-te-contaram-sobre-maconha/>
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf
MAPA DA VIOLÊNCIA 2012
<http://maryjuana.com.br/2015/10/desvendamos-7-mitos-sobre-o-canhamo/>
<http://maryjuana.com.br/negocios/>
<http://www.mecbier.com.br/cerveja.php>
<http://www.mgmlisboa.org/lei-portuguesa-sobre-as-drogas/>
<http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/O,,01144731-E11426,00-Como+o+soro+da+verdade+funciona.html>
<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/329890.pdf>
http://observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br/index.php/P%C3%A1gina_principal
<http://oglobo.globo.com/sociedade/canada-ira-legalizar-maconha-em-2017-19135414>
<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/maconha-causa-mais-cancer-que-cigarro-diz-estudo-3634720>
<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-gasta-com-presos-quase-triplo-do-custo-por-aluno-3283167>
<http://oglobo.globo.com/sociedade/uruguai-nao-tem-mortes-ligadas-ao-trafico-desde-que-legalizou-maconha-diz-secretario-12705265>
<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/2175/conteudo+opera.shtml>
<http://opinioenoticia.com.br/internacional/eua-vao-soltar-6-mil-presos-por-crimes-de-drogas-nao-violentos/>
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/dom/2015/11/07/noticiasjornaldom,3530580/centros-educacionais-morre-no-ijf-adolescente-baleado-durante-rebelia.shtml>
<http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico/20160720/281908772494831>
<http://promocaodasaude.saude.gov.br/promocaodasaude/assuntos/incentivo-a-reducao-do-consumo-de-alcool>
<http://www.propositto.com.br/wordpress/2011/06/rotulos-antigos-de-drogas-vendidas-em-farmacias/>
<https://pt.globalvoices.org/2015/02/10/entenda-o-que-e-o-auto-de-resistencia-no-brasil-e-o-que-esta-sendo-feito-para-acabar-com-eles/>
<http://www.pt.org.br/dilma-pede-urgencia-na-aprovacao-do-fim-dos-autos-de-resistencia/>
<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/12/da-cracolandia-para-o-mundo-praticas-que-humanizam-o-combate-as-drogas-no-canada-holanda-e-uruguai-2086.html>
<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/110/o-negocio-global-da-droga-3700.html>
<http://www.renatoroseno.com.br/noticias/audiencia-socioeducativo-munoz>
<http://revistatrip.uol.com.br/trip/movido-a-erva>
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422006000200024
<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/comissao-global-de-politica-sobre-drogas.aspx>
<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/>

mercado-de-drogas-cresce-em-todo-o-mundo.aspx
[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO9UBM4A/\\$FILE/medMD9VWPRW.pdf?openelement](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO9UBM4A/$FILE/medMD9VWPRW.pdf?openelement)
<http://super.abril.com.br/blogs/supertistas/8-drogas-ilegais-que-ja-foram-ou-ainda-sao-prescricao-medica/>
<http://super.abril.com.br/ciencia/drogas-5-mil-anos-de-viagem>
<http://super.abril.com.br/comportamento/guerra-as-drogas>
<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/uso-de-drogas-e-violencia-nao-tem-relacao-direta-indica-pesquisa/n1237752879252.html>
<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-06-26/mais-de-187-mil-morreram-por-causa-das-drogas-em-2013-aponta-onu.html>
http://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/solventes_.htm
<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2015/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-de-2015--o-uso-de-drogas-e-estavel--mas-o-acesso-ao-tratamento-da-dependencia-e-do-hiv-ainda-e-baixo.html>
http://www2.uol.com.br/vivermente/noticias/a_diferenca_entre_canabidiol_oleo_de_canhamo_e_maconha_inalada.html



